

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**OS DISCURSOS DE VARGAS E AS POLÍTICAS SOCIAIS  
NO BRASIL DE 1930 A 1940**

FLORIANÓPOLIS

2007

EMILIANA VARGAS

**OS DISCURSOS DE VARGAS E AS POLÍTICAS SOCIAIS  
NO BRASIL DE 1930 A 1940**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Del Carmen Cortizo

FLORIANÓPOLIS

2007

EMILIANA VARGAS

**OS DISCURSOS DE VARGAS E AS POLÍTICAS SOCIAIS  
NO BRASIL DE 1930 A 1940**

Esta Dissertação foi submetida à avaliação da Banca Examinadora para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e aprovada, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Florianópolis (SC), 30 de agosto de 2007.

---

Prof<sup>a</sup>. Myriam Raquel Mitjavila, Dr<sup>a</sup>.  
Coordenadora do Programa

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Maria Del Carmen Cortizo, Dr<sup>a</sup>.  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Myriam Raquel Mitjavila, Dr<sup>a</sup>.  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Membro

---

Prof<sup>a</sup>. Marli Palma Souza, Dr<sup>a</sup>.  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Membro

Dedico este trabalho a todos que lutam e que continuarão lutando e acreditando na instituição universitária brasileira, fazendo dela a marca maior dessa nossa sociedade.

À Família Vargas<sup>1</sup>, que sempre e sob quaisquer circunstâncias nunca deixou de me apoiar e incentivar nesta caminhada, para o amadurecimento pessoal e profissional. AMO MUITO VOCÊS: Wanderley Vargas Filho, Maria de Lourdes Vargas, Maximiliano Vargas, Sandra Martins Lohn Vargas, Gabriel Lohn Vargas, Willian Vargas e Anna Carolina Vargas.

Em especial, ao meu primeiro sobrinho, Gabriel Lohn Vargas, que foi tão desejado por todos os meus familiares.

---

<sup>1</sup> Família esta que não é a mesma da qual minha dissertação se proporcione a estudar, *lembrando que qualquer semelhança é mera coincidência*. Mas por questão de curiosidade, a quem interessar possa, em 1993 realizei uma pesquisa (pesquisa que não seguiu nenhuma metodologia de comprovação, além é claro das informações obtidas pelos meus avôs) sobre a árvore genealógica da minha família, exercício este solicitado pelo professor de Biologia do Colégio de Aplicação, nesta época estava cursando a 7ª série do ginásio. Descobri que o mais perto que cheguei da Família do Presidente Getúlio Vargas foi que meu Tataravô (Manoel Vargas) nasceu na cidade de São Borja, a mesma cidade do então chefe de Estado do período de 1930 a 1945. Vale pontuar que meu Tataravô era barbeiro, profissão essa muito comum da época e que seu filho Dorvalino Vargas (meu Bisavô) e seu neto Wanderley Vargas (meu avô) também seguiram a mesma profissão. Pode-se observar que pela profissão de meus ancestrais a família Vargas, florianopolitana, sempre viveu na simplicidade e na conquista diária para o seu sustento diferentemente dos Vargas mencionados nesta dissertação. Por este motivo vale salientar que qualquer semelhança nominal é mera coincidência.

## AGRADECIMENTOS

Assim como ao terminar o Trabalho de Conclusão de Curso em 2003/2 agradeço a Universidade Pública e Gratuita Brasileira a possibilidade de estudar e completar o (até então chamado) ensino superior, o mesmo posso fazer no término desta Dissertação de Mestrado, visto que desde 1984 estudo nesta Universidade. Então, este espaço foi freqüentado por mim desde os cinco anos de idade. Assim sendo:

Aos mestres que cruzaram comigo neste percurso, desde as atividades do Jardim de Infância-ASUFSC, no Colégio de Aplicação, nas aulas de português, matemática, física, química, história, biologia, geografia, EMC, OSPB, teatro, educação física e PPT, como também no momento da seleção de intercâmbio para a Argentina, da qual fiz parte e que contribuiu significativamente para o meu amadurecimento pessoal.

Aos professores que marcaram estes últimos sete anos de minha vida e deixaram suas marcas no meu processo educativo: Edaleia, Eliane, Simone, Marli Verzon, Marli Palma, Ivete, Cristiane, Kátia, Carlos Magno, Catarina, Vera Nogueira, Nildo, Dolores, Heloisa, Regina, Rosana, Yan, Myriam, e em especial a Maria Del Carmen.

Nessa mesma esteira, aos munícipes de Rio do Sul, município da região do Alto Vale do Itajaí - Santa Catarina, que me recebeu como Assistente Social responsável, juntamente com outras colegas, pela efetivação de políticas públicas das quais acredito e luto para que sejam implementadas e implantadas com eficácia e efetividade.

As minhas novas amigadas que foram construídas nestes dois anos de Rio do Sul: Maria Elisabete Garcia da Silva, Neusa Bernadino, Márcia Passos de Andrade, Fernanda Haaser, Adriana Lourenço, Aline Maiorchi Beirão, Lilian Sabrina Kreusch, Camila Sumariva, Diego Baumann, Rozenilda Zanis, Fátima Molinari, Maristela Nascimento, Waldete Rocha, Edina Rodrigues, Sandra Cardoso, Marilea Batista, Noemia Schutz, Ângela Hames, Jane Maria Ghizzo Schmidt.

À **família Andrade** que me acolhe com carinho e paciência, pois tenho plena consciência do quanto sou espaçosa, nas pessoas de Márcia Passos de Andrade, Isabela de Andrade Lindner, Roberto de Andrade Lindner e é claro a matriarca Dona Carmen Passos de Andrade.

Aos meus amigos mais fiéis: Gabriel, Telma, Evelyn, Márcia, Demian, Alexandre, Kamilla, Julio, Magally, Fabíola e Karen, por sempre estarem por perto para me auxiliar nos momentos mais angustiantes desta etapa acadêmica.

Meu carinho especial a Gabriel Kalbusch, pois sempre com muita dedicação e paciência esteve ao meu lado nas horas mais difíceis desta jornada.

## RESUMO

Esta pesquisa traz como objetivo analisar o processo impulsionador do surgimento das políticas sociais no Brasil nos discursos de Getúlio Vargas, até então Presidente do Brasil, no período de 1930 a 1940. Para tanto o estudo aponta as políticas sociais no contexto internacional, realiza um resgate histórico do Brasil entre as décadas de 30 a 40; analisa os discursos de Vargas, no que se refere às políticas sociais; e identifica as concepções de políticas sociais entre as décadas de 30 a 40. Os passos metodológicos adotados foi o de uma pesquisa bibliográfica em documentos escritos originais – fonte primária, e de uma pesquisa documental utilizando os discursos de Getúlio Vargas entre as décadas de 30 a 40, que fazem parte do acervo da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Concluindo pode-se destacar que o período proposto pela pesquisa num primeiro momento representou a derrubada das oligarquias rurais do poder político e em seguida iniciou-se o surgimento de uma relação entre Estado e a população trabalhadora. Através dos discursos pode-se enfatizar a questão do desenvolvimento econômico que impulsionou a construção de uma legislação social voltada a profissões regulamentadas; as políticas sociais que não contemplavam a garantia dos direitos sociais, pois, o cidadão, para acessar tais políticas, deveria inserir-se no processo de produção e a regulação da participação da sociedade, através dos sindicatos que eram coordenados por pessoas de confiança do Presidente.

Palavras-chave: Políticas Sociais; Direitos Sociais; Participação Social; Centralidade no Trabalho.



## **ABSTRACT**

This search has objective to analyse the process of pushing emergence of social politics in Brazil in the speeches of Getúlio Vargas, President of Brazil until then, in the period of 1930 to 1940. For both the study suggests social politics in the international context, realize a historic rescue of Brazil between the decades of 30 and 40; analyzing the speeches of Vargas, as regards social politics; and identifies the concepts of social politics between the decades from 30 to 40. The steps methodology adopted was that of a bibliographic search in original written documents - primary source; a search documentary using the speeches of Getúlio Vargas from the decades of 30 to 40; as forming part of the collection of the University Library of the Federal University of Santa Catarina. In conclusion it can be noted that the period proposed by the search at its beginning was the overthrow of the rural oligarchies of political power and then began is the emergence of a relationship between State and the working population. Through the speeches you can emphasize the question of economic development that spurred the building of a social legislation focusing to regulated professions; the social politics than not up to guarantee social rights, therefore, the citizen, to access such politics should be in the process of production and regulation of the participation of society, through the syndicates that were coordinated by people of confidence of the President.

Keywords: Social Politics; Social Rights; Social Participation; Centrality at Work.

## LISTA DE SIGLAS

ANL	Aliança Nacional Libertadora
AIB	Ação Integralista Brasileira
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
FEB	Força Expedicionária Brasileira
LBA	Legião Brasileira de Assistência
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata
SAM	Serviço de Atenção ao Menor
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 CONCEPÇÕES DE POLÍTICA SOCIAL NO ESTADO CAPITALISTA</b>	
<b>DEFINIÇÕES DE POLÍTICA SOCIAL .....</b>	<b>14</b>
1.1 PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS .....	18
1.2 A POLÍTICA SOCIAL NO ÂMBITO INTERNACIONAL .....	24
1.3 A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL .....	29
<b>2 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL DURANTE A</b>	
<b>SEGUNDA REPÚBLICA .....</b>	<b>33</b>
2.1 TRAJETÓRIA BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS ..	34
2.2 A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA ERA VARGAS .....	41
<b>3 AS POLÍTICAS SOCIAIS NOS DISCURSOS DE VARGAS .....</b>	<b>49</b>
3.1 OS EIXOS DE ANÁLISE E AS FALAS DE VARGAS .....	55
<b>3.1.1 Centralidade Política e Financeira das Ações Sociais do Governo .....</b>	<b>56</b>
<b>3.1.2 Fragmentação Institucional .....</b>	<b>70</b>
<b>3.1.3 Exclusão da Participação Social e Política da População nos Processos de</b>	
<b>Decisão .....</b>	<b>73</b>
<b>3.1.4 O Uso Clientelístico da Máquina do Estado .....</b>	<b>80</b>
<b>3.1.5 A Centralidade do Trabalho .....</b>	<b>82</b>
<b>3.1.6 A Questão do Paternalismo .....</b>	<b>92</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES TEMPORAIS .....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>101</b>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....</b>	<b>104</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>106</b>
Anexo A: Os discursos de Getúlio Vargas na íntegra .....	106

## INTRODUÇÃO

Quando nos propusemos a estudar o período compreendido de 1930 a 1940, tínhamos o objetivo de analisar o processo impulsionador do surgimento das políticas sociais. Para atingirmos esse objetivo, pensamos em dois procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e documental.

A primeira etapa do trabalho foi concentrada na revisão bibliográfica (livros e artigos científicos) acerca do assunto a ser pesquisado. A pesquisa bibliográfica como recurso metodológico consistiu na realização de um estudo teórico que se elaborou a partir de uma reflexão pessoal, e da análise de documentos escritos originais, fontes denominados primárias (SALVADOR, 1986). Este recurso é indicado por vários motivos, dentre os quais se destaca a possibilidade de se investigar um leque amplo de informações ou fenômenos que uma abordagem direta não permitiria, e de se utilizar dados advindos de diferentes áreas e que se encontram dispersos em inúmeras publicações.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica, segundo Gil (1999), reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Na etapa posterior foi realizada a pesquisa documental, que segundo Gil (1999), é o material que não recebeu um tratamento analítico. A saber: os discursos de Getúlio Vargas no período proposto pela pesquisa, cujos resultados serão apresentados nesta Dissertação de Mestrado.

O domínio empírico, ou seja, a base de dados da pesquisa constituiu-se no acervo disponibilizado na Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina. Porém, para a pesquisa, não foi possível localizar os livros IV e V da coletânea A Nova Política do Brasil, que contém todos os discursos de Vargas desde quando este assumiu o poder em 1930 no Brasil.

No primeiro volume da coletânea, o editor escreve uma nota revelando a honra de poder participar da divulgação dos acontecimentos da vida do Brasil. Pois segundo ele, José Olympio Pereira Filho, esta publicação constitui um documento essencial de uma época significativa da vida brasileira, cuja figura central era o, então, Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas. Nestes documentos, podem-se refletir as inquietações, deficiências

e necessidades retratadas pelo presidente, em seus discursos, a imagem do Brasil nos anos de seu governo. O editor termina sua nota ressaltando que a coletânea A NOVA POLÍTICA DO BRASIL representa a mais importante contribuição para o estudo das transformações políticas, econômicas e sociais de nossa Pátria, no decênio histórico a que ela se refere.

Segundo Seltiz (1975), os dados existentes podem ser usados para verificar informações obtidas especificamente para os objetivos da pesquisa, que se referem à construção das políticas sociais no Brasil. Os eixos de análise, nos discursos de Vargas, que nortearam a pesquisa consistiram-se em quatro princípios trazidos por Sônia Draibe (1993) e dois princípios pertinentes à problemática apresentada, os quais denomina-se: 1) Centralidade política e financeira das ações sociais do governo; 2) Fragmentação Institucional; 3) Exclusão da participação social e política da população nos processos de decisão; 4) O uso clientelístico da máquina do Estado; 5) A centralidade do trabalho; e 6) A questão do paternalismo.

Essas caracterizações estiveram presentes, segundo a autora, na consolidação do Welfare State e ajudam a elucidar o caráter meritocrático-particularista, do caso brasileiro.

Dos 104 discursos pronunciados no período proposto pela pesquisa (vale ressaltar que os volumes IV e V não fazem parte desta pesquisa) 25 falam sobre os princípios pertinentes à problemática.

O objeto de pesquisa é analisar o processo impulsionador do surgimento das políticas sociais, nos discursos do Presidente Getúlio Vargas, no período de 1930 a 1940. Para tanto expusemos no primeiro capítulo as concepções das políticas sociais no estado capitalista, onde pontuamos referenciais teóricos sobre o Estado de Direito, o surgimento das leis que amenizavam situações que corroboravam com as questões sociais, pontuamos ainda o protagonismo das políticas sociais em âmbito internacional e por fim apresentamos o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil.

No segundo capítulo trazemos a trajetória das políticas sociais no Brasil durante a era Vargas, onde elencamos a crise de 1929, a questão das oligarquias e a eleição e a Revolução de 1930, a constituição do Governo Provisório, o Golpe do Estado Novo e a sua legitimidade.

No terceiro capítulo apresentamos o quadro com os títulos dos 104 discursos pronunciados por Vargas neste dez primeiros anos de governo e a sinalização dos discursos trabalhados. Posteriormente agrupamos as falas pertinentes aos eixos enumerados anteriormente e realizamos algumas análises trazendo o referencial teórico exposto nos primeiros capítulos da dissertação.

Por fim, são realizadas algumas considerações, listadas as referências bibliográficas que compuseram esse estudo e exposto na íntegra os discursos utilizado para a realização deste estudo.

# 1 CONCEPÇÕES DE POLÍTICA SOCIAL NO ESTADO CAPITALISTA

Para empreender um estudo que tem na sua base o debate sobre a política social, torna-se imprescindível realizar uma abordagem referente às questões que envolvem o Estado de Direito. Sua institucionalização consolidou a inversão da relação indivíduo e Estado, forjando uma nova ordem social que – construída a partir de novos valores: o indivíduo tem valor em si mesmo e o Estado é feito pelo indivíduo – também inverteu a relação entre direitos e deveres, cujo primado reside no direito e não mais na obrigação. O moderno Estado de Direito, finalizou a passagem do ponto de vista do soberano para o ponto de vista do cidadão, processo no qual o indivíduo passou a possuir direitos públicos, além dos direitos privados. (BOBBIO, 1992).

Neste ínterim, Vieira, 1992 destaca que o ponto central do Estado de Direito, é a garantia dos direitos e das liberdades configurado nas Constituições dos Estados. Direitos estes observados nos textos da Declaração Universal dos Direitos do homem e/ou na Convenção Européia para a Salvaguarda dos Direitos do Homem.

O Estado do Direito não se realiza somente com a garantia jurídico-formal, pois no que se refere aos direitos, o Estado é quem determina sua proteção formalizada e institucionalizada, reclamando e instituindo mecanismos socioeconômicos dirigidos e planejados cuja finalidade reside em efetivar tais direitos. (VIEIRA, 1992).

É a sociedade democrática quem dá sustentação ao Estado de Direito, pois é nela que os cidadãos podem exercer a participação, adentrando os mecanismos de decisões coletivas, principalmente nas diversas formas de produção. A incursão em um período onde os Direitos não eram vivenciados democraticamente, como no modo de produção feudal onde o servo era vinculado ao seu senhor por relações de submissão e de proteção, encontrando satisfações em certas necessidades dentro das associações comunais, principalmente nas religiosas. Nesse sentido, a religião servia para legitimar a esmola, o asilo e alguns cuidados de saúde.

No sistema de produção capitalista, porém, aqueles que não eram absorvidos pelo mercado de trabalho sofreram com uma legislação repressiva. Eram considerados vagabundos e quando açoitados eram socorridos pelas paróquias através das caixas de socorro. A lei dos pobres (1662) na Inglaterra baseia-se nesse processo. (FALEIROS, 1983).

Historicamente, nas épocas de crises, os Estados procuravam contornar as situações com leis que repreendiam a força de trabalho. Na Inglaterra, pontuam-se alguns exemplos: em 1730, com a criação de *workhouses* que obrigavam os menos capazes a realizarem diversos tipos de trabalho, conservando-os em prisões onde não podiam ter qualquer contacto com o exterior; em 1790 aconteceu uma suplementação de salários, para compensar a alta súbita de preços; e em 1832 com uma crise social e com agitações nas ruas o governo nomeou uma comissão para investigar a situação dos pobres que, ao compará-los com os pobres trabalhadores, concluiu que viviam na imprevidência e na imoralidade. Pode-se apreender que essas medidas administrativas objetivavam,

[...] controle e repressão da força de trabalho não pareciam contrariar os princípios do mercado porque eram vistas de combate ao vício, à preguiça e a imprevidência das classes pobres. O indivíduo era obrigado a ingressar no mercado, onde seria livre para realizar contratos com salários fixados pelo patrão. (FALEIROS, 1983).

Por outro lado, a lei de Speenhamland (1795) foi considerada como,

[...] medida de assistencial de proteção ao trabalho, ou mais precisamente à forma de organização tradicional do trabalho. A lei garantia um sistema de abonos, em complementação aos salários cujo valor baseava-se no preço do pão. [...] garantia a assistência aos trabalhadores, independentemente de critérios de domicílio ou de incapacidade. [...] considerada a primeira iniciativa de estabelecimento legal de uma política assistencial garantidora de um sistema de abono salarial para trabalhadores [...] (BOSCHETTI 2001).

Enquanto a lei dos pobres induzia o trabalhador a aceitar qualquer trabalho e a qualquer preço, a lei de Speenhamland protegia o trabalhador e lhe permitia *negociar* o valor de seu trabalho. Segundo Boschetti (2001), esta lei freava o ritmo do processo de proletarização imposto pela Revolução Industrial, pois o sistema de salários exigia imperativamente a abolição do *direito de viver, afinal por que alguém trabalharia por um salário se pudesse viver da Assistência?* (BOSCHETTI, 2001, p. 34). Foi essa pergunta que sustentou um dos pilares do liberalismo: a assistência estimularia o ócio, a preguiça e desestimula ao trabalho, sendo necessária sua abolição ou sua garantia apenas para os pobres incapazes de trabalhar, as crianças os idosos e os deficientes.

Tal princípio norteou uma forma de organização das principais políticas sociais implantadas nos países capitalistas, no final do século XIX e só consolidadas após a Segunda Guerra Mundial. A perspectiva liberal sempre analisou as políticas sociais de garantia de renda aos trabalhadores como ameaças à sociedade de mercado.



Pode-se afirmar que as políticas sociais entraram em cena a partir da constituição das modernas funções do Estado capitalista, com a produção, a instituição e a distribuição de bens e serviços sociais categorizados como direitos de cidadania. Trata-se de políticas associadas a um padrão de organização social e política que, desde os fins do século XIX, vêm se desenvolvendo em um sistema de proteção social que incumbe ao Estado decisiva responsabilidade pelo bem-estar dos cidadãos (PEREIRA, 1997). Aprender a política social como proposições e estratégias que conformam um modelo de desenvolvimento, não permite pensá-la como um setor isolado porque assume um papel decisivo na estruturação de um desenvolvimento econômico com objetivos sociais. (DRAIBE, 1988 apud DELCOURT, 1982).

Dobel (1981) considera a política social como ações de governo que visam restringir a miséria através de transferências diretas ou de programas de garantia de recursos, com objetivo claro de redistribuição de renda. Pereira (1997) amplia o conceito e menciona que a política social integra um complexo político-institucional denominado de Seguridade Social, o que configura a base conceitual e política do Estado de Bem-estar ou *Welfare State*.

Salienta-se que as políticas públicas não podem ser reduzidas às políticas estatais. Políticas Sociais conformam ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado e estão voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento sócio-econômico capitalista. Essas têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento da primeira revolução industrial.

As políticas sociais são formas de interferência do Estado e visam à manutenção das relações sociais de determinada formação social. São frutos de articulações entre as pressões e movimentos da classe trabalhadora com as formas de reprodução exigidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social e destina-se a amenizar/compensar as desigualdades econômicas resultantes. Sobre essa questão Gough (1975) pondera que política social são formas pelas quais os Estados ampliam suas responsabilidades sociais face ao custo de reprodução das condições da vida dos trabalhadores constituindo-se, ao mesmo tempo, em formas de controle social e de diminuição dos graus explosivos da luta de classes. O autor acrescenta que o *Welfare State* foi,

[...] uma alternativa histórica das sociedades capitalistas do pós – guerra para a resolução dos problemas sociais, nos revela que a partir daí ocorreu uma junção entre a chamada política de economia Keynesiana e o Welfare State. (SPOSATI, 1987, p. 32 apud GOUGH, 1975).

Enquanto a primeira alternativa proporcionava um crescimento econômico sem precedentes, a segunda amenizava as tensões potenciando a produção ou facilitando o consumo. Nessa perspectiva, de acordo com Sposati, (1987), a política social teria a função econômica de auxiliar o consumo ou o subconsumo, com um *salário indireto que estimularia e possibilitaria o ingresso dos excluídos no mercado*. (SPOSATI, 1987, p.32 apud GOUGH, 1975).

Sposatti, (1987) considera que as políticas sociais devem garantir, no mínimo, uma utopia de atendimento mesmo que o real sejam as *filas dos excluídos*. O desenvolvimento do ideal integra-se com a coesão social, mesmo que isso não ocorra realmente esta política continua a introduzir ou manter diferenciações entre segmentos de classes. A autora reforça que o cerne da política social tem sua gênese na relação capital-trabalho e assume um caráter de mecanismo regulador das relações sociais, sendo que é na correlação de forças *a partir das transformações das relações de apropriação econômica, como também do exercício da dominação política* que as políticas sociais são estabelecidas e modificadas. Dessa maneira, é uma forma de

[...] gestão estatal da força de trabalho e nessa gestão, não só conforma o trabalhador às exigências da reprodução, valorização e expansão do capital, mas também é o espaço de articulação das pressões e movimentos sociais dos trabalhadores pela ampliação do atendimento de suas necessidades e reivindicações. (SANTOS, 1994).

Considerar a política social como um mecanismo político para a superação de tensões sociais, ou como espaço de interesses contraditórios das classes sociais, implica ampliar o entendimento acerca de seu conceito, uma vez que deixam de ser apenas condições de reprodução da qualidade de vida do trabalhador, e passam a ser entendidas como formas de acessar direitos sociais.

No Brasil, a extensão da cidadania às classes subalternizadas expandiu-se a partir da Revolução de 1930 que direciona o Estado para o atendimento de direitos sociais dos trabalhadores. Deste processo, resulta a extensão regulada da cidadania cuja definição pauta-se exclusivamente na legislação, na qual são entendidos como cidadãos apenas aqueles cujas ocupações são reconhecidas legalmente. Embute-se no conceito a cidadania no processo de

produção e os direitos passam a ter como referência o lugar que o indivíduo ocupa na sociedade como profissão e/ou ocupação. (SANTOS, 1994).

Refletindo as transformações nas disputas entre as classes sociais, o ideário de cidadania, originário da concepção clássica de Estado, progrediu da base de direitos civis e acoplou os direitos políticos e os direitos sociais, como será apresentado no item a seguir.

## 1.1 PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

A partir da formação do Estado moderno, encontra-se um maior movimento de idéias em torno dos direitos fundamentais da pessoa humana. O rompimento com o princípio de que a lei humana e os poderes políticos estavam subordinados ao direito divino expressa nas ações do soberano, foi fator determinante para o estabelecimento dos direitos fundamentais.

O Jusnaturalismo é a teoria que fundamenta, explica e defende a existência do direito natural, ou seja, a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder para a preservação de sua própria natureza e conseqüentemente de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento da razão lhe indique como meios adequados a esse fim. É um preceito estabelecido pela razão, mediante o qual proíbe um homem fazer tudo o que possa destruir sua vida ou privá-lo dos meios necessários para preservá-la.

Thomas Hobbes (1588-1679) compreendia que a preservação da vida era essência primeira e fundamental da natureza, sendo o objetivo primordial do homem. Para esse autor, no estado de natureza os homens encontram-se inseguros, em permanente conflito. O Estado não garante a segurança, a tranquilidade nem a vida de nenhum homem em particular, pois é um estado de guerra de todos contra todos. Esse autor menciona que para sair do estado de guerra e entrar em um estado onde se tenha a esperança da paz, o homem concordou em renunciar o seu direito sobre todas as coisas, desde que delas também renuncie todos os outros homens, para garantir a paz e a defesa de si mesmo perante todos. Ainda salienta que deve haver um poder absoluto, onde todos concordem em ceder e transferir o seu direito de governar a si mesmo, a um homem ou assembléia de homens, que se denomina Estado.

Outro pensador que compartilhou da doutrina jusnaturalista e teorizou sobre o estado de natureza e os direitos naturais do homem, foi John Locke (1632-1704). O estado de natureza descrito por ele era de relativa paz, concórdia e harmonia, onde os homens são orientados pela razão natural que prescreve as leis fundamentais para a vida humana. A

propriedade, defendida como bem natural e inalienável do ser humano é um direito fundamental do qual decorrem os demais direitos do indivíduo, sendo o trabalho desse a essência da posse de bens. É por intermédio do trabalho que Locke justifica a propriedade da terra. O pensador concebe a soberania limitada, divisível e revogável. O sistema político divide o poder entre as instâncias do poder legislativo, executivo e, articulado ao segundo, o poder federativo. Para Locke o homem é portador de direitos, referentes à vida, à liberdade, à propriedade, a resistência contra a opressão e a tirania.

A idéia sobre o direito de liberdade é ampliada por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que escreve sobre o tema um pouco antes da Revolução Francesa. O autor procurou identificar fatos que, ao longo do desenvolvimento do homem, levaram à degeneração do estado de natureza e tornaram insuportável a convivência social nesse estágio. Aponta que a invenção da propriedade privada é o aspecto responsável pela miséria humana. Após a instituição da propriedade privada, os ricos perceberam o quanto lhes era desvantajosa uma guerra perpétua e propuseram o estabelecimento da sociedade civil. Rousseau, defensor da liberdade individual, prevê uma comunidade política nascida do contrato social, na qual o povo é soberano, sendo a fonte da vontade geral, soberana e da legitimidade do Estado, constituída como democracia direta.

Segundo Krischke (1993), na interpretação sobre o jusnaturalismo é dado que a condição do homem é uma condição de guerra de todos contra todos, sendo cada um governado por sua própria razão e não havendo nada que possa servi-lhe de ajuda para a preservação de sua vida contra seus inimigos. Mesmo tendo um preceito ou regra de que o homem deve esforçar-se pela paz, a partir do momento em que não consiga alcançá-la ele pode procurar e usar as vantagens da guerra, ou seja, o direito de defender-se. Porém, enquanto detiver seu direito de fazer tudo quanto queira, todos se encontrarão em condição de guerra. Nesta perspectiva, se os outros homens não renunciarem a seu direito, assim como ele próprio, em consideração a outro direito que lhe foi transferido, ou a qualquer outro bem que daí espera. A transferência mútua de direito é aquilo que se chama de contrato.

Outra lei importante a ser seguida, para que a paz da humanidade se conserve é o cumprimento dos pactos celebrados. Nessa lei reside a fonte e a origem da justiça na qual, mediante o terror de algum castigo, o poder coercitivo é capaz de obrigar o cumprimento de pactos.

Os pensadores, Hobbes, Locke e Rousseau procuravam resolver a questão da legitimidade do poder fundado no contrato social. O que há de comum é que eles partem da análise do homem em estado de natureza e quando interesses egoístas predominam e as

disputas geram prejuízos para a indústria, navegação, ciência e para o conforto dos homens, esses reconhecem a necessidade de renunciar direitos contentando-se em relação a outros homens, com a mesma liberdade que aos outros homens permitem em relação a si mesmo. Sendo a nova ordem celebrada mediante um contrato. (ARANHA, 1993).

O contratualismo, que se baseia na idéia de uma contraposição entre estado de natureza e sociedade civil, parte do princípio de que no estado de natureza, os indivíduos desfrutavam de uma liberdade. A sociedade civil teria sido o resultado de um acordo livre e voluntário dos próprios indivíduos, com o objetivo de instituir um poder comum, que teria a função de garantir a liberdade e, para alguns autores do contratualismo, de certa forma, trabalha com a questão da soberania popular quando afirma serem os indivíduos livres e soberanos no momento em que dão vida ao pacto social, instituindo a sociedade civil.

O governo é instituído tendo como principal função garantir os direitos individuais e naturais dos indivíduos, estando, por isso, limitado em suas funções. Os autores do contratualismo afirmam ter sido o governo criado para preservar o bem comum, pois partiam do pressuposto de que os indivíduos eram iguais em seus direitos.

Neste sentido, pela teoria contratualista, os indivíduos são vistos como soberanos, pois deles se origina o poder do governo, independentemente das modalidades de transmissão do poder, se total ou parcial, definitivo ou temporário, irrevogável ou revogável. Porém, já se encontra presente na teoria contratualista a idéia de que os indivíduos só são soberanos no momento da instituição do governo, pois, se de um lado, o poder do governo origina-se dos indivíduos, de outro, em alguns autores contratualistas, o poder torna-se uma prerrogativa única e exclusivamente do governo, este sim soberano.

O Estado originário do pacto entre os indivíduos no estado de natureza torna-se o representante legítimo de todos os interesses e direitos dos indivíduos. Mesmo estando implícito na doutrina contratualista a idéia de governo limitado em suas funções, este se apresenta enquanto uma entidade autônoma e soberana, no sentido em que sobre esse, nenhum controle por parte dos membros da sociedade era exercido.

A autonomia do campo da política frente à religião fez com que novos referenciais surgissem como alternativas para interpretações mais atualizadas sobre as estruturas institucionais e sociais. O Iluminismo contribuiu para formar uma nova mentalidade de grande parte da sociedade europeia do século XVIII. O Estado passou a ser percebido como mediador das relações sociais o qual caberia controlar as paixões e desejos das vantagens materiais próprias aos homens em estado de natureza. (BEHRING, 2000).

O debate concentrava-se nas conseqüências políticas dos interesses, tendo o Estado como mediador. Porém para a consolidação econômica e política do capitalismo nos séculos XVIII e XIX introduziu-se nessa discussão sobre a relação Estado e Sociedade Civil perspectivas de um Estado intervencionista que, para o pensamento liberal, era um mal necessário. (BOBBIO, 1988).

Em 1776, aconteceu o processo de libertação anti-colonial dos Estados Unidos da América - EUA que foi desencadeado pelas idéias vigentes na Inglaterra. As sucessivas taxações de produtos e a decretação das leis intoleráveis e coercitivas foi em parte alimentado, segundo Bussinger (1993) pela difusão entre os colonos das idéias liberais do iluminismo, vindas da Europa. Bussinger (*apud* PAINE, 1993), afirma que a nação é um conjunto de indivíduos originalmente independentes que se comprometem entre si a formar um governo o direito último no qual se baseia o direito natural de cada homem a autogovernar-se. Ou seja, a função do governo consiste em permitir aos homens lutar por seus próprios interesses, pois, todos desejam dedicar-se a sua ocupação assim como gozar dos frutos de seu trabalho e do produto de suas terras em paz e segurança.

A doutrina jusnaturalista marca o processo de independência norte americano, e a defesa que faz dos direitos e liberdades fundamentais do indivíduo é tratada com zelo no texto da Declaração da Independência ao enfatizar argumentos em favor dos direitos naturais e sintetizar os princípios que pautaram a defesa liberal dos direitos do homem no estado civil.

A Revolução Francesa consistiu no desejo de reforma da ascendente burguesia ao absolutismo, que se mostrava incapaz de realizar as reformas que atendessem as necessidades criadas pelas transformações sócio econômicas pelas quais o país havia passado, pois a burguesia enriquecia no decorrer do século XVIII, tornando-se economicamente muito importante, porém sem status político equivalente a sua condição economicamente e culturalmente inspirada pelas idéias iluministas. Esta classe defendia o liberalismo econômico, a igualdade civil e fiscal. Esse elenco de direito coincidia com as aspirações de amplos setores populares em sua luta contra os privilégios da aristocracia, porém eram direitos que satisfiziam as necessidades da burguesia que para a obtenção do mais amplo direito de liberdade, torna-se fundamental a regulamentação constitucional dos direitos do indivíduo.

A convocação da Assembléia Nacional Constituinte desencadeou uma jornada revolucionária pelo poder. A constituição aprovou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamando a fraternidade, igualdade e a liberdade como princípios que devem guiar todos os homens, em todos os tempos.

A autonomia dos direitos naturais preparou o terreno para a passagem do feudalismo para a sociedade moderna. A corrente jusnaturalista contribuiu para o fundamento do liberalismo, pois favoreceu os instrumentos capazes de fazer a defesa do indivíduo contra o poder absolutista e impor limites a esse.

No início do Liberalismo, no século XIX, existia um componente transformador da maneira de pensar a economia e a sociedade, tratava-se de romper com as amarras da aristocracia e do clero, do Estado absoluto. (BEHRING, 2000). Adam Smith (1776) formulou um pensamento onde a burguesia, classe emergente, porém não consolidada, propicia o anti-estadismo componente do mercado como mecanismo regulador das relações sociais. Os indivíduos são levados a entender que não se deve intervir nas leis naturais da economia e que o Estado deve fornecer a base legal para o livre mercado maximizar os benefícios aos homens.

O raciocínio de Adam Smith eleva os sentimentos morais dos indivíduos, acreditando que esses, ao buscarem ganhos materiais, são orientados pelo senso de dever, o que assegura a ausência de guerra de todos contra todos. A hegemonia desse raciocínio consiste em uma sociedade fundada no mérito de cada um potencializar suas faculdades naturais.

Nessa sociedade fundada no mérito de cada indivíduo, o Estado não devia gastar recursos com os pobres, para não os tornar passivos ou dependentes. Vale salientar que com os trabalhadores a relação era semelhante, pois não se deviam regulamentar os salários sob pena de interferir no preço natural do trabalho, que foram definidos nos movimentos naturais e equilibrados da oferta e da procura no âmbito do mercado. *Tratava-se da negação da política e em consequência da política social.* (BEHRING, 2000).

Segundo Bobbio (1986), é da razão humana que se deve extrair os direitos, as normas e os deveres acerca do fundamento dos direitos do homem. Com essa afirmação, confirma-se a necessidade do respeito com os direitos considerados naturais do homem, ou seja, um conjunto de direitos considerados inatos ao homem por sua própria natureza humana independente da positividade. Trata-se de explicar e aceitar os direitos naturais como expressão racional do ser humano.

As diretrizes do pensamento filosófico moderno produziram a partir dos conceitos de Jusnaturalismo e Contratualismo resultados políticos significativos, haja vista a influência que exerceram sobre os acontecimentos que levaram a Declaração da Independência dos Estados Unidos e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França. O processo de independência das colônias norte americanas e a Revolução Francesa revelam o descontentamento dessas sociedades com o poder e os privilégios da camada dominante, bem

como a incapacidade dos soberanos de atender as necessidades criadas pelas transformações sociais. Embasadas nas idéias vigentes da época, onde se pregava que os homens eram livres e iguais em direitos, esses dois movimentos deram visibilidade e ocasionaram um efeito multiplicador das teorias contratualistas e jusnaturalistas por todo o mundo.

Outro fator importante deste movimento é o fato de se sublinhar pela primeira vez na História da sociedade ocidental que todos os homens são considerados iguais, declarando a universalidade dos direitos do homem.

Segundo Bobbio (1992), os direitos humanos são coisas desejáveis, isto é, fins que merecem ser perseguidos, apesar de sua desejabilidade, não foram ainda todos eles reconhecidos; e para encontrar um fundamento, ou seja, aduzir motivos para justificar a escolha que fizemos e que gostaríamos de que fosse feita pelos outros é um meio adequado para obter para eles um amplo reconhecimento. A paz, por sua vez, é o pressuposto necessário para o reconhecimento e a efetiva proteção dos direitos do homem em cada Estado e no sistema internacional. A democracia é a sociedade dos cidadãos, e para que os súditos tornem-se cidadãos é necessário que seus direitos fundamentais sejam reconhecidos.

Os direitos sociais refletem conquistas importantes do movimento democrático e de lutas sociais dos séculos XVIII e XIX. Foram conquistados através de lutas e operações políticas, mais *...também não constituem a expressão da chegada da classe operária ao paraíso, isto é, da plena e definitiva emancipação social.* (NOGUEIRA, 2005). Porém, traduzem o processo de socialização política, da sociedade capitalista, que se manifesta na instauração de níveis de cidadania e na participação de grupos no governo da sociedade.

Para que se possa implantar uma sociedade mais justa, os direitos sociais são indispensáveis, a garantia desses vem se impondo como exigência para a consolidação democrática e para a ampliação da cidadania, denominada social, nos marcos do sistema capitalista contemporâneo.

Os direitos sociais são pensados no interior das políticas sociais que são apreendidas, como as políticas econômicas, vinculados aos processos de acumulação capitalista.

No próximo item será abordada a questão da obtenção das políticas sociais como um *troféu*<sup>2</sup> do capitalismo que tem como limite colocar o mercado a serviço da cidadania.

---

<sup>2</sup> Termo utilizado por Pedro Demo no texto Política Pública de Direitos Humanos na **Revista Ser Social**, n.8, 2004.



## 1.2 POLÍTICA SOCIAL NO ÂMBITO INTERNACIONAL

O surgimento das políticas sociais decorreu das lutas travadas pela classe trabalhadora no interior do Estado capitalista que implicou uma ampliação da noção de igualdade: de uma igualdade formal para uma igualdade na apropriação da riqueza social. Assim, a cidadania liberal sofreu reformulações a partir do avanço da industrialização, da socialização política e da democracia, da maior intervenção do Estado na vida econômica e social enquanto resultante das reivindicações operárias. (NOGUEIRA, 2001).

Reforçando essa idéia de reivindicações e de conquistas Demo (2004) aborda que os direitos humanos são resultados da cidadania entendida como a descoberta conquistada do direito a ter direito. O debate sobre esse tema somente frutificou em sociedades que avançaram na cidadania<sup>3</sup>. Os direitos sociais são um *troféu* do capitalismo que tem como limite colocar o mercado a serviço da cidadania. Considera que, mesmo havendo uma busca crescente pela cidadania plena, “o pobre” não descobre criticamente que a pobreza é injusta e que não tem como sair dela, a não ser como objeto de políticas exógenas. Para esse autor os direitos sociais significam um trajeto histórico longo de conquistas, organizado pela constituição do sujeito, que deixa de lado a condição de massa de manobra para comandar uma história alternativa individual e coletiva gestada.

A sociedade democrática é o sustentáculo do Estado de direito, porém a garantia dos direitos e das liberdades fundamentais é o ponto central de qualquer Estado de direito. Esses direitos e liberdades figuram freqüentemente nas constituições dos Estados, aparecendo ainda em textos internacionais como a Declaração Universal dos direitos do homem, elaborada pela Organização das Nações Unidas – ONU, contudo o Estado não determina a sua proteção. Nessa perspectiva, a lei deveria se originar a partir da vontade geral que se relacione e se subordine a uma constituição. Somente uma vontade individual não cria a lei reclamada pelo Estado de direito, esta lei precisa ser gerada por uma assembléia, com uma representação popular, eleita e composta de todos os setores significativos da sociedade.

Os impulsos históricos decisivos para o desenvolvimento da política social no contexto mundial foram a expansão do capitalismo após a Revolução Industrial, no qual emergem as formas de intervenção e atuação do Estado. (NOGUEIRA, 2001).

---

<sup>3</sup> Cidadania entendida dentro de uma perspectiva educativa universal.

A Revolução Industrial desencadeou a formação de uma nova classe de assalariados, que com consciência de classe e com movimentos reivindicatórios motivou a organização da legislação social e de um conjunto de medidas de proteção social.

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos a tendência internacional da política social

[...] é iniciar-se com programas relativos a acidentes de trabalho, expandindo-se para a cobertura de velhice, invalidez e dependentes, depois doença e maternidade, alargando-se para abonos familiares (salário-família e salário-educação, por exemplo) para chegar finalmente, ao seguro desemprego. (SANTOS, 1994, p.14).

Quando ocorre o acréscimo de dinheiro e salários, os lucros não param de crescer, alcançando dimensões impensáveis até aquela ocasião nas sociedades industriais, não acontecendo uma mudança apreciável na parcela proporcional da renda nacional recebida pelos assalariados. Porém, as transformações do Estado acabam por determinar novas áreas de empregos, que tendem a acompanhar novas prioridades de despesas, em geral relacionadas com a urbanização, com a segurança pública e seus problemas com a educação e com a cultura. Assim, nesta fase novos campos de emprego estão mais sujeitos a ação estatal do que a ação privada.

A década de 70 revela-se com graves e progressivos empecilhos à continuidade e à dilatação das atividades estatais surgindo o que tem impropriamente denominado de falência do Estado, que se caracteriza pelos gastos que este assume e não pode mais se recuperar, uma construção teórica dos capitalistas que passaram a intervir, uma estratégia, que tinha interesses de justificar o patrimônio, antes do Estado, transferindo para a iniciativa privada. A crise do Estado ou a crise do Estado Providência instala-se em razão de motivos econômicos e sociais, os debates sobre as alternativas de estatização e privatização aumentam. Contudo, ultrapassar essas alternativas, torna-se obrigatória a revisão das divisas e das relações entre Estado e Sociedade.

Demonstrar o problema apenas em termos de estatização ou privatização é o mesmo que resumi-lo à dimensão financeira, esquecendo seus aspectos de natureza sociológica e política. Segundo Vieira (1992) apud, Rosanvallon (1984), afirma que é necessário tirar essa idéia do serviço coletivo ser igual ao Estado, que por sua vez não é mercantil, gerador de igualdade, e de que serviço privado é igual a mercado gerador de lucro e conseqüentemente de desigualdade. Seu projeto pretende reexaminar o conceito de público, desviando o Estado, tornando-se mais amplo apurando-o, desligando-o da estatização, buscando reduzir a procura de Estado, por intermédio de auto-serviços, coletivos, de serviços públicos de iniciativa local,

do direito social dos grupos informais, ampliarem a solidariedade na sociedade pelo aumento do tempo livre e maior visibilidade social por meio do alargamento dos espaços públicos.

A crise do Estado tem sido enfrentada também por aqueles que desejam pelo menos uma diminuição das atividades estatais, quando não desejam seu próprio desaparecimento no universo capitalista. O Estado diminuto nas teorias capitalistas denunciam pelo avesso o que o Estado capitalista nunca deixou de fazer, intervir na economia e na sociedade.

Pisón (1998) considera que não existe uma polarização irreconciliável entre Estado liberal (mínimo) e Estado Social (bem-estar) como o discurso político atual tem propagado, ou seja, ambos os Estados pertencem ao momento capitalista da sociedade, caracterizando períodos diferentes, ou subseqüentes. De acordo com o autor, vive-se hoje uma fase histórica da proteção social na qual a referência às necessidades sociais constitui um critério de primeira ordem na tomada de decisões políticas, econômicas, culturais, ideológicas e jurídicas.

Significa que a idéia de direitos sociais, engendrada a partir dessa concepção de necessidades da conta apenas da reprodução material da vida humana através da efetivação de garantias mínimas. Com isso, a proteção social do Estado capitalista identifica-se com a satisfação de necessidades mínimas.

A política social é construída no interior do Estado intimamente relaciona com a política econômica, sendo que é a primeira quem materializa os direitos sociais objetivando,

[...] dotar a todos os ciudadanos de una mínimas condiciones materiales de vida, de poder disfrutar por parte de todos de ciertas condiciones de igualdad con la que realizar sus deseos e intereses, sus planes de vida sin que las diferencias de riqueza, de posición social, de facultades y habilidades naturales sean un impedimento. [...] y su cometido es corregir los desequilibrios ocasionados por las acciones individuales en el mercado cuando éstas se producen de forma incontrolada. (PISÓN, 1998, p.104).

No capitalismo, a política social é responsável pela reprodução da força de trabalho no capitalismo, ao mesmo tempo em que se constitui como crítica às desigualdades nessa sociedade.

Da mesma forma, os direitos sociais também devem ser interpretados como uma conquista da classe trabalhadora ao longo da história do capitalismo, esse fato não deve ser ignorado quando se estuda o Estado de Bem-Estar e as políticas sociais que no seu contexto foram gestadas, na medida em que se considera este Estado como resultado do consenso obtido através do compromisso entre capital e trabalho. Desse modo, a democracia não fica limitada à experiência representativa e na igualdade formal/legal, mas adquire um estatuto

material porque os direitos sociais permitem a aquisição de uma igualdade também material que, por sua vez, permitem remover os obstáculos que se impõem ao exercício da liberdade tanto individual quanto coletiva. (PISÓN, 1998; VIEIRA, 2004).

A política social caracteriza-se como moderna função do Estado capitalista de produzir, instituir e distribuir bens e serviços sociais categorizados como direito de cidadania, ou seja, conceitua-se a partir dos fundamentos dos direitos sociais, e se posiciona entre a acumulação capitalista e a justiça social. (PEREIRA, 1998). O Estado de Bem Estar Social é uma transformação do próprio Estado a partir das suas estruturas, funções e legitimidade, é uma resposta à demanda por serviços de segurança sócio-econômica.

Vieira (1992) afirma que após a segunda Guerra Mundial há um crescimento intervencionista estatal no campo econômico e social, em países pouco industrializados, alargando as funções dos Estados, ora procurando o controle da produção e da participação, ora tomando para si despesas volumosas.

O Estado passou a interferir em vários aspectos da vida econômica e social, que eram determinantes para a satisfação das condições mínimas do cidadão.

As fases do sistema de proteção social, citada por Fleury (1994), apontam as mudanças das políticas de atenção à pobreza:

- 1600-1880: a pobreza era algo vergonhoso e as pessoas eram culpabilizadas pela situação que se encontravam;
- 1880-1914: os programas de seguros sociais estavam destinados à classe trabalhadora;
- 1918-1960: há uma ampliação dos programas sociais com o predomínio do Estado prover o mínimo quanto aos benefícios sociais;
- 1960-1995: instaura-se a universalização dos serviços sociais;
- 1975 até os dias de hoje: diminuição da expansão estatal, início da crise do *Welfare State*.

Draibe (1993) ao analisar os processos históricos de formação do Welfare State admitiu e conheceu destintos padrões que marcaram a consolidação dos contemporâneos Estados de Bem – Estar – Social. Apresentou casos em que o Welfare State pode ser mais universalista, institucionalizado e estatizado e em outros casos, mostra-se mais privatista e residual, em outros mais generoso na cobertura e diversificação dos benefícios, e ainda em

outros, mais seletivo e assistencialista, e em alguns países, mais intenso o mecanismo de dinâmica político – partidária e eleitoral, enquanto em outros, é mais politizado e clientelisticamente mais utilizado.

No que se refere à estrutura das despesas, Draibe (1993) aponta para uma não uniformidade em relação à composição e evolução das despesas, que em geral tendem a ser financiadas por contribuições sociais de empregadores e empregados. No plano institucional, a organização do aparelho burocrático – administrativo de sustentação das políticas sociais seguiu diversas lógicas, porém marcada por incoerências altamente burocratizadas e feudalizadas, respondendo mais a interesses corporativistas que a parâmetros de racionalidade política, ou seja, de eficácia e eficiência.

A crise do sistema econômico liberal em 1929, a grande depressão econômica e o aumento do desemprego, produziram uma significativa mudança na ideologia e na prática do “Laissez-faire” abriu espaço para a intervenção do Estado na economia e na sociedade (PEREIRA, 1997).

No pós-guerra, as economias capitalistas ligavam-se a um crescimento econômico, aliado à expansão de programas e sistemas de Bem Estar Social. Política Social e Política Econômica estavam entrelaçadas e se sustentavam, pois havia o estímulo econômico conjugado com segurança e justiça sociais. Este círculo virtuoso estimulava o crescimento econômico e acalmava os ânimos dos conflitos sociais. (DRAIBE, 1988). No plano econômico, o intervencionismo estatal encontrou sustentação na doutrina keynesiana.<sup>4</sup> Em consequência, no plano social, o mesmo intervencionismo justificou-se na instauração e na organização de um sistema de seguridade pública como direito do cidadão e obrigação do Estado.

A principal iniciativa nesse sentido foi o Plano Beveridge<sup>5</sup>, que incluiu no sistema de seguridade social todos os cidadãos e todas as necessidades sociais da vida moderna. Informa que a Política Social somente contempla ao cidadão que está associado à política de pleno emprego.

As políticas sociais provindas do sistema de seguridade social são classificadas como:

1) *políticas contributivas, contratuais e mercadorizáveis: voltada para o atendimento de*

<sup>4</sup> Essa doutrina fundamenta e propaga a necessidade de intervenção do Estado na economia mediante o investimento público, o trabalho intensivo, a propensão ao consumo e ao pleno emprego.

<sup>5</sup> Elaborado sob a coordenação do Sir William Beveridge, em plena segunda guerra mundial, incluiu no sistema de seguridade social todos os cidadãos e todas as necessidades sociais importantes da vida moderna, da época. Ainda acrescentou a esse suporte ideológico a concepção trifacetada de cidadania de T.H Marshall, que no final da década de 1940, incorporou ao lado dos direitos civis e políticos os serviços sociais, privilegiando o Welfare State como a instituição diretamente responsável por estes serviços, considerados como direitos sociais. (PEREIRA, 1997).

*necessidades apresentadas por cidadãos inseridos no mercado de trabalho (privado ou público) e/ou no sistema previdenciário contributivo.* (PEREIRA, 1997). Essa classificação visava garantir um rendimento ao trabalhador que por alguma situação (casamento, doença, nascimento ou morte) diminuem o seu poder aquisitivo. 2) *políticas distributivas: não contratuais, desenvolvidas sob a forma de prestação de benefícios e serviços sociais públicos, total ou parcialmente custeados pelo Estado, independente de prévias contribuições ou inserção no mercado de trabalho.* (PEREIRA, 1997). Essa classificação tem como objetivo atender a todos os cidadãos possuidores de renda ou não, e esse atendimento ocorre através de transferência *monetária* (programas de transferência de renda) e não monetária, com serviços, programas e projetos gratuitos, como por exemplo, os serviços de educação, saúde, assistência social e outros.

Essas classificações de políticas sociais contrapunha a noção de seguridade social inaugurada na Alemanha pelo chanceler Otto von Bismarck, que revela uma política que privilegia o status de cidadania, ultrapassa a visão contratualista de proteção social e vai englobar e proteger, como um dever do Estado, o pobre, o incapacitado para o trabalho, o desempregado.

O sistema capitalista desenvolveu-se no Brasil, com o objetivo de *moldar o sistema de proteção social sob a égide de um regime autoritário, nos quadros de um modelo concentrador e socialmente excludente de desenvolvimento econômico.* (DRAIBE, 1993). Sendo assim, Draibe (1993) aponta como periodização da construção das políticas sociais no Brasil, a década de trinta considerando o conjunto de transformações ocorridas neste período no que tange às formas de regulação social.

No Brasil, as políticas sociais estão diretamente relacionadas e direcionadas à regulamentação das profissões em que se encontrava cada pessoa e é o que Santos (1994) chama de cidadania regulada e o que será exposto no item a seguir.

### 1.3 A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

O Estado de Bem Estar Social estruturou-se no Brasil a partir do desenvolvimento econômico-industrial, quando os fatores políticos culturais expressaram uma mudança ideológica.

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos (1994), a primeira Constituição Brasileira (1824) não apresentava nenhuma originalidade em relação às demais constituições da época no que diz respeito à problemática social. O Brasil estava organizado no modelo escravocrata de produção e a Constituição revelava-se reacionária, visto a dificuldade de se desenvolver uma estratégia para encaminhar a problemática. O princípio da não regulamentação das profissões será reafirmado na Constituição Republicana de 1891, sendo consagrado à liberdade das profissões.

Neste período da república velha (1889 a 1930), a questão social desenvolveu-se no âmbito do Estado de forma dispersa e pontual sem a existência de um sistema de intervenção política definido e estruturado.

A proteção social foi conquistada pelas categorias profissionais mais organizadas politicamente e importantes do ponto de vista econômico. O aparecimento de associações privadas são respostas às inovações das regras do jogo político, ou seja, da acumulação capitalista, e uma tentativa de recuperar o privilégio e identidades das corporações de ofícios. Porém, o poder público reconhece que a problemática social não era estritamente privada e organiza as primeiras tentativas de proteção social em termos de categorias profissionais.

Antes da abolição do sistema imperial e no mesmo período da extinção do sistema escravocrata, surge a Lei nº 3.397 de 24 de novembro de 1888, que tem como finalidade amparar os empregados das Estradas de Ferro do Estado sob a forma de Caixas de Socorro, ou seja, promovendo auxílio durante fases de doença e/ou garantindo auxílio funeral.

Em 1889, promulga-se o direito a férias de quinze dias para os trabalhadores no abastecimento de água da Capital federal. Benefício este que logo foi estendido aos trabalhadores da Estrada de Ferro da Central do Brasil. Santos (1994) aduz que,

[...] uma vez iniciado a interferência do Estado na regulação da proteção social deflagra-se inexorável tendência à expansão do escopo dessa interferência, ainda que em ordem ou ritmos variáveis de país para país, levando a uma convergência na produção estatal, mais ou menos uniforme de uma política de Bem-Estar. (SANTOS, 1994, p.13).

No Brasil, este ritmo foi lento, pois ao longo da história observam-se tímidas modificações na legislação previdenciária, que por vezes não foram seguidas ao pé da letra provocando contradições na ordem jurídico institucional ao admitir a legitimidade de demandas coletivas. O sindicalismo tomava visibilidade na política brasileira e uma vez admitido, fixaram-se as metas pelas quais a população urbana industrial passou a lutar: regulamentação da jornada de trabalho, pelas condições do trabalho (acidente e higiene), pelo

descanso semanal e o direito a férias, e pela participação dos menores e das mulheres no processo de acumulação.

O Estado de Bem-Estar Social pode ser identificado, no Brasil, em meados da década de 1920, porém somente em 1988 com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil que o conceito de Seguridade ganhou visibilidade. No período compreendido entre 1930 e 1970, Draibe (1998), aponta algumas fases: 1930/1943: criação dos institutos de aposentadorias e pensões, legislação trabalhista e regulação de políticas nas áreas de saúde e educação. Há uma centralização dos recursos na Esfera Federal; 1945-1964: inovações nos campos da educação, saúde, assistência social e na habitação popular. Essas ações guiaram-se sob forma de benefícios e fragmentada quanto à intervenção social do Estado.

Ainda que de forma clientelista, as políticas distributivas foram sendo desenhadas no Brasil. A pobreza social e suas conseqüências, ou seja, prejuízos econômicos, ameaça do socialismo, multiplicação das organizações sociais, movimentos reivindicatórios a extensão da cidadania foi, segundo Pereira (1998), um conjunto de situações para a conscientização coletiva e o desenvolvimento de uma cultura voltada à construção de uma política que garantisse proteção à situação de pobreza.

A garantia jurídico-formal dos direitos e liberdades expressa em documentos solenes não se realiza no Estado de direito brasileiro. Já que temos direito de “ir e vir”, precisamos ter as condições. (BOBBIO, 2004). Para alguns, a sociedade industrial de massas ou a sociedade de consumo é a sociedade democrática, a incorporação da população ao mercado e o crescimento industrial são importantes. Porém, nem toda sociedade é sociedade democrática. Para tanto, é necessário que ocorra participação de todos os indivíduos nos mecanismos de controle das decisões, havendo, portanto real participação da massa nos rendimentos e produção.

A participação é formal e passiva, ou até mesmo imaginária, se a tecnologia subordina as pessoas, parece certo que a industrialização se dirige para a democratização. No entanto, nem a tecnologia nem a industrialização são garantias suficientes para a existência de uma sociedade democrática.

Os homens, se não participam efetivamente no controle das decisões e também nos rendimentos da produção, transformar-se-ão em consumidores. O pensamento irracionalista aparece, uns passam a admitir que existam pessoas que mandam e outras que obedecem, e a esses últimos resta apenas a presença passiva e ilusória. Formula-se assim um humanismo da miséria, em especial da miséria dos outros.



*Na vida política tudo se transforma em jogo, em cujo nome, idéias e sugestões desorientadas são tiradas cuidadosamente do colete.* (WEFFORT, 2003). Sem a sociedade democrática, é impossível proteger e conservar o Estado de Direito, tal Estado desaparecerá, dando espaço a qualquer inspiração momentânea da classe dirigente.

## 2 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL DURANTE A SEGUNDA REPÚBLICA

O período entre 1930 e 1940<sup>6</sup> é considerado um marco na História brasileira, pois a questão social foi vinculada à emergência de políticas sociais voltadas, sobretudo, à população urbano-industrial. Getúlio Vargas liderou e associou seu nome à modernização social, marcando o início de uma novidade política e institucional no mundo do trabalho, imprimindo mudanças ao criar as legislações trabalhistas e ao ampliar o conceito de cidadania.

Na década de 20, as oligarquias brasileiras buscavam conter os impulsos comunistas que emergiam e refletiam as ações que aconteciam em âmbito mundial. Tomam vulto reflexões sobre democratização e o sistema político em geral; sobre a indústria nacional; o sistema educacional brasileiro; as relações de trabalho e sindicais. Getúlio Vargas tornou-se Presidente do Brasil, em caráter provisório, em novembro de 1930. Os militares mais graduados haviam deposto o governo legal de Washington Luís (1926-1930), impedindo-o de dar posse ao candidato Júlio Prestes que, pelos resultados oficiais, havia derrotado Vargas nas eleições presidenciais de março desse mesmo ano.

É nesse processo político que se constrói um determinado tipo de “cultura política<sup>7</sup>”, que se destaca como fundamental apreendê-lo para, então, refletir-se sobre as mudanças ocorridas na contemporaneidade tanto no conceito de cidadania, quanto no novo ordenamento sobre o qual a política social é assentada.

A origem da intervenção do Estado no âmbito das relações de trabalho e da proteção dos riscos sociais faz parte da própria construção da sociedade fundada no trabalho assalariado, incidindo na regulamentação jurídica das relações e condições de trabalho, dando

---

<sup>6</sup> Os primeiros dez anos do governo da era Vargas. (FERREIRA, 2003).

<sup>7</sup> Para saber mais sobre o tema vale consultar: ALVARES, Sônia E.; DAGNINO, Evelina.; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino – americanos. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**; AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.28, 1995; BAQUERO, Marcelo. **Democracia, cultura e comportamento político**: uma análise da situação brasileira. PERISSINOTO, Renato; FUKS, Mario (Org.). **Democracia**: teoria e prática. 2002; BAQUERO, Marcelo. Construindo uma nova sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, n.21, 2003; PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, José; LIMONGI, Fernando. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. **Lua Nova**, n. 58, 2003; REIS, Bruno W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. **Revista de Sociologia e Política**, n.21, 2003; RENNÓ, L. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. **Revista Opinião Pública**, v. VII, n. 01, 2001.

origem à legislação trabalhista. Foi igualmente importante à ação organizada da nascente classe operária, no período de transição do capitalismo concorrencial para a fase monopolista, que impôs progressivamente a publicização do privado provocando a intervenção do Estado nos contratos de compra e venda da mão-de-obra, nas condições de trabalho, na saúde e na segurança social dos trabalhadores, por meio da legislação trabalhista, acidentária, sanitária e securitária.

Os direitos foram constituídos como campo individual, fundamentando-se como idéia de liberdade nos direitos civis e políticos e de igualdade nos direitos sociais. Porém, é no modo como aconteceu em cada país, ou seja, a participação do Estado na constituição dos direitos, que se apresentaram diferenças teóricas, as quais foram fundamentais para a análise de como foram gestados no Brasil.

Ambigüidade na anunciação dos direitos sociais, civis e políticos foi o que ocorreu no Brasil. Os direitos estavam, em sua maioria, vinculados à legislação trabalhista e, quando desvinculados, apresentavam intenções de serem efetivados sem a presença do Estado. No Brasil, as políticas sociais foram sendo construídas e embasadas no lugar em que as pessoas ocupavam no sistema de produção.

## 2.1 TRAJETÓRIA BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

O Brasil foi mantido como colônia de exploração portuguesa por três séculos, incorporou esta organização social demarcando a sua profunda relação de dependência ao Império lusitano. O sistema produtivo era baseado na agricultura extensiva e calcado no trabalho escravo. Este consistiu a característica marcante da sociedade brasileira presente ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, fator que revela a dificuldade de enunciação dos direitos civis, pois os escravos eram considerados objetos de posse e não lhes eram outorgadas a condição de seres humanos. Com a conveniência de que a escravidão era aceita pelos governos e pela Igreja, o tráfico de escravos foi uma atividade intensa que perdurou até meados de 1888 quando a escravidão foi abolida no Brasil, embora constasse legalmente que o tráfico havia cessado em 1850. (COUTO, 2004). No entanto, a abolição da escravatura não alterou significativamente as condições de vida da maioria da população brasileira.

O padrão das relações de poder foi mantido, uma vez que a questão da grande propriedade fazia vigorar a lei dos senhores, que se portavam como donos não somente dos

escravos, mas também dos trabalhadores brancos<sup>8</sup>. Esses grandes proprietários acabavam criando um sistema de justiça interno, onde suas decisões tornavam-se leis no âmbito de suas propriedades. Era nos limites de suas terras que os coronéis tornavam a justiça instrumento de poder pessoal. Foi neste capítulo da História que as relações de dependência pessoal foram estabelecidas, eliminando a possibilidade de uma relação livre e de cidadania. Assim, o sistema agro exportador, vigente nos períodos caracterizados como Colônia e Império, retratavam as relações entre proprietários x escravos x governo x população. Ocorreram os ciclos do pau-brasil, da cana-de-açúcar e da mineração, do café e da borracha.

A forte estrutura social centralizada no governo e nos grandes proprietários cerceava a circulação de informações e a construção dos movimentos coletivos. Era comum, no período de 1800, a proibição de livros vindos da Inglaterra e da França, por estabelecerem elementos de fomentação da discórdia. As idéias iluministas da Revolução Francesa e da Revolução Industrial foram consideradas inconvenientes para o Brasil. Porém, mesmo com a proibição dessas idéias, os estudantes das famílias abastadas que estudavam na Europa tornavam-se porta-vozes dessas idéias “inconvenientes”, contudo não encontravam respaldo em meio a uma massa analfabeta.

A constituição de uma classe burguesa foi, nos países da Europa, um movimento importante para a consolidação dos direitos políticos e civis, mas no Brasil a burguesia emergente interessava-se com a apropriação do Estado para realizar a garantia de seus interesses. Essa apropriação particularista dos privilégios pode ser considerada um dos vícios herdados do período colonial mais grave, pois se justifica o uso do aparato estatal e de todos os recursos públicos para interesses individuais ou de grupos. (DALLARI, 2000).

As elites brasileiras queriam emancipar-se da tutela portuguesa, marcada pelos princípios liberais e as questões dos direitos civis e políticos não eram pertinentes aos objetivos buscados. Logo depois da Independência, elegeu-se a Assembléia Constituinte, que em seguida foi dissolvida por parte do Imperador que assumiu a missão de legitimar ao Brasil uma constituição. Sendo assim, a primeira Constituição brasileira foi outorgada, imposta pelo monarca à sociedade. (FAUSTO, 2006). Nela, o direito de votar foi estabelecido para os homens livres que tivessem no mínimo 25 anos e uma renda mínima de 100 mil-réis. Ao tratar-se de bacharéis, clérigos e empregados públicos, o limite de idade consistia em 21 anos. No concernente ao atendimento às necessidades básicas da população, Couto (2004) informa

---

<sup>8</sup> Trabalhadores livres.

que não existia tal preocupação, sendo que as pessoas que estavam fora das relações de trabalho eram atendidas por religiosos, sem a interferência do Estado.

Do ponto de vista político, o Império brasileiro fora constituído por três períodos: o Primeiro Reinado até 1831, com Dom Pedro I como imperador; o período da Regência até 1840; e o Segundo Reinado até a proclamação da República em 1889, com Dom Pedro II.

O Primeiro Reinado foi marcado por disputas entre brasileiros e portugueses pelo controle do país. Em razão dessa disputa e também tendo em vista seus interesses na sucessão do trono de Portugal, Dom Pedro I acabou abdicando e voltando para a Europa, em 1831. Na Regência, o Brasil foi governado por pessoas da elite que tentaram descentralizar o poder. Os regentes procuraram fortalecer as províncias, diminuindo a dominação do poder central. Para tanto, foi necessário criar um corpo militar, a Guarda Nacional que seria formada por todos os cidadãos das províncias cuja convocação estava atrelada aos casos de revoluções ou de ameaças às fronteiras e voltada para aqueles que possuíssem armas. A Regência terminou principalmente por pressão das elites das grandes províncias que perceberam a necessidade de um comando centralizado. Assim, foi decretada, antecipadamente, a maioridade de Dom Pedro II, iniciando o Segundo Reinado.

Esse período foi o mais importante do Brasil no século XIX. Nos primeiros anos, foram formados os dois primeiros grandes partidos brasileiros: o Partido Conservador e o Partido Liberal. O primeiro era formado pela burocracia imperial e por altos funcionários da Corte que se aliaram aos grandes produtores de café da província do Rio de Janeiro, contavam também com apoio da Bahia e de Pernambuco. O segundo representava os interesses de São Paulo, Rio Grande do Sul e parte de Minas Gerais, foram favoráveis à descentralização do poder durante certo tempo, enquanto os conservadores reforçavam e sustentavam a centralização do poder nas mãos do imperador. (FAUSTO, 2006).

A crise do Império esteve agravada pelas desavenças entre a monarquia e a Igreja porque esta buscava ser mais autônoma em suas relação com o Estado. Fator esse que se chocava com o velho sistema de controle do Imperador sobre o clero. Contudo, Fausto (2005) assinala que talvez o fator mais importante na queda da monarquia, tenha sido a pressão de grupos da elite civil pela autonomia das províncias, aliada à pressão por um novo regime, por parte do Exército.

A partir de 1870, formou-se no Brasil um movimento que pretendia instituir o regime republicano. A derrubada do imperador, em 15 de novembro de 1889, obrigou a constituição de um Estado brasileiro com: órgãos de representação, instituições, poderes etc. Porém, havia a herança de uma sociedade escravocrata, de uma economia monocultora e latifundiária e de

um Estado monarquista, questões que dificultaram a implantação de mecanismos transformadores e garantidores de direitos sociais. (COUTO, 2004).

Assim, os direitos sociais no Brasil, embora alguns inscritos na Constituição de 1891 foram utilizados para a manutenção do *status quo* cuja relação entre a população e o governo era clientelista, resultando em uma relação de dependência entre aqueles que detêm o poder, a terra, os meios de produção e o capital e aqueles que vivem à margem da riqueza socialmente produzida.

Conforme Couto (2004), é no período de 1930 que os direitos sociais no Brasil tomaram forma para uma possível inversão de trajetória e os direitos sociais sejam os primeiros a serem efetivados. Anteriormente ao período Vargas, algumas medidas em relação ao descontentamento da classe trabalhadora já tinham sido tomadas pelo Estado, como por exemplo, a lei de seguro de acidentes de trabalho por seguradoras privadas, que fora aprovada com o apoio da burocracia estatal em 1919; e em 1923 foi implantada a previdência social dos ferroviários como resposta às lutas sociais e greves para manter a economia exportadora do café.

A desagregação da economia cafeeira, na década de 1930, resultando da conjuntura da crise nos mercados mundiais e da superprodução interna, permitirá, segundo Weffort (2003), a renovação da cúpula dirigente.

Encontram-se nas classes médias urbanas, os grupos mais importantes que pressionaram a derrubada da oligarquia. Dessas camadas saem os líderes mais radicais da década de 1920. Constituiu também o setor dominante da opinião pública que dirigiam para a realização das aspirações liberais-democráticas, situados nas grandes cidades, portanto fora da esfera de influência direta do “coronelismo”, que dominava as áreas rurais e os pequenos municípios, esses setores se constituíam na base de movimentos inconformistas contra a estrutura de poder baseada nos interesses agrários em particular os do café.

A década de 1920, marcada pelo confronto de idéias entre correntes divergentes, influenciadas pelos movimentos europeus, culminou com a crise econômica mundial de 1929. Esta crise repercutiu diretamente sobre as forças produtoras rurais que perderam do governo os subsídios que garantiam a produção.

Este confronto de idéias aglutinou-se em torno da Aliança Liberal, que apesar de sua heterogeneidade abarcavam temas relacionados à justiça social e à liberdade política. Os aliancistas propunham reformas no sistema político, a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais. Pregavam anistia para os perseguidos políticos e defendiam os direitos sociais, como por exemplo, a jornada de oito horas de trabalho, férias, salário mínimo,

regulamentação do trabalho para as mulheres e dos menores<sup>9</sup> e ainda propunham a diversificação da economia, com a defesa de outros produtos agrícolas além do café e a diminuição das disparidades regionais.

Realizadas as eleições em março de 1930, o candidato de Aliança Liberal, Getúlio Vargas, foi derrotado e enquanto alguns aliancistas reconheciam a derrota, outros decidiam preparar uma insurreição para chegar ao poder. A condução do movimento revolucionário ficou sob responsabilidade dos tenentes, que eclodiu em outubro e no dia três de novembro de 1930 Vargas assumiu a chefia do governo Provisório da Nação. As Primeiras medidas adotadas foram: o fechamento do Congresso Nacional, das Assembléias Estaduais e municipais, o afastamento dos governadores e a invalidação da Constituição de 1891. Vargas passou a governar através de decretos lei. (PANDOLFI, 2003).

Os aliancistas iniciaram cedo seus embates e a primeira divergência foi sobre a duração do Governo Provisório, alguns desejavam a instalação imediata da democracia, outros discordavam e diziam que a ordem democrática deveria ocorrer depois da instalação das reformas sociais, já para os tenentes, o processo revolucionário ainda não havia conseguido arruinar os alicerces do poder oligárquico.

As primeiras medidas adotadas pelo governo Provisório foram intervencionistas e centralizadoras, inspiradas nas reivindicações dos setores tenentistas. Entre elas estava o Sistema de Interventorias, um importante instrumento de controle do poder central na política local, onde o interventor era nomeado e subordinado ao Presidente da República. (PANDOLFI, 2003 apud, PANDOLFI, 1980).

No que se refere ao campo econômico é este o período considerado o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu ao Brasil investir no mercado interno e na produção industrial.

À medida que as propostas intervencionistas e centralizadoras eram implementadas, crescia a insatisfação dos setores oligárquicos [...] Os tenentes, por sua vez, temerosos com a força das oligarquias regionais, buscavam se organizar enquanto grupo. Para eles, a ameaça maior vinha não por parte dos ‘carcomidos’, isto é dos derrotados em 1930, mas dos “políticos profissionais”, aqueles que apesar de terem participado do movimento revolucionário, não haviam aderido ao “espírito da revolução. (PANDOLFI, 2003, p.21).

---

<sup>9</sup> Termo utilizado seguindo a lei menorista de 1927.

Sendo assim, vários movimentos militares ocorreram, incluindo revoltas, protestos, conspirações, e agitações, indicando que o país vivia sob um estado de indisciplina nos primeiros anos do Governo Provisório.

O primeiro semestre de 1932 foi marcado por crises sucessivas nos meios civis e políticos. Pressionado, o governo editou o Código eleitoral, que contemplava diversas bandeiras da Aliança Liberal, no que se refere à Assembléia Nacional Constituinte que iria ser convocada, além dos parlamentares eleitos pelo voto direto da população de eleitores, *participariam os representantes das associações de classes, eleitos indiretamente por delegados escolhidos pelos sindicatos de suas respectivas categorias profissionais.* (PANDOLFI, 2003, p.24).

A constituinte iniciou seu trabalho no dia 15 de novembro de 1933 e em julho de 1934 foi promulgada e um dia após, a promulgação, Getúlio Vargas foi eleito indiretamente Presidente da República. Inovadora em alguns aspectos a Constituição de 1934 atendia aos anseios liberais democráticos presentes no ideário da Revolução de 1930. A Constituição propunha um modelo de estado mais liberal e menos centralizador, diferentemente do que Vargas desejava.

Com o fim dos trabalhos constitucionais, Vargas reorganizou os ministérios contemplando os tenentes mais preteridos e distribuindo as pastas para os estados que o haviam apoiado na constituinte.

[...] Na busca de apoio para levar avante seu projeto político de fortalecimento do Estado e combate ao poder das oligarquias, Vargas voltou-se para os militares. [...] o projeto de Vargas passou a confluir com a estratégia que [...] se devia fazer a política *do* Exército e não a política *no* Exército. (PANDOLFI, 2003, p.30).

Este projeto político de fortalecimento estava em descompasso com o clima político do país, pois aconteceu a volta de exilados em 1932, o fim do regime discricionário e com o estabelecimento de uma nova ordem legal estimulou a participação política e fortaleceu o movimento social. Várias greves eclodiram no período e o processo político radicalizou-se. Criaram-se duas organizações políticas não-partidárias que tiveram abrangência nacional com programas definidos, porém totalmente divergentes entre si.

A Ação Integralista Brasileira - AIB foi criada em 1932 por Plínio Salgado, de cunho fascista, possuía uma estrutura organizacional paramilitar e pautava-se no nacionalismo e num



moralismo extremados. Defendia a integração total da sociedade e do Estado, que seriam representados pela própria AIB.

Já a Aliança Nacional Libertadora - ANL foi criada em março de 1935 e foi movida pelo modelo das frentes populares que nasceram na Europa para evitar o avanço do nazifascismo. (PANDOLFI, 2003, p.31). O objetivo primordial da ANL era fazer *oposição cerrada ao regime: defendia propostas antiimperialistas e levantava a bandeira da reforma agrária e das liberdades publicas*. (PANDOLFI, 2003, p.31).

Em novembro de 1935, aconteceu o levante comunista<sup>10</sup> liderado pela ANL e derrotado pela repressão governamental que extinguiu o movimento. O estado de guerra foi decretado por três meses e no fim desse tempo o governo entendeu ser necessária sua ampliação. Os liberais apoiaram as medidas de restrição adotadas pelo governo sob alegação de que o combate ao comunismo era a prioridade, sendo que tais medidas acabaram por fortalecer o poder do governante, que em 1937 liderou o golpe de Estado dando vassão a um novo regime. (CAPELATO, 2003, p. 116).

No que se refere à organização do Estado Novo buscou-se primeiramente a sua legitimidade e para tanto utilizaram-se duas estratégias, a propaganda política e a repressão aos opositores. *Aos meios de comunicação cabia a tarefa de exaltar a figura de Vargas, não só como conciliador entre as classes e protetor dos oprimidos, mas também como realizador do progresso material, o que significava vencer o atraso*. (CAPELATO, 2003, p.118). Quanto à repressão aos opositores essa aconteceu intensamente e sem contestação dos repressados que eram silenciados de alguma maneira. Tavares (2004), apresenta que no período de 1937 a 1945 Vargas “[...] tinha controlado a imprensa com uma mordaza saliente que apertava às vezes de um lado para afrouxar de outro, ou vice-versa [...]”. (TAVARES, 2004, p.64).

Os industriais foram se aproximando do poder federal, pois no início tinham boicotado a legislação trabalhista. Vargas tinha como meta principal superar o atraso e transformar o Brasil em um país desenvolvido do ponto de vista econômico, sendo uma das justificativas para o golpe a necessidade de produzir mudanças capazes de colocar o país em um patamar de progresso material.

*A ordem e o progresso* apontavam para a racionalização do mundo do trabalho e o controle social era tido como ameaça para os opositores do poder vigente. O próximo item conterá informações sobre esse novo ordenamento, ou melhor, ordenamento das políticas sociais no período de Vargas.

---

<sup>10</sup> Denominado de “Intentona” pelos anticomunistas. (CAPELATO, 2003, p.115).

## 2.2 A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA ERA VARGAS

Na conjuntura dos anos de 1930, a política foi direcionada para transformar as relações entre Estado e sociedade para a integração do mercado interno e o desenvolvimento da industrialização. A frase utilizada por Antônio Carlos em 1930, “façamos a revolução antes que o povo a faça”, constitui, segundo Weffort (1980), a divisão de todo o período histórico que se abriu com o movimento no qual certos setores agrários se anteciparam aos setores urbanos, definindo os limites desses últimos. Em consequência dessa antecipação na tomada do poder, as massas populares permaneceram coadjuvantes no jogo político.

Com a década de 1930, intensificou-se no Brasil o desenvolvimento de relações capitalistas que foram paulatinamente alterando as bases do Estado Oligárquico e patrimonial. Um novo cenário foi sendo desenhado no país: ocorreu um crescente processo de industrialização e urbanização; o mercado interno desenvolveu-se expandindo o sistema econômico; ocorreram mudanças nos órgãos governamentais e na esfera política. O governo Vargas caracterizou-se como sendo um Estado Nacionalista que passou a intervir e a reformular as relações econômicas de mercado, tanto no âmbito nacional quanto nas relações estabelecidas no plano econômico internacional.

O surgimento de novos grupos sociais, o rápido crescimento das cidades e as novas configurações da relação capital x trabalho, entre outros elementos, colaboraram para que o Estado realizasse políticas sociais, assumindo a responsabilidade pela gestão e execução de uma legislação trabalhista e sindical de maneira a conter as mobilizações decorrentes do novo modelo de sociedade que se firmava dentro do capitalismo emergente de caráter urbano.

Segundo Skidmore (1989), a Revolução de 1930 pode ter parecido apenas mais um capítulo na história das lutas entre as elites agrária e urbana em lenta transformação e que dominavam o Brasil desde a sua independência, em 1822. A estrutura social e as forças políticas do Brasil não sofreram mudanças da noite para o dia. O país permanecia esmagadoramente agrícola (mais de setenta por cento dos trabalhadores estavam na agricultura no ano de 1920).

A chamada Revolução de 1930 representou a derrubada das oligarquias rurais do poder político. Isso acabou por permitir o surgimento de um Estado autoritário com características corporativas, que fazia das Políticas Sociais o instrumento de incorporação da população trabalhadora urbana ao projeto nacional desse período, uma vez que o

desenvolvimento de um projeto político para o país era inviável, por não haver um grupo social legítimo que pudesse idealizá-lo e realizá-lo. O projeto nacional visou a encontrar meios para superar os capitais financeiros, sobretudo os norte-americanos, procurou valorizar os padrões da cultura do país em suas diversas expressões Estadistas porque encontrou no Estado condições para a criação de instrumentos como empresas estatais e o fortalecimento desse, identificado como público, defendeu também a valorização da mão-de-obra através da organização das leis trabalhistas.

A reorganização das superestruturas político-administrativas buscava estabelecer novas condições de relação e funcionamento das forças produtivas do mercado brasileiro. A criação de órgãos e empresas pelo Governo Federal teve a intenção de contornar as situações críticas advindas do processo político e da evolução econômica que o país presenciava. Através de incentivos à indústria nacional, o Estado aumentava sua interferência nas relações de mercado expandindo e diversificando a economia brasileira por meio de uma política econômica centralizada caracteristicamente burguesa.

A política centralizadora revelou-se como uma oposição às políticas liberais através da defesa de um nacionalismo econômico. O planejamento estatal foi implantado e passou a direcionar toda e qualquer política econômica e social gestada pelo Estado, ou seja, a política brasileira assumiu um caráter técnico. O Estado brasileiro criou empresas para atender aos setores básicos da economia cuja finalidade estava em garantir um desenvolvimento econômico rápido e uma estabilidade do país frente ao mercado externo.

Com o Estado interessado em aumentar e melhorar a indústria nacional, havia a necessidade de estudos sobre os projetos governamentais. Os novos problemas enfrentados pelo Estado, devido à complexificação das relações urbanas e à divisão social do trabalho, era essencial o planejamento das Políticas Públicas, a fim de dinamizar o sistema político-administrativo.

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930, foi uma das primeiras iniciativas do governo “revolucionário” implantado no Brasil. Esse órgão tinha como função concretizar o projeto do novo regime que visava a interferir sistematicamente no conflito entre capital e trabalho. Até então, no Brasil, as questões relativas ao mundo do trabalho eram tratadas no âmbito do Ministério da Agricultura.

Durante a gestão de Lindolfo Collor o Ministério do Trabalho conheceu intensa atividade legislativa referente à organização sindical e aos direitos trabalhistas e ainda esboçou as linhas-mestras de sua atuação nos anos seguintes. No campo da organização sindical, Lindolfo Collor declarava explicitamente que concebia os sindicatos como um

instrumento para mediar o conflito entre empregados e patrões. Seu objetivo era trazer as organizações sindicais para a órbita do novo ministério, de forma que elas passassem a ser controladas pelo Estado. Por outro lado, estimulava-se também a organização e reconhecimento de sindicatos patronais, na perspectiva de se construir uma organização social sobre bases corporativas. (FAUSTO, 2005).

O enquadramento dos sindicatos ocorreu em março de 1931, por um decreto que consagrava o princípio da unidade sindical e trazia as associações operárias assim como as patronais para a órbita do Estado, ao definir o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público. No caso dos trabalhadores, embora a legislação dispusesse que a sindicalização seria facultativa, apenas os sindicalizados poderiam gozar dos benefícios da legislação sindical. (FAUSTO, 2006).

Com a ascensão das classes sociais urbanas, novas formas de ação política emergem. Nessa esteira, o Estado propôs e aplicou a legislação trabalhista que regulou e, até suprimiu, as relações políticas entre os assalariados e empregadores. A legislação foi uma aliança entre o Estado e a burguesia com vistas a organizar a política operária segundo seus interesses. Havia por parte do Estado a intenção de atrelar os trabalhadores a uma política corporativa para se manter à ‘paz social’. O Estado tutelou os trabalhadores vinculando-os aos sindicatos através do imposto sindical que era anual e pago por todos, em bancos estatais que destinavam os depósitos aos sindicatos aliados ao Estado. Assim, apesar da política operária ter garantido alguns direitos básicos à reprodução da força de trabalho, também interferiu e dominou política e economicamente os trabalhadores, pois estes tiveram seus direitos reivindicatórios suprimidos pelos sindicatos já que as decisões, referente às relações de trabalho, eram elaboradas e impostas segundo os interesses do Estado brasileiro. (FAUSTO, 2005).

Nesse período, há uma densa discussão sobre a importância que o trabalho tem para o Estado Novo e para a cidadania. Que aparece subordinada e regulada pela esfera profissional, legalmente reconhecida pela burocracia estatal que confere atributos de cidadão (DUARTE, 1999), ou seja, o modelo getulista de proteção social definia-se por um controle social da classe trabalhadora. (FALEIROS, 2000).

A política trabalhista de Getúlio Vargas deu origem a vários mitos. O mais poderoso, segundo Fausto (2006), foi o da doação da legislação do trabalho pelas mãos de um presidente e bem-feitor que tinha legitimidade para receber em troca fidelidade e apoio por parte da grande massa, ignorando o período de lutas das classes populares que antecedeu o governo

Vargas em aproximadamente quarenta anos. Fausto (2006) destaca que, mesmo tendo existido, essas lutas lograram pouco ou nenhum êxito.

Para Santos (1979), o conceito chave para compreender a política econômica nesse período é o de cidadania regulada, significando um sistema de estratificação ocupacional que é definida por leis onde são consideradas cidadãs as pessoas que ocupam profissões reconhecidas e definidas legalmente. A cidadania estava embutida na profissão e os direitos dos cidadãos restringiam-se aos direitos do lugar que ele ocupava no processo produtivo. Havia os pré-cidadãos, que consistiam em todos os trabalhadores da área rural e urbana que, apesar de serem ativos no processo produtivo, não tinham suas ocupações regulamentadas por lei.

É nesse período, segundo Duarte (1999), que se estreita a relação entre ocupação e cidadania e que se proporcionam condições para o conceito de marginalidade. A relação que esse conceito de cidadania estabelece entre o indivíduo e o Estado era de proteção. Uma relação paterna onde o poder público definia tanto o que era ser cidadão quanto o que era ser marginal.

Esse projeto político foi intensamente criticado pelos socialistas, que denunciavam seu caráter corporativista e diluidor dos conflitos entre capital e trabalho. Por conta disso, nos primeiros tempos, somente os sindicatos das categorias com menor tradição organizativa aceitaram se enquadrar nas condições exigidas pelo Ministério do Trabalho para que fossem oficialmente reconhecidos.

Em virtude de conflitos políticos surgidos no governo em torno da reconstitucionalização do país, Vargas cuidou de regulamentar muitas iniciativas do período anterior como: o trabalho feminino e as Comissões Mistas de Conciliação. Além disso, em março de 1933, instituiu a carteira profissional e deu início à criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões que revolucionaram o tratamento da questão previdenciária no país, beneficiando diversas categorias profissionais<sup>11</sup>.

Em maio de 1933, foram realizadas eleições para a Assembléia Constituinte com aprovação da Constituição de 1934, em substituição à de 1891. A diferença entre essas Constituições consistia nas mudanças sociais e políticas ocorridas no Brasil, nesse espaço de tempo. A nova Constituição criou a chamada “representação profissional”, pela qual os sindicatos (patronais, operários, de comerciários etc.) indicavam novos membros para o Congresso Nacional. Foram instituídas normas em relação a temas que não eram abordados

---

<sup>11</sup> Mais detalhes sobre a criação dos IAP's consultar FERREIRA (2003).

em 1891 como leis sociais e organização dos sindicatos. Houve também a instituição do voto feminino obrigatório, mas só para as mulheres funcionárias públicas.

Com a promulgação da Constituição de 1934<sup>12</sup>, chegou ao fim o chamado governo provisório instaurado com a Revolução de 1930. A nova Constituição introduziu no país uma nova ordem jurídico-política que consagrava a democracia, com a garantia do voto direto e secreto, da pluralidade sindical, da alternância no poder, dos direitos civis e da liberdade de expressão dos cidadãos.

Neste período, o Ministério do Trabalho realizou um controle sobre as organizações sindicais, principalmente após o fracassado levante armado articulado por setores da Aliança Nacional Libertadora - ANL<sup>13</sup>, em novembro de 1935, que desencadeou inúmeras intervenções em sindicatos cujos diretores foram afastados e/ou substituídos por pessoas consideradas confiáveis sob a alegação de que se cumprisse a legislação trabalhista adotada pelo governo. No bojo dessas contravenções, instituiu-se ainda o seguro em caso de acidente de trabalho e foram previstas indenizações em caso de demissão sem justa causa no comércio e na indústria. O processo de criação e organização dos Institutos de Aposentadoria e Pensões também teve continuidade.

A construção do Estado Novo foi considerada o complemento da Revolução de 1930 cujos ideais estavam contemplados na constituição liberal de 1934. Esse Estado foi arquitetado em nome do urgente processo de modernização exigido pelo estágio capitalista internacional que influenciava mercados periféricos como o brasileiro. A legitimação do Estado Novo foi sustentada pela criação de um projeto social autoritário com ação voltada para a arena dos direitos sociais, entendidos como necessários para o estímulo do processo de industrialização. Para dar continuidade a esse processo, em novembro de 1937, outorgou-se uma nova constituição que incluía um dispositivo autoritário, com leis rigorosas de censura, Vargas pôde conduzir sua política sem que a oposição pudesse se manifestar legalmente.

Nos primeiros anos do Estado Novo, foi regulamentado o salário mínimo (1940) e, em agosto de 1940, foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS. Em 1º de maio de 1941 foi inaugurada a Justiça do Trabalho, iniciando a cobrança do imposto sindical. Com a sistematização de toda a legislação social e o aprimoramento na Consolidação das Leis

---

<sup>12</sup> Terceira constituição do Brasil e segunda da República, a Constituição de 1934 foi promulgada a 16 de julho desse ano. Inspirada na Constituição alemã de Weimar preservava o liberalismo e o presidencialismo, mantendo a independência dos três poderes e fixando em caráter excepcional a eleição do primeiro presidente eleito por voto indireto da assembléia.

<sup>13</sup> Constava a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização de empresas estrangeiras, a realização da reforma agrária, a defesa das liberdades públicas e a instalação de um governo popular e democrático.

do Trabalho - CLT que Vargas criou o cartão de apresentação de suas iniciativas em prol do trabalhador. (D'ARAÚJO, 1997).

A relação da Assistência Social foi exponenciada quando Darcy Vargas<sup>14</sup>, a esposa do presidente, reuniu senhoras da sociedade para acarinhar pracinhas brasileiros da Força Expedicionária Brasileira - FEB, combatentes da II Guerra Mundial, com cigarros e chocolates. No pós-guerra, a legião de senhoras direcionou suas ações para assistir as mulheres e as crianças dos pracinhas que necessitavam de auxílio para a sobrevivência.

Com caráter eminentemente clientelista e assistencialista, em outubro de 1942, a Legião Brasileira de Assistência - LBA tornou-se uma sociedade civil sem fins lucrativos com objetivo de congregar as organizações de “boa vontade”. Estendeu suas ações para as famílias da grande massa não previdenciária, subordinando essa atenção aos momentos de crise ou à ocorrência de calamidades, assumindo um caráter eminentemente paliativo.

Neste mesmo ano, também é inaugurado o Serviço de Assistência ao Menor – SAM que consistia em um órgão do Ministério da Justiça com orientação correccional-repressiva e que funcionava como o sistema Penitenciário para a população menor de idade. Previa atendimento diferenciado para o adolescente autor de ato infracional e para o adolescente pobre e abandonado através de internatos, reformatórios, casas de correção, patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos. Além do SAM, algumas entidades federais de atenção à criança e ao adolescente ligadas à figura da primeira dama foram criadas. Alguns destes programas visavam ao campo do trabalho, sendo todos eles atravessados pela prática assistencialista.

Mais tarde expandiu seu atendimento, com programas direcionados a crianças e aos adolescentes órfãos da guerra, vale pontuar alguns: **Casa do Pequeno Jornaleiro**: programa de apoio a jovens de baixa renda baseado no trabalho informal e no apoio assistencial e sócio-educativo; **Casa do Pequeno Lavrador**: programa de assistência e aprendizagem rural para crianças e adolescentes, filhos de camponeses; **Casa do Pequeno trabalhador**: programa de capacitação e encaminhamento ao trabalho de crianças e adolescentes urbanos de baixa renda; **Casa das Meninas**: programa de apoio assistencial e sócio-educativo às adolescentes com problemas de conduta.

---

<sup>14</sup> Nos anos do Estado Novo, liberada da tarefa da educação dos filhos, ela parecia em solenidades públicas, simbolizando ao lado do marido, no papel de primeira – dama, o valor da família bem constituída, e empenho-se em atividades assistenciais de grande visibilidade como a Fundação Darcy Vargas, que tinha como um de seus ramos a Casa do Pequeno Jornaleiro, financiada principalmente pelos empresários da informação. Por essa via estabelecia-se um canal de entendimento entre a grande imprensa e o governo. (FAUSTO, 2006).

No campo da Assistência Social, o governo também introduziu importantes mudanças. Ao lado das Caixas de Aposentadoria e Pensões (que vinham desde a década de 1920) foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões que eram órgãos controlados pelo Estado e responsáveis pela extensão de direitos sociais às categorias de trabalhadores.

O Estado Novo vigorou entre 1937 a 1945, sendo marcado no campo social, pela instalação do aparato executor das Políticas Sociais, dentre elas destacam-se: a legislação trabalhista, a obrigatoriedade do ensino e a cobertura previdenciária associada à inserção profissional - alvo de críticas por seu caráter não universal. O governo de Vargas procurou reconhecer o trabalhador fortalecendo assim um projeto político e introduzindo uma cultura dos direitos via Estado. (FERREIRA, 2003).

O perfil das Políticas Sociais no Brasil de 1930 a 1945 foi marcado pelos traços do autoritarismo e centralização técnico – burocrático, pois emanavam do poder central, medidas autoritárias e paternalistas, que se baseava na legislação trabalhista, ofertada como concessão numa estrutura burocrática e corporativa.

O declínio do Estado Novo foi resultado de uma conjugação de fatores internacionais e nacionais. A vitória das forças democráticas na Segunda Guerra deu novo prestígio à democracia no Brasil, pelo menos nos setores da sociedade que tinham mais influência (jornalistas, intelectuais e profissionais liberais). Clima que ajudou a engrossar a oposição ao Estado Novo, criando a necessidade de preparar o caminho para a democratização. Getúlio Vargas buscou apoio na mobilização popular dos setores políticos e de trabalhadores que sempre haviam estado a seu favor, bem como buscou se aproximar dos comunistas que estavam na ilegalidade ou presos. Assim, houve um movimento social chamado “queremismo” (nome tirado do slogan “queremos Getúlio”) que reivindicava a convocação de eleições para uma constituinte, mas insistia em manter Vargas no poder até a promulgação de uma nova Constituição e com ela a realização de novas eleições.

Outro fator consistiu na divisão do mundo em grandes potências, o que obrigava o Brasil a tomar uma posição. No governo, havia os que defendiam a aproximação com Alemanha e Itália e os partidários de Inglaterra, França e Estados Unidos. O regime getulista aproximara-se dos países totalitários (Alemanha e Itália) por razões ideológicas e por interesses comerciais: os alemães compravam o algodão brasileiro, quebrando a hegemonia dos EUA nesse comércio. Porém, em 1939, com o início da guerra foi preciso fazer uma nova opção: Vargas acabou pendendo para as forças democráticas, por razões de ordem prática, ou seja, percebeu o significado da posição do Brasil no mundo ocidental marcada pela enorme influência do “grande irmão do norte”, os EUA. Assim, com a Segunda Guerra Mundial já



iniciada e com ela as investidas dos alemães contra a Marinha brasileira consolidou-se a ruptura da relação com os países do eixo. Em um clima patriótico, criaram-se condições para que o Brasil mandasse a FEB lutar na Itália, o que fez com que os “pracinhas” fossem recebidos como heróis nas cidades brasileiras no final da guerra, em 1945.

Nesse cenário, aconteceu a estruturação do Partido Trabalhista Brasileiro cujo objetivo foi canalizar o prestígio de Vargas para a disputa eleitoral. A cúpula militar, que até então apoiara o ditador, não aceitou o rumo dado pelo “movimento queremista” e depôs o presidente, com a participação de grupos da elite civil. Desse modo, dois partidos políticos foram criados: o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB vinculado às massas trabalhadoras; e o Partido Social Democrata - PSD vinculado às oligarquias rurais que ainda deixava em evidência o poder de Vargas.

Vargas conservava intacto seu prestígio junto à população e a determinados setores, como a maioria dos industriais. Aqueles que o depuseram não pretenderam colocá-lo fora do jogo político, mas apenas tirá-lo do poder central. Assim, Getúlio Vargas foi deposto em outubro de 1945 e substituído provisoriamente pelo ministro José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal. As eleições gerais foram realizadas em dezembro daquele ano.

O Estado Novo foi falsamente apresentado para o povo, pelos governantes, como a verdadeira democracia. Período no qual foram: suprimidas as eleições, os partidos e a liberdade de expressão; introduzidas a censura e a tortura a presos políticos, em especial aos comunistas. Contraditoriamente o Estado Novo obteve apoio popular mesmo que silencioso, pois habilmente Vargas captou a seu favor as comemorações do 1º de maio para reforçar os laços simbólicos com a classe trabalhadora. Havia uma expectativa a respeito do 1º de maio, pois em meio ao discurso solene de Vargas iniciado pela expressão “Trabalhadores do Brasil”, esperava-se por algum novo benefício. (FAUSTO, 2006).

A fala discursiva de Getúlio era monótona, solene e retórica, apesar da admiração que ele mostrara pelos discursos enxutos de Roosevelt. Getúlio costumava pedir aos seus revisores que podassem as “quixotadas”, ou seja, as palavras rebuscadas, mas segundo sua filha Alzira (FAUSTO, 2006) acabava repondo as tais quixotadas, pois as considerava poética. Getúlio evitava a emoção nos enunciados, pronunciava seus discursos sempre com ar de campanha. O conteúdo de sua fala acentuava o propósito de atender as carências dos humildes - segundo Fausto (2006), nomenclatura vaga mais eficaz – precisamente aos trabalhadores.

### 3 AS POLÍTICAS SOCIAIS NOS DISCURSOS DE VARGAS

A seguir os títulos dos discursos pesquisados e a sinalização dos discursos utilizados para a pesquisa.

(continua)

DATA	TÍTULO DO DISCURSO	EIXOS: EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO
<b>A NOVA POLÍTICA DO BRASIL I</b>		
01/01/1930	Lida na Esplanada do castelo. <b>1) A plataforma da aliança liberal</b>	X
04/10/1930	Discurso pronunciado em Porto Alegre Rio Grande, de pé, pelo Brasil.	
03/10/1930	Discurso de posse na chefia do Governo provisório, perante a Junta Governativa. <b>2) Nova organização administrativa do país.</b>	X
02/01/1931	Discurso pronunciado no banquete oferecido pelas classes armadas. <b>3) A Revolução, suas origens e o seu programa.</b>	X
23/02/1931	Discurso pronunciado em Belo Horizonte no banquete oferecido pelo governo do estado. Os saldos ouro e o problema siderúrgico.	
04/05/1931	Discurso pronunciado no palácio de catete, instalando a comissão Legislativa. <b>4) A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos.</b>	X
05/07/1931	Discurso pronunciado no banquete oferecido ao Corpo Diplomático. O reconhecimento do Governo da revolução pelos governos estrangeiros e a política extrema do Brasil.	
20/09/1931	Discurso pronunciado no almoço da Associação Brasileira de imprensa. A imprensa e a convocação da reconstituente	
03/10/1931	Manifesto à nação lido em sessão Solene, no teatro municipal. <b>5) O primeiro ano do Governo Provisório e as suas diretrizes.</b>	X
<b>A NOVA POLÍTICA DO BRASIL II</b>		
04/03/1932	Discurso aos representantes do club 3 de outubro, em Petrópolis. A volta do país ao regime constitucional.	
14/05/1932	Manifesto à nação Lido em sessão solene no edifício da câmara dos deputados. A revolução e o regime Legal.	
11/06/1932	Discurso pronunciado a Bordo do encouraçado São Paulo. A renovação da esquadra brasileira.	
12/07/1932	Manifesto à nação A Produção Paulista	
20/09/1932	Manifesto ao Povo de São Paulo.	
29/10/1932	Discurso pronunciado em 29 de outubro de 1932. <b>6) As classes trabalhadoras e o governo da Revolução</b>	X
11/06/1933	Discurso pronunciado na Escola Naval. A marinha Nacional	

(continua)

DATA	TÍTULO DO DISCURSO	EIXOS: EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO
<b>A NOVA POLÍTICA DO BRASIL II (cont.)</b>		
18/08/1933	Discurso pronunciado na Baía. <b>7) A instrução profissional e a educação moral, cívica e agrícola.</b>	X
05/09/1933	Discurso pronunciado em Recife. O açúcar e a industrialização do álcool.	
08/09/1933	Discurso pronunciado em João Pessoa. A Paraíba na revolução e as obras contra as secas.	
18/09/1933	Discurso pronunciado em Fortaleza. Os problemas do Nordeste e a ação do Governo provisório.	
27/09/1933	Discurso pronunciado em Belém. A borracha e o aproveitamento das riquezas naturais da Amazônia.	
07/10/1933	Saudação ao general Agustín Justo, no banquete realizado no Itamarati. A amizade argentino-brasileira I.	
13/10/1933	Saudação ao general Augustin Justo a bordo do encouraçado Moreno. A amizade argentino-brasileira II.	
<b>A NOVA POLÍTICA DO BRASIL III A REALIDADE NACIONAL EM 1933 (RETROSPECTO DAS REALIZAÇÕES DO GOVERNO, EM 1934)</b>		
15/11/1933	<b>8) Mensagem lida perante a Assembléia Nacional constituinte, no ato de sua instalação.</b>	X
24/05/1934	Discurso pronunciado em almoço na Vila militar – “grupo escola”, onde foi assinado o decreto de reajustamento do exército. A ação do Governo Provisório em prol do exército.	
11/06/1934	Discurso pronunciado em almoço oferecido pela armada no novo edifício do arsenal de marinha do Rio de Janeiro. A ação do governo Provisório em prol da marinha.	
16/06/1934	Discurso pronunciado no Gabinete português de leitura, em sessão solene. A língua vínculo das relações luso-brasileiras.	
25/06/1934	Discurso pronunciado na manifestação promovida pelos cinematografistas. O cinema nacional elemento de aproximação dos habitantes do país.	
06/1934	Manifesto à nação. <b>9) O Brasil em 1930 e as realizações do governo provisório.</b>	X
09/07/1934	Oração ao povo argentino.	
12/07/1934	Discurso pronunciado na instituição da “casa do jornalista”. A imprensa e a revolução de 1930.	
15/08/1934	Discurso pronunciado no ministério da fazenda, perante a comissão de estudos financeiros. A reorganização financeira dos estados e municípios e o esquema das dívidas externas.	
18/08/1934	Saudação ao presidente Gabriel Terra em banquete a sua excelência, oferecido no itamarati. A secular amizade uruguaio- brasileira.	
07/09/1934	Discurso pronunciado na esplanada do castelo, por ocasião da cerimônia do juramento à bandeira. A união sagrada dos brasileiros.	
07/09/1934	Discurso pronunciado no “Rotary Club”. O Rotary club do Brasil e a comunhão internacional.	

(continua)

DATA	TÍTULO DO DISCURSO	EIXOS: EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO
<b>A NOVA POLÍTICA DO BRASIL III (cont.) A REALIDADE NACIONAL EM 1933 (RETROSPECTO DAS REALIZAÇÕES DO GOVERNO, EM 1934)</b>		
08/09/1934	Discurso pronunciado na associação comercial do Rio de Janeiro. A cooperação da Associação comercial do Rio de Janeiro com os poderes públicos.	
20/10/1934	Saudação ao Cardial Pacelli. A igreja e a tradição cristã do povo brasileiro.	
<b>A NOVA POLÍTICA DO BRASIL VI</b>		
01/08/1938	Impressões transmitidas aos jornalistas acreditados junto ao palácio do catete por ocasião de regressar da visita aos dois estados. Minas Gerais e São Paulo.	
19/08/1938	Discurso em campos, no banquete oferecido pelas classes conservadoras. O progresso de campos.	
20/08/1938	Agradecimento pela manifestação dos prefeitos do Estado do Rio de Janeiro em Niterói. Os municípios fluminenses.	
23/08/1938	Saudação ao interventor Adhemar de Barros e aos secretários do governo Paulista, por ocasião do banquete oferecido no palácio Guanabara. O estado Novo e São Paulo.	
07/09/1938	Discurso pronunciado no salão de honra do palácio Guanabara, encerrando as comemorações da “semana da pátria e da raça”, e irradiado através da rede nacional de emissoras. A semana da pátria e da raça.	
14/10/1938	Improviso, no quartel do 2º R.A.M após a excursão à baixada fluminense. O trabalhador da terra e o trabalhador do quartel.	
01/11/1938	Improviso por ocasião de inaugurar-se a estação de hidro-aviões no aeroporto Santos Dummont. A aviação nacional.	
10/11/1938	Entrevista à imprensa no primeiro aniversário da nova constituição. <b>10) O estado novo e o momento brasileiro.</b>	X
10/11/1938	Discurso pronunciado na inauguração do edifício do ministério do trabalho indústria e comércio. <b>11) Amparo às classes trabalhadoras.</b>	X
23/11/1938	Improviso por ocasião da visitação supremo tribunal federal. O supremo tribunal federal.	
30/11/1938	Improviso agradecendo as manifestações dos membros da associação brasileira de imprensa e do sindicato de jornalistas profissionais ao ser promulgada a lei que beneficia a classe dos jornalistas. O trabalho profissional dos jornalistas.	
08/12/1938	Discurso pronunciado no palácio Tiradentes ao comemorar-se “o dia do funcionário publico” O funcionário público e o serviço da nação.	
13/12/1938	Discurso pronunciado no estádio do fluminense foot-ball club. O exército e a marinha confraternizados no serviço da pátria.	
20/12/1938	Entrevista do Lokal Anzeiger publicada em Berlim. O novo regime e as realidades brasileiras.	

(continua)

DATA	TÍTULO DO DISCURSO	EIXOS: EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO
<b>A NOVA POLÍTICA DO BRASIL VI (cont.)</b>		
24/12/1938	Entrevista ao Corriere Della Sera. O regime democrático e a constituição de 10 de novembro.	
26/12/1938	Improvisado na escola militar por ocasião da declaração de novos aspirantes. Os aspirantes da Escola militar.	
31/12/1938	Palavras, aos membros do conselho federal de comércio exterior. O conselho federal de comercio exterior.	
01/01/1939	Discurso pronunciado no palácio Guanabara através da rede emissora nacional. <b>12) Saudação ao povo brasileiro.</b>	X
24/03/1939	Discurso no arsenal de guerra, ao serem vistos os primeiros canhões dos encomendados pelo governo. Os novos canhões recebidos para o exercito.	
11/04/1939	Discurso pronunciado em areias, ao ser entregue ao tráfego a estrada de rodagem Rio- Baía. O plano rodoviário do governo.	
01/05/1939	Discurso em resposta à saudação do ministro do trabalho interprete das classes trabalhadoras. <b>13) O dia do trabalho.</b>	X
08/05/1939	Improvisado na sessão de reinstalação do conselho federal de comércio exterior. Reinstalação do conselho federal de comércio exterior.	
02/06/1939	Improvisado na ocasião do lançamento da Pedra fundamental do Novo edifício do ministério da fazenda. Novo edifício para o ministério da fazenda	
04/06/1939	Improvisado no almoço oferecido no hipódromo brasileiro. A criação do cavalo nacional.	
13/06/1939	Entrevista a el mercúrio, de Santiago, Chile. A política e a cultura.	
17/06/1939	Discurso pronunciado na fábrica de piquete. Problemas de defesa nacional.	
19/06/1939	Entrevista ao Paris sir. <b>14) O Brasil no seu regime político, entre as outras nações.</b>	X
18/07/1939	Saudação aos bispos brasileiros por ocasião do banquete oferecido no palácio do itamarati. O Brasil sob o símbolo da cruz.	
29/08/1939	Discurso pronunciado em São Paulo, por ocasião de ser lançada a pedra fundamental da ponte sobre o rio Tietê. A ponte sobre o rio Tietê e a marcha para o oeste.	
29/08/1939	Discurso pronunciado na inauguração d edifício da caixa econômica de São Paulo <b>15) As caixas econômicas federais.</b>	X
07/09/1939	Discurso pronunciado na esplanada do castelo, por ocasião de comemorar-se a “hora da independência”. <b>16) O sentido continental das comemorações da independência.</b>	X

(continua)

DATA	TÍTULO DO DISCURSO	EIXOS: EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO
<b>APÊNDICE</b>		
07/09/1937	Discurso pronunciado na esplanada do castelo, por ocasião de comemorar-se a “hora da independência”. <b>17) A ação patriótica dos brasileiros.</b>	X
15/11/1937	Resumo ao improvisado dito por ocasião de inaugurar-se o monumento do Marechal Deodoro. Perante o monumento do Marechal Deodoro da Fonseca.	
14/12/1937	Entrevista ao financial Times. A situação econômica e financeira do Brasil	
16/12/1937	Entrevista à gazzeta del Popolo (itália). <b>18) Os problemas nacionais no Estado Novo.</b>	X
<b>A NOVA POLÍTICA DO BRASIL VII NO LIMIAR DE UMA NOVA ERA (20 DE OUTUBRO DE 1939 A 29 DE JUNHO DE 1940)</b>		
20/10/1939	Discurso respondendo às manifestações dos jornalistas, por ocasião da visita ao edifício da associação brasileira de imprensa. O governo e a imprensa perante a guerra.	
24/10/1939	Improvisado na manifestação recebida em porto novo do Cunha. A finalidade da revolução de 1930	
24/10/1939	Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelas classes conservadoras e trabalhistas no ginásio leopoldinense em Leopoldina, Minas. A estrada de rodagem Rio-Bahía.	
10/11/1939	Discurso pronunciado por ocasião do almoço oferecido pelo exército. O aparelhamento e a renovação do exército.	
10/11/1939	Discurso pronunciado no palácio do catete, ao ser inaugurada a conferência nacional de economia e administração. <b>19) A atualidade brasileira e a solução dos seus problemas.</b>	X
15/11/1939	Discurso pronunciado ante do desfile das forças de terra e mar, na praça paris ao comemorar-se o cinquentenário na proclamação da república. A cinquentenário da proclamação da república.	
18/11/1939	Discurso pronunciado no encerramento da conferência nacional de economia e administração. <b>20) A divisão do país em zonas geo-econômicas.</b>	X
05/12/1939	Discurso pronunciado na catedral de Petrópolis. Ao ser inaugurado o mausoléu dos imperadores Dom Pedro II e Tereza Cristina. O imperador II e os seus grandes serviços ao Brasil.	
24/12/1939	Discurso pronunciado no palácio Guanabara, em comemoração do natal. <b>21) O bem-estar e a saúde das mães e das crianças.</b>	X
05/01/1940	Discurso pronunciado em São Paulo ao paraninfar a turma dos diplomados de 1939 no instituto profissional masculino. <b>22) O ensino técnico profissional.</b>	X
07/01/1940	Improvisado, em Campinas, por ocasião de se instalar o terceiro congresso algodoeiro. A cultura do algodão em são Paulo e a economia nacional.	

(continua)

DATA	TÍTULO DO DISCURSO	EIXOS: EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO
<b>VISITA AO ESTADO DE SANTA CATARINA</b>		
09/03/1940	Discurso pronunciado ao inaugurar-se a base de aviação naval e são Francisco. As bases navais do Brasil.	
10/03/1940	Discurso pronunciado no teatro Carlos Gomes, em Blumenau, por ocasião do banquete oferecido pela municipalidade. O sentimento de brasilidade em Blumenau.	
11/03/1940	Discurso oferecido no edifício da assembléia legislativa, em Florianópolis, por ocasião do banquete oferecido pelo interventor do estado. <b>23) Santa Catarina, seu progresso e seus novos problemas.</b>	X
12/03/1940	Improviso, na sacada do palácio do governo, em Porto alegre, após o desembarque agradecendo as manifestações da população. Em dois anos do Novo Regime.	
12/03/1940	Improviso por ocasião do churrasco oferecido pelos frigoríficos nacionais em Porto Alegre. O estabelecimento de frigoríficos nacionais em Porto Alegre e a preparação da carne a frio.	
12/03/1940	Entrevista coletiva à empresa no palácio do governo em Porto alegre. <b>24) Realizações e projetos do Estado Novo.</b>	X
13/03/1940	Improviso, na visita ao palácio do comércio, em Porto Alegre, agradecendo grande manifestação popular. Cooperação do comercio com o governo no Rio Grande do Sul.	
13/03/1940	Discurso pronunciado em Porto Alegre por ocasião da homenagem das classes conservadoras. As classes conservadoras riograndenses.	
16/03/1940	Improviso, em Rosário. Na campanha riograndense.	
17/03/1940	Discurso pronunciado em Saicam, no almoço em que estiveram as altas autoridades militares presentes às manobras. As manobras de Saicam.	
<b>VISITAS AO ESTADO DE SÃO PAULO</b>		
27/04/1940	Improviso, em São Paulo, na inauguração do Estádio de Pacaembu. O estádio de Pacaembu e a cultura cívica da mocidade.	
27/04/1940	Discurso pronunciado em agradecimento ao almoço oferecido pelos prefeitos paulistas. O esforço dos prefeitos paulistas na obra reconstrutiva do estado novo.	
28/04/1940	Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelas classes conservadoras paulistas. Espírito de progresso paulista harmônico com a obra do governo nacional.	
01/05/1940	Discurso pronunciado no estádio do Vasco da Gama, Rio de janeiro, por ocasião das comemorações do dia do trabalho. <b>25) A política trabalhista do governo e seus benefícios.</b>	X

(conclusão)		
DATA	TÍTULO DO DISCURSO	EIXOS: EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO
<b>VISITA AO ESTADO DE MINAS GERAIS</b>		
12/05/1940	Improviso, da sacada do palácio da liberdade agradecendo as manifestações populares na recepção em Belo Horizonte. Atividade do povo mineiro e a mentalidade renovadora do Brasil.	
12/05/1940	Discurso pronunciado em Belo Horizonte na inauguração do Minas Tênis Clube. O Minas Tênis Clube e a melhoria das condições físicas do homem.	
13/05/1940	Discurso pronunciado no Minas Tênis clube agradecendo o banquete oferecido pelo governador do estado. Forma jurídica definitiva para o Novo Regime.	
29/05/1940	Improviso, na inauguração da exposição de mapas municipais. A exposição de mapas municipais	
11/06/1940	Discurso pronunciado abordo do encouraçado Minas Gerais, capitania da esquadra nacional. No linear de uma nova era.	
17/06/1940	Discurso pronunciado na sessão semanal Conselho Federal Comércio Exterior a propósito do envio de uma comissão comercial brasileira e a países da América. Intercâmbio comercial do Brasil com países americanos.	
29/06/1940	Discurso pronunciado na ilha Viana ao realizar-se a homenagem da federação dos marítimos. A posição do Brasil na América.	

Fonte: Elaborado pela autora (2007).

### 3.1 OS EIXOS DE ANÁLISE E AS FALAS DE VARGAS

Nos primeiros anos a frente da Nação, Vargas em seus discursos, normalmente realizava um panorama geral da política vivenciada antes dele e o momento atual mostrando à população os avanços realizados. O período de 1930 a 1940 é marcado por muitas mudanças na legislação brasileira e para a análise dos discursos serão utilizados quatro princípios trazidos por Sônia Draibe (1993) e dois princípios pertinentes à problemática apresentada, os quais pontuamos:

**1) Centralidade política e financeira das ações sociais do governo:** as quais desapropriam os Estados e municípios dos instrumentos de intervenção social, ou seja, concentração dos recursos financeiros, estabelecimentos de normas gerais para as políticas sociais e submete a aplicação dos fundos federais para as decisões da União, evitando



qualquer tipo de repasse automático. Ainda reduz a ação do Executivo Federal por complexos organizacionais ou por organismos da administração indireta, empresas estatais, fundações e/ou autarquias. (DRAIBE, 1993).

**2) Fragmentação Institucional:** a qual consiste na burocratização excessiva, bloqueio da formulação e da implantação e planos gerais para cada setor da política nacional, ausência de mecanismos de controle social, superposições de programas e de clientelas como expressão da desintegração institucional. (DRAIBE, 1993).

**3) Exclusão da participação social e política da população nos processos de decisão:** o qual suprimiu a participação de sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais nos setores tecnocraticamente concebidos e geridos, ainda pontua que as diretrizes básicas das políticas sociais não foram objeto de discussão no parlamento, eliminando os mecanismos de controle público. (DRAIBE, 1993).

**4) O uso clientelístico da máquina do Estado:** é explicado pela ausência de controle público o qual deixa marcas no funcionamento do sistema, através da política de favores, utilizada para os governos, partidos e personalidades como recurso de poder. (DRAIBE, 1993).

**5) A centralidade do trabalho:** onde pode visualizar o valor moral do trabalho, a relação com o desenvolvimento econômico, a inserção social pelo trabalho e o papel do Ministério do Trabalho, que tem como objetivo inicial interferir sistematicamente no conflito entre capital e trabalho. (VER P. 43)

**6) A questão do paternalismo:** sistema princípio ou prática de dirigir pessoas, negócios ou nações de forma paternal – benevolente, que demonstra bondade.

Essas caracterizações estiveram presentes, segundo a autora, na consolidação do Welfare State e ajudam a elucidar o caráter meritocrático-particularista, do caso brasileiro.

Os elementos expostos aparecem nas falas expostas nos itens a seguir.

### 3.1.1 Centralidade Política e Financeira das Ações Sociais do Governo

*1) A Plataforma da Aliança Liberal* - Vargas expôs que o pouco que possuía, em matéria de legislação social, não é aplicado, ou só é em parte mínima, esporadicamente apesar dos compromissos assumidos. Compara que se ocorre protecionismo aos industriais em proveito da fortuna privada, também se deve acudir o proletariado com medidas que lhes assegurem relativo conforto e estabilidade e os amparem nas doenças e na velhice. Ainda

lembra *das mulheres e dos menores, nas fábricas e estabelecimentos comerciais* que trabalham subordinados a condições especiais *que entre nós, até agora, infelizmente, se desconhecem*. Nesse sentido sinaliza a importância de uma coordenação de esforços entre o governo central e os Estados, para o estudo do código de trabalho. Lembrou que: *tanto o proletariado urbano como rural necessitam de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressaltadas as respectivas peculiaridade*. Sendo tais medidas compreendidas entre a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação, proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice, o crédito, o salário e *até o recreio, como os desportos e cultura artística*. Declara que é tempo de construir *escolas agrárias e técnico-industriais, da higienização das fábricas e usinas, saneamento dos campos, construção de vilas operárias, aplicação da lei de férias, lei do salário mínimo, cooperativas de consumo e etc.* (VARGAS, 1930).

2) Nova organização administrativa do país - Vargas expõe o momento como revolucionário de “[...] *todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade ou de sexo, comungam em um idêntico pensamento fraterno e dominador: - a construção de uma pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos. Após o momento de vitórias, foi preciso refletir maduramente sobre a obra de reconstrução. E para que não se fraude a expectativa do povo brasileiro, o trabalho de reconstrução não admite medidas temporizadoras. Implicaria no reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos. É preciso através de atos cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia*” (VARGAS, 1930, p.71).

3) A Revolução, suas origens e o seu programa - A situação de incertezas infundidas aos brasileiros, iniciando-lhes o patriotismo congregando-os à revolta salvadora que se alastrou, cresceu e tomou vulto e, organizou-se em força irresistível, dependeu-se em avalanche destruindo tudo quanto se opunha a seu destino. O programa da Revolução reflete o caminho “[...] *para o ressurgimento do Brasil: instituiu o aumento da produção nacional, sagrada por impostos que a estiolam: estabelece a organização do trabalho deixada ao desamparo pela inércia ou pela ignorância dos governantes; exige a moralidade administrativa, conculcada pelo sibaritismo dos políticos gozadores; impõe a invulnerabilidade da justiça, maculada pela feita do favoritismo [...] assegura a transformação do capital humano como máquina, aperfeiçoando-o para produzir mais e melhor, restitui ao elemento homem a saúde do corpo e a consciência da sua valia, pelo*

*saneamento e pela educação e restabelece, o pelo gozo das liberdades públicas e privadas, sob a égide da lei e a garantia da justiça. Em rápida síntese foram elencados as diretrizes da obra do Governo Provisório para reintegrar o país na posse de si mesmo.”*

4) A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos - Vargas considera que os fins sociais são predominantemente econômicos, em que se organiza de maneira científica a produção e o modelo industrial são elevados a limites extremos, assinala-se a função do Estado como elemento coordenador desses múltiplos esforços, devendo sofrer modificações decisivas.

A legislação atual necessita ser modificada, os problemas devem ser analisados e novos horizontes vislumbrados, sem, contudo esquecer que a palavra final caberá aos futuros constituintes, delegados do povo brasileiro, que não esqueceram o objetivo dominante, os fatores econômicos.

5) O primeiro ano do governo provisório e as suas diretrizes - Quando se refere à campanha liberal e à Revolução, enfatiza que “[...] o movimento de outubro deve ser considerado mais como força de ação social do que simples pronunciamento de caráter partidário.” O ambiente político e administrativo explica a transformação da instituição pública em um regime sadio de justiça e moralidade administrativa. Antes, na instituição pública predominavam o favoritismo, os acordos, os arranjos entre associados, que a máquina eleitoral sancionava em nome do povo, sendo pregado diferentemente neste novo tempo.

Sobre os Ministérios, destacam-se o da Educação e o do Trabalho. O primeiro Ministério diz respeito ao desenvolvimento da instrução e da assistência sanitária. Ao que se refere à educação: destacou-se: o sistema universitário, criação do Conselho Nacional de Educação e a organização do ensino comercial.

Nos serviços de saúde pública foi adotado um lema “[...] economizar o mais possível a fim de atender aos reclamos da situação financeira do país e, ao mesmo tempo, procurar manter a eficiência dos serviços sanitários.” Mesmo observando a intensidade da problemática ressalta que é preciso passar “[...] o período de reajustamento financeiro a exigir severas economias [...]” para que este serviço receba a devida atenção. Porém, foi dado ênfase à luta pela higiene infantil, ao combate à tuberculose, contra as doenças venéreas, contra a lepra, contra as doenças contagiosas comuns, finalmente, à inspeção de gêneros alimentícios e à fiscalização do exercício da medicina e farmácia.

6) As classes trabalhadoras e o governo da Revolução – “A organização sindical, a lei de férias, a limitação das horas de trabalho, o salário mínimo, as comissões de conciliação, as caixas de pensões, o seguro social, as leis de proteção às mulheres e aos menores realizam velhas aspirações proletárias de solução inevitável.” (VARGAS, 1933, p.97).

7) A instrução profissional e a educação, moral, cívica e agrícola - Entre os mais favorecidos as cidades também os seduzia, como por exemplo, as aparentes vantagens do emprego público, ou a vida pomposa dos grandes centros sociais. Mas Vargas quer incentivar *a volta ao bom caminho*, ou seja, o retorno aos campos, mesmo ainda não sabendo como provocar esse retorno expõe que, feito isso, resolverá um dos maiores problemas do Brasil no período. Educação e povoamento da região do campo é o segredo da prosperidade, porém o povoamento corresponde a condições para a qualidade de vida e para a realização do trabalho no campo. Pois para Vargas é “[...] *verdadeiramente contristador observar o espetáculo doloroso de vastos conglomerados humanos entorpecidos pela malária, corroídos pela sífilis ou a lepra remissos a qualquer atividade produtiva e condenados à inevitável decadência, por mingua de socorros dos poderes públicos.*” (VARGAS, 1933, v.II, p.117).

E para que os problemas sejam solucionados é necessário investir na Educação, mas no significado amplo e social da palavra, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica profissional. Explica que o governo vem realizando iniciativas parciais em alguns Estados e *no domínio ideológico de campanhas pro - alfabetização, de resultados falhos, pois o conhecimento de alfabeto não destrói a ignorância nem conforta o caráter.*

A instrução que se objetivou desenvolver é a profissional e técnica, pois a época que se caracteriza pelo predomínio da máquina, necessário se faz para a organização do trabalho. Assim sendo, o cidadão que acessou a instrução, a educação e adquiriu a consciência dos seus direitos e deveres, desenvolveu o conhecimento pela higiene e pelo trabalho e pode ser premiado com a alegria de viver, proveniente do conforto conquistado pelas próprias mãos. História do Imperador do Japão – Mutuzahito que baixou uma lei que determinava que a instrução devesse ser difundida e que não seria admitido que restasse uma só aldeia, uma só família ignorante e que os pais e irmãos mais velhos não tivessem por compreendido que lhes caberia o dever de ensinar aos seus filhos e irmãos mais novos. Com isso, o milagre da instrução em pouco mais de quarenta anos foi realizado e o Japão entrou no rol das grandes potências mundiais.

Nossa educação, segundo Vargas, é lacunosa, pois não prepara o homem para a vida, ou seja, para responder as questões no meio social em que vive. Ressalta que o esforço maior deve se voltar para a instrução primária e profissional, pois em matéria de ensino superior e universitário, nos moldes existentes, já se possuía em excesso.

Apontou para a obviedade de que para a instrução é necessário criar as escolas, porém escolas estas que não necessariamente precisam seguir os moldes aplicáveis no país inteiro, mas seguir as tendências de cada região no que se refere aos meios de produção, ou seja, nos centros urbanos, populosos e industriais – o técnico e profissional, em forma de institutos especializados e liceus de artes e de ofícios; no interior – rural e agrícola em forma de escolas, patronatos e internatos. *Em tudo, com o caráter prático e educativo, dotado cada cidadão de um ofício que o habilite a ganhar, com independência, a vida ou a transformando-o em um produtor inteligente de riqueza, com hábitos de higiene e de trabalho, consciente do seu valor* (VARGAS, 1933, v.II, p.122).

Ressaltou o desenvolvimento do espírito de cooperação, congregando os esforços da União, Estados e Municípios para elevarem uma percentagem fixa de seus orçamentos para custear as despesas da instrução, e na visão de Vargas este é um passo importante para a solução do problema da nacionalidade. Colocou ainda que o decreto que regulamenta as atribuições dos Estados que deve destinar 10%, no mínimo, para a instrução primária e ainda estabelece que os municípios devam enviar 15% das receitas para a que sejam aplicadas nos serviços de segurança, saúde e instrução pública. Com este “acerto” entre os entes federados restaria, na opinião de Vargas, atribuir para a União o direito de organizar e superintender, fiscalizando todos os serviços de educação nacional.

*“O Governo Federal pretende instalar a Universidade técnica, verdadeira cidade e colméia do saber humano, de onde sairão às gerações de professores e homens de trabalho, capazes de imprimir à vida nacional o sentido realizador das suas aspirações de extensão intelectual e material.”* (VARGAS, 1933, v.II, p.123).

8) Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação – Vargas abordou que *depois de meio século de vida política independente*, o país, *estava ainda com dois problemas capitais da sua organização para resolver: a educação e o trabalho.*

Quanto à educação Vargas pontuou as nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo. Revela que no Brasil nada foi feito de orgânico, algumas iniciativas parciais existem em alguns estados, porém sem

sistematização adequadas. Ressaltou que há diferença entre ensinar a ler e educar, pois a leitura é ponto inicial para a instrução e somente se complementa quando se refere à inteligência e à atividade. *“O raciocínio, força máxima da inteligência, deve ser aperfeiçoado, principalmente por sabermos que o trabalho manual também o exige pronto e arguto [...] A instrução que precisamos desenvolver, até ao limite externo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem ela, sobretudo, na época caracterizada pelo predomínio da máquina, é impossível trabalho organizado.”* (Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933, VARGAS, 1933, p.124).

Instrumentalizando o povo, com alimentação e trabalho compensador, acreditava Vargas, que se criariam condições para o desenvolvimento da capacidade de pensar dos brasileiros tornando-os homens melhores. Para que isso se efetive, deveria-se tomar uma única providência: *todos os brasileiros devem receber educação*. Sendo dever do Governo Provisório interessar toda a nação, obrigando-a a cooperar, nas múltiplas esferas em que o poder se manifesta para a solução dessa problemática. A educação é considerada, no texto, como caso de salvação pública, e para que aconteça em todo o país é necessário que haja cooperação, congregando os esforços da União, dos Estados e dos municípios. Um passo para a solução dessa questão é a percentagem fixa dos orçamentos das três esferas de poder para prover as despesas referentes à instrução.

*“O problema da educação do povo continua a ser, ainda e sempre, o nosso magno problema. No momento em que se vai reorganizar a vida política do país, torna-se de evidente oportunidade lembra-lo e traze-lo a consideração da Assembléia Nacional Constituinte, que, certamente, procurará dar-lhe solução completa e definitiva. Não temos o direito de postergar indefinitivamente essa solução. A dolorosa verdade aí está, desdobrada perante a Nação, desafiando com toda a trama da sua complexidade angustiante, a nossa maior soma de boa vontade e energia. (Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933.”* (VARGAS, 1933, p.130).

No que tange à organização do trabalho, Vargas colocou que tudo estava por se fazer, a Revolução teve que começar pela criação do órgão governamental, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Que assumiria a função de observar e executar as normas estabelecidas para a regulamentação das condições de trabalho, subordinadas às necessidades e costumes da tradição industrial e oportunidade econômica do país. *“Essas normas podem ser discriminadas: regulamentação das horas de trabalho; garantia de um salário conveniente; proteção aos trabalhadores contra moléstias ou acidentes do trabalho; proteção*

*a infância, aos adolescentes e as mulheres; pensões a velhice e a invalidez; defesa dos trabalhadores no estrangeiro; liberdade sindical; organização do ensino profissional e técnico, além de outras medidas úteis. (Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933.” (VARGAS, 1933, p.140).*

9) O Brasil em 1930 e as realizações do Governo Provisório - No que diz respeito ao Ministério da Educação e Saúde Pública Vargas elencou: créditos especiais para o combate sistemático da febre amarela e qualquer outro surto epidêmico, no Distrito Federal e nos Estados; dias de festa nacional; regulamentou a legislação sobre as falsificações e fraudes de gêneros alimentícios; regulou a fiscalização do café por parte do Departamento Nacional de Saúde Pública; dispôs sobre a profissão farmacêutica e seu exercício no Brasil; regulamentou o museu Nacional; criou o Conselho Nacional de Educação; dispôs sobre o ensino superior no Brasil; dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; reorganizou o ensino secundário; dispôs sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal; instituiu o exame, por parte do Departamento Nacional de Assistência Pública de projetos para a construção ou obras de hospitais e casas de saúde; aprovou o regulamento do Departamento Nacional de Medicina Experimental; regulou a enfermagem no Brasil e as condições para a equiparação das escolas de enfermagem; organizou o ensino comercial; regulamentou a profissão de contador; dispôs sobre a equiparação de institutos de ensino superior mantidos pelos governos dos Estados e sobre a inspeção de institutos livres, para os efeitos de reconhecimento oficial dos diplomas por eles expedidos; instituiu o Serviço Nacional de Intercâmbios Bibliográficos e regulou a sua execução; regulamentou o curso de Biblioteconomia, na Biblioteca Nacional; aprovou e retificou o Convênio entre a União e as unidades políticas da Federação, para o desenvolvimento e padronização das estatísticas educacionais; reorganizou a Escola Nacional de Belas Artes; regulamentou a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Escola de Minas; fiscalizou o emprego e o comércio das substâncias tóxicas entorpecentes, regulando a sua entrada no país, de acordo com a solicitação do Comitê Central Permanente do Ópio da Liga das Nações; regulamentou e fiscalizou o exercício da Medicina, da Odontologia, da Medicina Veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil; criou o museu Histórico Nacional, o curso de museus; converteu o laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas, no Engenho de Dentro, em Instituto de Psicologia; nacionalizou o serviço de censura dos filmes cinematográficos e criou a taxa cinematográfica para educação popular; organizou o colégio

universitário; instituiu a taxa de educação e saúde; regulamentou o serviço de profilaxia da Febre Amarela; transformou em Diretoria Geral de Educação o Departamento Nacional do Ensino; regulou o funcionamento das universidades brasileiras; erigiu a cidade de Ouro Preto em monumento nacional; tornou obrigatório o uso da ortografia resultante do acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa; permitiu aos filhos de brasileiros em serviço do Governo da República no estrangeiro a prestação de exames nos estabelecimentos de ensino secundário ou superior, independentemente das exigências de frequência média condicional; dispôs sobre a reorganização, sem aumento de despesa, da secretaria de estado da Educação e Saúde Pública e das repartições dela dependentes; criou a universidade técnica.

Quanto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Vargas elencou a importância da organização desse ministério. Em seguida pontuou: *“A instituição de uma comissão para estudar a limitação das importações de trigo; modificou a organização do Instituto de Previdência e Funcionários Públicos da União; dispôs sobre a organização da estatística industrial e regulou a importação de maquinismos e aparelhos para as indústrias em super-produção; estabeleceu a marcação obrigatória dos tecidos de fabricação brasileira; estabeleceu a nacionalização do trabalho na marinha mercante; adotou medidas para a defesa da indústria e do comércio do açúcar; deu novo regulamento à Bolsa de mercadorias do Distrito Federal; criou, no Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União, um seguro de vida temporário, para garantia de aquisição de imóveis e liberou desse ônus o pecúlio instituído; regulou o horário para o trabalho no comércio; regulou as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais; regulou a profissão do Leiloeiro, no território da República; regulou os serviços de mineração; criou as inspetorias Regionais do ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; dispôs sobre as fazendas da União e outras terras públicas transferidas para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; criou o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos; regulou a duração e condições do trabalho dos profissionais empregados em barbearias e estabelecimentos congêneres; regulamentou o Departamento Nacional da Propriedade Industrial; regulou a duração do trabalho dos empregados de farmácia; regulou a concessão de férias aos empregados em estabelecimentos comerciais bancários e em instituições de assistência privada; regulou a duração e condições do trabalho na indústria de panificações; regulou a duração do trabalho dos empregados em casas de diversões e estabelecimentos conexos; instituiu Delegacias de trabalho Marítimo, para a inspeção, disciplina e policiamento do trabalho nos portos; regulou o exercício da profissão*



*agronômica; regulou a duração do trabalho dos empregados em casas de penhores e congêneres; regulou a duração do trabalho dos empregados em bancos e casas bancárias; criou o serviço de identificação profissional; regulou o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor; estabeleceu, sob novos moldes, as obrigações resultantes dos acidentes do trabalho; regulou a duração do trabalho dos empregados no serviço de telegrafia submarina e subfluvial, radiotelegrafia e radiotelefonía; estabeleceu novas classificações para o serviço das invenções industriais e para o das marcas de indústria e comércio; regulou a duração do trabalho dos empregados em transportes terrestres; regulou a concessão de férias aos empregados na indústria e sindicalizados; regulou a entrada de estrangeiros no território nacional; criou o instituto de aposentadorias e pensões dos comerciários; criou a caixa de aposentadorias e pensões dos trabalhadores em trapiches e armazéns de café; criou a caixa de aposentadorias e pensões dos operários estivadores; aprovou o regulamento da entrada de estrangeiros no território nacional; extinguiu, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Departamento Nacional de Estatística e criou, no mesmo ministério, o Departamento de Estatística e Publicidade; transferiu para os ministérios da Fazenda e da Justiça e Negócios Interiores, serviços atualmente a cargo do Trabalho, Indústria e Comércio; atribuiu ao da Agricultura o serviço de estatística territorial; dispôs sobre os sindicatos profissionais.”*

10) O Estado Novo e o momento brasileiro – Deu-lhes, através de organizações próprias, aposentadorias por invalidez e velhice e pensão à família, em caso de morte. Objetivando ampliar os serviços de assistência social já iniciado em muitos institutos existentes, lembra que esses serviços serão custeados pelos interessados, com o mínimo de remuneração. Porém aponta que os industriais oferecem assistência apropriada aos seus operários promovendo meios para alimentá-los, ensinando-lhes princípios de higiene e combatendo a desnutrição, o que redundaria em benefício da produtividade geral.

O problema da assistência à infância foi um item destacado em seu discurso, visto a necessidade de proteger a infância, a maternidade e de eugenizar a população. Revela que no período estudava-se a possibilidade de se organizar um departamento da Criança, que coordenaria todas as ações nesse setor.

13) O dia do trabalho - Essa já longa experiência diz bem do acerto dos rumos imprimidos a nossa política trabalhista e impõe, por conseguinte, a sua manutenção para continuarmos assegurando ao Brasil ordem e paz, em hora de tamanhas apreensões para a

humanidade. Elaboramos e executamos, com cooperação ativa das classes produtoras, a nossa adiantada legislação social, que, a um tempo, garante os direitos dos trabalhadores e o desenvolvimento econômico do país. (VARGAS, 1938, p. 205).

Enfatizou que para atingir esses resultados, não foi preciso dividir os brasileiros em castas, não foi necessário cultivar ódios, foi somente necessário utilizar bom senso e *aproximar os homens e de todos exigir compreensão, colaboração, entendimento e respeito aos direitos sociais.*

*“A orientação seguida isenta de preocupações sectárias, serena e persistente, permitiu-nos auscultar os próprios sentimentos e necessidades, para instituir a ordem brasileira, corporificada na Constituição de 10 de Novembro, cujos objetivos primaciais são: a defesa da nacionalidade, o estímulo e o amparo a todas as energias criadoras da nossa economia, a satisfação e assistência às legítimas aspirações do povo.”* (VARGAS, 1938, p.206).

Pontuou que até este momento não aconteceram esmorecimentos na execução das tarefas a que o governo se propôs. *“Significativamente reservou-se para o dia de hoje a assinatura das leis criando a justiça do trabalho, os refeitórios populares e as escolas de ofícios nos estabelecimentos industriais.”* (VARGAS, 1938, p.206).

14) O Brasil, no seu regime político, entre as outras nações - No Brasil, havia uma crise permanente de dispersão de poderes, que sendo ruínosa para a nação, não beneficiava o próprio indivíduo. A 10 de novembro de 1937, não foi instituído um poder despótico, nas palavras do Presidente, mas um poder institucionalmente forte, como expressão da soberania nacional.

*“Nesta hora de instabilidade generalizada, que atinge o homem, os seus interesses, as suas crenças e os seus princípios mais sólidos é a cristalização de uma ordem efetiva, em torno de um núcleo orgânico. Podemos resumir o problema num mínimo de três palavras: a necessidade de governos que, realmente, governem.”* (VARGAS, 1938, p.258).

Na Constituição de 10 de Novembro, há um capítulo referente aos direitos e garantias individuais. Enfatiza que o regime regulou o respeito a esses direitos, reconhecendo a iniciativa individual. Coexistem o individualismo, como característica do poder de criação, signo da força da inteligência e do espírito, e a ação propulsiva e coordenadora do Estado. Não bastaria a fixação na lei suprema do país, de direitos e garantias individuais, mesmo evidenciando o espírito do regime, não assegura a execução dos princípios que estabelece. *Antes de 1930 vigorava, no Brasil, uma Constituição vasada nos moldes do liberalismo*

*clássico. Apesar disso, foi necessária uma revolução, para assegurar ao povo brasileiro o gozo de alguns dos seus direitos imprescritíveis.*

*16) O sentido continental das comemorações da Independência – No Brasil, houve o esforço de se solidificar as novas instituições, que visavam a assegurar o bem-estar da coletividade, e as leis sociais nascidas da compreensão cristã da solidariedade, destinavam-se a amparar os fracos e a integrar os homens de trabalho na vida da Nação, possibilitando maior conforto físico e moral.*

*19) A atualidade brasileira e a solução dos seus problemas - E no que se refere à saúde Vargas revelou um índice de eficiência das atividades rurais, pois na região compreendida entre o Amazonas e o Piauí, há escassez de braços para as lavouras e indústrias extrativas, ainda são sacrificadas pelas más condições sanitárias.*

*“A malária e a opilação atingem índices muito elevados, sempre superiores a 80% do número de Municípios. Do Ceará até Pernambuco, cai o índice da malária, mas cresce o da opilação. Para a primeira, a média é de 30 a 5070 dos Municípios; para a segunda, é de 70%. A zona seca influe decisivamente contra a malária. De Alagoas até ao Rio Grande do Sul, a opilação ocorre sempre numa proporção superior a 60% do número dos Municípios, menos no Paraná, que é de 53% e a malária, ao contrário, oscila desde 4 até 60 e, menos, 80% em Mato Grosso. A malária interrompe, com freqüência, as atividades do trabalhador, mas a opilação definha-o. O combate intensivo e sistemático a esses males continua. Nestes últimos cinco anos, o Governo Federal tem destinado elevados recursos. Dois outros estão merecendo, também constante atenção e não dispensam, igualmente, a ação conjunta dos vários órgãos da administração: a tuberculose e a lepra. A rede de leprosários e de sanatórios que a União vem construindo e subvencionando em todos os Estados é, apenas, o início de uma grande campanha. O inquérito é, nesta parte, minucioso; e os aspectos sanitários não podem deixar de figurar entre os problemas a debater e examinar.”*

O Estado Novo quis elevar o índice sanitário das populações e completar o aparelhamento de combate aos males endêmicos, do Norte ao Sul do país.

No que se refere à política de educação Vargas colocou primeiramente a questão do ensino primário no meio rural que deve ser resolvido com a colaboração do Município, do Estado e da União. “Estão em funcionamento 36.652 escolas primárias, apesar desta cifra, são reclamadas, para o meio rural, nada menos de 36.887. Seria o caso de criar com a devida prestação, uma rede de escolas normais rurais como centro de preparação de algumas

*centenas de professores especialistas, que, por seu turno, constituiriam o corpo docente de outras escolas.”*

Ao Estado Novo cabia enfrentar, quanto antes, os problemas da educação e do ensino e orientá-los pelos seus postulados, de forma a dar às gerações novas o preparo indispensável para participarem ativamente na grande obra de reconstrução nacional iniciada.

*O ensino superior em maio de 1938, foi reorganizado para tornar-se mais severo, “[...] impedindo a derramada de títulos que não correspondiam aos conhecimentos sólidos e a vocação definidas, afirmadas na vitória sobre programas exatos e complexos. Para o funcionamento de escolas superiores, estabeleceram-se exigências assecuratórias de bons métodos, quer do ponto de vista do aparelhamento materia, quer do intelectual.”*

Para estudar e propor as bases da política a seguir em matéria de ensino primário, criou-se, em 1938, a Comissão Nacional do Ensino Primário, cujos trabalhos tiveram início, com valiosos resultados. Foi elaborado um longo projeto, dando organização ao ensino de todo o país. Cabe notar, também, que o governo entrou, de maneira decisiva, e colaborou com os Estados financeiramente, para a fundação e manutenção de escolas elementares. A ação Federal deu preferência, no ajuste dessa colaboração, aos Estados onde se faz mister um grande esforço nacionalizador.

Outras medidas de significativa importância devem ser postas em vigor proximadamente; entre elas, o Estatuto da Família e a Organização da Juventude Brasileira, ambas previstas no Estatuto fundamental do regime.

No que se refere à área de assistência social, assim como é entendida nos dias atuais, Vargas revelou em seu discurso que o governo nacional está realizando, “[...] obra de excepcional alcance, diretamente e por intermédio do Conselho Social, incumbido de examinar, fiscalizar e auxiliar as iniciativas particulares que se proponham secundar os poderes públicos. Essa organização se desdobra por todo o território nacional, concedendo-se subvenções anuais às instituições que provem merecê-la pelos seus propósitos e atos de verdadeira e útil assistência social. No ano passado, foram subvencionadas 1.128 instituições, às quais se distribuiu a elevada quantia de 15.497 :000\$000. No corrente ano, tiveram andamento processos em número ainda mais avultado, e os auxílios que estão sendo distribuídos atingirão cifra não inferior à de 1938. Através dos numerosos centros de assistência, disseminados por todo o país, que abrangem as atividades mais diversas — hospitalização e tratamento de doentes, amparo à maternidade, proteção às crianças e aos adolescentes, asilamento dos velhos desamparados e dos mendigos, etc., vai o poder público

*empreendendo, com economia de recursos e mediante o estímulo dos sentimentos de caridade e de solidariedade humana, obra de especial relevância e de inegáveis benefícios.”*

A assistência social, neste período, é confundida com a política de saúde e com os sentimentos de caridade e de solidariedade, está ainda décadas de distância de ser entendida como uma política pública dentro dos moldes atuais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, implantado em meados de 2005 em alguns municípios do país.

20) A divisão do país em zonas geo-econômicas - Distribuídas às tarefas propostas pelo Governo Central, com apoio nos dados do inquérito realizado pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, colocou-se à disposição dos Interventores o material informativo para o preparo das memórias estaduais e regionais. A Secretaria da Presidência manterá uma secção permanente de informes, para proporcionar facilidade dos dados sobre cada Estado aos Interventores ou a seus técnicos e delegados.

Até 15 de fevereiro de 1940 deveriam ser entregues à Secretaria da Presidência as propostas dos Interventores, determinando com clareza o modo de cooperação de cada governo e dos governos de cada região geo-econômica com o Governo Central.

Para tanto os Interventores de cada uma das cinco regiões deveriam promover reuniões em que sejam assentadas, por consenso unânime ou princípio de interesse da maioria, as teses regionais e indicada a fórmula do seu encaminhamento, com a participação de todos os Estados dessa Região e da União.

21) O bem-estar e a saúde das mães e das crianças – No que se refere a atuação do poder público, Vargas apontou diversas providências adotadas. Autorizou o plano de construção e instalação de cerca de cinquenta maternidades e lactários, distribuídos por todos os Estados; a lei de proteção às famílias numerosas; o fundo especial de auxílio familiar, por meio de uma taxa cobrada aos solteiros e casais sem filhos, constituiria uma experiência proveitosa e digna de apoio.

Espera que o cuidado da União seja secundado pelos Estados e Municípios, que também devem destinar verbas permanentes aos serviços de puericultura, completando, assim, a estrutura governamental *capaz de preparar brasileiros robustos e animosos na exploração da nossa riqueza potencial.*

23) Santa Catarina, seu progresso e seus novos problemas – “Agora mesmo, quando é preocupação permanente do poder público dar impulso definitivo às indústrias básicas, a começar pela grande siderurgia, papel de acentuado relevo está reservado ao vosso Estado, como fornecedor da hulha necessária ao preparo do ‘cock’ metalúrgico. Medidas de alcance prático vêm sendo tomadas, para facilitar o escoamento do carvão de vossas jazidas, com a construção do porto de Laguna, melhoramentos em Imbituba e reaparelhamento da Estrada de Ferro Tereza Cristina. A essas iniciativas ligar-se-ão outras, com o escopo de aproveitar as virtualidades econômicas do vosso território, tão fértil e apropriado ao desenvolvimento do homem e ao seu progresso social.” (VARGAS, 1940).

24) Realizações e projetos do Estado Novo - No que se refere à instrução e a saúde pública, criou-se o Departamento Nacional da Criança, com o objetivo de atender a todo o país, à infância, *a começar pela maternidade, a fim de que, principalmente as classes menos favorecidas encontrem condições de melhorar a saúde dos seus filhos, assistindo-os dentro de preceitos higiênicos perfeitamente apreciáveis.*

No que concerne ao primeiro princípio estabelecido no item anterior, ou seja, a **centralidade política e financeira das ações sociais do governo**, Vargas direciona sua fala para a *construção de uma pátria nova*, e que para tanto *é necessário cimentar a confiança da opinião pública para o regime que se inicia*. Sendo assim, sinaliza para a *coordenação de espaços entre a união e os Estados para a elaboração e implantação do código de trabalho*, pois *os trabalhadores necessitam de dispositivos tutelares*. Porque, segundo Vargas, *o individualismo que caracterizou o século passado precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social*. Para garantir o desenvolvimento do capitalismo é necessário transformar o proletariado em *força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores destituídos de sentimentos de pátria e de família*. Ainda revela que *se os ricos desfrutam de regalias, aos pobres estas serão transformadas em prerrogativas jurídicas*, porém reconhece que *essas prerrogativas correspondem a deveres, pois aqueles que cooperam com o seu trabalho possuem direitos ao bem estar, aos cuidados de saúde e às garantias de previsão social*. Expõe que *o segredo para a solução de alguns problemas é a educação no sentido amplo da palavra*. Explica que *o desenvolvimento de iniciativas parciais em alguns Estados já aconteceram, mas os resultados são falhos pois o conhecimento do alfabeto não destrói a ignorância nem conforta o caráter*. Sendo assim, deixa claro sua posição de *criar condições*

*para se desenvolver a capacidade de pensar de todos os homens brasileiros, pois a educação é considerada como caso de salvação pública e para isso é necessária a união dos três entes federados.*

Neste resumo das falas que relacionamos com o primeiro princípio pode-se observar que a aplicação da legislação social esteve interligada à proteção dos industriais, ou seja, a política social tem sua gênese na relação capital trabalho e assume um mecanismo regulador das relações sociais. Ainda revela que a revolução de 1930 foi um pedido da ação social e que as soluções deveriam ser imediatas. Enfatiza a questão econômica, e no que concernem as ações sociais, inicialmente *deve-se economizar*, para equilibrar a situação financeira do país, para em seguida atender aos reclamos da população, no que dizer respeito à efetivação da política trabalhista e nas questões relativas à saúde pública. Como visto anteriormente as políticas sociais, no Brasil, entram em cena, para manter a ordem social e amenizar as desigualdades econômicas.

Nas falas, Vargas mostra o intuito de organizar a educação profissionalizante e técnica do país com o objetivo de desenvolver pessoas *mais inteligentes*, que possam com independência se sustentarem. Em outras falas, Vargas, coloca a educação como *salvação pública*, para a problemática nacional. Ainda apresenta a iniciativa de aumentar o espírito de cooperação congregando as três esferas de governo e regulamenta as atribuições dos Estados e dos municípios. Os direitos estavam em sua maioria vinculados à legislação trabalhista e quando desvinculados, apresentavam intenções a serem efetivados sem a presença do Estado utilizando as empresas para direcionar a efetivação da política educacional de cunho profissionalizante.

### **3.1.2 Fragmentação Institucional**

*6) As classes trabalhadoras e o governo da Revolução* - Iniciou seu discurso dizendo que a atuação do governo provisório, através de seus diversos departamentos, visava atender o interesse coletivo. E para que acontecesse de fato fez-se necessário um pensamento único e central onde nenhuma resistência iria conter.

*9) O Brasil em 1930 e as realizações do Governo Provisório* – Criou, no Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União, um seguro de vida temporário, para garantia de aquisição de imóveis e liberou desse ônus o pecúlio instituído; criou as inspetorias

Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; criou o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos; regulamentou o Departamento Nacional da Propriedade Industrial; instituiu Delegacias de trabalho Marítimo, para a inspeção, disciplina e policiamento do trabalho nos portos; criou o serviço de identificação profissional; criou o instituto de aposentadorias e pensões dos comerciários; criou a caixa de aposentadorias e pensões dos trabalhadores em trapiches e armazéns de café; criou a caixa de aposentadorias e pensões dos operários estivadores; extinguiu, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Departamento Nacional de Estatística e criou, no mesmo ministério, o Departamento de Estatística e Publicidade; transferiu para os ministérios da Fazenda e da Justiça e Negócios Interiores, serviços atualmente a cargo do Trabalho, Indústria e Comércio; atribuiu ao da Agricultura o serviço de estatística territorial; dispôs sobre os sindicatos profissionais.

*19) A atualidade brasileira e a solução dos seus problemas* - Vargas expõe em seus discursos a criação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas agrônômicas, órgão destinado a orientar e controlar todos os trabalhos nessas especialidades, já em Santa Cruz foi construído o Instituto de Ecologia Agrícola e o Instituto de Experimentação. No desenvolvimento desse programa de ensino, foi criado, ainda, o Instituto Agrônomo do Norte, com sede em Belém, no Estado do Pará, com o fim de estudar os meios de restaurar a prosperidade da agricultura daquelas regiões. Explica que aconteceram reformas no Instituto de Química, órgão do referido Centro Nacional, instalado no Jardim Botânico, da Capital.

*22) O ensino técnico profissional* – Vargas inicia seu discurso dizendo que não tem desdém pela cultura ou menosprezo pela ilustração, porém acredita que o homem conquista, progressivamente, a Natureza pelo trabalho e pela ciência, conseguindo assim conseqüentemente melhorar o corpo e o espírito, elevando a condição humana e tornando a existência mais digna.

Revelou que no período de evolução *em que nos encontramos, a cultura intelectual sem objetivo claro e definido deve ser considerada, entretanto, luxo acessível a poucos indivíduos e de escasso proveito para a coletividade*. Vargas expos os acontecimentos cotidianos e mostrou que para desenvolver-se economicamente precisa-se *formar uma geração de técnicos aptos a resolver os problemas do nosso crescimento e a formular a equação do nosso progresso material*. Após mais de meio século de trabalho livre, não *distanciamos* dos objetivos educacionais de outras épocas.



*“Expresso, certamente, uma aspiração geral dizendo que, na agricultura como nas indústrias, diante da evolução incessante dos processos de produção e aproveitamento dos recursos materiais, a Nação deseja e quer homens habilitados, com o preparo profissional necessário, para tirar do trabalho o maior rendimento possível. E, para que os tenha, indispensável que se multipliquem, que se instalem, progridam, forneçam novos mestres e se encham de alunos as escolas como esta. Não necessito fazer elogio especial ao vosso labor, nem dizer grandes palavras, para exprimir a admiração que merece o vosso esforço. A minha presença, hoje, no Instituto Profissional Masculino de São Paulo, paraninfando a turma de 1939, depois de ter acompanhado o trabalho dos seus mestres e alunos em diversas exposições, evidencia a constante atenção dispensada pelo meu Governo à educação técnica das gerações novas. Sob todos os aspectos, a organização deste estabelecimento é digna de apreço e representa uma fecunda iniciativa do Governo do Estado, continuada pelo Sr. Interventor Adhemar de Barros, que, louvavelmente, tem procurado atender às suas necessidades, com a mesma decisão e patriótico empenho que costuma pôr na realização dos empreendimentos ligados ao progresso paulista e à ação renovadora do Estado Novo. O Governo Nacional, reconhecendo isso, bem como o mérito do Vosso esforço, não deixará de concorrer para a melhoria das Vossas instalações e o maior aperfeiçoamento do ensino profissional no Estado. O cultivo das artes mecânicas não merecera, até há pouco, o cuidado que reclama da administração pública. A instalação das escolas de artífices, iniciativa feliz do Governo Nilo Peçanha, só na atualidade, com a disseminação dos liceus industriais em construção em diversos Estados, recebeu tratamento adequado. Bem longe estamos, porém, da meta que é preciso alcançar. As deficiências são grandes, sobretudo, no que diz respeito à extensão da rede de escolas técnico- profissionais. Numerosos jovens deixam de receber preparo satisfatório por falta de escolas, enquanto outros prosseguem estudos em desacordo com as suas tendências e meios, ou se debatem no autodidatismo, sem encontrar caminho acertado para as suas atividades.” (VARGAS, 1940).*

Para corrigir essas falhas, o Governo determinou o estabelecimento, em primeiro de maio deste ano, de escolas nas fábricas e de institutos de orientação profissional e cursos superiores de trabalho, destinados a formar técnicos e professores para os institutos médios. Os liceus modernos, quase concluídos no Distrito Federal, nos Estados do Amazonas, Maranhão e Espírito Santo, e de construção adiantada no Rio Grande do Sul e Goiás, objetivam fornecer elementos indispensáveis ao profissional. *Entre esses núcleos, sobressaem alguns que honram a inteligência brasileira.*

“A Escola Técnica do Exército, dotada de completo e moderno aparelhamento, exemplifica o que afirmamos. Ali, um brilhante corpo de oficiais vem recebendo, desde 1930, preparação especializada em altos estudos de mecânica e eletricidade, de forma a fazer face às necessidades industriais da nossa defesa e do desenvolvimento das nossas comunicações. Não bastam, entretanto, as exigências do progresso do país, os técnicos militares. Urge organizar, também, entre os civis, quadros mais amplos, constituindo reservas para qualquer emergência e em condições de emprestar à expansão das nossas energias, sentido geral e construtivo.” (VARGAS, 1940).

O segundo princípio, ou seja, **fragmentação institucional** foi detectada nos discursos quando Vargas apresenta ao povo os *seus diversos departamentos*, que objetivavam *atender aos interesses coletivos*. Criou diversos institutos, inspetorias, escolas, porém, não proporcionou a participação dos indivíduos nos processos de decisões. A garantia jurídico-formal dos direitos e liberdades não se realiza no Estado de direito brasileiro. A participação é formal e passiva, ou até mesmo imaginária, o pensamento irracionalista aparece, uns passam a admitir que existam pessoas que mandam e outras que obedecem, e a esses últimos resta apenas à presença passiva e ilusória.

Segundo Draibe (1993) no plano institucional, a organização do aparelho burocrático – administrativo de sustentação das políticas sociais seguiu diversas lógicas, porém foi marcada por incoerências altamente burocratizadas respondendo mais a interesses corporativistas que a parâmetros de racionalidade política, ou seja, de eficácia e eficiência.

### 3.1.3 Exclusão da Participação Social e Política da População nos Processos de Decisão

2) Nova organização administrativa do país - Dentre as idéias centrais do programa de reconstrução nacional destacam-se dezessete tópicos dos quais três ressaltam a questão social: a difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta dos Estados. Para tanto, justificar-se-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesa. O outro tópico consiste na instituição de um conselho consultivo, composto por individualidades eminentes, sinceramente integradas na corrente das idéias novas e por último a Instituição do Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o **amparo e a defesa do operariado urbano e rural**. Vargas termina seu discurso alertando para o vasto campo de

ação e agradecendo à junta governativa os serviços prestados à Nação, mas que de agora em diante ele (Vargas) assume, provisoriamente o Governo da República.

4) A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos – O que parece urgente é a necessidade de uma revisão no quadro dos valores sociais, a fim de modificar a estrutura e para que se torne possível o equilíbrio econômico, cuja continuidade constitui perigo eminente para a civilização. Para levar a efeito essa revisão, é necessário congregarmos todas as **classes, em uma colaboração** efetiva e inteligente. Ao direito cumpre dar expressão e forma a essa aliança capaz de evitar a derrocada final. Esse propósito será atingido quando se reunir em uma mesma assembléia, plutocratas e proletariado, patrões e sindicalistas, todos os representantes das classes, integrados no organismo político do Estado.

*“A preocupação desses assuntos torna-se por tal forma empolgante, que os partidos políticos, cujos programas sejam estranhos aos fatores de ordem econômica, não conseguirão interessar a opinião pública, ficando condenados a esterilidade das mesquinhas rixas locais. A época é de assembléias especializadas, dos conselhos técnicos integrados a administração. O Estado, puramente político, no sentido antigo do termo, podemos considerá-lo, atualmente, entidade amorfa, que, aos poucos, vai perdendo o valor e a significação.”* (VARGAS, 1931, p.120).

Após expor diversos fatos e sugestões para a comissão legislativa, Vargas pontua não pretender impor suas idéias, mas submetê-las ao criterioso exame e discussão, evidenciando-se que os princípios jurídicos colidem com as realidades ambientais. Pois crê no cancelamento de antigos códigos e a elaboração de novos.

*“A velha fórmula política, patrocinadora dos **direitos do homem**, parece estar **decadente**. Em vez do individualismo, sinônimo de excesso de liberdade, e do comunismo, nova modalidade de escravidão, deve prevalecer a coordenação perfeita de todas as iniciativas, circunscritas à órbita do Estado, e o reconhecimento das organizações de classe, como colaboradores da administração pública.”* (VARGAS, 1931, p.120).

5) O primeiro ano do Governo Provisório - Vargas inicia seu discurso colocando o “[...] tenaz esforço [...]” para normalizar a vida do país, que “[...] veio a nossa mão [...]” com graves problemas financeiros, sendo o **povo compreensivo** o bastante para a impossibilidade de transformação imediata, pois o paradigma de ordem e prosperidade encontrava-se em situação confusa e ruínosa. Porém, apesar das frustrações, diz, que o “[...] **povo assiste** com confiança e espírito de sacrifício [...]”.

10) O Estado Novo e o momento brasileiro - Vargas agradece ao povo e às classes armadas que, segundo ele, impulsionaram e apoiaram o movimento que objetivava a eliminação das forças desagregadoras, o afastamento de todos os indivíduos que trabalhavam por conta de alheios interesses para enfraquecer a pátria. Pontuou que o “[...] momento não é para dissensões estéreis, sim para conjugação de esforços.”

12) Saudação ao povo brasileiro - Vargas discursa ao povo, na primeira hora do ano de 1939, mostrando que as atividades governamentais “atacam” os problemas básicos da vida brasileira, sem distinguir as regiões do país ou preferências políticas. Cita dentre as ações as medidas destinadas a elevar o nível de vida das populações, o **amparo** financeiro **as classes produtoras**, a assistência econômica ao trabalhador, através das instituições de Previdência Social, “o salário justo”, a habitação própria e a garantia dos direitos, a ampliação dos centros de formação técnica e de cultura física e intelectual, o cuidado pela higiene pública e o saneamento rural, possibilitando a utilização remunerativa de grandes faixas da gleba, o repúdio às ideologias extremistas e aos seus adeptos convictos, o combate a todos os agentes de dissolução ou enfraquecimento das energias nacionais.

14) O Brasil, no seu regime político, entre as outras nações - No regime vigente, as relações entre o indivíduo e o Estado estão nitidamente definidas, num conjunto de direitos e deveres. Nem o indivíduo opõe-se ao Estado, no velho conflito, que degenera, freqüentemente, em agitações demagógicas, da concepção liberal clássica, nem o Estado o reduz à posição de escravo, segundo algumas fórmulas extremadas dos tempos modernos. Toda a originalidade do Estado brasileiro reside na sábia dosagem de um sistema de direitos e deveres recíprocos. Nesse sistema, o Estado reflete a vontade da Nação organizada, como entidade viva, e o cidadão, tendo lugar na organização nacional, dispõe de espaço para o exercício de suas liberdades fundamentais.

17) A ação patriótica dos brasileiros - Falou que o Brasil tem uma vida independente politicamente, pois adquiriu *experiência admirável* no regime democrático. Coloca-nos que as crises surgiram para resolver o que era básico, ou seja, o país passou de Monarquia representativa para a República presidencialista, sem alterar a estrutura institucional, que tem como princípio o direito de representação. Refere-se ainda que as resistências do regime “[...] *aferem-se pela sua plasticidade às reações da vida social. Não o ameaçam aqueles que*

*produzem e respeitam as leis, como também não o defendem os pregoeiros demagógicos, que vivem a semear apreensões e perigos advindos dos próprios temores e de falta de firmeza nas convicções.*” (VARGAS, 1937, v.VI, p.308).

Colocou que toda a obra que o governo realizou foi sobre um conjunto de esforços para a colaboração para o bem comum, na qual ele revelou que nunca sobrepôs suas opiniões e preferências aos interesses de ordem geral. Pois, tinha como objetivo acertar *e bem servir a Pátria, fazendo o máximo possível em face das numerosas dificuldades de ordem política, econômica e financeira, que fomos obrigados a enfrentar*. Remodelou sua conduta, pois tendo como cargo de Chefe do Executivo e Chefe da Nação precisava *manter-se equidistante dos compromissos de classes, regiões ou partidos, agindo impessoalmente, e que seus atos possam refletir os sentimentos e a média dos interesses nacionais*.

Enfatizou que já se adquiriu muitas experiências e que o bem público não deveria encontrar dificuldades nas leis e que se entravassem a administração e a segurança social era necessário modificá-las ou revogá-las. Pois ninguém poderia governar sem atender as necessidades e interesses do povo, que segundo ele (Getúlio Vargas), *carece de ordem e trabalho, asseguráveis, somente, pelo fortalecimento da autoridade*.

Finalizou seu discurso destacando que o povo brasileiro é essencialmente pacifista, pois nada reclamava, somente o respeito a sua soberania, e solicitou aos brasileiros que continuem no “[...] *entusiasmo viril e o amor ao trabalho, praticai as virtudes cívicas e os deveres de cooperação – fatores poderosos para a elevação do homem e engrandecimento dos povos; ampliai os sentimentos de solidariedade além do círculo restrito dos vossos lares e continuai a trabalhar pelo Brasil unido e forte, prezando a ordem como supremo bem e armando a paz entre todos os homens e todas as pátrias!*”

18) Os problemas nacionais no Estado Novo - Iniciou a entrevista respondendo a primeira pergunta sobre os últimos acontecimentos do Brasil, no qual expôs um rápido quadro da situação brasileira antes de 1937. Salientou que o seu Governo nasceu de um movimento revolucionário e a Assembléia Constituinte de 1934 deu-lhe fisionomia legal, para que ele pudesse continuar a obra de reconstrução econômica e financeira, iniciada em 1930. Seus esforços orientaram-se no sentido de criar atmosfera de confiança, propícia ao desenvolvimento das instituições democráticas. Sendo que ao mesmo tempo, procedeu-se o aperfeiçoamento da obra de justiça social, pondo em prática um programa capaz de satisfazer as legítimas aspirações das classes trabalhadoras, sobretudo, na parte relativa a garantias

elementares de estabilidade e segurança econômicas, sem as quais o indivíduo não poderia tornar-se útil à coletividade.

Ainda contrastou com as diretrizes do Governo, que preocupado em dar novo impulso às atividades gerais e ao ritmo construtivo do país, os quadros políticos permaneciam estacionários. Velhos e novos partidos nada exprimiam ideologicamente, permanecendo na sombra das ambições pessoais e predomínios locais.

Para provar a desorganização da vida política, teve-se problema com a sucessão transformado em campanha demagógica perante o completo desinteresse das forças vivas da Nação. A inércia dos quadros políticos tradicionais e a degenerescência dos partidos em clãs facciosos foram fatores que levaram o problema político para o terreno da violência e da luta social.

*“Tanto é verdade isto, que os preparativos eleitorais foram substituídos, em vários Estados, por preparativos militares. O caudilhismo regional, disfarçado em organizações partidárias, armava-se para impor à Nação suas decisões, ameaçando, ostensivamente, a unidade nacional. Por outro lado, a penetração e a atividade dos comunistas ameaçavam as instituições, exigindo o reforço do poder central. A consciência de nossas responsabilidades mostrou-nos o nosso dever.”* (VARGAS, 1938,v.VI, p.338).

Convictos de que a Nação não possuía meios eficazes de defesa contra os inimigos externos e internos, decidiu-se reformar a Constituição de 1934 e promulgando outra, mais compatível com os problemas e com as exigências do momento brasileiro. Por este motivo, em 10 de novembro, *instaurou-se um regime forte de justiça, de paz e de trabalho, que as forças armadas reclamavam e o povo aceitou*. Esta, segundo Vargas, é a definição da nova realidade brasileira.

*“O novo Estado desenvolverá ação no sentido de harmonizar esses dois elementos de progresso, assim como promoverá a íntima **colaboração** deles **com as classes**, eliminando os atritos prejudiciais. A finalidade principal é alcançar o equilíbrio dos interesses e das forças econômicas. Conflitos e controvérsias eventuais resolver-se-ão pela intervenção da magistratura do trabalho, com poderes suficientes para solucionar todos os problemas desse gênero.”*

O Presidente acrescentou que, enquanto se procedeu à disciplina das forças no setor econômico, desenvolveu-se, no setor político, obra de liquidação das velhas situações, capaz de nivelar a consciência e o pensamento das massas. A luta contra o comunismo será intensificada até alcançar o máximo grau de eficiência. O comunismo - concluiu - *não*

*conseguirá jamais o direito de cidadania no Brasil e não tornará o nosso país teatro das façanhas sinistras verificadas em alguns outros.*

Este discurso aconteceu aproximadamente após dois meses de Estado Novo, o qual foi considerado por Vargas um complemento da Revolução de 1930. A legitimação do Estado Novo foi sustentada pela efetivação de um projeto social autoritário com ação voltada para os direitos sociais, entendidos necessário para o estímulo do processo de industrialização. Em 1937, outorgou-se uma nova constituição que incluía dispositivos autoritários, com leis rigorosas de censura, podendo, Vargas, conduzir sua política sem que a oposição pudesse se manifestar legalmente.

19) A atualidade brasileira e a solução dos seus problemas - No discurso pronunciado no Palácio do Catete, ao ser inaugurada a Conferência Nacional de Economia e Administração, no dia 10 de novembro de 1939, Getúlio Vargas iniciou a reunião dizendo que esta se constituía em uma inovação no que se refere à posição em face das responsabilidades do poder público, colocados no mesmo plano, eqüidistantes e unidos no empenho de resolver problemas de capital importância para a vida do país. Revelou que os delegados do Governo Nacional não compartilham *do mesmo signo político das antigas convenções de governadores, antes de 1930, destinadas a homologar o simulacro da escolha de nomes para os postos da alta administração.* Ou seja, segundo Vargas, esses delegados não concordaram com as fórmulas que podem satisfazer ambições de grupos e acomodações partidárias, *o que vamos fazer é abordar e debater problemas que interessam a todas as zonas do país e à própria nacionalidade.* Para tanto, colocou que é necessário *pensar e agir com patriotismo,* pois esta reunião visou coordenar atividades do poder público em todos os setores de ação.

As preliminares desta reunião foram estabelecidas a partir da urgência de medidas que conduzem ao aproveitamento dos recursos financeiros dos Estados e Municípios, em conexão com as iniciativas do Governo da União. Salientou que se a política administrativa fosse realizada com colaboração permanente, alcançaríamos melhores resultados, pois se estaria livrando-se das competições facciosas e particularistas que *relegaram para segundo plano, durante muito tempo, o encaminhamento de questões verdadeiramente substanciais para o progresso nacional.*

Durante este discurso Vargas ainda pontuou a questão levantada pelos técnicos de cada município quanto aos aspectos dominantes de cada localidade. *“O questionário organizado comportava quatorze capítulos, com perguntas e mais de 800 itens. As perguntas não ofereciam dificuldades, e isto ficou bem demonstrado pela rapidez com que as*

*devoluções foram feitas. Seis meses depois de lançado o inquérito, 95% dos Municípios já haviam remetido suas informações. Tal como se fosse um instantâneo fotográfico, o questionário com as suas indicações nos mostra o panorama brasileiro, na sua realidade insofismável, num momento determinado. Estes resultados não são propriamente estatísticos: são informativos. Constituem, entretanto, uma síntese completa das nossas possibilidades, assim como das nossas deficiências. Foram pesquisados os seguintes setores: produção, recursos naturais, explorados ou não, condições de trabalho, comércio, indústria, transportes e comunicações, saúde, educação, finanças e administração.”*

25) A política trabalhista do governo e seus benefícios – Iniciou seu discurso pontuando que a obra de reparação e justiça realizada pelo Estado Novo distancia o passado condenável, que comprometia os sentimentos cristãos: *tornara-se obstáculo insuperável à solidariedade nacional*. Aponta para uma época, em que ao aproximar-se o Primeiro de Maio, generalizavam-se as apreensões e abria-se um período de buscas policiais nos núcleos associativos, pondo-se em custódia os suspeitos, dando a todos uma sensação de insegurança e exibindo um luxo de força nas ruas e locais de reunião, que, não raro, redundavam em choques e conflitos sangrentos. A comemoração do dia do trabalhador deveria ser, no ponto de vista de Vargas, para confraternização.

*“O ambiente nacional tem reagido sabiamente contra esses agentes de perturbação e desordem. A propaganda insidiosa e dissolvente, apenas, impressionou os pobres de espírito e serviu para agitar os mal intencionados. Quem quer que observe a história e a dura lição sofrida por outros povos verá que os extremismos, mesmo quando logram uma vitória efêmera, caem logo vítimas dos próprios erros e das paixões que desencadearam, sacrificando muitas aspirações justas e legítimas, que poderiam ser alcançadas pacificamente. A sociedade brasileira, felizmente, repele, por índole, as soluções extremistas. Corrigidos os abusos e imprevidências do passado, poderemos encarar o futuro com serenidade, certos de que as utopias ideológicas, na prática, verdadeiras calamidades sociais, não conseguirão afastar-nos das normas de equilíbrio e bom senso em que se processa a evolução da nacionalidade.”* (VARGAS, 1940)

O terceiro princípio, ou seja, **exclusão da participação social e política da população nos processos de decisão**, é destacado quanto observa-se nas falas *a revisão no quadro dos valores sociais, a fim de modificar a estrutura para possibilitar o equilíbrio econômico cuja continuidade constitui perigo eminente para a civilização*. Revela que ao direito cabe a produção da expressão e formar *a aliança capaz de evitar a derrocada final*.



Em outra fala Vargas deixa claro que quer congregiar todas as classes em uma *colaboração efetiva e inteligente*, ou seja, Vargas ainda tem atitudes soberanas em relação aos cidadãos contrapondo-se ao papel central do Estado de Direito, que é sustentado pela sociedade democrática, aonde pode existir a participação dos cidadãos.

Quando se refere *aos partidos políticos* “[...] *não conseguirão interessar a opinião pública, ficando condenados a esterilidade das mesquinhas rixas locais* e as palavras *assista e aceito*, grifadas no decorrer do texto, apresenta uma população espectadora, passiva do Estado de Direito e não participe desse processo de mudanças. Sendo assim, a população tendo este papel está em desacordo com o explicitado anteriormente quando expusemos que os cidadãos podem exercer a participação, adentrando os mecanismos de decisões coletivas, principalmente nas diversas formas de produção.

Quando fala em *repúdio às ideologias extremistas e aos seus adeptos convictos* ou ainda em *combater todos os seus agentes e dissolução* ou *enfraquecimentos das energias nacionais* revela seu descontentamento com aqueles que não estavam de acordo com as medidas tomadas pelo governo, extremamente repressor, aos partidos políticos e a liberdade de expressão. Habilmente Vargas captava a seu favor a classe trabalhadora que sempre esperava por algum novo benefício nas festividades do primeiro de maio.

### **3.1.4 O Uso Clientelístico da Máquina do Estado**

*3) A revolução suas origens e o seu programa* – O programa da Revolução reflete o caminho “[...] *para o ressurgimento do Brasil: instituiu o aumento da produção nacional, sagrada por impostos que a estiolam: estabelece a organização do trabalho deixada ao desamparo pela inércia ou pela ignorância dos governantes; exige a moralidade administrativa, conculcada pelo sibaritismo dos políticos gozadores; impõe a invulnerabilidade da justiça, maculada pela feita do favoritismo.*” (VARGAS, 1931).

Vargas apresentou o início de um novo reordenamento das ações públicas. Que segundo Draibe (1993) é muito difícil de especificar visto que a autora considera o período de 1930 a 1943 de introdutório e de mudanças referentes à legislação previdenciária e trabalhista. Estabeleceu a divisão social do trabalho e criou o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, que objetivava interferir sistematicamente no conflito entre capital e trabalho.

17) A ação patriótica os brasileiros – Durante seu discurso revela que foi o seu governo que colocou acima das injunções partidárias a verdade eleitoral instituindo o voto secreto e os tribunais incumbindo de apurar os sufrágios, estendendo os direitos políticos à mulher e dando voz, nas assembléias, às representações profissionais.

Vargas, a dois meses do Golpe de Estado justificou a ampliação dos direitos políticos às mulheres e o controle pelo o Estado das organizações sindicais.

19) A atualidade brasileira e a solução dos seus problemas - *“Muito há, ainda, por fazer. Ninguém melhor do que nós, durante vários anos devotados ao trato das coisas públicas, tomando o pulso às necessidades, recebendo sugestões de todos os brasileiros patriotas, escolhendo, cuidadosamente, a oportunidade para tomar medidas que se ajustem às circunstâncias, pode avaliar as deficiências da nossa organização. O Governo trata, por isso, em primeiro lugar, da reforma geral dos quadros da vida brasileira, do fortalecimento econômico da Nação, para ir, gradativamente, na medida das realizações prévias, completando a organização institucional e instalando os órgãos auxiliares consignados na Constituição. É esse o processo mais aconselhável à recuperação e restauração do organismo nacional, dentro da forma de democracia renovada em que se harmonizam de todo os interesses do povo e os deveres dos governantes.”* (VARGAS, 1939).

A ação do Estado ampliou o firme propósito de extinguir tudo quanto seja ou possa parecer privilégio de indivíduo, grupos ou zonas, ampliando equitativamente as rendas públicas. Estava certo de que a sua maneira de agir satisfazia a opinião pública, para que averiguar as reações e esclarecer a evolução dos assuntos governamentais.

*“A experiência, nesse sentido, é edificante. Não basta projetar empreendimentos. Torna-se necessário executá-los com sentido prático e adaptá-los a situações criadas pela realidade dos fatos. É preciso, portanto, que, em todas as esferas de ação se exerça, ininterrupta, a fiscalização por parte dos responsáveis. Tudo isso - essa atenção vigilante, essa minuciosa observação do trabalho projetado, a visão direta, o exame dos pontos de vista, mesmo divergentes -, tudo isso, quero dizer, está no espírito e nos métodos do novo regime. Não exagero ao salientar a importância excepcional do período que atravessamos. Foram abatidas, até aqui, algumas das mais altas barreiras que impediam o nosso progresso: a política facciosa, em que as dedicações eleitorais eram pagas com favores onerosos; o provincialismo, que criava e multiplicava obstáculos ao livre curso dos valores econômicos; os particularismos, que estabeleciam preferências para a outorga de benefícios;*

*a pretensão de hegemonias, que prejudicavam o bom entendimento de todos os brasileiros. Afastados esses males, ampliada, por conseqüência, a comunidade nacional, sem fronteiras e sem prevenções, é o momento de construir uma nacionalidade forte e integrada nos ideais superiores que sempre guiaram os nossos maiores.” ( VARGAS, 1939).*

Revelou que muito ha ainda por se fazer, mais apresenta sua devoção ao trato a coisa pública e a organização das estruturas político-administrativas buscava estabelecer condições de funcionamento das forças produtivas do mercado brasileiro. A criação de órgãos e empresas pelo Governo Federal objetivava contornar as situações críticas advindas do processo político e da evolução econômica do país. O Estado através de incentivos à indústria nacional, aumentava sua interferência nas relações de mercado expandindo e diversificando a economia brasileira por meio de uma política econômica centralizada caracteristicamente burguesa.

Ainda que de forma clientelista, as políticas distributivas foram sendo desenhadas no Brasil. (PEREIRA, 1998).

### **3.1.5 A Centralidade do Trabalho**

*1) A Plataforma da Aliança Liberal* – Para melhorar uma parcela da população trabalhadora, Vargas acreditava que deveria estender os benefícios aos marítimos e aos empregados do comércio e de outras classes e de trabalhadores com iguais necessidades, “[...] tanto mais quanto a sua melhoria nenhum ônus acarretara aos cofres do país.” Aponta a necessidade de atender “[...] milhares de brasileiros que vivem nos sertões, sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contato com os agentes do poder público, apenas, através dos impostos extorsivos que pagam.” Pensa-se em “[...] agrupá-los na propriedade da terra, fornecendo-lhes o instrumento de trabalho, o transporte fácil para a venda da produção excedente as necessidades do seu sustento, despertar-lhes, em suma, o interesse, inculcando-lhes hábitos de atividades e de economia. Tal é a valorização básica, essa sim, que nos cumpre iniciar quanto antes – a valorização do capital humano, por isso que a medida da utilização social do homem é dada pela sua capacidade de produção.” (VARGAS, 1930, p.28).

*3) A revolução suas origens e o seu programa* – O programa da Revolução assegura a transformação do capital humano como máquina, aperfeiçoando-o para produzir mais e

melhor, restitui ao elemento homem a saúde do corpo e a consciência da sua valia, pelo saneamento e pela educação e o restabelece pelo gozo das liberdades públicas e privadas, sob a égide da lei e a garantia da justiça.

4) A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos – A enunciação das funções do Estado descobre novo e dilatado campo de experiências jurídicas. Se as leis expressam direitos e o direito moderno sob o impulso de fenômenos sociais irresistíveis tem sofrido modificações radicais, devido às contingências oriundas do entrelaço econômico dos povos, justo é que a vossa função legisladora se enquadre nos imperativos da época, provocando dar ao Estado a força e o poder capazes de dominar os imprevistos do novo período de transformação humana que se inicia.

*“No sistema capitalista, observa-se o preceito perigoso de ser o poder aquisitivo sempre inferior à capacidade das indústrias, quando a produção devia limitar-se à capacidade aquisitiva das massas. Essa diferença, causa do desequilíbrio existente, tende a aumentar, porque, enquanto o capital estimula a produção, para ampliar-se levando a indústria ao máximo de produtividade, o consumidor, defensivamente ou por hábito natural de poupança, procura restringir o consumo ao indispensável às suas necessidades.”* (VARGAS, 1931, p.117).

Evidenciando o descompasso da vida econômica e a não organização de seu mecanismo previamente, uma vez que permite aos detentores das forças produtivas movimentarem ao sabor de seus interesses.

5) O primeiro ano do governo Provisório e as suas diretrizes – Segundo Vargas, o regime anterior considerava a questão do operariado uma questão de polícia. Lembra as conquistas internacionais referentes à legislação social. *“Garantias mínimas, quase universalmente outorgadas às classes trabalhadoras, aqui ainda consistiam em vagas aspirações, algumas displicentemente consubstanciadas em leis sem aplicações, outras em maior número, de que o poder público, absolutamente, não cogitava.”*

Em período de campanha, Vargas afirmava que no Brasil a questão social deveria ser encarada pelos poderes públicos. Ressaltava que o protecionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada, deve-se *“[...] acudir o proletariado, com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças, como na velhice.”* As atividades de mulheres e crianças nas fábricas e estabelecimentos comerciais também devem estar subordinadas a condições especiais. E o proletariado urbano quanto o rural *“[...]”*

*necessitam de dispositivos tutelares aplicáveis a ambos [...]”*. Devendo compreender a instrução, educação, higienização, alimentação, habitação, a proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice, o crédito, o salário e até o recreio, como o desporto e a cultura artística.

Além das funções administrativas, que compreendem a questão de trabalho, indústria, comércio, previdência social, o novo Ministério iniciou seus trabalhos de legislação social e industrial, onde se destacou: a lei e o regulamento de proteção ao trabalho nacional – a chamada lei dos dois terços, a reforma da lei de aposentadorias e pensões, a ampliação do âmbito dessa lei, fazendo beneficiários dela os trabalhadores e empregados marítimos, transviários, telegráficos, telefonistas, radiotelegrafistas e todos os funcionários públicos, lei referente à organização das classes (lei de sindicalização) e os projetos de lei já publicados sobre: oito horas de trabalho diário ou quarenta e oito horas semanais, nas indústrias e comércio, organização de um critério para estabelecimento do salário mínimo, convenção ou contratos coletivos de trabalho e instituição de comissões permanentes e mistas de empregadores e empregados, para a solução dos conflitos de trabalho (Comissões de conciliação e arbitramento).

*6) As classes trabalhadoras e o governo da Revolução – “A organização sindical, a lei de férias, a limitação das horas de trabalho, o salário mínimo, as comissões de conciliação, as caixas de pensões, o seguro social, as leis de proteção às mulheres e aos menores realizam velhas aspirações proletárias de solução inevitável.”* (VARGAS, 1933, p.97).

O individualismo excessivo que caracterizou o século passado, precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Vargas disse que o melhor meio de garantir, o capital, é transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores distribuídos dos sentimentos de pátria e de família.

Pontuou ainda que os que possuem riquezas desfrutam de regalias que aos pobres parecem um privilégio, mas que a lei transforma em prerrogativas jurídicas e reconhecer que essas prerrogativas correspondem deveres, convencendo-se de que todos quantos cooperam com o seu trabalho para semelhante resultado possuem, também, respeitáveis direitos ao bem-estar, aos cuidados da saúde e as garantias de previsão social contra os acidentes do labutar afanoso. Entramos definitivamente, num período de ordem, de segurança e de firmeza de ação. Aproveitamo-lo para concluir a obra de reconstrução social e política, que consagre, nos nossos anais, o pensamento de renovação triunfante em 1930.

7) A instrução profissional e a educação moral, cívica e agrícola – No primeiro momento de seu discurso, Vargas poetisa sua visão da capital da Bahia no processo de formação da nação brasileira. Em seguida recapitula brevemente a questão da escravidão no Brasil que após a abolição, o novo regime, não organizou a questão do trabalho, na qual repousa a economia da época. Aponta, ainda, o êxodo dos habitantes do interior, atraídos pelas ilusórias facilidades de trabalho. Revela que o *proletariado das cidades aumentou desproporcionalmente, originando o pauperismo e todos os males decorrentes do excesso de atividades sem ocupações fixas* (VARGAS, 1933, v. II, p.115). Na frase exposta, o Presidente Getúlio Vargas mostra claramente a importância que ele dava à questão da regulamentação do trabalho, e que sem esta, os trabalhadores pobres não tinham garantias de benefícios.

Conclui seu discurso valorizando a política de educação que com ela o sertanejo rude será feito cidadão e o Brasil terra maravilhosa *transforma-se-á na grande Pátria que os nossos maiores idealizaram e as gerações futuras abençoarão*.

8) Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato da sua instalação - A complexidade dos problemas morais e materiais inerentes à vida moderna alargou o poder de ação do Estado, obrigando-o a intervir mais diretamente, como órgão de coordenação e direção, nos diversos setores da atividade econômica e social.

*“A base da nossa economia ainda é a exploração agrícola, e a industrialização apenas absorve pequena parcela da nossa atividade produtora. Em conseqüência, a densidade de massa proletária industrial não acusa índice elevado, restringindo-se a núcleos urbanos que dispõem de margem suficiente para empregar a atividade com fácil e compensadora remuneração.”* (Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933). (VARGAS, 1933, p.136).

O trabalho livre instituiu-se completamente desorganizado, pois a escravidão viera até as portas da República, deixando intacto esse problema para a economia da década de 1930.

A Constituição de 1891 garantia o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual ou industrial. Era um dispositivo que consagrava o princípio da liberdade de trabalho. Em 1926, reforma-se o texto constitucional para autorizar o congresso a legislar sobre tão importante matéria. Porém, cristaliza-se a mentalidade política que julgava o problema operário, no Brasil, como caso de polícia. Era natural que em ambiente tão pobre de visão social, não encontrassem eco as reivindicações trabalhistas, mesmo as mais elementares. Tudo que se legislava, com referência à matéria, consistia em dispositivos sobre acidentes de

trabalho, caixas de aposentadoria e pensões, concessão de férias aos empregados no comércio e proteção aos menores.

*“A proteção a menores foi olhada com mais interesse. Já em 1891 aparece a primeira medida, e em 1918 instituiu-se os patronatos agrícolas, destinados a recolher, educar e ensinar, no aprendizado dos trabalhos rurais, os pequenos abandonados ou delinqüentes. Não se tratava de medidas propriamente à infância.”* (Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933. (VARGAS, 1933, p.138).

11) Amparo às classes trabalhadoras – Com a construção do edifício do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, Vargas realizou um discurso recheado de agradecimentos, envolvendo as manifestações de solidariedade, a ele dedicada, a significação de um incentivo para prosseguir no ideal de fortalecimento da pátria, reconhecendo os princípios de justiça social e dos direitos da coletividade. Neste sentido, pontuou o programa de amparo às classes trabalhadoras, que gradativamente proporciona-lhes concórdia e bem-estar, dentro dos postulados da justiça. *“Além das vantagens já consolidadas e das garantias oferecidas pelo seguro social instituímos o salário mínimo, visando assegurar ao trabalhador dos campos e das cidades, com a justa retribuição do seu esforço, a satisfação das necessidades humanas e o desenvolvimento moral e cultural.”* (VARGAS, 1938, p.119).

Para finalizar sua fala, Vargas enfatizou para os *“[...] trabalhadores do Brasil [...]”* que o governo *“[...] mantém-se resoluto no cumprimento da sua missão renovadora e patriótica. Para levá-la adiante, apóia-se na lealdade e devotamento das forças armadas, dispõe da cooperação dos núcleos criadores de riqueza, conta, enfim, convosco, homens de trabalho, porque tem a certeza de que todos vós desejais ardentemente o maior engrandecimento da pátria brasileira.”* (VARGAS, 1938, p.120).

13) O dia do Trabalho – Lembrou a população que a justiça especial encarregada de resolver, por processo rápido e eficiente, os dissídios comuns nas relações de trabalho, constituía uma de suas antigas aspirações. E a partir de então, a legislação trabalhista deve ser aperfeiçoada, pois já é fruto de algumas experiências.

*“Trabalhadores: como vedes, no regime vigente, participais diretamente das atividades organizadoras do Estado, em contraste flagrante com a situação anterior a 1930, quando os vossos interesses e reclamos não eram, sequer, ouvidos e morriam abafados nos recintos estreitos das delegacias de policia. Hoje, tendes, no maior e mais belo edifício*

*público do país, a vossa própria casa, e nela penetrais sem constrangimento.” Finalizou pedindo à população que compare o passado e “regosijai-vos de desempenhar, conscientes das vossas responsabilidades, o relevante papel da força construtora da nacionalidade, dentro do espírito de ordem, que é a garantia do vosso futuro e do engrandecimento do Brasil.”*

*18) Os problemas nacionais no Estado Novo - A terceira pergunta refere-se ao trabalhador, o entrevistador quis saber qual seria o lugar reservado a esta classe no Estado Novo, então lhe é respondido que “O trabalho é o único instrumento capaz de conduzir-nos à grandeza a que aspiramos. Portanto, reservamos ao trabalhador lugar de honra; faremos tudo para estimulá-lo, protegê-lo, garanti-lo em seus direitos. Possuímos já legislação assegurando às classes trabalhadoras plenos direitos; porém queremos aperfeiçoá-la e completá-la ainda mais. Relativamente ao capital, nacional ou estrangeiro, concebemos a sua função como cooperadora no desenvolvimento da economia e da prosperidade do país. O capital não deve sobrepor-se, mas servir, aos interesses gerais da coletividade. Solicitaremos e facilitaremos a entrada de capitais que possam tornar-se úteis ao nosso progresso industrial e agrícola.”*

*19) A atualidade brasileira e a solução dos seus problemas - No que se concerne a Legislação Trabalhista e previdência social, Vargas revelou que “[...] deve constituir, para nós, motivo de justo orgulho, pelos resultados já obtidos na sua execução. Nesse programa, não se limitou o Estado Novo a desenvolver a política de proteção social, em boa hora iniciada em 1930. Ampliando as diretrizes anteriores, promove, deliberadamente, a valorização do trabalhador nacional, preocupando-se, não somente com as questões jurídicas inerentes ao contrato de trabalho, mas, sobretudo, com os aspectos sociais e políticos do problema. Além de reconhecer direitos básicos que, naquele contrato, assistem ao trabalhador, a legislação atual visa dar-lhes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, elevando-lhe o nível cultural, assegurando-lhe habitação condigna, cuidando da melhoria de sua alimentação, garantindo-lhe um salário vital e facultando-lhe articulação efetiva nos negócios públicos através de organizações sindicais. Quem quiser avaliar o alcance social da nossa política trabalhista basta volver os olhos às condições do trabalhador brasileiro de um decênio atrás, cotejá-las com as de hoje e verificar as transformações ocorridas. Em curto lapso de tempo, passamos de uma democracia aparente, de falso liberalismo técnico, para uma democracia real, isto é, para um regime que assegura*



*a todos os verdadeiros pressupostos de vida política - justiça e representação - e as condições inerentes à vida social salário, habitação, alimentação e educação. A Justiça do Trabalho, criada a 1º de maio do ano corrente, virá proporcionar a quantos trabalham a garantia efetiva dos direitos reconhecidos nas várias leis de proteção. Para a sua instalação, já foi autorizado o crédito preciso. Dentro em pouco, poremos em funcionamento esse órgão paritário, distribuidor da justiça social, dotado de meios próprios de execução e que representa criação puramente brasileira, pois a sua estrutura afasta-se dos moldes correntes, adaptados à judicatura comum ou constituídos como simples conselhos de arbitragem.”*

Fora da representação profissional, não há lugar para a vontade do povo, que já sabe bem o que valem as competições manipuladas pelas velhas máquinas eleitorais. Os agrupamentos profissionais disciplinados pelo Estado e seus órgãos de colaboração, dispostos na pirâmide dos sindicatos, federações e confederações, virão realizar a verdadeira política de colaboração das classes produtoras que, alheias aos ódios e partidarismos, criam, com o seu capital, sua técnica e seu trabalho, a riqueza nacional.

E, se no campo político, o Estado Novo proporciona ao trabalhador o uso efetivo das prerrogativas do cidadão, no terreno social, sua atividade faz-se sentir de modo marcante em tudo quanto possa contribuir para melhorar-lhe as condições econômicas.

No que diz respeito à previdência social, podem ser assinalados como marcos principais o funcionamento, desde 1.º de janeiro de 1938, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários; a organização, em moldes mais amplos, sob a denominação de Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Transportes e Cargas, abrangendo numerosas classes anteriormente sem a proteção dos seguros sociais, da antiga Caixa dos Trabalhadores em Trapiches e Armazéns de Café; a reforma do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva; a reorganização projetada dos Institutos de aposentadoria e Pensões dos Comerciários e dos Bancários, e o plano em estudos de um organismo que garanta os benefícios da previdência social a profissionais intelectuais. Em todas essas novas organizações e readaptações, foi ampliado o campo de proteção dos trabalhadores com a adoção do auxílio-doença, visando a amparar os que se acham impedidos de trabalhar temporariamente.

No campo da legislação trabalhista, foram expedidos vários atos complementares do regime de proteção iniciado em 1930. Aos empregados em escritórios estendeu-se a lei de duração do trabalho dos empregados no comércio; garantiu-se ao trabalhador a percepção de 2/3 dos vencimentos quando chamado a incorporar-se às forças armadas, na prestação do serviço militar; criou-se o registo dos jornalistas, estabelecendo-se as condições de trabalho

assecuratórias das suas atividades profissionais; acha-se em sua fase final de estudos o projeto de lei dispensando aos professores idênticas medidas de amparo.

20) A divisão do país em zonas geo-econômicas - O Governo Central lembrou que, além dos assuntos discutidos com os Ministros de Estado, os Interventores e Governadores tenham especial apreço pelas matérias seguintes: 1. Estatuto do funcionalismo estadual e municipal, com o fim de reduzir, padronizar e aproveitar ao máximo do rendimento o pessoal e o material do serviço público. 2. Auxiliar direta e indiretamente os trabalhos do Censo Nacional, a cargo do Instituto Nacional de Geografia e Estatística. 3. Dar a maior colaboração possível ao Conselho de Águas e Energia, para que possa desempenhar as suas tarefas, de máxima importância para o país. *“Pra isto, é preciso trabalhar – trabalhar com abnegação, trabalhar com desinteresse, trabalhar como trabalham as abelhas, que fabricam o mel, não para si, mas para a colméia. É o que o Brasil espera de nós, porque só assim seremos dignos da terra onde nascemos e cumpriremos o nosso dever para com a Pátria.”* (VARGAS, 1930).

21) O bem-estar e a saúde das mães e das crianças – O governo de Vargas empenhou-se em garantir aos trabalhadores, *aos que não dispõem de recursos acumulados e vivem do labor quotidiano*, as condições de estabilidade econômica necessárias à manutenção de sua família. A legislação da época e as instituições de previdência coletiva, *em promissor desenvolvimento*, completam-se mostrando o acerto *da nossa política de valorização do homem de trabalho*.

22) O ensino técnico profissional - *Os frutos da ação governamental nesse setor não tardarão a aparecer, desfazendo a afirmativa generalizada e falsa, aceita pelos observadores superficiais, segundo a qual os brasileiros só aspiram a ser doutores e empregados públicos.* A estreiteza dos nossos currículos de ensino, circunscritos, quase exclusivamente, ao quadro das profissões liberais: a falta de estabelecimentos especializados, em condições de aproveitar os pendores naturais da adolescência; a indecisão dos chefes de família que não encontravam facilidades para a educação da prole; a produtividade baixa do operário não qualificado: esses e outros pequenos obstáculos truncavam vocações e derrotavam existências.

O homem brasileiro, dotado de inteligência viva e pronta, é capaz de aprender todos os ofícios, de praticar as técnicas mais difíceis e complexas, de adaptar-se, facilmente, ao manejo de novas máquinas e à aprendizagem rápida de quaisquer processos industriais. É um excelente operário, um bom contra-mestre, um engenheiro eficiente. Os estabelecimentos militares e

civis que tenho visitado, onde são exigidas as aptidões mais variadas, demonstram essas qualidades de apreensão fácil e execução precisa, o gosto pela profissão, o interesse ativo pela melhoria da própria capacidade.

*25) A política trabalhista do governo e seus benefícios* – Iniciou seu discurso dizendo que a todo trabalhador, qualquer que seja a sua profissão é, a este respeito, um patriota que conjuga o seu esforço individual à ação coletiva, em prol da independência econômica da nacionalidade. Revela que o progresso não pode ser obra exclusiva do governo, mais de toda a Nação, *de todas as classes de todos os homens e mulheres, que se enobrecem pelo trabalho, valorizando a terra em que nasceram.*

Constitui preocupação constante do regime que adotamos difundir entre os elementos laboriosos a noção da responsabilidade que lhes cabe no desenvolvimento do país, pois o trabalho bem feito é uma alta forma de patriotismo, como a ociosidade uma atitude nociva e reprovável.

Relegados à existência vegetativa, privados de direitos e afastados dos benefícios da civilização, da cultura e do conforto, os trabalhadores brasileiros nunca obtiveram, sob os governos eleitorais, a menor proteção, o mais elementar amparo. Para arrancar-lhes os votos, os políticos profissionais tinham de mantê-los desorganizados e sujeitos à vassalagem dos cabos eleitorais.

Os benefícios da política trabalhista empreendida nestes últimos anos alcançam profundamente todos os grupos sociais, promovendo o melhoramento das condições de vida nas várias regiões do país e elevando o nível de saúde e de bem-estar geral.

Na continuação desse programa renovador que encontrou no atual Ministro do Trabalho um eficiente e devotado orientador, assinamos hoje um ato de incalculável alcance social e econômico: a lei que fixa o salário mínimo para todo o país. Trata-se de antiga aspiração popular, promessa do movimento revolucionário de 1930, agora transformada em realidade, depois de longos e acurados estudos. Procuramos, por esse meio, assegurar ao trabalhador remuneração equitativa, capaz de proporcionar-lhe o indispensável para o sustento próprio e da família. O estabelecimento de um padrão mínimo de vida para a grande maioria da população, aumentando, no decorrer do tempo, os índices de saúde e produtividade, auxiliará a solução de importantes problemas que retardam a marcha do nosso progresso.

Chegaremos, assim, a consolidar esse corpo de leis num Código do Trabalho adequado às condições do nosso progresso. Não é demais observar, a propósito das nossas conquistas de ordem social, que povos de civilização mais velha, apontados como modelos a copiar, ainda

não conseguiram resolver satisfatoriamente as relações de trabalho, que continuam sendo, para eles, causa de perturbações e antagonismos, em vez de forças de cooperação para o bem comum.

Embora deixados ao abandono, os nossos trabalhadores souberam resistir às influências malsãs dos semeadores de ódios, a serviço de velhas e novas ambições de poderio político, consagrados a envenenar os sentimentos brasileiros de fraternidade com o exotismo das lutas de classes.

Neste princípio, ou seja, **a centralidade do trabalho**, Vargas expõe a *transformação do capital humano como máquina aperfeiçoando-o para produzir mais e melhor*, coloca a sua preocupação com o *proletariado das cidades que aumentou desproporcionalmente, originando o pauperismo e todos os males decorrentes do excesso de atividades sem ocupações*. Em seus discursos aponta para o *programa de amparo as classes trabalhadoras, que gradativamente proporciona-lhes concórdia e bem-estar, dentro dos postulados da justiça*.

Expõe que a aplicação da legislação trabalhista que regulou e até suprimiu as relações políticas entre os assalariados e empregadores, foi considerada uma aliança entre o Estado e a burguesia com vistas a organizar a política operária segundo seus interesses. Como já expusemos anteriormente, havia por parte do Estado a intenção de atrelar os trabalhadores a uma política corporativa para se manter à ‘paz social’, sendo o Estado tutor dos trabalhadores por meio dos sindicatos aliados ao Estado.

Mesmo garantindo alguns direitos básicos da política operária, o Estado brasileiro interferiu e dominou política e economicamente os trabalhadores, pois estes tiveram seus direitos reivindicatórios suprimidos pelos sindicatos já que as decisões, referente às relações de trabalho, eram elaboradas e impostas segundo os interesses do Estado brasileiro.

É nesse período que há uma densa discussão sobre a importância que o trabalho tem para o Estado Novo e para a cidadania. Que aparece subordinada e regulada pela esfera profissional, legalmente reconhecida pela burocracia estatal que confere atributos de cidadania (DUARTE, 1999), a quem se inseria ao modelo getulista de proteção social, ou seja, o controle social da classe trabalhadora. (FALEIROS, 2000).

O conceito para compreender a política econômica (SANTOS, 1979) nesse período é o de cidadania regulada, ou seja, a cidadania estava embutida na profissão e os direitos dos cidadãos restringiam-se aos direitos do lugar que ele ocupava no processo produtivo. Havia ainda os pré-cidadãos, que consistiam em todos os trabalhadores da área rural e urbana que,

apesar de serem ativos no processo produtivo, não tinham suas ocupações regulamentadas por lei.

### 3.1.6 A Questão do Paternalismo

2) Nova Organização Administrativa do País – “[...] todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade ou de sexo, comungam em um idêntico pensamento fraterno e dominador: - **a construção de uma pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos.** Após o momento de vitórias, foi preciso refletir maduramente sobre a obra de reconstrução. E para que não se fraude a expectativa do povo brasileiro, o trabalho de reconstrução não admite medidas contemporizadoras. Implicaria no reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos.” (VARGAS, 1930, p.71).

3) A revolução suas origens e o seu programa – Iniciou seu discurso agradecendo as manifestações de apreço das forças armadas da República, através das palavras do General, que simboliza a expressão do pensamento cívico dos seus camaradas. A prova de solidariedade testemunhada repercutira pelo país inspirando confiança e tranqüilidade, por tornar evidente que um pensamento une idêntico ideal social e harmoniza a atuação. Percebe-se nessa confraternização: **a vossa atitude serena, mas enérgica, calma, porém decidida, o apoio integral prestado ao Governo Provisório, instituído pela Revolução, para realizar a obra de reorganização moral, política e econômica da República.** (VARGAS, 1930, p.80).

7) A instrução profissional e a educação moral, cívica e agrícola – Vargas citou o Estado baiano, através do nome do Interventor que, segundo ele, possui adjetivos tais como: sinceridade em suas atitudes democráticas, espírito de dedicação e inteligente compreensão das questões administrativas (providências concernentes à manutenção da ordem: tais como a repressão ao cangaceirismo, promover uma melhoria na capacidade de trabalho e promover o bem-estar dos habitantes, com o saneamento das regiões insalubres e a disseminação das escolas por toda parte) com o qual conquistou **a confiança dos filhos desta terra.**

8) Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato da sua instalação – O objetivo era afastar do contato pervertedor das vias públicas e dos centros os menores

desprotegidos da fortuna e sem lar estável onde a vigilância paterna lhe fosse amparo e escola. Organizou-se o Código de menores que ampliou e consolidou dispositivos amparadores dos menores entregues à guarda do Estado. “A aplicação do Código de Menores prevê, entretanto, a existência de institutos de recolhimento e educação, aparelhos em condição de satisfazer os fins a que se destinam. É sabido que eles escasseiam por todo o país, quase exclusivamente atendidos pela iniciativa particular, conduzida por sentimentos caridosos.” (Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933. (VARGAS, 1933, p.138). Pode-se afirmar, com isso, que onde se organizavam estabelecimentos apropriados, o Código de Menores somente se cumpria muito elasticamente e apenas na parte jurídica, falhando a vigilância e a educação.

No que se refere à previdência, economia e assistência aos trabalhadores e às classes pobres, o que se realizou antes de 1930 não representa nada de orgânico e prático, segundo Vargas. Em 1923, apareceu a lei que criou as caixas de aposentadorias e pensões para os trabalhadores ferroviários e portuários, mais tarde, com o governo revolucionário, estende-se esse benefício a classes dos marítimos.

*10) O Estado Novo e o momento brasileiro* – No que diz respeito ao tema medidas de assistência social, Vargas colocou que amparou todas as classes de trabalhadores, faltando apenas a dos agrários, cuja solução estuda-se com interesse.

*12) Saudação ao povo brasileiro* - Congratulou os colaboradores e auxiliares diretos da ação governamental e revela sua honra em assegurar tranqüilidade e benefícios a quem trabalha. “*Longe vai, felizmente, o tempo em que os governantes formavam classe aparte, distanciada e alheia aos sentimentos, às necessidades e aspirações do homem comum. O regime em que vivemos é o da mais franca colaboração de todos para os supremos objetivos da nacionalidade. A riqueza de cada um, a saúde, a cultura, a alegria, não são, apenas, bens pessoais; representam reservas de vitalidade social, que devem ser aproveitadas para fortalecer a ação do Estado.*” (VARGAS, 1938, p.184).

Pontuou que *somos um país de grandes recursos, de população escassa, e temos um patrimônio enorme a defender, numa fase conturbada da história mundial [...]* e por este motivo a população deve-se unir e formar “*[...] um bloco indissolúvel, capaz de resistir a tudo, devemos confraternizar em sentimento e ação criando no recesso dos nossos próprios lares a unidade de espírito e a comunhão de objetivos indispensáveis à realização dos ideais de engrandecimento comum. O ano que se encerrou foi de áspera luta contra obstáculos de*

*varias ordens, e o vencemos todos. O que se inicia será, certamente, rico em fatos auspicioso e fecundo em empreendimentos útil ao progresso do Brasil.*” (VARGAS, 1938, p.184). E para concluir enfatizou que para o país continuar crescendo é preciso à cooperação e a **vigilância patriótica**.

13) O dia do Trabalho – Iniciou seu discurso colocando que desde 1930 mantém a mesma linha de ação e sempre que as dificuldades surgiam os *Trabalhadores do Brasil* manifestavam ao Governo Nacional *a sua confortadora e espontânea solidariedade, numa eficiente atitude de repulsa aos surtos de anarquia e aos golpes extremistas*.

16) O sentido continental das comemorações da independência – “*Dentro de pouco, poremos em vigor mais duas leis de capital importância na reestruturação da nossa sociedade: o Estatuto da Família e a Lei Orgânica da Juventude Brasileira. Com elas definira o Estado os princípios fundamentais da organização da família, como base da vida social, assumindo a tarefa de velar pela sua formação, desenvolvimento, segurança e honra, e mobilizará a juventude, enquadrando-a numa grande instituição de finalidade patriótica e educacional. As novas gerações saberão como marchar para o futuro; aprenderão o destemor na ação, a disciplina construtiva e a alegria do esforço nobre e desinteressado. Brasileiros: Sejamos fiéis ao culto dos nossos maiores, e a eles consagramos, nesta magna data, os votos da nossa devoção cívica.*” (VARGAS, 1938, p.299).

19) A atualidade brasileira e a solução dos seus problemas – Vargas demonstrava o seu cuidado em proporcionar ao trabalhador a garantia de seu salário, e de sua alimentação. O Serviço de Alimentação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários foi incumbido da iniciativa, a título de exemplo prático e como propaganda para a execução do decreto de 1º de maio do corrente ano, que determinou a instalação de salas de refeição nos estabelecimentos de mais de 500 trabalhadores. “*Conservando a paz, trabalhando para completar e aperfeiçoar a organização do Estado, melhorar as instituições e aumentar o rendimento dos nossos esforços, realizaremos a obra altamente humana, digna dos nossos antepassados e das gerações vindouras, num exemplo perfeito de solidariedade cristã e amor à Pátria.*”

20) A divisão do país em zonas geo-econômicas – Apontou algumas recomendações, passado foi a luta; o presente é trabalho; o futuro será a riqueza, prosperidade, o poder. Disse

que o Brasil é comparado a uma ilha ou a um arquipélago. Há regiões ricas, intensamente povoadas e industrializadas, e há regiões pobres, onde falta densidade demográfica e onde a escassez de população e de transirtes ainda não proporciona os meios necessários à formação de suas riquezas. Não que essas zonas sejam áridas: é que a civilização ainda não chegou até lá, com a intensidade dos seus meios de produção. De modo que o sentido legítimo do nosso imperialismo é crescer dentro de nós mesmos e levar as nossas fronteiras econômicas até ao limite das fronteiras políticas, fazendo com que todo o Brasil prospere harmonicamente.

21) O bem-estar e a saúde das mães e das crianças - Iniciou seu discurso em comemoração ao Natal, em 24 de dezembro de 1939, enfatizando que o Nascimento de Jesus à simples evocação da imagem do Deus-Menino, nimbada de doçura apostólica, sentimos reacender-se a fé nas almas e os corações confraternizarem sob o influxo transfigurador das suas divinas virtudes, dos seus imortais exemplos de justiça e altruísmo, de amor pelos fracos, de piedade pelos sofredores.

*“Nenhum momento me parece, por isso, mais próprio para falar aos vossos arraigados sentimentos de solidariedade cristã e convocar-vos a colaborar ativamente na obra já iniciada em favor do bem-estar e da saúde das mães e das crianças. Pelo nosso vasto território, desde os centros urbanos aos pequenos núcleos de população, ainda não se conseguiu instalar uma rede eficiente de serviços de maternidade e amparo à infância, de útil e patriótica finalidade. Todos sabem quanto é, entre nós, precário o tratamento das gestantes e elevado o coeficiente de mortalidade de recém-nascidos, sobretudo, nas classes menos protegidas da fortuna. Problema de tamanha relevância, diretamente ligado ao progresso e ao futuro da nacionalidade, não poderia ser relegado a segundo plano. Cumpra encará-lo de ânimo decidido, e, assim, procedemos, pondo em ação o máximo possível dos recursos administrativos. Mas, por mais que se faça, se não imprimirmos às nossas iniciativas o caráter de verdadeira campanha de cooperação nacional, veremos a desejada solução e os seus enormes benefícios retardados por longo tempo.”* (VARGAS, 1939).

*É preciso que em cada lar, [...] se articulem as vontades generosas e se mobilize o espírito filantrópico do nosso povo, a fim de que o ato mais sagrado da vida de família deixe de ser causa de apreensões para os pais e se transforme em bênção e sadio conforto moral.*

*“Mas, a obra realizada não é suficiente. Onde termina a possibilidade imediata de meios fornecidos pelo Tesouro Público, cumpre apelar para a iniciativa dos particulares, principalmente, dos que têm sob suas ordens grupos de trabalhadores assalariados. É preciso que as crianças desses colaboradores anônimos da prosperidade individual sejam*



*devidamente amparadas e, enquanto as mães ganham o pão nas fábricas e oficinas, filhos pequeninos estejam nas creches, recebendo, os cuidados higiênicos necessários, alimentação sadia e adequada, e os mais crescidos estudem nos jardins de infância e escolas próprias da idade.” (VARGAS, 1939).*

O presidente acredita que *o desejo de melhorar a raça, de dar ao país gente forte e sadia, encontre ampla compreensão em todos os setores das atividades nacionais.*

*“E é por isso que concito aos homens de sentimentos nobres, às mulheres – sempre inclinadas aos gestos de bondade e heroísmo – aos médicos concientes de sua missão e, especialmente, às pessoas de fortuna, o dever de aplicar em obras de filantropia e de assistência social parte do que lhes sobeja, se não desejam ser apontados como egoístas endurecidos e simples amealhadores de pecúnia. Alimento a esperança, tenho, mesmo, a certeza de que, brevemente em todos os recantos do nosso território levantar-se-ão vozes de apoio e se organizarão esforços, formando um movimento de edificante solidariedade, capaz de assegurar completo êxito à campanha destinada a amparar a maternidade e a oferecer à Pátria, gerações vigorosas. Brasileiros: Sei como o vosso coração transborda do desejo de servir ao Brasil, e tenho a segurança de que esta sugestão, como a boa semente em terra fértil, germinará opulenta, florindo e frutificando em obras de benemerência, dignas do vosso patriotismo e da noção elevada que tendes da solidariedade humana. Acudindo a este apelo em favor da maternidade e da infância, feito, deliberadamente, no dia de Natal, tereis, por certo, prestado homenagem bem grata Àquele que veio ao Mundo como símbolo da bondade, amparo dos fracos e das crianças, e contribuireis de maneira decisiva para o fortalecimento da juventude, garantia futura do engrandecimento da nacionalidade brasileira.” (VARGAS, 1939).*

22) O ensino técnico profissional – *Direciona-se aos mestres e discípulos: A minha presença nesta casa de trabalho é uma homenagem a todos vós. Dou-lhes esta significação porque sei que, entre as vossas máquinas e os vossos teares, sois obreiros modestos, concientes e tenazes do progresso e do engrandecimento da Pátria.*

23) Santa Catarina, seu progresso e seus novos problemas – *“Vim a Santa Catarina inaugurar melhoramentos que valem como prova da operosidade do seu Governo. O que apreciei, aprás-me dizê-lo, excedeu a expectativa e revela uma clara compreensão dos problemas nacionais em vosso meio. **A educação popular e a assistência social reclamam de todo administrador consciencioso e sinceramente devotado ao bem público atenção especial***

*e persistente. A esse respeito, é digna de encômios a obra aqui realizada, denotando, ainda, o louvável empenho de bem aplicar os dinheiros públicos. Não é demais acentuar, neste momento, que o Brasil atravessa uma etapa decisiva da sua história. No campo econômico como na vida social, atingimos a fase crítica, em que se pronunciarão, definitivamente, as qualidades dominantes da nossa formação. Incumbe aos homens que governam, aos transitórios mandatários da vontade nacional, velar e lutar, constantemente, pela conservação das características fundamentais da nossa civilização. Educando, provendo as necessidades culturais do povo, inculcando-lhe no ânimo a idéia de solidariedade indestrutível em torno dos princípios que lhe norteiam a vida mental e moral, teremos feito o melhor possível pelo progresso da nacionalidade, porque, assim, fortaleceremos a sua estrutura e a sua unidade de sentimento e de ação. Todas as iniciativas visando a melhorar o homem, servem para reforçar o nosso potencial defensivo e acrescer a nossa produtividade. Muito já haveis feito com esse objetivo, e muito resta realizar para que a vossa capacidade empreendedora atinja o seu máximo desenvolvimento, aproveitando a fertilidade do solo e as riquezas desta terra privilegiada. As florescentes cidades da zona de colonização por mim visitadas demonstram apreciável progresso, acentuando-se o setor industrial, que conta com empresas prósperas e unidades fabris dotadas de completo e moderno aparelhamento. O equilíbrio da vossa economia permite maior expansão nas atividades agrárias, industriais e extrativas. O Governo Nacional, estimando essa contribuição no seu justo valor, não deixará de fazer o quanto estiver ao seu alcance, para incrementar tão promissor surto de progresso. [...] Senhores: Na terra catarinense, em contacto com a sua hospitaleira e culta sociedade, observando de perto a operosidade **dos seus filhos, a impressão que recebo é das mais gratas ao coração e ao sentimento patriótico.**” (VARGAS, 1940).*

*25) A política trabalhista do governo e seus benefícios – “Nas minhas recentes excursões aos Estados do Centro e do Sul, em contato com as mais diversas camadas da população, recebi caloroso acolhimento e manifestações que testemunham, de modo inequívoco, a confiança que os brasileiros, desde os simples operário aos expoentes das atividades produtoras, depositam na ação governamental. Falando em momento como este, diante de uma multidão que vibra de exaltação patriótica, não posso deixar de pensar como os nossos governantes permaneceram, durante tanto tempo, indiferentes à cooperação construtiva das classes trabalhadoras. **A ação tutelar e previdente do Estado patenteia-se, de modo constante, na solicitude com que cria os serviços de proteção ao lar operário, de assistência à infância, de alimentação saudável e barata, de postos de saúde, de creches e***

*maternidades, instituindo o ensino profissional junto às fábricas e, ultimamente, voltando as suas vistas para a construção de vilas operárias e casas populares.” (VARGAS, 1940).*

O princípio **do paternalismo** de Vargas em seus discursos expõe um primeiro aspecto, que se refere à questão da doação da política trabalhista, ou seja, da regulamentação da legislação do trabalho pelas mãos de um presidente e bem-feitor que tinha legitimidade para receber em troca fidelidade e apoio por parte da grande massa, ignorando o período de lutas das classes populares que antecedeu o governo Vargas em aproximadamente quarenta anos.

## 4 CONSIDERAÇÕES TEMPORAIS

Esse item consiste na reflexão do material que compôs a pesquisa, sendo uma síntese integradora de todos os capítulos que compõem a dissertação. O qual codifica as falas selecionadas expostas nos princípios norteadores que compuseram o item anterior.

Para tanto necessário se faz dar uma volta ao passado da história do Brasil, apresentada no segundo capítulo para lembrar alguns aspectos da cultura política brasileira de períodos anteriores ao estudado.

É no movimento da Independência até a República no Brasil que se inicia uma busca direta pela construção dos direitos, ainda que de maneira equivocada, no sentido de se efetivar a cidadania e a emancipação dos atores sociais, nos moldes atuais.

Nos anos governados por Vargas, observou-se o crescimento significativo da Legislação Social. Contudo, esse crescimento não apresentou, neste período, a mobilização da classe trabalhadora por reivindicar os direitos sociais que possibilitasse melhores condições de vida para as pessoas, não que os movimentos e as reivindicações não acontecesse, mais o poder da elite brasileira abafava qualquer manifestação contrária as regras vigentes.

Mesmo porque, deste a Independência até a República do período proposto, a elite brasileira sempre protagonizou os movimentos que ocasionavam alguma mudança significativa no cotidiano brasileiro.

No Estado imperial brasileiro ocorreram algumas “revoluções”, como Farroupilha, Cabanagem, Sabinada, que mostravam o descontentamento do povo com o poder instituído. Neste período também foi constituída a primeira constituição brasileira de 1824. Outro fato importante foi à assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, que, como mencionado anteriormente não alterou significativamente as condições de vida da maioria da população brasileira negra que dependia de seus donos para a sobrevivência. Em 1889, aconteceu a independência brasileira, episódio significativo que foi protagonizado pela elite.

Em 1891 é deferida uma nova constituição, o Brasil vive um novo regime político, Presidencialismo federativo, embasado no modelo norte americano. Há um reavivamento dos poderes locais, ou seja, dos coronéis. É neste capítulo da história que se favorece as relações de dependência pessoal, eliminando a possibilidade de uma relação livre e de cidadania. Esses grandes proprietários acabavam criando um sistema de justiça interno, onde suas decisões

tornavam-se leis no âmbito de suas propriedades. O poder central passa a ser controlado por dois estados, os mais ricos e populosos do Brasil, São Paulo e Minas Gerais, que controlavam a economia nacional. A Revolução de 1930 representou a derrubada das oligarquias rurais do poder político.

Contudo os acontecimentos internacionais apresentavam um desenvolvimento das relações entre governo e governados, com a gestão do Welfare State. No Brasil esta relação começa a aparecer após a década de 1930, onde o Estado adota a concepção hegeliana de que o este é a grande alavanca do processo econômico e social do país, porém isso acabou por permitir o surgimento de um Estado Autoritário com características corporativas, que fazia das Políticas Sociais o instrumento de incorporação das populações trabalhadoras urbanas ao projeto nacional do período.

É neste momento da história brasileira que se apresentam algumas modificações no cenário político que foram, analisadas, através dos discursos de Vargas, pelas categorias de análise indicadas por Draibe (1993) e aquelas que observamos ser pertinente ao período estudado.

Dados os limites desta pesquisa, não há como estendermos nossas análises no que tange ao processo impulsionador do surgimento das políticas sociais no Brasil, através dos discursos de Vargas no período de 1930 a 1940. Pontua-se:

- a questão do desenvolvimento econômico que impulsionou a construção de uma legislação social voltada, inicialmente, a profissões devidamente regulamentadas;
- as políticas sociais que não contemplavam a garantia dos direitos sociais, pois para acessar tais políticas, o cidadão teria que inserir-se no processo de produção;
- a regulação da participação da sociedade, através dos sindicatos que eram coordenados por pessoas de confiança do Presidente.

A cidadania no Brasil não foi classificada como a noção de seguridade inaugurada da Alemanha de Otto Bismarck, a qual revelava uma política que privilegiava o status de cidadania. No Brasil a cidadania foi reduzida ao sistema de produção que moldou o desenvolvimento das políticas sociais, sob a imposição de um regime autoritário e socialmente excludente.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, E.R. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. In: **Capacitação em Serviço Social e política Social**. Modulo 03, Brasília, 2000.

BERTASO, J.M. **Cidadania e direitos humanos**: um trânsito para a solidariedade. 2004. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

\_\_\_\_\_. **Estado, Governo e Sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.53-113.

\_\_\_\_\_. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOITO, A. Jr. **Vargas e a herança populista**. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2005

BUSSINGER, V.V. Fundamentos dos direitos humanos. In: Revista **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, v.53,1997.

CAPELATO, 2003, p.115.

COUTO, B.R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

CRUZ, G. dos R. A democracia "realista" e o problema da representação. **Revista Desafio**, set., 2000. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br/~desafio>>. Acesso em: 10 jan. 2006.

D'ARAUJO, M.C. **A Era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997.

D'ARAUJO, M.C. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: **O tempo do nacional estadismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo. FERREIRA, J.; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEMO, P. Política pública de direitos humanos. In: **Revista Ser Social**, n.8, p.85-98, 2004.

DOBEL, 1981.

DRAIBE, S.; HENRIQUE, W. **“Welfare State”, crise e gestão da crise**: um balanço da literatura internacional. São Paulo: ANPOCS, 1988. n.06. v.03

DRAIBE, S.M. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. In: **Cadernos de pesquisa**, São Paulo: UNICAMP, n.08. 1993.

DUARTE, 1999.

FALEIROS, V. de P. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Modulo 03. Brasília, 2000.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

FAUSTO, B. **Era Vargas** (parte 2). Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 14 jan. 2005.

\_\_\_\_\_. O Brasil como projeto: Getúlio Vargas e o nacional estadismo. In: **Resumos do Seminário sobre Vargas e o desenvolvimento Nacional Brasileiro**: a presença de Vargas na história republicana. Disponível em: <<http://www.bnds.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2005.

FERREIRA, Jorge. O Brasil republicano: o tempo do nacional estadismo. In: **Estado classe trabalhadora e políticas sociais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. O Brasil Republicano: o tempo do nacional estadismo. In: **Resumos... SEMINÁRIO SOBRE VARGAS E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL BRASILEIRO**. A presença de Vargas na História Republicana. Disponível em: <<http://www.bnds.gov.br>>. Acesso em: 16 de jan. 2005.

FLEURY, Sônia. **Estado sem Cidadãos**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1994. p.101-118.

GOUGH, 1975.

KRISCHKE, P.J. **O contrato social**: ontem e hoje. São Paulo: Cortez, 1993.

NOGUEIRA, M.A. **Em defesa da política**. São Paulo: SENAC, 2001. (Série Livre Pensar, n.06.).

NOGUEIRA, M.A. O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, v.82, 2005.

NOGUEIRA, V.M.R. Estado de bem-estar-social: origens e desenvolvimento. Florianópolis: **Revista Katálysis**, n.5, p.89-103, jul./dez., 2001.

MALLOY, James M.. **A política de previdência social no Brasil**. Tradução de Maria José Lindgren Alves. Rio do Janeiro: Graal, 1986.

OLIVEIRA, Lucia Lippi et al. **Era Vargas**. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 05 mar. 2005.

OLIVEIRA J.J.A. **O novo em direito e política**. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 1997.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos de 1930: as incertezas do regime. In: **O tempo do nacional-estadismo**: do início da década de 30 ao apogeu do estado novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Rio do Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PEREIRA, P. A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State: a particularidade da assistência social. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.56, mar., 1998.

PEREIRA, P.A.P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

PISÓN, J.M. de. **Políticas de bienestar**: un estudio sobre los derechos sociales. Madrid: Tecnos, 1998.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 3.ed. Rio do Janeiro, 1994.

SKIDMORE, T. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira [et al]. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1987.

TELLES, V. Direitos sociais e direitos dos trabalhadores: por uma ética da cidadania. In: BÓGUS, L.; PAULINO, A.Y. (Orgs.). *Op.cit.*, 1997.

VIEIRA, E. Democracia e política social. In: **Polêmicas do Nosso Tempo**, São Paulo, n.49, p.76-98, 1992.

\_\_\_\_\_. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **As políticas sociais e os direitos no Brasil**: avanços e retrocessos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, v.53, 1997.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.



## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVARES, Sonia E. DAGNINO, Evelina. ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**.

AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.28, 1995.

BAQUERO, Marcelo. Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira. PERISSINOTO, Renato; FUKS, Mario (Org.). **Democracia: teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

BAQUERO, Marcelo. Construindo uma nova sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, n.21, 2003.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade e questão social**. São Paulo: Educ, 2000.

CARDOSO, Franci Gomes. Questão social: fenômeno vinculado à histórica luta de classes e determinante básico do serviço social como profissão. In: **Revista Ser Social**, Brasília, UnB, n.60, jan./jun., 2000.

CERQUEIRA, Gilásio Filho. **A questão social no Brasil: crítica do discurso político**. Civilização brasileira, 1982.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD/UNB, 2000. p.217-224.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e serviço social: contribuições para o debate. In: **Serviço Social e Sociedade**, ano XVIII, n.55, p.114-130, São Paulo, Cortez, nov., 1997.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. In: **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. XI, n.1, mar., p.33-63, 2005.

PEREIRA, Potyara A.P. Questão social, serviço social e direitos de cidadania. **Revista Temporalis**, n.03, ano II, p.51-62. jan. a jun., 2001.

PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, José; LIMONGI, Fernando. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. **Lua Nova**, n.58, 2003.

REIS, Bruno W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. **Revista de Sociologia e Política**, n.21, 2003.

RENNÒ, L. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. VII, n.01, 2001.

VICENTE, Cenise Monte. O direito a convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção dos vínculos. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Unicef/ Cortez, 1994.

## ANEXOS

Anexo A: Discursos de Getúlio Vargas na íntegra.

### **A Plataforma da Aliança Liberal.**

(Mensagem lida na Esplanada do Castelo, em 02 de janeiro de 1930)

Manifesto lido na memorável Convenção de 20 de setembro último, não só condensou e sistematizou as idéias e tendências da corrente liberal, externadas na Imprensa, na tribuna parlamentar e nos comícios populares, como examinou, superiormente, os principais e mais urgentes problemas brasileiros, com visão ampla dos fenômenos sociais, políticos e econômicos.

A esse notável documento não pode deixar de se submeter, por isso mesmo, em suas linhas fundamentais, a plataforma do candidato da Aliança Liberal à presidência da República.

Subordina-se, assim, igualmente, aos anelos e exigências da coletividade, que anseia por uma renovação, como nós a preconizamos, capaz de colocar as leis e os métodos de governo ao nível da cultura e das aspirações nacionais.

O programa é, portanto, mais do povo que do candidato.

Apesar de nem sempre terem dos fatos uma visão de conjunto, são, realmente, as classes populares, sem ligações oficiais, as que sentem com mais nitidez, em toda a extensão, por instinto e pelo reflexo da situação geral do País sobre as suas condições de vida, a necessidade de modificação dos processos políticos e administrativos.

Vivemos num regime de insinceridade; o que se diz e apregoa não é o que se pensa e pratica.

A “realidade brasileira”, tão exaltada pelos louvaminheiros do atual estado de cousas, reduz-se aos fenômenos materiais da produção da riqueza, adstritos, as mais das vezes, a censuráveis privilégios e monopólios.

Embevecidos nessas miragens materialistas, esquecem-se dos grandes problemas cívicos e morais. Nada ou quase nada se faz no sentido da valorização do homem pela educação e pela higiene. Burlam-se, pela falta de garantia, os mais comecinhos direitos assegurados na Constituição.

A campanha de reação liberal — não é de mais insistir — exprime uma generalizada e vigorosa tentativa de renovação dos costumes políticos e de restauração das práticas da democracia, dentro da ordem e do regime.

Seu êxito dependerá do voto popular e, também, em parte, da cultura cívica e do patriotismo dos governantes, isto é, da compreensão que tenham dos seus altos deveres constitucionais.

Não visamos pessoas. Estas recomendar-se-ão pela conduta que observarem e fizerem observar no pleito.

Se as urnas forem conspurcadas pela lama da fraude, acabará de esfregar-se a lei eleitoral vigente, que não poderá prevalecer sem aniquilar o próprio regime republicano.

#### **- Anistia**

“A convicção da imperiosa necessidade da decretação da anistia está, hoje, mais do que nunca, arraigada na consciência nacional. Não é, apenas, esta ou aquela parcialidade partidária que a solicita. É o país que a reclama. Trata-se, com efeito, de uma aspiração que saturou todo o ambiente.

A Aliança Liberal, pelos seus “leaders”, pelos seus candidatos, pelos seus órgãos no Congresso e na Imprensa, já se pronunciou, reiterada e solenemente, sobre esse relevante e inadiável problema, concretizando o seu pensamento em projeto que foi submetido à consideração do Senado.

A anistia constitui uma das suas mais veementes razões de ser.

Queremo-la, por isso mesmo, plena, geral e absoluta, ressalvados, tão somente, os direitos adquiridos dos militares do quadro”.

### **- As Leis Compressoras**

Póde-se asseverar, sem temor de contradita, que a anistia será de providência incompleta, sem a revogação das leis compressoras da liberdade do pensamento.

É que estas, tanto quanto a ausência daquela, concorrem também para manter nos espíritos a intranqüilidade e o fermento revolucionário. Conjugam-se, assim, nos seus efeitos deploráveis.

Não contexto, é lógico, a conveniência e oportunidade das leis de defesa social. As que possuímos, entretanto, sob esse rótulo não se recomendam, nem pelo espírito nem pela letra.

Somos, pois, pela sua substituição por outras, que se inspirem nas necessidades reais do país e não se afastem dos princípios sadios de liberalismo e justiça.

Se doutro modo procedessemos teria falhado ao seu destino, traído os seus compromissos, o formidável movimento de opinião que suscitou e ampara as candidaturas liberais.

Não são, aliás, as garantias individuais as únicas necessitadas de ampliação e fortalecimento. Cumpre tornar também mais eficientes as que asseguram a autonomia dos Estados, sobretudo em matéria administrativa.

### **- Legislação Eleitoral**

É uma dolorosa verdade, sabida de todos, que o voto e, portanto, a representação política, condições elementares da existência constitucional dos povos civilizados, não passam de burla, geralmente, entre nós.

Em grande parte do Brasil, as minorias políticas, por mais vigorosas que sejam, não conseguem eleger seus representantes nos conselhos municipais, nas câmaras legislativas estaduais nem no Congresso Federal.

Quando se trata deste último, para aparentar cumprimento do princípio da lista incompleta da lei eleitoral, algumas das situações dominantes nos Estados destacam um ou mais nomes que fazem de oposição, mas, em realidade, tendo a mesma origem, são tão governistas como os demais.

Noutros Estados, a representação das minorias, em vez da conquista de um direito, é um ato da munificência dos governos, uma outorga, um favor humilhante.

Alega-se que as minorias políticas só não se fazem representar nas assembleias legislativas quando não constituem forças ponderáveis de opinião. Raramente é isso exato. Muito mais freqüente é o caso de núcleos fortes de oposição com inegável capacidade de irradiação e proselitismo não conseguirem, sequer, pleitear seus direitos nas urnas, porque são triturados pela máquina oficial, pela violência, pela compressão, pela ameaça, obrigados à submissão ou à fuga, quando impermeáveis à sedução ou ao suborno.

Se, por milagre, chegam, às vezes, a escapar a todos esses fatores conjugados, acabam vencidos, afinal, pela fraude.

Não exagero nas tintas da paisagem política do país.

Em muitos Estados, excetuadas as capitais e algumas cidades mais importantes, não se fazem eleições.

Dias antes dos pleitos, os livros eleitorais percorrem a circunscrição, recebendo as assinaturas dos eleitores “amigos”. De acordo com essa coleta, lavram-se as correspondentes atas, que são encaminhadas, após, com todas as exteriores formalidades oficiais.

No dia do pleito, ao se apresentarem, os eleitores oposicionistas e os fiscais dos respectivos candidatos não encontram nem os mesários nem um oficial público, ao menos, para o efeito dos votos em cartório ou lavratura de protestos.

Quarenta anos de regime republicano radicaram, com efeito, em muitas localidades e não apenas nos sertões, a fraude sistematizada, em nome da qual falam os representantes da Nação, que recebem do Centro a força e o apoio indispensáveis à sua permanência nas posições, do mesmo passo que, por sua vez, emprestam ao Centro a solidariedade absoluta de que o mesmo não pode prescindir.

A troca recíproca de favores, que constitui o caciquismo, o monopólio das posições políticas; a permuta de ardilosos auxílios, que calafetam todas as frestas por onde pode passar um sopro salutar de renovação - eis o regime vigente, frondosamente, no Brasil.

Existem, é certo, auspiciosas exceções, cuja enumeração se torna desnecessária, tão evidentes são elas.

O voto secreto, medida salutar, aconselhável para assegurar a independência do eleitor, não é bastante para evitar a prática das tranqüibérmias políticas.

É preciso que a presidência das mesas eleitorais seja entregue a magistrados, cujas funções se exerçam cercadas de completas garantias, de ordem moral e material, inacessíveis, assim, ao arbítrio dos mandões do momento.

Com o voto secreto, institua-se, pois, o alistamento compulsório de todo cidadão brasileiro alfabetizado e entregue-se a direção das mesas eleitorais à magistratura federal togada. É este o conjunto de providências que julgo indispensáveis à genuína representação popular. Impedir-se-á, por meio delas, a fraude no alistamento, na votação e no reconhecimento.

Só assim a opinião pública ficará tranqüilizada quanto ao livre exercício do direito de voto.

Só assim alcançaremos o saneamento das nossas praxes políticas e a restauração das normas da democracia.

### **- Justiça Federal**

A ninguém escapa, hoje, a compreensão da necessidade de se reorganizar a Justiça Federal, cuja lentidão é consequência, geralmente, de dispositivos arcaicos, incompatíveis com a nossa extensão territorial e a nossa densidade demográfica. Uma providência sobre cuja oportunidade, há muito, todos estão de acordo é a criação dos tribunais regionais. Não obstante, até agora nada se fez nesse sentido. Convém abreviar a decretação, não só dessa medida, como de outras, já apontadas por autoridades na matéria, tendentes a aperfeiçoar o mecanismo interno da Justiça da União. Além disso, a reforma deve ter, igualmente, em vista os requisitos e condições que forem determinados pela alteração, nos termos que propuz, da lei eleitoral, cuja aplicação ficará compreendida na órbita das atribuições dos juizes federais e seus suplentes, todos togados e de nomeação sujeita a exigências e garantias acauteladoras.

### **- Ensino Secundário e Superior - Liberdade Didática e Administrativa**

Tanto o ensino secundário quanto o superior reclamam alterações que lhes arejem e atualizem os métodos e disciplinas. Essa reforma é das que não comportam adiamento.

Como bem assinalou o Manifesto da Convenção Liberal, referindo-se ao ensino superior, “os cursos de especialização, praticamente, não existem entre nós” e “as ciências econômicas, as disciplinas financeiras e administrativas, os cursos de literatura, de higiene, para só citarmos alguns, diluem-se, no nosso sistema universitário, em cursos gerais, pragmáticos e de alcance reduzido”.

É de lamentar-se, especialmente, que tão poucos tenhamos sido, até agora, no tocante à instituição de cursos técnico-profissionais, cujas vantagens ninguém mais contesta. Os excelentes resultados já obtidos nos poucos Estados onde eles funcionam bem demonstram, iniludivelmente, a necessidade de os difundir.

A conveniência da emancipação do ensino superior é, hoje, também, indiscutível. Reclama-se, e com razão, para os institutos onde é ministrado, a liberdade didática e a liberdade administrativa, sem prejuízo da unidade do ensino.

Julgo recomendável, por exemplo, o regime das universidades autônomas, tal como se está ensaiando, com êxito, em Minas Gerais.

De qualquer forma, o que não parece lícito é persistirmos na atitude, entre receiosa e displicente, ditada por uma mal entendido conservantismo, diante do que se nos afigura novidade temerária e, no entanto, é já uma velha conquista noutros países.

### **- Autonomia do Distrito Federal**

A experiência, que diz sempre, em todos os assuntos, a última palavra, demonstrou já, e de sobejo, os inconvenientes do regime mixto a que está subordinado o Distrito Federal.

Opinamos pela autonomia na Capital da República. Seria tempo, aliás, de se lhe reconhecer a maioria política e administrativa, quando mais não fosse, pela imprestabilidade da curatela que se lhe deu.

Outras razões, porém, que estão no conhecimento de todos, concorrem para tornar oportuna, agora, essa fundamental modificação.

Escolhendo, por iniciativa própria, os seus governadores, poderá o Distrito tomar-lhes contas diretamente, fiscalizá-los com eficiência, como é da essência das instituições republicanas.

Não é justo nem é lógico, afinal, que se continue a deixar de reconhecer à maior e mais adiantada das capitais do Brasil a elementar capacidade administrativa atribuída, indiscutivelmente, a todos os componentes da Federação, ainda os menos prósperos e cultos.

### **- Questão Social**

Não se pode negar a existência da questão social no Brasil, como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos.

O pouco que possuímos em matéria de legislação social, não é aplicado ou só o é em parte mínima, esporadicamente, apesar dos compromissos que assumimos, a respeito, como sinatários do Tratado de Versailles, e das responsabilidades que nos advêm da nossa posição de membros do “Bureau Internacional do Trabalho”, cujas convenções e conclusões não observamos.

Se o nosso protecionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada, corre-nos, também, o dever de acudir ao proletário com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças, como na velhice.

A atividade das mulheres e dos menores, nas fábricas e estabelecimentos comerciais, está, em todas as nações cultas, subordinada a condições especiais que, entre nós, até agora, infelizmente, se desconhecem.

Urge uma coordenação de esforços entre o Governo central e os dos Estados, para o estudo e adoção de providências de conjunto, que constituirão o nosso Código do Trabalho.

Tanto o proletário urbano como o rural necessitam de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiaridades.

Tais medidas devem compreender a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação; a proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice; o crédito, o salário e, até o recreio, como os desportos e cultura artística.

É tempo de se cogitar da criação de escolas agrárias e técnico-industriais, da higienização das fábricas e usinas, saneamento dos campos, construção de vilas operárias, aplicação da lei de férias, lei do salário mínimo, cooperativas de consumo, etc..

Quanto ao operariado das cidades, uma classe numerosa existe, cuja situação é fácil de melhorar. Refiro-me aos que empregam suas atividades nas empresas telefônicas e nas de iluminação e viação urbanas. Bastará que se lhes estenda naturalmente, dada a similitude das ocupações, o benefício das caixas de aposentadorias e pensões dos ferroviários, benefício de que já gozam, igualmente, os portuários.

Idêntica providência deverá abranger, também, os marítimos e os empregados do comércio, de conformidade com os respectivos projetos, que se arrastam nas casas do Congresso. Os poderes públicos não podem e não devem continuar indiferentes aos apelos dessas duas grandes classes e doutras com iguais direitos e necessidades, tanto mais quanto a sua melhoria nenhum ónus acarretará aos cofres do país.

Simultaneamente, é necessário atender à sorte de centenas de milhares de brasileiros que vivem nos sertões, sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contacto com os agentes do poder público, apenas, através dos impostos extorsivos que pagam.

É preciso grupá-los, instituindo colônias agrícolas; investí-los na propriedade da terra, fornecendo-lhes os instrumentos de trabalho, o transporte fácil, para a venda da produção excedente às necessidades do seu sustento; despertar-lhes, em suma, o interesse, inculcando-lhes hábitos de atividade e de economia. Tal é a valorização básica, essa sim, que nos cumpre iniciar quanto antes — a valorização do capital humano, por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção.

### **- Imigração**

Essa política de valorização do homem, ao mesmo tempo em que melhorará as condições dos atuais habitantes do país, facilitará o encaminhamento de correntes imigratórias selecionadas.

Nenhuma atração exercerá, realmente, o Brasil sobre bons operários rurais e urbanos do estrangeiro enquanto a situação do proletariado, entre nós, se mantiver no nível em que se encontra.

Durante muitos anos, encaramos a imigração, exclusivamente, sob os seus aspectos econômicos imediatos. É oportuno entrar a obedecer ao critério étnico, submetendo a solução do problema do povoamento às conveniências fundamentais da nacionalidade.

### **- Exército e Armada**

O instinto de conservação e defesa aguça-se nos povos à medida que se intensifica o seu desenvolvimento material. A acumulação de riquezas é que, por via de regra, os torna vigilantes e cautelosos, consoante a observação de James Bryce a propósito dos Estados Unidos.

Só as nações pobres são imprevidentes; só se despreocupam da sua segurança os países que, economicamente, pouco têm a perder.

É uma lei histórica inelutável, que dispensa exemplificação.

Não se explica por isso mesmo, o nosso descaso, no tocante às forças armadas, já que é incontestável, sob muitos aspectos, o progresso material do Brasil.

Devemos cogitar de pôr as instituições militares à altura da sua imensa responsabilidade, harmonizando-as com o crescimento da fortuna pública e privada, de que elas são a garantia natural.

Além disso, o sentimento do dever militar, que, desse modo, ainda mais se enraizará, é um fator imprescindível ao enrijamento da consciência cívica e do espírito de nacionalidade.

O sorteio militar, como o praticamos, foi um grande passo nesse sentido, porém ainda deixa muito a desejar. Será oportuno reformar a lei do serviço obrigatório, para aperfeiçoá-la, no sentido de se dar inteira solução ao problema da conscrição militar.

Atingida a maioria, todo brasileiro deve estar obrigado a justificar a sua posição em face do serviço militar, mediante provas de inscrição na reserva ou no alistamento. Essa situação constará de uma caderneta, a qual terá fé pública e servirá de prova de identidade da pessoa e de título de eleitor.

A cidadania será, assim, uma consequência do serviço militar, à maneira do que acontece noutros países.

Um dos maiores males de que sofre o nosso Exército é o regime dos corpos sem efetivos ou com efetivos reduzidíssimos. Tal regime é prejudicial à instrução da tropa, além de enfraquecer o organismo das unidades e, portanto, a sua eficiência.

Na medida dos recursos do erário, deve-se prover o Exército do material que lhe é indispensável, sobretudo no que se refere à artilharia e à aviação.

Paralelamente, não devemos poupar esforços para desenvolver, entre nós, a indústria militar, com o aperfeiçoamento dos arsenais. Libertando-nos, tanto quanto possível, dos mercados estrangeiros na compra de material bélico, ao mesmo tempo fortaleceremos a nossa capacidade de resistência militar e deixaremos de drenar para o exterior o ouro que tais aquisições, agora, nos exigem.

A rigorosa justiça nos acessos de posto e nas comissões contribuirá, com a dotação dos imprescindíveis recursos técnicos, para estimular a oficialidade nas suas justas aspirações e no exercício de seus árduos deveres.

Atualmente, falta ao Exército uma lei que regule as promoções, garantindo direitos e definindo o merecimento militar, de modo a cada oficial ter conhecimento do seu número na relação geral para os acessos.

Julgo também de salutar efeito o rodízio dos oficiais pelos diferentes Estados, o que lhes permitirá obter conhecimento exato das condições gerais do país; a valorização dos serviços dentro dos regimentos, tomando-se em consideração as localidades onde aquartelarem; a construção de casas para residências, nas guarnições longínquas.

Carece de modificações a justiça militar, e este é um ponto de inocultável delicadeza, tão profundamente interessa ele à disciplina das tropas.

Se o quadro que nos oferece o Exército está longe de ser satisfatório, menos ainda o é o da Marinha de guerra, privada, como se acha mais do que aquele, de eficiente aparelhagem material.

A nossa esquadra é quase um anacronismo, tão afastada se encontra ela das condições atuais de técnica naval, em matéria de armamentos e unidades de combate.

Não é passível de discussão ou dúvida a necessidade da aquisição de novos navios.

Não menor é, também, a conveniência de iniciarmos a fabricação, quer de munições, quer de vasos de guerra, embora de pequena tonelagem, como cruzadores ligeiros, contra-torpedeiros, etc. Presentemente, seria infantil esperar tudo isso da capacidade dos nossos estaleiros e arsenais. Devemos começar pela remodelação e ampliação desses estabelecimentos.

Convém organizar, desde logo, um programa naval, a que os governos devem ir dando paulatina execução, dentro dos recursos disponíveis. Reconstituiremos, assim, metodicamente, a nossa esquadra.

Desprezada a observância das linhas devidamente prefixadas deste programa, nada mais faremos do que perder tempo e dinheiro em iniciativas oscilantes e contraditórias, ao sabor das administrações que se sucedem, sem espírito de continuidade.

Hoje em dia, os nossos vasos de guerra não se movimentam, ou por falta de verba para o custeio das viagens de exercício ou porque não satisfazem aos requisitos de franca e segura navegabilidade. Essa é, sem subterfúgios ou inúteis eufemismos, a situação da Marinha de guerra do Brasil.

A oficialidade adquire nas escolas conhecimentos que não pode aplicar, por falta de material. Burocratiza-se, desse modo, aos poucos, perdendo o estímulo e o gosto pela profissão.

Além da ausência de aparelhamento material, resente-se, ainda, a esquadra das deficiências das suas leis regulamentos, sobretudo no tocante à promoção, rejuvenecimento dos quadros, etc.

Nenhum brasileiro poderá deixar de reconhecer que urge reagir contra essas deploráveis condições.

Tudo quanto a Nação realizar para tornar eficientes as suas forças terrestres e marítimas encontrará nessa mesma eficiência a melhor compensação.

O papel do Exército e da Armada, em todos os acontecimentos culminantes da nossa história, tem sido sempre glorioso e decisivo. Até agora, não assiste ao Brasil direito algum de queixa contra as suas classes militares. O crédito destas sobre a gratidão nacional é largo e duradouro. Elas foram, invariavelmente, guardas da lei, defensoras do direito e da justiça. Não se prestaram nunca, nem se prestarão jamais, à função de simples autômato, como instrumento de opressão e de tirania, a serviço dos dominadores ocasionais.

Dai, as hostilidades, surdas ou abertas, que contra elas têm sido desfechadas; dai, a situação material a que se acham reduzidas.

Mas, por isso mesmo, também, é tempo de a Nação, afinal, num movimento irreprimível de justiça, corrigir as desconfiças e preterições que sobre ela pesam, absurda e clamorosamente.

#### **- Funcionalismo Público**

O recente acréscimo de vencimentos dos funcionários da União está longe de corresponder à difícil situação material em que os mesmos, na sua grande maioria, se debatem.

O problema do funcionalismo, no Brasil, só terá solução quando se proceder à redução dos quadros excessivos, o que será fácil, deixando-se de preencher os cargos iniciais, à medida que vagarem.

Providência indispensável também é a não decretação de novos postos burocráticos, durante algum tempo, ainda mesmo que o crescimento natural dos serviços públicos exija a instituição de outros departamentos, nos quais poderão ser aproveitados os empregados em excesso nas repartições atuais.

Com a economia resultante, quer dos cortes automáticos, que a ninguém prejudicarão, quer da impossibilidade de criação de cargos novos, poderá o Governo ir melhorando, paulatinamente, a remuneração dos seus servidores, sem sacrifícios para o erário.

Majorando-lhes, desse modo, os vencimentos e cercando-os de garantias de estabilidade e de justiça nas promoções e na aplicação dos dispositivos regulamentares, terá o país o direito de exigir maior rendimento da atividade e aptidões dos respectivos funcionários, que, então, sim, não deixarão de se consagrar exclusivamente ao serviço público, desaparecida a necessidade de exercer outros mistéres, fora das horas de expediente, como agora, não raro, acontece, por força das dificuldades com que lutam.

#### **- A Carestia da Vida e o Regime Fiscal**

A carestia da vida, entre nós, resulta, em boa parte, da desorganização da produção e dos serviços de transporte. O fenômeno mundial é, aqui, consideravelmente agravado por esses dois fatores.

Ao excessivo custo da produção e dos fretes, excesso que a imprevidência atual permite e estimula, entrelaçam-se as exigências ilógicas do fisco, em taxações desordenadas. Efetivamente, ao



passo que uns produtos gosam de inexplicáveis benefícios, esgueirando-se através das complexas redes fiscais, sobre outros, de consumo forçado, recaem múltiplas taxas e impostos.

Muitas dessas anomalias decorrem, por certo, da nossa política protecionista; outras devem, antes, ser atribuídas à lacunosa aplicação das leis. A origem de todas, em suma, é a desorientação governamental.

O que se impõe é a cuidadosa revisão das nossas fontes de renda, algumas das quais já não podem dar o que delas inicialmente se exigiu, senão com o duplo sacrifício do produtor e do consumidor. Em compensação, outras suportam majorações graduais.

Onde a necessidade de revisão se faz sentir mais imperiosamente é nas tarifas aduaneiras. Urge atualizá-las, pô-las de acordo com as imposições da nossa vida econômica, classificá-las, tornando-as, pela sua simplicidade, acessíveis à compreensão do público.

Nossa legislação alfandegária é antiquada, contraditória, complicadíssima e extravagante.

Há tarifas absurdas, quase proibitivas gravando a entrada de certas mercadorias, sem vantagem alguma para a nossa produção em detrimento da arrecadação fiscal e que só incitam à prática do contrabando.

Devemos manter o critério geral, protecionista para as indústrias que aproveitam a matéria prima nacional; não assim para o surto de indústrias artificiais, que manufaturam a matéria prima importada, encarecendo o custo da vida em benefício de empresas privilegiadas.

Sob o fundamento da existência de similar nacional, gravam-se vários artefatos indispensáveis ao desenvolvimento de serviços públicos e obras particulares, que ficam sobrecarregadas de esdrúxulos tributos.

Toda a nossa legislação fiscal acusa os mesmos defeitos de que sofrem as tarifas alfandegárias. Um dos mais deploráveis pela anarquia a que dá margem, é, sem dúvida, a ausência de clareza nos textos das leis e regulamentos.

Estes e aquelas são diversamente interpretados com freqüência, nas diferentes repartições. Dentro de cada uma destas, nem sempre é, também, uniforme a jurisprudência que varia, igualmente através de decisões das mais altas autoridades da Fazenda.

Esta situação origina contínuos conflitos entre o fisco e os contribuintes, o comércio, sobretudo, atingido por multas muita vezes injustas. Para peor, o pronunciamento final do respectivo Ministério, nos recursos dos prejudicados é difícil e vagaroso, precisamente pelo acúmulo de serviço que essa balbúrdia determina.

Ao mais leve exame do assunto, forma-se logo a convicção de que o fisco federal contribui para a carestia das subsistências, não tanto pelo valor dos impostos em si, como pelos processos de arrecadação, pela defeituosa incidência de muitos deles, pela falta de critério econômico, em suma, na distribuição dos gravames.

Pode-se, pois, atenuar essa concausa do malestar das camadas populares sem diminuição dos recursos do Tesouro, indispensáveis aos compromissos e exigências da administração.

Bastará que se proceda a uma taxação equitativa, de acordo com as possibilidades de cada produto e as necessidades do seu consumo.

Difícil será essa tarefa, não há dúvida, enquanto prevalecerem os métodos vigentes, o rudimentar empirismo legislativo que nos caracteriza. É preciso que o poder competente tenha contacto com a realidade e não se deixe orientar, como, em geral, acontece, por interessados, que mal se disfarçam quando se trata de criar, reduzir ou suprimir impostos.

Estou certo de que é chegado o momento de encararmos com serenidade, agudeza e patriotismo estes e outros problemas vitais da nacionalidade.

As classes dirigentes, cada vez mais eficientemente fiscalizadas pela opinião pública, na Capital e nos Estados, já devem ter compreendido que é mister corresponder, em toda a amplitude e não apenas parcialmente, por exceção, às suas responsabilidades e à confiança do país.

### **- O Plano Financeiro**

Nada tenho a acrescentar às considerações que, não há muito, expendi, acerca do plano financeiro. O êxito deste, em última análise, decorrerá da situação geral do país. É um truísmo esta afirmativa. Não me parece, entretanto, supérflua para assinalar a necessidade de enfrentar o problema com a visão de conjunto e não apenas unilateralmente.

A política do atual Governo da República foi, logicamente, dada a época do seu lançamento, uma política de restauração financeira.

Seu plano está ainda na primeira fase, aliás, a mais importante e de mais urgente necessidade: a estabilização do valor da moeda.

Realizada esta, tornava-se necessário um compasso de espera, para que, em torno da nova taxa cambial, se processasse o reajustamento da nossa vida econômica. Após o decurso de um tempo que não pode ser fixado com precisão, porque depende do nosso desenvolvimento econômico, do aumento da nossa capacidade produtora e do stock ouro da Caixa de Estabilização, é que se poderá atingir a parte final do plano: o resgate do papel inconvertível e a instituição da circulação metálica.

Entendo que o sucessor do eminente sr. Washington Luiz deve manter e consolidar esse plano, pois muito maiores seriam os prejuízos resultantes do seu abandono do que os benefícios, pouco prováveis, que pudessem ser colhidos com a adoção de outra diretriz.

Só a prática, aliás, fornece a prova decisiva da eficiência de quaisquer planos e sistemas, ainda os de mais sólida e perfeita arquitetura. Por isso mesmo, quando opino, em princípio, pela manutenção e consolidação da política financeira em vigor, não excludo, é claro, a possibilidade de se lhe introduzirem as modificações e melhoramentos que a experiência aconselhar.

#### **- Desenvolvimento Econômico**

Nenhuma política financeira poderá vingar sem a coexistência paralela da política do desenvolvimento econômico.

Para a determinação do rumo a seguir, é mister o acurado exame do ambiente geral da nossa atividade, mediante o balanço das possibilidades nacionais e o cálculo dos obstáculos a transpor.

O problema econômico pode-se resumir numa palavra – produzir, produzir muito e produzir barato, o maior número aconselhável de artigos, para abastecer os mercados internos e exportar o excedente das nossas necessidades.

Só assim poderemos dar sólida base econômica ao nosso equilíbrio monetário, libertando-nos, não só dos perigos da monocultura, sujeita a crises espasmódicas, como também das valorizações artificiais, que sobrecarregam o lavrador em benefício dos intermediários.

A agricultura, embora florescente em muitas zonas, ressentida-se, por toda parte, da falta de organização e de método.

Possuímos excelentes condições de clima e de solo para a cultura do trigo; não nos faltam ricas jazidas de carvão. Entretanto, só no carvão e no trigo que importamos, anualmente, dispense o Brasil mais de um milhão de contos.

Se a nossa hulha negra não é das melhores, não é, tampouco, imprestável. Cumpre, portanto, aproveitá-la, adaptando as fornalhas à sua queima. É o que já se está fazendo, em larga escala, no Rio Grande, cuja viação férrea e cujas indústrias consomem, por ano, mais de 300.000 toneladas de carvão de pedra riograndense.

Com a utilização sistemática do carvão nacional, caiu o aproveitamento gradual das quedas d'água e com o uso do álcool adicionado, em percentagens razoáveis, a óleos que nos faltam, fortalecer-se-á a economia do país, evitando-se, assim, a perda de grande parte do ouro que atualmente empregamos na compra de combustíveis estrangeiros.

Em não poucas das regiões mais próprias para a agricultura impera ainda o latifúndio, causa comum do desamparo em que vive, geralmente o proletariado rural, reduzido à condição de escravo da gleba.

Nessas regiões, seria conveniente, para os seus possuidores e para a coletividade, subdividir a terra, a fim de colonizá-la, fazendo-se concessões de lotes a estrangeiros, como a nacionais, a preços módicos, mediante pagamento a prestações, além do fornecimento de máquinas agrícolas mudas e sementes.

Para o completo êxito de tal obra, contribuiriam os poderes públicos, disseminando, em pontos convenientes, aprendizado agrícola e facilitando os transportes.

Essa iniciativa parece-me bem mais útil e oportuna do que suscitar o aparecimento de indústrias artificiais.

O surto industrial só será lógico, entre nós, quando estivermos habilitados a fabricar, senão todas, a maior parte das máquinas que lhe são indispensáveis.

Daí, a necessidade de não continuarmos a adiar, imprevidentemente a solução do problema siderúrgico. Não é só o nosso desenvolvimento industrial que o exige; é, também, a própria segurança nacional, que não deve ficar à mercê de estranhos, na constituição dos seus mais rudimentares elementos de defesa.

#### **- Convênios e Tratados de Comércio**

Visando a maior expansão do nosso comércio exportador, é oportuno cogitar de lhe obter facilidades ou ampliar as de que já goza nos países para os quais se encaminhar ou nos quais possa encontrar probabilidades de boa aceitação.

Somos excelente mercado importador de numerosos produtos oriundos de diferentes nacionalidades. Por isso mesmo, creio, não nos será difícil, numa permuta racional de benefícios, conseguir, em muitas delas, melhor tratamento alfandegário para alguns dos nossos artigos, quer mediante a possível revisão dos tratados e convênios existentes, quer promovendo a lavratura de outros.

A diplomacia orienta-se, cada vez mais, no sentido dos problemas econômicos. Entre os serviços que dela exigem as nações, cresce, dia a dia, a parte referente à defesa e propaganda dos produtos do seu solo e das suas indústrias. É de justiça assinalar que os representantes do Brasil no exterior, principalmente sob a atual direção, têm dado brilhantes e reiteradas provas dessa compreensão prática dos seus deveres.

#### **- Instrução, Educação e Saneamento**

Para atender às exigências destes três problemas imperiosos e conexos, reputo inadiável a criação de uma entidade oficial técnica e autônoma, com o seu raio de ação benéfica estendido ao Brasil todo. A atividade dessa repartição coordenadora exercer-se-á, não só dentro da esfera das privativas atribuições constitucionais da União, como, também, junto às administrações dos Estados, com os quais colaborará, mediante Convênios, para a conjugação de esforços, provendo de recursos os governos regionais cuja situação financeira assim o reclamar.

Quanto ao desenvolvimento da instrução pública, é preciso generalizar, cautelosamente, algumas providências isoladas, que, nesse particular, já se praticam em circunscrições nacionais de mais densa população de origem estrangeira, nas quais a União subvenciona regular número de escolas, auxiliando, assim, os Estados respectivos.

Não só o alienígena e seus descendentes, porém, necessitam de instrução efetiva e gratuita. Se a eles se deu preferência, com o intuito de mais rapidamente nacionalizá-los, a verdade é que os interesses da nacionalidade não são menos exigentes no tocante à alfabetização dos habitantes das zonas do interior do país, até onde ainda não chegaram quaisquer levas imigratórias.

Pouco será, sempre, tudo quanto se fizer - e, até agora, quase nada se tem feito - no sentido de melhorar as condições dos habitantes do país, sob o tríplice aspeto moral, intelectual e econômico.

Creio mesmo que é chegada a oportunidade da instituição de um novo Ministério, que sistematize e aperfeiçoe os serviços federais, estaduais e municipais existentes com esse objetivo e cuja eficiência tanto deixa a desejar, por efeito, justamente, em grande parte, da sua desarticulação, isto é, da falta de contacto real e entendimentos práticos.

#### **- As Obras Contra as Secas**

Uma das decorrências dessa medida fundamental será o imediato exame da situação atual das obras do Nordeste, contra o flagelo periódico das secas.

Já o disse, em documento que teve larga divulgação, e, agora, repito, com a maior firmeza, que se torna inadiável retomar o plano humanitário de amparo à população e de valorização econômica dos territórios, de acordo com as idéias do eminente senador Epiácio Pessoa, que lhes deu execução quando na presidência da República.

Os trabalhos devem obedecer a um plano rigorosamente técnico, abrangendo o estudo e levantamento do terreno, a cultura das terras, a abertura de estradas, a construção de obras de barragens e de irrigação, para a criação de centros produtores permanentes.

Se para a Aliança Liberal esta promessa representa um compromisso de honra, para o seu candidato será o mais grato dos deveres, por isso mesmo que, como afirmei algures, tem raízes fundas na minha sensibilidade de brasileiro e no meu pensamento de homem público a preocupação pela sorte

das populações do Nordeste, cuja fortaleza física é tão grande, que lhes tem permitido resistir, sozinhas, à conjugação dantesca do clima e da nossa inclassificável imprevidência.

#### **- Colonização da Amazônia**

Outra consequência lógica da sistematização e desenvolvimento dos serviços nacionais de instrução, educação e saneamento será o estudo metódico das possibilidades de colonização da Amazônia.

Este é, sem dúvida, um dos mais graves e complexos problemas da atualidade brasileira. Da sua solução efetiva dependerá a reconquista da nossa posição, que tão relevante foi, nos mercados mundiais da borracha.

Só as crescentes vantagens que este produto assegura, no globo todo, justificariam a execução do projeto de saneamento da vasta e exuberante região amazônica. Nos grandes países industriais, a borracha é, hoje, tão indispensável como o ferro, o carvão e o petróleo.

A mais impressionante demonstração dessa influência vital da borracha, quer na Europa, quer nos outros continentes, encontramos-na, sem dúvida, numa série de crônicas sensacionais de viagem do publicista francês Georges Le Fèvre.

Ao mesmo tempo que revela, através de abundantes dados estatísticos, a fome universal de caoutchouc, o escritor assinala o cuidado, o carinho, os requintes de precauções, enfim, mediante os quais se obtém da cultura da hevea resultado compensador, nas possessões britânicas e holandesas.

O aparelhamento científico de que estas dispõem exige dispêndios formidáveis, com o custeio de laboratórios, sob a direção de verdadeiros sábios. Não obstante, o rendimento das culturas é ainda inferior às necessidades do consumo e sê-lo-á cada vez mais, pois diariamente surgem novas formas de utilização da borracha.

Ora, justamente porque, entre nós, a produção se verifica em condições especialíssimas, com inigualável facilidade, o Brasil pode e deve ser, dentro em breve, uma das vozes decisivas nos mercados da borracha, em vez de simples caudatário, como tem sido até hoje.

Para isso, não lhe bastará o produzir na maior escala possível. A simples exportação da matéria prima, por maior que seja a respectiva tonelagem, não nos dará, com efeito, a chave do problema. É necessária, também, a industrialização do produto dentro do país.

Não terá, porém, encarado o assunto sob os seus aspectos práticos quem julgar possível ao Brasil influir vigorosamente nas transações universais do caoutchouc antes de sanear e povoar as zonas produtoras.

Uma das muitas dificuldades em que tropeçamos, agora, na Amazônia, é a escassez de braços. Urge encaminhar para ali correntes imigratórias.

Mas, isso, afinal, será um crime, que comprometerá o êxito da obra e os nossos fôros de povo civilizado, se, preliminarmente, não procedermos ao saneamento da região, se esta não for convenientemente preparada para receber o elemento alienígena.

Por aí devemos começar, tanto mais quanto, assim, conseguiremos melhorar, desde logo, as condições de milhares de patricios nossos, a cuja energia e espírito de sacrifícios tanto deve o país.

A medicina e à engenharia, sob a direção do novo Ministério a que acima aludi, caberá função preliminar e decisiva, nesse vasto empreendimento, que não pode ser adiado.

#### **- Vias de Comunicação**

No tocante a vias de comunicação, o que cumpre fazer inicialmente é organizar o plano de viação geral do país, de modo que as estradas de ferro, as rodovias e as linhas de navegação se conjuguem e completem.

Atualmente, observa-se, nesse particular como em tantos outros, a mais lamentável desarticulação. É um mal que urge corrigir. Essa falta de correspondência, de entrosagem, agrava sobremaneira os efeitos da deficiência do nosso aparelho de circulação.

Obtida a possível ligação entre si das diferentes rede de comunicação dos Estados, ter-se-á aumentado de maneira considerável o rendimento delas, em proveito das conveniências superiores da Nação.

Não me parece difícil atingir a esse objetivo, com a execução de algumas obras suplementares e revisão de outros tantos traçados para abreviar os necessários entroncamentos.

Entre as grandes linhas férreas que a Nação reclama, uma das de maior alcance é a chamada “Tocantins”. Refiro-me especialmente a esta, porque é típica. Iniciadas no governo Epiácio Pessoa, as obras dessa estrada foram, pouco depois, suspensas. Com a construção de 560 quilômetros, ficará o porto de São Luiz ligando Tocantins, cujos 800 quilômetros navegáveis seriam assim convenientemente aproveitados.

Como essa, outras vias férreas, já estudadas ou projetadas, estão a exigir a atenção dos governos, visto constituírem obras, por assim dizer, subsidiárias de rios navegáveis, cuja utilização, sem elas, é precária, senão impossível.

Para que se possa intensificar, como convém, a cultura do algodão, capaz, por si só, de fazer a prosperidade e a riqueza do Norte do Brasil, impõe-se a ampliação, ali, das rodovias e linhas férreas.

Esse problema, que se engranja no das obras contra as secas, encontrará em mim toda a simpatia, para a sua oportuna solução.

A nossa legislação sobre portos é antiquada e deficiente. É preciso revê-la, sobretudo no sentido de dar maior amplitude à liberdade de comércio.

Assunto igualmente de excepcional importância para a nossa prosperidade econômica e aumento da exportação, é a questão dos fretes marítimos. A elevação destes entrava o desenvolvimento do comércio e, portanto, a expansão das nossas forças produtoras.

Nada mais justo do que o amparo da nossa legislação à marinha mercante nacional. As vantagens da existência de várias empresas de cabotagem, entretanto são anuladas pelo “trust” oficial dos fretes, que torna impossível a livre concorrência.

As companhias beneficiárias da exclusividade no serviço de cabotagem não procuram, infelizmente, melhorar, como é necessário, as condições técnicas de seus navios, de modo a torná-los menos dispendiosos e aumentar-lhes o rendimento. Dai, as dificuldades com que lutam e para cuja remoção só encontram, invariavelmente, aumento de subvenções ou majoração dos fretes.

#### **- A Pecuária**

Não se pode nevar que a agricultura nacional já atingiu um grau notável de desenvolvimento, sobretudo nos Estados para onde se encaminharam as correntes imigratórias.

Relativamente à pecuária, entretanto, o que se tem feito é pouco, é quase nada.

Possuímos, sem dúvida, o maior rebanho bovino do mundo. Não obstante, a nossa situação, no comércio de carnes, é destituída de qualquer relevo.

Os Estados Unidos e a maior parte dos países da Europa, até agora, vedam ou sujeitam a vexatórias restrições a entrada das carnes procedentes dos frigoríficos brasileiros, sob o fundamento da existência da febre aftosa endêmica em nossos rebanhos.

A subalternidade deprimente da nossa posição, num comércio em que podemos influir poderosamente, exige providências radicais.

Não temos necessidade de inventar remédios. Ai está, para nos orientar, o exemplo de outros países de mais ou menos idênticos recursos pastoris.

Os fatos demonstram que, enquanto o consumo da carne aumenta, com o crescimento das populações, Os stocks de gado, ou diminuem ou não crescem, na mesma proporção, nos países que detêm o “record” do fornecimento mundial.

O mais rudimentar patriotismo indica, assim, aos dirigentes do Brasil, a conveniência da adoção de medidas apropriadas a ampliar, nos mercados universais, nossa contribuição de produtos pecuários, como lãs, couros, banhas, conservas, carnes preparadas pelos processos do frio, gado em pé, etc.

Trata-se de uma das nossas mais vigorosas fontes de riqueza, cuja exploração em larga escala viria contribuir para o equilíbrio da balança comercial da República.

Entre outras providências seriam de preponderante alcance no desenvolvimento dessa exportação: convênios comerciais, ou entendimentos de consumo; a redução de fretes e o aperfeiçoamento do material e métodos administrativos das nossas empresas de navegação.

#### **- Reforma do Banco do Brasil**

Na remodelação do Banco do Brasil, tal como a exigem as necessidades da economia nacional, convirá que ele deixe de ser um concorrente comercial dos outros institutos de crédito, afim de poder sobre estes exercer função de controlador, como propulsor do desenvolvimento geral,

auxiliando, nesse caráter, a agricultura, amparando o comércio, fazendo redescontos, liberando em suma, todo o nosso sistema bancário, no sentido do contínuo engrandecimento do país.

Atingir-se-á esse objetivo mediante a criação de carteiras especiais para o comércio, para a agricultura, para as indústrias, etc..

### **- Defesa da Produção**

Além do café, de que tratarei separadamente, outros produtos estão a reclamar proteção e defesa.

O que ocorre com o açúcar, por exemplo, é típico. O plano de defesa que agora se executa, não corresponde, nem aos verdadeiros interesses do país nem às necessidades reais da lavoura e das usinas. Não há muito, com entrevista ao Diário da Manhã, de Recife, tive oportunidade de me pronunciar a respeito. Os fatos posteriores não modificaram, antes confirmaram, a minha opinião. Por isso, reproduzo-a na íntegra. O plano está falhando, sobretudo, por um erro de organização nos negócios de venda. A chamada quota de sacrifício permite que o açúcar seja vendido, nos mercados exteriores, a preço bastante inferior à taxa fixada para as vendas no interior. Mas, esta medida não poderá dar resultados satisfatórios, positivos. Entendo que o problema só terá solução quando for criada no Banco do Brasil uma carteira agrícola. Esta deverá atender às necessidades do produtor, isto é, facilitar-lhe os recursos necessários tanto para o desenvolvimento da produção quanto para o aperfeiçoamento do produto. Resumindo, precisamos amparar o produtor, fornecendo-lhe numerário de acordo com as disponibilidades de seu crédito; melhorar os processos técnicos de cultura, para baratear custo da produção. Assim, valorizaremos o produto, em benefício do agricultor e do usineiro, em vez de formar “trusts” para enriquecimento de intermediários açambarcadores. A valorização será contida dentro de margem razoável de lucro, de modo a evitar o encarecimento do produto em prejuízo do consumidor e a injustificável anomalia de comprarmos o nosso açúcar, no país, por preço superior ao da sua venda no estrangeiro.

O que aí se preconiza, em relação ao açúcar, tem aplicação plena quanto ao algodão, aos cereais em geral, à erva-mate, ao cacau, etc..

É o que se tem feito, no meu Estado, com o xarque, com o arroz, a banha e o vinho, mediante a organização sindicatos e cooperativas, que não elevaram, absolutamente, o custo desses artigos. No Rio Grande, o Governo intervém junto aos produtores, apenas, com o adiantamento de numerário, garantido pela produção, com a fiscalização, por intermédio de seus departamentos sanitários, afim de firmar a excelência da mercadoria e regularizar a exportação.

O controle assim exercido habilita o poder público impedir explorações e abusos.

### **- O Café**

A defesa do café constitui, sem controvérsias, o maior e mais urgente dos problemas econômicos atuais do Brasil, por isso que esse produto concorre com mais de dois terços do ouro necessário ao equilíbrio da nossa balança comercial. Da sua sorte dependem, assim, o câmbio e a estabilização do valor da moeda.

O plano que agora falhou, com estrépito, alarmando o país todo, visava menos a defesa propriamente dita da produção cafeeira do que a sua valorização imediata. Esta deve ser alcançada, não de chôfre mas, logicamente, por etapas, em consequência daquela. Majorar o preço de determinada mercadoria nem sempre é defendê-la: pode ser prejudicá-la. Se isto ocorre mesmo quando se tem a exclusividade da sua produção, pois o custo alto restringe o consumo e suscita o aparecimento dos sucedâneos, com mais razão se verifica, é claro, quando, como no caso do nosso café, existem concorrentes, e concorrentes em especiais condições de êxito, pela sua maior proximidade do principal mercado receptor.

A valorização do café, como se fazia, teve esse tríplice efeito negativo: diminuiu o consumo, fez surgir sucedâneos e intensificou a concorrência, que, se era precária, antes do plano brasileiro, este a converteu em opulenta fonte de ganho.

Foram, com efeito, os produtores estrangeiros e não os nossos, paradoxalmente, os beneficiários da valorização que aqui se pôs em prática.

Tal valorização, aliás, dava apenas aos interessados, entre nós, a ilusão do lucro, pois eles se satisfaziam com o elevado preço de venda, sem atentar no custo, cada vez mais exigente, da produção.

Pelo barateamento desta, entretanto, é que devia ter começado a política de defesa do café. Isto é que seria racional.

Obtidas a redução dos gastos de produção e transporte, a diminuição de impostos e a supressão, tanto quanto possível, dos intermediários, que são os que mais ganham e cuja interferência a ação tutelar do Estado, por meio do Instituto respectivo, tornaria dispensável, o café, embora a preços eliminadores de qualquer concorrente, proporcionaria aos lavradores lucro, pelo menos, tão compensador como os auferidos em virtude da valorização artificial e muito mais certo e sólido do que os desta.

Não se sabe o que levou os governos a optar pela providência oposta. O que ninguém ignora é que dessa experiência colheu o Brasil os peores e mais amargos frutos.

Do que se tem certeza, também, é que, quando se cogitou da adoção do plano atual, não faltaram contra ele vozes de grandes autoridades na matéria. A palavra do preclaro e saudoso conselheiro Antônio Prado, por exemplo, fez-se ouvir com ponderações impressionantes, que, infelizmente, não foram dignas de acatamento, nos conselhos deliberativos da administração nacional.

Tratava-se, não obstante, de um dos nossos estadistas mais ilustres, de uma das individualidades mais, úteis, socialmente, com que já contou o Brasil e, além disso tudo, um dos maiores fazendeiros de café.

A carta do conselheiro Antônio Prado, dirigida em 1921, ao eminente brasileiro que foi Nilo Peçanha, adquiriu, agora irrecusável oportunidades depois do desastre determinado pela inobservância dos conselhos da sua capacidade e experiência.

O que se contém nesse documento, em sua crítica ao projeto então apresentado e logo após convertido em lei, para a valorização do café, resume, admiravelmente, tudo quanto, hoje, se pode indicar no sentido da solução racional, econômica e patriótica do formidável problema. A sua transcrição impõe-se aqui, como homenagem ao notável administrador cuja clarividência poderia ter poupado ao país os dias amargos que está vivendo; exprime, também, um apelo a todos os responsáveis pela situação em que nos encontramos, para que se decidam, afinal, a encarar de frente o assunto, sob os seus aspectos basilares.

“Compreendesse - escreveu o conselheiro Antônio Prado, na citada carta, que teve, então, larga publicidade e acaba de ser reproduzida pelos principais jornais do Rio e dos Estados - compreende-se que, dadas certas circunstâncias, perturbadoras do regular funcionamento da lei da oferta e da procura, seja conveniente a intervenção do Governo no mercado do produto, mais para auxiliar o produtor do que para valorizar o produto, porque é o mesmo que produz esse efeito. A intervenção, nesses casos, é recomendável e pode ser vantajosa para o produtor; é o caso da recente intervenção, mas, criar um órgão administrativo para regularizar permanentemente o negócio do café e manter o seu preço, sem cuidar de diminuir os custos da produção, e desatender às condições dos mercados, é desconhecer por completo, as leis econômicas que regulam a produção e distribuição.

O produtor está vendendo o café a 25\$ a arroba, mas faltam-lhe os braços necessários para o trabalho, assim como capital, crédito, transporte barato, ensino profissional, fertilizantes da terra, e geme ao peso de impostos elevados.

Desta situação, resulta que o saldo apurado é insignificante, muitas vezes nulo, em vista dos gastos da produção.

Se a política adotada, em vez de consistir em elevar o preço do produto, fosse diminuir o custo da produção, dando ao produtor braços para o trabalho, capital, crédito, ensino profissional, fertilizantes da terra, transporte barato e alívio do peso dos impostos, o café podia ser vendido por metade, ou menos, daquele preço, deixando lucro ao produtor, e o comércio seguiria seu curso ordinário; o consumo aumentaria e cessaria o perigo da concorrência dos outros países produtores, que só podem competir conosco pela elevação de preços.”

Nem a distância, no tempo que vai de 1921 a 1929, nem as alternativas registradas durante tal período, nem a derrocada final, a que assistimos, prejudicaram as linhas mestras, os pontos definitivos dessa lição. Pelo contrário, a falência do plano oficial, que dela se afastou comprometendo profundamente a maior riqueza agrícola do país, hoje, ainda mais lhe aviva e amplia a salutar significação, visto como, agora, a ruínea experiência lhe torna as conclusões, também, não só indiscutíveis, mas irrecusáveis.

Além do que na carta se prescreve, em síntese, afigura-se-me, ainda, indispensável, atenta a fundamental influência do café na economia geral do Brasil, tornar mais íntima e efetiva a colaboração

da União, na defesa do produto, para manter a unidade do serviço, velar pelo cumprimento dos convênios entre os Estados interessa — dos, promover as medidas da alçada federal e intervir com os seus recursos, em caso de necessidade.

Eis, senhores, em solene e definitiva reafirmação, pelo órgão do seu candidato, o pensamento da Aliança Liberal sobre a atualidade brasileira.

A direção que recomenda, as providências que aconselha, as medidas que se propõe executar, compreendem pontos fundamentais da economia, cultura e civismo da nacionalidade.

Passou a época dos subterfúgios e procrastinações.

Politicamente, a impressão que nos dá o Brasil é de um “arriéré”, ainda que se restrinja o confronto apenas à América do Sul.

Não nos iludamos. Têm sido repudiadas, para as nossas crises políticas, como para as administrativas, soluções específicas, portanto, inevitáveis, insubstituíveis, que, se não forem, agora, postas em prática sinceramente, voluntariamente, não poderão deixar de o ser à força, mais hoje, mais amanhã.

Daí, a significação, que a ninguém escapa, do vigoroso e profundo movimento de opinião que empolga todas as forças vivas e permanentes do país.

A Aliança Liberal é com efeito, em síntese, a mais expressiva oportunidade que já se ofereceu ao Brasil para realizar, sem abalos, sem sacrifícios, o plano de

ação governamental exigido, insistentemente, não só pela maioria consciente da sua população e pelas suas tradições de cultura e patriotismo, como, também, pelo espírito do momento universal.

Não desejei a indicação de meu nome à Presidência da República. Nenhum gesto fiz, nenhuma palavra pronunciei nesse sentido. Minha candidatura surgiu espontaneamente, apresentada por várias correntes de opinião, que se solidarizaram em torno de um conjunto harmônico de idéias, de métodos administrativos, de normas governamentais.

A esse apelo submeti-me, não sem relutância, como a um imperativo cívico do instante histórico brasileiro.

Trata-se, pois, de unia candidatura popular, candidatura do povo brasileiro, sem eiva alguma de oficialismo.

A mesma política do país acha-se nitidamente definida. Ao povo cabe decidir, na sua incontestável soberania.

Todos os brasileiros têm, não apenas o direito, mas o dever, de se pronunciar por esta ou aquela candidatura, no terreno eleitoral, exigindo que o seu voto seja integralmente respeitado.

A divergência momentânea, na eleição dos supremos mandatários, divergência que é sinal de vitalidade cívica, expressão de espírito democrático e de vigilante patriotismo, não pode e não deve ser motivo para que os elementos discordantes se tratem como inimigos.

Todos desejam a prosperidade, a felicidade da Pátria; todos aspiram à implantação de um governo que bem compreenda as verdadeiras necessidades e conveniências do Brasil; todos, por isso mesmo, devem esforçar-se para que o pleito se realize serenamente, produzindo o menor abalo possível. Este é o pensamento dos liberais, que, aliás, não poderiam ter outro, visto como se batem pelo advento de uma fase de esquecimento de ódios e prevenções, pela fraternização, enfim, de todos os brasileiros.

### **Nova Organização Administrativa do país.**

(Discurso de posse na chefia do governo provisório, perante a junta governativa)

O movimento revolucionário, iniciado, vitoriosamente, a 3 de outubro, no Sul, Centro e Norte do país, e triunfante a 24, nesta Capital, foi a afirmação mais positiva que, até hoje, tivemos da nossa existência como nacionalidade. Em toda a nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas.

No fundo e na forma, a Revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade ou de sexo,



comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: - a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos.

O Rio Grande do Sul, ao transpôr as suas fronteiras, rumo a Itararé, já trazia consigo mais da metade do nosso glorioso Exército. Por toda parte, como, mais tarde, na Capital da República, a alma popular confrada ternizava com os representantes das classes armadas, em admirável unidade de sentimentos e aspirações. Realizámos, pois, um movimento eminentemente nacional.

Essa, a nossa maior satisfação, a nossa maior gloria e a base invulnerável sôbre que assenta a confiança de que estamos possuídos para a efetivação dos superiores objetivos da Revolução brasileira.

Quando, nesta cidade, as forças armadas e o povo depuseram o Governo Federal, o movimento regenerador já estava, virtualmente, triunfante em todo o país. A Nação, em armas, ocorria de todos os pontos do território pátrio. No prazo de duas ou três semanas, as legiões do Norte, do Centro e do Sul bateriam às portas da Capital da República.

Não seria difícil prevêr o desfecho dessa marcha inevitável. À aproximação das forças libertadoras, o povo do Rio de Janeiro, de cujos sentimentos revolucionários ninguém poderia duvidar, se levantaria em massa, para bater, no seu último reduto, a prepotência inativa e vacilante.

Mas, era bem possível que o Governo, já em agonia, apegado às posições e teimando em manter uma autoridade inexistente de fato, tentasse sacrificar, nas chamas da luta fratricida, seus escassos e derradeiros amigos.

Compreendestes, senhores da Junta Governativa, a delicadeza da situação e, com os vossos valerosos auxiliares, desfechastes, patrioticamente, sôbre o simúlacro daquela autoridade claudicante o golpe de graça.

Os resultados benéficos dessa atitude constituem legítima credencial dos vossos sentimentos cívicos: integrastes definitivamente o restante das classes armadas na causa da Revolução; poupastes à Pátria sacrifícios maiores de vidas e recursos materiais, e resguardastes esta maravilhosa Capital de danos incalculáveis.

Justo é proclamar, entretanto, senhores da Junta Governativa, que não foram somente êsses os motivos que assim vos levaram a proceder. Preponderava sôbre êles o impulso superior do vosso pensamento, já irmanado ao da Revolução. Era vossa também a convicção de que só pelas armas seria possível restituir a liberdade ao povo brasileiro, sanear o ambiente moral da Pátria, livrando-a da camarilha que a explorava, arrancar a máscara de legalidade com que se rotulavam os maiores atentados à lei e à justiça — abater a hipocrisia, a farça e o embuste. E, finalmente, era vossa também a convicção de que urgia substituir o regime de ficção democrática, em que vivíamos, por outro, de realidade e confiança.

Passado, agora, o momento das legítimas expansões pela vitória alcançada, precisamos refletir maduramente sôbre a obra de reconstrução que nos cumpre realizar.

Para não defraudarmos a expectativa alentadora do povo brasileiro; para que êste continue a nos dar seu apôio e colaboração, devemos estar à altura da missão que nos foi por êle confiada.

Ela é de iniludível responsabilidade.

Tenhamos a coragem de levá-la a seu termo definitivo, sem violências desnecessárias mas sem contemplações de qualquer espécie.

O trabalho de reconstrução, que nos espera, não admite medidas temporizadora. Implica o reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos. Não tenhamos medo à verdade. Precisamos, por atos e não por palavras, cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia. Começemos por desmontar a máquina do filhotismo parasitário, com toda a sua descendência espúria. Para o exercício das funções públicas, não deve mais prevalecer o critério puramente político. Confiêmo-las aos homens capazes e de reconhecida idoneidade moral. A vocação burocrática e a caça ao emprêgo público, em um país de imensas possibilidades - verdadeiro campo aberto a todas as iniciativas do trabalho - não se justificam. Esse, com o caciquismo eleitoral, são males que têm de ser combatidos tenazmente.

No terreno financeiro e econômico, há toda uma ordem de providências essenciais a executar, desde a restauração do crédito público ao fortalecimento das fontes produtoras, abandonadas às suas dificuldades e asfixiadas sob o pêso de tributações de exclusiva finalidade fiscal.

Resumindo as idéias centrais do nosso programa de reconstrução nacional, podemos destacar, como mais oportunas e de imediata utilidade:

1) concessão de anistia; 2) saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária; 3) difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados. Para ambas as finalidades, justificar-se-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas; 4) instituição de um Conselho Consultivo, composto de individualidades eminentes, sinceramente integradas na corrente das idéias novas; 5) nomeação de comissões de sindicância, para apurarem a responsabilidade dos governos depostos e de seus agentes, relativamente ao emprêgo dos dinheiros públicos; 6) remodelação do Exército e da Armada, de acôrdo com as necessidades da defesa nacional; 7) reforma do sistema eleitoral, tendo em vista, precipuamente, a garantia do voto; 8) reorganização do aparelho judiciário, no sentido de tornar uma realidade a independência moral e material da magistratura, que terá competência para conhecer do processo eleitoral em todas as suas fases; 9) feita a reforma eleitoral, consultar a Nação sôbre a escolha de seus representantes, com poderes amplos de constituintes, afim de procederem à revisão do Estatuto Federal, melhor amparando as liberdades públicas e individuais e garantindo a autonomia dos Estados contra as violações do Govêrno central; 10) consolidação das normas administrativas, com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação vigorante, bem como de refundir os quadros do funcionalismo, que deverá ser reduzido ao indispensável, suprimindo-se os adidos e excedentes; 11) manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias — único meio eficiente de restaurar as nossas finanças e conseguir saldos orçamentários reais; 12) reorganização do Ministério da Agricultura, aparelho, atualmente, rígido e inoperante, para adaptá-lo às necessidades do problema agrícola brasileiro; 13) intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis; 14) rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado às indústrias artificiais, que não utilizam matéria prima do país e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando; 15) instituir o Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural; 16) promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terras de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao nacional, estimulando-o a construir com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade; 17) organizar um plano geral, ferroviário e rodoviário, para todo o país, afim de ser executado gradualmente segundo as necessidades públicas e não ao sabôr de interêsses de ocasião.

Como vêdes, temos vasto campo de ação, cujo perímetro pode, ainda, alargar-se em mais de um sentido, se nos fôr permitido desenvolver o máximo de nossas atividades.

Mas, para que tal aconteça, para que tudo isso se realize, torna-se indispensável, antes de mais nada, trabalhar com fé, ânimo decidido e dedicação.

Quanto aos motivos que atiraram o povo brasileiro à Revolução, supérfluo seria analisá-lo, depois de, tão exata e brilhantemente, tê-lo feito, em nome da Junta Governativa, o Sr. General Tasso Fragoso, homem de pensamento e de ação e que, a par de sua cultura e superioridade moral, pode invocar o honroso título de discípulo do grande Benjamin Constant.

Através da palavra do ilustre militar, apreende-se a mesma impressão panorâmica dos acontecimentos, que vos desenhei, já, a largos traços: a Revolução foi a marcha incoercível e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, à procura de um rumo novo, na encruzilhada dos erros do passado.

Senhores da Junta Governativa: Assumo, provisoriamente, o Govêrno da República, como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestastes à Nação, com a vossa nobre e corajosa atitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da Pátria.

A Revolução, as suas origens e o seu programa - Discurso pronunciado no banquete oferecido pelas classes armadas, em 2 de janeiro de 1931.

Confesso-vos o meu desvanecimento por esta expressiva manifestação de apreço que recebo das gloriosas fôrças armadas da República, tão elevada em seus intuitos, como claramente se depreende da palavra leal e prestigiosa do General ilustre, figura modelar de soldado e de cidadão, que simboliza, nesta hora, a expressão do pensamento cívico dos seus camaradas.

A minha satisfação não é pelo que me possa caber na honraria - as homenagens pessoais são sempre constrangedoras - e, sim, pelo significado do preito, no qual percebo, com orgulho, que as classes armadas não se desviaram do seu nobre destino histórico, colocando-se sempre ao lado do povo, para a vitória das grandes causas nacionais.

Foi assim na Independência, em 7 de abril, em 13 de maio, em 15 de novembro, e não podia deixar de ser assim agora, quando o Brasil entrou na posse de si mesmo por um movimento de opinião, sem, rival na nossa história, em que a vontade da Nação imperou, soberana, impondo novos rumos à vida política e administrativa da República.

A prova de solidariedade que me testemunhais repercutirá pelo país inteiro, inspirando confiança e tranquilidade, por tornar evidente que um pensamento único vos une e idêntico ideal harmoniza a vossa atuação.

Esse ideal ressalta, lúcida e, nesta reunião fraternal entre camaradas de classe, a que longo convívio aprimorou a mútua afeição e a prática diária das virtudes militares assemelhou as qualidades de caráter.

Percebe-se, nesta confraternização, um sentido simbólico que a enobrece, e compreende-se na vossa atitude serena mas enérgica, calma porém decidida, o apoio integral que prestais ao Governo Provisório, instituído pela Revolução vitoriosa, para realizar a obra de reorganização moral, política e econômica da República. É evidente que, sem ordem, sem estabilidade, sem firmeza, não pode haver confiança. Fora do equilíbrio que elas produzem, nada seria possível executar, e os melhores propósitos sossobriariam no redemoinho dos conflitos e das dissensões internas.

Louvo, por isso, vossa conduta, cerrando fileiras para declarar que as forças armadas estão com a Nação, que o Governo pode cumprir com serenidade e segurança o programa da Revolução, sem jamais esquecer o sentimento que a moldou.

Quem percorreu o país na fase da campanha eleitoral e assistiu às expansões do povo da Capital da República, pôde bem avaliar a extensão e a profundidade desse sentimento, no entusiasmo das multidões e na intensa palpação da alma popular.

Forte desejo de renovação animava a totalidade das consciências, fazendo renascer energias capazes de modificar as normas dominantes da hipocrisia política, do puro regime de ficção que imperava, desalentando a nacionalidade e arrastando-a, fatalmente, à ruína ou, talvez, ao desmembramento.

O desespero que essa situação de incertezas infundia aos brasileiros, incitando-lhes o patriotismo, congregou-os para a revolta salvadora que se alastrou, cresceu, tomou vulto e, organizando-se em força irresistível, se despenhou em avalanche, de roldão, destruindo tudo quanto se opunha a seu destino.

O programa da Revolução reflete o espírito que a inspirou e traça o caminho, para o ressurgimento do Brasil: institui o aumento da produção nacional, sangrada por impostos que a estiolam; estabelece a organização do trabalho deixada ao desamparo pela inércia ou pela ignorância dos governantes; exige a moralidade administrativa, conculcada pelo sibaritismo dos políticos gozadores; impõe a invulnerabilidade da justiça, maculada pela peita do favoritismo; modifica o regime representativo com a aplicação de leis eleitorais preventivas, extirpando as oligarquias políticas e estabelecendo, ainda, a representação por classes em vez do velho sistema da representação individual, tão falho como expressão da vontade popular; assegura a transformação do capital humano como máquina, aperfeiçoando-o para produzir mais e melhor; restitui ao elemento homem a saúde do corpo e a consciência da sua valia, pelo saneamento e pela educação e restabelece, finalmente, o pleno gozo das liberdades públicas e privadas sob a égide da lei e a garantia da justiça.

Em rápida síntese, eis os lineamentos da obra que o Governo Provisório, com a colaboração eficiente de todos os bons brasileiros, pretende levar a efeito, usando de poderes discricionários e tendo em vista, exclusivamente, reintegrar o país na posse de si mesmo.

Para isso conseguir, cumpre, previamente assessorar o terreno inchado de vegetações daninhas, punindo os negociatas sem escrúpulos, por vezes traficantes da honra nacional de modo que, quando o país voltar à normalidade da sua vida legal, com a confiança restabelecida entre governantes e governados o crédito refeito e o povo feliz, não possa mais ressurgir, reconstituindo-se, o estado de opróbrio que vem de ser demolido.

O quadro da verdadeira situação encontrada pela Revolução no dia 3 de outubro ultrapassa o imaginável, e somente quando se publicar balanço definitivo espelhando-a poder-se-á julgar da derrocada a que chegamos, arrastados pela inconsciência criminosa dos homens que nos governavam.

Com a sua instintiva clarividência, o povo, havia muito, percebera que estava sendo iludido, mas ignora ainda o dever e haver dessa época de ludibrios e o legado de pesadíssimos encargos que nos coube, gênese de todas as dificuldades com que lutamos presentemente. Depois de tudo apurado com imparcialidade e justiça, sabê-lo-á, documentadamente, inclusive que os famosos saldos orçamentários eram, apenas, o disfarce de outros tantos onus assumidos pelo Tesouro, resultando, em derradeira análise, de empréstimos, emissões de títulos e obrigações, espalhados em profusão e que a realidade financeira do último quadriênio talvez concretize um deficit de cêrca de um milhão de contos.

O estado de anarquia política e administrativa em que se debatia o país, decaído nela falsidade partidária dos oligarcas, pela mentira financeira, pelo artificialismo econômico e pela desonestidade no emprêgo dos dinheiros públicos, impunha, para salvá-lo, resoluções extremas. Cabe, aqui, expôr o meu pensamento sôbre as origens da Revolução, sem o fito de suscitar polêmicas, ruas, apenas, animado do intuito de relembrar puras verdades que vão sendo olvidadas.

O processus revolucionário foi moroso, porém teve sempre o seu desenvolvimento intensificado pelas fôrças vivas da nacionalidade. A chamada Aliança Liberal não foi um partido político, no conceito comum da expressão. Nela entraram vários agrupamentos partidários de programas diferentes e, sobretudo, avolumou-se a corrente da opinião pública brasileira, fóra dos partidos e acima deles, em cujo espírito se arraigara o ideal renovador dos velhos moldes da política nacional.

Com o pleito de 1º de março, encerrou-se a fase da propaganda eleitoral. Tanto aquele como as depurações levadas a efeito pelo Congresso Nacional constituíram a maior farça de que ha memória nos anais políticos do Brasil. A desfaçatez e a audácia culminaramn: fraude no alistamento, fraude na votação, fraude no reconhecimento!

A série de arbitrariedades prosseguiu: deu-se a intervenção extra-legal do Govêrno na vida dos Estados, e o martírio da Paraíba, ultimado com a morte do inolvidável João Pessoa, esgotou todas as reservas de paciência.

Agravados êsses males com a anarquia administrativa, a desorganização financeira e a depressão econômica; perdidas todas as esperanças de uma modificação nos costumes políticos pelos meios aparentemente legítimos e pelo processo de natural evolução dos princípios liberais; conspurcadas as garantias mais elementares de representação, com menosprezo da vontade eleitoral, a reação impunha-se, pois conformar-se o povo brasileiro com a anulação dos seus mais sagrados direitos equivalia a assistir, impassível com imperdoável fraqueza, aos funerais da República.

Já então, a idéia revolucionária espalhará-se dominadora por todo o país, empolgando a grande maioria das consciências, e o movimento de revolta tornara-se nacional, irresistível.

Vitoriosa a Revolução, o Brasil retoma o caminho que o fará ascender ao destino que lhe compete. O gigante despertou da longa modôrra, distendeu os membros entorpecidos, experimentou a rijeza dos músculos e, com desassombro, se pôs em marcha, afastando todos os obstáculos que se opunham ou retardavam o seu progresso.

Explosão da consciência coletiva do país, a Revolução não foi feita para beneficiar uma classe, um grupo ou um partido; tendo adquirido a sua energia redentora pelo concurso de todas as fôrças vivas da Nação, venceu, ao contrário, para arrancar o país do domínio das facções que o exploravam, restituindo-o à direção de todos os brasileiros dignos de colaborar nessa abençoada tarefa.

Não devemos jamais esquecer que a Revolução ainda não terminou. A luta travada entre 3 e 24 de outubro foi, apenas, episódio militar em que se concretizou o esforço dos brasileiros, com o fim determinado de derrubar as barreiras opostas à ação transformadora, necessária para modificar a vergonhosa situação do país.

A simples mudança de nomes nas altas esferas governamentais não basta para encerrar o ciclo do movimento regenerador. Só agora começa o lento processo de transformação, no qual deve ter preeminência o espírito revolucionário, criando nova mentalidade política, que o pratique integralmente, de acôrdo com os imperativos da vida real e as exigências complexas do momento social que atravessamos.

A Revolução não deve ser considerada apenas como simples movimento político, nem fato exclusivamente circunscrito à vida brasileira. Além dos males, propriamente nossos, que a causaram, poderá sofrer o influxo da efervescente agitação da consciência universal, em época de desequilíbrio, na qual múltiplos ideais, falsamente reivindicadores, inquietam e perturbam a alma contemporânea.

Aos verdadeiros partidários do movimento triunfante cumpre o dever de canalizar as correntes profundas da opinião nacional, disciplinando-as, para impedir o perigo das inundações, e procurando, ao mesmo tempo, uniformizar as tendências sociais em aparência dispares, afim de evitar os atritos que retardam o desenvolvimento perfeito das funções do Estado.

Do esforço coletivo dos brasileiros e da vigilância patriótica de todos os revolucionários, ressurgirá o Brasil novo. Sente-se que êsse ressurgimento se executará com rapidez, pois um sôpro de esperança areja o ambiente, inspirando à Nação confiança no futuro, pela fé que lhes inspira o presente.

A velha alma, da raça renasce fortalecida por sadio idealismo construtor, e todos os cidadãos dignos dêsse nome solicitam que se lhes indique o setor onde devem combater ou trabalhar pela segurança ou pela prosperidade da República.

Realizada a obra saneadora, restauradas as finanças, o Govêrno voltar-se-á, com especial carinho, para o problema da eficiência militar das forças armadas, procurando resolvê-lo, provendo-as do material indispensável, de acôrdo com as exigências da técnica moderna, e empregando os maiores esforços pela criação e desenvolvimento, no país, das indústrias de guerra, condição essencial dessa eficiência. Paralelamente, não se esquecerá de remodelar os quadros existentes, aperfeiçoando-os, de modo que o Exército e a Marinha possam assumir, confiantes, a responsabilidade absoluta da defesa nacional.

As velhas aspirações do Exército e da Armada serão atendidas, cumprindo aos seus oficiais manterem-se afastados das lutas dos partidos, silenciosamente trabalhando em pról do preparo militar da Nação e abandonando, para sempre, o papel ingrato de postulantes de vantagens que a lei lhes assegura, por confiarem nas disposições garantidoras de classificações merecidas e promoções justas.

O movimento exige desinterêsse, sacrifício, renúncia, e ninguém ha melhor correspondido a esses sentimentos do que as fôrças armadas, bastando citar-se, como exemplos, a atitude patriótica da Junta Militar, entregando o país ao Governo civil, e o fato dos oficiais anistiados não terem recebido os vencimentos em atraso. No quadro generalizado da reconstrução moral e material da Nação, ao Exército e à Marinha caberá função de grande relêvo. A restauração financeira e o desenvolvimento econômico do Brasil constituem, em substancia, problema de administração, mas, para que esta se possa exercer com firmeza e continuidade, precisamos de ordem e segurança interna.

A certeza dessa segurança, criando atmosfera propícia de tranquilidade, manter-se-á pelo apôio integral das classes armadas, como reflexo da vontade e das aspirações do povo brasileiro. A oficialidade do Exército e da Marinha deve, também, compenetrar-se do espírito de renovação que almeja reconstruir o país, sob a pressão dos novos moldes, à luz dos modernos ideais, concientemente convencida de que revolução não é revolta, quasi sempre acompanhada do indefetível surto de atitudes pessoais, visando inicamente satisfazer interêsses ou apetites próprios. Para o nosso caso, revolução é, antes de tudo, transformação, esforço para tornar latentes novas energias sociais, que fortaleçam o regime depauperado, impondo moralidade absoluta e justiça perfeita.

Confraternizados Exército e Marinha, unificada a atividade das duas classes, sob o influxo do mesmo ideal, alteando-se, ao mesmo tempo, os seus oficiais acima dos partidos, para melhor exercerem o seu nobre sacerdócio cívico, terão desempenhado nobremente o papel que lhes cabe na obra grandiosa da restauração nacional.

No domínio dessa coesão de atividade e de pensamento, não deve haver hierarquia de valores, estabelecendo distinções entre camaradas: todos os que acompanharam, ainda que apenas espiritualmente o movimento reivindicador, mesmo sem a ação material correlata, cumpriram o seu dever patriótico. De hoje em diante, o elo que vos deve ligar indissolivelmente é o espírito de renovação, indispensável para que se transforme em realidade o ideal do engrandecimento do Brasil.

Assim entendo a Revolução; assim compreendo a demonstração de solidariedade que me trazeis; assim a recebo e a agradeço, confiante na vossa lealdade e patriotismo.

### **A Reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos.**

(Discurso no palácio do catete instalando a comissão legislativa, a 4 de maio de 1931)

Ao primeiro contacto com esta notável Assembléia, experimenta-se o receio de que o número tão elevado de jurisconsultos eminentes, com variável temperamento e cultura dissemelhante, não possa coordenar as suas tendências pessoais, em uma vasta obra orgânica de conjunto. Esta impressão, porém, desaparece se levarmos em conta que o campo atual das idéias e sentimentos se alonga por largos e claros horizontes e que todos os presentes se compenetraram do espírito moderno, não no que possa ter de anárquico ou destruidor, mas no que há nele de poder sistemático de reconstrução, através do renascimento moral, político e econômico, aspiração generalizada a quasi todos os países.

Nessa diversidade, mais aparente que real, predominará a harmonia do todo, pois a circunspeção e o equilíbrio estabelecerão diretrizes, amplas e precisas, de acordo com o pensamento criador que modelará a estrutura final da obra.

O direito já foi, por alguém, caracterizado como a sistematização do bom senso, sendo lógico, por isso, esperar-se que, apesar da variedade individual dos principios e das diversas modalidades de doutrina em conflito - radicais uns, conservadores outros, todos, ao fim, acordarão, porque, entre os membros dêste corpo coletivo, existe um ponto comum de contacto - o espírito e o coração dominados pelo amor ao Brasil impulsionando-os para realizar as aspirações e resolver as dificuldades nacionais, sem repúdio, no entanto, aos imperativos da fraternidade universal.

Pode afirmar-se, sem exagêro, possuir o Brasil uma consciência jurídica própria. Para aperfeiçoá-la, neste instante decisivo, cumpre auscultar e entender o passado, procurando prever as complexidades do futuro, sem consentir que prevaleçam as paixões, ainda efervescentes, da hora atual.

#### **- Momento Oportuno**

O momento é propício à execução de vasta reforma na ordem jurídica e, portanto, social, dados os poderes extraordinários do Govêrno e a liberdade de ação que êle vos outorga. A ocasião que se apresenta é excepcional, permitindo a um selecionado conselho de jurisconsultos, sociólogos e pensadores resolver e legislar, sem os obstáculos protelatôrjos dos períodos constitucionais, sem as longas alterações dos Congressos, sem as exigências da política e o facciosismo dos partidos.

Libertos de todos êsses empecilhos, que demoram e perturbam a feita das leis, apenas sujeitos à critica direta da Nação, pelo povo, através da Imprensa, o Govêrno Provisório coloca nas vossas mãos a grande obra de reforma de nossa legislação, tudo esperando dos vossos conhecimentos especializados, acrescidos pela experiência de 42 anos de regime republicano.

Com esse precioso cabedal de doutrina e de prática, deveis traçar os limites do poder jurisdicional da nova República.

#### **- O Governo Provisório de 1889**

Em nossa evolução jurídica, houve momento histórico semelhante, marcado por extraordinário surto legislativo. Referimo-nos ao Govêrno Provisório instituído em 1889. Esse curto período, um ano e alguns meses, assinala incontestável apogêu na organização jurídica da nacionalidade. Dêle provêm inúmeras leis ainda vigorantes. A intensidade do esforço desenvolvido nos primórdios da República, delineando, por meio de acertadas reformas, as instituições nascentes, contrasta, cabendo-lhe por isso grande honra, com a quasi esterilidade dos 40 anos de poder legislativo exercido pelo Congresso.

No breve tempo em que o Govêrno Provisório desempenhou função legisladora, foram compostas as nossas melhores leis, abrangendo os múltiplos problemas jurídicos intimamente ligados à mudança do regime. A própria Constituição, em grande parte, foi obra sua, pois o projeto por êle elaborado sofreu apenas, na Constituinte, modificações que lhe não afetaram a primitiva contextura.

Ao lado e simultâneamente com a reorganização dos serviços públicos existentes e com a criação de novos, o Govêrno Provisório legislou, com proficiência, sobre direito administrativo, financeiro, judiciário, penal, civil e comercial. O rico acêrvo que nos transmitiu, ainda hoje provoca admiração, pela quantidade e pela excelência.

Além dos numerosos atos e resoluções remodelando a administração pública dentro do critério federativo, muitos deles perfeitos, enfrentou com segurança a reforma das nossas leis substantivas:

decretou novo Código Penal, reformou a parte mais importante do Código Comercial, legislou sobre o casamento civil, instituindo-o, e regulamentou a instrução e o ensino superior, melhorando-os.

Notabiliza-se, sobretudo, a legislação sobre direito público, onde se destaca a lei modelar que estabeleceu a liberdade dos cultos, separando a Igreja do Estado, apontada, pelo consenso universal, como paradigma da nossa cultura e do nosso respeito à liberdade de consciência - lei que nos enaltece, por não encontrar rival nos fastos institucionais da humanidade.

#### **- Inatividade do Congresso como Órgão Legislativo**

É impressionante o confronto desse fecundo labor com a inatividade do Congresso republicano, no qual as leis que deviam completar a estrutura de nossa organização política alicerçada pela Constituição, jamais chegaram a termo. As melhores, por êle votadas, como por exemplo, o Código Civil, não foram criações de sua iniciativa. O Código Criminal, em idênticas condições, estava sendo elaborado. Por vezes, nesses casos, a colaboração do Poder Legislativo resultou-lhes desarmonizadora e prejudicial.

Em gestação interminável, arrastavam-se pelas Câmaras: o Código das Águas, encerrando assunto relevante pelo seu aspecto econômico; o Código Comercial; a lei sobre nacionalização das minas, e tantas e tantas outras de capital importância.

A Câmara dos Deputados, afóra os seus Anais, possui uma publicação especial, cerca de 50 volumes das principais leis e resoluções comprobatórias de sua atividade. Pouca coisa eficiente contém essa biblioteca. Encontram-se, nela, volumes sobre elaboração orçamentária, sobre estado de sítio, sobre intervenção nos Estados, sobre meio circulante, sobre instrução pública, sobre impostos interestaduais. Todos esses títulos envolvem temas jurídicos e administrativos que se mantiveram insolúveis.

Relativamente às questões econômicas, enfileiram-se tomos sobre o problema da borracha, em que fomos derrotados, e sobre o do café, que continua a ser das mais graves preocupações do momento.

A reforma tributária, núcleo vital da nossa existência econômica, nem sequer foi iniciada, e a revisão das tarifas aduaneiras, confeccionadas por comissão especial, escolhida pelo Executivo, repousou dez anos no Senado, sem conseguir a honra da primeira votação.

Mas, não é só. Desorganizado o trabalho pela Abolição - acontecimento de consequências econômicas desastrosas, suportadas integralmente pelo novo regime - não aparece, nesses 40 anos, uma lei organizando-o livre e sobre bases racionais. Ainda mais, ultimamente, havendo assinado o Brasil pactos internacionais e assumido compromissos a respeito, nem assim cogitaram nossos legisladores de assunto de tamanha relevância.

Infelizmente, a vida do Congresso republicano consumiu-se, durante quatro décadas, em debates estéreis e na votação de orçamentos faturados segundo os moldes do regime decaído - inexpressivos de simples estimativa e de verdade duvidosa, nos quais os saldos aparentes e a hermenêutica confusa eram apenas acessíveis a meia dúzia de iniciados.

#### **- Novos Horizontes**

Cumpre-nos, hoje, palmilhar novas estradas.

Atravessamos momento de profundas e radicais transformações. Para legislarmos com segurança e previsão, é indispensável investigar e compreender as modificações sociais do mundo moderno, visto como vivemos o tempo em que se consegue, até, demonstrar a relatividade das leis físicas, secularmente julgadas absolutas.

No domínio jurídico, as condições da existência em sociedade, os fatores predominantes em certo período histórico, vão fazendo surgir novos institutos, criando direitos e obrigações que à ciência jurídica incumbe dar forma e sanção legais.

#### **- Ordem Econômica e Ordem Jurídica**

A grande fôrça dominadora e renovadora da vida social contemporânea é principalmente, de caráter econômico. O edifício do direito novo, a erigir-se, remodelado da base ao alto, para conseguir solidez e eficiência, deve ter por argamassa os fatos econômicos, perscrutados nas suas origens, previstos na sua marcha e ascensão, prognosticados nos seus fins. A ordem jurídica precisa, pois, refletir a ordem econômica, garantindo-a e fortalecendo-a.

A propósito, lancemos ligeiro olhar sôbre o passado, fazendo rápida análise dos pontos predominantes na evolução política ocidental dos últimos tempos.

#### **- Funções do Estado**

Os movimentos emancipadores, ocorridos ao alvorecer do século anterior, abatendo os privilégios de casta, desenfudando a propriedade e tornando triunfantes os direitos do homem, asseguraram, pela livre concorrência, o acesso dos indivíduos a todas as posições, conforme a capacidade de cada um.

Esta conquista — característica do individualismo filosófico — repercutiu na organização constitucional dos países cultos. Originou o constitucionalismo clássico, que deu cunho ao século XIX, como reação natural ao absolutismo, até então dominante, e derivou para o cerceamento das funções do Estado ao mínimo possível, reduzindo-as, quasi exclusivamente, à manutenção da ordem e à distribuição da justiça.

Mas o progresso vertiginoso dos tempos presentes, os múltiplos problemas morais e sociais provocados pela complexidade da vida moderna, alargaram, naturalmente, o poder de ação do Estado muito além dos limites traçados pelo romantismo político do regime parlamentar. Referindo-se às alterações do conceito do Estado, em face das circunstâncias históricas, Wilson afirma, com verdade: “Grande parte das transformações impostas ao conceito do Estado consiste em simples modificação do método e extensão do exercício das funções do Governo, que lhes são inerentes”. Efetivamente, o Estado, que é a sociedade organizada, dirigido e impulsionado pelo interesse público, neste somente deve encontrar os limites normais a seu poder de intervenção.

A luz destes princípios, o próprio direito modifica-se em sua concepção, afasta-se do conceito clássico e deixa de ser conjunto de regras abstratas para se transformar em sistema de defesa social, adaptado à existência particular da comunidade onde vigora.

No quadro dos interesses sociais, o poder de polícia do Estado chega a atingir e absorver os interesses privados. Esse poder de vigilância, que, na órbita constitucional, se traduz nas grandes medidas de exceção, concernentes à ordem pública, na esfera administrativa, desdobra-se em polícia econômica, sanitária, de costumes, educativa, tudo envolvendo e controlando, e intervindo soberanamente na regulamentação do trabalho, na fiscalização das indústrias, nas relações do comércio.

#### **- As Leis, Expressão dos Fenômenos Sociais**

A simples enunciação desses aspectos das funções do Estado descobre, aos nossos olhos, novo e dilatado campo de experiências jurídicas.

Se as leis expressam direitos e o direito moderno, sob o impulso de fenômenos sociais irresistíveis, tem sofrido modificações radicais, devido às contingências oriundas do entrelaço econômico dos povos - justo é que a vossa função legisladora se enquadre nos imperativos da época, procurando dar ao Estado a força e o poder capazes de dominar os imprevistos do novo período de transformação humana que se inicia.

#### **- Organização Econômica**

Examinando detidamente o fator de maior predominância na evolução social, penso não errar afirmando que a causa principal de falharem todos os sistemas econômicos, experimentados para estabelecer o equilíbrio das forças produtoras, se encontra na livre atividade permitida à atuação das energias naturais, isto é, na falta de organização do capital e do trabalho, elementos dinâmicos preponderantes no fenômeno da produção, cuja atividade cumpre, antes de tudo, regular e disciplinar.

A racionalização, o Taylorismo, a cartelização, os dumpings e outras soluções rotuladas com palavras mágicas, são, apenas, paliativos incapazes de resolver o problema econômico. Quando muito, possuem a virtude de provocar o advento de novo sistema, definitivo ou mais perfeito. Uma verdade ressalta incontestada de tudo isso: o aumento da capacidade produtora, cada vez mais ampliada por esses processos, trouxe a desigualdade entre a produção e o consumo e, conseqüentemente a superprodução generalizada causa precípua da crise atual.

Com esclarecido acerto, pondera notável pensador:

‘Abandonar a economia universal ao livre jogo das forças produtoras equivale a caminhar de olhos abertos para uma convulsão futura, pela agravação de seu desequilíbrio evidente’. Daí se induz



não devemos apoiar incondicionalmente o imperialismo econômico, que, de longa data, demonstrou as falhas da sua organização nem fornecer amparo irrestrito ao proletariado o que acarretaria o predomínio de outra tirania, talvez funesta à marcha da civilização.

Com grave erro, a sociedade moderna ainda assenta a sua economia sobre o lucro individual, concedendo ampla liberdade na escolha dos meios para a sua consecução.

No sistema capitalista, observa-se o preceito perigoso de ser o poder aquisitivo sempre inferior a capacidade das indústrias, quando a produção devia limitar-se à capacidade aquisitiva das massas. Essa diferença, causa do desequilíbrio existente, tende a aumentar, porque, enquanto o capital estimula a produção para ampliar-se, levando a indústria ao máximo de produtividade, o consumidor, defensivamente ou por hábito natural de poupança, procura restringir o consumo ao indispensável às suas necessidades.

Como efeito inevitável, manifesta-se o descompasso da vida econômica, evidenciando que o seu mecanismo não foi organizado preventivamente uma vez que permite aos detentores das forças que o impulsionam movimentá-lo ao sabor dos seus interesses.

### **- A Racionalização Integral**

As considerações feitas bastam para definir a fisionomia social da nossa época.

Ao expendê-las, sinto-me regozijado, verificando a coincidência de alguns pontos de vista com os fixados, sobre o mesmo assunto, pelo vosso eminente intérprete, principalmente no que respeita à incapacidade legislativa dos parlamentos e quando se refere ao notável trabalho de Ratlienau, que, bosquejando o quadro do progresso mecânico dos métodos de produção, confessou não encontrar remédio para os males do mundo moderno, fruto dos fenômenos inquietantes da vida econômica contemporânea.

Efetivamente, já não se confia nos métodos racionalizados. Estes não atenuaram o mal, antes o agravaram. Os economistas modernos, cujos conceitos, por vezes, reproduzo, afirmam que a terapêutica específica está na racionalização integral, não só dos processos de produção, como, igualmente, de todo o sistema econômico.

O que parece urgente, sem dúvida, é a necessidade de uma revisão, no quadro dos valores sociais, afim de que, modificada a sua estrutura íntima, se torne possível o equilíbrio econômico, cuja rotura constitui perigo iminente para a civilização. Para levar a efeito essa revisão, faz-se mister congregar todas as classes, em uma colaboração efetiva e inteligente. Ao direito cumpre dar expressão e forma a essa aliança capaz de evitar a derrocada final. Tão alevantado propósito será atingido quando encontrarmos, reunidos numa mesma assembléia, plutocratas e proletários, patrões e sindicalistas, todos os representantes das corporações de classe, integrados, assim, no organismo político do Estado.

### **- Novos Método**

Nota-se no espírito renovador surgido após a guerra certa tendência, defendida, no passado, por Ihering, impondo a fórmula salvadora da substituição do justo pelo útil, como finalidade sociológica. Procurando evitar qualquer conceito errôneo, um dos notáveis da escola afirma, com agudeza: “A justiça e o direito guiaram-nos durante o percurso, apesar de haveremos partido em procura do útil: é que os homens não se podem fazer felizes sem se tornarem, também, mais inteligentes e mais justos”.

Na época em que os fins sociais são preponderantemente econômicos, em que se organiza de maneira científica a produção e o pragmatismo industrial é elevado a limites extremos, assinala-se a função do Estado, antes e acima de tudo, como elemento coordenador desses múltiplos esforços, devendo sofrer, por isso, modificações decisivas.

Entre nós, uma mudança dos quadros sociais e políticos da atualidade não pode realizar-se sem ser alterada a legislação atual, inclusive o estatuto básico do país. Compete-vos examinar todos esses problemas e traçar rumo aos novos horizontes, sem olvidar, contudo, que a palavra final caberá aos futuros constituintes, delegados do povo brasileiro. Estes não esquecerão, por certo, o objetivo dominante, circunscrito à órbita dos fatos econômicos. Defrontá-los e encaminhá-los, preservando do menor agravo os princípios morais que nos regem e modificando as instituições sociais, de acordo com as nossas próprias necessidades, é a missão que vos está confiada.

A preocupação desses assuntos tornou-se por tal forma empolgante, que os partidos políticos, cujos programas sejam estranhos aos fatores de ordem econômica, não conseguirão interessar à opinião pública, ficando condenados à esterilidade das mesquinhas rixas locais. A época é das assembleias especializadas, dos conselhos técnicos integrados à administração. O Estado, puramente político, no sentido antigo do termo, podemos considerá-lo, atualmente, entidade amorfa, que, aos poucos, vai perdendo o valor e a significação.

Dêste amálgama de fatos e sugestões, que não pretendo impôr mas, apenas, submeter ao vosso criterioso exame e discussão, evidencia-se que os princípios jurídicos até aqui nossos orientadores colidem com as realidades ambientes.

Estou na presença de homens de elevada cultura, de juristas na legítima significação do vocábulo, possuidores, pelo trato quotidiano dos livros e observação dos fatos, de clara visão dos acontecimentos sociais.

Creio azado o ensino para o cancelamento de antigos códigos e elaboração de novos. A velha fórmula política, patrocinadora dos direitos do homem, parece estar decadente. Em vez do individualismo, sinônimo de excesso de liberdade, e do comunismo, nova modalidade da escravidão, deve prevalecer, a coordenação perfeita de todas as iniciativas, circunscritas órbita do Estado, e o reconhecimento das organizações de classe, como colaboradores da administração pública.

Os acontecimentos da atualidade permitem, no Brasil, salutar transfusão de valores, facultando, ao lado de reconstruções de interesse prático, notável aperfeiçoamento moral, imposto pela seleção espontânea, decorrente das grandes crises, sob cujo influxo se renovam as classes dirigentes. Estas, imbuidas de um alto sentimento de dignidade, trazem à gestão dos negócios públicos reservas de energias cívicas, capazes de vencer obstáculos e provações e de resistir à cobiça das sobras do Tesouro, como prêmio ou recompensa de situações políticas.

#### **- Desorientação Administrativa**

No domínio da administração, afastemo-nos, para sempre, das soluções de emergência e dos paliativos de efeito apenas protelatório.

Não esqueçamos o exemplo funesto do Governo passado, dipendendo mais de 100.000:000, extorquidos da economia nacional depauperada para a sustentação de um câmbio artificial, com sacrifício do produtor. Esse continuo escoamento de ouro, acompanhado da inflação de papel-moeda, forçosamente determinaria a queda da taxa cambial.

Sofremos, agora, a consequência desses erros, buscando corrigi-los. Mas, por vezes, o mal gera o bem: a baixa das taxas restringe, automaticamente, a importação, força a poupança, provoca a reação do meio social e estimula a exploração das nossas riquezas exportáveis, ampliando os saldos da balança comercial.

Do crédito nos devemos servir com parcimônia, evitando despesas suntuárias, o risco de empreitadas financeiras perigosas ou a vergonha de solicitarmos favores susceptíveis de melindrar o brio nacional. Em ocasiões difíceis, façamos nós mesmos os sacrifícios, cortando na própria carne, sem implorar misericórdia a estranhos, e salvando-nos pelo esforço próprio, sem desdenhar, no entanto, do consêlho e da experiência alheia.

#### **- Nacionalização**

Apesar de tudo, a nossa situação, em face do desequilíbrio, ameaçadoramente generalizado em outros países, é de menor perigo e premência. Dispomos de grandes possibilidades de expansão econômica. Somos país rico em matérias primas inexploradas e em produtos exóticos e, simultaneamente, vasto mercado consumidor. Nessas condições, a política econômica brasileira deve, em parte, orientar-se no sentido de defender a posse e a exploração das nossas fontes permanentes de energia e riqueza, como sejam as quedas d'água e as jazidas minerais. Julgo, ainda, aconselhável a nacionalização de certas indústrias e a socialização progressiva de outras, resultados possíveis de serem obtidos, mediante rigoroso controle dos serviços de utilidade pública e lenta penetração na gerência das empresas privadas cujo desenvolvimento esteja na dependência de favores oficiais.

### **- Organizações Sindicais**

A propósito, é oportuno observar, ultimamente, exterioriza-se injustificável desconfiança na colaboração das organizações sindicais, surgidas sob o estímulo da necessidade comum e dos interesses de classe.

As leis, há pouco decretadas, reconhecendo essas organizações, tiveram em vista, principalmente, seu aspeto jurídico, para que, em vez de atuarem como força negativa, hostis ao poder público, se tornassem, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado. Explica-se, assim, a conveniência de fazê-las compartilhar da organização política, com personalidade própria, semelhante à dos partidos, que se representam de acôrdo com o coeficiente das suas forças eleitorais.

### **- O trabalho a Realizar**

Srs. membros da Comissão Legislativa: O trabalho que fostes convocados a realizar será um dos maiores, dos mais notáveis, que à Nação pode ser prestado. Em todo jurista oculta-se um pensador e um sociólogo. A instituições que ides renovar, dadas as vossas luzes e patriotismo, deverão caracterizar-se como obra perdurável, de segura previsão social.

Tivemos uma excelente Constituição, com fórmulas perfeitas de liberdade e de garantias individuais, frequentemente esquecida e falcada, para assegurar o poder oligárquico e manter uma máquina eleitoral, espécie de chocadeira de pimpolhos políticos, gerados ao calor do caciquismo profissional.

### **- Regime Constitucional**

Já se ouve proclamar a necessidade de reconstruir o nosso edificio constitucional. Os materiais a êle destinados, sobressaindo, entre outros, a reforma eleitoral, passarão, agora, pelas vossas mãos, num primeiro selecionamento. É trabalho, este, indispensável à perfeição da obra futura, que precisa ser delineada com vagar e sabedoria, sob pena de a construirmos precariamente. Pretender apressar, com aodamento, a volta ao constitucionalismo seria, talvez, recair na amarga experiência do regime anterior, tornando inúteis os sacrificios impostos pela Revolução. O saudosismo dos políticos decaídos, procurando precipitar a marcha dos acontecimentos, traduz, somente, a esperança do retorno às delícias fáceis do poder. Não faremos construção duradoura se a não levantarmos com esforços leais e edificante sinceridade.

Tudo virá a seu tempo. O regresso ao regime constitucional é aspiração comum. Realizar-se-á, porém, com o desenvolvimento lógico dos fatos, sob o amparo de uma nova mentalidade, saturada das idéias e dos princípios renovadores, consagrados pela Revolução, jamais como feira de sinecuras, ao livre dispor dos sem trabalho da política.

### **- A Ação do Govêrno Provisório**

Antes de tudo, o problema brasileiro é um problema de administração. Os erros e as falhas, resultantes da anarquia administrativa, foram os causadores diretos dos nossos maiores males e os fatores decisivos do movimento revolucionário.

Afirmo pura e clara verdade dizendo que o Govêrno Provisório, embora ditatorial, tem procurado governar legalmente. Começou restringindo os seus poderes discricionários, com a decretação de urna Lei Orgânica, que enumera as leis em vigor, e continua a esforçar-se sinceramente para assegurar todos os direitos. A Constituição da República, que adotou, como princípios basuares, Federação e o regime representativo presidencial, não foi abojida nem revogada. Apenas suspensa parcialmente, a sua revisão ficará a cargo da Assembléia Constituinte, a convocar-se. Os contratos legítimos têm sido considerados invioláveis, e o exame procedido em alguns visa, exclusivamente, apurar o gráu de culpabilidade dos máus funcionários, que, ultrapassando os mandatos recebidos, prejudicaram o interêsse público.

### **- Justiça Revolucionária**

A instituição do Tribunal de Sanções é iniciativa excepcional, perfeitamente justificada pela sua finalidade. Constituem matéria de sua alçada: as medidas de caráter administrativo, a malversação dos dinheiros públicos, as faltas funcionais, os atos lesivos ao interêsse da coletividade, o julgamento,

enfim, dos delitos de natureza política, atentatórios à moralidade do regime. O conhecimento dos fatos criminosos, previstos pela legislação penal comum, continua deferido aos tribunais regulares. A exceção existe, somente, quanto àqueles que exigem providências urgentes, incompatíveis com os processos judiciários normais, morosos e fêrteis em incidentes protelatórios.

Encarada, assim, em seu objetivo fundamental, a função do Tribunal de Sanções é, ao mesmo tempo, de saneamento e correção.

Destina-se êle, antes de tudo, a documentar os erros e os crimes do Governo deposto, causadores da Revolução, que falharia aos seus designios patrióticos se os não justicasse, embora uma medida apaziguadora de demência venha, mais tarde, selar o esquecimento sôbre todos os responsáveis, já punidos e edificados pela dura lição dos acontecimentos.

#### **- A Revolução e os Partidos Políticos**

Estamos governando à margem dos partidos, alheios aos seus interesses. Aceitamos-lhes a cooperação, sem fazer política partidária, e, longe de hostilizá-los, queremos, ao contrário, deixar-lhes plena liberdade de organização.

Prestigiado pela solidariedade do povo brasileiro, pelo apôio decidido das forças armadas, o Governo revolucionário deseja, tão somente, não lhe perturbem, com incidentes meramente políticos, o tempo indispensável ao estudo e à solução dos problemas administrativos, primaciais, num país de economia e finanças desordenadas.

#### **- Equilíbrio Orçamentário**

Empenhados, abertamente, nesta tarefa, tudo fizemos para corresponder à expectativa confiante da Nação. Já executámos providencias extremas na redução das despesas, e o esforço dispendido em favor do equilíbrio orçamentário, ante a desvalorização da moeda e a queda das rendas, é o maior até agora empreendido.

Para manter êsse equilíbrio, fator primordial do nosso restabelecimento financeiro, não são aplicados meios verdadeiramente heróicos, por vezes dolorosos. Afrontamos, assim, a popularidade fácil, sem cortejá-la, convencidos de que trabalhamos pela grandeza futura do Brasil.

Todas as classes sociais devem suportar, com airtuismo, o pesado onus dos encargos que nos coube enfrentar. A restrição das despesas públicas, elevada ao máximo possível, e a fiscalização das rendas, exercida com arguta vigilância, produzirão, em breve, compensadores resultados, que nos permitirão, talvez, abandonar, para sempre, o regime fictício dos empréstimos e das moratórias.

#### **- Perspectivas Animadoras**

A convalescença orgânica da Nação pronuncia-se rápida. Por toda parte, a confiança renasce. Produtores, industriais e comerciantes redobram de atividade, confiantes no auxílio do Estado. As medidas excepcionais, tomadas para amparo da nossa produção, procurando, ao mesmo tempo iniciar, sob base sólida, o aproveitamento de novas fontes de riqueza, farão aparecer, sem demora, os efeitos esperados. Percebe-se, lento porém seguro, esforço de reconstrução, impossível de ser paralizado enquanto não se restabeleça o ritmo normal do nosso progresso.

É oportuno não esquecer o conceito feliz de um publicista patricio: “Se o Governo é provisório, a Revolução é definitiva”. Prosseguirá, portanto, irreprimível, o ciclo da sua evolução, percorrendo-o, serenamente, sem ódios e com firmeza.

Não regateemos ao Brasil o nosso auxílio desinteressado. Nos momentos de crise nacional, a soma de todas as pequenas e grandes renúncias, suportadas estoicamente pela totalidade do país, dá o valor de uma Pátria. A nossa, salva de um regime de opróbrios e de mentiras, graças à abnegação de seus filhos, é uma nobre Pátria, dadivosa e boa, merecedora de todos os sacrifícios.

Senhores: Congratulo-me convosco pela obra meritória que ides realizar e agradeço a espontaneidade com que aceitais tão patriótica incumbência. Congregados por um sentimento fraterno, penetrais o limiar de uma vida nova, para cumprir a alevantada missão de objetivar em textos de leis, claras e sensíveis, as aspirações de uma nacionalidade redimida pelo próprio esforço.

**O primeiro ano do Governo provisório e as suas diretrizes.**  
(Manifesto a nação lido em sessão solene, no teatro municipal)

Entre todas as homenagens de que tenho sido alvo, esta, como nenhuma outra, me conforta e comove.

Na campanha política que precedeu a jornada de outubro, as manifestações então recebidas sob o impulso vibrante da alma coletiva, expressavam expectativa popular confiante porém idealizada. Vitoriosa a Revolução, o espírito público, quasi sempre otimista nos seus vaticínios, pressentia, talvez, o início de uma época milagrosa, de fartura e de progresso para a Nação. Assim ocorre, geralmente, nas ocasiões de triunfo, prevalecendo a ilusão de que, como em golpe de mágica, possa alterar-se o curso normal dos acontecimentos sociais.

Hoje, o panorama é diferente.

Após um ano de govêrno, marcado, dia a dia, por tenaz esforço, visando normalizar a vida do país, que veio às nossas mãos exausto financeiramente e economicamente perturbado, o povo já pôde compreender a impossibilidade de transformar, de momento, em paradigma de ordem e prosperidade, uma situação confusa e ruïnosa, agravada, ainda, pelo desequilíbrio econômico universal, que não poupou, sequer, sólidas e velhas organizações. Se, apesar de tudo, sem considerar frustradas as esperanças de dias melhores e enfrentando, corajosamente, os obstáculos que peiam a ação do Govêrno, êsse mesmo povo o assiste com sua confiança e espírito de sacrifício, motivos me sobejam para receber os seus aplausos com maior emoção do que nunca, confortado e pago dos múltiplos dissabores sofridos.

**- A Campanha Liberal e a Revolução**

No primeiro aniversário da Revolução redentora. para melhor comemorá-lo, devemos recordar a magnitude do movimento nacional que empolgou o país, seu desenlace vitorioso em 24 de outubro e as causas que o dederrnaram.

Jamais, no Brasil, se verificou acontecimento cívico de maior extensão e profundidade. No dia 3 de outubro, não ha exagêro na afirmativa, a Nação, no que ela tem de mais valoroso corno fôrça e de mais honesto como patriotismo, mobilizou-se para a luta. Do Norte ao Sul do país, as populações vibraram de entusiasmo, num firme protesto de solidariedade, incorporando-se às legiões de combatentes dispostos a todos os sacrifícios e confiantes na vitória.

As fôrças armadas, como sempre, nos períodos agudos de crise nacional, nobremente, desinteressadamente, colocaram-se ao lado do povo, na defesa da liberdade e da justiça, intervindo na luta pela vitória da causa liberal. A atitude do Exêrcito e da Armada culminou, na Capital da República, com o golpe decisivo de 24 de outubro, que jugulou as últimas resistências opostas ao triunfo revolucionário. Os eminentes generais que aqui dirigiram o movimento, entregando, em seguida, o poder aos chefes civis da Revolução, demonstraram, mais uma vez, fidelidade ao ensinamento confirmado pela nossa história de que, no Brasil, nunca medrou um partido militar, composto da totalidade das classes armadas, em tórno de um ideal comum de predomínio pela fôrça e procurando impôr o regime militarista.

A ocasião é oportuna para, novamente, lembrar que a campanha política originada no dissídio da sucessão à magistratura suprema da República, donde resultou a Aliança Liberal, foi a última tentativa para realiar, dentro das normas legais, um pleito livre, com fôrça de criar um govêrno de opinião, capaz de executar as reformas reclamadas pelos altos interesses da nacionalidade. Repetia-se a reação salutar das memoráveis campanhas de Ruy Barbosa e Nilo Peçanha. Como candidato, diz-me a coincidência tudo ter feito para que a liberdade das urnas fôsse assegurada, no intuito de proporcionar ao país o ensejo de particlpar de uma honesta pugna eleitoral. Desencadeadas a compressão e as perseguições, sempre estive pronto à renúncia e ao afastamento definitivo da vida pública, em troca da concessão da anistia e da reforma eleitoral, legílimas aspirações da opinião pública e promessas elementares da minha plataforma de candidato.

Em resposta, a violência redobrou. O ludíbrico e a brutalidade campearam, blasonando justiça. A máquina eleitoral estava montada e funcionou, como de costume, apurando falsos resultados. Não bastando isso, acendeu-se no Norte um foco de desordem legal. O cangaço, oficializado, armou seu

quartel general em Princesa, para anular o governo constitucional da Paraíba, já espoliada dos seus legítimos representantes no Congresso, por um golpe inaudito de perfídia política, como Minas também o fôra. Não se contava, porém, com a resistência do valoroso povo nordestino, simbolizada no Presidente João Pessôa, contra quem se desfechou o golpe de vindita, que a Nação recebeu como afrontoso desafio. O sacrifício do grande brasileiro, abalando a alma popular, teve a força de condensar as resistências cívicas da Nação, integrando-as na corrente revolucionária, cujo curso subterrâneo se avolumou e adquiriu maior impetuosidade, precipitando os acontecimentos.

Quando Minas, Paraíba e Rio Grande do Sul concertaram o movimento armado, sentiam-se prestigiados pelo apóio de todo o Brasil, já cansado de um predomínio em que a sua vontade não tinha representação, e contavam, também, com o auxílio das forças armadas, em todos os tempos solidárias com os legítimos anseios da nacionalidade.

Triunfante a Revolução, libertado o país pela força conciente de si mesmo e decaído o mandarinato que o dominava, o alcance do movimento não podia restringir-se ao programa político da Aliança Liberal, de simples reformas dentro do regime constitucional. Com efeito, realizara-se uma revolução orgânica, exigindo reconstruções profundas, indispensável transmutação de valores, impondo, mesmo, mudança de relações entre os diversos elementos que formam o corpo social.

Visto por este prisma, o movimento de outubro deve ser considerado mais como força de ação social do que simples pronunciamento de caráter partidário. Terá ele de atuar, portanto, como fator construtivo, operando, não apenas pela substituição dos homens, mas, principalmente, pelo saneamento moral do ambiente, pela renovação de métodos e processos administrativos e estabelecimento de novos roteiros à capacidade criadora da Nação.

#### **- O Ambiente Político e Administrativo**

O país vivia sob a opressão de uma temperatura asfixiante de insinceridade e desconfiança. Faltava aos homens que o dirigiam o sentido superior da sua missão. Na luta para a escalada aos postos supremos, todas as armas eram válidas, todos os meios, audaciosamente, se justificavam.

Predominavam o favoritismo, o empenho e a falta de justiça. Respirava-se uma atmosfera suspeita de conciliábulos, de acôrdos e arranjos entre associados, que a máquina eleitoral sancionava em nome do povo, perinantemente estranho à farça dos comediantes.

Com semelhantes métodos, explica-se que se transformasse a função pública em simples patrimônio de família ou de casta privilegiada. O filhotismo instituiu-se padrão na vida administrativa e política. Assim como de preferência se nomeavam parentes para os melhores cargos ou se criavam êstes para aqueles, também somente se elevavam aos postos eletivos os rebentos, os serviçais ou os tutores das oligarquias dominantes.

A Revolução foi, sobretudo, um protesto fulminante contra tão deprimente estado de cousas. Realizou-se para destruí-la. Mas, como a sua finalidade é construtiva, não terá cumprido a sua missão enquanto não substituir o velho arcabouço oligárquico por um regime sadio de justiça e moralidade administrativa, em que a Nação, conciente de si mesma, resolva e impere nos seus destinos.

Se o panorama político pre-revolucionário era o que acabamos de desenhar a largos traços, não menos desalentadora se apresentava a situação financeira e econômica encontrada pelo Governo Provisório.

O desejo de não abalar ainda mais o crédito do país, justificável sentimento de generosidade para com os vencidos, o pudor de desvendar publicamente os deslises e vícios das administrações anteriores e a esperança, que nos alentava, de poder recompor, pela economia e pelo trabalho, a desorganização geral, fizeram com que, sobre ela, aguardássemos reserva, não a propalando em suas minúcias. Desde, porém, que as responsabilidades acumuladas pelo Governo deposto e o legado de pesados onus que nos foi transmitido, tudo enormemente ampliado, em consequência do desequilíbrio da hora atual, levaram-nos ao sacrifício extremo de suspender os pagamentos das nossas obrigações externas e determinaram, principalmente, o colapso cambial do momento, ao Governo Provisório, tendo de justificar seus atos perante a Nação, impõe-se, também, o dever da verdade, de toda a verdade, para que nada seja subtraído ao conhecimento público. Cumprimos esse dever, sem visar pessoas, nem intuito de ferir a probidade alheia e de negar, mesmo, algum sentimento de patriotismo aos homens que nos dirigiam, reconhecendo, embora, que seu feroz egoísmo fazia-os confundir o apêgo às posições com o princípio da autoridade.

Pelo lado financeiro, a situação do país era de completo desmantelamento. Estabeleceu-se um plano, que falhou pela sua má execução. A teimosia em mantê-lo, mesmo depois de conhecidos os índices seguros de que seria infalível o seu fracasso, arrastou o país a uma situação de quase completo descalabro.

A par da ruína financeira, a economia nacional definhava, depauperada, sem assistência, pois, em matéria de amparo à produção e de institutos de crédito em benefício das classes produtoras, foi sempre lamentável a incúria dos nossos administradores.

Focalizemos, primeiramente, o que ocorreu com o café, nosso principal produto de exportação, fornecedor das cambiais que avolumavam o saldo da nossa balança comercial. O comércio internacional do café foi sacrificado pela persistência na execução de um plano insensato, que se resumia em - reter para valorizar, prejudicando, assim, o desenvolvimento da nossa riqueza agrícola, ao mesmo tempo que estimulava, no estrangeiro, a produção similar.

O açúcar, o maior fator do progresso industrial do Norte, manteve a sua exploração inteiramente desorganizada, pois o Governo só intervinha em seu benefício para praticar o favoritismo político ou proteger açambarcadores.

O Brasil, possuidor do mais numeroso rebanho pecuário da América, nenhum amparo proporcionava ao desenvolvimento da indústria da carne e jamais ensaiou a menor tentativa no sentido de melhorar a colocação de seus produtos nos mercados consumidores.

A borracha, outróra uma das nossas famosas riquezas, pela falta de método na exploração e imprevidência no evitar os males ocorridos, facilmente antevistos e compreensíveis, foi aniquilada pela concorrência estrangeira.

O cacau, cujo volume de exportação deu ao Brasil a primazia no cômputo do consumo mundial, começara a ter sensivelmente reduzidas as suas entradas nos mercados externos.

A cultura algodoeira, deixada ao léu das improvizações, somente prosperou nos Estados que, por esforço próprio, se empenharam em melhorá-la.

Como se vê, o país achava-se precariamente aparelhado para resistir aos abalos da crise interna que o assaltou e ao reflexo da crise externa, cujos efeitos agudos só agora começam a manifestar-se em toda a sua intensidade.

O aspecto da hora presente, já conhecido com nitidez, dispensa qualquer exposição minuciosa. Sente-se que o arcabouço social estremece de alto a baixo. Prevalece, como causa ou, talvez, efeito desse abalo profundo, a instabilidade das forças econômicas em jogo, perturbando o equilíbrio de nações que se haviam instituído modelos de organização constitucional e de solidez monetária.

Situação assim estranhamente grave ainda pode, contudo, ser de esperanças para o Brasil. Grande número de países que desfrutam elevado grau de desenvolvimento social, pela sua ancianidade de cultura e de sistemática exploração agrícola e industrial, chegou a uru período de completa saturação, tendendo daí, fatalmente, para o declínio, devido ao esgotamento progressivo das suas fontes de riqueza. Sem indústrias novas a explorar e, paralelamente, com a capacidade da renda esgotada, êsscs países acumulam capitais, privados de lucros compensadores e temerosos de se lançarem em iniciativas onde as vantagens se apresentam problemáticas. Desaparecido o período de pânico atual, eles procurarão, necessariamente, as nações jovens como o Brasil, que, pela vastidão de território e vulto das suas riquezas naturais inexploradas, larga margem oferece ao seu emprego seguro e lucrativo. Para usufruirmos esse benefício, que nos está reservado, pois somos, em face do Velho Mundo gasto, Novo Mundo a explorar-se, precisamos de firmeza e direção, de tranquilidade e equilíbrio. Só assim atrairemos à nossa terra, com sólidas garantias de estabilidade, os capitais indispensáveis à sua fartura e opulência, acelerando o nosso progresso e ampliando o nosso desenvolvimento.

A obra de reconstrução que se nos depara é de extensos horizontes. Na sua amplitude e profundidade, ela reclama o esforço inteligente e continuado de várias gerações.

O Governo Provisório tem consciência das suas responsabilidades. Exercendo o poder no desempenho de um mandato conferido por um movimento orgânico de renovação nacional, necessariamente deve concretizar os ideais que o orientaram. Esses ideais cabem em vasto programa, cujos lineamentos gerais é oportuno estabelecer.

### - A Reconstrução do País

Impõe-se-nos, em primeiro plano, prosseguir, com vigor, no saneamento da administração pública, Iraçando as autoridades federais, estaduais e municipais as medidas indispensáveis à extirpação completa de todas as irregularidades contrárias ao interesse particular e coletivo. Para superintender e controlar essas medidas, instituiu-se uma Comissão Central, sob cujas vistas se procede a rigoroso e completo exame nas repartições, com subsequente revisão e redução ao mínimo dos seus quadros e o estabelecer-se, como norma geral, que a respectiva despesa não exceda de 30 % do volume global da receita orçamentária. No caso de aparecerem excedentes, esses constituiriam um quadro à parte de funcionários em disponibilidade, aproveitados obrigatoriamente, no serviço à proporção das vagas verificadas, excluída a hipótese da nonieução de pessoas estranhas. Essa revisão atingiria, também, os vencimentos, no sentido de extinguir as dissennielhaliças existentes e de equipará-los por categoria de função. Simultâneamente, promulgar-se-ia o estatuto dos funcionários públicos, regulando, sob normas severas, o processo de admissão, exoneração e promoção, tudo dentro de um critério de justiça e de selecionamento de capacidades, de sorte a acabar de vez com o nefasto regime do empenho e do filhotismo.

Como mais de uma vez tive ensejo de acentuar, o problema que a todos os outros se sobreleva, na tarefa de reconstrução a que nos dedicamos, é o econômico-financeiro.

Em grave momento da vida nacional, semelhante ao que atravessamos, o eminente homem de Estado que foi Campos Saies expressou com outras palavras idêntico pensamento. Defendendo a patriótica orientação que se traçara em face das tremendas dificuldades a vencer, confessava: “Entendi dever consagrar o meu Governo a uma obra puramente de administração, separando-a dos interesses e das paixões partidárias, para só cuidar da solução dos complicados problemas que constituíam o oneroso legado de um longo passado. Compreendi que não seria através da vivacidade incandescente das lutas políticas que eu chegaria a salvar os créditos da Nação, comprometidos em uma concordata com os credores externos”.

Corroborando na mesma ordem de idéias, notável economista já acentuára: “As questões financeiras dominam todas as outras e são o ponto de partida dos grandes melhoramentos econômicos e administrativos”.

Estamos sinceramente empenhados na reorganização econômico-financeira de todo o país, isto é, da União, dos Estados e Municípios, simultâneamente. Começamos, pois, pela regularização dos nossos compromissos externos federais, estaduais e municipais. O meio mais prático para atingirmos resultado satisfatório, no melindroso assunto, seria a União assumir a responsabilidade desses compromissos, retendo, como garantia, determinadas rendas dos Estados e dos Municípios, suficientes ao cumprimento dos encargos assumidos. A contribuição em penhor poderia constituir-se com o produto do imposto de exportação, que, de qualquer maneira, deve ser progressivamente reduzido, até sua total extinção. Imposto, esse, anti-econômico por excelência, além de gravar, prejudicialmente, a nossa produção, colocando-a em situação de desigualdade, na concorrência aos mercados consumidores, tem, ainda, o inconveniente de variar, no limite de sua taxaço, segundo o lugar e as necessidades dos orçamentos locais.

Tão complexo problema já se acha confiado ao estudo de uma comissão, especialmente instituída para procurar-lhe a solução mais adequada e examinar a possibilidade da criação de outras fontes de renda, capazes de suprir, ao menos em parte, a arrecadação condenada a desaparecer.

O aparelhamento administrativo-fiscal, nos moldes em que o possuímos, não corresponde às necessidades e exigências da vida do país.

Em matéria própria financeira, o que existia era confusão e desperdício. Não se tinha mão nas despesas e, para cobri-las, todos os expedientes se justificavam. Tornara-se inveterado o hábito, que deve ser holido irrevogavelmente, de recorrer a empréstimos externos para execução de obras suntuárias ou para cobrir deficits orçamentários. Recurso excepcional, por natureza, transformara-se em meio ordinário de ocorrer aos gastos públicos, sempre exagerados.

Para evitar os ruinosos efeitos daí resultantes, não só é preciso refundir, sistematicamente, dentro de um critério geral, o plano das leis de meios dos Estados, como instituir ainda, em norma inflexível, o equilíbrio entre a receita e a despesa e o controle rigoroso da arrecadação das rendas e do seu emprego.



O complemento dessa medida deve consistir no trabalho de revisão do nosso sistema tributário. Existem anomalias fiscais flagrantes, originadas na falta de discriminação uniforme e clara das rendas. O mal maiormente se reflete nas nossas tabelas tarifárias. No terreno da tributação aduaneira, enveredamos por um caminho de franco e desatinado protecionismo. Temos, certamente, numerosas indústrias nacionais, que merecem amparo, mas temos, também, numerosas indústrias artificiais, sem condições de resistência própria. O protecionismo, tal como se praticava, favorecia a todas, indistintamente. O aproveitamento industrial de matérias primas do país é fator decisivo, sem dúvida, ao nosso progresso econômico. É justo, por isso, que se estimule, mediante política tarifária, conduzida sem excesso. As tabelas das alfândegas devem refletir esse critério. Sem prejuízo da nossa economia, cumpre torná-las mais flexíveis, suprir-lhes as deficiências, expurgá-las das velharias, enfim, atualizá-las.

A circulação das riquezas tem por instrumento as vias de comunicação, numa palavra - o transporte. Este, porém, só se torna eficiente quando articulado e à altura da capacidade econômica dos centros produtores. A nossa aparelhagem, sob esse aspecto, é ainda deficientíssima. Possuímos núcleos de produção disseminados em vasto território e ao longo de extenso litoral, mal servidos de meios de comunicação relativamente rápida e módica no seu custo.

A sistematização desses meios está a exigir um plano metódico, refletido e completo, do qual resulte a cooperação do nosso sistema ferroviário, rodoviário e de navegação fluvial e marítima. Estabelecido esse plano, impõe-se sua execução progressiva e, paralelamente a adaptação das tarifas de frete às necessidades comerciais do transporte, que, no tocante à navegação nacional, terá de sofrer cuidado à parte, sendo aconselhável unificar a direção das empresas que a exploram, com o fim de conseguir-se melhor aproveitamento da respectiva tonelagem, em benefício do seu custo e, conseqüentemente, da expansão econômica do país.

A defesa das nossas fontes de produção é complementar de todo e qualquer plano econômico-administrativo. Essa defesa tem de traduzir-se, praticamente, em medidas de amparo e estímulo, sob a forma de assistência financeira ao produtor, cujo espírito associativo e cooperativista deve amoldar-se às exigências da moderna organização do trabalho.

A míngua de recursos, própria dos países novos, pode ser corrigida, não só por esse meio, como pela atração de capitais estrangeiros, que, confiantes em garantias e compensações, venham espontaneamente incorporar-se à nossa economia. Velha promessa, tantas vezes anunciada e sempre adiada, a fundação de um estabelecimento de crédito agrícola é iniciativa em que teremos de nos empenhar com ânimo decidido, por constituir poderoso elemento protetor das principais fontes de riqueza nacional.

Nenhum outro dos problemas que dizem respeito ao desenvolvimento econômico do país sobreleva em importância ao da exploração das nossas jazidas minerais. Por isso mesmo, consiste nosso maior interesse resolvê-lo, principalmente no que toca à siderurgia, cuja criação em grande escala é obra de patriotismo incentivar sem tardança. Ao lado das medidas que o exame dos importantes assuntos focalizados exige, muitas outras se nos impõem como natural decorrência do plano de reconstrução delineado. Algumas, de ordem administrativa, como a regulamentação dos poderes atribuídos às inventorias federais e municipais; outras, de ordem econômica, como o combate ao regime dos latifúndios, entrave permanente à prosperidade agrícola de certas regiões, e às secas do Nordeste, ocasionadoras de constantes flagelos e obstáculo ao enriquecimento das zonas atingidas, periodicamente sujeitas às alternativas da miséria e da fartura

#### **- Realizações do Governo Revolucionário**

As etapas iniciais do itinerário que acabamos de traçar já foram atingidas, em parte, pela ação do Governo Provisório durante os onze meses decorridos.

As dificuldades do momento mais crítico atravessado pelas finanças nacionais, enfrentamo-las com espírito de decisão e sacrifício. Temos feito a mais severa economia, deixando de gastar, até, no imprescindível. Graças a isso, porém, conseguimos alcançar o equilíbrio orçamentário, finalidade básica para a restauração do nosso crédito. E que os esforços empregados não foram inúteis, prova-o o resultado colhido.

A previsão orçamentária consignava os seguintes saldos: em ouro, 6.588:017\$ em papel, 16.560:334\$. No período balanceado de janeiro a agosto, o excesso da receita sobre a despesa em ouro foi

de 19.342:434\$, e o excesso da despesa sobre a receita papel, de 68.542:934\$. Como se vê, o equilíbrio orçamentário se acha assegurado, porque o saldo ouro cobre, sobejamente, a diferença papel. Acresce notar ainda que a conta do Tesouro no Banco do Brasil não acusa débito e o saldo na balança comercial, nestes oito meses, atingiu a £ 13.565.000.

Em situação assim precária, com as fontes de receita diminuídas e as despesas abaixadas ao extremo limite, não poderia haver folga para empreendimentos de qualquer espécie. Contudo, o Governo Provisório tem empregado todos os meios ao seu alcance, com o fim de, direta ou indiretamente, fortalecer a economia nacional.

Diante da irremediável derrocada do ensaio de valorização do café, acorremos em amparo do principal produto da nossa exportação e estabelecemos um plano de financiamento e eliminação gradativa do exagerado stock existente, visando, ao mesmo tempo, restituir-lhe a completa liberdade comercial, única solução lógica de tão complexo problema.

Mas, conforme foi anteriormente dito, não era só o café que, no quadro da nossa produção, necessitava de amparo. Também o açúcar e o cacau, completamente abandonados, receberam proteção, traduzida em auxílios financeiros e leis previdentes.

Sem aumento de despesa, somente pela garantia do consumo, estimulou-se a exploração do álcool-motor e do carvão nacional, conseguindo, assim, reter no país parte do ouro a ser remetido para o estrangeiro, em pagamento de mercadoria destinada a desaparecer pela combustão.

Assinalemos, finalmente, o fato auspicioso de, mediante pequenas alterações nas tarifas e celebração de convênios comerciais, estarmos intensificando a colocação dos nossos produtos nos mercados externos, além de promovermos a troca direta de gêneros de consumo, por processos tão vantajosos em face do momento econômico, que atraíram a atenção de vasto círculo das finanças mundiais.

Na falta de assembléias representativas da soberania popular, perante as quais é de hábito os governantes prestarem contas da sua gestão, valho-me desta solenidade para dirigir-me ao povo, diretamente, oferecendo ao seu exame e crítica os atos e resoluções que constituíram, até à hora presente, a atividade do Governo revolucionário, em obediência ao dever de informar a Nação sobre o que encontramos, o que fizemos e o que pretendemos fazer.

Façamos, agora, sumária resenha de todas as providências de ordem financeira e administrativa, resultantes dessa atividade, no que concerna a cada Secretaria de Estado, completando-a com o resumo da situação atual das diversas unidades federativas - resenha esta, que, em seu conjunto, constitui, sem dúvida, todo um fecundo programa de realizações.

#### **- Ministério da Justiça**

Entre as Secretarias de Estado, o Ministério da Justiça é aquela através de cujos atos se tem de refletir mais fortemente a diretriz do pensamento revolucionário. Pela sua iniciativa e sob sua direção, elaboram-se as grandes reformas legislativas, executa-se a remodelação do aparelho judiciário, procede-se ao saneamento da administração civil e adotam-se as medidas de ação preventiva e repressora inerentes à atividade policial.

Notável vem sendo, por isso, seu esforço na confecção das nossas leis, realizando grande número das promulgadas - promessa da Revolução, e outras concretizando antigas aspirações nacionais.

A compressão das despesas, regra geral que tem sido aplicada, inflexivelmente, como providência indispensável para conseguirmos o equilíbrio orçamentário e condição primordial para restaurarmos as nossas finanças, se fez sentir com rigor no Ministério da Justiça. A despesa respectiva, que, no 1º semestre de 1930, se elevou a 111:543\$727, ouro, e a 111.567:984\$246, papel, foi reduzida, em idêntico período do corrente ano, a 35.659 :692\$066, papel, por ter desaparecido do seu quadro orçamentário a dotação ouro. A diminuição conseguida, que resultou, em parte, da transferência de alguns serviços do Ministério da Educação, expressa-se, em números relativos, em 100% na despesa ouro e 68% na despesa papel.

#### **- Reforma da Legislação Nacional**

Fazia-se mister oferecer ao aparelhamento da Justiça e à salvaguarda dos direitos individuais, civis e políticos uma obra tanto mais perfeita, quanto pudesse corresponder aos grandes surtos da vida moderna. Daí, o advento da Comissão Legislativa, dividida em Subcomissões especializadas e

incumbidas de rever e reformar toda a legislação pátria, de modo a adaptá-la aos modernos conceitos do direito, nas suas diversas modalidades. Essa importante iniciativa, cujos resultados, em futuro próximo, serão conhecidos, exteriorizou-se no Decreto n. 19.684, de 10 de fevereiro deste ano, pelo qual o país teve, também, conhecimento dos nomes dos consagrados cultores das letras jurídicas, encarregados de levar a efeito obra de tamanha magnitude.

#### **- Supremo Tribunal Federal**

O Supremo Tribunal Federal recebeu os primeiros benefícios do Governo Provisório, com o Decreto n. 19.656, de 3 de fevereiro deste ano. As medidas nele tomadas tinham caráter transitório. Embora de emergência, impunham-se, em face de inúmeros fatores que, desvirtuando a finalidade da nossa mais alta Corte de Justiça, acarretavam, ainda, o acúmulo de processos paralizados, com grave dano aos interesses públicos e privados. Justifica-se, assim, a expedição do citado Decreto, destinado a reorganizar, provisoriamente, o Supremo Tribunal Federal e a estabelecer regras para abreviar os seus julgamentos. Os frutos colhidos com tal medida podem ser apreciados no quadro abaixo. Comparando os respectivos dados, verifica-se que as causas julgadas nos meses de abril a agosto de 1931 excedem em 575 o número correspondente a igual período de 1930.

Causas Julgadas:

MESES	ANOS	
	1930	1931
Abril	100	203
Maió	146	250
Junho	137	272
Julho	94	268
Agosto	149	208
Totais	626	1.201

Finalmente, com o Decreto n. 20.106, de 13 de junho último, o Governo Provisório modificou e completou a organização provisória do Supremo Tribunal Federal, estabelecendo várias providências sobre o processo na Justiça Federal.

#### **- Justiça Local do Distrito Federal**

O primeiro ato do Governo Provisório, aquele que o instituiu, o Decreto n. 19.198, de 11 de novembro de 1930, outorgando-lhe, em toda a sua plenitude, o exercício discricionário das funções executivas e legislativas (art. 1º), conservou o Judiciário entregue ao seu próprio sacerdócio e manteve a vigência das Constituições Federal e Estaduais e as relações de direito privado (arts. 3º e seguintes), condicionando-as, entretanto, a modificações e restrições que as circunstâncias aconselhassem. Estas modificações e restrições valiam por uma promessa que se verificou mais tarde, por vários atos, destacando-se, entre outros, o que reformou a Justiça Local, inspirado no critério de entregar a Justiça a si própria, mesmo quanto à escolha dos seus magistrados. A lei n. 5.053, de 6 de novembro de 1926, havia determinado que os julgamentos, na Corte de Apelação, seriam secretos. Contra essa anomalia e para maior respeito aos julgados, o Governo Provisório, pelo Decreto n. 19.397, de 11 de novembro de 1930, adotando a primeira modificação prometida, restituiu aos interessados o sagrado direito de assistência aos julgamentos dos feitos ajuizados. Sete dias depois, reorganizando a Corte de Apelação e dando várias outras providências, foi sancionado o Decreto n. 19.408, destinado a prover a Justiça Local de melhor funcionamento, a pautar de maneira equitativa a distribuição dos feitos, normalizar o desempenho dos cargos judiciários e diminuir os onus aos litigantes, em busca do ideal de justiça gratuita. O Decreto n. 19.408 foi expedido em caráter provisório, como remédio, senão específico para os males de que se ressentia a Justiça Local, ao menos como analgésico. Aliás, uma das Sub-Comissões Legislativas estuda, atualmente, revendo os regimentos respectivos, a adoção de um regime de custas que transforme em realidade o postulado de direito - "Justiça ao alcance de todos". O Tribunal popular, consagrado por todos os povos cultos para apreciação e julgamento de certos delitos, em que o fato, suas minúcias e circunstâncias superam as relações de direito, foi também focalizado

pelo Governo Provisório. Examinando a legislação vigente, verificou-se que os acusados, submetidos aos julgamentos do Tribunal do Júri, estavam com sua defesa cerceada pela proibição contida no parágrafo único do art. 94 do Decreto n. 16.273, de 20 de dezembro de 1923 (Organização Judiciária), e reproduzida no art. 384 do Decreto n. 16.571, de 31 de dezembro de 1924 (Código do Processo Penal). Por tal dispositivo, o Tribunal Popular não poderia admitir a derimente de enfermidade mental ou privação de sentidos, sem prévio exame pericial do acusado. O Decreto n. 19.436, de 27 de novembro de 1930, suspendendo a vigência desse dispositivo, restituiu aos acusados a plenitude de sua defesa.

O Decreto n. 19.720, de 20 de fevereiro, efetivou, por sua vez, a promessa esboçada na Lei Orgânica de 11 de novembro, outorgando à própria justiça local a escolha dos seus defensores, com a criação da Comissão de Classificação incumbida de indicar ao Governo aqueles que devem ser os seus órgãos de defesa e representação.

#### **- Polícia Civil do Distrito Federal**

À Polícia Civil da Capital Federal, honrando os princípios norteadores do movimento nacional de 3 de outubro, redimiou-se, perante a opinião pública, no decurso dos últimos onze meses, dos erros que lhe pesavam de muitos anos. Desprestigiada e envelhecida pelas deformações por que passara, sob as velhas praxes políticas, a Polícia Civil, tal como a encontrou a Revolução, era dos departamentos que mais urgentes remédios reclamavam e aquele que mais baixo descera, incontestamente, no conceito geral do país.

Incontrastável na sua vontade sem peias, manobrada pela malícia facciosa, constituída pela recolta do vício e da corrupção, ela deixára, havia muito, de ser o aparelho da ordem, para se transformar numa organização terrorista, cuja fama já se estendia, com o prestígio das cousas sinistras, para além, mesmo, das nossas fronteiras.

Em dois sentidos se orientou a ação do Governo Provisório na Polícia Civil: - no sentido moral, de higienização do ambiente, e no sentido material, de realizações eminentemente práticas.

O primeiro se operou pela substituição intransigente dos elementos corruptos por outros de idoneidade comprovada, providência elementar, sem a qual se inutilizariam todos os esforços para grangear-lhe a confiança pública. Modificada a mentalidade policial, outra medida, porém, se impunha: subtrai-la às influências subalternas, fossem de caráter político ou não, afim de que não viesse a sofrer, com o correr dos dias, novas deformações e desvios. Para consegui-lo, nada mais aconselhável do que abrir as suas portas, como se fez, à crítica independente da opinião. Essa crítica vem se exercendo livremente, e, por ela, precisamente se pode renhecer que a Polícia Civil do Distrito Federal já preenche, com satisfatória eficiência, a sua alta finalidade social.

É preciso salientar, porém, que, tècnicamente, o aparelho policial do Distrito ainda não corresponde às exigências do meio o qual se destina a agir. O que dependia do esforço pessoal, da boa e honesta administração, foi alcançado. Faltava, pois, adaptar o órgão ao desempenho integral da sua função o que se teve em vista realizar com a reforma consubstanciada no ante-projeto entregue ao Governo Provisório em 9 de setembro último e logo divulgado para receber sugestões. Nesse trabalho, que atende a todos os problemas morais, materiais e técnicos da instituição, colaboraram esforçada e patrioticamente os mais ilustres representantes da cultura brasileira, sem distinção de credos políticos, escolhidos pelo exclusivo credito da capacidade.

No ante-projeto aparecem, como se poderá verificar, medidas de alta relevância.

A criação dos Juizados de Instrução Criminal e dos Tribunais de Polícia satisfaz velhas exigências do nosso progresso e cultura social. Pelos primeiros, ficará banido do processo penal vigente o absoleto inquérito policial, causa de impunidades e injustiças flagrantes. Além disso, os Tribunais de Polícia efetivarão a promessa revolucionária de facilitar às classes menos favorecidas o acesso direto à justiça, nem sempre ao alcance do pobre.

Sobre um sistema assente em base de rigor científico, a reforma da Polícia abrange e resolve uma série de problemas complexos para a ordem pública e a segurança social. Instituem-se, com ela, a Prefeitura de Polícia e a polícia de carreira, mediante a formação do policial-técnico. O Distrito Federal ficará dividido em oito circunscrições territoriais e 28 distritos. Na parte de organização propriamente técnica, os encargos policiais se dividirão por entre quatro serviços auxiliares, dois serviços anexos, uma Inspetoria de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, um Instituto Médico Legal e um Conselho de Polícia. Do primeiro grupo fazem parte cinco Inspetorias, a saber: de

Investigações Científicas, cujo principal escopo será a transformação dos atuais processos de prova criminal, relegando para segundo plano a prova testemunhal e substituindo-a pela prova judicial e técnica; a criação do exame antropológico do delinquente, para determinação do tratamento penalógico adequado; a assistência técnica aos interrogatórios; a Inspeção de Ordem Pública e Social, reunindo diferentes serviços, hoje desagrupados e cuja fusão a experiência aconselha; a Inspeção de Fiscalizações, com seus regulamentos de Censura, Penhores, Publicações, Propaganda, Armas, etc.; a Inspeção de Entorpecentes e Mistificações, amparada por um regulamento que vem ao encontro de antiga exigência de profilaxia social; a Inspeção de Vigilância Funcional, órgão de correição e salvaguarda dos interesses públicos; a Diretoria do Trânsito, emancipada da dependência da 1ª Delegacia Auxiliar e ampliada em moldes que lhe assegurem maior eficiência para atender às necessidades sempre crescentes do tráfico urbano; o Instituto de Identificação, destinado a ser, no gênero, um aparelho completo e modelar. O segundo grupo é constituído pela Casa de Detenção, que volta a pertencer à Polícia, e pela Escola, base de todo sistema, assegurando a perfeita seleção do elemento pessoal, na futura organização da Polícia.

A Polícia Marítima será por sua vez federalizada, melhor satisfazer os seus objetivos.

O Instituto Médico Legal, dotado de um novo regulamento de autópsias, compreenderá um curso de aperfeiçoamento para os médicos legistas, realizável de dois a dois anos. Suas portas se abrirão ao ensino da medicina legal e as suas perícias, sempre que necessárias, serão esclarecimento da justiça, ficarão sujeitas à revisão de um conselho superior-técnico.

O Conselho de Polícia fecha o sistema, como cúpula natural e necessária. Constituído por um Ministro do Supremo Tribunal Federal e um do Supremo Tribunal Militar, por um Desembargador da Corte de Apelação, um Promotor de Justiça, um membro do Instituto da Ordem dos Advogados, um professor de direito e um representante da própria corporação policial, será, pelas suas atribuições fiscalizadoras, a garantia do regular funcionamento do novo aparelho.

#### **- Ministério da Fazenda**

A situação geral, no advento do Governo Provisório, parecia não permitir qualquer outro programa de ação que não fosse atender à premissa de necessidades gravíssimas e inadiáveis.

#### **- Situação Econômica e Financeira**

Economicamente, o país caíra em verdadeiro colapso. A retenção prolongada de café nos reguladores paulistas obstruía literalmente os mercados nacionais, impedindo os lavradores de vender, ou, sequer, de cauciomiar o que produziam. Em consequência, cessaram eles os seus pagamentos aos próprios colonos, e, por tal motivo, os comerciantes do interior, privados de receber o que já haviam adiantado, colocaram os atacadistas em dificuldades extremas, que se refletiram, por seu turno, nas indústrias, paralisando o respectivo movimento.

A urgência de restabelecer o ritmo de nossa vida econômica determinou a providência da compra dos stocks, a qual permitiria o livre escoamento das safras futuras. Com essa medida, esperavam-se dois efeitos: um interno, que era o de restituir o crédito ao lavrador, restaurando, portanto, aquele ritmo, interrompido, e outro, externo, que era o de restabelecer a confiança nos mercados consumidores pela cessação de qualquer intervenção nos mercados exportadores, favorecendo-se, assim, a reconstituição dos stocks anteriores à valorização, o que aumentaria, senão o consumo efetivo, pelo menos, o consumo comercial do café.

O primeiro efeito foi plenamente conseguido. A posição da lavoura, por certo, não é folgada, dados os compromissos de que se achava sobrecarregada, mas foi-lhe, afinal, restituída a liberdade de movimento, e a vida econômica do país recomeçou com auspiciosa atividade. O segundo efeito, porém, não foi alcançado, em virtude de condições perturbadoras que ainda têm prevalecido nos nossos mercados exportadores.

Convém salientar que, a despeito da situação gravíssima que atravessamos, esta vultosa compra se liiciou sem empréstimos e sem emissões e prossegue, agora, com o produto de duas operações baseadas sobre a parte de café já adquirida e não sobre os recursos próprios do Tesouro.

Financeiramente, os recursos existentes no Tesouro, além de meramente nominais, não deram, sequer, para satisfazer os débitos atrasados. Foi necessário, por isso, autorizar uma emissão de 300.000.000\$, de títulos de 7%, emissão essa, entretanto, da qual só em parte se utilizou o Governo e

não para pagamento de suas despesas ordinárias, mas, exclusivamente, para satisfação da dívida flutuante e concessão de auxílio aos Estados mais necessitados.

Não bastava, porém essa providência. Era necessário atender às prestações da dívida externa, e isso constituía um duplo problema porque nem havia recursos em papel para satisfazê-las, nem convinha, quando os houvesse, sobrecarregar o Tesouro com as suas necessidades o mercado cambial, já então muito pesado.

Nos últimos tempos, com efeito, o Governo deposto, tendo esgotado os recursos do país na sustentação da taxa cambial, procurára encobrir o inevitável fracasso com a concessão do monopólio da compra de cambiais ao Banco do Brasil.

A existência dêste monopólio determinára, virtualmente, a paralização do movimento cambial, pois que, não encontrando o Banco do Brasil letras suficientes para as necessidades oficiais e as suas próprias estava impedido de suprir convenientemente o mercado, que, assim, teve de adiar as suas necessidades durante cêrca de dois meses.

Semelhante situação era, claramente, insustentável, não só porque viria, afinal, a impedir qualquer importação, como, também, porque prejudicava a nossa própria exportação, uma vez que a diferença entre a taxa real do mercado e a taxa imposta pelo Banco do Brasil, nas suas compras, constituía um verdadeiro imposto, que ainda mais sobrecarregava os nossos produtos super-tributados.

Cumprindo, por isso, restabelecer a liberdade do mercado cambial, tomou o Governo a cautela de mobilizar previamente o ouro que ainda existia no país, afim de evitar que, com uma simultânea e exagerada procura de cambiais, caíssem as taxas bruscamente a um nível muito inferior àquele que nominalmente vigorava.

Suprimida, por tal forma, a concorrência do Banco do Brasil e do Tesouro, ficou o mercado cambial reservado exclusivamente às necessidades, aliás muito tempo reprimidas, do comércio, e as taxas cambiais, em vez de caírem bruscamente, foram declinando com lentidão, dando tempo a um relativo ajustamento.

A mobilização do ouro da Caixa de Estabilização não permitiu apenas que o Governo atendesse às prestações imediatas da dívida externa, conservando-se três meses afastado do mercado cambial, mas deu-lhe, por igual tempo, a disposição plena da totalidade das rendas, inclusive dos vales ouro liberados daquela finalidade, habilitando-o, assim, a fazer face a todas as dificuldades e a alcançar a folga momentânea de que tanto necessitava.

#### **- Decréscimo de Rendas**

As rendas, porém, recolhiam-se em proporção inferior àquela em que tinham sido calculadas, e, para evitar reincidência em novos apertos, resolveu o Governo proceder à revisão do seu orçamento, de modo a comisequir o imprescindível equilíbrio entre a receita e a despesa.

Para avaliar o esforço com que se atingiu, afinal, este resultado, bastará recordar que, comparado com o orçamento de 1930, o orçamento revisto em maio de 1931 apresenta uma diferença a menos de 799.684:989\$707, à qual se chegou, nos dois orçamentos publicados, da maneira seguinte:

Redução de despesas	423.114:989\$707
Majoração de impostos	376.570:000\$000
TOTAL	799.684:989\$707

Obtido o resultado aludido, a situação do Tesouro ficou completamente regularizada: em relação ao presente, porque o Govêrno tinha saldos no interior e no tcrior para acudir a todos os seus compromissos imediatos; em relação ao passado, porque nenhuma dívida processada e exigível restava a pagar; em relação ao futuro, porque se alcançara, afinal, o equilíbrio orçamentário, equilíbrio, aliás, que se vem mantendo honestamente, conforme demonstram os balancetes mensais publicados.

Não se limitou, porém, o Governo a regularizar a sua própria situação. Socorreu, ainda, vários Estados da Federação e a Prefeitura do Distrito Federal com cerca de 129.000:000\$; forneceu, por intermédio do Banco do Brasil, 150.000:000\$ para compra do stock de café; atendeu, servindo-se da Carteira de Redescontos, a muitos estabelecimentos em posição momentâneamente apertada; normalizou, enfim, a vida bancária em todo o país, restituindo-lhe uma tranquilidade que há muito não

gozava e que se refletiu na redução da taxa de juros de 12% até ao mínimo de 5,5%, que tem sido concedida para muitos negócios nesta praça.

Ao mesmo tempo que resolvia o caso do Tesouro, tinha o Governo que atender à situação do Banco do Brasil, cuja caixa passára, em dois meses, de mais de 500.000:000\$, a menos de 132.000 e cujo crédito mio exterior sofria, igualmente, os efeitos de uma crescente desconfiança.

A posição do Banco foi rapidamente restabelecida, tanto interna como externamente, tendo sido contraído em Londres o empréstimo de £ 6.550.000, que adiante terá mais detalhada referência.

Convém, de novo, repetir que, para alcançar estes resultados, o Governo não emitiu uma só nota, nem tão pouco se utilizou do restante da emissão de 300.000 :000\$ autorizada pelo Governo anterior ou da que poderia fazer por conta da Carteira de Redescontos.

### **- Câmbio**

A solução oportuna dos problemas mais urgentes da administração, tanto sob o ponto de vista financeiro, como sob o ponto de vista econômico, não se refletiu, infelizmente, nas cotações cambiais, que continuaram a baixar, a-pesar-da melhoria da situação do país.

A explicação desta aparente anomalia é a seguinte: a administração passada esgotou o nosso crédito, contraindo empréstimos que somaram - 43.673.500 e 142.780.000; dissipou as nossas reservas, remetendo ou forçando a remessa para o exterior de mais de £ 33.000.000; e enfraqueceu ainda mais a economia do país, deixando um descoberto cambiário que não pode ser calculado em menos de £ 14.000.000, dos quais £ 11.000.000 corriam pela Carteira do Banco do Brasil.

Se, normalmente, a nossa balança de pagamentos é deficitária, bem se pode imaginar o efeito de urna tal sobrecarga, excedendo em muito o saldo médio de nossa balança comercial, num ano de crise profunda e profunda desconfiança, como o que ora atravessamos.

Tudo isto, entretanto, poderia, talvez, ser vencido se não fôra a baixa verificada nos preços do café, baixa que, de começo de novembro até hoje, excede de 40% nos preços de Nova York.

Com a nossa produção desvalorizada, sem recursos, sem crédito, sem possibilidade de auxílio externo ou interno, em plena crise universal de gravidade sem precedentes, como poderia o Governo conseguir mais do que atenuar as consequências de um tremendo e inevitável desastre, compensando com a dignidade dos seus esforços a extravagante dissipação da administração anterior?

Era natural que a aparente ineficácia dos remédios aplicados gerasse o desânimo no espírito dos impacientes. Vozes diversas se fizeram ouvir reclamando a moratória sob qualquer de suas formas. Entretanto, se tivesse havido um prematuro desfalecimento, não teríamos tido, nem mesmo sob o ponto de vista material, qualquer vantagem apreciável. De fato, nesta hipótese, não teríamos, certamente, realizado o empréstimo de £ 6.550.000, não nos livrando, todavia, a obrigação de pagar a dívida correspondente do Banco do Brasil, afim de evitar-lhe irremediável descrédito; não teríamos, outrossim, realizado o empréstimo de £ 1.350.000, taxa de juros excepcionais de 5%; nem tão pouco teríamos efetuado a troca de trigo que diminuirá as nossas remessas de cerca' de £ 3.000.000, além de nos fornecer recursos em papel e fretes para o Lloyd, livrando-nos, ainda, de consideráveis despesas de mazeflagem.

Em nove meses, em resumo, aliviámos em £ 10.900.000. O nosso mercado cambial, quando, se tivéssemos suspenso os pagamentos não teríamos atingido a £ 12.000.000 no fim de doze meses. Não será sem interesse lembrar, a propósito daquelas três operações, que todas se fizeram sem comissões de intermediários e, até mesmo, sem qualquer outro dispêndio para o país, o que é, talvez, sem precedentes na história das nossas operações financeiras.

O Governo, assim, preferiu perseverar nos seus esforços para o cumprimento integral de todos os seus compromissos, não se comprometendo, entretanto, em operação alguma ruinosa, para manter o seu ponto de vista.

Tendo trabalhado para este fim com firmeza, pode, hoje, na hora da provação extrema, comparecer diante do país com a consciência de ter cumprido o seu dever sem nenhuma vacilação. Não pagar não é, nem pode ser, um programa. É uma contingência infeliz, que se pode prever, mas que não é lícito preparar.

A esta contingência chegámos, numa hora trágica para o Universo, com o orçamento federal equilibrado e a economia geral do país em franco restabelecimento, sem haver emitido uma só nota de papel moeda, sem ter recorrido a qualquer operação que venha a onerar diretamente o Tesouro.

### - O Legado Recebido

A evidência da irresponsabilidade do Governo atual que resulta da simples enunciação destes fatos, não impede, contudo, que seja feita uma rápida referencia à natureza do legado que êle recebeu.

As contas do quadriênio passado encerraram-se com um deficit de 1.323.000.000\$, agravado pelo indesculpável deslize moral da afirmação, por parte do Governo, de constantes saldos orçamentários.

Para este total concorreram:

O exercício de 1927, com o deficit verificado de	155.517:532\$183.
O exercício de 1928, com o deficit verificado de	145.774:513\$999
O exercício de 1929, com o deficit verificado de	189.876:537\$159
O exercício de 1930, com o deficit verificado de	832.590:506\$196
	1.323.759:089\$537

Para atender a este deficit, realizaram-se as seguintes operações extraordinárias:

1927	Empréstimos de £ 8.750.000 e £ 41.500.000	702.241:456\$603
	Emissão de apólices (líquido)	44.123:486\$674
1928	Emissão de apólices	75:000\$000
1930	Encampação de emissão do Banco do Brasil creditada em conta do Tesouro	592.000:000\$000
		1.338.439:943\$277

O Governo passado portanto aumentou a divida interna e externa do pais em 1.338.439:943\$277. A circulação do papel moeda teve um aumento de 170.000:000\$, parte da emissão de 300.000:000\$, autorizada ao Banco do Brasil, e a responsabilidade do Tesouro, na circulação total, aumentou de 592.000:000\$, pela encampação das notas do Banco do Brasil.

Convém não esquecer que, apesar dos recursos obtidos por essa encampação, então recente, o Governo passado legou ao atual cerca de 130.000.000\$ de dívidas a pagar.

Quanto ao câmbio, cuja estabilização constituía a preocupação constante daquela administração, as taxas puderam ser mantidas, graças, principalmente à entrada de ouro obtido por empréstimos externos da União, dos Estados e das diversas Prefeituras, na importância de 43.678.500 e \$142.780.000. Nos últimos tempos, porém, a despeito desta enorme afluência de ouro e de remessas, igualmente vultosas, de empréstimos particulares a situação tornara-se precária e foi necessário passar ao recurso dos expedientes. Fizeram-se, então, consignações de café, por intermédio de duas firmas, uma de Santos, outra do Rio, não estando ainda apurado o prejuizo total de tais operações. Remeteram-se em ouro amoeadoado ou em barras £ 26.448.662. A esta soma é, aliás, preciso juntar as remessas de ouro que o Governo Provisório foi obrigado a fazer em consequência de compromissos do Tesouro ou do Banco do Brasil, assumidos pelo Governo anterior, inadiváveis, e que não poderiam ser cumpridos de outra maneira. Tais remessas foram:

Do Governo Federal (Caixa de Estabilização)	£ 3.164.258.0.2
Do Banco do Brasil	£ 4.376.980
TOTAL	£ 7.541.238.0.2

A soma total de ouro remetido para sustentação do câmbio foi, pois, de £ 33.989.900.

Não bastou, porém, este duplo sacrificio. O Banco do Brasil tinha créditos, no exterior, somando cerca de £ 5.000.000, e não só os esgotou, como, ainda, largamente os excedeu. Em determinado período, mais precisamente, em 5 de abril de 1930, o débito externo do Banco chegou, mesmo, a atingir a soma inverossímil de £ 18.211.000. Quando o Governo Provisório assumiu o poder, o descoberto era de £ 7.324.086. Compradas no mercado cambial cerca de £ 800.000, restavam, ainda, £ 6.500.000, e para saldar este débito teve o Banco que contrair, às pressas, sob a responsabilidade do Governo Federal, um empréstimo de £ 6.550.000 com os seus correspondentes de Londres N. M. Rothschild & Sons. Este empréstimo, que deveria começar a ser amortizado em junho,



teve as suas prestações prorrogadas por mais seis meses cada unha, e é, hoje, a única responsabilidade, das que resultaram da política de estabilização, do Governo passado, que resta a liquidar a única, não falando nas operações do café acima mencionadas e cujo prejuízo não está apurado.

Desta forma, a estabilização tinha de fracassar, como fracassou, principalmente pela sua má execução. Nos últimos tempos do Governo decaído, isso se tornara evidente. Mas, a mentira oficial porfiava em mascarar a realidade, sempre fugidia e imperceptível nas mensagens e relatórios. A Nação continuaria iludida, até 15 de novembro de 1930, se a revolução não explodisse. Nem tudo pôde ser esclarecido ao iniciar-se o Governo Provisório, e, ainda hoje, restam ocorrências e compromissos obscuros.

Prova evidente de que a taxa escolhida para a estabilização do valor da moeda não era real ressalta do fato do Governo passado para sustentá-la artificialmente, obrigar o país a enormes sacrifícios, de que estamos sofrendo as consequências, quando o lógico seria não a manter, desde que a experiência demonstrara o erro da sua fixação inicial. A nossa exportação ficou paralizada. A importação, na qual predominou a entrada de objetos de luxo de consumo suntuário, aumentou a tal ponto que, no exercício de 1929, o saldo da nossa balança comercial caiu consideravelmente.

#### **- A Liquidação do Stock Ouro**

Neste capítulo das responsabilidades herdadas do Governo passado há, certamente, um lugar para a história inverossímil da liquidação de 17 de outubro, no Banco do Brasil.

Por essa ocasião, devia o Governo passado ao Tesouro, a importância de 517.563.1347 e necessitava, com urgência, de novos recursos.

A lei de estabilização, de 18 de novembro de 1926, tinha autorizado a encampação da emissão do Banco do Brasil, afim de que o ouro que a garantia passasse para a propriedade do Governo Federal e pudesse ser utilizado como massa de manobras para sustentação das taxas cambiais.

Sem embargo desta dupla limitação, no uso da emissão em que, afinal, se resolvia a encampação e na utilização do ouro que por ela se devia adquirir, mandou o Governo que lhe fosse creditada a totalidade da emissão; e, ao mesmo tempo, fazendo-se debitar pelo valor do ouro, em ato continuo o revendia ao próprio Banco do Brasil, pelo mesmo preço, creditado na mesma conta.

Por esta forma engenhosa, a encampação resolvia-se numa emissão pura e simples, para pagamento de deficit orçamentário, não existindo para o Tesouro a contra-prestação de que êle legalmente dependia.

No parou, porém, nisso a irregularidade do ato.

Os dez milhões de libras do Banco do Brasil lhe tinham sitio vendidos por 300.000:000, menos do que então valiam, com a condição de voltarem ao Tesouro, pelos mesmos 300.000:000FÇ dez anos depois, se não fosse renovado o contrato com o Banco.

O Governo, porém, comprou os dez milhões por 406.800:000, isto é, perdeu 106.800:000\$ na compra; e vendeu-os pelos mesmos 406.800:000\$, perdendo, ainda, na venda, a diferença entre esse valor e o que tinham na ocasião, em virtude da baixa do câmbio. Neste vai e vem, o prejuízo do Tesouro não foi menor de 150.000:000\$.

A-pesar-de tudo, muito pouco restaria ainda ao Governo, de tal operação, e, por isso, foi ela completada com a divisão do fundo de resgate e conversão do papel moeda existente no Banco. Êste desvio de fundo de resgate pode ser, praticamente, considerado como uma emissão de papel moeda, na importância considerável de 228.789:965908. Completados, assim, os lançamentos, saldou o Governo passado o seu débito de 517.563:134\$731 e ainda ficou, conforme necessitava, com um saldo de 188.831:848233.

#### **- Missão Niemeyer**

Ao mesmo tempo que removia as dificuldades imediatas de uma situação francamente ruinosa, não se descuidou o Governo Provisório de procurar uma solução definitiva para o nosso renitente problema financeiro. Para auxiliá-lo nessa tarefa ingente, obteve dos nossos correspondentes em Londres - Snrs. N. M. Rothschild & Sons, a vinda de um perito inglês, Sir Otto Niemeyer, a quem uma posição técnica e política de alto destaque dava a autoridade de quasi embaixador financeiro do Império Britânico.

Os resultados a que chegou esse notável perito constam de um relatório que teve larga repercussão em todo o mundo financeiro. Deles só temos que nos desvairar, pois as medidas sugeridas são, em linhas gerais, as mesmas que constituem o programa do Governo Provisório.

Se chegarmos a fundar o Banco Central de Reservas e se por ele atingirmos a estabilização de nossa moeda, como o prevê o perito e, de fato, apenas depende de nossa energia, teremos realizado o sonho de muitas gerações de brasileiros, dando à nossa economia a base de que ela absolutamente necessita.

#### **- A Situação Atual**

A situação do Tesouro, internamente, se acha bem regularizada. Estão sendo reunidos os elementos precisos para o orçamento federal e foram dadas, igualmente as providências necessárias para a organização dos orçamentos estaduais e dos principais projetos. A Comissão de Compras vem exercendo, com eficiência, as suas funções, tendo sido notáveis as economias por ela determinadas. As rendas mantêm-se não muito longe da previsão orçamentária. Foi criado e começará, sem demora, a funcionar o Conselho dos Contribuintes, velha e justa aspiração das classes conservadoras do país e cuja função principal será reconciliar o fisco com os contribuintes. A contabilidade pública vai ser simplificada com a adoção do sistema da gestão financeira e prosseguem os estudos para reorganização completa dos serviços do Tesouro.

Contudo, tornou-se ainda mais árdua do que nunca a tarefa do Governo Provisório.

Há que prosseguir de maneira inflexível no plano já traçado, na manutenção do equilíbrio orçamentário, na realização gradual de todas as reformas recomendadas, recentemente, por Oito Niemeyer. Essas medidas devem ser estendidas, com urgência, a todos os Estados, no que lhes tocar, consolidando-se as respectivas dívidas, sob o controle e, quiçá, sob a responsabilidade da União.

As importâncias não remetidas para o serviço das dívidas externas deverão ser aplicadas no resgate de papel moeda, na aquisição de apólices e, quando o câmbio o permitir, na compra de títulos da nossa dívida externa de mais baixa colocação. A este respeito, porém, só poderá ser tomada uma decisão definitiva depois de concluído com os credores o necessário acordo, o qual está, apenas, na sua fase inicial.

É de esperar que os esforços que já fizemos e a determinação sincera em que estamos facilitem os termos deste entendimento, de natureza tão complexa e melindrosa, e que ele, afinal, se conclua sem nenhum sacrifício dos interesses nacionais.

#### **- Ministério das Relações Exteriores**

A ação do Governo Provisório na pasta das Relações Exteriores, durante os onze meses decorridos, está representada por toda uma série de medidas e fatos de relevo indiscutível.

O reconhecimento da sua autoridade pelas demais nações deu início à sua ação no domínio internacional. No desempenho de tão delicada tarefa, nada lhe podia ser mais desvanecedor do que a confiança de que, desde logo, se viu cercado por parte de todos os governos estrangeiros.

#### **- Relações Internacionais**

Reintegrado no convívio internacional, coube ao Brasil, logo de começo, uma iniciativa de que sempre se há de felicitar e com a qual teve a fortuna de promover o reatamento de relações entre dois povos irmãos e amigos nossos o Uruguai e o Perú - que circunstâncias ocasionais haviam extremado por um momento.

A solicitude com que as chancelarias de Lima e de Montevidéu atenderam ao apelo feito aos sentimentos americanistas de que ambas as partes sempre deram as mais sobejas provas, veio, mais uma vez, mostrar a elevação das intenções dos dois governos. Seus nobres propósitos ficaram patenteados na ata que, a 19 de novembro do ano próximo passado, no Palácio do Catete, perante o Chefe do Governo Provisório, os respectivos plenipotenciários subscreveram, devidamente autorizados por seus governos, aceitando formalmente os bons ofícios que lhes ofereceramos.

Como expressão do nosso inalterável espírito de cordialidade, que sempre nos animou, em relação ao ajustamento dos laços de confraternização americana, fazemos votos para que todas as nações do Continente, aproximadas pelo mesmo ideal de colaboração, compareçam à VII Conferência Internacional Sul Americana, convocada para dezembro do ano vindouro, em Montevidéu.

O Centenário do Juramento da Constituição do Uruguai, celebrado com cerimônias de caráter internacional, em dezembro do ano último, veio pôr em evidência essa cordialidade. Testemunhando nossa amizade, enviámos a Montevidéu uma Embaixada Especial, sob a chefia do Dr. Maurício de Lacerda. Foi, então, escolhido êsse momento de alta significação na América, para inaugurar-se a Ponte Mauá, que liga o território brasileiro ao uruguaio, por sôbre o rio Jaguarão.

O Dia Pan-Americano, instituído pelo Decreto a. 19.685, de 10 de fevereiro último, do Govêrno Provisório, deu-nos ensejo de manifestar a nossa solidariedade com as demais nações do Continente, nas comemorações várias com que a data foi pela primeira vez celebrada entre nós.

Embora modestas, não foram menos significativas as expansões de americanismo com que se reverenciou, no Brasil, pelo Govêrno ou pela imprensa, a memória de Bolívar e de Monroe, quando da comemoração dos centenários da morte desses preclaros americanos, ocorridos, respectivamente, a 17 de dezembro do ano passado e a 4 de julho deste.

Afim de dar melhor aplicação ao patrimônio instituído pela Convenção modificativa do Tratado de 22 de julho de 1918, assinada em Montevidéu a 16 de fevereiro de 1928, pelo Brasil e o Uruguai, para o intercâmbio espiritual entre as duas nações, resolveu o Govêrno Provisório, pelo Decreto n. 20.113, de 16 de junho do corrente ano, que o programa anual para a execução das respectivas disposições convencionais seja elaborado à luz de sugestões que, em época própria, forem feitas pelos institutos de ensino e associações de caráter científico e artístico ou educativo de ambos os países.

Muito há de concorrer para a aproximação, cada vez maior, entre brasileiros e uruguaio, essa troca anual de visitas de expoentes da cultura e da inteligência dos dois povos irmãos.

Inspirados pelos mesmos sentimentos, precisam ser aqui mencionados pela alta expressão, que assumem, de fraternidade continental, os voos do “Duque de Caxias” e de uma esquadrilha de hidroplanos de nossa Armada, aquele às nações latinas desta parte do mundo e êste à República Argentina, por ocasião das festas de 9 de julho, e ao Uruguai. Essa esquadrilha trouxe, de regresso, aviadores argentinos e uruguaio, que receberam amistoso acolhimento e expressivas homenagens dos colegas brasileiros.

Desse espírito de cordialidade, que sinceramente nos anima em nossas relações com os demais povos, foi prova eloquente o havermos resolvido, sem o menor incidente, os muitos casos de brasileiros que buscaram refúgio e asilo nas sedes das Embaixadas e Legações acreditadas nesta Capital, ao triunfar o movimento revolucionário na manhã de 24 de outubro.

Visitas oficiais de inquestionável repercussão política vieram, também, assinalar o corrente ano de administração.

Ao Govêrno Provisório coube a honra de receber, em nome do país e de homenagear SS. AA. RR. o Príncipe de Gales e o Príncipe Jorge, da Inglaterra, o General Ítalo Balbo, Ministro da Aeronáutica da Itália, e os outros intrépidos vencedores do “raid” aéreo Orbetelo-Rio.

Esses ilustres hóspedes puderam sentir, através do cordial acolhimento e das justas manifestações que lhes tributámos, todo o calor da tradicional amizade que prende a nossa às suas grandes pátrias.

#### **- Intercâmbio Comercial**

A política econômica, pela qual o Govêrno Provisório se vem tão vivamente interessando, no domínio internacional, iraduz-se nos acordos comerciais que, mediante concessões recíprocas, estamos celebrando com outros povos e de que hão de surtir benefícios para os negócios das partes contratantes.

Esses acordos são a fórmula mais inteligente e apropriada para garantir, entre os povos, neste período de recomposição das forças econômicas, uma reciprocidade oportuna, que prepara o caminho para outra mais segura e mais ampla.

Por meio de tais instrumentos, duas ligações põem desde logo, em execução, por simples troca de notas, um regime de intercâmbio, que os tratados e comércio só lhes assegurariam após longas negociações e penosos debates nos parlamentos.

O “modus vivendi” que, a título provisório, regia, desde 1900, as nossas relações comerciais com a França e que fôra por essa nação amiga denunciado a 25 de abril último, teve os seus dispositivos prorrogados por notas trocadas a 9 de setembro próximo findo, entre a nossa Chancelaria e a Embaixada daquela República, antes do vencimento do prazo para que a denúncia se tornasse

efetiva. Novo acôrdo, mais amplo, está em negociações para substituir êsse, de emergência, que nos continúa a ligar à França no domínio da diplomacia comercial. Esperamos que, em futuro ajuste, se possam harmonizar, perfeitamente todos os interesses em jôgo.

Com a Grã-Betana e a Holanda foram concluídos, respectivamente a 11 e a 16 de setembro últimos, acordos comerciais de visível alcance para as nossas relações com êsses povos.

Outras convenções dêsse gênero está o Governo Provisório pronto a negociar com os demais países, a cujos representantes já o Ministério das Relações Exteriores expediu circular, enviado-lhes o texto de acôrdo comercial recomendado pela Liga das Nações, baseado na reciprocidade do tratamento geral e incondicional de nação mais favorecida. O Decreto n. 20.380, de 8 de setembro último, por meio do qual o Governo Provisório mandou proceder à revisão das tarifas das alfândegas, vai facilitar muito essa obra em que estamos empenhados. Os acôrdos comerciais, um dos pontos precípuos da plataforma do candidato da Aliança Liberal, serão instrumentos de cooperação e de bom entendimento comercial do nosso com os demais países. Propondo uma fórmula geral de ajustes dessa natureza, não nos furtamos, todavia, a considerar o caso das nações que, por vizinhas e afins da nossa, têm conosco problemas particulares, que é mister levar em linha de conta.

Esses, em rápida resenha, os principais fatos e atos que interessam à vida política do país, na esfera internacional, durante o período em aprêço.

#### **- Medidas Administrativas**

No que concerne prôpriamente à administração, o Governo Provisório efetuou, nesta Secretaria de Estado, grandes reformas e tomou várias providências todas já divulgadas e através das quais se pôde bem avaliar a sua obra nesse domínio.

Relativamente ao pessoal, foi adotada uma série de medidas que é preciso assinalar.

Começou-se por determinar que em caso algum fossem pagos vencimentos em ouro aos funcionários que se achassem no país. O Decreto n. 19.446, de 22 de dezembro de 1930, estabeleceu urna tabela de vencimentos em papel para os funcionários diplomáticos e consulares que se encontrassem em situação legal no Brasil. A reforma operada pelo Decreto n. 19.592, de 15 de janeiro de 1931, fez sensível redução nessa tabela papel do ordenado de tais serventuários que, todos, mesmo no estrangeiro, terão essa parte de seus vencimentos paga na espécie referida. Quando no exterior, perceberão êles, além do ordenado, unia gratificação em ouro para representação, variável com o custo da vida em cada país. Essa representação será calculada anualmente. A do ano corrente, aprovada pelo Decreto n. 19.907, de 14 de fevereiro, estabeleceu grandes reduções nos vencimentos de todos os funcionários diplomáticos e consulares.

Com a dispensa dos extranumerários das chancelarias diplomáticas e consulares, realiza o Estado unia economia de 39.000 libras esterlinas. (Decreto de 6 de dezembro de 1930).

Com a supressão de grande número de consulados honorários (Decretos ns. 19.657 e 19.658, de 3 de fevereiro de 1931) e conseqüente exoneração de seus titulares (cônsules, vice-cônsules e agentes consulares) economiza a Nação mais de 700 libras por ano, pois que da renda dessas repartições, agora canalizada para os consulados de carreira, não se deduzirão 50%, como antes, para gratificação aos referidos serventuários honoríficos. Os cofres públicos recebem-na integralmente. Vários cargos efetivos foram suprimidos: os de inspetores de consulados, um de cônsul geral e pequenos cargos na Secretaria de Estado. Pelo Decreto n. 19.597, (le 19 de janeiro último, foi reduzido a 50 o quadro dos auxiliares de consulado. Não serão preenchidas as vagas que aí se verificarem até ficar o quadro nos limites traçados em lei.

Pelo Decreto n. 19.447, de 3 de dezembro de 1930, revigorado para o corrente ano pelo Decreto n. 19.820, de 31 de março, foram suspensas as ajudas de custo para viagem dos funcionários do exterior, que passam a receber, quando removidos de um para outro posto, apenas as passagens e um mês de vencimentos, a título de auxílio de viagem.

Suprimiram-se as férias extraordinárias. Os funcionários virão ao Rio a serviço, percebendo aqui os seus vencimentos em papel. No ano de 1930, só com o custeio das viagens dos auxiliares de consulado, que vieram ao país em férias, gastaram-se 600 libras.

Também não serão mais concedidas as licenças de seis meses e uni ano, por 10 e 20 anos ininterruptos de serviço, as quais davam direito à percepção de todos os vencimentos a seus beneficiários (Decreto n. 19.953, de 5 de maio de 1931).

Uma das dificuldades que deparou o Governo Provisório, no início de sua ministração, na pasta das Relações Exteriores, foi o número considerável de funcionários que encontrou fóra de seus postos. Em tais condições achavam-se 63% do pessoal do serviço exterior. Muitos eram os serventuários que ocupavam postos de categoria superior à dos seus próprios o que lhes dava direito à percepção de gratificações por substituição. Essa irregularidade, só no serviço consular, custava à Nação 600 libras mensalmente, nas quais não se incluem gratificações pelo mesmo motivo, que eram pagas por efeito de férias extraordinárias e comissões ria Secretaria de Estado.

Fazia-se mister regularizar semelhante situação. Mas, ao fazê-lo, teve o Governo de efetuar grandes gastos, bastando referir que, só com os funcionários que se achavam no Rio irregularmente, a Nação dispendeu mais de 3.783 libras esterlinas.

Hoje, nenhum agente diplomático ou consular do Brasil se encontra fóra da séde de suas funções, salvo o caso de licença ou de trânsito regulamentar.

Todas as reformas feitas nos nossos serviços exteriores têm sido pautadas dentro da mais rigorosa economia.

O orçamento elaborado para ocorrer, êste ano, às despesas do Ministerio acusa, em consequência, uma redução de 24% sôbre o do exercício anterior, redução que se tornou ainda mais sensível com a revisão que aquela lei sofreu depois de publicada.

#### **- Ministério da Viação**

A administração, nesta Secretaria de Estado, caracterizou-se por intensa reforma dos serviços a seu cargo, feita com rigoroso espírito de economia e vigilante cuidado em aumentar as respectivas rendas.

Ainda assim, foi possível melhorá-los e empreender novas iniciativas de evidente utilidade.

Em relação aos contratos, depois de proceder-se a estudos preliminares, foi organizada, para revê-los, uma comissão, da qual fazem parte o Consultor Geral da República e o Consultor Jurídico do Ministério, além de outros juristas de renome. A assinatura de novos congratos que resultarem dêses trabalhos em andamento; decretação de caducidade daqueles que estiverem incursos nesta sanção a adoção de medidas que forem ecessárias para acautelar interesses públicos obedecerão, de ora em diante, a rigoroso critério jurídico.

Quanto aos serviços sob a dependência direta do Governo, um dos males que mais se acentuavam era o excesso de pessoal. Para combatê-lo, não se têm poupado providências. De 3 de novembro do ano passado a 2 de setembro corrente, foram suprimidos 268 cargos representando uma economia de 1.997:770, papel, e 3:720, ouro.

Correios e Telégrafos. Afim de imprimir maior eficiência aos Correios e Telégrafos e, ao mesmo tempo, reduzir o custeio dêses serviços, o Governo tem adotado providências não só em proveito do imediato aperfeiçoamento dos mesmos como para a sua futura unificação, cujo e necessidade não podem ser postas em dúvida. Os esforços para diminuir, desde logo, as respectl vas despesas já deram resultados apreciáveis como se passa a verificar.

No corrente exercício, o orçamento do serviço pos tal foi reduzido a pessoal (62.947:764\$070), material (4.221:000\$000), ouro (210:000\$000) apresentando em relação ao de 1930, as reduções seguintes: pessoal (3.736:700\$000), material (4.809:000\$000), soma em papel (8.545:700\$000) e em ouro (70:000\$000). Dentro do 1º semestre, o custeio do mesmo serviço absorveu as seguintes somas: pessoal (25.406:445\$472), material (714:455\$120), ouro (???). Na Repartição dos Telégrafos, duas causas predominavam para a perturbação do serviço: as intervenções de natureza política na distribuição do pessoal, sacrificando interesses do serviço, e o abuso dos telegramas oficiais, que traziam o tráfego supercongestionado.

Afastados esses óbices e adotadas, ainda, as medidas técnicas recomendadas cm proveito do tráfego, melhorou o serviço telegráfico, despertou-se a confiança do público e cresceu o volume de telegramas particulaies, em beneficio tia receita.

A receita, no 1º semestre de 1931, foi de 15.053:272729, enquanto que, no 1º semestre de 1930, atingiu a 16.062:539275, acusando, assim, em 1931, a diferença para menos de 1.009:266546. Todavia, no 1.º semestre dêste ano, a despesa foi de 22.880 :858\$013, ao passo que, no 1º semestre do ano passado, elevou-se a 25.063:882\$641, verificando-se, portanto, que, no 1º semestre de 1931, foram dispendidos menos 2.758:024628 do que em igual periodo de 1930.

A par dessas providências, adotou o Governo medidas enérgicas para fazer com que as três companhias de cabos submarinos recolhessem aos cofres da Repartição Geral dos Telégrafos as importâncias das taxas e contribuições que cabem ao Governo e que duas delas arrecadaram a partir de 1925 e a terceira a partir de 1926 e conservaram em seu poder. Com a sua ação decisiva contra esses devedores remissos, conseguiu fazer recolher, até agora, 13.559:931020, papel, correspondente a uma parte das taxas e contribuições por elas arrecadadas para os cofres públicos. A outra parte desses débitos, ainda por saldar pela “Western Telegraph C.” (mais de 10.000:000) e pela “Italcable” (mais de 2.000:000), está sendo exigida pelo Governo.

#### **- Estradas**

A situação econômica do serviço ferroviário reclamava atentos cuidados.

A verificação de um deficit na importância de 380.647877\$ na Estrada de Ferro Central do Brasil, no período de 1911 a 1930, e de 44.632:114\$ em igual período, nas estradas do Norte, administradas pelo Governo, era sinal alarmante da necessidade de imprimir novo rumo à administração desses serviços federais.

Na Central do Brasil, têm sido posios em prática os atos necessários ao desenvolvimento de um plano de industrialização, cuja completa execução colocará a Estrada dentro de um regime de perfeita responsabilidade de seus administradores, livres das peias e injunções que tanto contribuíram para a formação daqueles enormes deficits. A sua administração já conseguiu, com as seguintes medidas: supressão de gratificações, 500:000\$; supressão de vários serviços e dispensa de engenheiros contratados, 400:000\$; dispensa de extranumerarios admitidos desde 1929, 2.000:000\$; cobrança de um módico aluguel de casas ocupadas por funcionários e supressão do abono para aluguel de casa, 1.000:000\$ atribuição das despesas de luz, energia e gaz, nos prédios da Estrada ocupados por funcionários a estes, 50:000\$ supressão de passes de favor; supressão de todos os cargos vagos, cujo preenchimento não seja imprescindível; volta a seus cargos de funcionários que estavam em comissões remuneradas, 105:000.

A eletrificação das linhas, a começar pelo trecho de maior volume de trafego - D. Pedro II a Barra do Pirai; a transformação da linha de D. Pedro II ao Norte, com substituição de todos os trilhos por outros de 50 quilos por setor linear, sendo os trilhos substituídos aplicados em outros trechos da Estrada; a retificação do traçado geral desta, principalmente no ramal de S. Paulo; os melhoramentos a introduzir nos serviços de locomoção, de molde a acoroçoar o rendimento do trabalho das oficinas - são iniciativas de ordem técnica, pelas quais se empenha e para as quais trabalha a atual administração, com decidido afincio.

A receita da Estrada, no exercício de 1930, importou em 158.470:941206; no corrente exercício, de acôrdo com as providências já apuradas, não deverá ficar aquém de 162.000:000\$. A despesa de pessoal, que foi, em 1930, de 124.563:300790, não poderá exceder, no corrente ano, de 114.931:681835. Com material, gastou-se, em 1930, a importância de 66.543:780\$364. Espera-se, porém, restringir essa despesa, no corrente ano, a 55.835:000.

Das economias demonstradas por estes números e de outras reduções da despesa, resultará reduzido a 16.000:000 o deficit que, em 1930, se aproximou de 50.000:000\$.

À semelhança do que se tem feito na Central do Brasil, trabalha-se na Rede Cearense, na Noroeste do Brasil e na Teresópolis para melhorar as suas condições econômicas.

Nas estradas administradas por intermédio da Inspeção Federal das Estradas, já se observam os resultados nas verbas para o corrente exercício. Sobre essas verbas, já reduzidas, administração ainda tem procurado obter novas economias, que, em todas as estradas desse grupo, se elevam a 1.524:647\$.

À proporção que a redução das despesas se acentua, a receita melhora, esperando-se mesmo que, ainda este ano, se verifiquem saldos em algumas estradas, como se prevê na São Luiz a Teresina.

Na verba da inspeção, a economia feita importa em 142:250, na aplicação do orçamento em vigor, apresentando a despesa do corrente exercício, relativamente à de 1930, uma diminuição que já se eleva a cerca de 591:920. A deliberação recente de extinguir o quadro da antiga Comissão de Estradas de Rodagem significa uma nova economia de 250 :000\$ anuais, aproximadamente.

Quanto às estradas arrendadas e em concessão, não tem sido menos enérgica a ação do Governo. De acôrdo com o previsto no respectivo contrato, a Madeira Mamoré foi ocupada pela administração federal, após a suspensão do trafego pela companhia arrendatária.

Visando melhorar as condições da Estrada de Ferro Bragança, autorizou o Governo a aplicação ao fundo de melhoramentos das contribuições devidas pelo Estado. Com referências tarifárias, a orientação seguida é no sentido de reduzi-las de acordo com as necessidades dos transportes.

Foi com este critério que se procedeu à revisão em várias classes, para os transportes da "Great Western", adaptando-se a tarifa à nova fase de competição rodoviária, deparada indústria das vias férreas.

Largos estudos têm sido feitos acerca da situação contratual entre o governo e a São Paulo-Rio Grande, a Companhia Ferroviária Este Brasileiro e outros concessionários. A partir de abril deste ano, foram expedidos decretos declarando a caducidade, ocorrida em 1923, das concessões do ramal do Paranapanema, já definitivamente incorporado ao patrimônio da União, e das linhas não construídas pela Companhia S. Paulo-Rio Grande, bem assim, dos contratos de construção do prolongamento daquele ramal e da linha de Barra Bonita-Rio do Peixe.

O relatório apresentado pela comissão incumbida de examinar a regularidade dos atos relativos à aplicação dos contratos daquela Companhia, conforme determinação contida no Decreto n. 19.601, de 19 de janeiro do corrente ano, foi objeto de minucioso estudo do Ministério, à vista dos elementos existentes no seu arquivo, já estando o Governo de posse dos esclarecimentos necessários para resolver a situação apurada.

Em relação à rede a cargo da Companhia Ferroviária Este Brasileiro, a comissão designada para o estudo da sua situação apresentou o resultado de seus trabalhos, em face do qual o Governo poderá deliberar, salvaguardando interesses vultosos e definindo em melhores fórmulas as responsabilidades contratuais.

Do arrendamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas ao Estado de Minas Gerais resultou a diminuição do déficit respectivo, como encargo da União.

Os serviços de construção não poderiam ter tido desenvolvimento apreciável, atentas as circunstâncias que exigem a maior restrição nas despesas. Pôde-se, entretanto, providenciar para que tenham acabamento alguns trechos, por conta de remanescentes do depósito de 44.000 :000.\$, feito pela "Great Western", em virtude da emissão de apólices que foram entregues pelo Governo.

Na Estrada de Ferro Santa Catarina, estão em construção as obras da ponte sobre o rio Itajaí. Na Viação do Rio Grande do Sul, autorizou-se a concorrência para terminação dos ramais de Santiago a São Borja, Severiflo Ribeiro a Quaraim e S. Sebastião a Sant'Ana do Livramento, obras orçadas em quantia superior a 100.000:000 e que serão executadas por conta do fundo de melhoramentos da Viação Férrea.

A Estrada de Ferro Passo do Barbosa a Jaguarão, objeto de uma convenção entre o Brasil e o Uruguai, teve prosseguimento custeado pelo crédito especial de 3.000 :000, aberto em fevereiro último; a ponta dos trilhos já atingiu Jaguarão e ainda no corrente mês a Estrada deverá ser incorporada à Viação Férrea do Rio Grande.

#### **- Plano geral de viação**

Sempre se observou, fiO que respeita à construção de estradas, a falta de um programa de conjunto. Daí, a dispersão de trabalhos e dispêndios, que, certamente, teriam sido melhor aproveitados se houvessem obedecido a um plano prévio, traçado de acordo com as necessidades gerais e que se haveria de impôr contra pretensões descabidas ou inoportunas.

Para acudir a essa necessidade, tantas vezes recomendada aos governos do país, organizou o Ministério a comissão do plano geral de viação e deu-lhe instruções para, não só indicar as diretrizes principais das estradas e sua articulação à navegação marítima e interior, como também, sugerir que venham melhorar as condições dos transportes.

Para este fim, estuda-se, também, o tráfego mútuo entre as empresas de navegação e as estradas de ferro. Deste conjunto de estudos resultará, sem dúvida, largo proveito para o comércio.

#### **- Obras Contra as Secas**

No tocante às obras contra as secas, verificou-se, de comêço, a necessidade de organizar um plano geral que coordenasse a ação construtora do Governo, livre das influências da política regionalista, às quais, em grande parte, se deve atribuir o que houve de dispersivo e desorientado nas obras com o sacrifício dos interesses da zona flagelada.

O resultado dos erros praticados patenteia-se nos inúmeros serviços inteiramente paralizados, nos quais foram gastas somas avultadas e cuja ultimação só poderá ser conseguida mediante despesas consideráveis, em prazo dilatado, após a organização de projetos definitivos e respectivos orçamentos, de que não raro se prescindia ao serem iniciadas as obras.

Por essa razão, organizou-se um novo regulamento, que foi aprovado por Decreto de 20 de fevereiro último, cuja exposição de motivos esclarece os lineamentos gerais e as novas diretivas a serem seguidas, de modo a atingir-se, dentro de prazo razoável, o objetivo que a União colima no Nordeste: a integração daquela região na economia nacional.

O novo regulamento, quanto a pessoal, fixou em 12 o número de funcionários com exercício na Administração Central, reduzindo, assim, de 55 o número dos que ali se achavam. Do mesmo passo, proibiu a admissão ou permanência de diaristas nas sedes dos Distritos, então superlotados, mobilizando-os, juntamente com os funcionários do quadro, para os trabalhos de campo.

Sobrevindo, infelizmente, nova crise climatérica, houve que atender e socorrer aos flagelados, que, em numerosos bandos, convergiam para zonas bem determinadas, forçando, destarte, o ataque de obras de emergência para as quais foram abertos créditos extraordinários, no exercício passado e no corrente.

### **- Portos e Navegação**

Durante o corrente ano, as obras de construção de portos por conta do Governo que têm tido prosseguimento são as do Rio de Janeiro e de Natal, atentas as necessidades imediatas, determinadas pelos trabalhos já executados.

Nos portos em concessão, a atividade em obras e aquisições reduziu-se, como era natural, proporcionalmente às grandes reduções sofridas pelo tráfego, sobretudo na parcela correspondente à importação estrangeira, da qual provém o maior contingente das rendas.

A época é, aliás, apropriada ao desenvolvimento da atividade administrativa, no sentido de dar melhor organização aos serviços.

É a tarefa a que se tem dedicado o Ministério, no que respeita à Inspeção de Portos, Rios e Canais, com os objetivos de: melhorar e modernizar a legislação portuária e os respectivos regulamentos; resolver situações contratuais; reduzir, criteriosamente, o vulto das obras de melhoramentos contratadas; resolver o problema da conservação e do acesso aos pequenos portos; conseguir melhor conservação da valiosa aparelhagem que a Inspeção possui; regularizar a guarda, conservação e fornecimento dos materiais em depósito; reformar os regulamentos das repartições.

A redução do vulto das obras empreendidas em alguns portos é importantíssimo serviço, cujos efeitos, ao mesmo tempo, serão: grandes economias e a utilização dos trabalhos realizados, mediante o reduzido complemento que deverão ter, de modo a dar-lhes eficiência.

A situação dos pequenos portos do Norte tem merecido cuidadosos estudos. São portos que ainda não justificam as obras definitivas que resolveriam as dificuldades de acesso em suas barras. Estudam-se os meios de, economicamente, corrigir essas dificuldades. Com os elementos em determinação ficará conhecido o capital a aplicar na aparelhagem, bem como a verba global necessária, anualmente, para o serviço nessas condições.

Da ação emanada do Convênio de Fretes Marítimos têm resultado benefícios para a marinha mercante nacional. O ajuste para a distribuição da receita, apurada em conjunto pelas empresas de navegação, já conseguido, e as medidas complementares, que a prática aconselha, prometem excelentes resultados. Um deles será a organização de um plano geral de linhas necessárias ao intercâmbio de todas as praças do país, atendendo a todos os interesses, quer dos amadores, quer dos embarcadores, quer do público em geral. A grande economia que farão as empresas permitirá a redução dos fretes de cabotagem, para o que colaborarão, ainda, outras providências em estudo, relativas ao rápido desembarque dos navios nos portos e ao estabelecimento do tráfego mútuo com as linhas terrestres de viação.

Por iniciativa da atual administração, foram inaugurados os serviços de navegação regular dos rios Marnoré e Guaporé, de inestimável vantagem para a região. Estuda-se a possibilidade de adoção de idêntico serviço nos rios Araguaia e Tocantins e não se descuida o Governo das necessidades do Baixo Paraná.

O Lloyd Brasileiro entrou em uma fase de franca renovação. Mantém-se com as suas rendas, só tendo recebido auxílios do Tesouro para atender a compromissos de administrações anteriores. A



sua despesa passou de 67.149:837437, no primeiro semestre de 1930, a 65.615:317\$771, em igual período de 1931. Ao passo que se poupou a importância de 1.534:519\$666 na despesa, apurou-se na receita um aumento de 17.644:688\$369. Esta passou de 64.552:234\$530, no primeiro semestre de 1930, a 82.196:922\$899, em igual período do corrente ano. Ao déficit de 2.597:602907 sucedeu, pois, o superávit de 16.681 :605\$128. Por outro lado, o número de empregados baixou de 7.766 para 6.598, o que, por si só, representa seguro índice do inflexível esforço para a reorganização da empresa.

#### **- Navegação aérea**

O rápido desenvolvimento da aviação comercial entre nós levou o Governo a criar o Departamento da Aeronáutica Civil, nos moldes das novas organizações desse gênero nos outros países, dada a conveniência de coordenar e orientar todas as iniciativas que se relacionem com esse rápido meio de transporte.

Todavia, considerando as condições financeiras pouco favoráveis e que impõem as maiores restrições, não foi possível, desde logo, atender a essa imova organização com a amplitude que já se torna necessária. Por igual motivo, não se pôde ainda apressar o estabelecimento de aeroportos e aeródromos e outras instalações nos diferentes pontos do litoral e do interior do país por onde escalam ou deverão escalar as aeronaves.

Para favorecer a todas a iniciativas referentes à navegação aérea e dotar a administração federal de meios legais oportunos, já foi elaborado um projeto de lei em que se aproveitaram as observações e experiências, colhidas nestes últimos cinco anos de execução do tráfego aéreo.

Os dados do 1º semestre deste ano acusam o transporte de 1.919 passageiros, 20.459 quilos de correspondência postal, 14.323 quilos de bagagens e 9.237 quilos de cargas, tendo se realizado 940 vôos, num percurso de 892.309 quilômetros, em 5.869 horas. Nesse tráfego foram empregadas 59 aeronaves, das quais 22 nacionais.

#### **- Ministério da Guerra**

Reflexo da crise econômico-financeira que atravessamos, ampliada em seus efeitos pelos desregramentos administrativos do regime decaído, os Ministérios, propriamente, chamados de Defesa Nacional foram os que mais se sentiram perturbados na sua organização e no seu desenvolvimento. Pode considerar-se verdadeiro prodígio de patriotismo e de boa vontade o esforço despendido pelo Ministro da Guerra e seus dignos auxiliares chefes de serviços, na manutenção da eficiência do Exército, durante esta primeira fase de reconstrução revolucionária. Este Ministério foi o mais sacrificado, antes e após o movimento vitorioso, tendo-se em vista que, para ele, convergiram - como é natural todas as resultantes, o máximo de atividades e ônus, que afetaram a máduma administrativa do país.

Se, em épocas normais, já o Exército vivia falho dos recursos indispensáveis, sempre lutando com a carência do material bélico necessário, não possuindo nem mesmo o suficiente para a organização completa dos seus quadros do tempo de paz, a sua situação, sob esse ponto, agravou-se pelo emprêgo, quasi total, do pouco que possuía e dos extravios que se verificaram por ocasião da Revolução de Outubro.

Por outro lado, a formidável crise financeira de que somos vítimas, aconselhando como meio primordial de salvação o equilíbrio orçamentário, impôs às despesas militares novos sacrifícios, que foram aceitos com abneção. Já em 1930, para manter o Exército em condições precárias tivemos um orçamento de 400:000\$, ouro 290.190;884\$822, papel.

Para esse mesmo Exército, sem novo programa que visasse melhorar ou renovar-lhe o material de guerra, o Governo passado tinha previsto para o corrente ano, um orçamento de 400:000, ouro e 290.663:573879, papel, ou seja, um aumento de 572:689\$057 sobre o anterior. Mas, atendendo à crítica situação financeira em que encontra o país após a Revolução, houve necessidade de novos cortes, restringindo-se as despesas a 50:000\$, ouro, e 261.237:687\$373, papel, ou melhor, foi conseguida, ainda, a expressiva economia de 350:000\$, ouro, e 29.425:876506, papel ou, reduzindo a despesa ouro a papel, uma diminuição superior a 50.000 :000\$, não obstante a aplicação da lei da anistia e o aumento de despesa provocado pelos últimos comissionamento

Apesar deste sacrifício inevitável, a obra de reconstrução das nossas forças armadas desenvolve-se entusiástica e promissora, graças ao patriotismo de todos os seus elementos, que, amalgamados em um só e forte bloco, trabalham pela grandeza da Pátria, empregando amplo e

solidário esforço em prol da reabilitação do Exército no conceito da Nação e delineando, com segurança, seu futuro renascimento, despreocupados das deficiências orçamentárias do momento.

#### **-Pessoal**

Atendendo à esorgauização sofrida pelos quadros logo após o movimento revolucionário, o primeiro cuidado das altas autoridades militares foi a sua reconstrução com auxílio dos elementos então aproveitáveis e a integração dos demais, no âmbito dos ideais revolucionários. Desde logo, fez-se sentir a necessidade de uma seleção preliminar que, colocando à testa das principais unidades elementos capazes e de confiança do atual regime, permitisse apurar as responsabilidades e excessos dos demais e eliminar os profissionalmente incapazes. Em auxílio desta seleção, foi criada a Comissão de Sindicância, que, constituída de velhos e íntegros generais, despidos de quaisquer ódios ou paixões partidárias, vêm, sob um julgamento regular, positivo e preciso, prestando inestimáveis serviços ao saneamento moral e físico da oficialidade, que devemos manter apta às penosas e exigentes atribuições de chefes militares.

Com relação aos oficiais comissionados e sargentos, em geral, aos poucos vai se operando a indispensável seleção e aproveitamento regular, ora por intermédio de urna Comissão de Revisão dos Comissionamentos, ora por escolas e cursos de aplicação, que procuram melhorar a instrução profissional dos que são considerados idoneos e devem permanecer no Exército ativo, como oficiais ou, mesmo, como sargentos.

No que diz respeito aos efetivos, em geral, foram reconstruídas as unidades que a situação orçamentária permitiu.

Com os esforços e a dedicação de seus quadros, êstes vão, rapidamente, readquirindo a desejada eficiência, quer em instrução, quer em disciplina.

#### **- Instrução**

Não obstante as naturais perturbações decorrentes da Revolução e a acentuada diminuição dos recursos, todas as escolas e cursos do Exército funcionam normalmente no corrente ano, ampliados com alguns novos cursos exigidos pela atual emergência, em face da anistia dos novos comissionamentos. Acresce frisar que ests novos cursos, aperfeiçoando vantajosamente o preparo profissional de um grande número de oficiais subalternos - anistiados e comissionados - foram criados e funcionam regularmente sem o menor aumento dedespesas, graças ao concurso e ao aproveitamento racional de empréstimos e resíduos dos demais estabelecimentos de ensino de que dispomos.

#### **- Reorganização e Administração**

Quanto aos trabalhos de reconstrução técnica e adinistrativa, não têm sido menores as atividades desenvolvidas no Ministério da Guerra.

De acôrdo com o Decreto n. 19.700, já foram nomeadas várias comissões, criteriosamente selecionadas, que trabalham com afínco e regularidade nos importantíssimos problemas: lei do sorteio e serviço militar; industrialização comercial das fábricas e arsenais; lei de promoções; reorganização dos departamentos administrativos; reorganização da Justiça Militar e código processual; remodelação dos uniformes; reorganização das economias, sistema de fundos e contabilidade.

Por outro lado, o Estado Maior, sob a proficiente orientação e direção de seu ilustre Chefe, trabalha dedicadamente com grande interesse e proveitosa atividade, nas questões magnas e delicadas, relativas à reorganização geral do Exército, à mobilização e ao ensino, sendo que as leis básicas relativas a estas duas últimas questões já estão elaboradas.

Outras iniciativas importantes se acham em estudos, que, dentro era pouco, estarão concluídos. Logo que a situação financeira o permita, a Nação, que tem no Exército a mais segura garantia da ordem interna e do respeito internacional, indispensáveis ao seu progresso, não lhe regateará os recursos precisos para, em breve tempo, iniciar a verdadeira fase da sua reconstrução.

#### **- Material**

O problema máximo do Exército é o do material. Sendo o mais dispendioso e o de mais difícil solução imediata, é, no entanto, o de maior importância para a reorganização militar do país. Ressalta, com evidência, que semelhante problema só poderá ser realmente resolvido com a criação da siderurgia nacional, que tem sido, por isso, principalmente preocupação constante do Governo

Provisório. Ainda agora, sob as vistas do Ministério da Guerra, constituiu-se uma comissão de especialistas, incumbida de estudar e propor as medidas mais aconselháveis para transformar em realidade o ideal da industrialização do ferro no Brasil.

Este Ministério, na medida das suas forças, tem procurado impulsionar o desenvolvimento da precária indústria militar existente e trabalhado por aumentar a produção das nossas fabricas, aperfeiçoando os respectivos órgãos técnicos. Grande tem sido a atividade desenvolvida com o fim de recuperar o pouco que possuímos, já nomeando comissões parciais de arrolamento, que preparassem e facilitassem a ação das comissões centrais, como também, procurando ligação imediata com as autoridades estaduais para a busca, reunião e entrega do material distribuído. Algumas destas comissões têm os seus trabalhos quasi prontos e, não obstante perdas vultosas, uma regular parcela do material de guerra já foi recuperada.

Uma outra falha que se vinha acentuando assustadoramente, antes da Revolução e que culminou logo após esta, refletindo-se diretamente no ânimo da tropa, liga-se à precariedade higiênica das casernas e à falta de conforto necessário ao pessoal arregimentado.

Convencido o Ministério da Guerra de que o trabalho na tropa só pode ser exigido em presença dos necessários recursos para obtê-lo e que o rendimento será tanto maior quanto maior for o conforto proporcionado aos que labutam, visto como as árduas atribuições e deveres das classes armadas exigem o dispêndio de formidável energia e capacidade física, procurou, desde logo, minorar este deplorável estado de coisas, empregando todos os poucos recursos orçamentários disponíveis e criando fontes de renda de reserva, em benefício desta parte de capital importância para a eficiência de nossas unidades militares.

Para esta Capital, onde se acham centralizados os principais órgãos de provisão e de direção do Exército, reservou-se a maior porção dos recursos, que, com apreciável economia, vão sendo, aos poucos, angariados, graças, principalmente, ao regime industrial a que foram subordinados todos os estabelecimentos fabris, com possibilidades de produção comercial.

#### **- Exploração comercial das indústrias militares.**

A aplicação do Decreto n. 19.700, que permitiu a exploração comercial das indústrias militares, vem tendo salutar influência no próprio desenvolvimento desses estabelecimentos do Exército e em benefício da sua maior expansão. A renda obtida com a oferta dos seus produtos a consumo já se vai tornando apreciável. Parte dela destina-se à constituição da Caixa Geral de Fundos, do Ministério, com o fim determinado. A Fábrica de Pólvora sem Fumaça, em Piquete, e a Fábrica de Pólvora da Estrêla, cujos artefatos são francamente disputados nos diferentes centros comerciais do país, prometem auspiciosos resultados financeiros, que se refletirão, necessariamente, em economia para o Tesouro.

#### **- Ministério da Marinha**

Tanto quanto o Exército, este departamento da defesa nacional resente a falta de material moderno e adequado ao desempenho da sua árdua missão, que tem por objetivos nítidos e de alta responsabilidade o domínio das comunicações marítimas e a defesa do comércio externo do país, dentro das exigências da nossa vasta zona litorânea e da orientação de nossa política estritamente defensiva.

Infelizmente, a situação financeira, a exigir inexorável compressão das despesas públicas, não permite promover, no momento, a renovação do nosso poder naval. Apesar de decaído, se ainda existe, é milagre da tenacidade e esforço dos oficiais e pessoal da Armada, na conservação das unidades componentes da nossa esquadra, as quais, todas elas, já ultrapassaram, há muito, o tempo predeterminado para a sua duração eficiente.

Diminuídas as dotações deste Ministério, em cerca de 89% na rubrica ouro e 15% na despesa papel, ainda assim, notável tem sido o trabalho para o aperfeiçoamento da instrução do pessoal e conservação do seu velho material.

Também na Marinha, o sopro renovador, trazido pela Revolução, deu ao seu corpo de oficiais novas energias e disposições para o trabalho. Concientes da gravidade financeira do momento, com os poucos recursos de que dispõem, empregam, inteligentemente, o seu esforço para que os arsenais, as fábricas e os estabelecimentos militares, elevando o coeficiente de sua produção, concentrem, fabriquem, produzam e não sejam, apenas, simples repartições burocráticas de manuseio de papéis e

despacho de expediente, deferindo a estabelecimentos particulares a função precípua para a qual foram criados.

#### **- Arsenais**

Considerando-se empresa superior às nossas possibilidades o levantamento de um arsenal de primeira ordem num ponto adequado do litoral, a administração naval deliberou, há alguns anos, construí-lo na ilha das Cobras, ria baía do Rio de Janeiro. As respectivas obras foram contratadas em 1922 com a Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo. Chegando, porém, ao conhecimento do Governo que existiam irregularidades no contrato e nos seus trabalhos de execução, determinou, em fevereiro do ano corrente, a abertura de um inquérito, que ainda prossegue, entregue ao estudo de uma das comissões de sindicância da Marinha.

Examinou o Governo a hipótese da paralização das obras, pelo menos durante o prazo em que perdurassem as dificuldades financeiras. Achando-se aí envolvidos, contudo, os interesses mais legítimos do nosso precário poder naval e sendo prejudicial, não só pelo lado técnico como pelo econômico, a paralização dos trabalhos, resolveu o seu prosseguimento embora moderadamente e sob a direção exclusiva dos engenheiros da própria Marinha de guerra, até que se torne possível imprimirlhes maior impulso. Um dos atos dignos de menção, entre os que realizou o Governo revolucionário na Marinha, consistiu em fazer voltar às suas funções naturais o Arsenal do Rio de Janeiro.

Este estabelecimento quasi que se limitava, ultimamente, a ser um intermediário. Empresas particulares concertavam os navios da esquadra. Para êsses concertos, o Arsenal fornecia, apenas, o material. Assim, por exemplo, os cruzadores “Baía” e “Rio Grande do Sul” tinham sofrido grandes reparos, executados pela casa Lage; o contra-torpedeiro “Mato Grosso” estava sendo concertado por duas firmas diversas e, também, pelo Arsenal. Sobreleva, ainda, notar que, a-pesar-dos reparos dos navios da esquadra e de serviços auxiliares, desde os encouraçados aos próprios rebocadores do Arsenal, estarem confiados a firmas particulares, isso não impedia nem diminuía a vultosa despesa consignada, para tanto, no orçamento da Marinha, a qual, nos últimos anos, absorvia verba aproximada de 8.000:000\$! A média do custo das obras para cada “destroyer” orçava anualmente, entre 1.500:000\$ e 2.000:000\$. O Arsenal foi, agora, obrigado a reparar os navios, na medida do possível, entrando em concerto quasi todos êles, porque quasi todos necessitavam de reparação.

#### **- Aviação**

A modéstia relativa dos recursos financeiros reclamados pela Aviação, comparada aos que exige a esquadra, permitiu certo progresso para a referida arma. Além de 6 Vaught Corsine e de 3 P. M. encomendados na America do Norte pelo Governo passado, dos quais os três últimos se destinavam, especialmente, a combater a Revolução, o Governo Provisório, resolveu adquirir, em março do corrente ano, os 11 Savoia S-55, com os quais o General Balbo realizou o memorável “raid” Itália-Brasil, em esquadilha.

Esses aparelhos continuaram a evidenciar suas qualidades para os longos percursos, como se verificou por ocasião do recente vôo a Montevideo e Buenos Aires, em homenagem às grandes datas comemorativas daquelas nações vizinhas e amigas. Estuda o Governo atualmente a possibilidade da aquisição de alguns aviões tipo escola. Procura, assim, aos poucos, remediar o estado de depauperamento material da aviação naval, arma cada vez mais importante, entre aquelas que servem ao objetivo supremo da Marinha.

#### **- Movimento**

Apesar da deficiência do seu aparelhamento, a esquadra seguiu para a baía de Angra dos Reis, onde se entrega aos exercícios regulamentares. Programa naval e navio-escola. Da rápida exposição feita decorre, imperiosa, a necessidade de substituímos o material naval em uso. Temos fundadas esperanças em que a melhoria da situação financeira do país permitirá, em breve, cogitar praticamente dessa substituição e do estabelecimento de um programa, embora modesto, de renovação da esquadra. A parte técnica desse programa há muito vem sendo estudada pelo Estado Maior da Armada. Satisfazendo velha necessidade da Marinha, sempre adiada, o Governo Provisório autorizou, em 7 de setembro findo, a aquisição de um navio-escola, medida indispensável ao adestramento dos aspirantes a oficiais e há muito reclamada, com justificável insistência.

### **- Pessoal**

A oficialidade da Marinha, de um modo geral, tem conservado intacta a sua dedicação profissional, sômente aspirando a melhoria das condições materiais que lhe permitam o desenvolvimento das suas qualidades próprias. Nada se tem feito, porém, ultimamente, para corrigir o envelhecimento que apresentam alguns quadros de oficiais e sub-oficiais. Para tratar deste importante assunto, foi constituída uma comissão cujos trabalhos estão quasi concluídos, visando o emprêgo de medidas de emergência, que facilitem o acesso aos mais prejudicados. Num mesmo posto de capitão-tenente, encontram-se oficiais cuja diferença de idade é de mais de 20 anos. Chegou, portanto, o momento das medidas radicais, não só para corrigir o mal da atualidade, como para evitar que êle se reproduza. O Governo Provisório pensa, também, baixar o limite de idade para a reforma compulsória, sobretudo nos postos mais elevados, bem como reduzir alguns quadros, julgados excessivos, para a necessidade da Marinha. Há muitos serviços nessas condições. Exigindo maior emprêgo de pessoal, exigem, igualmente, maior despesa, que, economizada, poderá ser aplicada na aquisição de material. Está encaminhado, com cuidados especiais, o plano de reforma geral da instrução de oficiais. O plano tem como objetivo predominante corrigir velhos defeitos de organização e estabelecer o critério de especialidade nos diversos serviços, mediante a adoção de cursos próprios e de aperfeiçoamento.

A remodelação planejada tem caráter geral. Para levá-la a cabo, estão em atividade diversas comissões, incumbidas de revêr, também, os serviços de hospitais e saúde, de hidrografia, de contabilidade, arsenal, portos e costas e marinha mercante.

### **- Ministério da Agricultura**

Com a criação dos Ministérios do Trabalho e da Educação, diversos departamentos foram desincorporados do antigo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que passou a denominar-se Ministério da Agricultura, ficando a seu cargo os serviços diretamente ligados aos problemas agrícolas.

Apesar do orçamento de emergência com que foi dotado, o Ministério da Agricultura sofreu intensa remodelação, procurando-se corrigir as falhas notadas no seu funcionamento e adotando-se novas diretrizes, para resolver uma vasta série de questões que se nos apresentam, no momento econômico que atravessamos.

A moralização das normas administrativas constituiu a principal preocupação. A Comissão de Sindicância vem fazendo um relevante trabalho de correição em todos os departamentos desta Secretaria de Estado.

Sem levar em conta a transferência de repartições para outros Ministérios, foi profundo o corte feito nas despesas. As dependências que continuaram sob a sua jurisdição tiveram seu orçamento global reduzido de 51.433:360, papel, e 817:700069, ouro, em 1930, para 37.092:209\$187, papel, e 42:208322, ouro, em 1931.

Adotou-se, ainda, a orientação de transferir aos Estados os serviços agrônômicos de natureza regional, o que permite uma fiscalização mais direta e apreciável economia, pois o Governo Federal concorre apenas com dois terços das despesas, cabendo o terço restante às administrações estaduais, mediante depósito prévio no Banco do Brasil, por quotas trimestrais.

A renda de diversas dependências do Ministério, no período de outubro de 1930 a setembro de 1931, montou a 1.117:991576.

Atendendo a que não preenchiam as suas finalidades, muitas repartições foram extintas e outras tiveram o seu funcionamento suspenso, do que resultou uma economia de 563:379801, que deve ser abatida do orçamento geral da despesa.

Das grandes linhas de atividade produtiva, ressaltam, neste período, o incremento à exportação de frutas, a instituição da classificação oficial do algodão, a criação do Instituto de Óleos Vegetais, o estudo do problema do álcool-motor, já encaminhado para uma solução definitiva, e as providências para instalação condigna da Secretaria de Estado e outras dependências, na histórica Quinta da Boa Vista.

### **- Serviço Florestal do Brasil**

Sem abandonar o seu vasto programa de trabalhos iniciados, o Serviço Florestal tomou um caráter mais prático e eminentemente econômico, empenhando-se em diversas iniciativas de relêvo,

entre as quais cumpre salientar: a montagem de urna pequena fábrica de papel, para estudo da matéria prima nacional; o lançamento no mercado interno e externo do “Vareteiro”, utilizado no fabrico de lançadeiras para teares, até então feitas com madeira importada dos Estados Unidos; notável progresso no estudo das fibras nacionais, e o aumento da área cultivada do Horto Florestal de Rezende, que experimenta 126 espécies de essências florestais.

#### **- Estação Experimental de Cana de Açúcar, de Campos**

Teve eficiente ação no combate à praga do mosaico, que devastava a cultura da cana de açúcar nesse município - o de maior produção açucareira do país - fornecendo mudas de variedades resistentes a esse flagelo, para renovação das plantações existentes. Somente no corrente ano, foram distribuídas 800 toneladas de mudas de canas selecionadas, cujos benéficos resultados facilmente se podem avaliar.

#### **- Instituto de Óleos Vegetais**

O Curso de Especialização de Óleos Vegetais e Derivados, recentemente transformado em Instituto de Óleos Vegetais, tem trabalhado com proveito, não só no preparo de futuros técnicos, como no estudo das nossas formidáveis reservas de plantas oleíferas, que inteligentemente exploradas, trarão um incalculável potencial econômico ao nosso enriquecimento.

É o Brasil considerado o mais rico país em substâncias produtoras de óleos vegetais, e nunca serão poucos, portanto, os esforços que se fizerem para libertarmos-nos da importação, que ainda fazemos, de cerca de 300.000:000\$ anuais desse gênero de consumo.

#### **- Estação Experimentati de Combustíveis e Minérios**

Embora ainda não competentemente instalada, teve es seus laboratórios em constante atividade. Estudou a solução técnica e industrial do álcool- motor, determinando os graus de miscibilidade com a gasolina e verificação de consumo específico desse combustível.

Fez o estudo do rendimento possível dos sub-produtos dos cafés baixos, de forma a recuperar, em parte, a riqueza que seria destruída com o seu total lançamento ao mar.

Foram, também, empreendidos estudos sobre beneficiamento e enriquecimento dos minérios cupríferos do Rio Grande do Sul, assim como importantes estudos sobre a indústria extrativa de tanino e tanantes nacionais.

#### **- Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária**

Este instituto de ensino agrônômico superior se desenvolveu consideravelmente no presente exercício.

O número de alunos matriculados é de 275, contra 135 em 1930. Ocorreu, este ano, a criação da cadeira de Propedêutica e Clínica Semiológica, ficando a Escola com 30 cadeiras, todas elas providas dos respectivos regentes. Funciona anexo o Curso de Química Industrial.

#### **- Serviço do Algodão**

A Superintendência do Serviço do Algodão manteve-se em proveitosa atividade durante este exercício. A área cultivada com algodão é de 580.880 hectares, em sua maior parte, na região nordestina.

A safra anterior, encerrada em 1.º de julho do corrente ano, orçou por mais de 170.000 toneladas, e a atual inicia-se, neste mês, mais promissora, pelo aumento da área cultivada e pelo amparo do Governo, que fez larga distribuição de sementes selecionadas e intensificou a assistência técnica. Este ano, já foram distribuídas 250 toneladas de boas sementes. Apesar-dos bons resultados obtidos mediante contratos com os Estados, precisaiu êles ser revistos, para transformar a Superintendência num aparelho completo, mais de acôrdo com as necessidades atuais.

O Departamento Central restabeleceu o Curso de Especialização, já tendo expedido os primeiros 10 diplomas.

Outra providência de grande alcance foi a instituição da Classificação Oficial do Algodão, efetivada pelo Decreto n. 20.211, de 14 de julho.

#### **- Patronatos agrícolas**

Os patronatos agrícolas, que faziam parte da Diretoria do Povoamento, foram reunidos em uma inspetoria, com atribuições de Diretoria Geral. Existiam, em 1930, 16 patronatos oficiais e quatro subvencionados, com urna frequência escolar de 2.811 educandos.

Verificado que alguns não estavam preenchendo as suas finalidades, seis foram extintos e três transferidos aos Estados onde funcionam.

A população escolar dos restantes patronatos, sob a jurisdição direta da Inspetoria, sobe a 1.263 alunos.

#### **- Serviço Geológico e Mineralógico**

Foram muito ativos os trabalhos dessa Secção, apesar-das reduções orçamentárias. Executaram-se reconhecimentos geológicos de importância na bacia do rio Camaquan, no Rio Grande do Sul, no vale do Rio Grande, em Minas Gerais, e no do rio Canoinhas, em Santa Catarina. Foram completados os estudos dos depósitos de platina em Caromandel, em Minas, determinando-se o respectivo teor, que é baixo e difícil de extrair, mas iniciaram-se outros na região de Patos, onde os ensaios químicos indicaram maior percentagem do metal. As jazidas de ouro estudadas não mereceram o interesse dos capitais nacionais, mas chegou-se a verificações bem animadoras, principalmente nas regiões do Amapá e Gurupi, no Pará, de Assuruá, na Baía, e, de um modo geral, no Estado de Minas Gerais. Para chegar a resultado industrial prático, é necessário adquirir material moderno, que já está em negociações, sendo duas instalações com capacidade para 5 a 6 toneladas por dia e uma para 10 a 15 toneladas. Além da sua ação direta na pesquisa do ouro, o Serviço Geológico prestou auxílio às empresas de mineração de Morro Velho e Passagem, fornecendo-lhes sondas de capacidade de 550 metros. Continuam sem interrupção as pesquisas de petróleo, para o que estão em atividade 10 'sondas, sob a direção dessa repartição, três em instalação, seis em transporte para novos locais e seis emprestadas aos Estados e companhias. A sondagem de maior profundidade é a da Estação Xarqueada, no Estado de São Paulo, que já atingiu 650 metros. Nas sondagens das jazidas de zinco do Morro do Bule, em Ouro Preto, foi determinada a existência de minério a 80 metros de profundidade, sendo esta a única jazida de zinco valiosa até hoje encontrada no Brasil.

Prosseguem os estudos para determinar o valor comercial 'das jazidas de níquel do Município de Aiuruoca. Idênticos estudos se têm feito sobre jazidas encontradas nos Estados de Goiás e Baía, por um processo próprio do Serviço Geológico, usando-se os carvões do Sul. Inspeção e Fomento Agrícolas Através das inspetorias agrícolas, localizadas nos Estados, esse Serviço levou a ação do Governo aos agricultores de todo o país, prestando-lhes assistência técnica e auxiliando-os materialmente no cultivar a terra.

A distribuição de sementes, alcançou a cifra de 147.648 quilos, além de 127.647 mudas de árvores frutíferas.

Sob a fiscalização direta do Governo, que a estimulou eficientemente, por intermédio do Fomento Agrícola, a exportação de frutas foi este ano a maior que as nossas estatísticas acusam. Excedeu todas as expectativas o aumento verificado na nossa exportação de laranjas pelos portos de Santos e Rio de Janeiro, que, sendo de 350.439 caixas, de fevereiro a agosto de 1930, se elevou a 1.207.658 em igual período do corrente ano. De acordo com o calendário organizado para as épocas de plantio e colheita dos principais produtos nos diferentes Estados do Brasil, o Fomento efetua, anualmente, o levantamento da nossa produção agrícola, para conhecer as superfícies cultivadas, o estado das culturas e respectivos rendimentos, apreciando, assim a marcha de cada uma, seus progressos e decréscimos. Essa é a função da estatística agrícola de capital importância para uma orientação mais segura da parte do Governo. A produção agrícola no ano de 1929-30 foi de 10.450.893 toneladas, 3.316.780 hectolitros, 1.463.773 centos, 7.339.700 caixas, 51.314.000 cachos e 62.786.300 unidades, assim distribuídos: alfafa, 192.980 toneladas; aguardente e álcool, 1.949.692 hectolitros; algodão em rama, 126.726 toneladas; arroz, 956.497 toneladas; açúcar, 1.020.302 toneladas; aveia, 7.267 toneladas; bata-tinha, 309.340 toneladas; borracha, 17.663 toneladas; cacau, 64.545 toneladas; café, 1.300.657 toneladas; castanhas, 29.600 toneladas; centeio, 16.160 toneladas; cevada, 9.578 toneladas; cera de carnauba, 7.835 toneladas; côco babassú, 22.835 toneladas; côco da Baía, 1.463.773 centos; farinha de mandioca, 847.966 toneladas; feijão, 659.364 toneladas; fumo, 88.234 toneladas; erva-mate, 186.130 toneladas; milho, 4.416.753 toneladas; trigo, 170.541 toneladas; vinho, 1.367.088 hectolitros; laranjas, 7.339.700 caixas; bananas, 51.314.000 cachos; abacaxis, 62.786.300 unidades. Indústria pastoril Este importante ramo da administração do Ministério da

Agricultura mereceu especial atenção. O rebanho nacional é estimado em mais de 60.000.000 de cabeças e a defesa sanitária dessa imensa população é feita por 27 inspetores de postos e 5 inspetorias de postos de fronteira. A exportação de carnes atingiu, até ao mês de julho, a 69.755.231 quilos, no valor de 95.833:857\$. A Secção de Leite e Derivados estima a nossa produção em 2.189.799.300 litros de leite, 21.000 toneladas de manteiga e 37.500 toneladas de queijo, no valor aproximado de 960.000:000\$. Foram distribuídos pelas diversas circunscrições do país 177 reprodutores bovinos que existiam em depósito na sede do Serviço. Os postos zootécnicos e as fazendas-modelo continuaram auxiliando eficazmente os nossos criadores.

Proseguiu, com bons resultados, o estudo das nossas forragens pela Estação de Agrostologia, dependência a indústria Pastoril, e o Posto de Avicultura tem tido um desenvolvimento muito superior às previsões feitas, o grande é o interesse dos criadores de aves pelos prodtios à venda. O Governo está elaborando um projeto completo de reorganização para o Registo Genealógico e de Marcas. Serviço Meteorológico O nosso serviço de meteorologia, que tem merecido francos elogios de diversas autoridades no assunto, também aperfeiçoou a sua reconhecida eficiência técnica, após a reorganização levada a efeito pelo Governo Provisório.

### **Ministério da Educação e Saúde Pública**

Questões interdependentes e correlatas por natureza e finalidade, as referentes à educação e saúde pública só admitem solução comum. O homem valoriza-se, é certo, pela cultura da inteligência, mas não poderá atuar, no sentido de eficiência social, se, por efeito de causas congêntas ou adquiridas, estiver fisicamente incapaz ou encontrar meio hostil, inapto à vida saudável e sem condições de adaptação produtiva. Em obediência a esse principio, geralmente aceito, o Governo Provisório resolveu unificar todos os serviços que dizem respeito ao desenvolvimento da instrução e da assistência sanitária, constituindo com êles o Ministério da Educação e Saúde Pública.

A nomenclatura da organização do novo Ministério foi calcada em moldes técnicos, de acôrdo com as nossas necessidades reais e dentro de rigorosas normas de economia. Distribuídos os respectivos serviços por urna secretaria geral, nove repartições e quatro departamentos autônomos, o orçamento correspondente é de 4.003:727S145, ouro, e 66.408:231S243, papel, na proporção de 3,505% da despesa geral, na parte ouro, e 4,893%, na parte papel. Reformas A circunstância de se tratar de um novo departamento deu ensêjo a uma série de reformas que afetaram, não só a estrutura dos serviços administrativos, como estabeleceram modernas diretrizes ao ensino superior e secundário e aos trabalhos de assistência sanitária. Entre essas reformas, devem ser destacadas: a do sistema universitário; organização da Universidade do Rio de Janeiro e do ensino secundário; criação do Conselho Nacional de Educação; regulamentação do exercício da profissão farmacêutica; instituição do ensino religioso; organização do ensino comercial. Instrução primária e técnico-profissional Em matéria de educação nacional, quasi tudo está por fazer-se. O ponto de partida é o ensino primário, e, para ministrá-lo com real aproveitamento, não adotámos ainda uma fórmula satisfatória. O Governo Provisório tem em alta conta o problema e procura enfrentá-lo, dando unidade ao seu duplo aspecto ensino primário de letras e técnico-profissional. Seria, talvez, conveniente interessar diretamente, na sua solução, o Governo Federal, o Estado e o Município. Só assim tornar-se-ia possível provê-lo de melhores recursos, à míngua dos quais não o temos desenvolvido e aperfeiçoado, como se faz necessário. Já existe, em estudos, um ante-projeto elaborado por técnicos, em que se procura reformar o ensino profissional nos estabelecimentos a cargo dêste Ministério. Ensino superior e secundário O ensino secundário, que vinha sendo considerado entre nós como um simples instrumento de preparação dos candidatos ao ensino superior, desprezada a sua função de natureza educativa, que consiste, justamente, lo desenvolvimento das faculdades de apreciação de juízo e de critério, essenciais a todos os ramos da atividade humana, e, particularmente, no treino da inteligência em colocar os problemas nos seus termos exatos e procurar as suas soluções adequadas, requeria urgente reforma, na qual se atendesse às suas necessidades mais prementes. O Governo Provisório soube desde logo solucionar a questão, dando ao ensino secundário a sua função própria - formar o lionmem iara todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamento que o habilitem a viver por si mesmo e a tornar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes e mais seguras, em lugar de constituir um simples curso de passagem e um mero sistema de exames, destituído de virtudes educativas e reduzido às simples linhas essenciais de sua estrutura, estreitamente pragmática e utilitária, de instrumento de acesso aos cursos superiores. Na



conformidade das novas disposições, o Departamento Nacional de Ensino procedeu às verificações das condições materiais e didáticas de treze institutos de ensino superior, situados em diferentes Estados, para os fins da inspeção preliminar. Quanto ao ensino secundário, coube ao Departamento proceder às verificações estipuladas no art. 45 do Decreto n. 19.890, de 18 de abril último, em todos os estabelecimentos desta Capital e dos Estados, que requereram inspeção preliminar, de acôrdo com a reforma do ensino. Essas verificações se realizaram em 144 institutos.

### Saúde Pública

O lema adotado pela atual administração, em matéria de saneamento, foi “economizar o mais possível afim de atender aos reclamos da situação financeira do país e, ao mesmo tempo, procurar manter a eficiência dos serviços sanitários”. Semelhante orientação, evidentemente, não pode ser definitiva. Problemas de capital importância, na vida e progresso de qualquer país, os de saneamento reclamam solução, pelo menos, parcial. O Brasil não faz exceção, nesse sentido. Pelo contrário, sente, em toda sua intensidade, os efeitos danosos da falta de defesa sanitária conveniente, capaz de libertar suas populações das endemias reinantes, valorizando, ao mesmo tempo, extensas faixas territoriais, inaproveitáveis por insalubres. Passado o período de reajustamento financeiro a exigir severas economias, nenhum serviço mais do que êsse deverá receber a cuidadosa atenção do Governo. Grande parte da ação administrativa do Departamento Nacional de Saúde Pública, desde muito, vem sendo concentrada na Capital da República. É fácil comprovar que a defesa sanitária desta Capital não esmoreceu, na época post-revolucionária. Manteve-se a cidade, até hoje, completamente indene de variola, de peste bubônica e de febre amarela. Os serviços contra êsses flagelos, já organizados, continuaram, pois, a ter a sua eficiência indisputada. Da mesma forma, a-pesar-dos cortes feitos no orçamento para o presente exercicio, prosseguiram em plena atividade as organizações especializadas existentes no Departamento e destinadas à luta pela higiene infantil, ao combate contra a tuberculose, contra as doenças venéreas, contra a lepra, contra as doenças contagiosas comuns, finalmente, à inspeção de gêneros alimentícios e à fiscalização do exercicio da medicina e farmácia.

### Profilaxia da Febre Amarela

Os dois últimos casos desta doença registados nas estatísticas referentes ao Distrito Federal se referem ao mês de setembro de 1929. Entretanto, não foi possível atenuar a luta preventiva contra os mosquitos nesta cidade, nem no ano de 1930, nem no corrente, porque, além de persistirem focos da doença no Norte do país, tais focos se assinalavam bem perto desta Capital, no Estado do Rio, ainda em maio findo. O fato, pois, da cidade não ter sido invadida, êste ano, pela doença prova ter-se mantido íntegra a eficiência dos serviços anticulicidianos. Prova-o, mais, a persistência de índices estegômicos extraordinariamente baixos, a ponto de, na primeira semana de setembro, não se ter encontrado um só foco dêsse mosquito em toda a extensíssima zona urbana, suburbana e rural. Isto, não obstante a acentuada redução feita nas despesas com pessoal e material, decorrentes do mesmo serviço. Só no período de novembro de 1930 a abril do corrente ano houve uma economia de 8.332:835277. O quadro abaixo demonstra essa economia:

	Média mensal com pessoal	Média mensal com material	Média mensal total	Despesas em seis meses
1º período janeiro a outubro de 1930	2.422:195\$523	589:565\$886	3.011:761\$409	18.070:568\$454
2º período novembro de 1930 a abril de 1931	1.500:669\$587	122:285\$942	1.622:955\$529	9.737:733\$177
Diferença para menos no 2º período	921:525\$936	467:279\$944	1.388:805\$880	8.332:835\$277

Não existem dados minuciosos sôbre as despesas totais de maio em diante, porém é inteiramente fundado asseverar-se que as economias, ao fim do ano, terão atingido a cêrca de vinte mil contos de réis, só no serviço anticulicidiano da Capital. Quanto aos mesmos serviços no resto do país,

o Departamento, autorizado pelo Governo Provisório, logo no comêço da atual administração, conseguiu obter da Fundação Rockfeller que estendesse a sua atividade para o Sul. Foi possível lançar, assim, vasta rede de profilaxia antilarvária, compreendendo 51 localidades no Estado do Rio, 21 no Estado de Minas e 6 no do Espírito Santo. Ao mesmo tempo, essa Fundação, que vem, há anos, trabalhando, no Norte do Brasil, na profilaxia antimarílica, só de dezembro de 1930 para cá montou novos serviços em 11 localidades no Estado da Baía, em 8 no de Sergipe, em 3 no de Alagôas, em 4 no de Pernambuco, em 4 no da Paraíba, em 11 no do Rio Grande do Norte e em 31 no do Ceará. Profilaxia rural Devido às angústias financeiras do país, o Governo Provisório se viu na contingência de suspender a contribuição federal aos serviços de profilaxia rural existentes nos Estados. O pensamento expresso do Governo é, porém, restaurar progressivamente essa contribuição e reformar, ao mesmo tempo, a técnica dos referidos serviços. Não se tentará estabelecer, contudo, um padrão único para todo o país, mas adaptar o auxílio à variedade de condições locais.

### **Economias**

A diferença para menos no orçamento da Saúde Pública para 1931, comparado com o orçamento para 1930, foi de 10.162:335102. Dêstes, 6.451:736. atingiram os serviços de profilaxia rural. O orçamento atual de todo o Departamento é de 24.107 :532589. A supressão definitiva de cargos, feita, não só no orçamento, como por atos posteriores, representa, uma economia de 703 :130\$. Além disso, o não preenchimento de lugares vagos aliviou de 161 :234.\$658 a despesa de janeiro a agosto do corrente ano.

### **Ministério do Trabalho**

Não exageramos, recordando que, para a mentalidade predominante no regime passado, o problema operário, no Brasil, era simples questão de polícia. Em circulo de concepção tão estreita, não cabiam as justas reivindicações proletárias, conquistas correntes que se haviam incorporado à legislação social da maioria dos países civilizados. Garantias mínimas, quasi universalmente outorgadas às classes trabalhadoras, aqui, ainda consistiam em vagas aspirações, algumas displicentemente consubstanciadas em leis sem aplicação, outras, em maior número, de que o poder público, absolutamente, não cogitava. Sempre pensei de fôrma diferente, e já na minha plataforma de candidato afirmava: “Não se pode negar a existência da questão social, no Brasil, como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos. Se o nosso protecionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada, correnos, também, o dever de acudir ao proletário, com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças, como na velhice. A atividade das mulheres e dos menores, nas fábricas e estabelecimentos comerciais, está, em todas as nações cultas, subordinada a condições especiais que, entre nós, até agora, infelizmente, se desconhecem. Tanto o proletário urbano, como o rural, necessitam de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiaridades. Tais medidas devem compreender a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação; a proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice; o crédito, o salário e, até, o recreio, como os desportos e a cultura artística. É tempo de se cogitar da criação de escolas agrárias e técnico-industriais; da higienização das fábricas e usinas e saneamento dos campos; construção de vilas operárias e da aplicação da lei do salário mínimo às cooperativas de consumo, etc. Quanto ao operariado das cidades, uma classe numerosa existe, cuja situação é fácil de melhorar. Refirome aos que empregam suas atividades nas empresas telefônicas e nas de iluminação e viação urbanas. Bastará que se lhes estenda, naturalmente, dada a similitude das ocupações, o beneficio das caixas de aposentadorias e pensões dos ferroviários, beneficio de que já gozam igualmente os portuários. Idêntica providência deverá abranger, também, os inarilimos e os empregados do comércio, de conformidade com os respectivos projetos, que se arrastam nas casas do Congresso. Os poderes públicos não podem e não devem continuar indiferentes aos apelos dessas duas grandes classes e de outras com iguais direitos e necessidades tanto mais quanto a sua melhoria nenhum onus acarretará aos cofres do país. Simultâneamente, é necessário atender à sorte de centenas de milhares de brasileiros que vivem nos sertões, sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contacto com os agentes do poder público, apenas, através dos impostos extorsivos que pagam.” A criação dêste Ministério, com o programa que vem executando, além de cumprir promessas solenemente feitas e obedecer nos imperativos da época, impunha-se ao Governo Provisório, como primeiro

passo para a organização, no país, do Trabalho, da Indústria e do Comércio, não sômerile nas suas mútuas relações, como, também, no campo particular de ação que lhes compete. Iniciou-se, com êle, um movimento que no presente período de evolução social, não podia ser adiado, sob pena de ficarmos fóra do nosso tempo, como fôrça inútil e sem medida na permuta universal de valores.

A legislação que tem sido elaborada por intermédio desta Secretaria de Estado, com alto espírito de conciliação, sem extremismos de escolas, antes seguindo orientação conservadora, adequada ao nosso meio e às tendências pacíficas do fator humano que nele impera, começa a produzir os primeiros frutos. Além das suas funções administrativas, que compreendem as questões de trabalho, indústria, comércio, previdência social, estatística, imigração e colonização e do patrimônio nacional, o novo Ministério iniciou trabalhos de legislação social e industrial cuja importância seria inútil sublinhar. Na legislação social, destacam-se, entre as suas iniciativas, as seguintes: 1ª) a lei e o regulamento de proteção ao trabalho nacional - a chamada lei dos dois têrços; 2ª) a reforma da lei de aposentadorias e pensões; 3ª) a ampliação do âmbito dessa lei, fazendo beneficiários dela os trabalhadores e empregados marítimos, tranviários, telegráficos, telefonistas e radiotelegrafistas, todos os operários de serviços públicos, em suma; 4ª) a lei referente à organização das classes (lei de sindicalização); 5ª) os projetos de lei já publicados sôbre: a) oito horas de trabalho diário ou 48 horas semanais, nas indústrias e no comércio; b) organização de um critério para estabelecimento dos salários mínimos; c) convenções ou contratos coletivos de trabalho; d) a instituição de comissões permanentes e mixtas de empregadores e empregados, para solução dos conflitos de trabalho (comissões de conciliação e arbitramento). Já estão redigidos e serão publicados a seguir os projetos relativos ao trabalho de mulheres e menores e às condições de segurança e higiene nas fábricas. Os projetos submetidos por duas vezes à discussão dos interessados vêm a público sempre acompanhados de explícita exposição de motivos do Ministro. Já foi assinado o decreto de reforma da lei de aposentadorias e pensões, cuja elaboração foi procedida durante longos meses, ouvidos os diretamente interessados na reforma e submetidas as emendas a estudo de uma segunda comissão. Para dizer do interesse com que essa reforma foi acompanhada pelo público, basta acentuar que mais de setecentas emendas lhe foram apresentadas. A reforma, em linhas gerais, visa melhorar as condições das aposentadorias, que passam a ser, móveis entre os limites de 70 e 100 % dos vencimentos dos operários e empregados e fortalecer os fundos das caixas, por forma a permitir que elas correspondam realmente à sua útil e nobre finalidade social. O Ministro do Trabalho já está autorizado a nomear uma nova comissão incumbida de redigir um ante-projeto de seguro social, de sorte a estender os incalculáveis benefícios das caixas de aposentadorias e pensões aos empregados no comércio e aos operários de indústrias privadas. Inútil seria dizer do alcance humanitário social dessa iniciativa, O Governo Provisório, com êsse gesto, redime uma dívida de honra que os poderes públicos tinham com os trabalhadores brasileiros e que nunca preocupou maiormente os govêrnos passados. É, como se vê, um esforço renovador digno de nota e que procura, sob todos os aspectos e sem prejuízos à produção, assinalar a vitória da Revolução com grandes e decisivas conquistas sociais. Na legislação industrial, merecem referências os decretos: O novo Ministério mantém estreito contacto com as indústrias e comércio, sem falar nos representantes das classes operárias, procurando assistí-las em todos os seus interesses legítimos. A sua norma de ação consiste em substituir a luta de classes, negativista e estéril, pelo conceito orgânico e justo da colaboração entre as classes, com severa atenção às condições econômicas do país e aos reclamos da justiça social. 1º) de abolição dos impostos interestaduais, a partir de 1º de janeiro de 1932; 2º) de estatística industrial, já regulamentado; 3º) de proibição de importações de máquinas para as indústrias consideradas em superprodução; 4º) da marcação obrigatória e indelevel dos tecidos nacionais; 5º) da marcação dos envoltórios e recipientes de produtos destinados à exportação.

### **Caixa de Aposentadoria e Pensões**

O exame meticoloso e continuo da situação financeira das caixas, cujas despesas têm aumentado de modo considerável, deu margem a que se verificasse ser a mesma precária e reclamar a adoção de providência pronta e eficaz, que lhes garantisse melhor funcionamento. Em vista disso, o Governo resolveu, como medida de emergência, até que seja reformada a legislação a respeito, suspender, pelos Decretos us. 19.554, de 31 de dezembro de 1930, e 20.048, de 28 de maio último, a concessão das aposentadorias ordinárias e extraordinárias, permitindo, apenas, a das que se concedem por invalidez e as pensões a herdeiros.

As verbas aprovadas pelo Conselho Nacional do Trabalho, nos orçamentos para o exercício corrente, demonstram o desenvolvimento da instituição:

Caixas de aposentadoria dos ferroviários:

aposentadorias, pensões e socorros médicos e hospitalares	38.147:411\$348
Caixas de aposentadoria dos portuários:aposentadorias, pensões e socorros médicos e hospitalares	2.185:271\$800
TOTAL	40.332:683\$148

O patrimônio dessas Caixas, empregado em títulos federais, eleva-se a 167.064 :900w, pelo valor nominal, sendo 177.476 :900\$ o seu valor total, no qual se compreendem 10.412:000S em títulos estaduais.

### **Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União**

Transferido do Ministério da Fazenda para a jurisdição do do Trabalho, recebeu organização nova pelo Decreto n. 19.646, de 30 de janeiro de 1931, que entregou a sua direção, dividida, anteriormente, por três, a um só funcionário, e reduziu de 13 para 5 o número de membros do Conselho Administrativo, cuja presidência passou a competir ao Diretor do Instituto. O quadro de funcionários reduziu-se de 130 a 89, e várias disposições, tendentes a tornar mais perfeito o seu funcionamento, foram adotadas. O Instituto vai preenchendo cabalmente os seus fins e a sua esfera de ação dilata-se continuamente. As inscrições novas, em número de 1.967, representam o valor de 24.382:000S, estando em vigor 30.801, no total de 400.918:000. No período já mencionado, foram autorizados os pagamentos de 302 pecúlios, no valor de 3.301:386\$030, tendo o Instituto arrecadado, no mesmo lapso de tempo, a importância de 5.151:420\$354, proveniente de prêmios de pecúlios, e feito restituições de pecúlios facultativos, no valor de 19:494988.

A sua receita, nos últimos oito meses, orçou por 7.601:810445, enquanto a despesa importou em 4.663:747\$197 e as disponibilidades montaram a 5.879:626\$642, distribuídos pela Caixa, Bancos diversos e Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional. Os dados coligidos demonstram a grandeza da iniciativa de que resultou o Instituto do Funcionalismo, a que está reservado um futuro promissor e cujo desenvolvimento o tornará uma das maiores instituições de previdência do país. Vila Proletária Marechal Hermes. Da Diretoria do Patrimônio Nacional, a cargo da qual se achava, foi, pelo Decreto n. 20.125, de 17 de junho último, transferida ao Instituto de Previdência a Vila Proletária Marechal Hermes, hoje Cidade-Jardim 3 de Outubro. Com o intuito de dar aspecto mais agradável e disposição mais confortável às casas iniciadas naquela Vila, há cerca de 18 anos, e abandonadas em alicerces, intro(luziram-se diversas modificações nos projetos existentes. Construiu o Instituto, em menos de seis semanas, para inodêlo de acabamento das obras, 10 casas de tipos diferentes, as quais servirão de base à concorrência, que se abrirá por todo o mês corrente, para a construção de outras. Ultimados os trabalhos de conferência de fôlhas de pessoal, faturas, etc., para a fixação do custo de cada casa, dar-se-á comêço à respectiva venda a contribuintes do Instituto, na ordem da inscrição para a compra, elevando-se já a 240 o número de pretendentes para aquelas 10. Após as providências para a construção das 135 casas que já se acham em alicerces, tratará o Instituto do aproveitamento da área disponível, para o que deverá ser modificado o plano existente, visto não condizer com as exigências do urbanismo moderno. Exportação do café Pelo Decreto n. 19.585, de 13 de janeiro, foram os serviços de liberação do café, isto é, a regularização das entregas de café nesta praça, de acôrdo com as quotas cstabelecidas no convênio dos Estados cafeeiros, transferidos do Ministério da Viação e Obras Públicas para o do Trabalho, Indústria e Comércio. A partir de 5 de março, passou o Departamento Nacional do Comércio a superintender o serviço, exercendo a mais rigorosa fiscalização, de modo que não fossem expedidas. as quotas fixadas, quinzenalmente, na proporção prevista no convênio aludido, e suspendendo as entregas todas as vezes que os embarques se tornarem escassos, elevando o stock além do nível convencionado. Congresso do mate Em fevereiro, esteve reunido em Curitiba o Congresso dos Estados ervateiros, por iniciativa e sob a presidência do Ministro do Trabalho, para a discussão do problema, em face da necessidade de defesa do produto, ameaçado de crise, nos seus principais mercados. Em consequência do Congresso, ficou assentada a criação do Conselho Nacional do Mate, como órgão central de ação, com séde no Rio de Janeiro, bem como a

cobrança da sobretaxa de 25 réis por quilo, para os trabalhos de propaganda e manutenção do Conselho Nacional e dos quatro institutos locais.

### **Marcação de produtos**

Afim de acautelar os interesses da indústria nacional e a renda pública, foi expedido o Decreto n. 19.901, de 22 de abril de 1931, estabelecendo a marcação obrigatória dos tecidos de fabricação brasileira. Êste Decreto foi modificado pelo de n. 20.260, de 29 de julho de 1931, determinando que todos os tecidos e seus derivados, de qualquer espécie, exceto os de juta, fabricados no Brasil, sejam marcados de tal forma que, fãcilme flte, se lhes reconheça a procedência brasileira. Fazendo-se, igualmente, necessário dar aos mercados estrangeiros, consumidores de nossos produtos, a certeza de que êstes sã, de fato, procedentes do Brasil, foi expedido o Decreto n. 20.274, de 5 de agôsto de 1931, tornando obrigatória a marcação dos barris, caixas, sacos e outros recipientes ou envólucros que contenham artigos e produtos exportados das praças brasileiras. Imigração Ao Departamento Nacional do Povoamento coube, como continuador dos trabalhos que incumbiam ao extinto Serviço do Povoamento, ao qual sucedeu, encaminhar para as atividades industriais ou agrícolas do interior do país, metãdicame flte, com as necessárias cautelas para evitar insucessos, a massa que, sobretudo aqui no Centro, se formou quasi arbitrariamente, ameaçadora, dos “sem trabalho”, que as condições econômicas vieram afetar. O número de pessoas enviadas para o interior atingiu nestes sete meses últimos, a 14.276, dando uma média diária aproximada de 70, tendo sido alojadas 1.343, enquanto aguardavam transporte, na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.

### **Patrimônio Nacional**

A antiga Diretoria do Patrimônio, pelo motivo principal de ser conseguido o aperfeiçoamento dos seus serviços, de forma a atenderem-se as finalidades que lhe sã inerentes, jamais atingidas, foi desligada do Ministério da Fazenda e constitúe, atualmente, departamento deste Ministério, onde melhormente se adapta à sua esfera de ação. Repartição administrativa e arrecadadora de notório valor funcional, vinha, até hoje, vegetando sem programa e direção, a-pesar-da extraordinária importância que tem, para o país, o conhecimento da sua riqueza patrimonial. Nesse sentido, nada sabemos. Tudo que há feito se reduz a uma coleção, sem método, de títulos de vastas propriedades que, lentamente, vã fugindo ao domínio da União, visto como ainda não se executou nem mesmo o tombamento dos imóveis federais na Capital da República. Sendo inadiável uma solução radical a problema de tal magnitude, estuda-se, no momento, a realização de ampla reforma que crie, definitivamente, o Instituto Patrimonial do Brasil, como órgão cujo funcionamento venha, de modo completo, corrigir todas essas deficiências e enriquecer a Nação, dando-lhe pleno, conhecimento do que possui. Os Estados da Federação Estamos empenhados, como já foi dito, na reorga-nização econômico-financeira de todo o país, portanto, também, dos Estados e Municípios. Inspira-nos um programa nacional de harmonia e não de dispersão. A União tem de se restabelecer, curando, ao mesmo tempo, todos os seus elementos componentes. Entre o Govêrno Provisório e os interventores, entre êstes e os prefeitos municipais, deve haver identidade de diretrizes na ordem financeira, administrativa e econômica. Cumpre a todos seguir o mesmo rumo, para uniformidade do esforço e semelhança dos resultados. A lei orgânica ou Decreto n. 19.398, de 11 de novembro do ano passado, foi o primeiro passo nesse sentido. Nela, ficou estabelecida a competência do Govêrno Federal de nomear interventores de sua confiança para cada Estado, incumbindo-os de exercer, como êle próprio, atribuições executivas e legislativas, e, também, autorizando-os a nomear, a seu turno, os prefeitos para os diversos Municípios. Havia, assim, como que uma delegação de poderes para uma realização comum. Foi além, porém, a mesma lei. Prescreveu obrigações e normas para os interventores e prefeitos, submetendo-os à fiscalização do Centro, sendo de citar, entre tais obrigações e normas a que lhes impõe a “publicação mensal de balancetes da receita e despesa”. O recente Código dos Interventores é complemento dessa lei. Veio ampliá-la e formar de modo iniludível aquela comunhão. Assim é que, entre outras providências, determina o seguinte: a) que as despesas autorizadas nas leis orçamentárias dos Estados e Municípios não excedam a receita orçada para o exercício e que os créditos extraordinários, suplementares ou especiais, também não excedam o saldo da receita arrecadada sôbre a receita orçada; b) que a receita não será orçada em quantia superior à efetivamente arrecadada no exercício anterior, não computadas aí as somas provenientes de empréstimos ou quaisquer outros recursos extraordinários; c) que êles, Estados e Municípios, não podem contraír empréstimos externos; d) que

não podem fazer concessões de minas ou de terras; e) que têm de abolir o imposto de exportação, substituindo-o por outros mais racionais; f) que os Estados devem empregar, no mínimo, 10 % de sua renda com a instrução primária e não podem gastar mais de 10 % com serviços da segurança pública. Nem se diga que os interventores e prefeitos se podem eximir desses deveres, burlando tais normas, pois que é dos mais rigorosos o processo de fiscalização múltipla a que os sujeita o novo Código. Quer isso dizer que vamos ter, pela primeira vez, em toda a história de nossa vida econômico-financeira, o equilíbrio orçamentário, não só na União, como em todos os Estados e Municípios. De resto, é preciso assinalar que a maioria dos Estados, atendendo a instruções do Governo Federal, já no começo do corrente ano, teve o cuidado de organizar seus orçamentos, com receita menor que a orçada no exercício anterior, conforme demonstra o quadro anexo. Outro dispositivo do mesmo Código, que convém salientar, é o seguinte: “Para uniformizar o serviço de escrita e evitar confusão tributária, o Estado fará adotar, obrigatoriamente, por todos os Municípios um tipo único de escrita, que deverá ser mantido, rigorosamente, em dia e simplificará, igualmente, os orçamentos, confeccionando um padrão para todos os Municípios”. O Governo está no propósito de que esse padrão seja, tanto quanto possível, geral, para a União, os Estados e os Municípios. Dada a falta desse padrão, é difícil de dizer quanto gastam, por exemplo, a União, os Estados e os Municípios, com a instrução (primária, secundária e superior), com a segurança pública (polícia militar e civil), com obras em geral, com o serviço de dívidas, com o pessoal, etc.

Observada essa discriminação, será possível precisar e conhecer a causa daqueles gastos. Em resumo, a União terá que se renovar e cuidar de renovar, igualmente, os Estados e Municípios. É das mais complexas, senão cheia de dificuldades, a tarefa a que se entrega o Governo Provisório, mas há-de sobrar-lhe entusiasmo e confiança em nossas reservas e espírito de renúncia e abnegação, para levá-la a bom termo, em um reajustamento conveniente de forças e valores.

### **Conclusão**

Com a maior sinceridade, delineeij aos vossos olhos o quadro sucinto da situação do país. Por êle, ajuizareis do intenso esforço do Governo Provisório. A missão que nos coube é pesada e ingrata; lenta, nos seus resultados, e silenciosa, na sua marcha, encontrou, de início, obstáculos de toda sorte. Na manutenção de uma taxa artificial de câmbio, consumiram-se as nossas reservas-ouro. A queda do preço do café e de outros produtos de exportação, pelo enfraquecimento do consumo, adicionada ao desequilíbrio do mercado mundial, ainda não permitiu a restaração das nossas forças econômicas. Nem isso se pode operar, infelizmente, de um momento para outro, em extenso país como o nosso, abalado por uma política financeira de esbanjamento, comum à União e à quasi totalidade dos Estados. A orientação que adotamos, ditada pelo bom senso, aconselhada pela experiência, tanto nossa como de outras nações, e, ainda, pelos ensinamentos dos mestres não há-de falhar nos seus resultados. Cortar despesas, equilibrar orçamentos, estimular as fontes produtoras, diminuir a importação e aumentar a exportação - julgamos ser medidas elementares de política econômica, de benefício certo e insofismável. Não nos inquietemos com a impaciência dos sôfregos, com a crítica dos financistas improvisados e a grita dos que defendem interesses estranhos, opostos aos da nacionalidade. Nada se resolve ou se consegue a golpes de taumaturgia. Milagres, só os realizam a fé e a confiança, - confiança e fé que devemos manter vigilantes e ativas. A nossa situação não é de desespero; ao contrário, inspira encorajamento e justifica a esperança de melhores dias. Estamos com os orçamentos equilibrados; não temos miséria, nem nos assobêrba a crise dos “sem trabalho”; o custo da vida não encareceu; a moeda não se desvalorizou, internamente; não emitimos, e, enfim, sem onerar o país de novos compromissos, diminuimos os existentes. O que se faz mister é reagir contra os derrotistas, que espalham boatos; contra os descontentes, que não tiveram as ambições satisfeitas; contra os empreiteiros de desordens e aproveitadores da Revolução; contra todos os que pretendem mascarar os seus apetites com o rótulo do extremado patriotismo. O trabalho que se executa é real e não simples efeito cenográfico. O organismo administrativo, os conselhos técnicos, as comissões de sindicância e os tribunais julgadores estão em permanente atividade. Não obstante isso, para uns, o Governo é inerte porque não concertou, em ano de dificuldades gerais, o que seus antecessores desbarataram em decênios; a êstes, direi: as medidas precipitadas e imprudentes só costumam acarretar decepções. Para outros, o Governo é fraco porque, dispondo do arbítrio, não se desmanda em violências; responderei, por sua vez, a êstes; experimentem o limite da resistência, para reconhecerem que não haverá recuo, diante, mesmo, do sacrifício. Nem sempre o observador apressado percebe o potencial de energia que

se desenvolve, em silêncio, no seio da sociedade, impulsionando subterraneamente os acontecimentos e arrastando os homens que se julgam com força de determiná-los e dirigí-los. Guiado, entretanto, pelo seu instinto divinatório, o povo jamais deixa de identificar, entre os leaders aparentes, os seus legítimos servidores; êle conhece, realmente, quais os que desejam servi-lo servindo à coletividade e quais os que pretendem explorá-lo dizendo-se ao seu serviço para pavonear vaidades e satisfazer ambições. Quanto a mim, insisto em declarar, mais uma vez: não me interessam os chamados casos políticos, os ajustes, as questiúnculas e acordos meramente partidários. Estou governando em obediência ao pensamento norteador da Revolução, apoiado na força das armas, pelo prestígio das instituições militares, e na força da opinião, pela solidariedade do povo brasileiro. Exército e Armada sabem que só assumi o poder para realizar os imperativos revolucionários, e o povo brasileiro confia na minha ação, pois aspiro, tão somente, preparar o país, para devolvê-lo à sua soberania. No panorama geral da civilização, subvertido o mundo nas bases da sua economia e esgotado nas fontes da sua anterior opulência, o Brasil, pela vastidão do seu território e imensas riquezas a explorar, será sempre terra farta e acolhedora. Aprimorada a educação do seu povo, valorizada a sua capacidade de trabalho, forte no presente e tranquila em face ao futuro, a nossa Pátria está destinada à conquista das mais puras glórias.

### **As classes trabalhadoras e o Governo da Revolução.**

(Discurso pronunciado em 29 de outubro de 1932)

Agradeço esta expressiva manifestação, cuja espontaneidade e alcance cívico bem compreendo e aprecio. Na atuação do Governo Provisório, através dos diversos departamentos de sua atividade, não há, nem deve haver, ações isoladas, quasi sempre pessoais e dispersivas. Para bem servir ao país, cumpre norteá-la segundo um pensamento único e central, visando, exclusivamente, o interesse coletivo. As iniciativas realizadas pelo Ministério do Trabalho, que hoje aplaudis, têm esse sentido construtor e predeterminado, que encontra estímulo e finalidade no plano renovador, imposto pela Nação, vitoriosa em 1930. As leis esboçadas, discutidas, projetadas ou já em execução nesse Ministério, derivam desse pensamento superior e constituem um ideal em marcha, que nenhuma resistência poderá conter. Organização sindical, a lei de férias, a limitação das horas de trabalho, o salário mínimo, as comissões de conciliação, as caixas de pensões, o seguro social, as leis de proteção às mulheres e aos menores realizam velhas aspirações proletárias de solução inevitável. O individualismo excessivo, que caracterizou o século passado, precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Não há nessa atitude nenhum indício de hostilidade ao capital, que ao contrário, precisa ser atraído, amparado e garantido o pelo poder público. Mas, o melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores, destituídos dos sentimentos de Pátria e de Família. Faz-se mister, aos que desfrutam os benefícios da riqueza e do conforto - regalias que aos pobres parecem um privilégio, mas que a lei transforma em prerrogativa jurídicas - reconhecerem que a essas prerrogativas correspondem deveres, convencendo-se de que todos quantos cooperam com o seu trabalho para semelhante resultado possuem, também, respeitáveis direitos ao bem-estar, aos cuidados da saúde e às garantias de previsão social contra os acidentes do labutar afanoso.

Entramos, definitivamente, num período de ordem, de segurança e de firmeza de ação. Aproveitêmo-lo para concluir a obra de reconstrução social e política, que consagre, nos nossos anais, o pensamento de renovação triunfante em 1930.

A instrução profissional e a educação moral, cívica e agrícola - discurso pronunciado na Bahia, em 18 de agosto de 1933.

Visitando a Baía, sinto a comoção de abeirar-me, pela primeira vez, do berço da nacionalidade. Antes de conhecê-la, a História fizera-me compreender o seu passado glorioso na formação da Pátria; aqui, santificando a terra virgem do Brasil, erigiu-se a primeira Cruz, símbolo sagrado, unindo o Novo Mundo, que surgia à civilização cristã renascente; daqui, partiram os exploradores do Recôncavo; aqui, fixaram-se os primeiros descobridores, tirando da terra dadivosa o seu sustento e perpetuando-se na sua descendência; aqui, constituiu-se o núcleo inicial de resistência

para a manutenção e posse das terras descobertas; enfim, aqui, foram lançados os alicerces da Nação que hoje somos e da grande Pátria que devemos ser. No processo da nossa evolução política, a Bahía jamais desmereceu da honra que lhe adveiu de antiga metrópole do Brasil. A sua voz alteou-se sempre para prestigiar as grandes causas que empolgaram o país, no Império e na República. Ao avistá-la por sôbre a curva suave da enseada, cuja moldura verdejante se alonga pela serrania, a cidade de São Salvador relembra a evocação filial de Ruy Barbosa “vendo pendurar-se do céu e estremecer para mim o ninho onde cantou Castro Alves, verde ninho murmuroso de eterna poesia, debruçado entre as ondas e os astros...” Completando a visão, associava no mesmo culto admirativo esses dois grandes nomes da Bahia-mater - um, o maior gênio verbal da nossa raça; o outro, poeta e precursor das reivindicações sociais da nacionalidade.

Mas, a Baía não evoca somente estas glórias: evoca, também, as primeiras lutas do homem para dominar a terra selvagem do Brasil, transformando esse esforço em riqueza que chegou a erguer a capitania nascente, durante muito tempo, à categoria de maior empório comercial da América do Sul. A exploração da terra instituiu, aqui, o padrão incipiente do nosso regime de trabalho. O falso fundamento que se lhe deu, apoiado no braço escravo, ao tempo, talvez inevitável, não deixou de concorrer para a prosperidade do Brasil colonial. Prolongado, porém, através do Brasil Império, converteu-se em êrro grave e imperdoável. O fato de perpetuar-se a escravidão no Brasil até 1888 constituiu lamentável imprevidência da política e dos homens do segundo reinado. Quando todos os povos sul-americanos, vivendo em ambiente menos calmo, alicerçavam o progresso nacional na aptidão e no trabalho dos seus concidadãos, o Brasil mantinha o braço escravo como alavanca propulsora do seu desenvolvimento econômico.

A continuidade na conservação do trabalho servil, levado, teimosamente, quasi às portas da República, entravou a solução de um dos problemas capitais da nossa vida econômica. Feita a Abolição, o novo regime encontrou o trabalho desorganizado, e tão profunda foi a repercussão desse fato que, até hoje, só de forma parcial temos conseguido atenuar-lhe os efeitos nocivos. A propaganda abolicionista, que constituiu, no Brasil, admirável movimento de patriotismo, ao serviço de nobre ideal, restringiu-se, exclusivamente, à libertação dos cativos, sem cogitar do grave problema da substituição, pela atividade livre, do trabalho escravo, sôbre o qual repousava a nossa economia. Muitas regiões do país outrora opulentas, ainda hoje sentem, decadentes, as consequências nefastas dessa desarticulação brusca. Ao Sul do país, a imigração, em grande parte, renovou, revigorando, a prosperidade antiga; mas o Norte continua a sofrer os perturbadores efeitos de tamanha imprevidência. Zonas florescentes, desbravadas pelo esforço do negro submisso, transformaram-se em caatingas, onde populações rurais empobrecidas, ao léu das inconstâncias do clima e à míngua de recursos, vegetam desenraizadas, por vezes quasi nômade, vivendo, dia por dia, jungidas à voracidade dos novos senhores que lhes exploram o trabalho rude, como se fossem compostas de retardatários servos da gleba. Agravando semelhante desorganização, verificou-se o êxodo dos habitantes do interior, atraídos pelas ilusórias facilidades de trabalho abundante e bem recompensado, para os centros urbanos de vida intensa. O proletariado das cidades aumentou desproporcionadamente, originando o pauperismo e todos os males decorrentes do excesso de atividades sem ocupações fixas. Isso, quanto aos indivíduos pertencentes às classes pobres. Entre os das mais favorecidas, a miragem das cidades atuou também, fortemente, embora sob outro prisma. Seduzia-os a aristocracia do diploma ou as vantagens aparentes do emprêgo público, quando não a vida faustosa dos grandes centros sociais, onde a ilusão dos prazeres fáceis os arrastava à ociosidade dissipadora. O panorama bosquejado, ainda agora, mantém-se, nas suas linhas gerais e em certos aspectos, talvez ampliadamente. Cumpre-nos incentivar, por todas as formas, a volta ao bom caminho. Os atalhos que nos podem levar a êle são muitos, mas o rumo, um só: o retôrno aos campos.

Encontrados os meios capazes de provocar êsse retôrno, estará resolvido um dos maiores problemas da atualidade brasileira. O homem sente-se prêsso à terra quando ela corresponde generosamente ao seu esforço. Para que tal aconteça, torna-se necessário saber aproveitá-la, escolhendo-a onde seja fértil à semente e saudável à vida. A consecução dêsse objetivo exige, como soluções primárias, educar as populações rurais e, ao mesmo tempo, valorizar economicamente o interior, povoando-o e saneando-o.

Balaceando os termos da equação enunciada - educar e povoar - síntese em que se contém o segredo da nossa prosperidade, começemos por examinar, inicialmente, entre eles, o que diz respeito ao aproveitamento da terra. Povoar não é somente acumular elementos humanos em determinada



região. Sem prévia verificação das condições do meio físico, sob o tríplice aspecto de terra fértil, salubre e de fácil acessibilidade aos escoadouros normais da produção; sem assistência social e auxílios técnicos, não é possível fixar, com segurança de êxito, populações que apenas dispõem, para progredir, do esforço próprio e do trabalho rudimentar. Possuímos extensas faixas territoriais ubérrimas e saudáveis, próximas a centros urbanos florescentes, quasi completamente incultas e despovoadas. Nelas devemos, de preferência, localizar o trabalhador rural, que aqui e ali vegeta, desarticulado da gleba e sem teto próprio, antes de nos preocuparmos com o saneamento de zonas inhóspitas, só utilizáveis mediante obras de custo vultoso e vigilância sanitária continuada, quando pequena parte desse dispêndio bastaria para aparelhar, em condições prósperas, numerosos núcleos coloniais, situados em lugares de fácil e produtiva adaptação. Não significa isso desconhecimento da necessidade imperiosa de sanear as regiões densamente povoadas, sujeitas à devastação de endemias que depauperam os seus habitantes, diminuindo-lhes a capacidade de trabalho aniquilando-lhes a descendência, através de gerações sucessivas. Para atender ao saneamento rural, o Govêrno tem fornecido aos Estados apreciáveis recursos pecuniários. Trata-se, porém, de esforços parcelados, em benefício de determinados núcleos de população. O problema exige, entretanto, providências mais enérgicas e generalizadas. Precisamos pôr em execução um plano completo de saneamento rural e urbano, capaz de revigorar a raça e melhorá-la como capital humano aplicável ao aproveitamento inteligente das nossas condições excepcionais de riqueza. Visando obter, para isso, os necessários recursos, já foi baixado um decreto criando o sêlo sanitário, sugestão do ilustre Dr. Belisário Pena, utilizado para assegurar a realização progressiva de uma das iniciativas mais úteis que o Brasil exige dos seus governantes. E' verdadeiramente tristador, em país de imigração como o nosso, observar-se o espetáculo doloroso de vastos conglomerados humanos entorpecidos pela malária, corroídos pela sífilis ou a lepra, remissos a qualquer atividade produtiva e condenados a inevitável decadência, por mingua de socorros dos poderes públicos. Para assegurar o aproveitamento econômico da terra, povoar e sanear não é tudo. Faz-se mistér, também, prender o homem ao solo, o que somente se consegue transmitindo-lhe o direito de domínio. Quem labora e cultiva a terra, nela deposita a sementeira e alicerça a casa - abrigo da família - deve possuí-la como proprietário. Facilitada a aquisição por baixo preço e parceladamente, o povoador poderá satisfazê-lo com o produto do próprio trabalho. Outro benefício, daí, ainda adviria. Aos poucos, veríamos desaparecer os tratos incultos e latifundiários, substituídos pela pequena propriedade, de vantagens sobejamente conhecidas, como fator poderoso de fartura e enriquecimento. O aspecto mais relevante do problema fundamental do Brasil não está, porém, compreendido nas considerações que venho dexpender. Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional.

Nesse sentido, até agora, nada temos feito de orgânico e definitivo. Existem iniciativas parciais em alguns Estados, embora incompletas e sem sistematização. Quanto ao mais, permanecemos no domínio ideológico das campanhas pro-alfabetização, de resultados falhos, pois o simples conhecimento do alfabeto não destrói a ignorância nem conforma o caráter. Há profunda diferença entre ensinar a ler e educar. A leitura é ponto inicial da instrução, e essa, propriamente só é completa quando se refere à inteligência e á atividade. O raciocínio, fôrça máxima da inteligência, deve ser aperfeiçoado, principalmente por sabermos que o trabalho manual também o exige, pronto e arguto. Não deixa de haver certo fundo de verdade na afirmação do psicólogo: "O homem que conhece bem um ofício possui, só por êsse fato, mais lógica, mais raciocínio e mais, aptidão para refletir do que o mais perfeito dos retóricos". A instrução que precisamos desenvolver, até ao limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem ela, sobretudo na época caracterizada pelo predomínio da máquina, é impossível trabalho orgarnizado.

A par da instrução, a educação: dar ao sertanêjo, quasi abandonado a si mesmo, a consciência dos seus direitos e deveres; fortalecer-lhe a alma, convencendo-o de que existe solidariedade humana; enrijar-lhe o físico pela higiene e pelo trabalho, para premiá-lo, enfim, com a alegria de viver, proveniente do confôrto conquistado pelas próprias mãos. No Brasil, o homem rude do sertão, sempre pronto a atender aos reclamos da Pátria nos momentos de perigo, é matéria prima excelente e, se vegeta decaído e atrasado, culpemos a nossa incúria e imprevidência. Por vezes, o seu aspecto é miserável, mas, no corpo combalido, aninha-se a alma forte que venceu a natureza amazônica e

desbravou o Acre. Em algumas regiões, vêmo-lo quebrantado pelas moléstias tropicais, enfraquecido pela miséria, mal alimentado, indolente e sem iniciativa, como se fôsse um autômato. Dai a êsse espectro farta alimentação e trabalho compensador; criai-lhe a capacidade de pensar, instruindo-o, educando-o, e rivalizará com os melhores homens do mundo. Convençamo-nos de que todo brasileiro poderá ser um homem admirável e um modelar cidadão. Para isso conseguirmos, há um só meio, uma só terapêutica, uma só providência: é preciso que todos os brasileiros recebam educação. Relembrai o exemplo do Japão. O Imperador Mutuzahito, certo dia, baixou um édito determinando “fôsse o saber procurado no mundo, onde quer que existisse, e a instrução difundida de tal forma que em nenhuma aldeia restasse uma só família ignorante e que os pais e irmãos mais velhos tivessem por entendido que lhes cabia o dever de ensinar aos filhos e irmãos mais moços”. O Imperador foi obedecido. O milagre da instrução, em pouco mais de 40 anos, de 1877 a 1919, fez que a exportação e a importação do país centuplicassem; o Japão vencia a Rússia e entrava para o rol das grandes potências. E’ dever do Govêrno Provisório interessar no assunto a Nação inteira, obrigando-a a cooperar, nas múltiplas esferas em que o seu poder se manifesta, para a solução dêste problema. Anda em moda afirmar-se que a educação é corolário da riqueza, quando o contrário expressa maior verdade. Exemplificam com o caso dos Estados Unidos, onde a difusão do ensino primário consome orçamentos anuais que atingem cêrca de 26 milhões de contos da nossa moeda, e concluem que, entre nós, a questão é insolúvel pelo vulto das despesas que exige, incompatível com a nossa carência de recursos. Em resumo, sustentam: - educação completa só pode existir em nações opulentas. A argumentação é sofisticada. A nossa vitória, nesse terreno, depende de começarmos como a grande Nação americana começou e prosseguirmos, resolutos e tenazes, até atingir o fastígio a que ela chegou.

A verdade é dura, mas deve ser dita. Nunca, no Brasil, a educação nacional foi encarada de frente, sistematizada, erigida, como deve ser, em legítimo caso de salvação pública. E é oportuno observar. Aos Estados coube velar pela instrução primária; quasi todos contraíram vultosos empréstimos, acima das suas possibilidades financeiras. Da avalanche de ouro com que muitos abarrotaram as arcas, abusando do crédito, qual o numerário distraído para ampliar ou aperfeiçoar o ensino? Esbanjavam-no em obras suntuárias, em organizações pomposas e, às vezes, na manutenção de exércitos policiais, esquecidos de que o mais rendoso emprêgo de capital é a instrução. Sem necessidade de vastos planos de soluções absolutas porém impraticáveis na realidade, procuremos assentar em dispositivos eficientes e de aplicação possível todo o nosso aparelhamento educador. A instrução, como a possuímos, é lacunosa. Falha no seu objetivo primordial: preparar o homem para a vida. Nela devia, portanto, preponderar o ensino que lhe desse o instinto da ação no meio social em que vive. Ressalta, evidentemente, que o nosso maior esforço tem de consistir em desenvolver a instrução primária e profissional, pois, em matéria de ensino superior e universitário, nos moldes existentes, possuímo-lo em excesso, quasi transformado em caça ao diploma. O doutorado e o bacharelado instituíram uma espécie de casta privilegiada, única, que se julga com direito ao exercício das funções públicas, relegando para segundo plano a dos agricultores, industriais e comerciantes, todos, enfim, que vivem do trabalho e fazem viver o país. E’ óbvio que, para instruir, é preciso criar escolas. Não as criar, porém, segundo modelo rígido aplicável ao país inteiro. De acôrdo com tendências de cada região e o regime de trabalho dos seus habitantes, devemos adotar os tipos de ensino que lhes convêm: nos centros urbanos, populosos e industriais - o técnico- profissional, em forma de institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior - rural e agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos. Em tudo, com o caráter prático e educativo, dotando cada cidadão de um ofício que o habilite a ganhar, com independência, a vida ou transformando-o em um produtor inteligente de riqueza, com hábitos de higiene e de trabalho, conciente do seu valor moral. Atingimos o ponto onde os pessimistas se habituaram a encontrar dificuldades de toda sorte. Refiro-me aos recursos indispensáveis para organizar e manter semelhante aparêlho educativo, cujo desenvolvimento pode ser graduado de acôrdo com as possibilidades financeiras do país. Nesse terreno, mais do que em qualquer outro, convêm desenvolver o espírito de cooperação, congregando os esforços da União, dos Estados e dos Municípios. Quando todos, abstenendo-se de gastos suntuários e improdutos, destinarem, elevada ao máximo, uma percentagem fixa de seus orçamentos para custear as despesas da instrução, teremos dado grande passo para a solução do problema fundamental da nacionalidade. Comprovando o interêsse do Govêrno Provisório, a respeito, é oportuno ressaltar que o decreto destinado a regular os poderes e atribuições dos Interventores determina que os Estados empreguem 10%, no mínimo, das respectivas rendas na instrução primária, e estabelece a faculdade de exigirem

até 15% das receitas municipais para aplicação nos serviços de segurança, saúde e instrução pública, quando por êles exclusivamente atendidos. Concertada a cooperação dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, restaria, apenas, atribuir à União o direito de organizar e superintender, fiscalizando, todos os serviços de educação nacional. A ação isolada dos governantes não basta para transmutar em realidade fecunda empreendimento de tal alcance e tamanha magnitude. E' preciso criar uma atmosfera propícia e acolhedora, permitindo a colaboração de todos os brasileiros nesta obra eminentemente nacional. O Governo Federal pretende instalar a Universidade Técnica, verdadeira cidade e colmeia do saber humano, de onde sairão as gerações de professores e homens de trabalho, capazes de imprimir à vida nacional o sentido realizador das suas aspirações de expansão intelectual e material. O jovem Interventor da Bahía, pioneiro convicto do ideal revolucionário, pela sinceridade das suas atitudes democráticas e espírito de dedicação, já conquistou, merecidamente, o aprêço e a confiança dos filhos desta nobre terra. Da capacidade mentora e das virtudes cívicas de suas laboriosas populações, constituem provas concludentes a espontaneidade com que se integraram no movimento regenerador de 1930, o apôio que prestaram à ação construtora do seu atual Governo e a maneira modelar e pacífica como concorreram ao alistamento, para colaborar, eficientemente, na reconstrução política do país. Com a sua inteligente compreensão das questões administrativas, o Capitão Juracy Magalhães sabe perfeitamente que, a par das providencias primordiais concernentes à manutenção da ordem, tais como a repressão ao cangaceirismo, que assola e sobressalta as laboriosas populações sertanêjas, lhe incumbe melhorar a capacidade de trabalho e promover o bem-estar dos habitantes do território baiano, povoando as zonas incultas, saneando as regiões insalubres e disseminando escolas por toda parte. Tudo isso significa educar - palavra que nos deve servir de lema para uma patriótica e autêntica cruzada. Piso uma terra de brilhantes tradições no domínio do pensamento - força criadora e atributo divino do homem. Daquí, poderão surgir os mais eloquentes apóstolos dessa nova cruzada, que precisa encontrar em cada brasileiro um paladino devotado e intransigente. Por isso, escolhi a Bahía, berço de grandes homens pela cultura e inteligência e terra de solo ubérrimo a todas as colheitas, para tratar de assunto que considero básico do nosso progresso futuro, por depender dele o enriquecimento do país e, portanto, a conquista da nossa independência econômica. Educado o povo, o sertanêjo rude, feito cidadão conciente, valorizado o homem pela cultura e pelo trabalho inteligentemente produtivo, o Brasil, terra maravilhosa por sua beleza natural, transformar-se-á na grande Pátria que os nossos maiores idealizaram e as gerações futuras abençoarão.

### **Instalação da Assembléia Nacional Constituinte.**

(Mensagem lida em 15 de novembro de 1933)

Comparecendo à solene instalação da Assembléia Nacional Constituinte e em presença dos legítimos representantes do povo brasileiro, aproveito tão excepcional oportunidade para dirigir-me à Nação e prestar-lhe contas dos meus atos como Chefe do Governo Provisório instituído pela Revolução triunfante em outubro de 1930. Convocados para dar ao país novas instituições, tereis bem avaliado a soma de responsabilidades impostas pela magna tarefa que vos cabe realizar. Para levá-la a bom termo, contaís certamente com abundantes reservas de patriotismo e auscultareis, atentos, as exigências do momento nacional, sem esquecer as lições da nossa experiência política. A alta significação do acontecimento de que participais ressalta, de modo evidente, ao lembrarmos ser esta, no decurso de mais de um século a terceira Constituinte chamada a assentar os fundamentos legais para a vida e o Governo da Nação Brasileira. O exame do nosso passado político, feito com serena imparcialidade, oferece ensinamentos preciosos que não devemos desprezar. A lição do passado Os povos, como os individuos, jamais conseguem realizar integralmente as suas aspirações. Na ânsia por atingir o melhor e o mais perfeito, consagram-se a experiências em que o ideal só é alcançado aproximativamente, através de lutas repetidas e ingentes.

Estudando o processo da formação política do Brasil, duas tendências se apresentam, persistentes e definidas, emergindo da época colonial para as pugnas emancipadoras: a federação e o governo representativo.

As condições em que se iniciou e desenvolveu a nossa colonização esboçaram desde logo essas tendências. Num vastíssimo território de litoral também vastíssimo, disseminaram-sé núcleos de

povoadores, quasi isolados entre si e da metrópole. Para se organizarem e desenvolverem, num meio desconhecido, e hostil, precisavam prover as próprias necessidades de economia e defesa. Êsses núcleos evoluíram espontaneamente para a autonomia e acabaram criando para si um govêrno de certo modo original, cuja forma definida e precisa vamos encontrar no funcionamento das câmaras municipais, que administravam, ditavam leis, proviam a justiça e chegaram, com o tempo, a entender-se umas com as outras e, às vezes, diretamente com a metrópole, sôbre assuntos de interêsse público local ou da colônia. Não admira, portanto, que, proclamada a Independência, consolidando uma situação de fato, viessem refletir-se no seio da nossa primeira Constituinte anseios declarados e persistentes pela implantação de um govêrno de forma democrática e federativa. O ato político da nossa emancipação colocou, por fatalidade histórica, nas mãos de um príncipe estrangeiro, os destinos do Brasil, operando-se uma espécie de enxertia dinástica, cujos interêsses haviam, fatalmente, de colidir com as aspirações nativistas, já orientadas no sentido liberal e de franca descentralização. O conflito verificou-se logo de início, quando a Constituinte delineou, dentro daquela orientação, a estrutura institucional do país. Dissolvida intempestiva violentamente, num ato de inequívoca reação às suas tendências, a Constituição outorgada impôs a forma unitária e retirou da Câmara, pela criação do Poder Moderador, o contrôle do Govêrno, enfeixando-o nas mãos do Imperador. Estava aberto o dissídio, cujo desfêcho foi o movimento reivindicador de 7 de abril de 1831, verdadeiramente admirável como demonstração da vitalidade de uma consciência nacional e que deveria ter produzido, com a abdicação, todas as consequências políticas que a Independência frustrara. Estabelecida a Regência, reacenderam-se as agitações em prol do ideal federativo, refletindo a crise da formação política do país. O Ato Adicional, que modificou o regime unitário da Constituição de 1824, não foi mais do que uma concessão ao federalismo, criando as Assembléias e aumentando as atribuições dos presidentes das províncias, extinguindo o Conselho de Estado e retirando da Regência a faculdade de dissolver a Câmara. Dentro da lógica dos acontecimentos e de acôrdo o nosso passado histórico, o movimento de 7 de abril, com antecedentes claramente orientados, deveria ter realizado, no mínimo de efeito, o Império federativo; o Ato Adicional condescendeu, apenas, com os pendores de descentralização, burlando-os com disposições contemporizadoras. Sob o aspecto político, pode êle ser considerado, por isso, como um segundo desvio do movimento emancipador, que nos teria dado a República, se não ocorresse a transplantação da dinastia bragantina, com a qual fizemos a Independência. As lutas desencadeadas durante o período regencial não tiveram o caráter generalizado de simples motins; contrariamente, além de revelarem espírito cívico vigilante e combativo, traduziram, quasi todas, o impulso de um movimento de idéias, expressando aspirações populares, que não haviam conseguido enquadrar-se na organização política dada ao país. Com a sua formação eletiva e temporária, a Regência, tão agitada e discutida nos seus atos, mais se aproximava de um Govêrno de molde republicano que propriamente monárquico. Explica-se, assim, em grande parte, a crise da sua estabilidade; contra ela investiam, mais do que as correntes extremistas em rebelião, para assimilá-la, os interêsses da dinastia incipiente, procurando empolgá-la para manter e garantir o estado de coisas criado em 1822. O golpe da Maioridade, antecipada, caracterizando um expediente político, foi a solução encontrada para evitar o prolongamento do dissídio que, ameaçando em primeiro plano o regime monárquico, parecia capaz de quebrar a unidade nacional. Vista à distância e a-pesar-da mediania das realizações, a década regencial constituiu admirável afirmação de vitalidade cívica, marcando distintamente uma época da história política do Brasil. E' corrente afirmar-se que a consolidação das instituições monárquicas, resultante da Maioridade, obstou o desmembramento da Nação e o advento do "caudilhismo". Evidentemente, a vitória do Centro e, portanto, do poder monárquico, muito concorreu para manter e fortalecer a unidade nacional. Contudo, não é de rigorosa lógica concluir que, generalizado e triunfante algum dos movimentos de caráter regional e de tendências federalistas e até republicanas, fosse o país, inevitavelmente, arrastado, como consequência imperiosa, à desagregação. Tornados nacionais e unânimes, poderiam garantir da mesma maneira a integridade da Pátria, sacrificando, embora, a continuidade do Império. Saindo da Maioridade, vencida a revolução liberal de 1842, encerrado o decênio farroupilha e sufocada a insurreição praieira, o Império estabilizou-se num longo período de apaziguamento interior e de prestígio internacional. Êsse período foi absorvido pela experiência do regime parlamentar, que nunca se praticou realmente, pela falta de uma opinião pública organizada e preponderante, capaz de exercer a representação com consciência e vontade livre. Supria-a artificialmente a interferência do Poder Moderador nas mãos do Imperante, provocando as crises políticas a seu alvedrio, a queda dos ministérios e, conseqüentemente,

a substituição dos partidos no poder. O progresso da nação, nesses cinquenta anos de tranquilidade, não foi fruto exclusivo do regime, como procuram fazer crer alguns historiadores do tempo. Avançamos no terreno das realizações materiais, porque as forças criadoras da nação nos impeliam para a frente, e por ser condição de vitalidade inerente aos povos jovens, ricos em recursos naturais inexplorados, progredir, ainda quando mal governados ou dirigidos.

Enquanto a vida política do país se ajustava, desajeitadamente, a um modelo copiado, marchando e contra-marchando ao ritmo do rotativismo fictício dos partidos desavindos em torno da corôa, continuaram a agitar-se subterraneamente as aspirações recalçadas da nacionalidade. A ação pessoal do Imperador, temperamento patriarcal e comedido no uso do poder, influiu, sobremaneira, no prolongamento do regime, subtraindo-o aos choques violentos com a opinião e condicionando-lhe a duração à da existência do Imperante. A decadência das instituições monárquicas era tão evidente, nos últimos anos, que generalizara a convicção de que não sobreviveriam à pessoa do monarca, impossibilitando, natural e fatalmente, o advento do terceiro reinado.

A-pesar-de meio século de paz interna e das adaptações políticas experimentadas, o país não recebera ainda uma organização completa e eficiente, capaz de dar rumo definitivo e propício à expansão das energias nacionais. A administração pública desenvolvia-se no sentido burocrático, baseada no processo simplista de arrecadar para gastar, por vezes, improdutivamente. A economia da Nação, desenvolvida à margem da influência do Estado, tinha com êle apenas o contacto da aparelhagem fiscal, mais ou menos absorvente, conforme as exigências das suas finanças, quasi sempre deficitárias. Socialmente, não se cogitara de valorizar o homem, nem como entidade política, nem como fator econômico. Oferecíamos o espetáculo de uma minoria embebida de cultura humanista, fazendo política à européia, vivendo reflexamente a vida dos grandes centros de civilização, em contraste com a massa ignorante das populações rurais e urbanas. O problema da escravatura, encerrando o da organização do trabalho, fundamental para o nosso desenvolvimento econômico, não teve a solução que mais convinha. Retardada, procrastinada, erigida em ponto nevrálgico da existência do regime, atuou até como fator de perturbação pela forma brusca e pelo ambiente de exaltação política em que se operou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. A campanha abolicionista foi, indiscutivelmente, um dos nossos grandes movimentos de opinião. Empolgou totalmente o país numa solidariedade admirável de todas as suas forças espirituais. Vitoriosa, os resultados surpreenderam, entretanto, aos seus próprios paladinos. Os centros produtores, principalmente os da exploração agrícola, caíram em colapso, ante a desordem e o êxodo das massas trabalhadoras, entregues repentinamente à inexperiência da liberdade. Dominados pela idéia generosa os pro-homens do abolicionismo não haviam cogitado sequer do que convinha e cumpria fazer dos escravos libertados. Se o problema do trabalho escravo teve solução, ainda que defeituosa e tardia, o mesmo não aconteceu com o da educação popular, quasi completamente esquecida, até no seu aspecto mais elementar, o ensino primário. No projeto de Constituição de 1823, fôra êle encarado de frente e praticamente, estabelecendo-se a criação obrigatória de aulas públicas nos termos, e liceus nas sedes de todas as comarcas. A Constituição outorgada eliminou, porém, essa sábia disposição, que, adotada e cumprida, teria, pelo menos, evitado os males do analfabetismo. Em resumo, o Império encerrou a sua atividade deixando insolúveis os dois maiores problemas nacionais: o da organização do trabalho livre e o da educação. Por outro lado, a centralização imposta pelo regime, tanto no sentido político como no administrativo, agira sôbre as províncias refreando-lhes o desenvolvimento e criando uma espécie de heliotropismo que as retinha voltadas para a corôa, dependentes do seu arbítrio e dela tudo providencialmente esperando. Os efeitos de semelhante centralização atuavam como entorpecentes sôbre as iniciativas e energias locais, prêsas à rotina e ao favor oficial. Tal era, a largos traços, o panorama da situação do país em 1889. Para determinar-lhe os contornos com mais precisão, acentuemos ainda: aos abalos econômicos produzidos pela Abolição aplicaram-se remédios de emergência, visando principalmente reanimar a exploração agrícola desorganizada; definira-se a política protecionista, destinada a estimular os primeiros surtos de industrialização, e que deveria mais tarde expandir-se até ao abuso; enveredou-se pelo caminho tentador do inflacionismo monetário com as suas abundâncias fictícias, que, refletidas no campo dos negócios, geraram o espírito de aventura, de especulação e caça ao lucro fácil, culminando, afinal, na derrocada do encilhamento”. Advento do regime republicano Foi nesse ambiente de inquietude generalizada que a propaganda republicana começou a ganhar terreno, aproveitando-se dos efeitos perturbadores da Abolição e recolhendo os desgastos dos partidos monárquicos deliquescentes. Não constituíra, ainda assim, o que se poderia

chamar uma força de opinião organizada, com poder suficiente para atuar por si e provocar a queda do trono vacilante.

O ideal republicano tinha raízes profundas na vida política do país. Definira-se em movimentos cívicos memoráveis, embora fracassados, e, até certo ponto, compendiava as aspirações nacionalistas desatendidas desde a Independência. Basta recordar a exortação de José Clemente no apêlo feito ao príncipe D. Pedro para ficar no Brasil: “Vossa A. R. não ignora que o partido republicano ai está e fará por si a Independência, se não a empolgarmos”. A proclamação da República, apreciada rigorosamente como fato histórico, foi, entretanto, uma antecipação dos acontecimentos, precipitada pelas questões militares. Tais circunstâncias não lhe tiram, contudo, o caráter de ato nitidamente revolucionário. Como tal, deveria importar numa mutação obrigatória de valores e influir também no sentido de profundidade na vida política do país, para não se transformar em mera substituição de normas teóricas de governo.

Precipitada pelos acontecimentos ou obra de uma minoria resoluta, como quer que seja, a revolução se fizera. A falta de uma corrente de opinião, fortemente organizada e dirigida por um núcleo de homens ideologicamente identificados, viria, porém, desvirtuar-lhe a finalidade. Acresce, ainda, que, vitoriosa sem luta, não provocou reação capaz de determinar uma indispensável seleção de valores, suscitando, ao contrário, o adesismo oportunista em grau tão absorvente que a quarta presidência da República já foi exercida por uma mentalidade formada na política monárquica. O movimento de 1893, de feição reacionária, produziu-se três anos depois da proclamação, quando o conformismo adesista se consolidara, galgando posições. Ainda assim, verificou-se em torno do Governo constituído uma homogeneização de elementos moços e idealistas que, embora consagrados à resistência oferecida, não conseguiram predominar na direção da vida pública do país. Faltou-lhes a atuação de um mentor providencial, com visão de estadista e espírito agremiador, qualidades que não possuía o depositário legal do poder, grande figura histórica, pelo caráter e energia inflexível, mas que, acima de tudo, soldado e chefe militar, somente desejava ser, consolidando as instituições, garantia da ordem e do prestígio da autoridade, cuja suprema magistratura lhe cumpria manter e fazer respeitada. Êsses e outros fatores influíram para o desvirtuamento do regime republicano, constituído sobre ruínas precoces, esboços abandonados e interrompidos do passado. Muitos problemas pertinentes à organização nacional, que se impunham pela mudança radical da forma de governo, ficaram intactos ou foram resolvidos de modo incompleto. Administrativa e financeiramente, reatámos a tradição do Império. A nova distribuição de rendas, resultante da descentralização, foi péssima, refletindo-se desastrosamente na vida dos Estados, para deixar uns na opulência e outros na miséria. Proveio daí, em parte, o estabelecimento das oligarquias locais, tornadas endêmicas e voltadas para o centro, como no tempo da monarquia, e a êle pedindo ordens e mendigando favores. Criou-se, mercê desse estado de coisas, uma espécie de casta governamental, instalada no poder, com o privilégio de aproveitar e distribuir os seus proventos. Os orçamentos, de pura estimativa, transformaram-se numa liquidação final de ajustes, estourando à pressão das despesas não catalogadas e dos créditos extraordinários. Adotou-se, como norma regular de administração, o expediente de passar de um exercício para outro avultados déficits e de contrair empréstimos para solvê-los, enfraquecendo o crédito do país, sobrecarregando de onus as gerações futuras e agravando, contra nós, o desequilíbrio da balança de pagamentos no intercâmbio internacional. Com a absorvente predominância do Executivo sobre os demais poderes, falseou-se o equilíbrio inerente à estrutura do regime. O Congresso era produto de um processo eleitoral profundamente viciado, e os seus membros, com raras exceções, não representavam a opinião nacional, mas a vontade dos oligarcas, todos criados pela mesma máquina de puro artifício, montada pela fraude, e coligadas na defesa de uma política de favoritismos pessoais, que se exercia, às vezes, escusamente e sempre à revelia dos interesses nacionais.

Fechado num círculo de vantagens restritas que se confundiam com as da pequena minoria instalada nas posições governamentais, o poder público tornou-se, aos poucos, alheio e impermeável às exigências sociais e econômicas da Nação. Adveio-lhe, em consequência, uma situação de desprestígio e de isolamento. Espessa atmosfera de indiferença separava da política profissional as forças vivas do país. Renovara-se, afinal, o dissídio clássico entre as aspirações vitais da nacionalidade e a organização do Estado, aberto desde a Independência e que poderia ter encontrado solução no advento da República. A reação tinha de vir, inevitavelmente. Foram-lhe primeiras manifestações as revoltas de 22 e 24. Daí por diante, o mal-estar e a hostilidade do país a semelhante estado de coisas revelaram-se crescentes e indisfarçáveis. A última sucessão presidencial, trazendo o desentendimento

entre as classes governamentais, já foi reflexo desse descontentamento generalizado. A luta eleitoral, ao deturpar mais uma vez a vontade soberana do povo, deu-lhe pretêxto para reagir, pelas armas, porque, nas consciências e nos ânimos, a revolução estava feita. Explica-se, assim, que o movimento de outubro de 1930 perdesse o caráter de simples pronunciamento partidário para desencadear-se como força de ação social, assumindo o aspecto de verdadeira insurreição nacional e impondo, conseqüentemente, conquistas amplas e profundas no terreno econômico e político. Revolução de 1930.

O movimento revolucionário de 1930, pela sua amplitude e profundidade, não teve similar em nossa história política. Não há exagero em afirmar-se que a Nação se mobilizou de Norte a Sul, levantando em armas legiões de combatentes dispostos a intervir entusiástica e ardorosamente na luta. As forças armadas, reproduzindo atitudes tradicionais, em momentos de crise semelhante, colocaram-se, patrioticamente, ao lado do povo, solidárias com a causa nacional. A vitória deu ao país uma sensação de alívio e desafogo. Na realidade, êle se libertara pelo próprio esforço, anulando a pressão da atmosfera de insinceridade e ludíbrio que lhe entorpecia os movimentos e lhe asfixiava as aspirações. O Governo instituído pela revolução, a-pesar-de instaurado pela força, banuiu da sua atuação a prepotência e o arbítrio. O seu primeiro ato foi uma espontânea limitação de poderes, e a obra de reconstrução, a que se consagrara, realizou-a respeitando as normas jurídicas estabelecidas e sem agravos a direitos legitimamente adquiridos. Governo nascido do choque brusco das velhas tendências libertadoras da nacionalidade com o egoísmo da grei organizada durante decênios para dominar o país, cabia-lhe, antes de tudo, destruir um estado de coisas inveterado, conjunto de hábitos e interesses contrários à sua finalidade. Era natural que os donatários da situação derrocada procurassem reagir, pela passividade e falsa compreensão das idéias em marcha, contra o predomínio avassalador da Revolução. O benigno tratamento dispensado aos principais responsáveis pelo descalabro nacional muito concorreu para isso. Afastados do país, usufruindo amplas garantias, deixaram dispersos pelo ambiente ainda conturbado os remanescentes da sua política, os quais procuraram infiltrar-se e exercer derrotismo, por intermédio de elementos perturbadores, levados, alguns, mais por motivos pessoais que por divergências de idéias, outros por incompreensão do momento que atravessávamos, e quasi todos mais ou menos com pretensões a mentores do movimento que não lhes satisfizera a ambição e a vaidade.

A Revolução não fôra obra de um partido, mas sim um movimento geral de opinião; não possuía, para guiar-lhe a ação reconstrutora, princípios orientadores nem postulados ideológicos definidos e propagados. Dela participaram e surgiram várias correntes de difícil aglutinação. O Governo Provisório procurou colocar-se acima das competições partidárias ou facciosas, para não trair os compromissos assumidos com a Nação. Em momento de tal envergadura, a autoridade constituída pela vitória não pode transformar-se em simples execubra do programa de um partido; deve ser, apenas, uma expressão nacional. O mais que se lhe pode conceder, nesse terreno, é a função de coordenar as aspirações gerais, com o fim de estabelecer o equilíbrio das correntes que as representam. Essa função desempenhou-a o Governo Provisório com inteira serenidade, em constante esforço de acomodação das direitas e esquerdas revolucionárias. O desassossêgo dos extremados e a afoiteza dos ambiciosos foram fatores de perturbações e desentendimento, explorados para atemorizar o Governo e impôr-lhe rumos exclusivistas.

### **Reorganização política**

O problema da reorganização política do país, prevista e iniciada logo após a instalação do Governo Provisório, com o preparo da reforma eleitoral, foi o pretêxto mais utilizado para agitar o ambiente e para rolar a obra reacionária dos despeitados. Sobre os propósitos de restabelecer a ordem consitucional não era licito alimentar dúvidas, diante dos compromissos espontânea e solenemente assumidos pelo Governo. Decretado o Código Eleitoral, seguiram-se todos os atos indispensáveis à execução rápida do alistamento, marcando-se até o dia para a eleição dos constituintes. Comprova a sinceridade das deliberações e providências tornadas o fato de se ter realizado o pleito na data prêviamente estabelecida, a-pesar-de perturbada a tranquilidade do país durante três longos meses. Ao assinalarmos esta circunstância, não nos anima a intenção de recriminar fatos que devem ser esquecidos. O Governo tem o dever de utilizar medidas excepcionais, enquanto necessárias à manutenção da ordem e na defesa dos ideais que representa. Aplicando-as, não pode, porém, abrigar ódios nem intúitos de vingança, sentimentos negativos e contrários à sua finalidade

construtora. A função de governar é, por natureza, impessoal e isenta de paixões. Cumpre exercê-la sobrepondo-se às lutas e dissídios, quasi sempre estéreis, para só ter presentes os superiores interesses da Pátria que está a exigir a cooperação e os esforços sinceros dos seus filhos para que se ultime, num ambiente de tranquilidade e confiança, a grande obra de reconstrução nacional. Dentro de tão elevado espírito de tolerância e leal entendimento, todos os brasileiros encontrarão abertas as fronteiras do país e, igualmente, francas garantias para o livre exercício das suas atividades pacíficas.

### **Reforma Eleitoral**

A composição do Estado, como aparelho político e administrativo, pressupõe, nos regimes democráticos, a legitimidade da representação popular. Conhece-se, sobejamente, em que consistia essa representação, antes do movimento revolucionário: alistamento inidôneo, eleições falsas e reconhecimentos fraudulentos. Ora, o que legitima o poder é o consentimento dos governados; logo, onde a representação do povo falha, êste poder será tudo, menos órgão legal da soberania da Nação. O Governo revolucionário, responsável pelo saneamento dos costumes políticos contra os quais a Nação se rebelou, não poderia cogitar de reorganizá-la constitucionalmente, antes de aparelhá-la para manifestar, de modo seguro e inequívoco, a sua vontade soberana. A reforma eleitoral, que era, para mim, compromisso de candidato quando concorri à sucessão presidencial, tornou-se imposição inadiável ao assumir a chefia do Governo revolucionário. De como cumpri êsse compromisso de honra, resistindo e sobrepondo-me à pressão dos acontecimentos, atesta-o o Código Eleitoral, já qualificado “carta de alforria do povo brasileiro”, e o pleito de 3 de maio, do qual se disse, unanimemente, ser a eleição mais livre e honesta realizada, até hoje, no Brasil.

### **A Reforma Radical**

Começou pela organização de novo alistamento, anulando completamente o existente e criando corpo eleitoral selecionado, pela inclusão obrigatória dos elementos idôneos, ativos e capazes da sociedade. Como vigas mestras de todo o aparelho, instituiu o voto secreto e a representação proporcional. Todo o processo, desde a inscrição do eleitor até à apuração e ao reconhecimento, foi entregue à magistratura nacional, através dos diversos institutos em que ficou organizada a Justiça Eleitoral. O que a reforma significa para o saneamento político da Nação, revelaram os primeiros resultados obtidos no pleito que elegeu a Assembléia Constituinte. A adoção do voto secreto foi conquista de tal magnitude que, a ela se referindo, notável professor da Faculdade de Direito de São Paulo chegou a dizer: “Se mais não fizesse, valeria a pena ter-se feito a Revolução, para implantar o voto secreto”.

### **O Estado Moderno**

O momento em que vamos reformar o arcabouço institucional da Nação é de perspectivas inquietantes e excepcionais, diante das perturbações políticas e econômicas que o singularizam. Abalados na sua autoridade, os governos procuram reagir, adaptando-se às contingências sociais. Aponta-se como fator precípua da perturbação alarmante o desequilíbrio econômico mundial, definido com tanta precisão nas palavras recentemente pronunciadas por Cordell Hull, Secretário do Governo Norte-Americano, perante a Conferência Econômica de Londres: “E’ opinião universal que o flagelo econômico do presente, com o sequito de prejuízos, sofrimentos e sacrifícios, sem paralelo em nosso tempo, aflige, lia três anos e meio, toda a Nação e o mundo em geral. Tesouros exaustos, queda de preços, quebra das finanças e do comércio internacional, baixa considerável na produção e no consumo nacionais, trinta milhões de operários sem trabalho, uma agricultura anêmica, instabilidade universal de moedas e de câmbios, acúmulo de dívidas e excesso de impostos, constituem algumas das experiências do tremendo pânico dos últimos anos”. País moço, na plenitude de suas fôrças em expansão, felizmente não nos atingem com a mesma intensidade os males que assoberbam outras nações. Seja-nos proveitosa, entretanto, a observação, para precavermonos a tempo de evitá-los ou minorar-lhes os efeitos. O Estado, qualquer que seja o seu conceito segundo as teorias, nada mais é, na realidade, do que o coordenador e disciplinador dos interesses coletivos, ou a sociedade organizada como poder, para dirigir e assegurar o seu progresso. Toda estrutura constitucional implica, por isso, na estrutura das funções do Estado. Ao empreender tão transcendente tarefa, devemos estar atentos às nossas realidades políticas e econômicas e sobrepôr os ensinamentos das nossas experiências à



sedução das idéias em voga entre outros povos, expressão, quasi sempre, de fenômenos sociais especialíssimos, que se modificam de país para país, em intensidade e efeitos.

Revelando a sua constante preocupação de reconduzir o país à ordem constitucional, o Governo revolucionário cogitou, ao mesmo tempo, da elaboração de uma lei eleitoral capaz de assegurar a verdade do sufrágio popular e de um ante-projeto de Constituição destinado a servir de subsídio e facilitar os trabalhos da Assembléia Constituinte. Semelhante iniciativa tinha antecedentes, não só no Brasil, como em outros países. Entre o processos mais comumente adotados, preferiu-se o da colaboração de elementos representativos dos diversos setores da atividade social. Assim, a comissão nomeada para organizar o ante-projeto reuniu em seu seio personalidades de alto saber jurídico e delegados dos órgãos das classes diretamente ligadas ao progresso do país. O ato de instituição do Governo Provisório preceituou que “a nova Constituição Federal manterá a forma republicana federativa e não poderá restringir os direitos dos Municípios e dos cidadãos brasileiros e as garantias individuais constantes da Constituição de 24 de fevereiro de 1891”. Esta disposição consagra, em essência, as tendências históricas da formação política brasileira, e o ante-projeto orienta-se neste sentido. A comissão incumbida de elaborá-lo, composta de homens eminentes, desempenhou-se da tarefa com grande zelo e patriotismo, apresentando trabalho digno do maior aprêço. Trata-se de urna contribuição valiosa, útil, como base de discussão, ao desempenho da relevante missão que vos cumpre realizar. O ante-projeto foi ultimado poucos dias antes da instalação dos vossos trabalhos, e remeto-o, sem alterações, abstando-me de opinar a respeito. Cabe à Assembléia Nacional Constituinte manifestar-se livremente sobre êle, usando dos altos poderes que lhe outorgou o povo brasileiro para elaborar o pacto fundamental da Nação.

### **Justiça e Legislação**

A atividade do Governo Provisório em matéria legislativa e de política interna exerceu-se largamente através do Ministério da Justiça. Afóra a absorvente tarefa administrativa, grandemente acrescida pela instituição das Interventorias, por seu intermédio organizaram-se diversas leis e regulamentos, diretamente intervindo na elaboração e aplicação do Código Eleitoral. Entre as iniciativas de maior importância, destacam-se o Código dos Interventores, as Leis sobre ações preferenciais, a de extinção dos impostos interestaduais, de redução progressiva do imposto de exportação e várias outras, além da reforma do Supremo Tribunal e da Justiça local do Distrito Federal e do Decreto instituindo a representação de classes na Assembléia Nacional Constituinte. As modificações introduzidas no aparelhamento da nossa mais alta Corte de Justiça e na justiça local se impunham, com caráter de urgência, para melhorar-lhes os serviços e abreviar os julgamentos. Não foi, entretanto, reforma definitiva. A que deverá ter êste caráter, remodelando a justiça nacional, está consubstanciada num ante-projeto em estudos e dependendo, até certo ponto, da remodelação institucional do país.

### **Representação de classes**

Assunto de viva atualidade, em matéria de organização do poder público, a representação de classes ou grupos sociais foi agitada, entre nós, ao cogitar-se de dar nova Constituição ao país. O momento era oportuno para tentar a experiência, e o Governo Provisório, atendendo aos reclamos da opinião, previu, primeiro, no Código Eleitoral, e, logo depois, instituiu esta modalidade de representação para colaborar com a prôpriamente política nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Não foram poucas as dificuldades encontradas para assegurar a forma prática dessa inovação, que, embora com sólidos fundamentos nas transformações sociais dos últimos tempos, tem sido diversamente estatuída, ora sob aspecto mixto, técnico e deliberativo, ora simplesmente técnico e consultivo, em conselhos autônomos ou em cooperação com as Câmaras políticas. Justifica-se, assim, a solução adotada, em caráter de ensaio, pelo Decreto que regulou o processo de distribuição dos grupos sociais para escolher os seus representantes, nesta Assembléia, que resolverá definitivamente sobre o assunto, atenta a sua importância e oportunidade.

### **Ordem Pública**

As convulsões políticas de forte e profunda repercussão costumam provocar perturbações graves e prolongadas, alterando a ordem pública e exigindo medidas de repressão mais ou menos violenta. Felizmente, a revolução de 1930, havendo empolgado totalmente o país, não produziu êsses

lamentáveis efeitos. Após a instituição do Governo revolucionário, a tranquilidade reslabeleceu-se normalmente, dispensando providências excepcionais de caráter permanente. Merece consignar-se esse fato, que não testemunha somente a orientação tolerante mantida pelo Governo, mas também a índole do nosso povo. Na Capital da República, onde em períodos menos agitados a atividade policial costumava exceder-se, foi assegurada a tranquilidade da população com um serviço normal de vigilância e de simples prevenção. Contribuiu muito para isso a reforma realizada na Polícia Civil, que, afastando-a das velhas práticas de compressão e prepotência, modernizou completamente o seu aparelhamento e métodos de ação. Ha trinta anos, a Polícia Civil do Distrito Federal não experimentava qualquer transformação capaz de adaptá-la ao meio em que estava obrigada a atuar. Sem orientação segura e eficiente, os seus serviços falhavam a cada momento, pela incapacidade da maioria do pessoal e, principalmente, pelos precários recursos utilizados. Em vez de apresentar-se com a estrutura de uma organização tecnicamente aparelhada e inteligentemente conduzida, parecia, antes, o reflexo da mentalidade dos que a dirigiam. Como consequência do desmantêlo dos serviços, firmara-se no espírito público a certeza de que a ação policial só produzia resultados quando lançava mão da violência, deprimindo o prestígio da autoridade. Com tais métodos, a polícia deixava de ser preventiva, transformando-se quasi exclusivamente num terrível aparelho de coação.

A renovação que se operou com o Decreto n. 22.332, de 10 de janeiro do corrente ano, antes de constituir medida destinada a enquadrar a Polícia na sua missão, era necessidade reclamada pela cultura e pelo progresso da Capital da República. Entre os melhoramentos introduzidos podem destacar-se como principais: a Escola Policial, base de qualquer organização policial; a criação de Comissariados; a delimitação de funções entre a polícia política e policia criminal, tornando esta de carreira; a organização da Diretoria Geral de Investigações, como departamento técnico de largas finalidades, e da Inspetoria Geral de Polícia para centralizar os serviços de tráfego e policiamento da cidade. À Delegacia Especial de Segurança Política e Social confiou-se a proteção dos interesses políticos e sociais e a responsabilidade da manutenção da ordem pública, dentro desse setor de atividades, onde a vigilância deve se fazer sentir até nas grandes medidas de exceção, desdobrando-se, conseqüentemente, na esfera administrativa, em policia educativa e de costumes e envolvendo-se, em matéria de ordem pública, na regulamentação do trabalho, na fiscalização das indústrias e nas relações do comércio, em íntima ligação com o Ministério do Trabalho.

Com as modificações operadas, coordenaram-se as atividades policiais de diversas organizações submetendo-as a uma chefia central. Ficaram, assim, subordinadas à Inspetoria Geral de Polícia, órgão técnico por excelência: a Guarda Civil, a Inspetoria de Veículos, a Polícia Marítima, a Polícia Especial, a do Cais do Porto e a Inspetoria Geral de Vigilância Noturna, num total de 2.834 homens. Dentre as seções que hoje formam a Diretoria Geral de Investigações, cumpre destacar, como iniciativa das mais felizes e das mais oportunas, a organização do Instituto de Pesquisas Científicas, perfeitamente aparelhado para satisfazer às suas finalidades. O serviço geral de rádio, centralizado na Polícia, por uma poderosa estação receptora e transmissora, foi desenvolvido com o de “rádio-patrolha”, feito por motocicletas e autos e destinado a facilitar os trabalhos de vigilância policial. É este, em linhas gerais, o aparelhamento atual da Polícia do Distrito Federal, colocada em condições de garantir, estavelmente e sem inúteis demasias, a ordem social. Economia e Finanças Ao dirigir-me ao país em 3 de outubro de 1931, assim resumi a situação econômica e financeira encontrada pela Revolução:

A herança recebida - “As contas do quadriênio passado encerraram-se com um déficit de 1.323.000 :000\$, agravado pelo indesculpável deslize moral da afirmação, por parte do Governo, de constantes saldos orçamentários. Para este total concorreram:

O exercício de 1927, com o deficit verificado de	155.517:532\$1\$3
O exercício de 1928, com o deficit verificado de	145.774:513\$999
O exercício de 1929, com o deficit verificado de	189.876:537\$159
O exercício de 1930, com o deficit verificado de	832.590:506\$106
	1.323.759 :089\$537

Para atender a êste deficit realizaram-se as seguintes operações extraordinárias:

1927 - Empréstimo de	£ 8.750.000 e £ 41.500.000
Emissão de apólices (líquido)	702.241:456\$603
1928 - Emissão de apólices	44.123:486\$674
1930 - Encampação de emissão do Banco do Brasil creditada em conta do Tesouro	75:000\$000
	592.000:000\$000 e 1.338.439:943\$277

O Governo passado, portanto, aumentou a dívida interna e externa do país em 1.338.439:943\$277. A circulação do papel moeda teve um aumento de 170.000:000\$, parte da emissão de 300.000:000\$, autorizada ao Banco do Brasil e a responsabilidade do Tesouro, na circulação total aumentou de 592.000:000\$, pela encampação das notas do Banco do Brasil. Convém não esquecer que, apesar dos recursos obtidos por essa encampação, então recente, o Governo passado legou ao atual cêrca de 130.000 :000\$ de dívidas pagar. Quanto ao câmbio, cuja estabilização constituía a preocupação constante daquela administração, as taxas puderam ser mantidas, graças, principalmente, à entrada de ouro obtido por empréstimos externos da União, dos Estados e de diversas Prefeituras, na importância de £ 43.678.500 e \$ 142.780.000. Nos últimos tempos, porém, a despeito desta enorme afluência de ouro e de remessas, igualmente vultosas, de emprêsas particulares, a situação tornara-se precária, e foi necessário passar ao recurso dos expedientes. Fizeram-se, então, consignações de café, por intermédio de duas firmas, uma de Santos, outra do Rio, não estando ainda apurado o prejuízo total de tais operações. Remeteram-se em ouro amoadado ou em barras £ 26.448.662. A esta soma é, aliás, preciso juntar as remessas de ouro que o Governo Provisório foi obrigado a fazer em consequência de compromissos do Tesouro ou do Banco do Brasil, assumidos pelo Governo anterior, inadiáveis, e que não poderiam ser cumpridos de outra maneira. Tais remessas foram:

Do Governo Feiral (Caixa de Estabilização)	£ 3.164.258.02
Do Banco do Brasil	£ 4.376.980
	£ 7.541.238.0-2

A soma total de ouro remetido para sustentação do câmbio foi, pois, de £ 33.989.900. Não bastou, porém, êsse duplo sacrifício. O Banco do Brasil tinha créditos, no exterior, somando cêrca de £ 5.000.000, e não só os esgotou, como, ainda, largamente os excedeu. Em determinado período, mais precisamente, em 5 de abril de 1930, o débito externo do Banco chegou mesmo a atingir a soma inverosímil de £ 18.211.000. Quando o Governo Provisório assumiu o poder, o descoberto era de £ 7.324.086. Compradas no mercado cambial cêrca de £ 800.000, restavam, ainda, £ 6.500.000, e para saldar êste débito teve o Banco que contrair às pressas, sob a responsabilidade do Governo Federal, um empréstimo de £ 6.550.000 com os seus correspondentes de Londres - N. M. Rothschild & Sons. Êste empréstimo, que deveria começar a ser amortizado em junho, teve as suas prestações prorrogadas por mais seis meses cada uma, e é, hoje, a única responsabilidade, das que resultaram da política de estabilização, do Governo passado, que resta liquidar - a única, não falando nas operações do café acima mencionadas e cujo prejuízo não está apurado.

Desta forma, a estabilização tinha de fracassar, como fracassou, principalmente, pela sua má execução. Nos últimos tempos do Governo decaído, isso se tornara evidente. Mas a mentira oficial porfiava em mascarar a realidade, sempre fugidia e imperceptível, nas mensagens e relatórios. A Nação continuaria iludida, até 15 de novembro de 1930, se a revolução não explodisse. Nem tudo pôde ser esclarecido ao iniciar-se o Governo Provisório, e, ainda, hoje, restam ocorrências e compromissos obscuros”.

A dívida pública externa, convertidas as várias moedas a dinheiro inglês, pela paridade da época, somava £ 237.262.553, exigindo o seu serviço anual mais de £ 20.000.000. A dívida interna consolidada, da União e dos Estados, atingia a 3.419.862:300\$, e a flutuante, também da União e dos Estados, a 1.982.867:333\$.

Além dêsses totais em moeda nacional, aumentara nossa dívida externa, em francos, pela decisão de Haia, e surgiram várias reclamações, apresentadas ao Tesouro, de contas não escrituradas, como a seguir se discriminam:

Em contos de réis, ouro	65.642:331\$000
Em libras esterlinas	£ 2.013.304-19-3
Em dollars	\$ 297.593,18
Em francos franceses Fs	755.427,98
Em francos belgas	Fs. 2.516,80
Em francos suíços	Fs. 388.663,20
Em pesos argentinos	11.518,28
e mais, em papel	387.033:466\$000

As rendas públicas, a exportação, a importação, o comércio interno e a produção sofreram verdadeiro colapso, acusando reduções desconhecidas nos nossos anais financeiros. O momento era alarmante para os capitais, de miséria para a produção, de angústia para o comércio, de embaraços de toda sorte para as atividades em geral. O Governo deposto havia cometido numerosos erros, os mais graves e incríveis, na porfia de defender o programa de estabilização, que lançara com possibilidades inicialmente exequíveis, e, culminando nos desacertos, arrastara o país ao extremo de verdadeira ruína econômica e financeira.

No afã de salvar o plano monetário, praticou atos tão desencontrados e criou tal confusão, que, ao chegar a Revolução ao poder, era de balbúrdia, de anarquia, de quasi bancarrota a situação do Brasil. O ouro emigrara, deixando o onus dos empréstimos; o café caíra, deixando o stock, o sub-consumo e a super-produção; as indústrias estavam paralizadas; a lavoura em crise franca; o capital em pânico e o trabalho sem emprêgo; o mil réis sem valor e a vida por preço elevadíssimo. Fizera-se inflação, deflação e reinflação, tudo no curto período de três anos.

### **Os Objetivos da Revolução**

A resistência do país revelou energias poderosas, que vieram facilitar a ação construtora da Revolução. Enfrentando resolutamente as dificuldades encontradas, reduzimos as despesas públicas de 423.114 :989\$, no ano de 1931, na União, e de 221.990:000\$, nos Estados, e adotámos as providências consideradas inadiáveis para restabelecer o ritmo da vida nacional.

A prestação de contas feita em uma publicação de alto interêsse, correspondente ao período de sua gestão, pelo Ministro da Fazenda, Dr. José Maria Whitaker, mostra a ação fecunda e os largos benefícios trazidos para a economia brasileira pela orientação do Governo revolucionário, definindo-lhe os objetivos essenciais de ordem financeira: “Restituir ao país a liberdade econômica, comprando, primeiramente, o stock de café, então retido, e suprimindo, em seguida, gradativamente, as medidas perturbadoras ou compressivas que desorganizavam, no mundo inteiro, o comércio do principal artigo da nossa produção; atingir e assegurar a normalização financeira, realizando e mantendo o equilíbrio dos orçamentos; estabelecer uma organização bancária, criando o Banco Central de Reservas e efetuando, em seguida, a reforma do nosso sistema monetário; instituir, afinal, o crédito agrícola, fundando o Banco Hipotecário Nacional. Tendo encontrado exausto o país, o Tesouro Nacional e até mesmo o Banco do Brasil, todas as medidas que tomei para resolver as quotidianas dificuldades de uma situação de constantes aperturas ficaram, entretanto, contidas naquela orientação geral, ou, pelo menos, nunca a contrariaram de maneira irreparável. Pouco importa que circunstâncias inevitáveis, agitações políticas incessantemente renovadas e depressão econômica profunda e universal torpassem impossível a realização integral dos objetivos visados: o certo é que o Governo a que pertenci fez o que lhe cumpria fazer, e que, com exceção do projeto de instituição do crédito agrícola, que dependia da instalação previa do Banco Central de Reservas, todas as medidas foram a tempo tomadas para assegurar, normalmente, um sucesso completo “. Em manifesto que dirigi à Nação em 3 de outubro de 1931, tracei-me e ao Governo da Revolução um programa claro, que já havia esboçado na campanha da Aliança Liberal: « Como mais de uma vez tive ensêjo de acentuar, o problema que a todos os outros se sobreleva, na tarefa de reconstrução a que nos dedicamos, é o econômico-financeiro. Em grave momento da vida nacional, semelhante ao que atravessamos, o eminente homem de Estado, que foi Campos Sales, expressou, com outras palavras, idêntico pensamento. Defendendo a patriótica orientação que se trata em face das tremendas dificuldades a vencer, confessava: Entendi dever consagrar o meu govêrno a uma obra puramente de administração, separando-a dos interêsses e das paixões partidárias para só cuidar da solução dos complicados problemas que constituíam o oneroso

legado de um longo passado. Compreendi que não seria através da vivacidade incandescente das lutas políticas que eu chegaria a salvar os créditos da Nação, comprometidos em uma concordata com os credores externos “. Corroborando na mesma ordem de idéias, notável economista já acentuara: “As questões financeiras dominam todas as outras e são o ponto de partida dos grandes melhoramentos econômicos e administrativos “. Estamos sinceramente empenhados na organização econômico-financeira de todo o país, isto é, da União, dos Estados e dos Municípios, simultaneamente. Começamos, pois, pela regularização dos nossos compromissos externos federais, estaduais e municipais. O meio mais prático para atingirmos resultado satisfatório, no melindroso assunto, seria a União assumir a responsabilidade desses compromissos, retendo, como garantia, determinadas rendas dos Estados e dos Municípios, suficientes ao cumprimento dos encargos assumidos. A contribuição em penhor poderia constituir-se com o produto do imposto de exportação, que, de qualquer maneira, deve ser progressivamente reduzido até sua total extinção. Imposto êsse anti-econômico por excelência, além de gravar prejudicialmente a nossa produção, colocando-a em situação de desigualdade, na concorrência aos mercados consumidores, tem ainda o inconveniente de variar no limite de sua taxaço segundo o lugar e as necessidades dos orçamentos locais. Tão complexo problema já se acha confiado ao estudo de uma comissão, especialmente instituída, para procurar-lhe a solução mais adequada e examinar a possibilidade da criação de outras fontes de renda, capazes de suprir, ao menos em parte, a arrecadação condenada a desaparecer. O aparelhamento administrativo-social, nos moldes em que o possuísos, não corresponde às necessidades e exigências da vida do país. Em matéria prôpriamente financeira, o que existia era confusão e desperdício. Não se tinha mão nas despesas, e, para cobri-las, todos os expedientes se justificavam. Tornara-se inveterado o hábito, que deve ser abolido irrevogavelmente, de recorrer a empréstimos externos para a execução de obras suntuárias ou para cobrir deficits orçamentários. Recurso excepcional, por natureza, transforma -se em meio ordinário de ocorrer aos gastos públicos, sempre exagerados. Para evitar os ruinosos efeitos dai resultantes, não só é preciso refundir, sistematicamente, dentro de um critério geral, o plano das leis de meios dos Estados, como instituir, ainda, em norma inflexível o equilíbrio entre a receita e a despesa e o contróle rigoroso da arrecadação das rendas e da seu emprego. o complemento dessa medida deve consistir no trabalho de revisão do nosso sistema tributário. Existem anomalias fiscais flagrantes, originadas na falta de discriminação uniforme e clara das rendas. O mal maiormente se reflete nas nossas tabelas tarifárias. No terreno da tributação aduaneira, enveredámos por um caminho de franco e desatinado proteccionismo. Temos certamente numerosas indústrias nacionais, que merecem amparo, mas temos também numerosas indústrias artificiais, sem condições de resistência prôpria, o proteccionismo, tal como se praticava, favorecia a todas indistintamente. O aproveitamento industrial de matérias primas do país é fator decisivo, sem dúvida, ao nosso progresso econômico. É justo, por isso, que se estimule, mediante política tarifária, conduzida sem excessos. As tabelas das alfândegas devem refletir êsse critério. Sem prejuízo da nossa economia, cumpre torná-las mais flexíveis, supri-lhes as deficiências, expurgá-las das velharias, enfim, atualizá-las”.

### **A Ação do Governo Provisório**

Tenho procurado em meio dos acidentes políticos inerentes a todo período de adaptação revolucionária, manter êste programa e realizá-lo sem transigências. Os nossos orçamentos eram fictícios, assentando sôbre hipóteses ou sobre dados imprecisos. A reforma de que careciam, envolvendo a decepção de um regime consolidado nas praticas burocráticas, não poderia ser improvisada nem imediatamente exigível.

O ano de 1931 teve duas leis orçamentárias. A primeira, publicada em 26 de janeiro de 1931, estabelecia grande redução nas despesas, mais metódica previsão da receita, e adotava regras salutaras, em forma de instruções, para a respectiva execução. No decurso do primeiro trimestre do exercício verificou-se que a receita prevista não correspondia à realidade da arrecadação e, igualmente, que os cortes efetuados na despesa eram insuficientes para assegurar o equilíbrio procurado. Já então Sir Otto Niemeyer iniciara seus estudos, compendiados, após, em substancioso trabalho sobre os nossos problemas financeiros, e chegava mesma conclusão do Governo, isto é, da necessidade de efetuar-se a revisão do orçamento, afim de aumentar as rendas e reduzir, ainda mais, as despesas. Elaborou-se o novo orçamento, publicado em 8 de maio de 1931, com a redução de 423.114:989\$707 na despesa e uma previsão de 376.570:000\$, para mais, nas rendas. Os resultados foram os mais promissores, apurando-se, findo o exercício, uma diminuição de 37.980:541\$ ouro, e 38,513:330 \$, papel, sobre a

despesa do orçamento anterior. O mesmo não iria suceder com a receita, que ficou aquém da previsão, visto não ter a arrecadação correspondido ao acréscimo calculado para alguns impostos. O exercício encerrou-se, graças aos recursos de 28116:992\$, ouro, da Caixa de Estabilização, e com a emissão de 133.384:000\$, papel, em obrigações do Tesouro. Em 16 de novembro de 1931, o Ministro José Maria Whitaker resolveu deixar a pasta, depois de ter prestado relevantes serviços ao país.

Substituiu-o o atual Ministro, que procurou executar a mesma política econômica e financeira que, desde o início, se traçara o Governo Provisório. Na gestão do novo titular, esforçamo-nos por manter idênticas normas de saneamento orçamentário ultimar as combinações do Funding, pagar o Conit, consolidando a ação governamental através de outras medidas e providências adequadas. O exercício financeiro de 1931 escoara-se, quasi todo, absorvido pela tarefa árdua de recompor a administração fazendária, de repor o crédito externo pelos acôrdos para liquidação dos vultosos atrasados bancários, de fazer remessas para cobrir as prestações das dívidas e de coordenar a vida interna, ameaçada em todos os campos da sua atividade. O café exigia medidas que não poderiam ser proteladas, sob pena de afundar-se com a ruína desse produto a economia paulista e, talvez, a do país. A situação da lavoura, da indústria e do comércio eram efetivamente angustiosas. Em seu Relatório, dizia o Ministro Whitaker “Formara-se, então, em São Paulo, um grande stock de café, que impedia, como uma muralha de barragem, a livre saída da produção desse Estado. Atrás dessa muralha debatia-se a lavoura na situação terrível de não poder nem vender o seu produto, que só chegaria a Santos depois de dois anos e meio de retenção, nem levantar sobre êle qualquer quantia, que os particulares lhe negavam e os institutos oficiais já lhe não podiam fornecer. Em consequência desta situação cessaram de ser pagos regularmente os próprios colonos, e, como, com isso, não recebessem os comerciantes do interior o que já lhes tinham adiantado, deixaram, por seu turno, de pagar aos atacadistas e importadores, refletindo-se, naturalmente, tais dificuldades nas indústrias, que ficaram inteiramente paralizadas. Resolvida, pelo Govêrno, a demolição daquela barragem, iniciada, por outras palavras, a compra do stock, a produção pôde escoar-se normalmente restabelecendo-se, assim, o ritmo interrompido da vida econômica em todo o país “. Não bastaria, entretanto, a aquisição pura e simples do síock existente. Outras providências tornaram-se necessárias e foram adotadas, como medidas complementares, cumprindo mencionar, entre elas, a operação com Hard Rand & Cia., de adiantamento sobre café, e com The Grain Stabilisation Corporation, de troca de café por trigo, a lei sobre conhecimentos comerciais, a criação do Conselho Nacional do Café e a instituição de uma taxa ouro para as exportações. O câmbio exigiu, igualmente, ação vigilante. O Govêrno tentou revogar o seu contróle, estabelecido pela Junta Governativa, mas teve que a êle voltar, por motivos imperiosos. A par disso, o Banco do Brasil e o crédito interno reclamavam atenção especial. O Banco do Brasil tivera seu encaixe, superior a 500.000:000\$, reduzido a 132 mil, sendo que, em curto período, emitira 170.000:000\$. Assegurada a posição da nossa maior instituição bancária, cujos encaixes dobraram um ano após, cabia restituir-lhe a função de centro propulsor do crédito nacional, através de uma Carteira de Redesconto, restabelecida e ampliada em suas benéficas finalidades. O ano de 1931 fôra, como ficou demonstrado, de reajuste com o passado, cuja pesada herança havíamos recebido a beneficio de inventário, e de preparo para realizarmos os propósitos econômicos e financeiros da Revolução.

### **O exercício de 1932**

O exercício de 1932 começara sob os melhores auspícios. Assinado o 3.º Funding, iniciados os pagamentos do descoberto bancário, em franca e animadora execução a política de compra do stock de café e de normalização dos seus negócios, dentro de um plano estudado e aprovado por técnicos, restabelecida a atividade das indústrias, da agricultura e do comércio em geral, tudo era de esperar do Govêrno e de sua atuação reconstrutora. O orçamento de 1932 reduzira ainda mais as despesas e, refletindo a experiência do exercício anterior, a receita. A aplicação dos recursos orçamentários transcorria segundo as mais severas regras de boa gestão quando surgiram as necessidades da sêca do Nordeste, impondo gastos extraordinários, e, por fim, a rebelião paulista, exigindo despesas avultadíssimas. Agravando os efeitos desses acontecimentos inesperados, sobreveiu, como consequência, o decréscimo em massa das rendas.

Os Ministérios militares gastaram a mais:

Guerra	418.401:769\$000
Marinha	60.523:111\$000
Viação	176.696:349\$000
Registrando-se um decrescimo na arrecadação de	476.705:608\$000
	1.132.326:837\$000

O exercício de 1932 acusou um deficit de rs. 1.108.877:991\$400 que não se verificaria, como evidentemente demonstram os algarismos, se não surgissem estas quatro parcelas, índices de perturbações imprevistas, que alteraram por completo o ritmo, já normalizado, da ascensão financeira do país. Para cancelar tão vultosos e inadiáveis compromissos, o Govêrno emitiu 400 mil contos, que, automaticamente, irão desaparecendo, na medida da colocação dos títulos correspondentes da dívida pública aos juros de 7%, prazo de 10 anos, já havendo sido incinerados 50.000:000\$, e emitiu mais três letras de 200.000:000\$ contra o Banco do Brasil, das quais já resgatou, por pagamento, a primeira, na data do vencimento. Em meio de acontecimentos de tão profunda repercussão na vida nacional, pôde o Govêrno, contra a expectativa geral, manter o crédito externo e interno e até prosseguir na execução de seu plano de restabelecimento da nossa economia e das nossas finanças. Firme na orientação adotada, continuou a compra dos cafés, invertendo nas respectivas operações a importância de 2.359.957:648\$060, pela forma a seguir discriminada:

Cafés Comprados:		
Por fôrça do decreto número 19.688	17.922.693	1.019.169:759\$800
Em Santos	13.002,896	898.168:601\$100
Em São Paulo	3.862.944	241.624:465\$600
No Rio de Janeiro	1.914.117	141.216:594\$070
Em Vitória	682.093	39.610:440\$190
Em Paranaguá	125.182	9.970:175\$400
Na Baía	2.000	146:000\$000
Em Recife	789	51:611\$900
TOTAL	37.572.714	2.359.957:648\$060

No terreno financeiro, cumprimos integralmente os encargos assumidos: realizámos os depósitos em mil réis, obrigação do Fuzdirzq, tendo no Banco do Brasil a importância de 731.965:093\$; mantivemos o serviço da dívida externa em dia, na parte do Fuzrding, bem como na dos atrasados de Háia e dos empréstimos do café, empenhando neles e em outras necessidades a soma de £ 12.561.804; pagámos todas as prestações dos descobertos do Banco do Brasil.

A economia particular, que deveria sofrer as graves consequências dessas comoções políticas e econômicas, sem precedentes na nossa história, ficou resguardada, acusando todos os índices - os da indústria, da lavoura, do comércio e do custo da vida - franca melhoria. Não surgissem os dois poderosos fatores da perturbação acima indicados - a sêca do Nordeste e a rebelião de São Paulo e, como resultante, a queda das rendas públicas, e, por certo, o ano de 1932 teria sido o da iniciação da política financeira de saldos efetivos e o de restabelecimento da prosperidade da Nação.

### O Exercício de 1933

O ano de 1933, começado em uma atmosfera de paz e de reconstitucionalização do país, está a prometer uma éra de consolidação financeira e de reerguimento econômico. O orçamento foi elaborado sob bases mais seguras e com redução ainda maior nas despesas e até na previsão das rendas.

Orçamento de 1933, comparado com os orçamentos de 1931 e 1932 (em contos de réis).

ANOS	RECEITA		DESPESA	
	OURO	PAPEL	OURO	PAPEL
1931	94.000	1.497.269	114.222	1.357.016
1932	109.536	1.392.752	34.406	1.894.285
1933	87.756	1.502.678	34.265	1,861.975

O primeiro semestre do exercício acusa aumento da receita:

Rendas	ouro	Papel
Rendas dos impostos	60.186:443\$000	1.393:192\$000
Imposto de consumo	-	247.839:\$000
Imposto sôbre circulação	8:775\$000	142.281:739\$000
Imposto sôbre a renda	5:020\$000	44.316:098\$000
Imposto sôbre loterias	-	9.252 :622\$000
Diversas rendas	1.143:596\$000	2.026:751\$000
Rendas patrimoniais	-	4.483:085\$000
Rendas industriais	352:800\$000	116.534:507\$000
Renda extraordinária	375:930\$000	96.846:262\$000
Renda a classificar	77:210\$000	85.831:938\$000
TOTAL	62.149:774\$000	750.806:046\$000

Receita arrecadada no primeiro semestre de 1933:

Comparada essa arrecadação com a de igual período de 1932, verificam-se os aumentos de 21.878:127\$ na parte ouro, e 100.394:352 na parte papel, ou sejam, respectivamente, 35 e 13 % de aumento. Ainda no mesmo semestre, apura-se uma real compressão nos gastos

Despesa efetuada no primeiro semestre de 1933:

Justiça	-	51.137:204\$000
Exterior	1.590:210000	6.438:873\$000
Marinha	874:906\$000	78.795:051\$000
Guerra	27.740\$000	170.876:021\$000
Agricultura	39:792\$000	13.834:425\$000
Viação	1.049:514\$000	159.144:383\$000
Educação	2.007:847\$000	41.211:746\$000
Trabalho	32:427\$000	7.091:383\$000
Fazenda	12.310:605\$000	306.901:817\$000
Agentes pagadores	48:253\$000	181.176:826\$000
TOTAL	17.981:294\$000	1.016.607:765\$000

Confrontados êsses números com os da despesa, ouro e papel, em igual período de 1932, apresentam diferenças, para menos, em 1933, de 782:382\$, ouro, e 196.280:395\$, papel.

Os coeficientes do custo da vida são auspiciosos., como comprovam os dados estatísticos referentes à Capital do país:

Índices de preços de atacado, preços de varejo e custo da vida no rio de janeiro 1930-1933:



Base: 1914 = 100      Custo de Vida

ANOS	PREÇO DE ATACADO	PREÇO DE VAREJO	CLASSE MÉDIA	CLASSE PROLETÁRIA
1930	296	271	267	223
1931	327	294	266	210
1932	360	325	256	210
1933: Janeiro	355	312	253	206
Fevereiro	349	308	252	204
Março	350	306	252	204
Abril	342	296	248	201
Maiο	345	297	250	202
Junho	343	293	251	200

### Atrasados comerciais

Os atrasados comerciais formaram-se em consequência da necessidade de retirar cambiais para o pagamento do “Consolidation Credit”, num total de 6.500.000 e da queda da exportação durante a rebelião paulista, computada em £ 7.000.000. Já em fins de 1931, o Banco do Brasil calculava êsses atrasados em 250.000:000\$, aumentados, em fins de 1932, para 550.000. Era necessário regularizar tal situação, prejudicial ao crédito público e aos negócios em geral. Graças à interferência de Sir Otto Niemeyer, da ação de Sir Henry Linch e, nos Estados Unidos, da missão enviada à Conferência de Washington, foi possível realizar os acordos americano e europeu. Esses acordos, que foram oficialmente divulgados em todos os seus detalhes, permitem ao Banco do Brasil efetuar a liquidação ajustada no prazo de seis anos, juros de 4 %, e a taxas cambiais grandemente favoráveis. Importaram as adesões acordadas em 194.000:000\$ para os americanos e 281 mil para os europeus, ou seja um total de 445.000:000\$.

Com a operação realizada, libertou-se o país das exigências prementes dos atrasados comerciais, salvo pequena parcela, que os franceses não quiseram incluir na combinação européia, feita através de nossos banqueiros em Londres. Ficou, igualmente, desafogada a pressão cambial sofrida pelo comércio, cujos negócios não tardarão em normalizar-se. Descoberto do Banco do Brasil. Entre os desacertos de que é responsável o Governo deposto figurava, como tive ensêjo de dizer, o descoberto do Banco do Brasil, na importância de £ 6.500.000, do qual se pagou a última prestação, poupando-se ao nosso principal estabelecimento de crédito graves e, talvez, irreparáveis prejuízos. É oportuno sublinhar que as £ 6.500.000 tomadas em 1930, produziram, a 40 a libra, pelo câmbio da época, muito menos do que seria necessário, agora, em mil réis, para pagá-las. Devido, entretanto, à orientação cambial do Governo, a liquidação processou-se sem o menor onus para o Tesouro, uma vez que a diferença, tendo sido apenas de 29 mil contos, foi compensada pelos juros. Não fôra essa orientação e o cancelamento da “Consolidation Credit” custaria, como aconteceu com a de consignações de café Hard Rand & Cornp. e Murray & Simonsen, feitas no Governo deposto, mais de 70.000 :000\$ a liquidar. Outras operações e providências Afóra as operações citadas, financiou-se o recolhimento dos bonus paulistas, antecipando ao governo estadual, sob promessa de pagamento em títulos através do Banco do Brasil, a importância de 180.000:000\$. Tratava-se de providência necessária e inadiável, uma vez que a emissão, realizada durante o movimento rebelde, viria criar situação de maiores sacrifícios às populações, já aprovadas na luta, e desorganizar a economia estadual, com funda repercussão na do país. Executaram-se, ainda, por intermédio do Ministério da Fazenda, medidas de alto alcance, entre as quais a reforma das leis fiscais, a das Loterias, a revisão das tarifas, a da lei de seguros, a do Domínio da União, a da Casa da Moeda, a do Imposto da Renda, a da Recebedoria de São Paulo, a de isenções, a de Vendas Mercantis, a do Imposto de Consumo e outras. Procedeu-se ao relacionamento da chamada dívida passiva, cuja liquidação foi autorizada pelo Decreto n. 23.298, de 27 de outubro do corrente ano, satisfazendo-se, assim, um reclamo constante dos credores do Tesouro Nacional, por vários títulos, e expediu-se o Decreto n. 23.150, de 15 de setembro de 1933, estabelecendo novas regras de elaboração e execução orçamentária, grande e fecunda

iniciativa de prometedores resultados para a ordem e segurança das finanças nacionais. Iniciou-se, finalmente, a reforma do Tesouro sob bases racionais, capazes de renovar esse arcaico órgão central de administração, ajustando-o às suas crescentes atribuições de direção e controle dos serviços da fazenda pública.

Compromissos externos A ordenação financeira não seria possível sem a regularização das dívidas externas. O Funding, a que foi coagido o Governo na liquidação do acervo recebido, é mero expediente financeiro, que posterga os pagamentos, aprovando as dívidas. Não se poderia considerá-la solução definitiva. Pretender prorrogá-lo seria de efeitos desastrosos, material e moralmente, para o país. Estudou-se, por conseguinte, a retomada dos pagamentos, envolvendo em sua proposição a dos Estados. As combinações feitas, sob a direta autoridade de Sir Otto Nieirieyer, podem ser consideradas como aceitas e resolvidas, decorrendo delas a obrigação de pagamentos externos, gerais, de nossas dívidas, dentro das possibilidades cambiais, e mais o levantamento do depósito especial em mil réis, que o Governo vinha, por conta do Funding, efetuando no Banco do Brasil. A vida financeira nacional jamais chegaria a consolidar-se se a os Estados continuasse a se processar em desacôrdo cm as normas estabelecidas para a restauração do crédito federal. Assim entendendo, procurámos sempre adaptar a ação dos interventores à orientação central e acreditamos que esta política de unidade financeira, proveitosa sob todos os aspectos, quer às dívidas externas, quer às internas, será consagrada como uma das melhores conquistas da Revolução. De nada valeria a ordem nas finanças nacionais com a anarquia nas estaduais.

O problema do café Afim de ultimar a execução do programa governamental relativo ao problema cafeeiro, houve necessidade de modificar a organização do Conselho Nacional de Café, que foi substituído pelo Departamento Nacional do Café, diretamente subordinado ao Ministério da Fazenda.

Os objetivos do Governo ao defrontar o crack do café, legado do regime deposto, podem ser considerados como atingidos integralmente. Propusera-se adquirir os stocks, os cafés acumulados, as sobras das safras, com o fim de restabelecer o equilíbrio estatístico e restituir esse produto basilar da nossa economia à liberdade comercial. Em casos similares, outros países viram fracassados seus planos, como ocorreu com a borracha, com o algodão, com o trigo e até com os metais. O Brasil fez um supremo esforço e conseguiu retirar dos mercados, ao fim de três anos de ação tenaz, 49.524.514 sacas de café, tendo incinerado 23.592.949. A safra última, a maior de toda a nossa produção cafeeira, adquirida a quota de sacrifício, escoar-se-á sem deixar sobras. A safra futura será inferior à nossa exportação normal. Poderá, então, volver o café à liberdade de comércio, livre de taxas e de onus, para reconquistar os mercados perdidos e entrar, vantajosamente, na concorrência com os demais produtores.

### **Situação Atual**

A política cambial, a Caixa de Estabilização Bancária, e a ação central do Banco do Brasil produziram efeitos salutarés para a economia e as finanças do país. O crédito alargou-se, os negócios movimentaram-se, as iniciativas retomaram aplicações, as indústrias volveram à plenitude de suas atividades, a produção, sob todas as suas formas, multiplicou-se, e o país usufruiu, hoje, ambiente desafogado em comparação com outros povos. A moeda brasileira mantém o seu valor de relação com as demais moedas, melhorando, francamente, o seu poder aquisitivo interno e permitindo, assim, o aumento da importação, da produção, do comércio em geral. O crédito público, conforme evidenciam as cotações nos grandes mercados, externos e internos, europeus e americanos, vem sendo fortalecido por uma maior procura e crescente valorização dos nossos títulos. A situação financeira do Tesouro desafogou-se com os recursos provenientes das operações dos atrasados comerciais e do novo acôrdo sobre as dívidas externas, permitindo liquidar todos os onus dos exercícios passados, sem novos gravames, antes deixando disponibilidades de quasi meio milhão de contos, restante dos depósitos, à ordem do Governo, existentes no Banco do Brasil. Graças a êsses recursos, criar-se-á o Banco Rural, complementar da Lei de Usura, atendendo-se à mais preterida e indeclinável das necessidades da economia nacional. Não podia encerrar êste capítulo da atuação do Governo Provisório, no que diz respeito à economia e finanças, sem aludir ao nosso comparecimento às conferências de Washington e Londres, cujos trabalhos já foram amplamente divulgados.

Quando o mundo atravessa crise sem precedentes, que perturba profundamente a vida das nações mais ricas e organizadas, ao Brasil cumpria cooperar, na medida das suas possibilidades, para o

estudo e solução dos graves problemas do momento econômico mundial. Administração e finanças dos Estados Parece supérfluo dizer que o Governo revolucionário encontrou a maioria dos Estados em péssima situação administrativa e financeira. O descalabro no emprêgo dos dinheiros públicos não tinha limites e os deficits se acumulavam de forma assustadora. O balanço global das finanças estaduais, procedido no ano de 1930, apresentava um deficit de 472.450:000, contra o total de 423.951:000 em 1929, época considerada de desafogo e prosperidade. As dívidas internas e externas atingiam a 2.941.001 :000\$ e 885.948:000\$, respectivamente, não incluídos 1.107.000:000 de dívida flutuante, conforme as apurações verificadas até 31 de dezembro de 1930. As receitas arrecadadas no mesmo ano somaram 1.012.177:000, para uma despesa realizada de 1.484.527:0004. Quasi nada se liquidava da dívida consolidada, enquanto a flutuante tendia sempre a aumentar. Em alguns casos, as despesas mais elementares, inclusive os vencimentos do funcionalismo, tinham o pagamento retardado por longos meses. Para salvar as aparências, muitos Estados esforçavam-se por esconder a realidade da situação, ocultando uns aos outros as dificuldades em que viviam e do mesmo modo à União, à qual apenas se dirigia quando precisavam de endôso para operações financeiras externas ou auxílios do Governo central. A análise procedida nos balanços financeiros das unidades federativas evidencia a preocupação de que a própria União dava o exemplo, de desorientar a opinião pública com resultados propositadamente alterados. ‘Verdadeira balbúrdia administrativa existia por toda parte, agravando as consequências da desorganização financeira. A acumulação de deficits era tão alarmante, nos últimos anos, que a administração revolucionária julgou indispensável decretar o chamado Código dos Interventores, com o fim de regularizar a vida econômico-financeira dos Estados. A-pesar-da rigorosa compressão efetuada nas despesas, em 1931, apresentava-se o deficit total de 312.411:000. Confrontando as cifras referentes aos dois anos anteriores, apuram-se, nos gastos, 221.990:000\$ para menos e, ao mesmo tempo, a diferença, nas receitas, de 110.450:000\$, também para menos, relativamente a 1929. E’ bem possível, se não ocorressem, em 1932, perturbações da ordem, que muitos Estados conseguissem atingir o equilíbrio orçamentário. A soma total dos deficits mio referido ano baixou a 178.297:000, convindo observar que só o Estado de São Paulo absorveu, neste cômputo, a parcela de 164.000:000. Por outro lado, as despesas efetuadas não ultrapassaram de 1.260.312:000t\$.

Para dar uma idéia da política de compressão a que foram submetidos os Estados, basta referir as importâncias globais das despesas correspondentes aos cinco últimos anos:

1928	1.381.631:000\$000
1929	1.672.690:000\$000
1930	1.484.627:000\$000
1931	1.450.700 :000\$000
1932	1.260.312:000\$000

Estas cifras testemunham eloquentemente a atuação proveitosa do Governo revolucionário. O Código dos Interventores começa a produzir, nesse terreno, salutareos efeitos. Compare-se o deficit de 1929, época desafogada e de paz interna, com o de 1932: o primeiro atinge a 423.951:000 e o segundo a 178.279:000\$.

Com a preocupação de encobrir a verdade, chegou-se, na administração passada, a majorar as receitas com parcelas provenientes de fontes impróprias, deixando-se, ao mesmo tempo, de consignar gastos realmente efetuados. O expediente produzia o efeito desejado, isto é, equilibrava, aparentemente, os orçamentos. O abuso não parava aí. Recorria-se ao ouro estrangeiro, contraindo compromissos avultados e ruinosos cujas consequências funestas estão se fazendo sentir na situação financeira dos Estados e da União. Possui-se atualmente um levantamento completo dos empréstimos externos dos Estados e das Municipalidades. Foi preciso muito esforço para realizar esta tarefa. Os dados eram sempre incompletos e vagos. Com o auxílio dedicado dos Interventores, a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos pôde ultimar o balanço respectivo, prestando inestimáveis serviços ao país. O total dos empréstimos contraídos pelos Estados e Municipalidades, desde o Império, atingiu a soma de £ 202.083.865. Resgataram-se £ 107.479.460, e a circulação atual eleva-se a £ 94.604.405, ou sejam 3.784.176:000\$ ao câmbio de 6 dinheiros.

A vida administrativa da maioria dos Estados e Municípios muito lucrou sob o regime das Interventorias. Foi regra geral, observada pelos delegados do Governo Provisório, a compressão das despesas e a aplicação rigorosa dos dinheiros públicos, melhor arrecadados e utilizados. Entre os

tributos anti-econômicos enraizados nos orçamentos, os de mais lamentável repercussão eram os impostos interestaduais e intermunicipais. Para eliminá-los, expediram-se providências já conhecidas e cujos resultados refletem grande diminuição nessas laxações condenadas a desaparecer em breve tempo.

### **Relações Exteriores**

A atividade do Governo Provisório, no que se refere às relações exteriores do Brasil, caracterizou-se, nestes três anos decorridos, por um trabalho constante de solidificação da paz com todos os países e de mais estreita cooperação inter-americana. Vitorioso o movimento revolucionário de 1930, cumpria ao Governo por êle instituído esclarecer devidamente a opinião internacional acêrca dos seus propósitos, lara desfazer a impressão falsa que se procurara criar em tôrno da Revolução. Tão firmes e satisfórias eram as nossas razões, que, no curto espaço de 72 horas, a rcaieria das nações reconheceu, de jure, a nova ordem política que passava a reger o país.

Resolvida auspiciosamente esta preliminar, entrámos, desde logo, a tratar dos inúmeros e complexos problemas que se nos deparavam e de cuja solução depen(lia o êxito dos novos rumos da nossa política externa.

### **Reformas de Serviços**

A ação do Governo, na órbita internacional, pressupunha, entretanto, a existência de um aparelhamento capaz de torná-la rápida e eficiente. A experiência demonstrara que a Secretaria das Relações Exteriores, como estava constituída, não preenchia perfeitamente os seus fins. Pela organização existente, ainda do tempo da Monarquia, o Ministério era servido por três corpos de funcionários: o diplomático, o consular e o burocrático prãpriamente dito; os dois primeiros, formando classes distintas, independentes unia da outra, e o terceiro, um quadro permanente, com lodos os defeitos inerentes a sua feição rotineira. Na realidade, a nossa situação internacional pedia órgão mais plástico, dotado de pessoal com maior capacidade de trabalho, susceptível de adaptar-se, quando fôsse mister, às variadas contingências do serviço. Corrigiu-se a lacuna com a reforma que suprimiu o chamado quadro burocrático, refundindo-o nos quadros diplomático e consular. A Secretaria ganhou a mobilidade de que carecia, ao ter o seu pessoal recrutado entre os funcionários do serviço externo pelo sistelua de rotatividade. Chamados a trabalhar no Brasil, por períodos regulares, diplomatas e cõnsules ficarão, por sua vez, familiarizados com a economia interna da repartição, emprestando-lhe o contingente de sua experiência nos postos e recebendo, com uma melhor compreensão das nossas possibilidades, conhecimentos indispensáveis para atuarem eficientemente no estrangeiro.

### **Intercâmbio comercial**

Os três últimos anos coincidiram com o período de maiores dificuldades defrontadas pelo comércio internacional. Após o tratado de Versailles, verificou-se acentuado retraimento nas trocas internacionais, refletindo a ânsia de bastar-se cada povo a si mesmo e a tendência para o isolamento. As perturbadoras consequências dessa atitude se fizeram sentir na queda brusca e crescente das importações e exportações, que desciam à medida que se elevavam as barreiras alfandegárias, e de confinamento financeiro. Definindo sintêti camente essa situação, de certo modo paradoxal, eminente economista acertou dizendo: “As nações que, no âmbito da economia mundial, haviam fomentado miituaíricnte sua riqueza de modo tão admirável, preocupam-se, agora, com aneio crescente, em acelerar, mediante recíprocos obstáculos, a ruína de todos.” Do entrecruzar dêsses interesses contraditórios resultou, para a humanidade, uma crise generalizada que se caracteriza pelos sintomas mais graves e variados: desvalorização de todos os produtos, levando à ruína a lavoura e as indústrias; aumento contínuo de desempregados, agravando ao mesmo tempo o problema social e econômico; desequilibrio dos orçamenlos nacionais, determinando majorações de tributos aduaneiros e internos, que ainda mais reduzem o movimento dos negócios; limitações e proibições de toda espécie, traduzindo- se pela diminuição continua do comércio internacional. Situação mundial de tamanha gravidade veio eucontrar o Brasil sem um estatuto internacional de comércio, que pusesse a nossa produção ao abrigo de surpresas. Não possuíamos uma política de convênio, mas, apenas, uma dezena de tratados e acórdos, alguns celebrados pelo Império, há quasi um século, outros mais recentes, forçados por circunstâncias de momento, todos sem uma diretriz homogênea, e, fora dêsses poucos atos, a ausência de qualquer compromisso ou entendimento que pudéssemos utilizar cm nossa defesa,

perante a grande maioria dos países com quem negociamos. A falta de uma política comercial tornara-se tanto mais sensível quanto a reumleição política da Europa, conseqüente da grande guerra. determinou o aparecimento de países novos, cujos mercados nos estavam praticamente vedados, visto as respclivas alfândegas só concederem os favores da tarifa mínima aos produtos dos que a êles se ligaram por convênios internacionais. Tendo em vista esta circunstância e, ainda, a necessidade de atualizar as nossas pautas aduaneiras, instrumento para negociação de acordos, o Governo Provisório promulgou o decreto n. 20.380, de 8 de setembro de 1931, em que estabeleceu novo regmie tarifário, mandando o Ministério da Fazenda proceder de revisão das tabelas em vigor, ainda de 1901, salvo aliações parciais, e encarregando o Ministerio das Relações Exteriores de entrar em entendimento com todos os países com representação no Brasil, para ajustar com eles convênios comerciais. A orientação adotada no referido decreto prevê duas fases de negociações. A primeira visa garantir aos produtos nacionais, em todos os mercados que nos possam interessar, tratamento não menos favorável do que o concedido aos produtos similares dos nossos concorrentes, com a segurança, a mais, de que os favores e vantagens, que se lhes concedam, serão estendidos aos produtos brasileiros, independentemente de qualquer concessão pelo Brasil. Pondo em prática a medida adotada, o Ministério das Relações Exteriores celebrou, nestes dois anos, tratados e convênios com 31 países. Como consequência dessa vasta rede de ajustes, que encerra a primeira fase das negociações previstas, ficaram assegurados três resultados imediatos: nos países que nos dispensavam, de fato, o tratamento por nós pleiteado, essa situação deixou de ser uma concessão da parte deles, para se tornar direito exigível, em caso de ameaça; nos países que reservavam aquele tratamento às partes ligadas por convênios, entre os quais figuram todas as novas e prósperas repúblicas da Europa Central e do Báltico - Polônia, Tchecoslováquia, Áustria, Húngria, Finlândia, Lituânia, Letônia e Estônia - abrimos mercados que nos estavam interditos pela diferenciação das tarifas alfandegárias; em uns e outros, já entramos, efetivamente, no gôzo de algumas vantagens ou favores, concedidos aos nossos concorrentes, independentemente de negociações ou concessões de nossa parte. Examinamos, atualmente, a possibilidade de melhorar a posição já conquistada pelos acordos celebrados, obtendo que sejam removidas quaisquer dificuldades que, sob a forma de direitos de importação excessivos, limitações ou proibições regulamentares, se oponham à entrada dos principais produtos da nossa exportação. Concessões dessa natureza, é certo, não se obtêm senão em troca de outras equivalentes. O Govêrno precisa, por isso, usar de muita prudência e discernimento, nas regalias a conceder, de modo a não provocar, com elas, apreensões à produção agrícola e industrial do país. A segunda fase, que consiste em “negociações suplementares, para protocolos adicionais, relativos a quaisquer facilidades ou vantagens comerciais, que não importem em favores particularizados a qualquer nação”, já foi praticamente iniciada pela inclusão de cláusulas aduaneiras nos tratados com o Uruguái e a República Argentina. Apenas, por estar convencido da repercussão que as concessões tarifárias podem ter sôbre o complexo da produção nacional, o Govêrno agiu, em ambos os casos, com a indispensável cautela, deixando de imprimir a êsses atos, de alta importância política, toda a amplitude que desejaria dar-lhes: no caso da República Argentina, reduzindo as trocas de concessões ao mínimo de produtos; no caso do Uruguái, dando à tentativa de intercâmbio livre caráter experimental, pela possibilidade de revisão anual das cláusulas relativas às perniutas de mercadorias. É oportuno assinalar que o ajuste e celebração de atos internacionais não têm sub a obra mais árdua nem, talvez, a de mais imediata eficácia, da nossa diplomacia comercial, nestes três anos de crise mundial, durante os quais teve de exercer constanle e solícita vigilância, na defesa do nosso comércio exterior, contra medidas de toda natureza que vêm ameaçando ou atingindo cada um dos nossos principais produtos: aumento de direitos alfandegários, limitação, suspensão ou proibição de importações, regimes de quotas e de licenças prévias, sem falar no sem número de pequenas exigências regulamentares, que entravam, cada dia mais, o desenvolvimento do intercâmbio das nações. As nossas reclamações no exterior, como as que, por outro lado, recebemos, contra medidas de igual natureza, constituem tarefa absorvente e delicada a cargo da nossa diplomacia, embora tenhamos encontrado o mesmo espírito de conciliação por parte dos países com que negociamos, permitindo solucionar favoravelmente quasi todas as dificuldades até hoje surgidas.

### **Política Continental**

A nossa politica na América continúa a merecer especial e constante atenção. O Brasil tem vivido e quer continuar a viver na mais estreita união de vistas com os Estados civilizados. Nem pode,

mesmo, furtar-se a êsse dever de solidariedade humana. Dadas as condições políticas e econômicas do nosso tempo, é impossível a qualquer país subtrair-se ao convívio internacional; a cooperação e assistência mútua impõem-se, cada vez mais, como fatores essenciais para a estabilidade de paz entre os povos. Sem esquecer êstes imperativos de solidariedade internacional, é, entretanto, para o Continente americano que se voltam de preferência as nossas atenções. Somos parte não pequena da grande família americana, e esta forma, em todos os sentidos, pela origem, evolução, necessidades e objetivos, um mundo inteiramente distinto, em que nos cabe uma parcela de responsabilidade histórica, que não podemos desprezar e impõe o prosseguimento da nossa política tradicional, sintetizada, há mais de cem anos, na expressão - sistema americano de José Bonifácio, e objetivada na gestão gloriosa do segundo Rio Branco. A atitude de isolamento ou de simples desinteresse pelas dificuldades políticas e econômicas, em que se debatem alguns países do Continente, poderá ser cômoda; não será, porém, a mais humana, nem, seguramente, a que o destino nos reservou, como nação mais extensa e populosa da América do Sul, confinando com quase a totalidade dos países que a compõem. Ao iniciar a sua administração, o Governo Provisório impressionou-se com o lamentável desentendimento, que meses antes interrompera as relações entre o Perú e o Uruguái. Aceitos os seus bons ofícios, graças ao espírito de conciliação dos dois países, e correspondendo ao nosso empenho, restabelecia-se, pouco depois, a amizade que sempre os uniu. Não foi menor satisfação ver coroado de êxito o nosso trabalho tendente a reconciliar a Venezuela e o México, cujas relações estavam suspensas desde 1923. Há quase dois anos, esforça-se o Brasil, em completa e estreita colaboração com outros países americanos, por conseguir que o Paraguai e a Bolívia encontrem uma base de acôrdo amigável para a solução do conflito do Chaco. Até ao meiado do corrente ano, o estudo da questão esteve entregue a uma Comissão de Neutros, especialmente constituída em Washington, da qual faziam parte, além dos Estados Unidos da América, o Uruguái, Colômbia, Cuba e México. Estranhos, embora, a essa Comissão, não deixamos de prestar-lhe, durante as suas atividades, completa assistência, no sentido de facilitar-lhe a tarefa de harmonizar as duas nações dissidentes. Continuamos, além disso, a atuar sem interrupção, isolada ou coletivamente, por sugestões próprias ou em apóio às de terceiros interessados como nós na paz do Continente. Pareceu possível, em dado momento, chegar-se a acôrdo satisfatório, sob a base do arbitramento, ao firmar-se, na cidade de Mendoza, uma ata de mediação entre os govêrnos do Chile e da Argentina. Solicitado por ambos, o Brasil deu-lhes inteiro apóio. Infelizmente, desapareceram logo em seguida todas as esperanças de acomodação pacífica. Após laboriosas negociações, o lamentável dissídio entrava no seu período agudo, com a declaração de guerra entre a Bolívia e o Paraguai e a decisão, tomada pela Comissão dos Neutros, de considerar findos os trabalhos de conciliação. Colocando-se na posição jurídica de neutro, o Brasil não se desinteressou, politicamente, do assunto. Ao dar por encerrados os seus trabalhos, a referida Comissão entregara a solução do conflito à Liga das Nações. Apesar disso, não hesitámos em propor que se tentasse, ainda, uma ação conjunta dos países limítrofes com os contendores, no sentido de estudar e sugerir um meio capaz de decidir pacificamente a luta.

Não significava a iniciativa do Brasil falta de confiança na intervenção conciliadora do instituto de Genebra, com o qual colaborámos durante vários anos e cujos esforços para preservar a paz no mundo sempre reconhecemos. A questão do Chaco assumira para nós, desde o início, aspecto genuinamente continental, e sentíamos, em consciência, a obrigação de tentar, uma vez mais, antes que se procurasse solução em outro ambiente, resolvê-la no quadro exclusivamente americano, limitado, embora, às nações do A. B. C. P., que, por suas condições geográficas, tinham, como é fácil compreender, interêsse primordial em dirimir a contenda. Máu grado não chegarmos, dessa como das outras vezes, ao acôrdo definitivo de paz por todos desejado, tornaram-se evidentes os resultados conseguidos pela ação conjunta do A. B. C. P., afastando muitas dificuldades que mantinham irreduzíveis as nações desavindas. A presença, nesta Capital, do ilustre Chefe da Nação Argentina e o alto significado dessa visita para a concretização do espírito pacifista americano ofereceram oportunidade para dirigirmos um apêlo em comum aos dois países irmãos, justificadamente esperanças em restabelecer a paz no Continente. Outro acontecimento que também nos preocupou foi o conflito surgido entre o Perú e a Colômbia, com a ocupação, por fôrças peruanas, da cidade de Letícia, cedida anteriormente à Colômbia, em virtude do tratado Saiomón-Lozano, firmado, na cidade de Lima, em 1922. A gravidade do novo incidente consistia, principalmente, na circunstância de haver ocorrido às portas de nossas fronteiras, na região banhada pelos rios Içá e Amazonas, quase à vista da povoação brasileira de Tabatinga. Isto nos obrigou, sobretudo depois que o incidente assumiu caráter

de verdadeira luta armada, a tomar as medidas necessárias para garantir aquela região, de forma a evitar que o conflito se estendesse também ao nosso território. Paralelamente com essas medidas acauteladoras da soberania nacional, empenhávamos esforços junto aos contendores no sentido de obter que o território litigioso fosse entregue, provisoriamente, à administração de delegados brasileiros, que no prazo mais curto possível o devolveriam às autoridades legais da Colômbia, seguindo-se, imediatamente, uma conferência, a realizar-se na Capital do Brasil, na qual os dois países considerariam, com largo espírito de concórdia, o tratado Salomón-Lozano. Não foi possível, porém, chegar a entendimento satisfatório. Verificou-se, posteriormente, a intervenção pacificadora da Liga das Nações, quando se assentou entregar o território a uma comissão por ela designada, que o administraria durante um ano, esperando-se, fundadamente, que, no decorrer desse prazo, se chegasse a um acordo pacificador. A comissão referida constituiu-se de três delegados, um brasileiro, um norte-americano e um espanhol, e cumpre a missão que lhe foi confiada, enquanto os delegados dos dois países interessados, atualmente reunidos nesta Capital, estudam uma solução conciliatória. Quanto à política americana, a nossa atividade se fez sentir, ainda, nas relações de ordem econômica e social, através de tratados e convênios celebrados com várias nações do Continente, uns já firmados, outros em pleno andamento; acordos de comércio e navegação, com o Uruguai e a Argentina; de comércio, com a Colômbia, com o México e com o Canadá; convenção fluvial, com o Paraguai, regulando a navegação nas águas jurisdicionais dos dois países; convenção sobre delitos de ordem social, com a Argentina; de extradição de criminosos, com o Uruguai e a Argentina; demarcação das fronteiras com as Guianas Holandesa e Britânica.

### **À presença do Presidente da Nação Argentina no Brasil**

Com a República Argentina, além dos atos acima citados, assinamos mais uma série de outros, aproveitando, para isso, a oportunidade auspiciosa da visita com que nos honrou o ilustre Presidente General Agustin P. Justo. Simples enumeração demonstra a importância e alcance das questões reguladas: intercâmbio artístico e intelectual, permuta de publicações, revisão de textos de ensino de História e Geografia, fomento do turismo, exposição de amostras e venda de produtos nacionais, prevenção e repressão do contrabando e regulamentação da navegação aérea. Ao lado dessas iniciativas, cumpre destacar, pela alta e excepcional expressão de seus objetivos, o tratado anti-bélico que, consolidando a amizade tradicional entre o Brasil e a Argentina, inaugura nova fase na política americana, cujos resultados não tardarão em ser fecundos para a paz continental. A celebração de tais atos bastaria para tornar histórica e memorável a presença, entre nós, do preclaro Presidente da Nação Argentina. Pela segunda vez, no decurso de cem anos de vida independente, um chefe de Estado argentino afasta-se do poder para trazer-nos o penhor de amizade do seu país. Não é acontecimento comum. O Governo Provisório compreendeu-lhe o alcance e significação, dispensando ao ilustre visitante homenagens excepcionais, a que se associou entusiasticamente o povo brasileiro, em manifestações de franca e carinhosa hospitalidade. Para nações com as responsabilidades da Argentina e do Brasil, compenetradas do papel histórico que lhes foi reservado nos destinos do Continente, essa visita evidencia exuberantemente o forte espírito de confraternização e constante desejo que as anima no sentido de concorrer, com os próprios exemplos, para a manutenção da paz, do progresso e do bem-estar da América.

### **Demarcação de fronteiras**

A atuação do Governo Provisório ficaria incompleta se não compreendesse também a demarcação da nossa extensa linha de limites com os países vizinhos. Não basta marcá-la nos mapas, cunipre, principalmente, fixá-la no solo, para tornar efetiva a posse. O trabalho de demarcação, complexo e moroso, não se restringe apenas à colocação de marcos divisórios, devendo abranger, ao mesmo tempo, o levantamento topográfico das zonas de fronteira e sua caracterização. As comissões de limites, compostas de civis e militares, vêm desempenhando tão patriótica e árdua tarefa, despreocupadas dos riscos que são obrigadas a enfrentar, longe do conforto da civilização e, por vezes, vítimas das endemias reinantes nas zonas inhóspitas que percorrem.

### **Visitas de Altas Personalidades**

Acontecimentos de relevo em nossas relações internacionais foram as visitas de altas personalidades oficiais estrangeiras, verificadas em condições que muito nos desvaneceram.

Celebramos com efusivas manifestações de entusiasmo a vinda ao Brasil do General Italo Balbo, Ministro da Aeronáutica da Itália, comandando uma esquadrilha de 12 aviões, primeira Armada Aérea que atravessou o Atlântico, num vôo magnífico de arrôjo e eficiência profissional. Pouco depois, chegava a esta Capital, em honrosa visita de cortezia, Sua Alteza Real o Príncipe de Gales, herdeiro da Corôa Britânica, acompanhado de seu irmão, o Príncipe Jorge. Ambos foram hóspedes particularmente gratos aos sentimentos brasileiros, como comprovaram as expressivas homenagens que lhes tributámos, penhor da forte e velha cordialidade que nos liga ao povo inglês. Recebemos, também, a visita da Senhora Euzebio Ayala, espôsa do Presidente da República do Paraguai, e dispensámos à ilustre dama, além do acolhimento oficial que lhe correspondia, inequívocas provas de consideração social. Cabe referir, finalmente, a presença entre nós, numa estação de férias, de Sir John Simon, eminente Chanceler dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra. Embora a sua viagem não revestisse caráter oficial, prestámos-lhe significativas homenagens de simpatia e apreço. De forma sucinta, deixamos exposto o trabalho realizado peio Govêrno Provisório no campo das relações internacionais. A simples enunciação dos fatos demonstra que a nossa política externa entrou em franco renascimento. Ampliando a esfera de nossas atividades comerciais, reafirmando os nossos anseios de paz e propósitos de cooperação e fomentando o intercâmbio das grandes conquistas da inteligência e do pensamento, marcámos novos rumos de ação construtora, para, sem veleidades de hegemonia e samente firmados no direito, elevar o conceito do Brasil perante as demais nações e nos conselhos da política continental.

#### **Fôrças Armadas - Exército**

O Exército, fiel à sua tradição histórica, depbis de colaborar decisivamente com a Nação para a vitória do grande movimento reivindicador da sua soberania, continuou inteiramente dedicado à sua missão precípua de manter a ordem interna e de garantir a integridade da Pátria. A organização atual das fôrças de terra não proporciona, no entanto, o rendimento que é dado esperar das nossas atividades militares. A falta de dotações orçainentárias suficientes obriga à concentração dos fracos efetivos disponíveis, impedindo, por consequência, a disseminação conveniente dos benefícios da instrução militar e da atmosfera de segurança que ela proporciona. As regiões menos favorecidas do país em recursos educativos, onde a organização militar poderia ter uma ação civilizadora, facilitando, ao mesmo tempo, o povoamento e a colonização, vêem-se privadas dêsses benefícios. Grandes zonas afastadas e isoladas dos centros de vida intensa, onde a ousadia do mais forte se substituí à vigilância da autoridade; núcleos de população vivendo rudimentarmente, sem noção de direitos e deveres; tudo está a pedir unia distribuição mais razoável e proveitosa dos efetivos militares, de modo a aproveitá-los como fatores de atuação educativa e de progresso social.

Para atingirmos essa finalidade, torna-se necessário, sem dúvida, criar novas unidades e estacioná-las, de preferência, nas zonas fronteiriças mais indicadas e no “hinterland”. Além da instrução militar, ministrariam ensino e inculiriam hábitos de ordem e trabalho, transformando os conscritos em cidadãos úteis e concientes. Com os resultados reconhecidos às antigas colônias militares, tudo aconselha retomarmos a experiência, na turalmente, em moldes mais Práticos e modernizados. As circunstâncias atuais de tranquilidade internacional na América do Sul, afiançada pela nossa política pacifista e pelos atos mais recentes de bom entendimento recíproco, permitem ampliar o aproveitamento da capacidade educativa dos militares, fazendo-a beneficiar recantos afastados do país, onde os quartéis deverão ser escola de trabalho e de civismo. Semelhante orientação se harmoniza, aliás, com a nova lei de Serviço Militar, que operou grande aperfeiçoamento no sistema de conscrição, sem onerar as classes alistáveis e generalizando as obrigações legais. isse critério de equidade, ampliando o sorteio, virá, necessariamente, exigir nova distribuição de núcleos instrutores e concorrer para intensificar a preparação da mocidade em. todas as regiões do país. Após a vitória de 1930, enquanto restabelecia em seus lugares, na escala hjerárquica, valorosos oficjais dela afastados e auxiliares decisivos para a transformação política operada, o Govêrno procurava estimular os elementos dos quadros que, por atos de boa vontade, coerência e capacidade profissional, demonstravam apti dôes para a carreira militar. Sem lançar mão de medidas tendentes a delimitar a ação dos militares na política, podemos comprovar a existência, no seio da classe, do desejo predominante de manter o Exército afastado das competições partidárias, fiel aos seus deveres cívicos e atento sempre, dentro da esfera de sua particular atividade, aos superiores interêsses do país. Julgo natural que, como qualquer cidadão, o militar exerça atividade política, desde que para isso evidencie



competência e pendoros especiais, podendo, também, atuar com relevância na administração pública. Perturbadora seria, em contraste, a interferência coletiva dos militares, como corporação ou classe, na vida política do país, sobrepondo-se à consciência cívica nacional, para instituir o regime militarista que, felizmente, nunca se tentou implantar no Brasil, onde as forças armadas foram sempre braço executor da vontade civil da Nação. Visando a homogeneização da cultura geral e especializada dos quadros, facilitou-se o ensino, aperfeiçoando-o: os Colégios Militares tiveram a ação educativa ampliada; a Escola Militar é hoje, exclusivamente, um instituto de ensino profissional; as escolas de armas, com as novas unidades-modelos, estão corrigindo e atualizando os conhecimentos dos oficiais, capitães e superiores, mediante preparação prática de resultados já comprovados: as escolas técnicas de Engenharia, de Intendência, de Aplicação do Serviço de Saúde e de Veterinária funcionam com real aproveitamento para o Exército; a Escola de Estado-Maior mantém e desenvolve, satisfatoriamente, os seus trabalhos, preparando os futuros chefes militares. Tal o aspecto do problema do pessoal do Exército, para cuja solução muito tem contribuído a Missão Militar Francesa. A par do desenvolvimento técnico, os quadros do Exército exigem uma revisão equitativa das condições de acesso e remuneração. Enquanto, para alguns, a carreira militar se faz com facilidade, para outros, sofre retardamentos que precisam ser corrigidos. Quanto aos quadros de sargentos, já se estudam providências destinadas, em parte, a sanar erros administrativos, a aproveitar os inferiores de vocação militar comprovada e a manter a alimentação dos quadros de reserva, de acordo com as exigências e normas dos exércitos modernos. O restabelecimento das antigas escolas velerárias, a melhoria proporcional dos vencimentos dos sargentos efetivamente arregimentados e a reorganização dos quadros de escreventes, instrutores e empregados, são iniciativas oportunas que, feitas com empenho e segundo os ensinamentos decorrentes de longa experiência, virão contribuir para satisfazer justos reclamos e estimular, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento militar.

O problema máximo do Exército, já o declarei em outra oportunidade, é o do material. Sob certos aspectos, a sua penúria atingiu a limites que não podem ser ultrapassados. Fora de qualquer preocupação armamentista, que não temos e estaria muito além das nossas Possibilidades financeiras, é necessário admitir um mínimo de aparelhagem bélica indispensável ao exercício normal da função militar. O progresso formidável dos meios mecânicos de ataque aconselha a aquisição de elementos, quando menos, defensivos e sem os quais seria impossível dar relativa eficiência às forças armadas. O Governo esforça-se por estimular a fabricação de algum material no país, embora convencido de que o problema só poderá resolver-se cabalmente com a criação da siderurgia nacional. Ainda há pouco, enviou à Europa uma comissão incumbida de visitar os principais centros de indústria militar, com o fim de estudar-lhe os aperfeiçoamentos e melhorar a produção das nossas fábricas e arsenais.

Conhecidos os valiosos serviços que, num país vasto como o nosso, presta a aviação, devemos considerar notável progresso de ordem militar a organização definitiva da quinta arma. Embora se encontre em início a constituição de três unidades aéreas, já são bastante satisfatórios os resultados obtidos, no treinamento dos pilotos, com a utilização de alguns aparelhos modernos recentemente adquiridos. Para isso, também muito concorreu a criação do correio militar aéreo, que, familiarizando os aviadores com as condições geográficas e meteorológicas do país, facilita o estudo das rotas mais indicadas e do regime dos vôos de longa duração. O desenvolvimento do correio aéreo já deu lugar à formação de inúmeros campos de "atterrisage", que aumentarão, necessariamente, à medida que os governos locais melhor compreendam a utilidade da iniciativa. O Estado Maior do Exército estuda, em rigoroso critério técnico e espírito de economia, a reorganização completa das forças de terra. Não se trata de aumentar o Exército nem de alterar as linhas gerais em que está constituído. Procura-se, apenas, aproveitar melhor os recursos existentes, imprimir maior ordem aos seus quadros e serviços, combater vícios administrativos e fortalecer o órgão diretor, para que o rendimento geral corresponda aos sacrifícios feitos pela Nação. A reforma planejada, assegurando a liquidez dos recursos orçamentários e melhorando a ordem administrativa, estabelecerá normas para o desenvolvimento da atividade militar, através de diversas leis que regularão a continuidade e a execução dos programas, somando esforços até agora dispersos. Como complemento, proceder-se-á, ainda, à revisão dos quadros de oficiais, dos graduados e dos funcionários em geral, visando mais perfeita adaptação aos respectivos misteres e às imposições da eficiência profissional.

Os quadros ordinário e suplementar passarão a ter a função normal para que foram criados. Assim, só deverão fazer parte do quadro ordinário os oficiais efetivamente arregimentados, condição esta a ser uniformemente imposta aos promovidos para o mesmo quadro, cujas proporções terão de

corresponder, em rigor, às unidades e frações de unidades existentes, voltando também a dominar o salutar conceito clássico de que não podem existir unidades do Exército ativo sem um núcleo permanente de oficiais para ministrar-lhes comando e instrução. A compressão das despesas a que obrigam as precárias condições financeiras do país vem se fazendo sentir também nos orçamentos militares, cujas verbas reduzidas não correspondem às reais necessidades do Exército. Apesar desta inevitável limitação (de recursos, a obra de sua reconstrução desenvolve-se promissoramente, graças ao zelo e patriotismo de seus servidores que, compreendendo a relevante missão que lhes cabe no engrandecimento da Pátria, empregam amplo e solidário esforço pelo progresso moral e técnico do Exército.

Marinha

No manifesto dirigido à Nação em 3 de outubro de 1931, referindo-me à Marinha, tive ensejo de expender as seguintes considerações, que julgo inteiramente oportunas: “Tanto quanto o Exército, este departamento da defesa nacional ressentia-se da falta de material moderno e adequado ao desempenho da sua árdua missão, que tem por objetivos nitidos e de alta responsabilidade o domínio das comunicações marítimas e a defesa do comércio externo do país, dentro das exigências da nossa vasta zona litorânea e da orientação de nossa política estritamente defensiva. Infelizmente, a situação financeira, a exigir inexorável compressão das despesas públicas, não permite promover, no momento, a reilovação do nosso poder naval. Apesar de decaído, se ainda existe, é milagre da tenacidade e esforço dos oficiais e pessoal da Armada, na conservação das unidades componentes da nossa esquadra, as quais, todas elas, ultrapassaram, há muito, o tempo predeterminado para a sua duração eficiente. Diminuídas as dotações deste Ministério, em cerca de 89% na rubrica ouro e 15 despesa papel, ainda assim, notável tem sido o trabalho para o aperfeiçoamento da instrução do pessoal e conservação do seu velho material. Também na Marinha, o sôpro renovador, trazido pela Revolução, deu ao seu corpo de oficiais novas energias e disposições para o trabalho. Concientes da gravidade financeira de momento, com os poucos recursos de que dispõem, empregam, inteligentemente, o seu esforço para que os arsenais, as fábricas e os estabelecimentos navais, elevando o coeficiente da sua produção, concentrem, fabriquem, produzam e não sejam apenas simples repartições burocráticas de manuseio de papéis e despacho de expediente, deferindo a estabelecimentos particulares a função precípua para a qual foram criados”. Considerando atentamente esta situação, o Governo Provisório não se manteve em atitude passiva; procurou, ao contrário, melhorá-la com iniciativas adequadas, de alcance seguro e prática, ainda que lentas em seus resultados. Em primeiro plano, apresentava-se a necessidade, sempre adiada, de reuovar a esquadra. Enfrentou-a, instituindo um crédito anual de 40.000:000\$, durante doze exercícios financeiros consecutivos, que deverá ser aplicado de acordo com o programa naval estabelecido, tendo-se em vista a média das deficiências da esquadra e os recursos de que a Nação poderia dispor. Estudados os meios de satisfazer os encargos decorrentes da realização do plano fixado, abriu-se, logo, a indispensável concorrência, aguardando-se apenas a apresentação de propostas das firmas construtoras para, depois de cuidadoso exame, fixar a escolha e dar início aos trabalhos. Esta providência não ficou isolada. Seguiu-se-lhe a criação do Fundo Naval, formado com os saldos das verbas orçamentárias do Ministério, as rendas dos arsenais, capitânias e laboratórios, impostos de faróis e outras. As economias acumuladas já atingiram, em 1932, a cerca de 8.000 :000\$ e destinam-se, como todos os recursos do Fundo Naval, a prover os meios necessários para a aquisição de material flutuante auxiliar e custeio dos serviços de defesa do litoral, de socorros marítimos e balisamento da costa. Entre os atos do Governo Provisório grandemente proveitosos para atender às falhas da nossa aparelhagem naval, cumpre lembrar o prosseguimento das obras do novo Arsenal, na Ilha das Cobras, sob a direção exclusiva dos engenheiros da própria Marinha de guerra. Os trabalhos que, dadas as dificuldades financeiras, estavam ameaçados de paralisação, continuam, embora lentamente, até que se torne possível imprimir-lhes maior impulso. O antigo Arsenal, apesar de possuir instalações mais ou menos completas e suficientes para realizar os concertos exigidos pela conservação dos navios, limitava-se, ultimamente, quase que ao papel de intermediário entre o Governo e as empresas particulares, com as quais se contratava, geralmente em condições onerosas, este serviço, fornecendo apenas o material. Esta anormalidade foi imediatamente corrigida, dispensando-se o auxílio da indústria particular e restituindo o nosso estaleiro à sua verdadeira função. Como consequência dessa medida, quase todos os navios da esquadra carecedores de reparos passaram, no transcurso destes três anos, pelas suas oficinas, merecendo destaque, entre os trabalhos executados, a remodelação do encouraçado Minas Gerais, obra de vulto e responsabilidade técnica fora do comum. Melhoramento insistentemente reclamado para completar o preparo profissional dos quadros navais, a

construção de um navio-escola era iniciativa que não podia continuar procrastinada. Tão grave lacuna foi afinal corrigida com a construção, iniciada nos estaleiros Vickers Armstrong, do navio que receberá o nome de Almirante Saldanha. Tratando-se de melhor preparar a Armada para o desempenho de sua missão, não era possível esquecer a importância da aviação como fator de defesa naval. O reconhecimento desta circunstância impunha a criação de um corpo de aviação na Marinha. A iniciativa já produziu auspiciosos resultados, com o aumento do número de aparelhos e pilotos, cujo aproveitamento se tem evidenciado, satisfatoriamente, através de repetidos cruzeiros ao longo da costa e de exercícios combinados com a esquadra.

Para assegurar a eficiência das forças navais, não basta apenas o aparelhamento material; é indispensável pessoal apto para utilizá-lo. Nesse sentido, também não faltaram providências. Para os oficiais, criaram-se, e estão funcionando, diversos cursos de especialização, e, para o pessoal subalterno, instituiu-se o ensino técnico profissional, completando-se a medida com a regulamentação do ingresso e acesso, mediante concurso, no corpo de sub-oficiais, o que, dando maiores garantias facilita, ao mesmo tempo, a seleção. O resultado das atividades da Armada, no decorrer dos últimos anos, é amplamente satisfatório e promissor. Pode-se dizer que a Marinha renasce e retorna ao seu antigo prestígio, sob o estímulo de iniciativas que vieram atender às suas necessidades mais prementes e reacender, no seio da classe, a confiança e o entusiasmo. Através dos frequentes exercícios, em que a esquadra se tem movimentado para executar manobras com programas prévia e cuidadosamente estabelecidos pelo Estado-Maior, comandos e guarnições demonstraram preparo e ardoroso interesse, sobrepondo-se à precariedade do material flutuante, composto de navios, na maior parte, envelhecidos e gastos por longo uso.

Possuímos 1.600 léguas de costa, e, no mesmo como instrumento de vigilância marítima, a nossa esquadra está longe de satisfazer os seus objetivos. Melhorá-la, renovando-lhe as unidades, é ato de previdência e dever de patriotismo. Num país de escassas ‘vias internas de acesso como o nosso, tendo os núcleos populosos mais importantes espalhados ao longo do vasto litoral, a Marinha de guerra, “além de garantir a estabilidade das comunicações, constitui meio fácil para levar, quando necessário, o auxílio da União e a presença da sua soberania a qualquer parte do território nacional”.

### **Viação e Obras Públicas**

De máxima relevância, não só para o desenvolvimento econômico, como, principalmente, para a ação civilizadora do Estado, o problema das comunicações e das obras públicas de utilidade coletiva, a cargo do Ministério da Viação, mereceu do Governo revolucionário atenção solícita, apesar-tio crítico período atravessado pelas finanças nacionais.

A orientação administrativa e a capacidade construtora deste importante departamento assinalaram-se, sobretudo, pela mais rigorosa compressão das despesas, na superintendência dos serviços que lhe são subordinados. Os informes que se seguem comprovam o acerto e demonstram que foram suprimidas todas as despesas supérfluas, ampliando-se, igualmente, as economias aos serviços industriais do Estado, com vantajosos resultados.

O movimento financeiro dos Correios e Telégrafos resume-se do seguinte modo:

	1930	1931	1932
Receita	75.960:125\$100	77.207:800\$000	64.597:666\$100
Despesa	133.547:393\$800	110.309:534\$700	110.263:266\$200
Déficit	57.587:268\$700	33.101:734\$700	45.665:600\$100

A maior elevação da renda global, em 1931, foi devida ao recolhimento da importância de 1.699:287\$360, pela solução do caso das taxas terminais do serviço de esbos submarinos. Se se computasse, do mesmo modo, o recolhimento da importância de 10.308:082\$806, dívida da mesma origem, depositada no Banco do Brasil, em conta especial, para melhoramento das instalações postais-telegráficas, o deficit, em 1931, ficaria reduzido a 22.793:651\$894. Esse deficit apareceria ainda mais comprimido, em 1931 e 1932, se não fôra a acentuada redução de tarifas determinada para ambos os serviços.

Surpreendente se mostra, sobretudo, o movimento financeiro das estradas de ferro:

	1930	1931	1932
Receita	204.544:110\$300	199.628:379\$500	196.348:531\$600
Despesa	248.033:768\$400	212.223:409\$900	203.778:732\$500
Déficit	43.489:658\$100	12.595:036\$400	7.430:200\$900

Cumpra acentuar que, para conseguir êsse resultado, o Governo Provisório não majorou nenhuma tarifa, tendo observado, ao contrário, uma politica inflexível de barateamento de transportes ferroviários. Mais compensadora seria, ainda, a adia inisiração dos serviços industriais, se não ocorressem os violentos reflexos da sêca do Nordeste e a paralizaçfio do tráfego de algumas estradas, determinada pelo levante de São Paulo, tendo sido de cêrca de 3.000:000\$, na Central do Brasil, em relação à média do primeiro seniesire, a diferença para menos, mensalmente, nos três meses correspondentes àquele movimento. Sem tais perturbações, o deficit tenderia a anular-se. Além das receitas consignadas, arrecadaram mais as estradas, no ano de 1932, a importância de 7.211:62800 de taxa de viação e imposto de transporte, a qual, deduzida do deficit indicado, o reduz a 379:528\$900.

O movimento já divulgado, do primeiro semestre, assegura um regime de saldos nas estradas du União, a iniciar-se no corrente exercicio. Quanto ao deficit dos Correios e Telégrafos, por sua vez, terá mais sensível decréscimo. Tão severo espírito de economia não impediu, entretanto, a execução de obras úteis e produtivas. Os movimentos revolucionários de 1930 e 1932 perturbaram grandemente os serviços públicos. A êstes fatore de influência negativa para o desenvolvimento dos trabalhos junta-se o flagelo das sêcas, persistente durante três anos. Não houve, contudo, paralização de esforços e, como resumidamente se verá, apura-se valioso ativo de obras novas e melhoramentos.

### **Estradas de Ferro**

Sem contar com os trechos por concluir, houve construções de linhas, inícios de ramais, prolongamentos e conclusão de outros, com o aumento da rede ferro- viária nacional de 526 Km, 885 no último biênio, em confronto com a média anual de 229 Km. no quinquênio anterior à Revolução, além da construção de uma grande oficina em Belo Horizonte; eletrificação de novos trechos da rede mineira de viação; proposta aprovada para eletrificação da Central do Brasil, da estação Pedro II a Barra do Piraí; concessão da rede sul de Mato Grosso; aprovação de grandes melhoramentos e obras para a viação férrea do Rio Grande do Sul e construção de pontes sôbre os rios Parnailam e lctoLas. Os trechos em construção das estradas em geral atingem a 1.179 Km, 960 em franca atividade. Com estudos já aprovados, há mais 742 Km, 616.

### **Construções Ferroviárias**

As construções ferroviárias mio obedeciam a uma orientação técnica e econômica. Constituiu-se, por isso, uma comissão de engenheiros de notória capacidade, para elaborar um plano geral de viação, trabalho atualmente quasi ultimado. A referida comissão foi incumbida, também, de estudar: a) a situação financeira das estradas de ferro pertencentes ao Governo Federal, por êle administradas, arrendadas ou concedidas, para conhecimento das modificações que devem ser introduzidas nos processos de administração e das providências de outra ordem, necessárias para que não haja perturbação dos transportes; b) a legislação na parte relativa às tomadas de contas das estradas arrendadas e das que gozam do favor da garantia de juros, afim de se introduzirem as modificações aconselhada pela experiência; c) o regime de pagamento mais conveniente a ser adotado nos trabalhos de construção dos prolongamentos e ramais, pelo Governo Federal, inclusive o que diz respeito às normas em vigor para o cálculo das tabelas de preços elementares; d) as cláusulas e condições gerais a que devcin obedecer os contratos de arrendamentos das estradas de ferro federais aos Estados e conipanhiaes particulares; e) o regime tarifário, atualmente em vigor nas estradas de ferro federais, para esclarecimento das reformas que convém introduzir e das providências que compete ao Governo tomar, no sentido de, senx prejuízo do equilíbrio das mesmas estradas, incrementar o desenvolvimento e a circulação da produção. Apesar de se ter encontrado o “fundo ferroviário” completamente esgotado, promoveu-se o reaparelhaniento da maioria das estradas da União, que se achavam em

estado precaríssimo e aumentou-se a zona de influência de outras. Cogita-se, finalmente, da solução de vários problemas atinentes aos serviços de viação, como sejam unificação, na medida do possível, das estradas de ferro de cada região do país, ampliação dos despachos em tráfego mútuo às empresas de navegação marítima e adoção definitiva do intercâmbio de material rodante entre as estradas da mesma bitola, para uma coordenação de todos os serviços de transportes ferroviários, fluviais e marítimos. No intuito de reduzir as despesas das estradas de ferro entre as quais figura a aquisição do carvão estrangeiro, facilitou-se o aproveitamento dos combustíveis nacionais, como o carvão, o chisto betuminoso e a lenha. Assim, além da concessão de diversos favores à indústria do carvão nacional estabelecem-se que o desembaraço alfandegário de qualquer carvão estrangeiro, em bruto ou em “briquettes”, fica dependente da prova de ter sido adquirido pelo importador o produto nacional correspondente a 10% da quantidade a importar. Autorizou-se, ainda, o Lloyd Brasileiro e a Central do Brasil a contratarem com as companhias nacionais de carvão toda a produção disponível. Posteriormente, havendo sido demonstrado por uma comissão que estudou, especialmente, o assunto, a vantagem do emprego do chisto betuminoso, em mistura, na proporção de 20% para 30% de carvão nacional e 50% de carvão estrangeiro, resolveu-se tornar extensivos a essa indústria os favores e vantagens concedidos ao carvão nacional.

### **Central do Brasil**

Dentre as transformações por que passaram as empresas oficiais, convém salientar, por seu maior vulto, a atual situação da Central do Brasil. Essa estrada tornara-se presa da devastação política, que lançou no maior descrédito a moralidade da sua administração e a regularidade dos seus serviços, como comprovaram as sindicâncias mandadas proceder pelo Governo revolucionário. Antes da reorganização técnica e administrativa que se impunha, tomaram-se inúmeras providências para a regularização dos serviços, de modo que a compressão de despesas, de janeiro a agosto de 1931, apresentou uma diferença, para menos, em relação a 1930, de 8443:721\$849; outras restrições de despesas, como dispensa de engenheiros contratados e com diárias, proibição de passes de favor, volta aos cargos de muitos funcionários que na própria estrada estavam coraissionados como diaristas e diversas medidas moralizadoras, produziram economias computadas em 4.055:000\$. As consignações subordinadas ao título “Pessoal”, que, no orçamento de 1930, ascendiam ao total de 128.685:160, no orçamento definitivo de 1931, a 113,164:210\$, reduzindo-se, em 1932, após a reforma e a-pesar-da incorporação da Rio d’Ouro, a 111.735:600. A despesa realizada baixou de 128.416:657971, em 1930, para 108.236:044192, em 1931, e 105.589:1154251, em 1932, sem embargo da incorporação feita, nesse ano, da Teresópolis à Central do Brasil, que passou, em consequência, a ter a seu cargo mais duas estradas. Na redução dos quadros de pessoal, houve necessidade de dispensar 1.337 empregados. O Governo, porém, não ficou indiferente à situação desses servidores. Aos que contavam mais de 10 anos de serviço assegurou os benefícios da disponibilidade. Aos dispensados pagou o abono de dois meses de vencimentos, sendo que uma parte deles percebeu mais um mês desse auxílio, pela situação precária em que ainda se encontravam em dezembro de 1931. A uns e outros ficou, também, atribuído o direito à readmissão ou ao aproveitamento em cargos que venham a vagar, tendo precedência os postos em disponibilidade. Apesar desse programa de economias, não se descuroou a execução de obras e melhoramentos necessários à regularização do serviço e à segurança do tráfego, salientando-se, entre outros, a retificação da linha do ramal de São Paulo e a sua transformação com a mudança completa dos trilhos, que, em grande parte, deveriam ter sido substituídos há dez anos. Embora recorrendo à indústria particular, com grande sacrifício de suas rendas, para conservação e reparação do seu material rodante, a Central do Brasil, desde 1926, abandonava, nos desvios, inúmeros carros e vagões que exigiam concertos imediatos. Com os recursos concedidos para o aproveitamento desse material, deverão voltar ao tráfego, até dezembro, mais de 50 carros. Entre os maiores benefícios públicos concedidos pelo Governo Provisório, sobreleva a redução de “assinaturas mensais”, nos subúrbios, aos passageiros dos trens de pequeno percurso, favorecendo o escoamento da população do Distrito Federal e do Estado do Rio para várias cidades do interior que se ressentiam da falta de comunicação. O aumento de passageiros de subúrbios, na estação Pedro II, em consequência dessa medida, computou-se em 156.659 passagens sobre o movimento de 1931.

### **Estradas de Rodagem**

O Governo Provisório encontrou o “fundo rodoviário” com o deficit de 11.962:629\$475. Acresce que o produto do fundo especial, em 1931, de 19.624:104\$220, ficou desfalcado de 13.480:000\$, correspondente às despesas de juros e amortização de títulos emitidos.

Os recursos de que podia dispôr o Ministério da Viação mais se reduziram com a extinção do “fundo especial”, em cuja substituição foram concedidas as verbas orçaneitárias de 5.946:389\$897, em 1932, e 6.000 :000\$, em 1933. Além disso, por não estarem aprovadas todas as despesas das administrações anteriores, deixou-se de aplicar o saldo existente em dezembro de 1931, no total de rs. 7.207:950809.

Sobrepondo-se às dificuldades que se lhe deparavain. a administração revolucionária empenhou decisivos esforços para não deixar em segundo plano tiiii dos pontos fundamentais do seu programa de ação. Começou-se por dispensar especial cuidado à conrservação das estradas Rio-São Paulo e Rio-Pirópolis, que haviam custado ao Tesouro réis 107.55h :178486, além dos juros dos títulos, que só em 1932 se elevarem a 7 mil contos. Nessas estradas executaram-se vultuosos serviços, inclusive de reconstrução, o mesmo acontecendo com a União e Indústria e a de São Paulo - Barracão, onde já se havjani invertido 14.719.237\$956. Outros serviços apreciáveis foram também ultimados, podendo citar-se entre eles a estrada da Fábrica de Pólvora de Estrela, continuação dos estudos da Petrópolis-Teresópolis e construção da estrada de Curitiba a Capela da Ribeira, a cargo do 5º Batalhão de Engenharia, que se encontra à disposição do Ministério da Viação. Os principais trabalhos rodoviários estão confiados à Comissão de Estradas de Rodagem Federais e àquele batalhão, já se achando iniciada a construção da Teresópolis, ponto de partida da ligação Rio-Baía, que se articulará nesse último Estado com a rede rodoviária da Inspetoria de Sêcas, permitindo, com a conclusão dessa rede, a junção com Teresina. Conquanto o objetivo principal da Inspetoria Federal de Obras contra as Sêcas seja a açudagem, não era possível nem aconselhável abstrair da sua atividade as obras rodoviárias, consideradas meio prático para atender à transformação econômica resultante da cultura irrigada e campo mais vasto ao emprêgo da enorme massa de flagelados que careciam de assistência oficial, abrangendo as diversas zonas atingidas pelo fenômeno climatérico. O novo plano regulamentado fixa, rigorosamente, os traçados básicos de tais obras.

Os trabalhos não puderam cingir-se somente às linhas-troncos: desenvolveram-se em diversos ramais, para atender às zonas atingidas pela sêca. Das linhas principais, na extensão de 4.600 km., achavam-se construídos 1.705 km. até fevereiro do corrente ano; das linhas subsidiárias, no total de 1.885 km., estavam terminados 695, na mesma data. Construíram-se, por conseguinte, 2.460 km. de estradas, sendo 350 de reconstrução, restando a construir 4.020, para a realização completa desse plano rodoviário. Foram executadas 1.669 obras de arte, sendo 1.365 boeiros e 302 pontes, com 2609 metros, todas construções de concreto armado. Quanto às estradas, são todas de prim&ra classe, revestidas de material saibroso, convenientemente comprimido e satisfazendo as condições técnicas. Conforme relatórios da Inspetoria de Sêcas, até fins de 1930, haviam sido ultimados 2.255 km. de estradas de rodagem e 5.917 carroçáveis. A falta de conservação de algumas, a ausência de obras de arte em outras, a constração descuidada em quasi todas, tiveram, como consequência, a inutilização de grande número delas; muitas desapareceram completamente, a ponto de ser necessário reconstruir quasi 400 km. de estradas antigas. Em geral, as carroçáveis constavam de simples faixas roçadas e destocadas, sem preocupação de grade nem de obras de arte. Serviam até às primeiras chuvas, depois do que, ou sofriam grandes reparos, ou se tornavam de todo inaproveitáveis. Compulsados êsses elementos e submetidos a rigoroso confronto, verifica-se, auspiciosamente, que o Govêriio Provisório, dentro de pouco mais de ano, realizou um plano de construções rodoviárias de maior extensão que a obra total das administrações anteriores.

Note-se, além do mais, que, afora as rodovias executadas diretamente pela Inspetoria de Sêcas, muitas outras o foram com verbas fornecidas aos lis lados do Norte para auxílio aos flagelados, sendo construídos, reconstruídos ou melhorados cêrca de 5.700 km. de estradas de rodagem e carroçáveis, acrescidas de numerosas obras de arte. Considerando-se o que significa como poderoao fator de progresso, num país vasto como o nosso, a expansão das comunicações rodoviárias, constitúi deliberação assentada do Governo Provisório organizar o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ao qual se atribuirão as seguintes diretivas, já delineadas: divisão da competência da União e dos Estados; meios especiais de financiamento; normas fundamentais de conservação e bom uso das

estradas; facilidade de circulação interestadual de automóveis, e, finalmente, as relações de direito dêsse meio de comunicação terrestre, evitando as confusões prejudiciais ao seu desenvolvimento. Portos e tráfego marítimo O aparelhamento dos portos nacionais, não é supérfluo observar, tem sido encarado, até agora, com lamentável desatenção. Possuímos, certamente, grandes ancoradouros dispondo de instalações completas e, até, suntuosas, como as dos grandes portos abertos ao intenso tráfego da navegação internacional. Não se pode chamar a isso, porém, obra completa de organização portuária, principalmente num país de extensa costa e com toda a circulação da sua economia dependente das comunicações marítimas. Existem ancoradouros, em alguns Estados, totalmente desprovidos da mais rudimentar aparelhagem. Por eles, entretanto, se escôa a produção local e se faz o intercâmbio com os demais centros comerciais espalhados ao longo do nosso vasto litoral. É de necessidade, portanto, torná-los utilizáveis e acessíveis à navegação, dotando-os de recursos e instalações adequadas, embora com rigoroso critério de economia e fóra de qualquer preocupação grandiosa, como é de hábito, entre nós, sempre que se trata de empreender melhoramentos públicos. As iniciativas do Governo Provisório já são conhecidas, no que diz respeito ao assunto. Entretanto, as informações reproduzidas a seguir esclarecem e evidenciam como tem sido encarado, através das providências de diversa natureza determinadas a respeito. Como medida preliminar, começou-se por fundir as antigas Inspetorias de Portos, Rios e Canais e a de Navegação, visando estabelecer a unidade de diretrizes dêsses serviços. Vários assuntos de caráter geral foram logo examinados, com o fim de elaborar novos regulamentos: atracação obrigatória nos portos organizados, situação da navegação de cabotagem subvencionada e outros. O Departamento de Portos executou, por sua vez, diversos estudos de obras contratadas e por administração e resolveu numerosas questões de ordem técnica, destacando-se as mais importantes: conclusão e exploração do pôrto de Natal; construção do cais e atêrro do pôrto de Cabedelo, faltando, apenas, as obras complementares em andamento; estudos completos dos portos de Fortaleza, Maceió e Corumbá, com os pr(e)[os em elaboração para próxima execução das obras; revisão do plano geral de obras do pôrto de São Salvador, dos estudos do pôrto de Belmonte e do projeto dos portos de Vitória, Recife e Paranaguá, reencetando-se as obras do último e do pôrto de Angra dos Reis, assim como a dragagem do rio Sergí, melhorando o acesso ao pôrto de Santo Amaro, no recôncavo da Baía; aprovação do projeto das obras do pôrto de Tôrres, no Rio Grande do Sul; execução do programa reduzido de obras da baixada fluminense e instruções, já aprovadas, para o próximo estudo dos rios Araguaia e Tocantins. A extensão das nossas costas e a deficiência dos transportes terrestres não permitem cogitar, como pareceria natural, da concentração do tráfego em alguns portos, devidamente melhorados, abandonando-se. Para enfrentar definitivamente o problema, es u daranise duas soluções: primeira, a construção de molhes e a realização de dragagens, o que asseguraria a permanência das profundidades necessárias; segundo, a abertura de canal profundo, através das barras, pelas dragagens periódicas. As primeiras obras só se justificariam, pelo seu elevado custo, em portos de grande tráfego. A segunda solução apresenta-se, portanto, mais aceitável, por exigir, apenas, a compra de uma draga de sucção e arrasto, auto-transportadora, com as necessárias condições de perfeita nave habilidade, afim de poder atender, sucessiva e gradativamente, ao melhoramento de todos os pequenos portos.

### **Navegação Fluvial**

A nossa grande rede de vias naturais de navegação interior espera ainda aproveitamento completo e inteligente. Os rios são excelentes estradas, de custeio, geralincute, módico. Apesar disso, até' hoje, não conseguimos utilizá-los de modo regular e proveitoso. Por falta de estudos continuados e metódicos, deixaram de ser conjugados com o problema ferroviário, impossibilitando explorar a navegação fluvial como meio barato e definitivo de transporte. Diante da absoluta falta de elementos de orientação existentes a respeito, o trabalho a realizar nesse sentido é enorme. Está, porém, iniciado e o Govêrno não deverá medir esforços para permitir as obras de melhoramentos considerados niais eficientes, de acôrdo com o programa já estudado. Visando êsse objetivo, o novo regulamento do Departamento de Portos e Navegação estabeleceu as fiscalizações de São Luiz e Corumbá e anipliou as atribuições de todas as outras. A tarefa a executar consumirá, certamente, longo tempo até completar-se em todo o Brasil, mas chegará, sem dúvida, a termo se não faltarem os recursos necessários, persisfticta e método. Marinha mercante.

A administração pública não pôde ser indiferente ao destino da marinha mercante nacional. Ao seu desenvolvimento estão ligados múltiplos e relevantes interesses de ordem econômica. O

importante problema apresenta duplo aspecto: material e pessoal. Cogitando do último, ampliaram-se os meios de proteção ao trabalhador do mar e estuda-se uma medida definitiva, capaz de satisfazer o objetivo colimado e de remover exigências ociosas e prejudiciais. Quanto ao aspecto material do problema, a solução se apresenta mais complexa. Como forma de atenuar os onus da administração e de aproveitar no tráfego as unidades mais eficientes da escassa e velha frota disponível, tentou-se a fusão de todas as companhias de navegação. Depois de prolongados entendimentos, fracassaram as possibilidades dessa fusão, devido, principalmente, à dificuldade de se encontrar uma fórmula conciliadora dos interesses das empresas e à precariedade financeira em que todas se acham. Em vista da desorganização em que se encontrava o Lloyd Brasileiro ao instalar-se o Governo Provisório, julgou-se de inadiável urgência intervir na sua administração, nomeando-se um só diretor para enfeixar as atribuições dos três previstos nos estatutos da companhia. Em 1930, a receita global da empresa, computada a subvenção, fôra de 116.953:000\$. Em 1931, assinalou-se surpreendente melhoria, elevando-se a receita apurada a 162.200 :000\$; em 1932, desceu a 130.898 :000, decorrendo essa queda, em relação ao ano anterior, de causas inelutáveis, como diferença de câmbio, diminuição de taxas de frete, especialmente do café e cacau, mingua de exportações e importações, diminuição do número de viagens e, finalmente, a revolução de S. Paulo, com o fechamento do pôrto de Santos. Os aumentos, sôbre o ano de 1930, elevaram-se a 45.237:000\$, em 1931, e a 13.935:000\$, em 1932, traduzindo-se os resultados em cada um desses anos, deduzida a despesa, pelo deficit de 17.514:000\$, em 1930, e pelos saldos de 14.374:000, em 1931, e 7.290:000\$, em 1932. Para melhorar semelhante situação, procurou-se libertar a empresa de quaisquer influências que não envolvessem seu interesse industrial, confiando-a direção de técnicos e deixando a estes absoluta faculdade de escolha quanto aos agentes e auxiliares. Outro índice não menos expressivo da melhoria de condições do Lloyd, nos dois últimos anos, em relação o de 1930, é o que ressalta da comparação dos saldos das responsabilidades com que as suas contas foram encerradas em cada um desses exercícios. Os compromissos da empresa, que eram de 133.467:000\$, em 1930, caíram a 83.371:000\$, em 1932. O maior obstáculo, porém, anteposto à ação governamental para enfrentar o problema da marinha mercante nacional provinha dos vultosos encargos das quotas judiciais recebidas das anteriores administrações do Lloyd Brasileiro e que ameaçavam transformar os novos sacrifícios em responsabilidades ainda maiores. Navegação aérea Os transportes aéreos, que se vêm desenvolvendo to auspiciosamente e cujos benefícios não precisam ser encarecidos, também mereceram a melhor atenção por parte dos poderes públicos. Criou-se o Departamento de Aeronáutica Civil e traçaram-se normas para os serviços de aviação civil e comercial. Em face das nossas condições especiais, cumpria atribuir, exclusivamente, à União, como se fez, a competência para regular tais serviços em todo o território nacional.

Considerando que o material de vôo, por ser adquirido no estrangeiro, dificulta a intensificação do transporte aéreo, resolveu-se estudar as possibilidades de instalar no país fábricas de aviões, e para esse objetivo abriu-se a necessária concorrência.

O surto promissor do tráfego das linhas aéreas existentes justifica o interesse dedicado pelo Governo a tudo quanto diz respeito a esse empreendimento. Basta, na verdade, ressaltar os resultados atingidos nos dois últimos anos, quando o movimento de passageiros chegou a cerca de 14.000, sem um desastre pessoal, elevando-se o transporte da correspondência a perto de 117.000 kg.. Diante das vantagens da escolha do Rio de Janeiro para ponto terminal das linhas de dirigíveis do Lipo Zeppelin, tornando a nossa Capital centro de convergência das linhas aéreas dos demais países sul-ameri(-:lfms não se hesitou em auxiliar a iniciativa da empresa exploradora com o empréstimo de 12.000:000, amortizável a longo prazo e destinado à construção da sua base no Brasil. Quanto à aviação militar, que vem eXeclla(l(j() vôos semanais para o nosso hinterland, foi estilnLlla(1a, no seu patriótico empreendimento, com a preparação de diversos campos de aterrissagem e hangares no Ceará e Piauí. Sobreleva, porém, a todas essas iniciativas a construção do aeropôrto do Rio de Janeiro, nos terrenos Constituídos pelo atêrro feito na ponta do Calabouço. Dentro em pouco iniciar-se-ão as obras proje[ad&s com a aplicação do crédito aberto de 3.000:000., a[O ser possível dispor dos recursos do fundo especial consttujdo pela venda do sêlo postal correspondente. Correios e Telégrafos À semelhança dos demais serviços industriais do Estudo, os serviços postais e telegráficos encontravamse em completa desorganização. Falhavam, ora pela escassez de material, mal distribuído e até desperdiçado, ora pela funesta intromissão da política, que fizera dos Correios e Telégrafos, com sacrifício da sua eficiência e dos ividores dedicados, reduto de explorações escusas e favoritismo



desregrado. As medidas reclamadas eram de diversa natureza. Urgia, antes de tudo, restaurar o tráfego telegráfico, opie, de retardamento em retardamento, entrára em deplorável decadência, sofrendo, ainda, a concorrência das emprêsas particulares. Conseguiu-se, em pouco tempo, restabelecer a pontualidade e reconquistar a confiança pública. Quanto ao serviço postal, o trabalho a realizar apresentava-se mais árduo, pela complexa e imperfeita organização existente, tanto sob o aspecto material como pessoal. A iniciativa que se impunha foi adotada sem demora, centralizando-se num só departamento os serviços telegráficos e DOSTAIS. Os resultados já se fazem sentir, peia maior eficiência e economia com que são mantidos, coordenadamente, ambos os serviços. O aproveitamento do pessoal das antigas repartições, nas secções de expediente e contabilidade, deu lugar a uma melhor sistematização dos trabalhos, ao passo que as instalações unificadas dispensaram duplas despêsas, oferecendo maior comodidade ao público. A reforma realizada demonstrou também a necessidade imperiosa de construção de edificios apropriados ao serviço, principalmente nas capitais dos Estados que ainda não os possuem. Aplicando-se a importância de 10.308:082\$806, correspondente a uma parte das taxas em atraso, recolhidas pelas companhias de cabos submarinos, levantam-se atualmente cinco prédios destinados às sedes de diretorias regionais e acham-se preparados os editais de concorrência para a construção de outros cinco, e projetada, em estudos, a de mais três. Afora essas edificações, promoveram-se outras em algumas cidades do interior e 54 agências postais-telegráficas padronizadas, nos Estados nordestinos, com as verbas da Inspetoria de Sêcas, para dar trabalho aos flagelados. Computadas as reduções das despesas iniciais, resultantes da reunião do serviço em um só prédio, o total das economias em aluguel montará, ainda no corrente ano, com as construções em andamento, a 1.064:050\$. Não houve, por outro lado, aumento de pessoal. Ao contrário, verificou-se redução, comprovada pela diferença de despesa entre 1930 e 1932, que importa em um decréscimo de mais de 10.000:000. Apesar da escassez de recursos, não foi descurada a ampliação da rede telegráfica. Construíram-se 306.122 metros de extensão e 875.900 de condutores. A rede total compreende, hoje, respectivamente, em metros 59.281.100 e 115.351.033. Sem desatender aos trabalhos de conservação, começou-se a executar um plano de restauração das linhas do Norte, de acôrdo com o projeto organizado e que abrangerá, igualmente, as linhas do Sul. De par com estas providências destinadas ao melhoramento do tráfego, tratou-se do aperfeiçoamento e ampliação da rede rádio-telegráfica, cujos trabalhos serão em breve iniciados com a utilização do crédito aberto de 6.000:000\$. Como minúcia capaz de evidenciar os proveitos da unificação dos serviços postais e telegráficos, é oportuno referir um fato bem característico dos processos administrativos usados. Existiam amontoados, há cinco anos, 50.000 sacos para transporte de correspondência. Deteriorados, em parte, apodreciam e eram jogados ao mar. Não obstante, os orçamentos continuavam a consignar, anualmente, 2 mil contos para serem invertidos na aquisição desse material. Mediante diminuta despesa, repararam-se todas as malas postais deterioradas, que voltaram a circular em número e com reservas suficientes, capazes de tornar desnecessárias novas aquisições, durante dois anos, resultando daí a economia de 4.000:000\$. Obras contra as sêcas

Como departamento de ação construtora no combate aos flagelos periódicos das sêcas do Nordeste, a Inspetoria de Sêcas tornára-se quasi inoperante, fundida à rotina burocrática e às conveniências dissolventes da política oligárquica. Esterilizava-se, havia muito, em pequieiras obras dispersivas, por falta, sobretudo, de um plano de conjunto, numa eterna sangria do erário público, sem nenhuma possibilidade de alcançar a solução definitiva do problema. Daí, a necessidade da reforma aprovada pelo Decreto n. 19.726, de 20 de fevereiro de 1931, fixando as necessárias diretrizes para a execução do grande empreendimento de salvação do Nordeste. A calamidade pública transformou, porém, um plano de realizações concretas em obra de assistência. Desde o ano de 1926, o Nordeste vinha esgotando suas reservas naturais, e de 1930 a 1933 sofreu os efeitos de uma estiagem prolongada e sem precedentes. Para evitar a humilhação da esmola e produzir obra de caráter preventivo, que, por seus benefícios permanentes, poupasse a população sertaneja à incidência do flagelo, impunha-se urgente e vasta organização de trabalho. Não foi possível, de momento, aproveitar toda a legião de necessitados, sobretudo, pela falta de projetos definitivos e de material de construção suficiente. Tornou-se indispensável, primeiramente, preparar, no Ceará, onde a crise apresentava mais graves proporções, sete campos de concentração, que chegaram a receber até 105.000 pessoas. Dentro de pouco tempo, já havia, só na Inspetoria de Sêcas e em construções ferroviárias, afóra outros serviços, como açudes particulares, em cooperação com o Govêrno, construção de prédios para os correios e telégrafos, etc., 270.000 operários, que, computada a média de 4 pessoas por família, representavam

1.080.000 pessoas socorridas. Para dissolver os ajuntamentos urbanos que começavam a formar-se, forneceram-se 10.445 passagens e, por intermédio dos Interventores, todos os recursos para o recebimento, hospedagem e localização dos retirantes. Com o mesmo objetivo, promoveu-se a distribuição de trabalhadores e a colonização, aproveitando áreas isentas dos efeitos do flagelo, que foram transformadas em verdadeiros modelos de organização de trabalho agrícola. Conquanto os créditos abertos se destinassem a amparar as vítimas da calamidade, produziu-se com eles o maior empreendimento que até hoje se realizou para a solução do problema das secas. Os maiores reservatórios construídos até 1930 não tiveram, a bem dizer, nenhuma intervenção econômica na redução dos efeitos da última seca. Representavam, apenas, grandes depósitos d'água, sem função irrigatória. Antes de tudo, era necessário cogitar, portanto, da sistematização da cultura irrigada.

A capacidade dos açudes públicos concluídos e em andamento, na atual administração, atinge a mais do duplo da dos construídos até 1930, sendo a dos primeiros de 1.290.129.000 metros cúbicos e a dos últimos de 620.622.000 metros cúbicos.

Incentivou-se, por outro lado, a construção de açudes em cooperação com particulares, sendo os Estados e municípios auxiliados com 70% e os particulares, individualmente ou associados, com 50% dos respectivos orçamentos. Nas administrações passadas, o sistema de cooperação fracassara, pelos processos adotados. Preferiam-se os favoritos da política local e o recebimento dos prêmios dependia de formalidades burocráticas infundáveis e dispendiosas. Com os novos métodos de distribuição e fiscalização dos trabalhos, voltou a confiança. Os resultados obtidos são prova disso, como se vê do seguinte quadro comparativo:

#### Açudes Construídos no Ceará

1931		1932		1933		Totais	
Quant.	Vol.	Quant.	Vol.	Quant.	Vol.	Quant.	Vol.
7	3.635.000	4	5.455.000	4	6.564.000	15	17.654.000
Açudes em andamento em 28-2-1933				36	58.470.800		
TOTAL				51	76.124.800		
Acudes concluídos até 31-12-1930				36	30.727.000		

A perfuração de poços desenvolveu-se, também, com a intensidade possível, embora prejudicada pelas dificuldades resultantes da própria seca. O quadro abaixo mostra o volume de serviço executado, em comparação com o que foi realizado até 1930, nos Estados do Nordeste:

Aprov. Aband.		
Total de 1931 a 1933	55	31
Idem até 31-12-1930	661	210

Para demonstrar a sôma dos esforços empenhados pelo Governo Provisório, na salvação do Nordeste, numa fase de rigorosa política financeira, basta referir que foi dispendida nesses serviços, por verbas orçamentárias e créditos especiais, a importância de 233.521 :818566. O emprêgo de tão avultados recursos justificar-seja, simplesmente, pelo precioso capital humano liberado da tremenda calamidade. Se fosse necessário avaliar a despesa com a medida da utilidade, o cálculo apuraria, mais ou menos, a ninharia de duzentos mil réis pela vida de cada brasileiro salvo do flagelo. Além da ampla assistência às vítimas da seca, as grandes obras sinultâneamente realizadas no Nordeste, obedecendo a seguras diretrizes técnicas, constituem, fóra de qualquer dúvida, passo definitivo para a solução do angustiioso problema.

Agricultura e produção nacional Não constitui novidade afirmar que a estrutura da economia nacional assenta sôbre a exploração agrícola. Toda a nossa exportação está absorvida pelos produtos da agricultura e matérias primas. O simples exame das estatísticas referentes à produção agrícola e ao comércio exterior evidencia o assêrto. Era natural, portanto, que sofrêssemos as consequências da crise generalizada, traduzidas nas oscilações depressivas do nosso intercâmbio comercial. Para agravá-las, contamos ainda com os males internos, principalmente os que decorrem da péssima organização da

lavoura e da precariedade do crédito agrícola. A esses males procuramos dar remédio, através de iniciativas e providências referidas nos diversos capítulos da presente exposição sobre as atividades do Governo Provisório. Quanto às perturbações de ordem externa, o pouco que nos era permitido fazer não foi esquecido, comum se poderá verificar, examinando a constante e firme ilância mantida para garantir e ampliar os mercados estrangeiros abertos ao consumo dos nossos produtos. As dificuldades a vencer, nesse terreno, não se apresentam facilmente removíveis. A respeito, é bem eloquente o testemunho do primeiro Ministro da França, quando afirmou, na recente Conferência Monetária e Econômica de Londres: “Dois terços da população do mundo vivem da agricultura e da produção de matérias primas. Os preços dos produtos alimentares e das matérias primas desceram, em alguns meses, da metade e, em alguns casos, de dois terços. Como podem centenas de milhões de agricultores, que foram privados repentinamente do seu poder aquisitivo e de sua capacidade de consumo, continuar como clientes da indústria, dos bancos e das finanças?”

Durante os últimos anos, mantivemos mais ou menos estável o nível da nossa produção. Para facilitar-lhe o escoamento, não medimos esforços, a começar pelo café, principal produto da exportação. Não nos limitamos somente à incentivação das vendas. Procuramos, também, melhorar a produção, estimulando-lhe o desenvolvimelito dentro de condições mais racionais e de mais seguros resultados. As providências adotadas sobre a borracha e a castanha, isentando-as do imposto de exportação de 10% e favorecendo as emprêsas que se obrigassem a fazer o plantio, o cultivo e o beneficiamento desses produtos, do caucho e da balata; a criação dos institutos do açúcar e do cacau; as numerosas medidas de proteção ao álcool; a defesa do carvão nacional; as reduções de direito para importação dos materiais destinados à indústria da carne; a designação de comissão especial para o estudo do cultivo do trigo e outra para estudar as condições para o fabrico do cimento com o emprêgo de matérias primas nacionais; todas essas providências e muitas outras dizem bem alto da preocupação de valorizar e defender a produção e a exportação pelos meios racionais de seleção e melhoria dos produtos, postergadas, que foram e devem ser, as valorizações artificiais que estimularam grande mas desordenado desenvolvimento, sem cogitar, porém, de conquistar mercados permanentes e remuneradores. Os serviços do Ministério da Agricultura.

Num país, como o nosso, de extenso território, de zonas climáticas variadas e de recursos naturais, na sua maior parte, ainda inexplorados, os problemas atinentes à agricultura, à indústria animal e à exploração do sub-solo exigem, de parte do poder público, constante estudo e preocupação. O Ministério da Agricultura, departamento administrativo destinado a atender a esses problemas, ressentia-se, havia muito, da necessária eficiência. Constituído em moldes que não mais correspondiam às exigências da sua finalidade, tornára-se, como já tive ocasião de dizer, “um aparelho rígido e inoperante”; burocratizára-se em excesso, com sacrifício das funções técnicas, cujo desenvolvimento deveria corresponder às necessidades crescentes da nossa expansão econômica. A organização e o desenvolvimento da produção nacional constituem tarefa de suma importância, que deve encontrar no Ministério da Agricultura o seu órgão especializado. Para adaptá-lo a essa finalidade, impunha-se, desde logo, imprimir-lhe nova orientação, remodelando e ampliando, em moldes técnicos e racionais, os serviços distribuídos pelas diversas secções que lhe centralizam atividade. Começou-se por destacar para outras Secretarias de Estado repartições que, dada a nova orientação a adonão mais se relacionavam, diretamente, com os problemas agrícolas. Essa circunstância e a imperiosa necessidade de reduzir os gastos públicos deram margem a uma remodelação parcial, levada a efeito na gestão do Ministro Assis Brasil, que, chamado a desempenhar importante missão no estrangeiro, não teve oportunidade de levar a cabo a reforma geral que se impunha. É oportuno registrar, a propósito, a observação feita pelo primeiro Ministro da Agricultura, ao relatar ao Chefe do Governo, quando assumiu a pasta, a situação em que encontrara os serviços do Ministério e as economias realizadas no respectivo orçamento de despesa: “Duas coisas se impõem com a mesma força e com a mesma urgência: dotar o Ministério da Agricultura com os meios indispensáveis à obra formidável que lhe incumbe e organizá-lo, de modo que êle possa realizar tal obra”. Coube ao novo titular da pasta levar a efeito tão relevante iniciativa. A reforma iniciada e sua finalidade A reforma iniciada pelo atual Ministro, logo após haver assumido o cargo, teve por fim aparelhar tão importante departamento administrativo, de modo a permitir-lhe a realização da seguinte tarefa, que, em linhas gerais, resume sua verdadeira finalidade: a) estudar o aproveitamento racional das matérias primas minerais, vegetais e animais, padronizando e fiscalizando os tipos de produção; b) estender a rede de pesquisas geológicas e mineralógicas, de forma a estabelecer um cadastro tão

completo quanto possível da riqueza mineral do país; c) avaliar as disponibilidades da energia utilizável pela indústria, determinando a potência das quedas d'água, a capacidade das jazidas de carvão e a existência de depósitos petrolíferos; d) aperfeiçoar nossas condições agrícolas pela seleção de espécie e escolha do habitat mais favorável ao seu desenvolvimento; e) estudar a adaptação de laticínios e animais exóticos ao nosso meio, transformando-os racionalmente em novas fontes de riqueza nacional; f) aperfeiçoar os meios de combate às pragas e enfermidades que prejudiquem o desenvolvimento das plantas e animais; g) e, finalmente, modificar, pelas instruções técnico-profissionais - racionais e cuidadosamente ministradas a mentalidade do nosso meio agrícola e pastoril. Tendo em vista esse programa, a Comissão de técnicos designada para organizar a reforma propôs uma remodelação geral dos serviços, adstrita à dotação do orçamento em vigor, cuja distribuição ficou assim feita, em virtude do decreto n. 22.339, de 11 de janeiro de 1933:

1 - SECRETARIA DE ESTADO: a) Gabinete do Ministro - Serviço de Publicidade. b) Diretoria do Expediente e Contabilidade - Pagadoria. c) Portaria.

2 - DIRETORIA GERAL DE AGRICULTURA: a) Secção de Expediente e Contabilidade. b) Diretoria do Fomento e Defesa Agrícolas. c) Diretoria do Ensino Agrônômico. d) Diretoria de Plantas Textéis. e) Diretoria de Fruticultura. f) Diretoria do Sindicalismo-Cooperativista.

3 - DIRETORIA GERAL DE INDÚSTRIA ANIMAL: a) Secção de Expediente e Contabilidade. b) Instituto de Biologia Animal. c) Diretoria de Fomento da Produção Animal. d) Diretoria de Defesa Sanitária Animal.

4 - DIRETORIA GERAL DE PESQUISAS CIENTÍFICAS: a) Secção de Expediente e Contabilidade. b) Instituto Biológico Federal - Jardim Botânico. c) Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil - Estação Experimental de Combustíveis e Minérios. d) Instituto de Química. e) Instituto de Meteorologia, Hidrometria e Ecologia Agrícolas. Na justificativa apresentada ao Governo, depois de ressaltar a oportunidade e significação da reforma, em face do relatório da referida Comissão, o Ministro aduziu considerações em torno dos pontos mais importantes e explicou a nova estruturação dos serviços do Ministério. Essas considerações vão transcritas a seguir e esclarecem perfeitamente os objetivos visados:

“A atual organização estrutural do Ministério da Agricultura, isto é, o agrupamento e subordinação de seus órgãos funcionais, é, sem dúvida, uma causa importante de deficiência no funcionamento de seus serviços. De fato, os órgãos técnicos do Ministério, agrupados em 13 diretorias autônomas e três secções isoladas, não têm uma ligação direta com o gabinete do Ministro, nem se subordinam, por afinidades funcionais, à orientação de aparelhos técnicos, ficando todos diretamente subordinados a uma Diretoria Geral de Agricultura - órgão burocrático de expediente - e ainda, lateralmente, a uma outra repartição burocrática - a Diretoria de Contabilidade. São evidentes as deficiências de uma tal estruturação funcional, pois:

a) as atividades, técnicas sofrem o retardamento consequente de uma dupla filtragem através de aparelhos burocráticos; b) a excessiva centralização desse mecanismo burocrático importa numa desnecessária sobrecarga de serviços para os órgãos incumbidos de desempenhá-los, dando motivo ao congestionamento de papéis em trânsito; c) os vários serviços técnicos, a cargo de diretorias e secções autônomas, carecidas da orientação de aparelhos especializados, a que se subordinem, por afinidades funcionais, constituem um mecanismo caro e ineficiente, pela consequente dispersão de esforços.

De modo geral, a reforma consagra os seguintes pontos: a) libertação, até onde for possível, dos serviços técnicos da dependência imediata do organismo burocrático; b) simplificação máxima desse organismo; c) agrupamento dos vários órgãos técnicos, de acordo com suas afinidades funcionais, e subordinação dos grupos, assim formados, a diretorias gerais técnicas; d) ampliação, dentro dos limites do orçamento global do Ministério, das verbas correspondentes a certos serviços de maior significação econômica, em detrimento de outros passíveis de redução no momento. Dentro desse espírito, a reforma estabelece: a) enfeixamento dos serviços distribuídos às duas atuais diretorias gerais de Agricultura e de Contabilidade numa só repartição burocrática: a Diretoria de Expediente e Contabilidade; b) agrupamento de todos os órgãos técnicos, de acordo com suas afinidades funcionais, em três diretorias gerais - uma de Agricultura, uma de Indústria Animal e outra de Pesquisas Científicas - a que ficarão diretamente subordinados esses órgãos; c) ligação direta, ao gabinete do Ministro, dessas três diretorias gerais, cujos papéis só transitarão pela diretoria burocrática quando for isto indispensável à sua regular tramitação; d) criação imediata de três diretorias: a de Fruticultura

(que deixará de ser secção técnica do Fomento Agrícola) e as de Zootecnia e Laticínios e de Veterinária, em que se desdobrará o atual Serviço de Indústria Pastoral; e) criação posterior - quando o permitirem os recursos financeiros de mais três diretorias: Sindicalismo-Cooperativista, Instituto de Genética e Ensino Agrônomo; f) supressão das seguintes diretorias autônomas atualmente: Instituto de Óleos (de que parte se incorporará ao Instituto de Química e parte à Escola Superior de Agricultura); Estação de Minérios e Combustíveis (que se fundirá com o Serviço Geológico e Mineralógico); Jardim Botânico (que será incorporado ao Instituto Biológico de Defesa Vegetal). A regulamentação do decreto que estabelecer esta reforma, isto é, a distribuição legal de funções aos atuais órgãos do Ministério e sua subordinação, dentro da nova estrutura geral de seu mecanismo, deve ser objeto de decretos posteriores, calcados na observação criteriosa de seu funcionamento.

Julgo, entretanto, de bom alvitre fixar, desde já, as seguintes normas ou tendências a que deverá subordinar-se essa delicada tarefa de reajustamento de funções: a) realizar a máxima economia possível na verba “Pessoal”, para obter, dentro do atual orçamento, maior disponibilidade na verba “Material”; b) confiar o desempenho de funções técnicas a funcionários especializados; c) aproveitara dentro desse critério, para os cargos de diretores de serviços, técnicos que estejam desempenhando funções em alguma das secções da respectiva diretoria; d) distribuir e localizar os serviços técnicos do Ministério, de acôrdo com as necessidades peculiares às várias zonas do país, abandonando, de vez, o critério meramente político, a que até agora se têm subordinado; e) descentralizar, de preferência a administração dos serviços - remunerando, tanto quanto possível, o pessoal dela encarregado, pelo padrão de vida local - tudo sem prejuízo da necessária centralização técnica; f) tornar efetiva a cooperação de todos os serviços entre si, de forma a garantir-lhe, pela sôma de todos os esforços, um maior rendimento útil. Quanto ao aproveitamento e seleção do pessoal: a) atender a que o Ministério deve ter apenas os funcionários de que estritamente necessita para o desempenho regular de seus serviços; b) estabelecer a obrigatoriedade do concurso ou, pelo menos, da prova de habilitação pessoal, para o preenchimento das vagas que se verificarem no quadro do pessoal subentendendo-se que os novos funcionários ingressarão serão sempre para o cargo mais baixo do respectivo quadro; c) criar uma comissão de promoções, escolhida entre os próprios funcionários técnicos e administrativos do Ministério, à qual incumbirá a apreciação do merecimento dos candidatos à promoção, evitando, de um lado, o arbítrio da autoridade superior e libertando-a, de outro lado, do assédio de interferências estranhas aos interesses do serviço; d) aplicar ao pessoal excedente - caso isso se verifique com a execução da presente reforma - os dispositivos do decreto n. 19.552, de 31 de dezembro de 1930”. Utilizando a suplementação orçamentária de 11.068 :000, concedida no segundo semestre do exercício corrente, pôde o Ministério da Agricultura ampliar e melhorar todos os serviços reorganizados pela reforma e criar mais os seguintes:

A) Na Secretaria de Estado:

1. Na Diretoria de Expediente e Contabilidade: a) criação da pagadoria subordinada a uma nova secção de escrituração; b) criação da secção de material, supe rintendend o almoxarifado geral. 2. Criação da Diretoria de Estatística e Publicidade. 3. Incorporação da Diretoria de Sindicalismo-Cooperativista, transferida da Diretoria Geral de Agricultura, com o nome de Diretoria de Organização e Defesa da Produção, e criação, nessa diretoria, da Secção de Geografia Econômica, Stocks e Mercados. B) Na Diretoria Geral de Agricultura: 1. Criação da Diretoria de Defesa Sanitária Vegetal, com: a) Secção de Vigilância Sanitária Vegetal; b) Secção de Defesa Agrícola. C) Na Diretoria Geral de Indústria Animal: 1. Criação da Diretoria de Fiscalização dos Produtos de Origem Animal.

2. Criação da Diretoria de Caça e Pesca.

3. Transformação em Diretoria, com o nome de Laboratório Central de Indústria Animal, do antigo Instituto de Biologia Animal, criando-lhe mais unia secção de parasitologia e a êle incorporando a estação de agrostologia e o Pôsto experimental de avicultura e apicultura de Deodôro. Na Diretoria Geral de Pesquisas Científicas: 1. Criação do Instituto de Tecnologia com o acêrvo da antiga estação de Minérios e Combustíveis. 2. Criação do Instituto de Biologia Animal. E) Organização, com os elementos do antigo Instituto Geológico e Mineralógico e Curso anexo à E. S. A. M. V. da Diretoria Geral de Produção Mineral, com as seguintes diretorias: 1. Diretoria de Minas. 2. Diretoria de Águas. 3. Instituto Geológico e Mineralógico. 4. Laboratório Central de Indústria Mineral. 5. Escola Nacional de Química. A atividade do Ministério em 1931-1932 A atividade do Ministério, durante os anos de 1931 e 1932, e os proveitosos esforços empregados para mantê-lo à

altura das exigências dos serviços, podem ser apreciados através da exposição feita pelo Sr. Mário Barboza Carneiro, ao transmitir, em 24 de dezembro de 1932, ao novo Ministro, as funções que vinha exercendo como encarregado do expediente, na ausência do titular da pasta. Dessa exposição trasladamos para aqui as partes mais importantes: “Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas: O nosso Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas manteve o ensino prático e itinerante nos Estados, no Território do Acre e no Distrito Federal por meio dos campos de cooperação que, nos dois anos de 1931 e 1932, funcionaram em número de 330. Os seus campos de sementes produziram, no mesmo período, mais de 600 toneladas de diversas espécies. A sua estação de pomicultura, em Deodoro, distribuiu, em 1931, 34.000 mudas de plantas frutíferas, em 1932, cerca de 200.000.

Em vários municípios dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina, São Paulo, Bahia, Alagoas, Paraíba e Amazonas, foram levantados interessantes questionários agrícolas que vieram enriquecer a importante coleção de trabalhos dessa natureza, há anos iniciada. Em várias regiões do país fez o Fomento Agrícola valiosos inquéritos e estudos sobre as culturas da batata, do côco, do cacau, da castanha, da cana, da cebola, do arroz, do feijão, do marmeleiro, da vinha, da mandioca, da soja, do mate, do fumo, da banana e do abacate. Para intensificar a fruticultura no Distrito Federal e em alguns municípios do Estado do Rio, foram destocados mais de 200 hectares e lavrados mais de 700, sendo beneficiadas cerca de 200 propriedades com o tratamento de árvores, fornecimento de enxertos, adubos e inseticidas e com a extinção de formigas. O serviço, a seu cargo, de expurgo e beneficiamento de cereais, trabalhou, em 1931, 63.065 sacos e, no corrente ano, até agora, 118.311, sendo a renda de 1931 60:692\$605. A inspeção de frutas para exportação, só no porto do Rio de Janeiro, abrangeu 1.215.815 caixas de laranjas, 462.173 cachos de bananas, 29.311 caixas de abacaxis, tendo arrecadado, por esse serviço, 263 :054700. O posto de embalagem de laranjas de Nova Iguaçu que pode ser apontado como um estabelecimento modelar na sua especialidade beneficiou, em 1931, 97.285 caixas de laranjas e, em 1932, 127.322 caixas, produzindo no primeiro ano, a renda de 77:557\$600 e, no segundo, a de 113:866\$400.

A sua seção de propaganda de cooperativismo trabalhou intensamente, não só colaborando na organização de várias associações, como fiscalizando as registadas no Ministério. As sementes selecionadas, distribuídas pelos agricultores dos diferentes Estados, atingiram o peso de 863 toneladas, nos dois anos de 1931 e 1932.

Serviço de Indústria Pastoril: A Indústria Pastoril instalou, nos dois últimos anos, 357 estações de monta com animais puros de seus plantéis em 16 Estados e no Território do Acre, tendo, também, distribuído, a título precário, 311 reprodutores para melhoria das raças. Prestando toda assistência às suas dependências zootécnicas e às fazendas de criação, nelas possui um rebanho de animais puros de mais de 3.700 cabeças. Sob a inspeção dos seus técnicos, foram abatidas 213.167 cabeças, com a produção de 100.483.676 Kg., para a exportação. Nas xarqueadas registadas e inspecionadas, a produção exportada atingiu 130.315.181Kg. Milhares de análises fiscais foram executadas em seus laboratórios, para controle dos serviços de inspeção e fomento das zonas de produção, no interior. Nos laboratórios do Posto Experimental, foram estudadas as principais zoonoses que assolaram várias zonas do país, procedendo-se em cada caso à verificação da natureza do vírus, mecanismo da transmissão, preparo dos sêros, vacinas, etc. Em Santa Catarina, Mato Grosso e Alto Rio Branco, continuou intenso e coroado de êxito o trabalho de combate à raiva, tendo-se elevado já a mais de 200.000 os animais vacinados. O serviço de registo de fábricas foi organizado: reorganizou-se a padronização dos tipos standard de banha. No Nordeste, foi coroada de absoluto êxito a organização da indústria do xarque, principalmente no Ceará, onde foram, ultimamente, instaladas quatro xarqueadas, além de demonstrações outras de xarqueamento em vários municípios.

Para fomentar a criação nacional e instruir os criadores, distribuiu, neste biênio, mais de 6.500 revistas e livros; concedeu transporte para cerca de 900 animais; melhorou o serviço genealógico e de marcas de animais; aparelhou e aperfeiçoou as suas instalações rurais; incentivou os estudos agrostológicos em diversas regiões do país e fomentou a avicultura, não só na Capital como nos estados, sobretudo no da Bahia, onde orientou a instalação da seção de avicultura do Campo de Experiências e Demonstrações “Aulônio Muniz”, na Capital do Estado. Serviço de algodão: Produziu em suas dependências 374.156 Kg. de algodão em caroço em 1931 e distribuiu 14.667 Kg. de sementes pelos agricultores. Em 1932, de janeiro a novembro, foram colhidos 303.800 Kg. de algodão em caroço e distribuídos 157.624 Kg. de sementes. Atualmente, a área plantada nas estações fazendas de sementes e campos de cooperação de 12.775.410 metros quadros. Acham-se em funcionamento 33

estabelecimentos agrícolas. Em 1931, volume total de algodão classificado subiu a 8.268.933 Xg., maior do que o verificado em 1930, que atingiu apenas a 67.245.170 Kg.. A renda do serviço no ano de 1931 chegou a 553 :485\$268. No período de janeiro a novembro de 1932, a renda foi de 804:253\$287, sendo 534:190\$403 provenientes de taxas de classificação, 268:587\$584, de venda de produtos agrícolas e 1:475\$300, de origens diversas. O número total de comissões de classificação é de 14, além de 7 Postos de inspeção, abrangendo todos os Estados produtores.

De janeiro a outubro de 1932, foram classificados 33.570.977 Kgs. de algodão. Foram renovados os acordos com os governos estaduais do Pará, Rio Grande do Norte e Paraíba, assinados novos acordos com os Estados do Maranhão e Sergipe, e estão em via de assinatura acordos federalizados com os Estados do Ceará, Pernambuco e Alagoas. Estação de Combustíveis e Minérios: A Estação de Combustíveis e Minérios teve grande parte da sua atividade aplicada em estudos referentes ao álcool-motor.

Novos e múltiplos problemas, que merecem ser destacados, foram por ela abordados e resolvidos: o rendimento das várias formulas de carburantes alcoólicos empregados em motores; análise dos diversos tipos de álcool-motor fabricados no país; verificação da quantidade de todo o álcool adquirido pelos importadores de gasolina, num total de cerca de 5 milhões de litros; instalação das bombas oficiais de álcool-motor nesta Capital; fabrico de carburantes nelas vendidos a partir de 16 de outubro último, num total de mais ou menos 250.000 litros; inspeção das usinas de álcool; verificação da quantidade e da qualidade da gasolina importada a granel no país, num total de 150 milhões de litros; regulação dos carros que passaram a empregar o álcool-motor, no Rio de Janeiro, etc.. Diversos minérios de cobre e de ouro, do Rio Grande do Sul, foram cuidadosamente estudados afim de se determinar o melhor processo para o seu aproveitamento. A conveniente utilização do carvão nacional foi igualmente objeto de numerosas pesquisas de seus laboratórios e de constante e esclarecida colaboração com a comissão para esse fim criada pelo Governo Provisório. A transformação industrial do café existente nos grandes stocks destinados à destruição foi ali examinada, quer em laboratório, quer em escala semi-industrial, visando-se especialmente seu rendimento em óleos e em az e a utilização em "briquetes". Foram efetuadas, ao todo, 468 análises químicas tanto de minérios como de combustíveis e outros produtos de origem mineral. Reiniciaram-se e estão em vias de conclusão as obras de instalação de laboratórios, gabinetes etc., que assegurarão à Estação Experimental novo surto em seus diversos serviços. Instituto de óleos: O Instituto de Óleos tem visado orientar a exploração industrial de nossas plantas oleaginosas e a pesquisa científica dos produtos agrícolas e conexos, no intuito de criar novos horizontes para a economia nacional. No propósito de restringir, quanto possível a importação ainda vultosa de certos óleos, principalmente do azeite de oliveira e do óleo de linhaça, já fez o Instituto as pesquisas necessárias à sua integral substituição pelos óleos de amendoim e de oiticica, ambos nativos e extiemamente abundantes em nossos território. O problema da utilização industrial da oiticica mereceu especial atenção pelas dificuldades que apresentou e que foram finalmente vencidas, tendo-se alcançado resultados definitivos com uma técnica original de polimerização, que tornou possível o seu emprêgo para tintas e vernizes. De 1929 até aqui, foram diplomadas três turmas de técnicos especializados em matérias gordas que já prestam, em diferentes regiões do país, o concurso esclareido dos métodos científicos ao surto industrial das substâncias oleaginosas. Em viagens anuais ao interior do Estado de São Paulo e de diversos Estados do Norte, vem êste Instituto colhendo impressões e dados sobre as principais necessidades da cultura, do beneficiamento, do consumo e da exportação de nossos produtos oleaginosos, sos, levando aos governos e aos interessados os resultados dos diversos estudos que empreendeu e da documentação bibliográfica que reuniu. Familiarizam-se, assim, os alunos com as necessidades objetivas a que terão mais tarde de atender, quando tomarem sob sua responsabilidade a direção dos estabelecimentos industriais para os quais se destinam. Nessas viagens de estudo, são ao mesmo tempo colhidas amostras de produtos novos ou pouco explorados e que pareçam susceptíveis de promissoras aplicações. Posto dêsse modo em constante contacto com as realidades do país, enriquece o Instituto seu museu e fornece a seus pesquisadores matéria útil e nova de trabalho. A Secção de Pesquisas Industriais Agrícolas, depois de instalar, durante o corrente ano, o seu laboratório, iniciou uma série de trabalhos de ordem científica sobre plantas oleaginosas de aplicação alimentar e terapêutica. Considerando a gravidade do problema da lepra no Brasil e a exiguidade dos meios de combatê-la, a Secção de Pesquisas estuda, neste momento, as diversas variedades brasileiras da sapucaínia (*Carpolroche Brasileizses*), no intuito de selecionar, pela riqueza em óleo e pelos atributos

fisiológicos dêste, a variedade que melhor convenha a uma cultura intensiva, capaz de substituir o óleo de Chaulmoogra, importado a um preço que dificulta em extremo a sua larga distribuição. Certos alcaloides, de natureza ainda indeterminada, de diferentes plantas brasileiras, estão sendo ao mesmo tempo examinados, quer do ponto de vista de sua estrutura química, quer de seus efeitos biológicos. A indústria do carvão vegetal ativado, de emprêgo corrente como descorante e desodorizante, é objeto, também, de estudos que prometem substituir os carvões importados para o branqueamento do açúcar e dos óleos, por carvão obtido das cascas de indaiá, babassú, dendê, etc.. O Instituto de Óleos tem-se tornado, ao mesmo tempo, um centro de consultas de industriais e agricultores os quais oferece uma cooperação eficiente em todas as dificuldades que encontram na exploração das plantas oleaginosas”. Como se verifica, os trabalhos do Ministério, nos dois primeiros anos do Governo Provisório, além de correrem normalmente, foram produtivos e apreciáveis, apesar do regime de economias adotado.

### **Educação e Saúde Pública**

Ao balancear, na primeira parte desta Mensagem, as realizações do regime monárquico, deixei acentuado que o país, depois de meio século de vida política independente, estava ainda com os dois problemas capitais da sua organização para resolver: o trabalho e a educação. Apresenta-se, agora, o ensêjo de abordar o segundo - a educação -, pois do primeiro já tratei no capítulo reservado às atividades do Governo Provisório, através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nova Secretaria criada juntamente com a de Educação e Saúde pública, refletindo ambas a preocupação de encarar seriamente a solução desses dois importantes problemas nacionais. Julgo inteiramente oportunas, e devo transcrevê-las, as considerações que o magno assunto me sugeriu, quando, em recente discurso pronunciado na capital da Baía, procurei focalizá-lo em toda sua complexidade, relevância e aspectos: “Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional.

Nesse sentido, até agora, nada temos feito de orgânico e definitivo. Existem iniciativas parciais em alguns Estados, embora incompletas e sem sistematização. Quanto ao mais, permanecemos no domínio ideológico das campanhas pro-alfabetização, de resultados falhos, pois o simples conhecimento do alfabeto não destrói a ignorância nem conforma o caráter. Há profunda diferença entre ensinar a ler e educar. A leitura é ponto inicial da instrução e essa, propriamente, só é completa quando se refere à inteligência e à atividade. O raciocínio, fôrça máxima da inteligência, deve ser aperfeiçoado, principalmente por sabermos que o trabalho manual também o exige pronto e arguto. Não deixa de haver certo fundo de verdade na afirmação do psicólogo: “O homem que conhece bem um ofício possui, só por êsse fato, mais lógica, mais raciocínio e mais aptidão para refletir do que o mais perfeito dos retóricos “. A instrução que precisamos desenvolver, até ao limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem ela, sobretudo, na época caracterizada pelo predomínio da máquina, é impossível trabalho organizado.

A par da instrução, a educação: dar ao sertanejo, quasi abandonado a si mesmo, a consciência dos seus direitos e deveres; fortalecer-lhe a alma, convencendo-o de que existe solidariedade humana; enrijar-lhe o físico pela higiene e pelo trabalho, para premiá-lo, enfim, com a alegria de viver, proveniente do conforto conquistado pelas próprias mãos. No Brasil, o homem rude cio sertão, sempre pronto a atender aos reclamos da Pátria nos momentos de perigo, é matéria prima excelente, e se vegeta, decaído e atrasado, culpemos a nossa incúria e imprevidência. Por vezes, o seu aspecto é miserável, mas, no corpo combalido, aninha-se a alma forte que venceu a natureza amazônica e desbravou o Acre. Em algumas regiões, vêmo-lo quebrantado pelas moléstias tropicais, enfraquecido pela miséria, mal alimentado, indolente e sem iniciativa, como se fôsse um autômato. Dai a êsse espectro farta alimentação e trabalho compensador; criai-lhe a capacidade de pensar, instruindo-o, educando-o, e rivalizará com os melhores homens do mundo. Convençâmo-nos de que todo brasileiro poderá ser um homem admirável e um modelar cidadão.

Para isso conseguirmos, há um só meio, uma só terapêutica, uma só providência: - é preciso que todos os brasileiros recebam educação. Relembrai o exemplo do Japão. O Imperador Muiuzahito, certo dia, baixou um edito determinando “fôsse o saber procurado no mundo, onde quer que existisse, e a instrução difundida de tal forma que em nenhuma aldeia restasse uma só família ignorante e que os



Pais e irmãos mais velhos tivessem por entendido que lhes cabia o dever de ensinar os seus filhos e irmãos mais moços”.

O Imperador foi obedecido. O milagre da instrução, em pouco mais de 40 anos, de 1877 a 1919, fez com que a exportação e a importação do país centuplicassem; o Japão vencida a Rússia e entrava para o rol das grandes potências. É dever do Governo Provisório interessar toda a Nação, obrigando-a a cooperar, nas múltiplas esferas em que o seu poder se manifesta, para a solução desse problema. Anda em moda afirmar-se que a educação é da riqueza, quando o contrário expressa maior verdade. Exemplificam com o caso dos Estados Unidos, onde a difusão do ensino primário consome orçamentos anuais que atingem a cêrca de 26 milhões de contos da nossa moeda, e concluem que, entre nós, a questão insolúvel, pelo vulto das despesas que exige, incompatível com a nossa carência de recursos. Em resumo, sustentam: - educação completa só pode existir em nações opulentas. A argumentação é sofisticada. A nossa vitória, nesse terreno, consistirá em começarmos como a grande nação americana começou e continuarmos, resolutos e tenazes, como ela prosseguiu, até ao fastígio de hoje. A verdade é dura, mas deve ser dita. Nunca, no Brasil, a educação nacional foi encarada de frente, sistematizada, erigida, como deve ser, em legítimo caso de salvação pública.

É oportuno observar: aos Estados coube velar pela instrução primária; quasi todos contraíram vultosos empréstimos, acima das suas possibilidades financeiras. Da avalanche de Ouro com que muitos se abarrota- raul, abusando do crédito, qual o numerário distraído para ampliar ou aperfeiçoar o ensino? Esbanjavam-no em obras suntuárias, em organizações pomposas e, às vezes, na manutenção de exércitos policiais, esquecidos de que o mais rendoso emprego de capital é a instrução. Sem a necessidade de vastos planos de soluções absolutas, porém, impraticáveis na realidade, procuremos assentar em dispositios eficientes e de aplicação possível todo o nosso aparelhamento educador. A instrução, como a possuímos, é lacunosa. Falha no seu obitivo primordial: preparar o homem para a vida. Nela devia, portanto, preponderar o ensino que lhe desse o instinto da ação no meio social em que vive. Ressalta, evidentemente, que o nosso maior esforço tem de consistir em desenvolver a instrução primária e profissional, pois, em matéria de ensino superior e universitário, nos moldes existentes, possuímo-lo em excesso, quasi transformado em caça ao diploma. O doutorado e o bacharelado instituíram uma espécie de casta privilegiada, única que se julga com direito ao exercício das funções públicas, relegando para segundo plano a dos agricultores, industriais e comerciantes, todos, enfim, que vivem do trabalho e fazem viver o país. É óbvio que, para instruir, é preciso crear escolas. Não as crear, porém, segundo modelo rígido, aplicável ao país inteiro. De acordo com as tendências de cada região e o regime de trabalho de seus habitantes, devemos adotar os tipos de ensino que lhes convêm: nos centros urbanos, populosos e industriais - o técnico-profissional, em forma de institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior - rural e agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos. Em tudo, com o carater prático e educativo, dotando cada cidadão de um officio que o habilite a ganhar, com independência, a vida ou transformando-o em um produtor inteligente de riqueza, com hábitos de higiene e de trabalho, conciente do seu valor moral.

Atingimos o ponto onde os pessimistas se habituaram a encontrar dificuldades de toda sorte. Refiro-me aos recursos indispensáveis para organizar e manter semelhante aparelho educativo, cujo desenvolvimento pode ser graduado de acôrdo com as possibilidades financeiras do país. Nesse terreno, mais do que em qualquer outro, convém desenvolver o espírito de cooperação, congregando os esforços da União, dos Estados e dos Municípios. Quando todos, abstendo-se de gastos suntuários e improdutos destinarem, elevada ao máximo, uma percentagem fixa de seus orçamentos, para prover as despesas da instrução, teremos dado grande passo para a solução do problema fundamental da nacionalidade. Comprovando o interêsse do Governo Provisório a respeito, é oportuno ressaltar que o decreto destinado a regular os poderes e atribuições dos Interventores determina que os Estados empreguem 10 %, no mínimo, das respectivas rendas na instrução primária e estabelece a faculdade de exigirem até 15% das receitas municipais para aplicação nos serviços de segurança, saúde e instrução públicas, quando por eles exclusivamente atendidos.

Concertada a cooperação dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, restaria, apenas atribuir à União o direito de organizar e superintender, fiscalizando-os, todos os serviços de educação nacional.

A ação isolada dos governantes não basta para transmudar em realidade fecunda empreendimento de tal alcance e tamanha magnitude. É preciso crear uma atmosfera propícia e acolhedora, permitindo a colaboração de todos os brasileiros nesta obra eminentemente nacional. O

Governo Federal pretende instalar a Universidade Técnica, verdadeira cidade e colmeia do saber humano, de onde sairão as gerações de professores e homens de trabalho, capazes de imprimir à vida nacional o sentido realizador das suas aspirações de expansão intelectual e material. Ensino primário. Devemos repetir que educar não consiste somente em ensinar a lêr. O analfabetismo é estigma de ignorância, mas a simples aprendizagem do alfabeto não basta para destruir a ignorância. A massa de analfabetos, pêso morto para o progresso da Nação, constitui mácula que nos deve envergonhar. É preciso confessá-lo corajosamente, toda a vez que se apresentar ocasião. Cumpre fazê-lo aqui, não para recriminar inutilmente, mas, apenas, para nos convenceremos de que o ensino é matéria de salvação pública. Quero referir-me, evidentemente, ao ensino primário, básico para qualquer processo de instrução. Substituindo as palavras pela evidência dos algarismos, restrinjo o comentário sobre a sua tremenda deficiência e desorganização aos dados e confrontos estatísticos mais recentes. So bre o ensino primário, os informes obtidos pelo Ministério da Educação, correspondendo a 1931, assinalavam o seguinte movimento: Ensino geral, 20.918 escolas públicas e 7.632 particulares, com 54.337 professores, 2.020.931 alunos matriculados, 1.564.522 frequentes e 122.458 que terminaram o curso. Além dessas, havia mais 620 escolas de ensino semi-especializado e especializado, com 3.960 professores, 59.416 alunos matriculados, 49.521 em frequência e 4.980 que concluíram o curso. Levando em conta somente o que diz respeito aos alunos dos cursos primários de ensino geral, que é o assunto precípua destas considerações, verificam-se os seguintes resultados proporcionais, de acordo com os elementos definitivos de 1931: habitantes, por escola, 1.448, por docente, 763, por aluno matriculado, 21, por aluno frequente, 27, por aluno que concluiu o curso, 338; alunos, por escola: matriculados, 71, frequentes, 55; que concluíram o curso, 4; de 1.000 alunos matriculados, foram frequentes 774 e chegaram ao final do curso 61; de 1.000 alunos frequentes, foram aprovados, apenas, 78, nos exames finais. Nas condições atuais, a capacidade teórica do nosso aparelho escolar, para o ensino primário, não pode ir além de 10% da massa demográfica. Segundo o cálculo de 40 milhões para a nossa população, deveríamos contar 4 milhões de educandos. As estatísticas, consignando a matrícula de mais de 2 milhões, demonstram um desenvolvimento superior a 50% da população total, como curva representativa do estudo das primeiras letras. Não é tão favorável, no entanto, como poderia parecer à primeira vista, a significação exata desse índice. Os dados estatísticos vêm contrabalançá-lo, patenteando dolorosas surpresas: de todos os alunos matriculados, apenas 77% auferem, de fato, os benefícios da escola e conseguem a completa educação do primeiro grau, ainda assim, tão falha e desigual, na insignificante quota de 6%. Os restantes que frequentam as escolas não vão, em geral, além do segundo período de estudos. De modo mais frisante, pode-se determinar que, entre 1.000 brasileiros aptos para receberem a educação cultural elementar, 513 não ingressam na escola e, dos 487 restantes, 110 matriculam-se mas não frequentam os cursos; 178 frequentam o primeiro ano de estudos, não chegando bem a lêr; 85 frequentam somente até ao segundo ano, alfabetizando-se muito superficialmente 84 vão um pouco além, mas não chegam a concluir os estudos; e apenas 30 adquirem integralmente a instrução elementar comum, assim mesmo, em condições de grande desigualdade de aproveitamento e reconhecida deficiência atinente à profundidade do ensino, que não se prolonga, em média, além de três anos, com todas as lacunas pedagógicas da maior parte das escolas do interior.

### Distribuição das Escolas de Ensino Primário

Unidades Políticas da Federação	Públicas	Particulares	Total
Distrito Federal	328	586	914
Alagoas	377	70	547
Amazonas	348	93	441
Bahia	1543	531	2074
Ceará	752	133	885
Espirito Santo	778	68	846
Goiás	204	18	222
Maranhão	403	401	804
Mato Grosso	186	113	299
Minas Gerais	2607	813	3420
Pará	593	295	888
Paraíba	427	113	540
Paraná	1143	121	1264
Pernambuco	1469	550	2019
Piauí	145	07	152
Rio de Janeiro	1536	488	2024
Rio Grande do Norte	264	211	475
Rio Grande do Sul	3073	1443	4516
Santa Catarina	958	313	1271
São Paulo	3535	1576	5111
Sergipe	315	52	367
Território do Acre	80	11	91
	21064	8106	29170

Diante da realidade destas cifras, não cabem conjecturas otimistas. Não é possível ensinar sem escolas, o número das existentes está muito aquém das necessidades. O problema da educação do povo continua a ser, ainda e sempre, o nosso magno problema. No momento em que se vai reorganizar a vida política do país, torna-se de evidente oportunidade lembrá-lo e trazê-lo à consideração da Assembleia Nacional Constituinte, que, certamente, procurará dar-lhe solução completa e definitiva. Não temos o direito de postergar indefinidamente essa solução. A dolorosa verdade aí está, desdobrada perante a Nação, desafiando com toda a trama da sua complexidade angustiante, a nossa maior soma de boa vontade e energia. Ensino secundário e superior O ensino secundário, nos seus diversos graus, comporta orientação semelhante. Entre nós, falhava pelo caráter de exclusiva preparação para o ensino superior. A função de natureza educativa, que lhe é essencial e consiste em preparar a inteligência e o espírito crítico para o estudo e solução dos problemas impostos pela vida, foi sempre relegada a segundo plano.

Tendo em vista corrigir essa deficiência, o Governo Provisório elaborou a reforma que se acha em vigor e que tem por fim integrar o ensino secundário na sua verdadeira finalidade, isto é, na função de formar a mocidade para agir, com eficiência, no meio em que tiver de aplicar a sua atividade. A remodelação foi radical e atingiu, também, o ensino superior, estabelecendo as bases do regime universitário. O Conselho Nacional de Educação, instituído simultaneamente, deverá atuar como órgão coordenador e orientador de toda atividade oficial concernente aos problemas de educação. As principais modificações da reforma introduzida na organização do ensino secundário podem ser apreciadas nas seguintes enunciações: a) revisão e remodelação dos problemas e planos de ensino; b) maior duração do período letivo, que passou a ter sete anos, em vez de cinco e seis; c) maior desenvolvimento na parte educativa; d) seriação mais racional das matérias e melhor graduação do ensino; e) divisão do curso em duas partes: a primeira, de cinco anos, comum e fundamental, e a segunda, de dois anos, constituindo a indispensável adaptação dos candidatos aos cursos superiores e dividida em três secções, com as matérias respectivas agrupadas de acordo com a orientação profissional do estudante, sem prejuízo das destinadas à cultura geral, extensivas às três secções.

Cuidou-se, ainda, do selecionamento do professorado e da uniformização dos métodos pedagógicos.

As vantagens da reforma são evidentes e a sua execução já produziu, nestes três anos, resultados plenamente satisfatórios. Saúde pública Questões interdependentes e correlatas por natureza e finalidade, as referentes à educação e saúde públicas -já tive ocasião de dizer -só admitem solução comum. O homem valoriza-se, é certo, pela cultura da inteligência, mas não poderá atuar no sentido de eficiência social, por efeito de causas congênicas ou adquiridas, se estiver fisicamente incapaz ou encontrar meio hostil, impróprio à vida saudável e sem condições de adaptação produtiva. A ação dos poderes públicos deve desdobrar-se incessantemente, para bem atender ao problema da higiene no seu duplo aspecto de saneamento e assistência. O progresso de qualquer país exige-lhe solução, pelo menos, parcial, traduzida em medidas capazes de assegurar a defesa sanitária das populações. É o que temos feito, utilizando os recursos permitidos pela compressão geral das despesas públicas, sem prejuízo dos serviços respectivos, mantidos com segura e completa regularidade. A atuação do Departamento Nacional da Saúde Pública continua a exercer-se normalmente. A assistência sanitária da Capital da República tem sido mantida com toda regularidade e segurança. As organizações especializadas, a cargo do referido Departamento, prosseguiram sua atividade em defesa da higiene infantil e no combate à tuberculose, às doenças venéreas, à lepra e às moléstias contagiosas comuns. A profilaxia da febre amarela não sofreu continuidade, má grado a acentuada redução feita nas despesas com o pessoal e material necessários ao serviço. Para estender ao resto do país os benefícios da assistência sanitária, obteve-se que a Fundação Rockfeller, há anos trabalhando no Brasil com reconhecidos proveitos, ampliasse ainda mais o seu raio de ação. Tornou-se possível, assim, distribuir vasta rede de profilaxia anti-larvária, compreendendo numerosas localidades dos Estados do Rio, Minas Gerais e Espírito Santo. Quanto à profilaxia anti-amarílica, a mesma fundação desenvolveu grandemente os seus trabalhos, instituindo novos postos nos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande Norte e Ceará. Devido às dificuldades financeiras e ao mau funcionamento do Serviço de Profilaxia Rural existente nos Estados, que, além de não produzir resultados práticos, absorvia verbas elevadas no custeio de pessoal excessivo, com prejuízo do aparelhamento material, resolveu o Governo Provisório suprimir a contribuição que lhe era destinada, até ser possível restabelecê-la com aplicação mais eficiente e proveitosa. Cogitou-se, desde logo, de estabelecer um fundo permanente para custear as despesas necessárias, criando-se, para isso, a taxa de educação e saúde, da qual dois terços serão aproveitados para aperfeiçoar e desenvolver os serviços de saneamento rural do país obra justamente considerada de grande alcance social e econômico. Enquanto não se leva a termo a reorganização necessária desse importante serviço, o Governo Federal tem auxiliado os Estados que mais precisam, suprimindo o numerário para atender aos trabalhos de profilaxia que vem mantendo.

Atividade da nova Secretaria Criado pelo Decreto n. 10.402, de 14 de novembro de 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública entrou logo em atividade. No decurso de 1931, quando se procurava completar a estrutura administrativa do novo departamento, várias foram as iniciativas levadas a efeito para reorganizar e imprimir maior eficiência aos serviços de educação e saúde públicas. Assim, no que diz respeito ao ensino, criou-se, pelo Decreto n. 19.850, o Conselho Nacional de Educação, estabelecendo-se as bases estatutárias que devem presidir o regime universitário introduzido no sistema educacional brasileiro. O Decreto n. 19.852 deu nova organização à Universidade do Rio de Janeiro, ampliando-lhe as possibilidades, com a inclusão, no respectivo quadro, da Escola de Minas de Ouro Preto, da Escola Nacional de Belas Artes e do Instituto Nacional de Música e pelo concurso de várias instituições culturais independentes, tais como o Instituto Osvaldo Cruz, o Museu Nacional, o Observatório Nacional, o Serviço Geológico e Mineralógico e outros estabelecimentos, que, em virtude dos mandatos universitários, passaram a cooperar no desenvolvimento do ensino superior, facilitando os cursos de especialização e aperfeiçoamento. Em relação ao ensino secundário, cumpre citar a reforma promulgada pelo Decreto n. 19.890, à qual já nos referimos pormenorizadamente. Integrou-se essa reforma com disposições complementares aprovadas pelos Decretos números. 20.496 e 20.630, o último dos quais modificou as condições para o registro provisório de professores. O ensino comercial passou pela reforma consubstanciada no Decreto número 20.158, de 30 de junho de 1931, que fixou novos padrões relativos à organização dos cursos, e as exigências indispensáveis para o reconhecimento oficial dos institutos destinados à preparação de candidatos às atividades profissionais de caráter comercial. Ainda no ano de 1931, deram-se novos

regulamentos ao Museu Nacional, ao Departamento de Medicina Experimental (Instituto Osvaldo Cruz); promulgou-se o ato que permitiu o ensino religioso nas escolas e aprovou-se oficialmente o acordo que, visando a simplificação ortográfica, fôra firmado entre a Academia Brasileira de Letras e a de Ciências de Lisbôa, e regulou-se o serviço de rádio-difusora educativa. Por iniciativa e sob o patrocínio do Governo, reuniu-se, nesta Capital, em setembro último, a Conferência Nacional de Proteção à Infância, com a presença dos representantes oficiais de todas as unidades federativas. Com subido empenho e alto descortino, revelando, ao mesmo tempo, notável interesse pelo complexo problema a Conferência realizou obra de inestimável mérito, consubstanciando, em cláusulas precisas, sugestões práticas a indicar aos poderes públicos os métodos e diretriz a serem seguidos na obra de proteção à infância brasileira.

### **Trabalho, Indústria e Comércio**

A complexidade dos problemas morais e materiais inerentes à vida moderna alargou o poder de ação do Estado, obrigando-o a intervir mais diretamente, como órgão de coordenação e direção, nos diversos setores da atividade econômica e social. Quanto à maior ou menor amplitude dessa intervenção, podem divergir as doutrinas; na realidade, porém, ela se apresenta como imposição iniludível diante da crescente preponderância dos interesses da coletividade sobre os interesses individuais. Todas as atividades humanas são forças sociais agindo negativa ou positivamente. O Estado, que é a sociedade organizada como poder, não lhes deve ficar indiferente, sob pena de falhar à sua finalidade. Impõe-se-lhe, contrariamente, discipliná-las e dirigí-las. Dai a sua intervenção no campo social e econômico, regulamentando as relações entre o trabalho e o capital, fiscalizando as indústrias e o comércio, ordenando a produção, a circulação e o consumo e, finalmente, desenvolvendo providências de diversa natureza para provêr o bem comum. Em face da inquietude que domina a vida contemporânea, abalada fortemente por uma crise econômica que se projeta sobre o plano político, não se pode dizer que nos aflijam, em forma aguda, todos os males que tornam angustioso e apreensivo o amanhã da maioria dos povos chamados civilizados. A nossa situação, relativamente ao desequilíbrio generalizado de outros países, é de maior sossego. Dispomos de abundantes reservas de matérias primas e somos, simultaneamente, grande mercado consumidor. A base da nossa economia ainda é a exploração agrícola, e a industrialização apenas absorve pequena parcela da nossa atividade produtora. Em consequência, a densidade da massa proletária industrial não acusa índice elevado, restringindo-se a núcleos urbanos que dispõem de margem suficiente para empregar a atividade com fácil e compensadora muneração. Organização do Trabalho e assistência social Apesar de tudo, em matéria de organização de trabalho, não poderíamos permanecer no estado de passividade e rotina em que vivíamos. Já tivemos ensêjo de acentuar que o Império, ao desmoronar-se, deixara intacto esse problema essencial para a nossa economia. A escravidão viera até às portas da República, e o trabalho livre instituiu-se completamente desorganizado. Aos prohomens do novo regime a premência do problema muito pouco preocupou. A Constituição de 1891 apenas garantia o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual ou industrial. Era um dispositivo que consagrava, simplismente, o princípio da liberdade de trabalho. Só em 1926, 35 anos depois, reformava-se o texto constitucional para autorizar o Congresso a legislar sobre tão importante matéria.

Cristalizara-se a mentalidade política, predominante na orientação governamental que julgava o problema operário, no Brasil, simples caso de polícia. Era natural que, em ambiente tão pobre de visão social, não encontrassem eco as reivindicações trabalhistas, mesmo as mais elementares, que constituíam conquistas incorporadas à legislação da maioria dos países cultos. Ainda constuíam, entre nós, vagas aspirações as garantias mínimas asseguradas às classes trabalhadoras. Existiam algumas dessas garantias raras, displicentemente enfeixadas em lei, sem aplicação ou aplicadas a retalho; as outras, em maior número, não chegaram a ser objeto de exame por Parte do poder público. Mais explicitamente tudo quanto se legislara, com referência à matéria, consistia em dispositivos sobre acidentes do trabalho, caixas de aposentadorias e pensões, concessão de férias aos empregados no comércio e proteção a menores. Congresso. Assim aconteceu com a legislação sobre os riscos do trabalho. A lei existente, incompleta e inexequível em várias disposições, somente vingou em 1919. Vários projetos transitaram pela Câmara e Senado, assinalando etapas bem características: um em 1904, outro em 1908, ainda outro em 1911 e o último em 1915. A proteção aos menores foi olhada com maior interesse. Já em 1891 aparece a primeira medida, e em 1918 instituem-se os patronatos agrícolas, destinados a recolher, educar e ensinar, no aprendizado dos Trabalhos rurais, os

pequenos abandonados ou delinquentes. Não se tratava de medidas propriamente de assistência à infância. O objetivo visado era afastar do contacto perverso das vias públicas e dos centros de contaminação viciosa os menores desprotegidos da fortuna e sem lar estável onde a vigilância paterna lhes fosse amparo e escola. Afinal, compendiando a legislação dispersa em leis e regulamentos diversos, organizou-se o Código de Menores, que ampliou e consolidou dispositivos amparadores dos menores entregues à guarda do Estado. A aplicação do Código de Menores prevê, entretanto, a existência de institutos de recolhimento e educação, aparelhados em condições de satisfazer os fins a que se destinam. É sabido que eles escasseiam por todo o país, quasi exclusivamente atendidos pela iniciativa particular, conduzida por sentimentos caridosos. Póde-se afirmar, por isso, que, salvo no Distrito Federal, onde se organizaram estabelecimentos apropriados, o Código de Menores somente se cumpre muito elásticamente e apenas na parte judiciária, falhando a de vigilância e educação. Relativamente previdência economia e assistência aos trabalhadores e às classes pobres, o pouco que se fizera não representa nada de orgânico e prático. Somente em 1923 aparece a lei criando, nas emprêsas ferroviárias do país, as caixas de aposentadorias e pensões, lei mais tarde remodelada para estender seus benefícios à classe dos portuários e submeter ao mesmo regime as estradas de ferro a cargo da União, dos Estados e dos Municípios. A classe dos marítimos, tão merecedora de proteção e assistência quanto as outras, ficara à margem, excluída do amparo do poder público. Coube ao Governo revolucionário reparar a lacuna, incluindo-a no regime adotado. Não escaparam aos males da imprevidência nem mesmo, os funcionários públicos. Suspenderase o montepio federal, e os admitidos posteriormente passaram a ficar desamparados, diante das incertezas do futuro da família, em caso de morte do seu chefe, o substitutivo do montepio somente apareceu em 1927, quando se organizou o Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União, cujo aparelhamento e benefícios foram tornados mais eficientes na reforma que lhe introduziu o Governo Provisório, em janeiro de 1931. No terreno da organização do trabalho, estava tudo por fazer. A Revolução teve de começar pela providência inicial: a criação do órgão governamental incumbido da importante tarefa -o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O Brasil, como signatário do Tratado de Versalhes, assumira a obrigação de observar e executar as normas nele estabelecidas para regulamentar as condições do trabalho, subordinando-as, embora, às necessidades e costumes, tradição industrial e oportunidade econômica do país. Essas normas podem ser assim discriminadas:

regulamentação das horas de trabalho; garantia de um salario conveniente; proteção aos trabalhadores contra moléstias ou acidentes do trabalho; proteção à infância aos adolescentes e às mulheres; pensões à velhice e à invalidez; defesa dos trabalhadores no estrangeiro; liberdade sindical; organização do ensino profissional e tecnico, além de outras medidas úteis. Para orientar a ação governamental nesse terreno instituiu-se, em 1923, o Conselho Nacional do Trabalho. Deu-se ao novo aparelho caráter meramente consultivo, marcando-se-lhe vasto programa. Os seus serviços não foram sequer contemplados nas larguezas orçamentárias. Recebia, apenas, uma pequena subvenção, como qualquer instituição particular. Como era de prever, por maior dedicação que tivessem os seus membros, jamais chegariam a absorver-se, distraíndo-se de suas atividades, na vasta obra programática que lhes fôra assinalada. Durante muito tempo, perdurou a impressão de que a existência do Conselho Nacional do Trabalho se explicava pela necessidade de cumprirmos, pelo menos aparentemente, o compromisso internacional resultante do Tratado de Versalhes. A nova Secretaria de Estado tinha, como se vê, função preestabelecida e perfeitamente justificável. Como se tem desenvolvido sua atividade, demonstra-o o resumo dos atos do Governo Provisório, contendo numerosas iniciativas em matéria de organização do trabalho: a) a regulamentação do trabalho nacional, disciplinada pela disposição conhecida por “lei dos dois terços”; b) organização das classes em sindicatos profissionais; c) a duração do trabalho nas indústrias e no comércio, estabelecendo, definitivamente, em todo o país, o regime dos “três tempos”, ou as oito horas para o trabalho, oito para o repouso e oito para as elocubrações intelectuais ou recreação do espírito; d) convenções coletivas de trabalho, para interessar empregadores e empregados na melhor forma de estipularem, dentro de um regime de perfeita harmonia, as condições em que devam remunerar e executar o trabalho; e) as comissões mixtas de conciliação e juntas de julgamentos estabelecendo, entre nós, os Conselhos paritários de tão bons e úteis resultados no estrangeiro, como aparelhos destinados a solucionar amistosamente os dissídios entre as classes, órgãos que valem ainda como preparo seguro para a instituição, no Brasil, da justiça do trabalho; f) a condição do trabalho de menores, procurando cercar esse pequenos operários ou empregados da proteção que exige a sua condição social e da assistência

aconselhada e reclamada pelas boas normas da higiene e eugenia; g) ao trabalho das mulheres, igualmente defendido, não só por algumas prescrições citadas para o caso dos menores, como, ainda, amparadas com cuidados especiais, segundo a situação e o estado em que se encontrem.

Nacionalização do trabalho A providência inicial, julgada urgente, consistiu em limitar a entrada, no país, de estrangeiros desprovidos dos necessários recursos para as primeiras despesas e sem colocação assegurada. Era uma medida acauteladora dos males do problema dos sem trabalho, felizmente existente entre nós. O livre acesso, em momento de de elementos alienígenas poderia agravar as condições, senão angustiosas, pelo menos, precárias do trabalhador nativo. Como complemento, tornara-se, também, imprescindível reservar ao trabalhador indígena maior margem de aproveitamento na exploração das indústrias, sem forçar o desemprego dos estrangeiros já localizados no país há muitos anos, com família constituída, integrados na população nacional e interessados em nossa economia. Visando esse objetivo, adotamos o salutar princípio da nacionalização do trabalho, só agora incorporado ao texto das nossas principais leis. Passou-se a exigir, em virtude do mesmo decreto, que regulou a entrada de estrangeiros, que todos os indivíduos, companhias, empresas ou firmas que explorem qualquer ramo de indústria ou comércio mantenham, constantemente, nos quadros do pessoal dos respectivos estabelecimentos, dois terços, pelo menos, de brasileiros natos. Não inspirou a adoção dessa medida qualquer sentimento egoísta e de hostilidade ao trabalhador estrangeiro. Ela se destina, lógica e naturalmente, a amparar o operariado nacional dos centros urbanos, para onde afluem os imigrantes de profissões idênticas, afastados do país de origem pela falta de trabalho. Ressalvando os interesses da nossa expansão agrícola, não levantamos obstáculos à penetração, nas zonas do interior, das correntes imigratórias, fornecedoras de braços adestrados no cultivo da terra. Assim, as exigências da lei não prevalecem para a entrada do trabalhador estrangeiro chainado pelos serviços de agricultura dos Estados ou pelos proprietários de terras ou de empresas de colonização. As facilidades concedidas, para o caso, foram ampliadas expressamente, isentando-se a lavoura, a pecuária e as indústrias extrativas da exigência de dois terços de brasileiros natos. Quanto aos agricultores com destino certo, foi assegurada entrada franca no território nacional. Cumpre notar que, apesar das limitações criadas à penetração de estrangeiros no país, não apresenta maior decréscimo, em seu volume, a imigração, pois, em 1932, entraram 34.653 imigrantes, contra 31.410 em 1931. As restrições levantadas justificam-se. Não seria aconselhável deixar, por mais tempo abertas à imigração de toda origem as fronteiras nacionais; ao contrário, o que se impunha era, precisamente o selecionamento dos elementos alienígenas, tendo em vista os seus hábitos e tendências, condições etnográficas e políticas e as conveniências do nosso progresso econômico e social.

### **Sindicalização**

A organização do trabalho, no sentido que se lhe deve dar, num momento conturbado e de profundas transformações sociais e econômicas como o atual, não pode realizar-se, com proveito para as classes patronais e benefícios para os operários, senão mediante inteligente, ponderada e sistemática coordenação para conciliar e garantir os seus mútuos interesses. O fundamento sociológico da vida econômica é, hoje, a solidariedade. O princípio da livre concorrência ce- deu ao de cooperação. As tendências solidárias propiciam a formação dos agrupamentos coletivos, cada vez mais fortalecidos para a defesa dos interesses de grupo, sob o controle e em colaboração com o poder público. E untramos na fase construtora do movimento sindicalista. No Brasil, onde as classes trabalhadoras não possuem a poderosa estrutura associativa nem a combatividade do proletariado dos países industriais e onde as desinleligências entre o capital e o trabalho não apresentam, felizmente, aspecto de beligerância, a falta, até bem pouco, de organizações e métodos sindicalistas, determinou a falsa impressão de serem os sindicatos órgãos de luta, quando, realmente, o são de defesa e colaboração dos fatores capital e trabalho com o poder público. A sindicalização das classes está facultada nos dispositivos de um decreto que regula a matéria e garante aos sindicatos legalmente constituídos o direito de defender perante o Governo e por intermédio do Ministério do Trabalho, os seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural, cabendo-lhes, ainda, a incumbência de cooperar, pelo voto dos seus delegados nos conselhos mixtos de conciliação e julgamento, na aplicação das leis destinadas a dirimir os conflitos suscitados entre patrões e operários. Relações entre empregados e empregadores Não é demais repetir que a legislação trabalhista, tal como a entendemos, tem por objetivo dar ao trabalhador de todas as classes um padrão de vida compatível com a dignidade humana e as conquistas sociais e políticas do nosso tempo. O contrato ou convenção coletiva do trabalho não é

mente uma conquista moral e jurídica em favor dos trabalhadores; constituiu, também, norma imprescindível toda organização industrial, visto condicionar a luta dos interesses individuais e patronais a um conjunto de regras resultantes de um nível comum estabelecido para condições da produção. Ao legislarmos a respeito, urtentanlo-nos pelos princípios aceitos mais ou menos pacificamente em todos os países civilizados, procurando, entretanto, realizar obra nossa, dentro das peculiaridades econômicas e sociais brasileiras. Não devemos esquecer que, no Brasil, o problema se reveste de complexidade toda especial, em atenção a fatores de diversa natureza, principalmente a extensão do país e variedades dos índices de subsistência. O regime dos contratos coletivos representa a substituição do princípio individualista, da mais ampla liberdade contratual, pelo princípio da regulamentação coletiva das condições do trabalho, cujo estatuto é fixado pela vontade conjugada dos contratantes. Instruída pela experiência de outros países, a recente legislação brasileira na matéria, isenta de preconceitos de escolas e amoldada à realidade nacional, do mesmo passo que ampara indiscutíveis direitos dos empregados, atende aos justos interesses dos empregadores. As consequências da guerra imprimiram feição nova ao trabalho das mulheres e o elevaram a uma perfeita equivalência com o trabalho masculino. A nossa lei a respeito ratifica o princípio geral consignado no item 7 do art. 427, parte XIII, do Tratado de Versalhes, de que a todo trabalho de igual valor corresponde, sem distinção de sexo, salário igual. Consubstancia, além disso, o amparo especial que se deve à mulher e demonstra o cuidado com que se procurou resolver problema, nos seus diversos aspectos. Não há, nesta lei, como não houve nas outras, nenhuma inovação perigosa, adotadas, que o foram, com espírito rigorosamente nacionalista, regras mais ou menos universalmente aceitas. A criação de uma Justiça do Trabalho para dirimir os litígios de natureza individual que, de momento a momento, surgem das relações entre empregados e empregadores, vem dar solução satisfatória a esses conflitos, que não encontravam amparo eficiente, tanto na organização judiciária federal como na dos Estados. Era hábito, até bem pouco, encarar-se tais litígios como casos de polícia, resolvidos arbitrariamente e suinariamente pelas autoridades policiais.

A instituição das Comissões Mixtas de Conciliação e Arbitragem resolveu um dos pontos da questão pela criação de órgãos que solucionam os conflitos coletivos de trabalho. Perdurava, porém, o aspecto individual do problema, em face do qual o Brasil, não obstante ser signatário do Tratado de Versalhes e membro do Bureau Internacional do Trabalho, se conservava em manifesta inferioridade ante a maioria das nações cultas. A legislação decretada, criando as Juntas de Conciliação e Julgamento para os dissídios individuais, reparou a falha de modo completo e satisfatório. Iniciativas complementares A Revolução assumiu o compromisso de honra de introduzir nas leis do país as providências aconselhadas para amparar o trabalho e o trabalhador, assegurando-lhes garantias e direitos que não lhes haviam sido reconhecidos. Esse compromisso foi cumprido, como acabamos de ver, através da enunciação de atos praticados no intermédio do Ministério do Trabalho, formando uma legislação orgânica sobre os problemas sociais. Mas o Governo Provisório não estacionou nessas iniciativas. Prossegue, serenamente, o programa que se traçou. Outras medidas estão em estudo para oportuna adoção, contando-se entre elas: a) a reforma da lei contra acidentes no trabalho, feita de maneira a poder satisfazer, de modo completo, aos reclamos provocados pela deficiência e falhas apontadas na lei vigente; b) a remodelação da lei de férias; c) a regulamentação do trabalho nos portos, com o fim de, não só alterar o estatuto em vigor, reconhecido como impraticável e por isso sem execução, como o de ordenar a extensão desse serviço, existente somente no Distrito Federal, a todos os Estados do Brasil; d) a elaboração do estatuto do trabalho marítimo; e) a regulamentação do trabalho dos jornalistas e gráficos; f) a regulamentação da locação de serviços, para fixar os direitos e deveres de empregadores e empregados; g) a organização a ser dada ao trabalho agrícola; h) a elaboração do Código do Trabalho. Considerado em seu conjunto e alcance, o programa desenvolvido pelo Governo Provisório, em matéria de trabalho e organização social, orienta-se num sentido construtor e fugindo a experiências perigosas. Resultaria absurdo concluir que o inspira a intenção de hostilizar as atividades do capital, que, pelo contrário, precisa ser atraído e garantido pelo poder público. O melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado em força orgânica, capaz de cooperar com o Estado e não deixar, pelo abandono da Lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores. Faz-se mister, aos que desfrutam o benefício da riqueza e do conforto, reconhecerem também que a essas prerrogativas correspondem deveres, convencendo-se de que todos quantos cooperam, com o seu trabalho, para semelhante resultado, possuem, igualmente, respeitáveis direitos. Povoamento e localização de trabalhadores O Brasil continua a ser país de



imigração, por força da necessidade de povoar o seu vasto território. Precisamos de braços numerosos e adestrados, principalmente no cultivo da terra. A nossa política imigratória não podia prosseguir, entretanto, com a orientação que se lhe imprimira de longa data. A livre entrada de elementos de toda origem não correspondia ao objetivo de povoar para produzir. O selecionamento se impunha, sobretudo no momento em que defluíam, espontâneas e volumosas, as correntes emigratórias dos grandes centros europeus à procura do trabalho que lhes faltava e acossados pela miséria causada pela crise econômica. As restrições criadas ao desembarque de estrangeiros no território nacional, em virtude do Decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930, refletem a necessidade de evitar a imigração em forma contrária aos nossos interesses de ordem econômica, étnica e política. A aglomeração de braços em nossos centros industriais viria ser fator de perturbação e constituiria ameaça para o trabalhador nacional e para o estrangeiro já localizado no país. A medida adotada não foi obstáculo para que o movimento imigratório destinado à exploração agrícola se desenvolvesse normalmente, mantendo os índices dos anos anteriores. Se foi julgada imprescindível a precaução de evitar o acesso de imigrantes que não satisfizessem determinadas condições, não faltou, também, a iniciativa de melhor aproveitamento dos nacionais, amparando-os e fixando-os convenientemente. Com o serviço de fundação de centros e núcleos agrícolas e localização de trabalhadores, o Governo dispendeu, desde 1931, diretamente e em virtude de auxílios concedidos aos Estados, a quantia de 4.493 contos de réis, distribuídos da seguinte forma:

Estados	Importância
Território do Acre	350:000\$000
Amazonas	850:000\$000
Pará	300:000\$000
Piauí	500:000\$000
Ceará	500:000\$000
Rio Grande do Norte	300:000\$000
Paraíba	600:000\$000
Baía	300:000\$000
Espírito Santo	50:000\$000
Paraná	443:000\$000
Mato Grosso	300:000\$000
	4.493:000\$000

Persistindo na orientação que se impôs, vem o Governo desenvolvendo duas iniciativas que julga realmente proveitosas: as obras do Centro Agrícola de Santa Cruz e do Núcleo Colonial de São Bento. Tratava-se de extensas áreas pertencentes às antigas fazendas domesmo nome, onde poderão ser localizadas centenas de pequenos agricultores, resolvendo-se o problema do povoamento da zona rural próxima à Capital da República, mercado certo e de fácil acesso para os produtos, de consumo diário, da pequena lavoura. Instituições de previdência A lei das Caixas de Aposentadorias e Pensões, a que tivemos ensêjo de fazer referência anteriormente, teve os seus benefícios ampliados com a expedição do Decreto número 20.465, de primeiro de outubro de 1931, elevando-se o número desses estabelecimentos de 52, em 1930, para 168, atualmente. O movimento financeiro das Caixas é bem significativo. A receita estimada subiu a 97.714: 021\$,914, representando-se por 59.728: 623\$614 a soma que estão autorizadas a dispende em 1933, de acordo com os orçamentos aprovados pelo Conselho Nacional do Trabalho. Os saldos disponíveis, invertidos em títulos da dívida pública, atingem, por sua vez, a 176.095:000\$. O movimento dos recursos dessas instituições de previdência melhor poderá apreciar-se através das importâncias destinadas ao custeio dos benefícios por elas prestados:

Aposentadorias ordinárias	4.544:476\$128
Aposentadorias por invalidez	5008;159\$912
Pensões aos herdeiros	5918:825\$188
Serviços Médicos e Hospitalares	6.161:090\$928

Em 1930, o número de associados era calculado em 142.412; já em 31 de dezembro de 1932, elevava-se a 191.313, e, tudo indica, breve ultrapassará de 300.000 com a incorporação dos marítimos, cuja Caixa se instalará dentro de poucos dias. O patrimônio desses instituídos representados em títulos federais, pelo seu valor nominal, elevou-se de 167.111 :900\$, em 1930, para 209.882:400\$, em 1932. Cumpre mencionar separadamente a atividade do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Federais, cujos benefícios se distribuem atualmente em forma de pecúlios e de empréstimos a longo prazo, aplicáveis à compra e construção de prédios para moradia, mediante condições bastante módicas. O número de novos contribuintes subiu, em 1932, a 1 .551, com pecúlios constituídos no valor de 20.619:000\$. Em seis anos, o Instituto já pagou aos beneficiários de contribuintes falecidos 18.478:662\$120 de pecúlios, correspondendo ao ano de 1932 a soma de 5.243:293\$045. No mesmo período, as pensões pagas a 2.620 pensionistas somam a quantia de 867 :073\$665. A situação do Instituto é sólida, econômica e financeiramente. 4 arrecadação geral eleva-se a 22.200 :000\$, sendo 14.700 :000\$ apurados em folhas de vencimentos no Distrito Federal e 7.500 :000\$ nos Estados. As reservas e fundos, que, no ano de 1931, foram superiores a 29.500:000\$, em 1932, alcançaram a cifra de 40.700:000\$. Dessa última importância, 32.938 :030\$ constituem reservas técnicas, representando o restante parcelas separadas para formação de fundos e outras reservas, que aumentam as garantias das responsabilidades do Instituto. Contando saldos disponíveis e dando emprego absolutamente seguro ao capital sob sua guarda e direção, tinha o Instituto em disponibilidade, na sede, no mês de dezembro do ano passado, a quantia de 10.400:962\$718, sendo 8 :136\$516 em cofre na tesouraria e o restante em depósitos bancários. Além destas quantias, ainda dispunha o Instituto de cerca de 1.500:000\$ depositados nas sucursais do Banco do Brasil.

#### **Atividade Industrial e Comercial**

O nosso movimento comercial, durante os últimos anos, reflete os efeitos da crise geral experimentada pelas atividades produtoras em todo o mundo. O comércio exterior sofreu considerável depressão, em confronto com os resultados apurados nos anos anteriores. Esta depressão se fez sentir, tanto no volume das mercadorias compradas e vendidas, como nos valores que as representam e se mostra mais sensível se fôr apreciada, comparativamente, através das cifras de exportação, até 1928. Verifica-se, com efeito que, em 1931, importámos 3.552.278 toneladas de mercadorias diversas, no valor de 1.880.934:000\$, papel, ou 28.756.000 libras, contra 3.335.927 toneladas, 1.518.705:000\$ e 21.744.000 esterlinos em 1932, ou seja a diferença, para menos, de 216.351 toneladas, 362.229:000\$, papel, e 7.012.000 esterlinos; na exportação, ao contrário, a diferença é muito mais considerável, porque, tendo-se elevado, naquele ano, a 2.235.988 toneladas, no valor de 3.398.222:000\$, papel, ou 49.545.000 esterlinos, as cifras de nossas vendas aos mercados estrangeiros, em 1932, se expressaram, apenas, por 1.631.816 toneladas, 2.536.298:000\$, papel, ou 36.622.000 libras, donde a redução de 27% no volume e de 25% no valor, tanto papel como ouro, como se vê dos quadros seguintes:

#### **Importação**

Ano	Tonelagem Bruta	Contos de Réis	£ 1.000 Ouro
1928	5.838.625	3.694.990	90.669
1929	6.108.996	3.527.738	86.653
1930	4.881.379	2.343.705	53.619
1931	3.552.278	1.880.934	28.756
1932	3.335.927	1.518.705	21.744

## Exportação

Ano	Tonelagem Bruta	Contos De Réis	£ 1.000 Ouro
1928	2.075.048	3.970.273	97.426
1929	2.189.314	3.860.482	94.831
1930	2.273.688	2.907.354	65.746
1931	2.235.988	3.398.222	49.545
1932	631.816	2.536.258	36.622

O intercâmbio comercial do Brasil, nas suas múltiplas manifestações, experimentou, como dissemos acima, os efeitos perturbadores da crise econômica que avassala o mundo, sendo oportuno lembrar que a queda dos valores das exportações, no ano passado, deve ser, em boa parte, levada à conta do menor movimento de embarques de café, em contraste com o que se tinha dado em 1931, pois que o café representa, em dinheiro, a maior cifra das nossas vendas aos mercados exteriores. Tal queda foi pronunciadamente determinada pela baixa dos preços de quasi todos os produtos então exportados, por isso que o volume a que atingiram em 1932 superou o das exportações de anos anteriores e nos quais foram apuradas, em papel e ouro, maiores sômas. As oscilações depressivas que registram as estatísticas do nosso comércio exterior não se nos afiguram, entretanto, respeitadas as necessárias proporções, tão profundas como as ressentidas por outros povos, na Europa e na América, de grande e forte estrutura econômica e de vastos recursos comerciais e financeiros. Pode-se afirmar que o malestar experimentado pelo nosso país é o reflexo, em maior parte, das perturbações ocorridas no exterior.

A instabilidade dos negócios gera a desconfiança, o retraimento dos capitais e a paralização das atividades; as indústrias moderam o movimento de sua produção e o comércio sofre as consequências desse retraimento, que se revela no anseio de limitar as transações pela falta de garantia absoluta e na preocupação de resguardar dos riscos as reservas disponíveis. As últimas estatísticas referentes aos bancos nacionais e estrangeiros que operam no Brasil são bem significativas a respeito.

## Depósitos

Valor em Mil contos de Réis

	1932	1931	1930
Bancos			
Nacionais	5.164	4.418	4.216
Estrangeiros	1.679	1.544	1.515
TOTAL	6.843	5.962	5.731
Em 30 de Junho			
Nacionais	4.438	4.621	5.532
Estrangeiros	1.527	1.498	1.514
TOTAL	5.965	6.119	7.046

Não podia o Brasil furtar-se aos abalos da economia mundial. As nossas dificuldades, embora consideráveis, não tiveram grande profundidade e reagimos sobre elas vantajosamente. Já se manifestam indícios de melhor situação nos mercados exteriores para a colocação de certos produtos nacionais. Como se pode verificar, de janeiro a julho, acentuou-se a melhoria do nosso intercâmbio com os demais países:

## Importação

Anos	Tonelagem	Contos de Réis	£ 1.000 ouro
1932.....	1.997.689.....	934.657.....	12.728
1933.....	2.279.667.....	1.172.398.....	16.913
Diferença para mais em 1933	281.978.....	273.741.....	4.185

Exportação			
Anos	Tonelagem	Contos de Réis	£ 1.000 ouro
1932.....	989.131.....	1.591.184.....	22.030
1933.....	1.093.488.....	1.626.190.....	22.318
Diferença para mais em 1933	104.357.....	35.006.....	288

Por outro lado, as cifras representativas do nosso comércio de cabotagem constittem eloquente expressão da resistência do país. A variedade de artigos permutados entre os Estados, produtos manufaturados, matéria prima para a indústria nacional e produtos agrícolas, demonstra o desenvolvimento que se vai, gradualmente, operando, tanto na exploração agrícola como em vários ramos de atividade industrial. Assim o revelam os quadros a seguir:

#### COMÉRCIO DE CABOTAGEM DE JANEIRO A DEZEMBRO

Tonelagem			
Anos	Mercadorias Nacionais	Mercadorias Estrangeiras	Total
1928	1.765.651	133.101	1.892.752
1929	1.783.879	128.473	1.921.352
1930	1.453.410	106.622	1.560.032
1931	1.563.347	96.493	1.632.840
1932	1.609.780	117.761	1.727.541

  

Contos de Réis			
1928	2.677.148	349.250	3.026.398
1929	2.465.262	322.618	2.787.880
1930	1.779.195	279.251	2.058.446
1931	1.953.118	281.291	2.234.409
1932	2.074.774	271.957	2.346.731

Os algarismos referentes à cabotagem, ao contrário do que acontece com os do comércio exterior, apresentam aumento em relação aos dois anos antecedentes, tanto no volume como nos valores, aumento verificado, exclusivamente, quanto a produtos nacionais, pois as mercadorias nacionalizadas que navegaram por cabotagem acusam decréscimo no valor, embora o volume, no último ano, seja superior ao do ano precedente. A circunstância de haver sido maior o valor global do comércio de cabotagem, tanto em 1932, como em 1931, em confronto com os algarismos de 1930, quando a queda das cotações mais se acentuou no último biênio, é muito significativa. Indica acréscimo sensível no tráfego, mais digno de registo quando, como se sabe, o intercâmbio do pôrto de Santos esteve suspenso durante três meses do ano passado. Srs. membros da Assembléia Nacional Constituinte: Desta exposição vereis, como verá a Nação, a obra de conjunto realizada pelo Governo Provisório nestes três anos de reajustamento da vida nacional. Avulta o seu valor, se recordarmos que ela se executou em período de forte convulsão política, após um movimento que abalará profundamente o país, tornando vibrátil a consciência popular e fazendo surgir paladinos de reivindicações, por vezes extremadas, que precisavam ser contidas e canalizadas para a corrente normal das idéias fundamentais da nossa tradição política. Como se não bastasse o natural tumulto cívico provocado pelo vitória revolucionária, permitindo a expansão de forças sociais resultantes de velhas aspirações coletivas, recalçadas por abusos do poder, ainda mais se avolumavam as dificuldades do momento com a repercussão dos abalos econômicos provenientes da perigosa desarticulação da vida universal. Coube ao Governo Provisório a absorvente e difícil tarefa de conduzir a Revolução depois de vitoriosa. Apesar disso, não descuro da administração pública, quotidianamente empenhando-se e agindo por melhorar a nossa grave situação financeira e econômica. A simples recapitulação evidencia, com fatos, a soma de esforços dispendidos. Manteve a ordem, cultuou o direito e elevou a justiça; purificou o ambiente moral da Pátria e fortaleceu- lhe o prestígio no exterior; saneou a

administração, aperfeiçoando os serviços públicos e premiando a capacidade de seus servidores; ordenou as finanças e estimulou a economia nacional; não contraiu empréstimos e conseguiu reduzir os compromissos do Tesouro; conservou em baixo índice o custo da vida, sem diminuir, internamente, o poder aquisitivo da moeda; melhorou as condições das classes menos abastadas e regulamentou, valorizando, o trabalho nacional; restabeleceu a hierarquia e a disciplina nas forças armadas; reformou a instrução superior e secundária e delineou as bases para a criação da Universidade do Trabalho; aumentou de 6.800 km. as vias de comunicação do país e de 1 bilhão e 200 milhões de metros cúbicos a capacidade dos reservatórios destinados a irrigar as zonas flageladas do Nordeste; deu seguros alicerces à Nova República com a reforma eleitoral, instituindo o voto secreto e a representação proporcional; estabeleceu o voto feminino; e, para garantir a verdade do sufrágio, entregou, finalmente, à Justiça a inviolabilidade das urnas, a apuração do pleito e o reconhecimento dos candidatos. Sobrelevando-se a todas estas realizações, o Governo Provisório orgulha-se de haver presidido o processo de organização desta Assembléia, conseguindo formá-la como expressão legítima da vontade do povo brasileiro, e proclama sentir-se forte para garantir a supremacia de seu poder, criando-lhe um ambiente de respeito e absoluta segurança, em que possa entregar-se, serenamente, à magna tarefa de elaborar novas e mais sábias instituições para o país. A Nação aguarda, em expectativa confiante, a obra que iniciais e cuja estrutura, expressando-lhe os anseios de ordem e engrandecimento, deverá firmar-se no sentido das realidades da vida brasileira, consolidando, acima de tudo, a unidade da Pátria e a homogeneidade nacional.

O Brasil em 1930 e as realizações do governo provisório - Manifesto à nação.

### **Quadro do Brasil em 1930**

Quando a campanha da Aliança Liberal culminou, a três de Outubro de 1930, no movimento revolucionário que irrompeu, simultaneamente, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Paraíba, alastrando-se, em poucos dias, pelo país inteiro, a situação do Brasil era de irreprimível desespero. Durante quarenta e um anos de amarga experiência, o povo aguardara, resignado e paciente a princípio, depois inquieto, mais tarde em clamores de revolta insopitável, a realização dos objetivos com que o regime republicano prometera salvar a Nação da rotina, do favoritismo, das solertes combinações partidárias que assinalaram o último quartel do período monárquico entre nós. A obra dos constituintes de 1891 estava por terra. O Pacto Fundamental, onde colaboraram os mais eminentes espíritos da propaganda republicana, imprimindo-lhe a fôrça do seu idealismo, comunicando-lhe a pureza da sua fé e a chama do seu patriotismo, fôra violado em todos os seus capítulos fundamentais e convertido, pelo arbítrio crescente dos govêrnos, em dogma de prepotência e escravização. A base mesma do nosso antigo estatuto político estava totalmente destruída. O salutar princípio do equilíbrio dos poderes transformara-se em ficção, que a realidade, a cada momento, acentuava. O Executivo acabara por absorver os demais órgãos do Govêrno. O país vivia literalmente à espera das graças do supremo magistrado.

Não se fazia a lei para servir o povo, senão para garantir os seus feitores. Nossa própria existência política e social era um artifício. Artifício o Poder Judiciário, cujas sentenças, a cada passo, eram conspurcadas para não contrariarem interesses criados. Artifício o Poder Legislativo, recrutado, via de regra, entre os amigos da situação, de modo a satisfazer o capricho dos maioraes. Artifício o exercício do voto, respeitado, sômente, em raros distritos eleitorais e sujeito a toda sorte de compressões. Artifício a máquina administrativa, montada para galardoar dedicações subalternas. Artifício doloroso, enfim, a prática dos chamados “direitos do homem”, cuja mais bela prerrogativa, a liberdade do pensamento, reduzira-se a mero conceito sem substância. Tudo, afinal, era artifício. O Poder Executivo, ao meio de todo êsse tecido de aparências, era a única realidade. O programa da Aliança Liberal O programa da Aliança Liberal, consubstanciado na plataforma com que o seu candidato se apresentou à Nação, em 2 de Janeiro de 1930, vale por verdadeiro diagnóstico dos males brasileiros. Afirmou-se, ali, com rigorosa procedência, que o programa era “mais do povo que do candidato”. Em verdade, nele estão fixadas, em linhas gerais, as diretrizes das mais evidentes aspirações nacionais: 1ª) a necessidade da decretação da anistia para os pioneiros da nossa emancipação política; 2ª) a revogação das leis compressoras; 3ª) a promulgação de um Código Eleitoral capaz de libertar o voto de quaisquer vícios de origem; 4ª) a reorganização da Justiça Federal; 5ª) a remodelação do ensino secundário e superior; 6ª) o aparelhamento de legislação social digna do nosso estado de cultura; 7ª) a inauguração de uma política imigratória baseada em moldes adaptáveis

às condições do mundo moderno; 8ª) a revisão do nosso organismo militar, de maneira a dotar as forças armadas de meios idôneos para o cabal desempenho da sua nobre missão; 9ª) a supressão dos defeitos peculiares ao nosso sistema tarifário, antiquado e irracional; 10ª) a instituição de normas essenciais ao bom funcionamento da administração pública; 11ª) a adoção de um plano de defesa da economia e das finanças nacionais; 12ª) o entabulamento de negociações diplomáticas para a conclusão de convênios e tratados de comércio reguladores da nossa exportação e da colocação dos nossos produtos nos mercados estrangeiros; 13ª) o saneamento das zonas litorâneas e rurais; 14ª) o desenvolvimento da instrução primária, técnica e profissional; 15ª) a solução do problema das secas, promovendo a execução de obras permanentes, sem ultrapassar os nossos recursos próprios; 16ª) o estudo metódico das possibilidades da colonização da Amazônia; 17ª) a articulação da rede de viação geral do país, afim de que as estradas de ferro, as rodovias e as linhas de navegação se conjuguem e se completem; 18ª) a urgência de assentar a nossa produção pecuária em sólidos alicerces, acrescendo-lhe os rendimentos e aumentando o consumo dos seus produtos e sub-produtos; 19ª) a reforma do Banco do Brasil, para convertê-lo em propulsor do desenvolvimento geral, auxiliando, nesse caráter, a agricultura, amparando o comércio, fazendo redescontos, dirigindo, em suma, o nosso sistema bancário, no sentido de contínuo engrandecimento do Brasil; 20ª) a racionalização da produção do café, afim de evitar os ônus decorrentes dos sucessivos e nefastos empréstimos para sua valorização.

### **A Obra do Governo Provisório**

Ao instalar-se o Governo Provisório, em 3 de novembro de 1930, a primeira preocupação dos dirigentes revolucionários foi respeitar os nossos compromissos externos e manter o equilíbrio das forças nacionais.

O Decreto de 11 de novembro de 1930 depara o mais lídimo atestado da cultura cívica dos promotores da Revolução. A Ditadura nasceu debaixo da lei. Ao revés do que assoalhavam os pregoeiros de grandes calamidades, o Governo Provisório traçou, ao constituir-se, diretrizes firmes de justiça e honradez, de que se não apartou um só instante. Compreendeu o Chefe do Governo, apoiado por seus colaboradores de maior responsabilidade, a singular psicologia do nosso povo e os graves problemas da nacionalidade. Antes do mais, era mistér resguardar a unidade nacional. E, para conservá-la, na sua integridade, tornava-se imprescindível seguir os rumos que nos herdaram os nossos maiores.

A unidade brasileira é, principalmente, um patrimônio de ordem moral. A formação política do nosso país contrariou, com espanto dos sociólogos, as lições da história sul-americana. Tudo conspirava, aqui, para quebrar a corrente de elos que prendiam as nossas variadas regiões e os nossos complexos núcleos humanos. As influências mesológicas foram vencidas, em porfia tenaz, pela vontade do homem. Guiar essa vontade, discipliná-la, orientar-lhe as trajetórias, deveria ter sido obrigação precípua do Governo. Nada, entretanto, se fizera de positivo e concreto, nesse particular. Instituída a Federação, o regime republicano foi, a pouco e pouco, desvirtuado e se afastou dos seus fins. Em confrontos com alguns Estados fortuneiros, deixámos desamparada, criminosamente, a maioria das unidades federativas. Não procurámos fundir, nos mesmos sentimentos e nos mesmos interesses, os elementos componentes da União. Cada setor da comunhão nacional entrou a insular-se econômica, social e administrativamente dos demais. Contribuímos, além disso, para a crise do urbanismo, no litoral, relegando o sertão à mercê da incultura, da miséria e das endemias pertinazes. Cindimos o homem brasileiro em sertanejos obscuros e litorâneos felizes. Ésse, sem dúvida, era o panorama do Brasil em 1930. A Revolução, todavia, operou o milagre de que muitos desesperavam. Uniu, de improviso, todos os brasileiros na mesma esperança de melhores dias. Era necessário, portanto, corresponder a ésse mandato imperativo da nacionalidade. Por isso, o ato inicial do Governo Provisório limitando os seus próprios poderes e mantendo-se equidistante entre as paixões extremistas, evitou os excessos funestos das lutas partidárias. O Decreto de 11 de novembro de 1930 manteve e orientou o sentido nacional da Revolução, vencendo a ação descoordenadora do espírito localista. Os homens que o firmaram ofereceram ao país o testemunho de que, longe de os conduzir, a Revolução era por eles conduzida. Articular o aparelho da administração pública foi o segundo mandamento do Governo Provisório. Sua atuação, nesse passo, desafia qualquer paralelo. O acervo de leis orgânicas, acumulado em três anos e seis meses, justifica, por si mesmo, a Revolução.

Recebendo legado pesadíssimo, assenlioreando-se do comando do país, sem economia protegida, sem finanças, sem câmbio e sem crédito, o Governo Provisório não recuou ante a obra imensa que defrontava. Máu grado as perturbações geradas pelo descontentamento das facções

banidas dos pôstos que haviam assaltado; máu grado as continuas agitações promovidas por impenitentes reacionário as intrigas, as campanhas de ódio fecundo, os vaticínios pessimistas e os trabalhos de sapa e o derrotismo, o Governo Provisório assegurou a ordem e pôs em prática largo e lúcido plano de reforma geral do Brasil. Para isso, contou sempre com a dedicação e o sacrifício das fôrças armadas, com o apôio de todas as energias conservadoras da Nação. Ao entregar a direção da República aos seus legítimos órgãos constitucionais, depois do pleito eleitoral mais livre que já houve entre nós, o Governo Provisório não se teme do balanço que, porventura, se fizer da sua atividade política e administrativa. Apresentando à Nação a simples nomenclatura das Leis Orgânicas por êle promulgadas, o Governo Provisório pode, sem orgulho, proclamar que cumpriu o seu dever, e o candidato da Aliança Liberal afirmar que se desobrigou de quasi todas as promessas feitas, a 2 de janeiro de 1930, na oração proferida na Esplanada do Castelo.

QUADRO SINÔTICO DA LEGISLAÇÃO ORGÂNICA DE 1930 A 1934.É O SEGUINTE O QUADRO SINÔTICO DA LEGISLAÇÃO ORGÂNICA DE NOVEMBRO DE 1930 A JULHO DE 1934.

### **Ministério da Justiça**

Esse departamento da administração pública, o Governo Provisório realizou a seguinte obra: criou uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério da Educação e Saúde Pública; reorganizou a Côrte de Apelação; criou uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; organizou os serviços a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública; reorganizou o Supremo Tribunal Federal e estabeleceu regras para abreviar os seus julgamentos; regulou o registo dos nascimentos ocorridos no território nacional de 1 de janeiro de 1889 até 1931; dispôs sôbre as terras devolutas; criou o Departamento Oficial de Publicidade; determinou a correição no Fôro; modificou e completou a reorganização do Supremo Tribunal Federal e estabeleceu várias providências sôbre o processo da justiça federal; instituiu uma comissão especial para dirimir as questões de limites inter-estaduais; instituiu a Comissão Legislativa; instituiu conselhos consultivos, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, e estabeleceu normas sôbre a administração local; dispôs sôbre o julgamento do Supremo Tribunal Federal em casos de empate na votação; criou uma Comissão de Correição Administrativa; instituiu uma Comissão de Técnicos para proceder a estudos financeiros e econômicos dos Estados e Municípios; aprovou o regulamento da Ordem dos Avogados Brasileiros; dispôs sôbre a nomeação de magistrados e membros do Ministério Público para comissões encarregadas da elaboração de projetos de leis e regulamentos; deu novo regulamento à Imprensa Nacional; tornou obrigatório o comparecimento à Feira de Amostras do Rio de Janeiro de todas as firmas nacionais ou estrangeiras que concorrem ou pretendam concorrer aos fornecimentos à administração pública; restabeleceu o recurso de revista nas causas cíveis; modificou o Código Eleitoral, quanto à formação do Tribunal Regional do Território do Acre; dispôs sôbre a organização judiciária no Estado do Maranhão; dispôs sôbre a defesa judicial dos inleresses da União Federal; dispôs sôbre a organização das secretarias dos Tribunais Eleitorais; facultou e regulou a criação, pelos Estados e Municípios, da taxa especial de benefícios; dispôs sôbre a proibição dos impostos inter-estaduais e inter-municipais; dispôs sôbre o modo de constituição do capital de sociedades anônimas, permitindo que êle se constitua em parte, por ações preferenciais de uma ou mais classes; aprovou a reorganização judiciária do Estado do Maranhão; reorganizou a Polícia Militar do Distrito Federal; providenciou sôbre o julgamento de certos recursos perante o Supremo Tribunal Federal; reajustou o serviço policial do Distrito Federal; reduziu à metade os prazos de prescrição penal para os menores delinquentes de mais de 18 anos e menos de 21 anos; dispôs sôbre a convocação da Assembléia Nacional Constituinte e aprovou o seu Regimento interno; prefixou o número de deputados à mesma e deu outras providências; regulou a competência e as atribuições do Ministério Público Eleitoral; regulou a competência dos juizes de órfãos do Distrito Federal; criou a Secretaria Geral da Justiça Eleitoral; dispôs sôbre exames periciais; convocou a Assembléia Nacional Constituinte; dispôs sôbre a apelação ex-officio das sentenças de nulidade ou anulação de casamento; uniformizou os passaportes concedidos pelos Estados e pelo Território do Acre; uniformizou a expedição de passaportes; regulou o estado de sítio em caso de agressão estrangeira; alterou o Código de Processo Civil e Comercial do Distrito Federal, dando novas disposições sôbre o processo executivo fiscal para a cobrança das dívidas ativas da Fazenda Municipal; regulou as condições de

renovamento dos contratos de locação de imóveis destinados a fins comerciais e industriais; aprovou o Regimento de Custas para a Justiça local do Distrito Federal; aprovou o Convênio de limites entre os Estados da Baía e Minas Gerais; proveu sôbre a responsabilidade civil da Fazenda Pública; alterou a organização do Ministério Público do Distrito Federal; concedeu a anistia aos participantes do movimento revolucionário de 1932; alterou o regimento interno do Supremo Tribunal Federal, para abreviar o julgamento dos feitos anteriores de 1933; criou o quadro especial na Polícia Militar do Distrito Federal; criou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural; regulou a liberdade de Imprensa.

### **Ministério da Fazenda**

Regulou os conhecimentos de transporte de mercadorias por terra, água ou ar; dispôs sôbre a organização duma comissão encarregada de estabelecer os padrões, que serão adotados nos fornecimentos de materiais necessários à execução dos serviços do Govêrno Federal; aprovou a reforma dos Estatutos do Banco do Brasil; estabeleceu, no Banco do Brasil, acarteira de Redescontos; criou a Comissão de Compras; centralizou as compras e os fornecimentos de artigos destinados à execução dos serviços federais; mandou adquirir, por compra, o café presumivelmente retido em 30 de junho de 1931, com exceção do stock comprado pelo Estado de São Paulo por fôrça do empréstimo de 20 milhões de esterlinos; modificou o Regulamento do Imposto de Renda; ampliou os favores de isenção de direitos concedidos para a refinação da borracha e fabricação de artefatos desse produto; dispôs sôbre o pagamento em quotas do Imposto Sôbre a Renda; aprovou a operação feita pelo Ministro da Fazenda para a compra de café; aprovou a permuta de café por trigo, realizada com a Grain Stabilization Corporation, de Chicago, e a Bush Terminal Company, de Nova York; mandou proceder à revisão das tarifas alfandegárias e a negociações de acôrdos comerciais; modificou o Código de Contabilidade da União e reformou o sistema de recolhimento da receita arrecadada e o de pagamento das despesas federais; dispôs sôbre os serviços do Conselho Nacional de Café; estabeleceu normas para a venda de letras de exportação ou de valores transferidos do estrangeiro; estabeleceu processo para a oferta de cotações de materiais destinados às repartições públicas; criou a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar; ampliou o limite para as operações da Carteira de Emissão e Redesconto do Banco do Brasil; estabeleceu normas para a distribuição dos fundos especiais na Receita Geral da República; suprimiu as contas correntes em moeda estrangeira nos estabelecimentos bancários; concedeu favores para a fabricação, no país, de vinhos compostos (verznouths, vinhos quinados e semelhantes); concedeu favores às emprêsas que se obrigarem a fazer o plantio, cultivo e beneficiamento da borracha, caucho e batata em virtude de contrato; dispôs sôbre a permanência de favores aduaneiros a companhias, emprêsas e firmas que explorarem a mineração do ouro; autorizou o redesconto de títulos destinados ao financiamento da produção industrial, agrícola ou pecuária; criou uma Comissão incumbida de apurar a totalidade da dívida passiva da União, ainda não consolidada; criou a fiscalização da Fazenda junto às companhias seguradoras ou sindicatos profissionais que operam em acidentes de trabalho; estabeleceu regras para a execução do serviço de revisão de despachos; deu novo regulamento ao exercício do cargo de despachante aduaneiro e seus ajudantes nas Alfândegas e Mesas de Rendas da República; regulou a arrecadação, pelo Conselho Nacional do Café, da taxa de 15 shillings por saca de café exportada e deu outras providências; aprovou o regulamento para a fiscalização do serviço dos empréstimos externos dos Estados e Municipalidades; modificou as taxas do imposto de consumo e deu outras providências; deu novo regulamento à Casa da Moeda; regulou a concessão de favores às emprêsas que se fundarem no país para a fabricação de cimento com emprêgo de matérias primas nacionais; criou o imposto proporcional sôbre capitais empregados em empréstimos hipotecários; criou a Recebedoria Federal em São Paulo, na capital do mesmo Estado, e regulou seus serviços; regulou o pagamento de títulos em moeda estrangeira; modificou o regulamento do imposto de consumo aprovado pelo Decreto n. 17.464, de 6 de outubro de 1926; regulou a concessão de montepio dos funcionários públicos civis da União; estabeleceu e regulou a comunhão de interêsses entre portadores de debentures; regulou as sociedades de capitalização; criou o Departamento Nacional de Café; providenciou sôbre as declarações de valores nos despachos de importação; dispôs sôbre os juros nos contratos; transferiu para os Estados o domínio de todos os terrenos aforados pela União; criou o Ofício de Notas e Registos de Contratos Marítimos; proveu sobre os meios assecuratórios da cobrança da dívida ativa; manteve a proibição de importar mercadorias estrangeiras que tenham similares na indústria nacional; estabeleceu normas



para a elaboração e execução do orçamento da Receita e Despesa da União; dispôs sobre as operações de câmbio; extinguiu a percepção nas repartições públicas em 1\$ouro; estabeleceu a base de 8\$ para a percepção, em todas as repartições públicas arrecadoras, do antigo 1\$ ouro; fixou em 45\$, moeda nacional, a taxa de 15 shillings arrecadada pelo Departamento Nacional de Café; providenciou sobre as análises de bebidas e produtos alimentícios estrangeiros importados; reduziu de 50% o valor de todos os débitos de agricultores antes de 30 de junho de 1933, realizando, assim, o reajustamento econômico; dispôs sobre a compra e venda do ouro; retificou as instituições do Ministério da Fazenda para a realização de operações de crédito entre o Banco do Brasil e Estados da União, Distrito Federal e Municipalidades; providenciou sobre a consolidação da uniformização das dívidas externas dos Estados; regulou o consumo do álcool empregado como carburante e suas misturas; autorizou Operações de crédito entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil; uniformizou o orçamento da Receita e Despesa públicas, adotando o 1\$ de curso forçado como moeda única; determinou que o pagamento de juros e de amortização dos títulos dos empréstimos externos realizados pelo Governo Federal e pelos Governos dos Estados e dos Municípios fôsse, a partir de abril de 1934 e a terminar em março de 1938, feito de acôrdo com o plano organizado pelo Governo Federal; proibiu a exportação de vários metais e suas ligas, inservíveis e passíveis de transformação; regulou a cobrança e fiscalização da taxa de viação; criou, nos Estados, várias coletorias para arrecadação das rendas federais; regulou a lei de Reajustamento Econômico; regulou a concessão de isenção e redução de direitos aduaneiros; reorganizou os serviços da Administração Geral da Fazenda Nacional; exigiu no vencimento dos títulos, a prazo ou à vista, em moeda estrangeira, provenientes de importação de mercadorias, sacada sobre qualquer praça do país, o depósito do seu equivalente em moeda nacional, ao câmbio do dia, feito no banco portador do mesmo; deu competência privativa ao Departamento Nacional do Café para regularizar e fiscalizar o embarque e transporte do café pelas estradas de ferro do país; instituiu a fiscalização permanente das coletorias e mesas de rendas não alfandegadas; regulou o abono de vencimentos aos funcionários públicos civis da União, da data da aposentadoria e da expedição do título de inatividade; concedeu favores às Companhias que se organizarem para a exploração de minas auríferas e àquelas que já exercem a sua atividade nessa indústria; concluiu com vários países acôrdos sobre créditos congelados de origem comercial; alterou a tolerância da moeda de prata de 2\$ e a composição das de bronze e alumínio de 1\$ e \$500; tornou livre a exportação de câmbio não proveniente das exportações do país; estabeleceu novas bases e percentagens para cobrança das taxas de armazenagem; estabeleceu nova tarifa das alfândegas; aprovou a prorrogação do contrato firmado com o Banco do Brasil para o recebimento, por êsse estabelecimento de crédito, das rendas públicas e pagamento das despesas ordenadas pelo Governo: autorizou a construção de nove contra-torpedeiros, três dos quais no Brasil; concedeu favores aduaneiros a instituições, companhias, emprêsas ou firmas que exploram a indústria do cacau; autorizou a Carteira de Redesconto a redescantar letras de câmbio ou notas promissórias cujo aceitante ou emitente exerça atividade na agricultura ou indústria; substituiu, em suas aplicações especiais, o produto da taxa de 2%, ouro, ad-ualorein, que o Decreto n. 24.343, de 5 do mês corrente, suprimiu, pelo produto do imposto adicional criado pelo art. 2.º dêsse Decreto, e suprimiu a taxa de 0,7%, ouro, ad-ualorein, criada pelo Decreto n. 14.481, de 18 de novembro de 1920; instituiu o Conselho Administrativo da Casa da Moeda; regulou a organização dos Bancos de Crédito Industrial; regulou a nomeação e promoção dos agentes fiscais do imposto de consumo; autorizou a liquidação, por encontro de contas, das operações sobre café realizadas pelo extinto Conselho Nacional do Café.

### **Ministério da Viação e Obras Públicas**

Aprovou o projeto de orçamento, na importância de 8.514:513825, para a construção do pôrto de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul; transferiu a Inspetoria de Águas e Esgotos, do Ministério da Viação e Obras Públicas para o Ministério da Educação e Saúde Pública; aprovou o Regulamento da Inspetoria Federal Obras contra as Sêcas; aprovou o projeto das obras que o Rio Grande do Sul deve executar no pôrto de Tôrres; regulou a exploração dos serviços telegráficos no território Nacional; regulou a exploração dos serviços telefônicos inter-estaduais e internacionais; dispôs sobre a criação e organização do Departamento de Aeronáutica Civil; aprovou os projetos e orçamentos de diversas obras e melhoramentos executados na Rede de Viação Férrea Federal, no Estado do Rio Grande do Sul; incorporou à Estrada de Ferro do Paraná o ramal do Paranapanema; declarou a caducidade das concessões à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande para a construção da

linha férrea de Pôrto União à Foz do Iguassú, do ramal das Sete Quédas e do ramal de Guarapoaba e sua ligação com a Estrada de Ferro do Paraná; deu nova organização ao Distrito Telegráfico Central da Repartição Geral dos Telégrafos; organizou os serviços da Diretoria Geral dos Correios e criou a Administração dos Correios do Distrito Federal; regulou os serviços de requisições de transportes oficiais nas emprêsas particulares; abriu crédito especial destinado ao prosseguimento das obras necessárias ao imediato aproveitamento das áreas circunscritas à enseada de Mangueiros, na Baixada Fluminense; concedeu ao Estado da Paraíba autorização para construção e exploração do pôrto de Cabedelo; mandou restabelecer o tráfego na Estrada de Ferro Madeira e Mamoré; abriu o crédito extraordinário de 1.000 :000\$ para os serviços de obras contra as sêcas; criou, no Telégrafo Nacional, o serviço de cartas telegráficas diárias; dispôs sôbre a revisão dos contratos da construção e exploração do pôrto de Recife; aprovou o Regulamento da Estrada de Ferro Central do Brasil; incorporou à Estrada de Ferro Central do Brasil a Estrada de Ferro de Teresópolis; abriu o crédito especial de 10.341:931\$735 para ocorrer às despesas com as obras do pôrto do Rio de Janeiro; aprovou a Tarifa Geral para os serviços dos Correios e Telégrafos; abriu o crédito de 5.000:000\$ para os serviços de obras contra as sêcas e de estradas de ferro; abriu o crédito especial de 10.000:000\$ para os serviços ferroviários, rodoviários e de irrigação no Nordeste; abriu créditos especiais para as obras da construção das linhas férreas de Jaguarí e São Tiago; aprovou o regulamento para os serviços de rádio-comunicação no território nacional; autorizou o Ministério a contratar o serviço de navegação a vapor no baixo São Francisco; abriu crédito especial para estudos e obras a cargo do Departamento Nacional de Portos e Navegação; abriu crédito especial para atender à construção do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte; autorizou a Companhia Estrada de Ferro Minas de São Jerônimo a celebrar contratos de pesquisas e lavras das minas de ouro na região aurífera de lavras de São Sepé; abriu crédito especial para execução de obras da Estrada de Ferro Central do Brasil; abriu o crédito de 22.897:000\$ para o auxílio indireto a flagelados nordestinos; estabeleceu regras para execução de obras de irrigação no Nordeste; aprovou o regulamento da Contadoria Central Ferroviária; abriu o crédito de 254.152:000\$ para serviços de açudagem, rodoviários, ferroviários e outros; determinou medidas relativas à reorganização dos serviços administrativos dos Correios e Telégrafos; abriu o crédito de 1.014:000\$ para ocorrer a despesas com a execução de obras de portos; concedeu aos jornalistas profissionais o abatimento de 50% nas passagens simples nas estradas de ferro da União e por ela administradas e nos navios do Lloyd Brasileiro; estabeleceu medidas complementares e adotou providências para o reajustamento da nova organização dos Correios e Telégrafos; dispôs sôbre a administração e a exploração do pôrto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte; autorizou a revisão e consolidação dos contratos celebrados com o Govêrno do Estado do Paraná, relativos à construção do pôrto de Paranaguá; abriu crédito especial para pagamento do valor da Estrada de Ferro Paracatú; aprovou o regulamento para o serviço telegráfico público, explorado pelas estradas de ferro; aprovou plano geral do aeroporto do Rio de Janeiro; estendeu à indústria do chisto betuminoso favores concedidos à do carvão nacional; aprovou o regulamento do Departamento Nacional de Portos e Navegação; concedeu ao Estado de Alagôas autorização para realizar as obras do aparelhamento do pôrto de Maceió, bem como a exploração do tráfego desse pôrto; concedeu ao Estado de Sergipe autorização para realizar as obras do aparelhamento do pôrto de Aracajú, bem como a exploração do tráfego desse pôrto; concedeu reduções nas tarifas das estradas de ferro administradas pela União para novos produtos agrícolas e industriais, visando o aproveitamento das zonas laterais dessas estradas; concedeu ao Estado do Ceará autorização para realizar as obras do aparelhamento do pôrto de Fortaleza, bem como a exploração do tráfego desse pôrto; aprovou as cláusulas para a revisão dos contratos celebrados com o Estado de Pernambuco para a execução de novas obras e serviços de melhoramento do pôrto de Recife; criou a Escola de Aperfeiçoamento de Correios e Telégrafos; regularizou os serviços da Marinha Mercante Nacional, dispondo sôbre a administração do Lloyd Brasileiro; autorizou o Ministério da Viação e Obras Públicas a contratar com a Metropolitan Vickers Electrical Export Company Ltd. a eletrificação de um trecho da Estrada de Ferro Central do Brasil; aprovou a tarifa geral para os serviços dos Correios e Telégrafos; aprovou novos orçamentos para os projetos do porto de Maceió na enseada de Pajuassára e na de Jaraguá; autorizou a revisão ou a rescisão amigável do contrato celebrado com a Madeira Mamoré Ry. Co. Ltd.; encampou o contrato de arrendamento da Estrada de Ferro do Paraná e desapropriou os trechos de Serrinha a Nova Restinga, Jaguaraiá a São José e de Hansa a Pôrto União sob o regime de concessão à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande; autorizou uma operação de crédito para custear o serviço de

saneamento da Baixada Fluminense; autorizou a concessão de obras e melhoramentos dos pôrtos nacionais, seu aparelhamento e a exploração do respectivo tráfego; aprovou as cláusulas do contrato a ser celebrado com a Metropolitan Vickers Electrical Export Co. Ltd. para a eletrificação de linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil; autorizou o Ministério da Viação e Obras Públicas a contratar com o Estado de São Paulo e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, ou sociedade que por êstes fôr organizada, a realização de serviços, obras e melhoramentos na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; estabeleceu dispositivos complementares do Decreto n. 24.188, de 3 de maio de 1934, que declara rescindido o contrato entre o Governo Federal e a Companhia Brasileira de Portos; autorizou a celebração de contrato com o Governo do Estado do Piauí para o serviço de navegação a vapor do rio Parnaíba, mediante a subvenção de 150 :000\$ anuais.

### **Ministério das Relações Exteriores**

Regulou os vencimentos dos funcionários consulares e diplomáticos do Brasil; suprimiu os cargos de Inspetor de Consulado; limitou a imigração, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe; estabeleceu nova tabela de emolumentos consulares e regulamentou a sua cobrança; suprimiu a expedição de passaportes consulares pelo Ministério das Relações Exteriores; reorganizou os serviços do Ministério das Relações Exteriores; criou o quadro de Delegados Comerciais; Instituiu a Comissão Permanente do Rio de Janeiro, incumbida de trabalhos relativos à codificação do Direito Internacional Público; alterou a composição do Corpo Diplomático Brasileiro; uniformizou a expedição de passaportes; organizou as Comissões de Limites; estabeleceu a forma de concessão de licença para casamento de funcionários diplomáticos e consulares; reajustou os quadros do Corpo Consular; remodelou o quadro do pessoal contratado da Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores; realizou acordos comerciais com: a Grã-Bretanha; os Países Baixos; o Estado Livre da Irlanda; a Suécia; a Alemanha; a Suíça; a Finlândia; a Tchecoslováquia; a Itália; a Dinamarca; a Islândia; o Canadá; o México; a Romênia; a Hungria; a Noruega; a Áustria; a Bélgica; a Iugoslávia; a Polónia; a Índia; a Colômbia; a Letónia; a Estónia; a Lituânia; os Estados do Levante sob mandato francês; o Uruguai; Portugal; a Argentina; a Grécia; a Turquia; concluiu com a Áustria acôrdo relativo à supressão do “visto” nos passaportes; concluiu com os Países Baixos acôrdo relativo ao protocolo de instruções para demarcação da fronteira entre o Brasil e a Guiana Holandesa; concluiu com a Itália Tratado de Extradição; concluiu com a Suíça Tratado de Extradição; concluiu com a Suécia acôrdo para a assistência recíproca a brasileiros e suecos doentes das faculdades mentais; concluiu com a Dinamarca acôrdo para a assistência recíproca a brasileiros e dinamarqueses doentes das faculdades mentais; concluiu com a Polónia acôrdo administrativo para a troca de correspondência diplomática em malas especiais; concluiu com a Grã-Bretanha acôrdo para a delimitação de áreas ribeirinhas na fronteira entre o Brasil e a Guiana Britânica; concluiu com a Polónia Tratado de Conciliação; concluiu com o Afeganistão Tratado de Amizade; concluiu com o Uruguai Tratado de Extradição; concluiu com a Alemanha acôrdo relativo a visitas de vasos de guerra; concluiu com a Argentina convênios sôbre exposições de amostras e vendas de produtos nacionais; para prevenção e repressão do contrabando; para o fomento de turismo; para regulamentar a navegação aérea; para revisão dos textos de ensino de História e Geografia; de intercâmbio intelectual; de intercâmbio artístico; concluiu com a Argentina tratados de extradição, anti-bélico e de conciliação, de comércio e navegação; concluiu com a Argentina acôrdo para a permuta de publicações e um protocolo adicional ao Tratado de Comércio e Navegação; concluiu com o Uruguai convênios de intercâmbio artístico; para regulamentar a navegação aérea; sôbre exposição de amostras e vendas de produtos nacionais; para o estabelecimento das regras relativas ao estatuto jurídico da fronteira; para a revisão dos textos de ensino de História e Geografia; para o fomento de turismo; concluiu com o Uruguai acôrdo para permuta publicações; concluiu com o México Tratado de Extradição e convênio para revisão dos textos de ensino de História Geografia; promulgou a Lei Orgânica dos Serviços Diplomático e Consular do Ministério das Relações Exteriores; aprovou o regulamento para o serviço de fronteiras; concluiu com a França acôrdo sôbre créditos congelados, estabelecendo, pela primeira vez, medidas de reciprocidade com relação às tarifas aduaneiras de ambos os países; promulgou com a Argentina acôrdo para permuta de publicações; promulgou com a Argentina o Convênio para o fomento do turismo; promulgou com a Argentina o Convênio para a revisão dos textos de ensino de História e Geografia; promulgou com a Argentina o Convênio de intercâmbio intelectual; promulgou com a Argentina o Convênio sôbre exposição de amostras e venda de produtos nacionais; instituiu, no

Ministério das Relações Exteriores, o Curso de Aperfeiçoamento nos Serviços Diplomático e Consular.

### **Ministério da Guerra**

Adotou o regime comercial nos estabelecimentos fabris e industriais do Ministério da Guerra; instituiu a Comissão Técnica Militar; aprovou o Regulamento para a Instrução nas Formações Sanitárias Divisionárias; regulou as reformas por incapacidade física; aprovou o Regulamento do Serviço Telegráfico do Exército; aprovou o Regulamento para a organização do quadro de enfermeiros do Exército; criou o Regimento-Escola; aprovou o Regulamento para os exercícios e o combate da infantaria; abriu o crédito especial para ultimar os trabalhos de construção da fábrica de trotil; regulou o funcionamento dos tribunais militares; aprovou o Regulamento para o serviço em campanha; instituiu a Caixa de Construções de Casas; aprovou o Regulamento do Serviço Geográfico do Exército; dispôs sobre exames nas Escolas de Formação de Oficiais do Exército; aprovou o Regulamento para o Conselho Superior e Caixa Geral de Economia da Guerra; dispôs sobre pensão de aviação; aprovou o plano geral de Ensino Militar; organizou as Unidades Aéreas do Exército em tempo de paz; modificou o Regulamento da Escola Militar; aprovou o Regulamento da Escola de Aviação Militar; dispôs sobre a instalação de fábricas de munições e armas de guerra; organizou as Unidades e Serviços Aéreos do Exército; aprovou o Regulamento do Serviço Militar das Estradas de Ferro; proibiu a posse de funcionários de primeira nomeação que não tenham cumprido seus deveres com o serviço militar; criou a Escola de Educação Física do Exército; aprovou as instruções para a organização e funcionamento das seções de estradas de ferro de campanha; proibiu a exportação da socata de ferro; criou estabelecimentos regionais de material de intendência; organizou o Conselho da Defesa Nacional; promulgou a Lei Orgânica do Ministério da Guerra; consolidou a organização geral das Escolas de Armas e do Centro de Instrução de Transmissões da Capital Federal; regulamentou o Serviço Médico da Aviação; promulgou a Lei de Promoções; promulgou a Lei do Serviço Militar; decretou a Lei dos Quadros e Efetivos; regulamentou a Diretoria da Aviação; abriu o crédito especial de 2.000:000\$ para atender a despesas com estudos e trabalhos de comunicações a cargo dos 2.º e 3.º batalhões de engenharia; autorizou os Ministros de Estado da Guerra e da Marinha a reverem a Organização Judiciária Militar, o Código Penal e os Regulamentos Disciplinares; aprovou o Regulamento da Escola de Estado Maior; dispôs sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias primas correlatas.

### **Ministério da Marinha**

Regulamentou a Aviação Naval; regulamentou a Escola de Aviação Naval; regulamentou os centros de Aviação Naval; regulamentou os serviços de medicina da Aviação Naval; criou a especialidade de “hidrografia” para os oficiais da Armada; criou os cursos extraordinários de especialização nos serviços de máquinas para os oficiais do Corpo da Armada; mandou construir um navio-escola; criou o Corpo de Aviação de Marinha; regulamentou a Diretoria de Navegação; criou a Diretoria do Ensino Naval; regulamentou o Depósito Naval do Ro de Janeiro; regulamentou a Diretoria de Fazenda do Ministério da Marinha; instituiu o Fundo Naval; reorganizou os quadros de oficiais da Armada; criou o Corpo de Fuzileiros Navais; criou a Flotilha Mixta Independente de Aviões de Patrulha; regulamentou os cursos de especialização dos oficiais do Corpo da Armada; regulamentou as promoções dos oficiais da Armada; criou o Curso Prático de Aspirantes e Comissários da Armada; instituiu um crédito anual de 40.000:000, durante 12 anos, destinados à renovação da esquadra; criou a Fôrça Aérea da Defesa do Litoral; regulamentou a Diretoria da Aeronáutica da Marinha; deu novas bases à reorganização da Aviação Naval; regulamentou o montepio dos operários dos arsenais de marinha e Diretoria do Armamento; regulamentou o Ensino Técnico Profissional do pessoal subalterno da Armada; regulamentou a Reserva Aérea Naval; regulamentou o serviço de Farolagem e Sinalação; regulamentou a Diretoria de Engenharia Naval; regulamentou o Conselho do Almirantado; regulamentou o Serviço de Fazenda da Armada; regulamentou os Conselhos Econômicos da Marinha; regulamentou as Escolas de Aprendizes Marinheiros; regulamentou a Diretoria da Marinha Mercante; criou cinco Setores Aéreos na Defesa Aérea do Litoral; deu novo regulamento ao Estado Maior da Armada; criou e regulamentou a Reserva Naval Aérea de segunda categoria; criou bases de Aviação Naval em Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul, e em Ladário, Mato Grosso; deu novo regulamento ao Corpo de Práticos dos Rios da Prata, Baixo

Paraná e Paraguai; deu novo regulamento ao Corpo dos Marinheiros Nacionais; criou o Instituto Naval de Biologia; aprovou e mandou executar o Regulamento para as capitânicas de portos; excluiu de apreciação judicial quaisquer atos administrativos decorrentes da aplicação do Decreto n. 21.099, de 25 de fevereiro de 1932; organizou o quadro de oficiais do Corpo de Engenheiros Navais; criou, sem aumento de despesa, o Quadro de Artífices Radiotelegrafistas; aprovou e mandou executar o Regulamento para o Serviço de Rádio da Marinha; aprovou e mandou executar o Regulamento para a Escola de Aplicação do Serviço de Saúde da Armada; aprovou e mandou executar o Regulamento para o Laboratório Farmacêutico Naval; reorganizou os serviços do Laboratório e Depósito Radiotelegráfico da Marinha; aprovou e mandou executar o novo Regulamento para o Corpo de Saúde da Armada; aprovou e mandou executar o Regulamento do Tribunal Marítimo Administrativo; autorizou o Ministério da Marinha a lavrar contratos para a construção das unidades do Programa Naval; deu nova organização à Administração Naval, sem aumento de despesa; criou a “Cidade Jardim 11 de Junho” para os serventuários do Ministério da Marinha.

### **Ministério da Agricultura**

Deu nova denominação ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, estabelecendo normas para o funcionamento dos departamentos sob sua jurisdição e adotando medidas simplificadoras dos seus serviços; transferiu para vários Estados serviços agrícolas de natureza regional; transferiu do Ministério da Agricultura para o do Trabalho a fiscalização das emprêsas que exploram a indústria da borracha; instalou vários “Packing Houses” para os serviços de exportação das laranjas; criou, na Superintendência do Serviço de Algodão, uma secção de classificação, e estabeleceu medidas destinadas a uniformizar a classificação do algodão em todas as regiões produtoras dessa matéria prima, no território nacional; suspendeu todos os atos de alienação, oneração ou promessa de alienação ou oneração de qualquer jazida mineral; instituiu o Serviço de fiscalização técnica das medidas decretadas pelo Govêrno, com o intuito de desenvolver, no país, o uso do álcool-motor; deu nova organização ao Curso de Especialização em Óleos Vegetais e Derivados; autorizou a assinatura de contratos para a montagem de usinas destinadas à produção de álcool absoluto; criou, no Serviço de Inspeção e Fontento Agrícola, uma Secção de Fruticultura; regulamentou o plantio e replantio de lavouras cafeeiras; autorizou a pesquisa de petróleo em vários pontos do território nacional; abriu crédito de 15:439\$170, papel, e 26:079\$514, ouro, para auxílio da indústria de seda nacional; proibiu, pelo prazo de três anos, o plantio de lavouras de café, em todo o território nacional; reformou a legislação das sociedades cooperativas; estabeleceu medidas para coibir as fraudes e punir as infrações na colheita, beneficiamento, classificação, acondicionamento, transporte e embarque de frutas; reorganizou os serviços do Ministério da Agricultura; limitou a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de 3ª classe; reorganizou as Diretorias Técnicas; a Diretoria Geral de Agricultura; a Diretoria Geral de Indústria Animal; a Diretoria Geral de Pesquisas Científicas; deu novos regulamentos ao comércio exportador de frutas cítricas, bananas e abacaxis; incumbiu o Ministério da Agricultura de fiscalizar as expedições nacionais, de iniciativa particular, e as estrangeiras, de qualquer natureza, empreendidas em território nacional; criou o Instituto de Tecnologia com o fim de estudar o melhor aproveitamento das matérias primas nacionais e de promover cursos de especializações para técnicos brasileiros; criou o Instituto do Açúcar e do Alcool; criou o Conselho Técnico da Produção; tornou obrigatória a classificação oficial de todo o algodão no país, estabelecendo medidas para a sua execução; reorganizou a Diretoria do Ensino Agrônômico; estabeleceu medidas para a fiscalização das sementes de algodão e outras plantas têxteis, de valor econômico, no território nacional; criou a Diretoria Geral de Produção Mineral; criou o Instituto de Biologia Animal; regulou o exercício da profissão veterinária no Brasil; dispôs sobre a organização da Escola Nacional de Química; regulou os Entrepósitos Federais de Pesca e criou um Entrepôsto no Distrito Federal; criou o Serviço técnico do Café; estabeleceu a unificação de todos os serviços meteorológicos do país; dispôs sobre as repartições técnicas, nos Estados, subordinadas ao Serviço de Fomento da Produção Vegetal; dispôs sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de agricultura; aprovou o Código de Caça e Pesca; aprovou o Código Florestal; criou a Escola de Agronomia; criou a Escola Nacional de Veterinária; regulou a indústria da faiscação do ouro aluvial, em todo o território da República; subordinou o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil ao Gabinete do Ministro da Agricultura; proibiu a exportação de cafês contendo impurezas e estabeleceu a tabela de Equivalência de Defeitos admitidos no café;

aprovou o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal; aprovou o Regulamento da Inspeção Federal de Leite e Derivados; aprovou o Regulamento da Inspeção Federal de Carnes e Derivados; abriu ao Ministério da Agricultura o crédito especial de 100:000\$ destinado ao prosseguimento de estudos sobre a febre aftosa e ao preparo de vacinas contra essa moléstia; autorizou a desapropriação, por utilidade e necessidade públicas, de terras foreiras à União; criou o Instituto Nacional de Estatística e fixou disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos; aprovou o Código de Minas; aprovou o Código de Águas; criou o Banco Nacional de Crédito Rural; estabeleceu bases e normas para o cooperativismo e instituiu o Patrimônio dos Consórcios Profissionais-Cooperativos; estabeleceu medidas de proteção aos animais.

### **Ministério da Educação e Saúde Pública**

Abriu créditos especiais para o combate sistemático da febre amarela e qualquer outro surto epidêmico, no Distrito Federal e nos Estados; declarou os dias de festa nacional; regulamentou a legislação sobre as falsificações e fraudes de gêneros alimentícios; regulou a fiscalização do café por parte do Departamento Nacional de Saúde Pública; dispôs sobre a profissão farmacêutica e seu exercício no Brasil; regulamentou o Museu Nacional; criou o Conselho Nacional de Educação; dispôs sobre o Ensino Superior no Brasil; dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; reorganizou o Ensino Secundário; dispôs sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal; instituiu o exame, por parte do Departamento Nacional de Assistência Pública, de projetos para construção ou obras de hospitais e casas de saúde; aprovou o Regulamento do Departamento Nacional de Medicina Experimental; regulou a enfermagem no Brasil e as condições para a equiparação das escolas de enfermagem; organizou o ensino comercial; regulamentou a profissão de contador; dispôs sobre a equiparação de institutos de ensino superior mantidos pelos governos dos Estados e sobre a inspeção de institutos livres, para os efeitos de reconhecimento oficial dos diplomas por eles expedidos; instituiu o Serviço Nacional de Intercâmbio Bibliográfico e regulou a sua execução; regulamentou o curso de biblioteconomia, na Biblioteca Nacional; aprovou e retificou o Convênio entre a União e as unidades políticas da Federação, para o desenvolvimento e padronização das estatísticas educacionais; reorganizou a Escola Nacional de Belas Artes; regulamentou a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Escola de Minas; fiscalizou o emprêgo e o comércio das substâncias tóxicas entorpecentes, regulando a sua entrada no país, de acôrdo com a solicitação do Comité Central Permanente do Ópio da Liga das Nações; regulamentou e fiscalizou o exercício da Medicina, da Odontologia, da Medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil; criou, no Museu Histórico Nacional, o Curso de Museus; converteu o Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas, no Engenho de Dentro, em Instituto de Psicologia; nacionalizou o serviço de censura dos filmes cinematográficos e criou a “taxa cinematográfica para educação popular”; organizou o Colégio Universitário; instituiu a taxa de educação e saúde; regulamentou o Serviço de Profilaxia da Febre Amarela; transformou em Diretoria Geral de Educação o Departamento Nacional do Ensino; regulou o funcionamento das universidades brasileiras; erigiu a cidade de Ouro Preto em monumento nacional; tornou obrigatório o uso da ortografia resultante do acôrdo entre a Academia Brasileira de Leiras e a Academia das Ciências de Lisboa; permitiu aos filhos de brasileiros em serviço do Govêno da República no estrangeiro a prestação de exames nos estabelecimentos de ensino secundário ou superior, independentemente das exigências de frequência e média condicional; dispôs sobre a reorganização, sem aumento de despesa, da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública e das repartições dela dependentes; criou a Universidade Técnica.

### **Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**

Dispôs sobre a primeira organização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; instituiu uma comissão para estudar a limitação das importações de trigo; modificou a organização do Instituto de Previdência e Funcionários Públicos da União; organizou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; dispôs sobre a organização do Departamento Nacional da Indústria, do Departamento Nacional da Estatística, do Departamento Nacional do Povoamento, do Departamento Nacional do Comércio, do Departamento Nacional do Trabalho; providenciou sobre a organização da estatística industrial e regulou a importação de maquinismos e aparelhos para as indústrias em super-produção; estabeleceu a marcação obrigatória dos tecidos de fabricação brasileira; estabeleceu a

nacionalização do trabalho na Marinha mercante; adotou medidas para a defesa da indústria e do comércio do açúcar; deu novo Regulamento à Junta dos Corretores de Mercadorias do Distrito Federal; deu novo regulamento à Bolsa de Mercadorias do Distrito Federal; criou, no Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União, um seguro de vida temporário, para garantia de aquisição de imóveis e liberou dêsse onus o pecúlio instituído; regulou o horário para o trabalho no comércio; regulou as condições do trabalho das mulheres, nos estabelecimentos industriais e comerciais; regulou a profissão de leiloeiro, no território da República; regulou os Serviços de Mineração; criou as Inspetorias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; dispôs sobre as fazendas da União e outras terras públicas transferidas para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; criou o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos; regulou a duração e condições do trabalho dos profissionais empregados em barbearias e estabelecimentos congêneres; regulamentou o Departamento Nacional da Propriedade Industrial; regulou a duração do trabalho dos empregados de farmácia; regulou a concessão de férias aos empregados em estabelecimentos comerciais bancários e em instituições de assistência privada; regulou a duração e condições do trabalho na indústria de panificação; regulou a duração do trabalho dos empregados em casas de diversões e estabelecimentos conexos; instituiu Delegacias de Trabalho Marítimo, para a inspeção, disciplina e policiamento do trabalho nos portos; regulou o exercício da profissão agrônômica; regulou a duração do trabalho dos empregados em casas de penhores e congêneres; regulou a duração do trabalho dos empregados em bancos e casas bancárias; criou o Serviço de Identificação Profissional; regulou o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor; estabeleceu, sob novos moldes, as obrigações resultantes dos acidentes do trabalho; regulou a duração do trabalho dos empregados no serviço de telegrafia submarina e subfluvial, radiotelegrafia e radiotelegrafia; estabeleceu nova classificação para o serviço das invenções industriais e para o das marcas de indústria e comércio; regulou a duração do trabalho dos empregados em transportes terrestres; regulou a concessão de férias aos empregados na indústria e sindicalizados; regulou a entrada de estrangeiros no território nacional; criou o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes; criou a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens de Café; criou a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Operários Estivadores; aprovou o Regulamento da entrada de estrangeiros no território nacional; extinguiu, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Departamento Nacional de Estatística e criou, no mesmo Ministério, o Departamento de Estatística e Publicidade; transferiu para os Ministérios da Fazenda e da Justiça e Negócios Interiores, serviços atualmente a cargo do Trabalho, Indústria e Comércio; atribuiu ao da Agricultura o serviço de estatística territorial; dispôs sobre os Sindicatos Profissionais.

MINISTÉRIOS - JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, FAZENDA, VIAÇÃO, EXTERIOR, GUERRA E MARINHA - Instituiu o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil; AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, MARINHA, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, EXTERIOR E GUERRA - dispôs sobre o inventário do material de consumo da União existente nas repartições públicas; TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E AGRICULTURA - limitou a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de 3ª classe e dispôs sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais; JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, FAZENDA, EXTERIOR, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, GUERRA, MARINHA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA - vedou as acumulações remuneradas; JUSTIÇA E INTERIOR, FAZENDA, EXTERIOR, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, GUERRA, MARINHA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA - dispôs sobre as disponibilidades, aposentadorias, reformas e jubilações dos funcionários públicos de todo o país; FAZENDA, EXTERIOR, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, GUERRA, MARINHA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E AGRICULTURA - centralizou as compras e os fornecimentos de artigos destinados à execução dos serviços federais; TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, VIAÇÃO, AGRICULTURA E FAZENDA - dispôs sobre a localização e amparo das vítimas das sêcas do Nordeste; AGRICULTURA, FAZENDA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, GUERRA, MARINHA, EXTERIOR, VIAÇÃO E TRABALHO - estabeleceu a aquisição obrigatória de álcool, na proporção de 5% da gasolina importada; JUSTIÇA E

TRABALHO - regulou a sindicalização das classes patronais e operárias; JUSTIÇA, TRABALHO E FAZENDA - vedou aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar ou manter, nos seus territórios, qualquer imposto, taxa, contribuição ou favor que estabeleça desigualdade entre os produtos respectivos e os de outros pontos do território nacional ou do estrangeiro, depois de nacionalizados; VIAÇÃO, FAZENDA, JUSTIÇA, TRABALHO, EXTERIOR, GUERRA, MARINHA, EDUCAÇÃO E AGRICULTURA - regulou o serviço de requisições de transportes nas estradas de ferro de propriedade da União e por ela administradas; VIAÇÃO, EDUCAÇÃO, GUERRA, MARINHA - regulou a execução dos serviços de rádio-comunicação no território nacional; VIAÇÃO, AGRICULTURA, MARINHA, GUERRA, JUSTIÇA, TRABALHO, FAZENDA E EDUCAÇÃO - regulou as condições para o aproveitamento do carvão nacional; GUERRA, MARINHA, JUSTIÇA, EDUCAÇÃO, FAZENDA, EXTERIOR, VIAÇÃO, AGRICULTURA, TRABALHO - declarou que os estabelecimentos industriais ficam obrigados a ministrar informações necessárias à organização da Defesa Nacional solicitadas pelos ministérios interessados; JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - dispôs sobre a equiparação de estrangeiros e brasileiros natos para os efeitos do artigo 3º do decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930, e declara os que estão isentos da observância do mesmo dispositivo; AGRICULTURA E FAZENDA - instituiu, no Ministério da Agricultura, o serviço de fiscalização técnica das medidas decretadas pelo Governo, com o intuito de desenvolver, no país, o uso do álcool-motor; FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, MARINHA, EXTERIOR E JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES - modificou o Código de Contabilidade da União e reformou o sistema de recolhimento da receita arrecadada e o de pagamento das despesas federais; TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, FAZENDA E VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS - reformou a legislação das Caixas de Aposentadorias e Pensões; VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, FAZENDA, MARINHA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, GUERRA, AGRICULTURA E EXTERIOR - estabeleceu a hora de economia de luz, no verão, em todo o território brasileiro; TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES - providenciou sobre a execução e unificação do serviço de estatística de exportação e importação e cabotagem, pela repartição competente da União Federal, mediante acordo com os Estados; JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, GUERRA E MARINHA - determinou que fôsse processado e julgado pela Justiça Militar todo aquele que, militar assemelhado ou civil, tomasse parte, por qualquer forma, nos atentados contra os governos da União e dos Estados; VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, GUERRA, MARINHA, EXTERIOR, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E AGRICULTURA regulou a forma de prestação de fiança por associações de classe; FAZENDA, VIAÇÃO, GUERRA, EXTERIOR, TRABALHO, MARINHA, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES - regulou a inamovibilidade de funcionários públicos de qualquer categoria; MARINHA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, FAZENDA, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, EXTERIOR, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - criou a Diretoria da Marinha Mercante; VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, GUERRA, MARINHA, FAZENDA, EXTERIOR, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E AGRICULTURA, regulou a execução dos serviços aeronáuticos e civis; JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, MARINHA, FAZENDA, GUERRA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, EXTERIOR E AGRICULTURA - decretou o Código Eleitoral; FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, EXTERIOR, GUERRA, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AGRICULTURA, MARINHA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA E JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES - autorizou operações de crédito para regularizar o pagamento dos juros de determinados empréstimos externos, o pagamento de títulos sorteados e liquidar outros compromissos, inclusive os decorrentes da sentença do Tribunal de Haia; FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, MARINHA, EXTERIOR, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, GUERRA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA E JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES - regulou a extração de loterias; AGRICULTURA, FAZENDA E TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - estabeleceu regras destinadas a facilitar a aquisição de álcool pelos importadores de gasolina; EXTERIOR E FAZENDA - assegurou aos Estados o domínio dos terrenos marginais e acrescidos dos rios navegáveis que corram em seus territórios, das ilhas



formadas nesses rios e das lagôas navegáveis, em todas as zonas alcançadas pela confluência das marés; JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E GUERRA - fixou, definitivamente, a linha divisória entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais; JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — facultou e regulou a criação, pelos Estados e Municípios, da taxa especial de benefícios; JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, FAZENDA, MARINHA, EXTERIOR, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AGRICULTURA E VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS - fixou o dia 3 de maio de 1933 para a realização das eleições à Assembléia Constituinte e instituiu uma comissão para elaborar o ante-projeto da Constituição; JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA - dispôs sobre a proibição dos impostos inter-estaduais e municipais; TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA - instituiu a Convenção coletiva do trabalho; FAZENDA E AGRICULTURA - estabeleceu a obrigatoriedade do expurgo dos cereais, grãos leguminosos e sementes de algodão, destinados à exportação para o estrangeiro; TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E FAZENDA - regulou a concessão de adiantamentos aos governos dos Estados; VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FAZENDA - dispôs sobre o serviço de vias férreas, sob o ponto de vista da defesa nacional; TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA - dispôs sobre o processo das multas impostas por infração das leis reguladoras do trabalho e respectiva cobrança; TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS - instituiu Juntas de Conciliação e Julgamento e regulamentou suas funções; TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E AGRICULTURA - limitou a produção de açúcar no território nacional e incrementou o fabrico do álcool-motor; FAZENDA, GUERRA, AGRICULTURA, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, EXTERIOR, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, MARINHA E VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS - reorganizou os serviços da Diretoria do Patrimônio Nacional; FAZENDA, AGRICULTURA, GUERRA, MARINHA, EDUCAÇÃO, EXTERIOR, VIAÇÃO, TRABALHO E JUSTIÇA - criou o Conselho Federal do Comércio Exterior.

OS EMPREENDIMENTOS DO GOVÉRNO PROVISÓRIO

Vale ponderar que a atividade do Govêrno Provisório não se verificou apenas na órbita prôpriamente legislativa. O caráter eminentemente administrativo, que a distinguiu, evidencia-se em fatos da maior e mais irrecusável relevância. Um dos nossos males é, justamente, o de acreditarmos que as medidas consignadas no texto das leis esgotam a capacidade construtora dos governantes. Sofremos do preconceito do papel impresso. Julgamos, por via de regra, que o bom govêrno é o que maior número de dispositivos sanciona. Nã entendeu assim o Govêrno Provisório. Seu principal objetivo foi o de executar, o de pôr em prática, imediatamente, a obra que lhe cumpria realizar. Para isso, enfrentou, desde logo, os óbices que lhe opunha a precária situação financeira do país. Sem recorrer a empréstimos e lançando mão, apenas, de rendas próprias, oriundas de economias feitas à custa de pesados sacrifícios, pagou aos credores estrangeiros mais de 30 milhões de libras esterlinas, libertando o Banco do Brasil de um descoberto de £ 6.500.000 e mantendo integralmente os serviços dos fundings e das operações do café. Iniciou, por igual, a amortização dos títulos franceses, dando cumprimento à sentença do Tribunal de Justiça Internacional de Haia, que não fôra observada pelo Govêrno passado, embora lhe coubesse a culpa de a ter provocado. Regularizou o serviço da dívida externa, reduzindo-a consideravelmente, ao revés de acrescê-la, consoante velho hábito, com empréstimos novos. Mercê de acôrdo concluído com os seus credores, apurou, colocando em depósito, no Banco do Brasil e no Departamento Nacional do Café, mais de 1 milhão de contos de réis, dos quais pôde dispor livremente para redução de dívidas internas ou aplicação em obras reprodutivas. Além disso, reduziu, pelo Decreto n. 23.827, de 5 de fevereiro de 1934, de mais de £ 57.000.000 os encargos da Nação. Comprimiu o volume do meio circulante, que atingiu, nos anos de 1928 e 1929, a 3.934.000:000\$ e baixou, em dezembro de 1933, a 2.977.000:000\$. As rendas públicas federais aumentaram de 400.000:000\$ e as despesas diminuíram de 467.000:000\$. A despesa do Govêrno Revolucionário, confrontada com a dos três últimos anos do Govêrno transato, depara economia de 511.491:000\$, máu grado os gastos decorrentes da construção de vias férreas, rodovias, portos, açudes, canais e toda sorte de melhoramentos, em vários pontos do território nacional. Convém acentuar, ainda, que o deficit total, nos orçamentos estaduais, foi combatido enêrgicamente pela Ditadura e reduzido, em 1933, a 92.000:000\$, quando em 1930 era de 472.450:000\$. O Govêrno Provisório construiu, no Nordeste, dezenas de açudes, que representam o duplo da capacidade de água armazenada até 1930, canais interiores, numerosos ramais ferroviários, aumentando a nossa rede em

cêrca de 800 quilômetros, numa média anual superior à dos cinco anos anteriores à Revolução, e 2.462 quilômetros de rodovias, quer dizer, mais estradas do que as feitas, naquela zona, em quatro décadas de regime republicano, empregando técnicos e trabalhadores brasileiros e seguindo um plano sistemático de valorização econômica das regiões devastadas. Para se formar juízo cabal da atividade dos nossos serviços de viação, nesses três últimos anos, basta considerar que eles produziram, para o país, rendas que atingem a cifra de 417.732:689\$217. A política portuária do Governo Provisório está definida pela realização de vários estudos de obras contratadas, pela execução de muitas outras mediante administração, pela solução de inúmeras questões técnicas que contribuem para a maior eficiência do funcionamento dos portos do país. Não houve aumento de taxas portuárias; pelo contrário, efetuaram-se reduções. O Governo Provisório imprimiu grande surto à navegação comercial aérea. Em 1930, era de 15.503 quilômetros a extensão das linhas exploradas. Desde então, é ininterrupta a progressão dessas linhas. Em 1933, a sua extensão ascende a 20.066 quilômetros. Findo o primeiro trimestre do corrente ano, regista-se novo aumento: para 30.940 quilômetros. Comparada a extensão das linhas aéreas nos primeiros trimestres de 1933 e de 1934, o seu crescimento corresponde ao coeficiente de 82,2 %. O percurso quilométrico realizado em 1930 foi de 1.707.977; em 1933, subiu a 2.444.853. O número de vôos cresceu de 1.767 para 2.599, no mesmo período. O movimento de passageiros triplicou. Foi assinado o contrato com a Luftschiffbau Zeppelin, G. b. h., para o estabelecimento de uma linha regular transatlântica.

Vão ser atacadas as obras do aeropôrto do Rio de Janeiro. Está duplicada a linha do Norte e se acham unidas, pela aerovia, todas as capitais do Norte. No que concerne à questão social, considerada, anteriormente, simples “caso de polícia”, possuímos, agora, legislação moderníssima, que integra o operário na comunhão humana, de que estava divorciado pela cegueira e desinterêsse criminoso dos dirigentes. A remodelação dos nossos institutos de ensino profissional, primário, secundário e superior está sendo feita de modo a preparar gerações dignas, pelo civismo e pela cultura, da grandeza da Pátria. As fôrças armadas renovam-se, moral e materialmente, com a adoção de leis e regulamentos práticos e a aquisição de elementos imprescindíveis à sua completa eficiência. Sob o aspecto político, teve o Governo Provisório sempre uma finalidade única: a de congregar, nas mesmas aspirações de ordem e trabalho pelo progresso do Brasil, todos os cidadãos capazes de colaborar no desenvolvimento da sua civilização. A medida da anistia, decretada pela Ditadura, deve mostrar aos mais teimosos que o Governo Provisório não guarda ódio nem rancor. A consciência da sua fôrça está no apôio que lhe dá a maioria da Nação e serve-lhe de escudo para esquecer agravos sem recear represálias. Os doestos com que certos opositores gratuitos procuram ferir-lo, não lhe entibiam o ânimo. O melhor meio de convencer não consiste em atacar o agressor, o crítico pertinaz ou o descrente de má fé. Cumpre não abater o adversário com as mesmas armas aleivasas de que êle se utiliza no afã de tudo recusar, mas dominá-lo pela clareza do raciocínio, pela concatenação dos argumentos, pela exposição serena dos fatos. Os atos são preferíveis às palavras, porque aqueles provam e estas simplesmente alegam. Acresce, também, que essas despropositadas invectivas transcendem a pessoa do governante e vão atingir o próprio país, que êle representa, diminuindo-o, acalcanhando-o, ferindo menos o dirigente que a maioria dos seus concidadãos, a cujo voto se deve a escôlha do primeiro magistrado da República. O respeito àquele que incarna a soberania do povo é o dever primacial do cidadão. Sem dúvida, a liberdade ampla de crítica constitui direito patrimonial das democracias. Mas essa liberdade não pode ultrapassar os limites, que se definem, sem grave prejuízo para o Estado, que a regula em proveito dos interêsses coletivos. Sub lege libertas. Advertir honradamente os mandatários do poder, esclarecer-lhes a razão, apontar-lhes as falhas, ajudá-los, em suma, com avisos salutareos nos pasos difíceis, é oferecer-lhes o maior testemunho de acatamento. Mas, atacá-los, arrastá-los ao ridículo, rebaixá-los no conceito público, pelo insofrido amor do escândalo, é converter um princípio de ordem em dogma de anarquia. Desmoralizar a autoridade é enfraquecer o Estado. Por isso, desde os primórdios da civilização, da cidade antiga ao mundo moderno, o equilíbrio da hierarquia, que mantém as relações entre dirigentes e dirigidos, é o índice mais transparente dos grandes povos.

### **A Eleição Presidencial pela Assembléia Constituinte**

A eleição dos deputados que deviam elaborar a Constituinte foi das mais edificantes lições de civismo a que assistiu o povo brasileiro. Com a instituição do voto secreto, sob a garantia da magistratura togada, na prolação do voto, na apuração e no reconhecimento dos membros da

Assembléia Nacional, expurgou-se o regime dos erros que o faiscavam. A Constituinte que discutiu e aprovou o nosso Pacto Fundamental espelha, na sua integridade, a opinião do país. A pureza da sua origem sobrepõe-se a qualquer civa de suspeição e reflete, rigorosamente, a vontade da soberania nacional. Livremente a Assembléia Nacional votou a nossa lei orgânica e livremente elegeu o Presidente da República. A legitimidade do mandato supremo, que ela conferiu no pleno exercício das suas prerrogativas, é tão inquestionável quanto a da Constituição que promulgou. Êsses dois atos se conjugam e se completam indissolvelmente.

Apresentado candidato, em manifesto solene, pela maioria das correntes políticas do país e dos partidos organizados, seria excusado acentuar que nunca, direta ou indiretamente, insinuei o desejo de receber essa investidura. Submeti-me, apenas, ao imperativo categórico do momento, derivado da própria Revolução, que impunha o prosseguimento da sua obra, iniciada no período ditatorial. Nunca me seduziram as regalias do poder. Aceitando a indicação do meu nome pela Assembléia Constituinte, curvei-me ante o dever de completar e programa esboçado nesses três últimos anos, pois outro propósito não poderia ter quem sabe das agruras e inquietudes peculiares à vida pública. Isento de agravos e vinganças, o espírito revolucionário continuará, dentro da estrutura constitucional, a exercer a sua influência renovadora. Cumpre não confundir revolução com o episódio militar que a deflagra. Revolução é adaptação à realidade, compreensão segura dos fenômenos sociais, reconstrução do edifício do Estado sobre fundamentos sólidos. Os novos rumos abertos pela idéia revolucionária estão definitivamente traçados. E' impossível entrar-lhe a marcha progressiva determinada pela força de uma fatalidade histórica. Nem fórmulas caducas nem princípios inadaptáveis à nossa índole serão capazes de a deter. Após o saneamento dos males que atrasavam a lavoura, combatidos pela lei do reajustamento; após o saneamento financeiro do país, pela adoção de um esquema racional, para a liquidação da dívida externa; após a reforma da instrução, as leis sociais de amparo ao trabalho, o lançamento das bases da reorganização das forças armadas, a restauração da liberdade do sufrágio sucederá, como consequência lógica e inevitável, a fase do reerguimento econômico. A racionalização da produção, por métodos científicos e técnicos, valorizará as nossas matérias primas, facilitará e melhorará a mão de obra e articulará as nossas indústrias, estimulando-as, sem recorrer ao protecionismo de tarifas excessivas, afim de baratear o custo da vida. Há, no Brasil, três problemas fundamentais, dentro dos quais está triangulado o seu progresso: sanear, educar, povoar. O homem é produto do habitat. Disciplinar a natureza é aperfeiçoar a vida social. Drenar os pântanos, canalizar as águas para as zonas áridas, transformando-as em celeiros fecundos, é conquistar a terra. Combater as verminoses, as endemias, as condições precárias de higiene, é criar o cidadão capaz e conciente. Educar, equivale, também, a uma forma de saneamento. Educar não é, somente, instruir mas desenvolver a moralidade e o caráter, preparando o homem para a comunhão, ensinando-lhe as artes necessárias para amais alta das virtudes: o conhecimento das suas próprias forças. O melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos seus semelhantes e não o que mais cabedais de cultura é capaz de exhibir. A escola, no Brasil, terá que produzir homens práticos, profissionais seguros, cientes dos seus variados mistéres. Ao lado das universidades de ensino superior, destinadas à formação das élites, faz-se necessário fundar a Universidade do Trabalho. Daí sairá, no futuro, a legião dos nossos operários, dos nossos agricultores, dos nossos criadores, em suma, a legião dos obreiros dos campos e das fábricas. Povoar não é, a exemplo do que tem ocorrido entre nós, atrair imigrantes e localizá-los, empiricamente, no território do país. Antes de praticarmos um plano sistemático de rodovias, antes de resolvermos o problema da navegabilidade dos rios e o da construção dos portos, não conseguiremos povoar o Brasil racionalmente. Povoar é ligar os nódulos da nossa população ganglionar, esparsa em núcleos alongados pelo interior do país. E, para uni-los, para tirar-lhes a fisionomia gregária, devemos abrir, para todos, vias de comunicação. A Ditadura foi, sobretudo, uma escola de administração pública. Os promotores e executores da obra revolucionária compreenderam, felizmente, que o máximo problema do Brasil consíste no bom encaminhamento e na solução das questões administrativas. A Revolução integrou o país nas concepções do Estado moderno, onde as preocupações partidárias ocupam lugar subalterno. Não é com o jôgo sibilino das fórmulas e das combinações políticas que se conseguirá dirigir a coletividade brasileira. Não é agitando os espíritos, exaltando as ambições ou acenando com a aplicação impossível de métodos alheios que auxiliaremos o progresso da nossa Pátria.

Somos uma Nação rica de abundantes recursos, mas a mesma grandeza do seu território, que se dilata por variadíssimas zonas geográficas de clima e geologia diferentes, está reclamando, da nossa

parte, esforço persistente e sem solução de continuidade. Pouco adiantaria ensaiar, aqui, sistemas adaptáveis a Estados de velha civilização e de modesta superfície mas de resultados aleatórios, quando não extremamente perigosos para nós. Não nos deixemos cegar pela letra dos livros ou pelo brilho das estatísticas de propaganda. O problema do Brasil exige solução brasileira. O primeiro dever do governador é tirar o povo da ganga obscura que o tem envolvido pelos séculos afora. Apesar de tantos e tão duros tempos de infortúnio, de abandono, de cruel desídia, suas naturais qualidades de inteligência, entusiasmo, empreendimento e generoso patriotismo têm aflorado nos momentos decisivos da nossa história. Damos a esse povo, de onde já saíram homens imortais pelo saber, pelo caráter, pelo heroísmo e pela santidade, os instrumentos que sempre lhe faltaram ao desenvolvimento normal da sua capacidade criadora. Só um povo forte, instruído e conciente das suas enormes responsabilidades poderá conduzir este vasto país, da grandeza de um continente, aos seus destinos superiores. E o povo brasileiro, por suas virtudes, é digno do berço em que nasceu.

O Estado Novo e o momento brasileiro - entrevista a imprensa no primeiro aniversário da Nova Constituição: 10 de novembro de 1938.

Comemoramos o primeiro aniversário do regime instalado a 10 de novembro. Mantendo uma praxe que nasceu com ele, quero aproveitar a oportunidade para falar aos jornalistas sobre as suas realizações e diversos assuntos de imediato interesse público.

Esses 12 meses de regime novo têm sido produtivos, e prosseguiremos, resolutos, as tarefas construtivas da nacionalidade, tanto no que respeita aos aspectos materiais, como aos de natureza cultural e moral. O povo e as classes armadas, que impulsionaram e apoiaram o movimento e continuam a prestar-lhe decidido concurso, compreenderam, com justeza, o seu alcance e objetivos: — a eliminação das forças desagregadoras, o afastamento de todos os indivíduos ou grupos que trabalhavam por conta de alheios interesses ou de idéias exóticas, para enfraquecer a Pátria. Instituído dentro de um largo e sadio espírito de brasilidade, o Estado Novo estava, naturalmente, votado ao êxito. Por certo, temos ainda de vencer resistências e incompreensões, desmascarando os descontentes e malsinadores. A tentativa de assalto ao poder, de maio último, foi uma aventura de fanáticos e desordeiros audaciosos. A reação pronta, decidida, que recebeu, e a repulsa geral, manifestada contra os assaltantes, em todas as camadas que contam com valores, não deixaram dúvidas. O novo regime afirmou-se como força material e consciência moral e puniu os delinquentes, dentro da lei. Se outros golpes sobrevierem, agiremos da mesma forma, mantendo a ordem garantindo a tranquilidade do país, que só deseja paz, para trabalhar. As tarefas iniciadas de estímulo à economia geral, de fortalecimento de todos os setores da vida nacional, não podem estar à mercê da insânia e da teimosia dos remanescentes das velhas camarilhas políticas. Por outro lado, o reforço sistemático das instituições vai ser feito sem demora. Poremos em funcionamento os órgãos complementares da alta administração, de acordo com a Constituição. Não têm fundamento algum os boatos insidiosamente espalhados nos últimos dias. A lei fundamental da nossa vida política não é uma experiência nem um ensaio, sujeito a substituições periódicas. Ao invés de pensar em mudá-la, o Governo empenha-se em cumpri-la a rigor. O novo regime há-de estabilizar-se cada vez mais, obtendo, pela evidência dos seus resultados, a colaboração firme e consciente de todos os brasileiros. Perdem tempo, portanto, os ociosos e intrigantes, quando se afanam em anunciar contradanças de princípios e substituições de homens. O momento não é para dissensões estéreis, sim para conjugação de esforços. O dever para com a Pátria é, hoje, maior do que em qualquer outro período da nossa existência política. A ambição fria, desmedida e poderosa, espreita as nossas fraquezas de organização, a ausência de espírito público e elevação moral de uns, o utopismo de outros, no sentido de cavar divergências internas e atear a chama da guerra civil, que consome os povos e abre as portas à cobiça imperialista, disfarçada em pretextos raciais ou políticos. Nenhum sacrifício, nesta hora grave, será bastante; nenhuma vigilância excessiva para a defesa da nossa bandeira, do nosso idioma, das nossas tradições. Temos procurado com firmeza e sinceridade a colaboração de todos os povos civilizados dentro das normas de mútuo respeito e acatamento, que merecemos e exigimos. Não toleraremos, entretanto, qualquer gesto que se traduza em diminuição da nossa soberania. Quem pretender, seja por que meio fôr, reduzir-nos à condição inferior de protegido há-de sofrer a nossa repulsa mais completa. Estou convicto de que os brasileiros responderão, como uma voz única, a qualquer apêlo da Pátria em perigo. Mas, é justo e oportuno que lhes recorde o imperioso dever de confraternizarem, numa união perfeita e sagrada. O espetáculo de ameaças e intimidações, que oferece o mundo atual, reclama e impõe a formação de uma

estrutura enrigecida em todos os setores do pensamento e da atividade nacionais. Disciplinados, seremos fortes, e, unidos, nada poderemos temer.

### **Organização Econômica**

Não preciso acentuar a atenção dispensada habitualmente a tudo quanto interessa ao aparelhamento econômico do país. Aliás, isso se torna evidente no cuidado com que são estudados os problemas de ordem material e atendidos os reclamos das classes produtoras. Não posso, por isso, deixar de examinar alguns aspectos da nossa posição atual. Os de maior predominância são, indiscutivelmente, a expansão do mercado interno, que equivale a um aumento da resistência econômica do país, e a crescente diferença entre os preços das mercadorias exportadas e importadas.

No primeiro caso, as verificações estatísticas asseguram conclusões otimistas, e, realmente, o montante das trocas internas cresce de forma constante, permitindo nos um sensível desafogo e a melhoria do padrão de vida em grupos cada vez maiores de população. Aumentam, paralelamente o consumo dos produtos da terra e a absorção dos manufaturados no nosso parque Industrial, que se aperfeiçoa e amplia.

Já o outro cotejo não é tão satisfatório. Apesar do grande esforço feito para aumentar a exportação, apuramos uma diferença aproximada de dois esterlinos entre a tonelada vendida e a comprada, o que resulta na fuga constante dos saldos da nossa balança comercial. Note-se que, sendo os itens principais da exportação dos remos vegetal e animal, é, precisamente, nestes que se acentua a circunstância desfavorável. Explica-se, assim, o empenho com que procuramos incentivar a saída de minérios, facilitando-a por todos os meios. É dessa fonte que poderemos retirar valiosos elementos de equilíbrio, visto as cotações dos minerais serem bem mais compensadoras e oferecerem melhor nível, em comparação com o das mercadorias importadas. É urgente, entretanto, com o auxílio governamental e o concurso geral do capital privado e do trabalho, irmos alterando a feição da economia nacional.

A situação dos países imediatamente dependentes da exportação de matérias primas e cuja balança comercial está sujeita, imediatamente, ao mercado mundial, vive à mercê de colapsos frequentes nas suas forças econômicas. Os preços mundiais tornam-se cada vez menos remuneradores para os países fornecedores de matérias primas e gêneros e alimentação. O esforço nacional, no momento, deve dirigir-se, de modo capital, para a elevação do nível de produção do padrão de vida das populações. Os sistemas autárquicos, nuns países, as preferências coloniais, noutros, alteraram profundamente a fisionomia das trocas internacionais. O setor aberto, no Mundo, à livre concorrência está cada vez mais reduzido. Precisamos, por consequência, alterar a nossa tradicional política de país agrário, esforçando-nos por utilizar todas as fontes de riqueza disponíveis. Já atravessamos a fase crítica da monoprodução. Para reforçar a estrutura econômica do país, cumpre-nos reduzir a estreita dependência em que se acha a renda nacional em relação à exportação de matérias primas e produtos alimentares. Política de câmbio e compromissos externos A íntima relação que existe entre o preço-ouro do café e a maior ou menor disponibilidade de moeda estrangeira, em nosso mercado de câmbio, torna absolutamente necessário que a política obedeça, em sua direção, a um critério que considere a posição do Brasil no mercado mundial do seu produto básico. A queda do valor da unidade monetária brasileira, expresso em moeda de curso internacional, corresponde à baixa de preço-ouro do seu produto, no mercado externo. Ao imprimir, portanto, novo rumo à política cafeeira, o Governo não podia deixar de prevenir os seus efeitos sobre o mercado de câmbio do país.

Sem pessimismo, do simples exame dos algarismos reais do valor das nossas exportações de café e as suas cotações no exterior, facilmente se verifica, na fase inicial do plano, a perda de substância equivalente, pelo menos, ao valor das prestações da dívida externa, fixada pelo esquema de 1934, para o corrente ano. Eis porque se justificava a impossibilidade imediata de prosseguir regularmente este serviço, como vínhamos fazendo até então.

Procurando corrigir os efeitos da exagerada procura do mercado cambial, precisamos, para defender o valor da moeda, deixá-la ao abrigo de oscilações bruscas, que tão graves repercussões apresentam no comércio externo. O controle do mercado de câmbio se impunha como necessidade incontestável, e, pelo decreto n.º 97, de 23 de dezembro de 1937, foi a direção do mercado concedida ao Banco do Brasil, na qualidade de agente do Governo, por conta do qual passou a operar. Não se cogitou, apenas, de decretar a venda compulsória das cambiais de exportação e de qualquer outra transferência de fundos do exterior. Ao Banco do Brasil foi outorgada a função de distribuir as

remessas de coberturas classificadas, por sua necessidade e importância, sob os cuidados da fiscalização bancária, já anexada à carteira de câmbio. Criou o decreto o imposto de 3% sobre vendas de câmbio em geral, modificado, posteriormente, para 6%, quando se tratasse de outras remessas que não as que se referem a importações brasileiras. Previu, ainda, a constituição de um fundo, com a arrecadação dessas taxas e lucros verificadas nas operações oficiais, para ser utilizado como elemento de ação na política cambial.

Graças a essas medidas, foi possível superar a crise em que nos encontrávamos, beneficiando grandemente a situação econômica do país. Pontualmente, têm sido saldados vultosos compromissos externos, entre os quais se destacam as prestações relativas aos atrasados comerciais e as que resultam de aquisição de material ligado ao interesse da defesa nacional e reaparelhamento de seus serviços industriais. Cumpriu o Banco do Brasil todas as obrigações dos contratos de venda de câmbio; normalizou a situação de suas contas no exterior; em franca progressão, foram sendo cobertos os fundos que se congelavam no país e que, hoje, se reduzem ao valor de coberturas em atraso por trinta dias, sem remanescentes.

A taxa que vem sendo adotada no exercício do monopólio e as condições de estabilidade foram, ainda, elementos decisivos para a colocação normal de outros produtos exportáveis, além do café, entre os quais avulta o algodão paulista, cuja safra, a maior de todos os tempos, está, hoje, escoada com a mais absoluta normalidade. É preciso não perder de vista que apenas em relação ao café o Brasil pode influir nos mercados mundiais. As cotações internacionais de algodão não estão sujeitas, mesmo remotamente, à posição das exportações brasileiras. Uma cotação mais alta do valor da moeda nacional teria criado verdadeiro impasse a tais exportações, como, mais baixa, provocaria novas e indesejáveis quedas nas cotações externas do café. Nada impedirá, entretanto, que, se mudarem as condições gerais dos mercados e melhorarem as nossas circunstâncias, sejam introduzidas as modificações que a experiência indique, nessa oportunidade.

Persistem, como se vê, as razões de ordem financeira que nos levaram a suspender o pagamento da dívida externa fundada. As disponibilidades apenas bastam à satisfação de compromissos urgentes. O Governo continua disposto, entretanto, a examinar com os interessados qualquer esquema prático que beneficie os nossos credores e atenda aos interesses da economia nacional.

**Nova política do café** A vida econômica de um país apresenta a complexidade e a interdependência de uma difícil partida de xadrez. A mudança de uma pedra modifica por completo todos os lances futuros, originando combinações novas.

O nosso mais importante movimento, no ano último, foi o do café. A atitude do Governo, a partir das medidas de 3 de novembro, trouxe modificações profundas e a necessidade de medidas colaterais, que vão sendo tomadas de acordo com as circunstâncias.

O que não deixa dúvida é o êxito da nova política.

Em fins de 1937, a situação revelada pelas estatísticas mostrava a necessidade de agir imediatamente, de modo que se evitasse a contração progressiva da nossa exportação. O mês de fevereiro desse ano registrara a cifra mais baixa de exportação, ficando aquém de 1.000.000 de sacos - precisamente, 921.947. Os meses seguintes não alteraram a situação. Em junho, o ano agrícola foi encerrado com uma redução de 2.313.661 sacos, isto é, vendemos para o exterior 13.257.881 sacos nos doze meses de 1936-37, quando o montante de 1935-36 fôra de 15.571.542 sacos. Salvo o ano de 1932/33, em que o porto de Santos esteve fechado por um trimestre, nunca se registara, desde 1926/27, tão fraca exportação. Em junho de 1937, atingimos o record da queda de exportação: 735.595 sacos apenas. Era preciso abandonar a política de preços, diminuir as taxas dobradas e promover, por todos os meios, o aumento das exportações. Tomaram-se, então, as medidas conhecidas, e, na vigência, os resultados estão em perfeito acordo com as previsões mais otimistas. Enquanto, nos dez primeiros meses de 1937, exportámos 9.800.000 sacos, em igual período do ano corrente, os embarques atingiram 14 milhões e 1/2, ou seja mais 48% do que anteriormente. Também a nossa contribuição para o mercado mundial aumentou 33%, em comparação com o período de 1937. Nada devemos temer. Afastámos dos mercados a concorrência, garantimos o escoamento da produção, de modo a não haver sobras na safra próxima, e melhorámos os preços de venda, internamente. Enquanto, nos últimos anos de valorização, o lavrador recebia preços médios de 45\$ a 70\$, atualmente, prevalecem cotações de 55\$ a 120\$ por saco, de acordo com a qualidade. Agora, temos, com êxito, a ampliação dos mercados. Esse é, aliás, um ponto básico. Não é preciso acentuar muito que há enormes mercados

potenciais ainda não trabalha- dos e que, se verificarmos a extensão das áreas e o consumo per capitum, encontraremos margem para colocar toda a produção nacional ao nível em que se encontra. A questão é de propaganda bem dirigida nos países que já consomem o nosso produto, por forma a aumentar-lhe o consumo, comércio direto com os países que recebem a nossa mercadoria por intermédio de outros e obtenção de tarifas convenientes nos que o sobretaxam. Dos três aspectos cogita o Governo. Aliás, a nossa revisão geral de tratados terá em mira esse objetivo. Não pretendemos entrar em guerras tarifárias, mas temos de exigir tratamento consentâneo para a nossa produção. Venho, desde muito tempo, observando as anomalias a corrigir. De certo, o nosso comércio exterior terá de sofrer modificações; não será tolerável por mais tempo que países aos quais fazemos grandes aquisições deixem de compensar a nossa balança comercial. Conduzimo-nos, habitualmente, com justiça, procurando manter boas relações com os povos civilizados, sem preferências de ordem ideológica ou política. Não devemos aceitar, portanto, discriminações que prejudiquem os interesses legítimos da economia nacional. Se formos forçados a adotar uma política rígida de reciprocidade — comprar a quem nos compra — não nos caberá a culpa.

Moeda e aparelhamento bancário Houve, até aqui, necessidade imperiosa de auriientar o volume da moeda fiduciária. O aparelhamento bancário ainda incompleto, carecendo de maior agilidade, em contraste com a extensão do país, determinava dificuldades de numerário consequentes de uma circulação muito lenta. Aliás, sempre tivemos a convicção de que, em matéria de política monetária, não é possível ser, a rigor, inflacionista ou deflacionista. As circunstâncias efetivas, as etapas do potencial econômico de cada país, obrigam a esta ou àquela prática.

No nosso caso, a oportunidade parece aconselhar o saneamento do meio circulante, pela deflação.

Essa afirmativa decorre da observação empírica dos fatos de ordem financeira. Estamos ainda na situação de quem calcula a hora olhando para o sol. Falta-nos o instrumento próprio para esse fim, que é o regulador das enchentes e vasantes da moeda.

Refiro-me ao Banco Central. Só este órgão apropriado pode determinar, com maior segurança, o momento oportuno para passar de uma a outra política monetária, ambas aconselháveis, ambas aceitáveis, segundo o panorama geral das relações econômicas.

Não creio haver exagêro dizendo que o aparelho bancário é a chave industrial do sistema econômico e que nenhuma ordem duradoura e efetiva pode ser estabelecida sem uma direção firme neste setor da vida do país.

Os bancos centrais exercem uma influência dominante como controladores do volume de moeda e crédito e, por consequência, dirigem o movimento dos preços e o fluxo e refluxo da atividade industrial. Os bancos comerciais, pela concessão ou recusa de crédito a particulares, podem decidir da sorte de determinadas indústrias, aumentar umas ou sufocar a expansão de outras.

Tomemos um exemplo capaz de concretizar a nossa asseveração. Nenhum banco estrangeiro funcionando no Brasil terá interesse em amparar uma indústria que venha concorrer com as similares do país de origem. Assim, contrai-se o crédito num sentido, deixando-nos tributários da importação, enquanto se dilata noutro, determinando super-produção e os fenômenos correlatos.

Qualquer restrição no volume total do crédito de um país significa, automaticamente, diminuição da produção, queda de preços, ou esses dois fenômenos simultaneamente. Só os bancos centrais, expandindo ou contraindo o volume de moeda e crédito, podem atender, a um tempo, a ordenação das explorações econômicas e as flutuações da trocas internacionais. Cresce de vulto essa necessidade quando se estabelecem bases de economia planificada, tal como é propósito do atual Governo.

Nacionalização e especialização do crédito O assunto comporta outras considerações. A Constituição determinou que se procedesse à nacionalização dos bancos, e o Governo estuda a maneira de o fazer, com a brevidade possível.

De certo, não conviria à situação econômica do país aplicar apressadamente o princípio. Não se trata, no caso, de medida de caráter político, visando impedir o afluxo do capital estrangeiro ou fazer discriminação com o que está no Brasil. O objetivo da nacionalização só pode ser o de aproveitar, em função do nosso engrandecimento, todas as colaborações realmente produtivas. O que se visa, na verdade, é coibir certas práticas nocivas, evitando, em proveito da economia estrangeira, exploração de capitais brasileiros.

Há, ainda, outro aspecto que merece especial atenção: é o das especializações de rótulo, que não correspondem à realidade das transações. São numerosos os bancos que se apresentam como agrícolas, ou hipotecários, e nenhuma transação desse gênero realizam, atendo-se ao giro de capitais a prazo curto, dentro das normas dos bancos comerciais. Resulta daí uma concorrência prejudicial aos verdadeiros bancos comerciais, enquanto outros setores do crédito ficam desamparados.

A norma das especializações é, entretanto, das mais necessárias, e nisto deve haver maior rigidez. Por outro lado, o próprio Governo poderá conceder vantagens e privilégios especiais àquelas organizações que venham efetivamente ao encontro de necessidades reais do mercado de crédito. Não temos, até agora, nenhum estabelecimento especializado de crédito industrial, e os de crédito agrícola e hipotecário só por exceção operam na sua especialidade. E' preciso corrigir, quanto antes, semelhantes anomalias.

### **Companhias de Seguros**

Muito se tem discutido acêrca da nacionalização dos seguros contra todos os riscos. A medida, posta em foco desde 1934, foi consignada de forma expressa na Constituição e vai, afinal, ter execução.

O órgão administrativo a que se acha atribuído o assunto, isto é, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, baixou, no princípio do ano, uma circular fixando as novas condições de funcionamento e dando às companhias existentes normas gerais para se adaptarem aos princípios estabelecidos. Falta, agora, legislar em definitivo e marcar o prazo para essa adaptação. O anteprojeto respectivo está elaborado, sofrendo os últimos retoques, e deverá ser pôsto em vigor sem maiores delongas. Aliás, isto é uma necessidade, tanto mais que os próprios interessados precisam sair da situação de expectativa em que se encontram.

A criação do Instituto de Resseguro, órgão de contrôle indispensável ao bom funcionamento da indústria, completará as medidas governamentais e possibilitará, certamente, maior expansão aos negócios, dando-lhes bases mais equitativas, evitando a concorrência e regulando a distribuição dos riscos.

**Aquisição de ouro** A aquisição de ouro continua a ser feita com toda a regularidade. Novas instruções regulamentaram o pagamento da equivalência de ouro entregue ao Banco do Brasil nos mais afastados recantos do país, de forma a não ficarem sujeitos os compradores autorizados às delongas resultantes das análises na Casa da Moeda. Dado o preço e as facilidades estabelecidas, nenhum motivo ou interêsse têm os portadores de ouro para contrabandear-lo ou deixar de vendê-lo ao Governo. Não se limitou, entretanto, a tais medidas a ação governamental. Estudamos, atualmente, um plano de auxílio direto aos faiscadores por intermédio das agências e sub-agências do Banco do Brasil. As facilidades de créditos estimularão, concorrendo para aumentar a produção e, portanto, as aquisições. O stock de ouro, nos depósitos do Estado, até 5 deste mês, era de grs. 29.134.074.646.

### **Moratória da Lavoura**

Sabidamente, há setores de opinião e grupos de interêsses menos satisfeitos com as sucessivas prorrogações dessa medida. Parece a êsses interessados que o Governo poderia ter resolvido o assunto com maior presteza. Enganam-se, entretanto, visto que apenas olham uma face do prisma. Agindo com cuidado, estudando miúda e detidamente cada aspecto da questão, tem-se como escôpo conciliar os interêsses em jogo.

Os sacrifícios do Reajustamento Econômico não podem, de modo algum, ser repetidos. O financiamento pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil vai resolvendo parcialmente a situação. Os que tinham crédito sadio e utilizaram as indenizações do Reajustamento na liquidação dos seus débitos, certamente, encontraram facilidades bancárias. Os elementos aventureiros, que os ha na lavoura como em todas as profissões, talvez possam resistir fâcilmente aos efeitos da crise. Temos, por conseguinte, de encontrar outras fórmulas consentâneas com a situação econômica do país. De qualquer maneira, não será aconselhável tomar medidas unilaterais que, beneficiando, apenas, alguns devedores insolváveis, que o próprio Reajustamento não salvou, resultem prejudiciais ao crédito geral. E' preciso, portanto, aceitar os fatos tais como se apresentam. As medidas de emergência são, quasi sempre, de resultados falhos. Mantê-las, equivale, muitas vezes, a renovar o mal que se teve em vista remediar. No caso, a solução conveniente só poderá resultar da conciliação dos interêsses dos financiadores-credores e dos agrários-devedores. O Governo não deixará de apontála, assim que seja



possível chegar a um ajustamento definitivo, capaz de atender às dificuldades, em lugar de agravá-las. As sugestões que se apresentam, aqui e ali, são, geralmente, unilaterais e de alcance parcial. Impõe-se considerar, também, os interesses gerais, colocando o problema acima do círculo restrito dos credores e devedores. Não seria desacertado, por isso, pensar numa organização colonizadora que adquirisse as propriedades definitivamente insolváveis, para subdividi-las. Aliás, pelo menos no que se refere especialmente à lavoura do café, isso seria de ótimos resultados, porque impulsionaria o aumento da produção dos cafés, provenientes do pequeno produtor, que procura vantagens de qualidade, enquanto o latifundiário pretende benefícios da quantidade. As circunstâncias gerais parecem propícias à ampliação do crédito. Se bem que o Banco do Brasil haja atendido, de forma apreciável, ao financiamento de safras, tendo emprestado à lavoura mais de 50000 :000000 nos sete primeiros meses do ano, é propósito do Governo ampliar as possibilidades da sua Carteira Agrícola e Industrial, aumentando os fundos de que dispõe, pela mobilização dos capitais das caixas e institutos de aposentadorias e pensões. Aliás, nesse particular, o Governo ultima os estudos da lei da aplicação dos fundos sociais, por forma a servirem, imediatamente, à economia nacional, com rendimento apreciável e o máximo de segurança.

### **Capital e Braço Estrangeiros**

A propósito, devemos aludir a opiniões equivocadas que se costuma apresentar relativamente à nossa situação em face do braço e do capital estrangeiros. Tem-se afirmado, levemente por certo, que o Governo do Brasil impede, ou dificulta, a entrada das reservas financeiras que procuram, entre nós, aplicação remuneradora. Não é verdade. Aquilo de que fazemos questão, e temos direito de o fazer, é que os capitais aqui invertidos não exerçam tutela sobre a vida nacional, respeitem as nossas leis sociais e não pretendam lucros exorbitantes, próprios das explorações coloniais ou semi-coloniais. Preciso é reconhecer que o Brasil não se enquadra nessa classificação, não obstante a sua condição de país novo, apto a absorver a contribuição econômica dos países do velho capitalismo. Só nos pode interessar, sem dúvida, a inversão de recursos financeiros. Queremos, porém, que eles se fixem e produzam, enriquecendo os seus possuidores, mas também enriquecendo a nossa economia. Os capitais cuja renda emigra totalmente são um instrumento passivo e, às vezes, negativo na marcha do progresso nacional. Como tais, podemos classificar os que se limitam a recolher juros e dividendos, que oneram, permanentemente, a balança de pagamentos. Quanto à política demográfica, não fazemos discriminações, limitando-nos a regular, de acordo com as nossas conveniências, a entrada e a direção dos contingentes de povoamento. O imigrante tem de ser, entre nós, fator de progresso e não de desordem e desagregação. Somos coerentes. Assim como procuramos destruir os excessos regionalistas e o partidarismo faccioso dos nacionais, com maior razão, temos de prevenir-nos contra a infiltração de elementos que possam transformar-se, fronteiras a dentro, em focos de dissensões ideológicas ou raciais. A recente Lei de Imigração assegura, certamente, êsses objetivos, sem prejudicar, com exigências de outra ordem, a entrada do trabalhador estrangeiro no país.

Colonização interior Tem faltado ao Brasil, até aqui, uma política demo. gráfica consequente e firme. Promover a imigração, fixar colonos e estabelecer normas de povoamento eram assuntos fora de cogitação, mesmo, teórica. Fazia-se, quando muito, a imigração ocasional, para explorar certas fontes de riqueza naturais favorecidas pela alta dos preços nos mercados consumidores de matérias primas. E a direção e utilidade de tal movimento resultavam, quasi sempre, precárias, entre outras razões, porque aos Estados assistia o direito de regular a matéria como melhor lhes parecesse. Os efeitos dessa falta de orientação afetam, hoje, de maneira significativa, a vida nacional, trazendo prejuízo apreciáveis à economia geral. Há, seguramente, aspectos da distribuição das nossas populações que reclamam corretivo. O deslocamento só deve fazer-se para as zonas férteis e produtivas, que permitam a estabilidade dos contingentes humanos, mediante a entrega de tratos de terra onde as culturas se façam com mais seguro rendimento. A melhor situação econômica não coincide, como é sabido, com os núcleos de maior densidade demográfica, demonstrando isso, portanto, que há defeitos do sistema de produção a corrigir. O deslocamento da mão de obra é feito sem método, por processos francamente rotineiros e, mesmo, nocivos.

O Governo irá, sem perda de tempo, visto já estar em funcionamento e trabalhando com eficiência o Conselho de Colonização e Imigração, promover os meios de regular o assunto em relação às populações nacionais, criando, se necessário fôr, um serviço especial para promover o povoamento e organizar a exploração racional de faixas do Centro e do Oeste e estabelecendo núcleos novos de

expansão das nossas energias produtoras. Indústrias nacionais e importações Temos feito quanto possível para melhorar e ampliar a produção de fibras. O plantio e a cultura do algodão, com um desenvolvimento apreciável (a nossa exportação ultrapassou, em 8 meses dêste ano, 100 milhões de quilos, quantidade nunca atingida anteriormente) melhoram de forma constante, e, em breve, o método de seleção das sementes e, aproveitamento industrial dos sub-produtos terão atingido o desejado nível de aperfeiçoamento. Ainda persistem, em certas regiões, culturas rotineiras, que dão produto de qualidade inferior; mas os trabalhos técnicos e a fiscalização federal vão removendo, gradativamente, as deficiências e assegurando ao algodão brasileiro melhores cotações nos mercados mundiais. Dentro de alguns anos, estaremos produzindo, em toda parte, fibra selecionada, capaz de suportar qualquer concorrência. Estuda-se, também, a aplicação de certas leis que poupem à nossa balança comercial pesadas verbas de importação, mediante a substituição da juta importada por outros tipos de embalagem, cuja matéria prima seja a produção nacional. Não se justifica mais que a embalagem do algodão, para consumo interno principalmente, e os 18 a 20 milhões de sacos destinados ao café continuem a desfalcar a nossa economia. Devemos substituir sem perda de tempo, a embalagem onerosa, adquirida a pêsso de ouro no estrangeiro, por outra, aquí produzida e beneficiada. Os ensaios animadores que se vêm fazendo, desde o cultivo bem sucedido da própria juta na Amazônia até ao emprêgo industrial de várias fibras indígenas - guaxima, ibisco e outras -, mostram o caminho a seguir. A matéria prima estrangeira custa-nos, anualmente, mais de meio milhão de libras papel. Tão cedo possamos libertar-nos dêsse ônus, melhor. O Govêrno, não somente pretende adotar política consentânea com as nossas necessidades, no tocante à diminuição de importação doque podemos produzir, como procurará incentivar a utilização das numerosas espécies indígenas apropriadas. Note-se a circunstância de já ter, em diversos documentos públicos, mostrado o firme propósito de dar rumo acertado às nossas importações. Em lugar de recebermos gêneros de alimentação e artigos industriais de imediato consumo, precisamos importar máquinas para fabricação de outras máquinas e amparar as indústrias de base. Não pretendemos criar impecilhos ao comércio mundial, nem fazer autarquia econômica. Mas, o crescimento constante e seguro do mercado interno e do nosso aparelhamento industrial impõe que nos libertemos da situação perigosa de simples produtor de matérias primas. Todo país agrário vende barato o que produz, para adquirir por alto preço o que consome. Cumprenos, pois, dirigir, cuidadosamente, a importação, controlar o que recebemos, de modo sistemático, a fim de evitarmos a drenagem do ouro na importação de superfluidades. Aliás, essas medidas de modo algum virão prejudicar os nossos clientes. haverá simples substituição de itens na balança de contas. Em lugar de artigos de luxo, importaremos locomotivas, caminhões, tratores, arados. Por esta forma, incrementaremos numerosas indústrias no país, adquiriremos técnicas novas e desdobraremos a capacidade de consumo do mercado interno. E' essa a política econômica verdadeiramente construtiva, que, decerto, será levada adiante, dando ensejo a empregos excelentes de capital e ao maior desenvolvimento do nosso parque industrial. Exploração de minérios Venho insistindo, desde a entrevista de São Lourenço, na necessidade de explorarmos os produtos minerais.

A questão das nossas reservas de ferro, que tantas opiniões divergentes tem provocado, após o parecer do Conselho Técnico de Economia e Finanças, está merecendo meticuloO exame no Conselho de Comércio Exterior, incumbido de apreciar todas as propostas e sugestões até aquí apresentadas. Ultimados êsses estudos, ficará o Governo suficientemente esclarecido, por forma a deliberar definitivamente.

Não é êste, entretanto, o único problema relativo ao aproveitamento das fontes de riqueza mineral. Dispomos de numerosas outras, e o simples exame revela que, se compararmos os preços da tonelada importada com os da tonelada exportada de minérios, a diferença nos é favorável, sobretudo quando se trata dos considerados raros. As estatísticas são expressivas a êsse respeito. No ano último, a exploração incipiente de bauxita, quartzo, mica, zircônio, titânjo, rutilo, samarskite, monazita níquel, cromo, chumbo e tungstênio, sendo inferior a 20.000 toneladas, produziu cêrca de 120. 000 libras ouro. Por outro lado, conhecida a carência de transporte, conclue-se que êsses minerais podem suportar, fâcilmente, fretes altos, e, tratando-se de volume reduzido e valor alto, podem auxiliar de maneira apreciável o incremento das nossas cifras de exportação. Cogita, por isso, o Govêrno de oferecer facilidades para exportações tão remunerativas, enquanto recomenda ao departamento competente ativar as pesquisas dessas jazidas minerais.

O carvão e outros combustíveis Tem sido preocupação constante do Govêrno resolver os problemas do abastecimento de combustíveis, por forma a aproveitarmos todas as fontes existentes no país, pesquisando o sub-solo em busca de novas jazidas ou ampliando a produção das já exploradas.

O Conselho Nacional de Petróleo, recentemente instalado, trabalha ativamente, no seu setor. O Instituto do Açúcar e do Alcool promove com êxito a industrialização do Alcool anhidro e o seu consumo como carburante, enquanto o Ministério da Agricultura estimula, por diversos meios, o emprêgo do carvão vegetal nos veículos a gasogênio.

No que respeita ao carvão, as medidas iiltimamente tomadas, entre as quais avulta o aumento da quota de consumo obrigatório do produto nacional, vêm beneficiando grandemente a exploração das nossas jazidas. Basta referir que, de 1930 para 1938, a produção foi elevada de 300.000 a cêrca de 1.000.000 de toneladas. Os estudos recentes feitos pelos técnicos, de ordem do Govêrno, estabelecem as bases de novas explorações e um sensível aumento do consumo, principalmente se conseguirmos utilizar o nosso produto no tratamento do minério de ferro. Já foram encomendadas as instalações necessárias ao beneficiamento e lavagem do carvão, e providencia-se para a adaptação dos aparelhos de queima nas ferrovias e emprêsas de navegação pertencentes ao Estado.

Até ao ano corrente, a importação de carvão de pedra ultrapassou, em valor, 1.000.000 de esterlinos ouro. Se conseguirmos, dentro dos três anos próximos, duplicar a nossa produção, acrescer o consumo de alcoolmotor e iniciar a exploração do petróleo na Bolívia, na conformidade do tratado ratificado com êsse país amigo, teremos conquistado a independência em matéria de combustíveis — problema que assume o mais alto relêvo, não só pelo alívio que traz à nossa balança comercial, como pelo que representa para a segurança e defesa nacional.

### **Legislação sôbre Minas e Águas**

No princípio do ano, tomou o Govêrno as medidas complementares que julgou acertadas acêrca da pesquisa, lavra e comércio do petróleo em todo o país. O novo capítulo do Código de Minas trouxe, como era de prever, a necessidade de um órgão permanente para definir e estabelecer as normas de trabalho nessa indústria. O Conselho Nacional do Petróleo, em pleno funcionamento, vem dando os melhores resultados e ajustando os interêsses eventuais dos indivíduos aos da defesa permanente do patrimônio coletivo. Quando outros resultados maiores e mais imediatos não houvesse, bastaria a certeza de que o nosso país não se tornará, devido a legislação recente, campo de luta entre os trusts mundiais que se degladiam pela conquista de reservas e mercados.

Estudam-se, agora, com toda a atenção, as leis necessárias à garantia da nossa fôrça hidráulica. O Código de Águas será uma obra de defesa dos interêsses nacionais legítimos, visando impedir o que ocorre em tantos outros países, onde as fontes de energia hidráulica, enfeudadas a capitais privados e monopolizadores, acabam por causar danos graves, impedindo o desenvolvimento das indústrias e sujeitando o povo a verdadeiras exações.

Não pretende o Govêrno, por certo, hostilizar os capitais invertidos nessas explorações; quer, apenas, prevenir abusos e dar oportunidade a que o poder público não se veja, mais tarde, diante de questões extremamente delicadas, resultantes dos monopólios e combinações dos grupos financeiros ávidos e poderosos.

### **Organização administrativa**

Como já foi apurado na Conferência dos Secretários de Finanças dos Estados, realizada sob os auspícios do Conselho Técnico do Ministério da Fazenda, há muito que ordenar e padronizar, em matéria de administração. E não sómente isto, como impulsionar a arrecadação e baratear a captação dos tributos. De um modo geral, contam-se graves defeitos de organização nos Estados. O gravame das verbas pessoais nos orçamentos é excessivo; e, por outra face, torna-se mais complexa a administração com uma estrutura que não corresponde, absolutamente, à simplicidade da vida econômica, reduzida, na maioria dos casos, à produção agrícola rudimentar e à criação de gado.

Certos aspectos, então, reclamam atenção imediata. Tenho como assentado reunir, o mais breve possível, os Interventores de todos os Estados, para abordar o estudo prático dessas questões e resolvê-las sem perda de tempo.

Quando Presidente do Rio Grande do Sul, pedí à Assembléia dos Representantes uma lei, que foi aprovada, condicionando a existência dos Municípios a um mínimo de renda. Dadas as condições gerais do Estado, êsse mínimo de renda era 200:000\$000 de arrecadação anual. Seguramente, é

preciso ter em conta a situação peculiar de cada Estado. Muitos não poderão suportar êsse limite. É imperioso, entretanto, tornar mais barata e eficiente a administração pública, promovendo-lhe o ajustamento da base para o alto, isto é, desde os núcleos municipais aos grandes departamentos nacionais. Na esfera da União, o Departamento Administrativo do Serviço Público continua a realizar, com proveito, as tarefas que lhe foram atribuídas, procurando eliminar a rotina burocrática, tornar mais rápido e barato o serviço, padronizar o material, lotando convenientemente as repartições e uniformizando a legislação.

O Nordeste e as sêcas Não há exagêro em afirmar que só após a Revolução de 30 foi atacado, com pertinácia e método, o problema das sêcas no Nordeste. No período presidencial do Dr. Epitácio Pessoa, houve louvável esforço em tal sentido, logo abandonado pelos seus sucessores. Até então, não saíra êle do terreno das experiências e discussões técnicas, nos períodos bonançosos, e do clamor jornalístico, nas fases agudas da caíamidade. A irrigação fôra tentada num caso único: - o do açude de “Cedro”, iniciado em 1884 e concluído em 1906. A sua capacidade, entretanto, ficava em 1.000 hectares. Os demais, concluídos até 1930, constituíam, apenas, reservatórios, de utilidade, por isso mesmo, reduzida. Em 1931, completou-se o projeto de aproveitamento de alguns cursos d’água, nos três Estados mais atingidos pelo flagelo: Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. O plano total prevê, nas várzeas dos rios Piranhas, Assú, Jaguaribe e Acaraú, a irrigação de 145.000 hectares de excelentes terras. Ao lado dessa obra, outros trabalhos vão sendo realizados, como seu complemento indispensável: - poços tubulares, para fornecer água aos gados e às populações, e estradas de rodagem, de que, até ao ano findo, estavam concluídos 3.700 quilômetros, constituindo uma rêde que assegura o movimento das populações, em caso de flagelo. Quanto às despesas da União, já somam mais de meio milhão de contos, em sete anos. Continuando, com afinco, as grandes obras, põe-se em prática um programa cultural capaz de fixar as populações. A par dos trabalhos materiais, cuida-se de ensinar uma agricultura mais adiantada, de melhores resultados, e o cultivo das pequenas lavouras, das hortas e pomares, que vinculam profundamente o homem à terra. Os postos de maquinaria agrícola dão ao lavrador perspectivas novas, ensinando-lhe os métodos de economia do solo e da energia humana. Os trabalhos até agora realizados, de açudagem, irrigação e reflorestamento, evidenciam os bons resultados colhidos pelos núcleos prósperos que aí se formaram e desenvolvem de maneira crescente.

### **Baixada Fluminense**

Adiantados como estão os importantes trabalhos de engenharia hidráulica ali empreendidos, estuda-se o problema da apropriação econômica dessa extensa zona, cujo cultivo corresponde a uma das maiores necessidades da Capital Federal: — a criação de centros de abastecimento que lhe sejam contíguos. O departamento próprio intensifica os serviços de higiene rural, e já está sendo feita, em parte da extensa zona de 17.000 quilômetros quadrados, a colonização experimental. Há, entretanto, um obstáculo a que o poder público fará face com toda a energia: é a apropriação dos “grileiros”. A expressão é por demais conhecida. Trata-se de falsos proprietários que exploram, de maneira desordenada, a terra, fazendo o deserto, pela devastação dos matos e revendendo a gleba desnudada para a criação de gado, de maneira dispersiva, sem benfeitorias nem qualquer espécie de aproveitamento racional. Há indivíduos que, por meio de títulos falsificados e da posse ilícita de terras do domínio público, usufruem verdadeiros latifúndios de 2 e 3 mil alqueires. Já está em andamento a legislação apropriada para expelir os exploradores, legalizar a situação dos pequenos posseiros que cultivam a terra e devolver à União essas grandes áreas, que, convenientemente loteadas, serão redistribuídas aos pequenos lavradores. Constitue obra de moralidade administrativa e utilidade econômica reivindicar essas glebas, transformando-as, além do mais, numa espécie de laboratório de experiências das culturas agrárias e da qualidade dos elementos colonizadores. A tarefa já está iniciada. O Rio de Janeiro, que recebe de zonas distantes o leite e as hortaliças, o primeiro de diversos pontos do Estado do Rio e Minas, e os legumes, principalmente, de Mogí-Mirim, terá na extensão do Núcleo Colonial de Santa Cruz o foco irradiador da pequena lavoura. Barateia-se a vida urbana, melhora-se a alimentação do trabalhador e deixa-se ao transporte de outras mercadorias o material ferroviário ora reservado ao transporte dos gêneros de alimentação de quasi 2 milhões de almas. Necessário é não esquecer os perigos a que fica exposta uma grande cidade com o seu abastecimento dependente de pontos afastados, com ligações quasi exclusivamente ferroviárias. Quaisquer anormalidades, a interrupção temporária do transporte único, podem originar situações difíceis e desagradáveis, em matéria de suprimento de gêneros de primeira necessidades. A conclusão

do programa que se traçou o Govêrno, tendo em vista os interesses da população da nossa Capital, eliminará os inconvenientes apontados.

### **Medidas de Assistência Social**

O Govêrno, no desdobramento do programa de previdência social que se traçou desde 1930, amparou todas as classes de trabalhadores, faltando, apenas, a dos agrários, cuja solução se estuda com interesse. Deu-lhes, através de organizações próprias, aposentadoria por invalidez e velhice, e pensão à família, em caso de morte. Cumprida, de maneira auspiciosa, esta primeira parte, vai ampliar os serviços de assistência social já iniciados em muitos institutos existentes. Êsses serviços, bem distintos dos primeiros, serão custeados pelos interessados, com o mínimo de remuneração. Nas reservas das instituições de previdência, encontrará o Govêrno meios pecuniários para resolver o problema em larga escala. A habitação e a alimentação - elementos essenciais à vida - serão objeto de grandes iniciativas, de forma a beneficiar o maior número de empregados. Por outro lado, é de esperar que os industriais ofereçam assistência apropriada aos seus operários, não apenas nos casos comuns de moléstias infecto-contagiosas, mas de modo especial, promovendo meios para alimentá-los, ensinando-lhes princípios de higiene e combatendo a desnutrição, o que redundará em benefício da produtividade geral.

### **O Lar do Trabalhador**

As casas operárias, construídas pelas Caixas e Institutos em vários Estados, ainda são em pequeno número e de preço elevado, em relação às posses dos empregados. Dei instruções ao Ministério do Trabalho para que, sem prejuízo das construções isoladas onde se tornarem aconselháveis, estude e projete grandes núcleos de habitações modestas e confortáveis. Recomendei, para Isso, que se adquiram grandes áreas de terrenos e, se preciso, que se desapropriem as mais vantajosas; que se proceda à avaliação das mesmas; que se levem em consideração os meios de transporte para êsses núcleos; que se racionalizem os métodos de construção; que se adquiram os materiais, diretamente, ao produtor; tudo, enfim, de modo a se obter, pelo menor preço, a melhor casa. Cogita o Govêrno, também, de permitir, pelo Instituto dos Industriários, o financiamento de casas a serem construídas nos terrenos das próprias fábricas, mediante condições vantajosas para os industriais, com a condição de só as alugarem aos operários e por preços módicos.

### **Alimentação Popular**

Nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro, o operário não pode almoçar em casa, de onde sai, ordinariamente, com o nascer do sol, a fim de alcançar o início do trabalho nos centros industriais. À hora do almoço, ou recorre às casas chamadas de pasto, onde tudo é desagradável, a começar pelo ambiente, ou come frio e, às vezes, de pé, num simulacro de almoço, preparado às pressas, na véspera à noite, em casa. A sub-nutrição, além de baixar o rendimento do trabalho, é a causa de uma série de doenças, sobretudo, da tuberculose, que tantos valores rouba, anualmente, ao Brasil.

Êsse importante assunto será abordado por diversas formas, simultaneamente. Uma delas consistirá na construção de restaurantes populares, higiênicos e confortáveis dotados de câmaras frigoríficas, em pontos da cidade onde haja maior concentração operária. Cada unidade comportará 5.000 refeições diárias, 2.000 servidas no próprio local e 3 . 000 nas fábricas, por meio de caminhões térmicos. A refeição será fornecida a preço do custo, acrescido de cerca de 150 réis, para remuneração do capital de instalação. Em cada restaurante fabricar-se-á o pão necessário ao consumo diário, de forma a ser consumido fresco e barato, juntamente com o almoço. Nas fábricas, serão preparados refeitórios, com instalações desmontáveis ou permanentes, conforme o espaço de que dispuser cada uma. Os empregadores que desejarem fazer instalações completas poderão dispôr do capital necessário, a juro baixo e prazo longo. Com o maior interesse, venho acompanhando êsses estudos, já muito adiantados, e espero, dentro de pouco tempo, ver transformado em realidade essa importante iniciativa de assistência social. Dentro dos princípios conhecidos de amparo aos setores mais desprotegidos da população, tem o Govêrno assentado o método de luta contra toda espécie de açambarcadores e intermediários, cuja intervenção encarece os gêneros de primeira necessidade e dificulta a vida das classes trabalhadoras.

As primeiras iniciativas consistem na circulação de entrepostos que incilitem a entrega ao consumo e à fiscalização do poder público. O Ministério da Agricultura está construindo o entreposto do peixe; virão, depois, os de carnes e frutas, leite e ovos. Além das providências de caráter puramente administrativo, vem o Governo se interessando pelo aumento da produção nas zonas vizinhas, como as de Santa Cruz e Baixada Fluminense. O Ministro da Agricultura, o Prefeito e o Presidente da Caixa Econômica, incumbidos por mim, tiveram, a respeito, diversos entendimentos. O Conselho Administrativo da Caixa Econômica já resolveu promover, pelos meios mais indicados, o financiamento da lavoura no Distrito Federal. A iniciativa dos entrepostos e as medidas de fiscalização e tabelamento não bastam, certamente, para assegurar o barateamento dos gêneros de primeira necessidade. É preciso que a população coopere com as autoridades, prestigiando-as e denunciando os abusos dos açambarcadores.

A recente lei acêrca de cooperativas, desligando-as da tutela dos sindicatos profissionais, facilita, por outro lado, a formação de associações com interêsses restritos ao campo econômico e capazes de produzir melhores resultados. O que, porem, desejo acentuar aqui é a conveniência de estender a organização cooperativista. O Governo, naturalmente, poderá ir ao encontro das necessidades gerais, nesse particular, mas a iniciativa cabe aos interessados imediatos. Concito-os, pois, a se organizarem, certos de contar com o apôio do poder público para as realizações que tenham em vista.

Amparo à economia popular Tenho verificado, com evidente satisfação, o crescente aumento dos depósitos nos estabelecimentos de crédito popular. As Caixas Econômicas Federais ampliam cada vez mais as suas operações, concorrendo para a melhoria das construções urbanas e auxiliando o desenvolvimento industrial do país. Por outro lado, o funcionamento dos institutos de pensões e aposentadorias, em franco progresso, entremostra o que será, de futuro, a nossa obra de amparo ao trabalho e ao trabalhador. Tanto a forma espontânea como a obrigatória de acumulação se equivalem pelos resultados animadores que vêm apresentando. É preciso estimular a primeira, a fim de que o senso de previdência se incorpore definitivamente aos hábitos dos brasileiros. Não temos o espírito de economia desenvolvido como os povos de velha formação, mas vamos progredindo, e, dentro em breve o hábito de poupar se estenderá a todas as camadas sociais. O que, entretanto, está merecendo cuidadosa atenção do Governo é a salvaguarda do pecúlio popular. Não há muito, registaram-se desvios de valores, com prejuízo para milhares de pessoas confiantes, que resguardavam uma pequena parte dos seus ganhos, adquirindo títulos de empréstimos populares. A legislação comum é excessivamente benevolente para êsses fraudadores dos bens do povo. Devemos, em breve, fazer decretar leis mais provi- dentes, pondo em execução, aliás, o prescrito no art. 141 da Constituição, para punir os culpados de tais desvios. O dinheiro do povo, empregado como economia, deve ser tão sagrado como o dinheiro público. Faz-se mister uma legislação e justiça especiais, tornando mais rigorosas as penas dos que atentarem contra o dinheiro da Nação e o dinheiro do povo.

### **Serviço de Estiva**

Tendo o Governo recebido reclamações de que o excessivo custo da estiva nos portos estava dificultando a exportação, resolveu examiná-las e mandar proceder ao estudo dos salários pagos aos estivadores. Verificou-se, em consequência, não ser o salário recebido pelo estivador o que onera a exportação, mas a ação dos intermediários e o regime de trabalho decorrente dessa interferência. Como os contratos com os intermediários são feitos, em geral, na base de tonelagem, incluídas as despesas portuárias, e a estiva é paga por dia e hora, sujeitos a toda sorte de extraordinários, não foi possível precisar a diferença entre o que é cobrado como pagamento do serviço e o que recebem realmente os estivadores. Por meios indiretos, absolutamente seguros, pôde-se verificar, por exemplo, num dos maiores portos do país, um aumento de mais de 100% entre o preço pago por tonelagem ao estivador e o cobrado dos armadores. Em alguns portos, porém, vários serviços já são executados diretamente, isto é, sem intermediários, como, no de Santos, a estiva da banana. Segundo informações do Sindicato dos Agricultores de Bananas, de Santos, a exportação, no período de 29 de junho a 15 de julho do corrente ano, foi de 80.288 cachos, custando a estiva, apenas, 173 réis por cacho, enquanto que, no pôrto desta Capital, onde não é adotado êsse sistema, o preço cobrado excede, algumas vêzes, ao seu valor, o que motivou a paralisação completa da exportação dessa fruta. Semelhante situação estava a exigir uma providência por parte do poder público. O projeto de decreto-lei que mandei elaborar e está sendo examinado cuidadosamente, estabelece que os contratos sôbre serviços de estiva

sejam celebrados entre as partes interessadas - armadores e trabalhadores - na base de tonelagem, cubagem e unidade, desaparecendo todo e qualquer serviço extraordinário. Com esse regime de trabalho, a estada dos navios nos portos diminuirá, no mínimo, de um têtço, o que significa um aumento para a nossa frota. Nos portos não aparelhados, onde o serviço é feito por alvarengas, e desde que os atuais proprietários não desejem mantê-lo, será criada uma Caixa Portuária, cuja administração caberá ao Govêrno. Essa Caixa poderá desapropriar, por utilidade pública e nos têtmos da lei, o material fixo e flutuante a ser empregado pelos trabalhadores de estiva.

### **Codificação do Direito Nacional**

O Ministério da Justiça, cumprindo determinações do Govêrno, incumbiu alguns juristas de nomeada e conhecidos professores da revisão e atualização dos nossos corpos de lei. Três dêles, a saber, o Código Criminal, o do Processo Penal e o do Processo Civil e Comercial, já saíram das mãos dos seus autores e estão passando por uma revisão final. Depois de sujeitos, como é natural, ao reparo crítico dos entendidos e técnicos, magistrados e advogados, serão postos em vigor. Quanto ao Código Civil, está sendo revisto, para atualização e ampliação dos seus dispositivos. Em matéria de legislação comercial, não é possível, entretanto, sem o risco de fazer obra precária, de pequena duração, decretar um corpo orgânico de leis fundamentais. Estuda-se, apenas, uma consolidação, por forma a estabelecer bases para o futuro Código Comercial Brasileiro.

### **Educação Nacional**

Entre os temas a serem debatidos na Conferência Nacional dos Interventores, avulta, pela sua significação, o que diz respeito à entrosagem do aparelhamento do ensino. Nas circunstâncias atuais, divididos os encargos e sem ligação orgânica os aparelhos de direção, cada administração local distribue, da maneira que melhor lhe parece, pequena percentagem das suas rendas para a educação. Predorriina, nuns casos, o cuidado pela simples alfabetização, enquanto, noutros, a atenção dos poderes públicos é dirigida para outros setores. Deveremos, agora, combinar e iniciar a execução de um programa verdadeiramente adaptado às peculiaridades regionais, tomando-se por base o censo da população em idade escolar, para a distribuição justa das verbas orçamentárias, a unificação dos métodos de ensino no sentido de dar-lhe feição nitidamente nacionalista, e uma conjugação completa de esforços da União, dos Estados e Municípios, com o fim de tornar obrigatório em realidade, e não como princípio apenas, o ensino primário. Quanto ao ensino profissional, manteremos firmemente o plano iniciado de organização de uma rêde nacional de estabelecimentos do 1.º e do 2.º grau, em condições de prepararem bons técnicos, insistindo-se, ao mesmo tempo, junto às emprêsas industriais, pela criação de escolas de ofícios, onde os filhos dos operários e os próprios trabalhadores adquiram habitação conveniente e proveitosa. O progresso do país depende, em grande parte, da preparação profissional, e, por isso, se faz necessário difundí-la o mais possível. Além disso, é indispensável dar a máxima extensão à campanha da alfabetização do povo, não sômente na infância, como em todas as idades. Com os instrumentos próprios de educação extra-escolar, hoje, tão diferentes - cinema, teatro, desportos, será possível levar-se a todas as populações do Brasil o culto da Pátria e das suas tradições mais gloriosas. Aliás, a reforma do serviço militar terá em vista êsse importante objetivo, ajustando à tarefa educacional os contingentes de todo o país. De cada recanto do nosso território surgirão, estou certo, auxiliares e colaboradores dessa obra grandiosa, diretamente ligada ao engrandecimento da Nação. Cultura cívica e preparação militar As disposições patrióticas das fôrças armadas, que se empenham a fundo na manutenção da ordem e da lei, fechando os ouvidos às atoardas facciosas, para cuidarem, exclusivamente, da preparação profissional e do aumento de eficiência da nossa capacidade defensiva, têm encontrado, de parte do Govêrno, completo apôio material e moral. Não samente há elevação do nível da instrução especializada, como cresce o número de técnicos industriais, hoje, indispensáveis ao preparo dos nossos soldados de terra e mar. Os Estados-Maiors e o Conselho de Segurança Nacional trabalham ativamente, dispondo de todos os elementos indispensáveis ao êxito das suas tarefas. Intensificam-se os serviços de aparelhamento das nossas industrias bélicas, a fim de podermos prescindir, em futuro próximo, da importação dos materiais relacionados com a defesa nacional, o que aumentará a nossa segurança e beneficiará a balança comercial, evitando a saída de ouro. A par dessas iniciativas, estuda-se com carinho o modo mais prático de incrementar a educação cívica das novas gerações, organizando a juventude por forma a constituir reserva fãcilmente mobilizável, sempre que houver objetivo patriótico a alcançar.

O problema da assistência à infância já fiz ressaltar, no discurso do Dia da Independência, a imperiosa necessidade de proteger a infância e a maternidade e de eugenzar as nossas populações. O povo brasileiro, dotado de tão excelentes qualidades, reclama, apenas, para completo desenvolvimento das suas energias, um cuidado permanente pelas gerações novas. Estuda-se, no momento, a possibilidade de organizar um Departamento da Criança, coordenador de todas as atividades nesse setor, ligado aos serviços de puericultura em todo o país. As organizações locais vão, também, ser articuladas e ajustadas, de modo que, em lugar de dispormos, apenas, de pequenos serviços modelares nos grandes centros urbanos, possamos fazer obra de extensão, capaz de servir a todo o território nacional. Bem observadas as circunstâncias gerais, mais do que recursos, próprio, o que tem faltado, para a solução desse problema, é direção técnica e sistematizada, em condições de transformar os esforços dos particulares e do poder público em instrumento seguro da preparação da infância e da juventude. O Ministério da Educação e Saúde prepara, ontretanto, o plano de ação a executar, o qual será iniciado no ano vindouro.

### **Plano das Atividades Governamentais**

Já não é novidade para a Imprensa a notícia de estar o Governo elaborando um plano das suas atividades, para um período não inferior a 5 anos, com o fim de assegurar-lhes maior rendimento. Alguns jornais anteciparam a iniciativa, no justificado afã de bem informar o público. Realmente, há varios meses, assentei com os meus auxiliares de Governo as premissas necessárias à organização de um programa de trabalho, condicionado aos recursos financeiros disponíveis, para ter início no próximo ano. A iniciativa não carece de explicações minuciosas, para ser compreendida e apreciada no seu alcance prático. Qualquer pessoa, simplesmente interessada no desenvolvimento do progresso do país, conhece os inconvenientes da falta de continuidade nas tarefas administrativas. Essa falta de continuidade é causa, não só de desperdícios, como de perLurbações mais ou menos profundas na vida nacional. As iniciativas tomadas às pressas, de afogadilho, muitas vezes em os recursos indispensáveis, estão destinadas a falhar. Outras, melhor orientadas, se interrompem e paralisam por falta de coordenação e espírito de ordem nos trabalhos projetados. Não precisamos citar exemplos. Eles são numerosos e conhecidos. Tudo resulta, afinal, em desconfiança para a ação do poder público, em perda de tempo, dispersão de esforços e gastos inúteis.

Afirmei, certa vez, que não posso, como Chefe de Estado, pensar profissionalmente, reduzindo a tarefa de governar a um único e determinado aspecto. Para os especialistas, a equação do nosso progresso apresenta-se, geralmente, com uma só incógnita. Acreditam uns que, resolvido o problema da educação, teremos a solução de todos os problemas nacionais; outros concentram as preferências nos transportes e comunicações; ainda outros nas questões de saúde e assistência, de trabalho ou saneamento financeiro. A observação e a experiência convenceram-me que não há problema único, como não há pequenos problemas na vida de uma nação. Na realidade, quando não resolvidos de modo acertado e prático, são todos grandes. Por isso mesmo, afigura-se-me de absoluta necessidade, ver, simultaneamente, o essencial e o secundário, sistematizar e coordenar todas as atividades, dentro de um quadro geral de possibilidades, capaz de permitir realizações a prazo certo e resultados compensadores. O que pretendemos fazer é simples. A distribuição equitativa dos benefícios da União é ponto capital de programa. Os recursos nacionais terão conveniente e justa aplicação, visando, ànicamente, satisfazer as necessidades mais prementes do país, sem preferências de zonas ou regiões. A cada setor administrativo corresponderá um programa de realizações com verbas próprias, antecipadamente previstas nos orçamentos comuns. No momento oportuno, divulgaremos o plano. em estudo, mostrando como deverá ser executado. Posta a iniciativa em prática e verificadas as suas vantagens e repercussões, poderemos, então, cogitar de um esquema mais largo, de contrôl e direção das nossas fôrças econômicas, no sentido vertical, isto é, da sua mobilização em conjunto, com o objeiivo supremo de utilizálas em função do engrandecimento orgânico da nacionalidade. Aliás, a reunião de todos os Interventores nesta Capital, em princípios de 1939, tem por objetivo coordenar os elementos que se fazem necessários ao estudo da vida administrativa e econômica do país. O inquérito prévio à Conferência Nacional de Economia, a cargo do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, abrange todas as atividades, pesquisadas nas suas fontes locais. O exame feito, em linhas gerais, dos 300 primeiros questionários até agora recebidos dos pontos mais diversos do país já revelam, de modo insofismável. problemas que, pela sua natureza, não podem continuar desprezados pelo poder público. A falta de serviços de saúde; a carência de escolas primárias; as



dificuldades e os preços elevados dos transportes; as riquezas naturais desaproveitadas e um grande número de produtos que não se exportam e para os quais há colocação segura; a ausência de assistência técnica às atividades rurais, tanto agrícolas como pastoris; as deficiências de crédito; o não aproveitamento das quedas d'água; o devastamento das florestas; êsses e numerosos outros assuntos estão se caracterizando, através dêsse inquérito, de tal maneira, que os resultados hão de surpreender e desarmar aqueles que, exaltando as seduções da vida urbana e condenando os rumos que, Rgicamente, hãvemos de seguir, iludem os fracos e comodistas, inculcando-lhes no espírito doutrinas ou teorias contrárias à nossa indole e formação social.

### **Política externa**

O refôrço e a afirmação dos princípios de direito internacional, em nosso hemisfério, constituem motivos de nobre satisfação para o povo e o Govêrno do Brasil. Sempre que ocorrem desentendimentos ou choques de interêsses concretos entre os povos americanos, se faz possível, apelando para a boa razão e a justiça, restabelecer a paz. A solução definitiva e completa do conflito do Chaco é um atestado vivo e eloquente dêsse espírito de compreensão política e alta solidariedade.

O Brasil regozija-se com isso e sente cada vez mais estáveis e seguras as suas relações de amizade com as outras nações do Continente. Com os povos vizinhos em especial, mantemos completa harmonia de vistas e propósitos comuns de trabalho construtivo. O Tratado com a Bolívia, já em vigor, abre a essa nação irmã o mercado de petróleo do Brasil, e o prolongamento ferroviário do nosso sistema de transportes para essa República e a do Paraguai cria maiores possibilidades de intercâmbio. Enviãmos, há pouco, à Venezuela uma missão de comércio e amizade, cujos primeiros resultados começam a aparecer. Com as facilidades de transportes, que estão sendo estudadas, contamos seja possível aumentar êsse intercâmbio, mutuamente proveitoso. Dos nossos vizinhos sul-americanos continuamos a receber inequívocas demonstrações de cordialidade. As visitas do Chanceler do Chile e da Comissão Militar Argentina; a próxima reunião dos Ministros da Fazenda da Argentina, do Uruguai e do Brasil com o fim de estabelecer um convênio aduaneiro e estudar outras questões do intercâmbio comercial; o recente decreto do Govêrno paraguaio oficializando o ensino do nosso idioma — constituem sólidos marcos do entrelaçamento crescente de relações entre os povos dêste hemisfério. Da Conferência Interamericana, a reunir-se na capital do Perú, esperamos novos estímulos à paz e ao espírito de cooperação das nações americanas, cuja união se faz necessária, nesta hora conturbada da vida universal.

### **Amparo às classes trabalhadoras.**

(Discurso pronunciado na inauguração do edifício do Ministério do trabalho, Indústria e Comércio em 10 de novembro de 1938)

Ao inaugurar o amplo e majestoso edifício do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tenho a impressão de ver tomar forma definitiva, com a solidez arquitetônica das construções destinadas a desafiar o tempo, a obra de integração social iniciada com a Revolução de 1930. Estou, a bem dizer, em vossa casa, e, diante de vós, envolvido pelo entusiasmo das vossas aclamações, sinto-me à vontade, como se me rodeassem todos os homens que trabalham digna e honestamente, na vasta extensão do território pátrio, sem distinção de classes e profissões, acima de estêreis particularismos.

Jamais fugi à vossa convivência, e, nas horas incertas ou perigosas, foi no contato direto convosco, nas ruas e nos lugares públicos, que encontrei estímulo para enfrentar as dificuldades e manter a linha de conduta que me tracei como supremo responsável pelos destinos da Nação.

Não o fiz para conquistar fácil popularidade e angariar sufrágios eleitorais; foi no poder e no exercício das funções de governante que me tornei amigo vosso, para melhor compreender as necessidades e melhor realizar as aspirações dos trabalhadores.

Sempre senti e expressei com clareza a minha opinião a vosso respeito - intelectuais, artistas, operários fabrís, comerciários, bancários, lavradores -, considerando-vos como valores humanos respeitáveis e não simples máquinas de produção; foi sempre elevado o meu juízo sobre as vossas reservas de energia patriótica, inteireza moral e devotamento ao bem público, dentro da ordem, para

maior bem da família brasileira e tranquilidade do trabalho, criador de fartura e propulsor de aperfeiçoamento cultural.

Empresto, por isso, às vossas manifestações de apreço e solidariedade a significação de um incentivo espontâneo para prosseguir nos rumos traçados, sem hesitações nem receios. Estamos irmanados no mesmo ideal de fortalecimento da Pátria e de aumento do seu poderio econômico. Reconhecendo os princípios de justiça social e pondo em prática o primado dos direitos da coletividade sobre as prerrogativas dos indivíduos, nunca vos faltou o meu Governo, nos momentos decisivos, com as medidas capazes de trazer segurança ao vosso labor e aos vossos lares modestos e honrados. Assim também - desvaneço-me de proclamá-lo -, em todas as circunstâncias em que brasileiros transviados por ideologias exóticas ou a soldo de interesses anti-nacionais, pretenueram subverter a ordem e ameaçar a paz das nossas famílias, estivestes, intransigentemente, ao lado do poder constituído, dispostos a torná-lo mais forte e respeitado.

Em 1935 como em 1938, em meio às apreensões daquelas horas conturbadas, quando a investida inimiga não se detinha nem mesmo diante de assassínios frios e premeditados assaltos, a vossa incondicional solidariedade se fez sentir de Norte a Sul do país, reafirmando a confiança no Governo e a reprovação aos contumazes agentes da desordem.

Ainda tenho na memória, viva e nítida, a confortadora impressão do vosso entusiasmo em 13 de maio, deste ano, e, mais recentemente, o empolgante espetáculo das demonstrações de Minas e São Paulo, que não deixaram dúvidas sobre a decidida e franca adesão do povo brasileiro ao regime de 10 de novembro.

Os extremismos da direita e da esquerda, que, sob formas várias, pretendiam, afinal, a mesma coisa - a nossa escravização -, foram repelidos e já não constituem perigo imediato para as instituições.

A mesquinha política dos grupos e interesses particularistas foi banida da nossa coletividade. Pensamos todos, todos os bons brasileiros, em servir devotadamente à Pátria, dando-lhe pujança econômica e dotando-a de meios eficientes para defender-se, em qualquer emergência.

As nossas corporações armadas aprestam-se para assegurar a ordem e garantir a paz; o Exército e a Marinha recebem o necessário aparelhamento; e, enquanto o primeiro prepara, cuidadosamente, os seus quadros, a segunda tem a sua frota aumentada de vinte e seis unidades, por iniciativa do atual Governo.

Isto vem sendo feito sem que as vossas aspirações sejam sacrificadas ou esquecidas. O programa de amparo às classes trabalhadoras, gradativamente executado, proporciona-lhes concórdia e bem-estar, dentro dos postulados da justiça. Além das vantagens já consolidadas e das garantias oferecidas pelo seguro social, instituímos o salário mínimo, visando assegurar ao trabalhador dos campos e das cidades, com a justa retribuição do seu esforço, a satisfação das necessidades humanas e o desenvolvimento moral e cultural.

Trabalhadores do Brasil: Os insatisfeitos de todos os tempos, os espíritos inquietos, aqueles que foram contaminados pelas doutrinas deformadoras, sem raízes na vida brasileira, os remanescentes da política retrógrada das pantomimas eleitorais, ainda poderão vociferar, criticar, intrigar e fazer conspiratas; os maus profissionais, os inadaptados ao progresso das atividades que escolheram, podem clamar no deserto; os maus brasileiros, que, infelizmente, os há, poderão semear boatos e enfileirarse entre os derrotistas e sabotadores.

O Governo Nacional, cujo primeiro aniversário, hoje, comemoramos, mantém-se resoluto no cumprimento da sua missão renovadora e patriótica. Para levá-la adiante, apoia-se na lealdade e devotamento das forças armadas, dispõe da cooperação dos núcleos criadores de riqueza, conta, enfim, convosco, homens de trabalho, porque tem a certeza de que todos vós desejais ardentemente o maior engrandecimento da Pátria Brasileira.

### **Saudação ao povo brasileiro.**

(Discurso pronunciado no Palácio Guanabara, através da rede emissora nacional, na primeira hora de 1939)

Senhores: Já constitui, quase, uma tradição falar-vos na primeira hora de cada ano, quando, no seio dos vossos lares ou no convívio de pessoas amigas, trocamos votos de felicidade e vos entregamos as expansões de afeto e fraternal regozijo.

Hoje, é do recinto da Exposição Nacional do Estado Novo que a todos vós - habitantes das cidades ou dos campos, na vasta extensão do nosso território - venho trazer as minhas saudações e augúrios de maior prosperidade.

Contemplamos, aqui, o Brasil inteiro, com a variedade dos seus aspectos econômicos e geográficos, numa demonstração panorâmica dos resultados obtidos durante alguns anos de labor profícuo e persistente.

Qualquer de vós poderá verificar com os próprios olhos, examinando esta mostra das atividades governamentais, que os problemas básicos da vida brasileira, sem distinção de regiões ou preferências políticas, foram atacados de frente, resolutamente: o incremento e a expansão dos núcleos industriais e agrários; a criação de novas fontes de riqueza e a melhoria dos seus processos de exploração e controle; o reajustamento da circulação e a distribuição das utilidades, visando ampliar os mercados internos; as medidas destinadas a elevar o nível de vida das populações; o amparo financeiro às classes produtoras; a assistência econômica ao trabalhador, através das instituições de previdência social; o salário justo, a habitação própria e a garantia dos seus direitos; a ampliação dos centros de formação técnica e de cultura física e intelectual; o cuidado pela higiene pública e o saneamento rural, possibilitando a utilização remunerativa de grandes faixas de gleba, abandonadas, ou sacrificadas pelas perturbações climáticas; o repúdio sistemático às ideologias extremistas e aos seus adeptos convictos ou estipendiados; o combate a todos os agentes de dissolução ou enfraquecimento das energias nacionais, pelo reforço das tradições e sentimentos de brasilidade, e proibição de funcionarem, no país, quaisquer organizações com atividades desnacionalizadoras ou ligadas a interesses políticos estrangeiros; enfim, a preparação da defesa interna e externa, pelo reaparelhamento das nossas gloriosas forças armadas, e a simultânea educação das gerações novas, inculcando-lhes no espírito o culto da Pátria, a fé nos seus destinos e o ânimo viril para fazê-la forte e respeitada.

Apreciando a obra já concluída, congratulo-me convosco - colaboradores anônimos ou auxiliares diretos da ação governamental -, porque tendes cumprido devotadamente o vosso dever patriótico.

De mim, honra-me dizê-lo, sem orgulho e de consciência serena, tudo tenho feito para assegurar tranquilidade e benefícios a todos os que trabalham e com nobre esforço concorrem para aumentar o poder material e moral da Nação.

Longe vai, felizmente, o tempo em que os governantes formavam classe aparte, distanciada e alheia aos sentimentos, às necessidades e aspirações do homem comum. O regime em que vivemos é o da mais franca colaboração de todos para os supremos objetivos da nacionalidade. A riqueza de cada um, a saúde, a cultura, a alegria, não são, apenas, bens pessoais; representam reservas de vitalidade social, que devem ser aproveitadas para fortalecer a ação do Estado.

Somos um país de grandes recursos, de população escassa, e temos um patrimônio enorme a defender, numa fase conturbada da história mundial, em que os povos fracos, desunidos e desarmados são a presa fácil e apetecida das nações imperialistas. Mesmo de longe, exacerbando as paixões dos homens e manobrando as suas ambições de poder, onde existem deficiências e fraquezas a explorar, os agentes perturbadores se infiltram no propósito de destruir os laços de solidariedade patriótica e, com o sangue de irmãos lançados à fogueira da guerra civil, a mais cruel de todas as guerras, preparam a conquista, o protetorado, a vassalagem econômica ou política.

Em situação assim anormal, de desassossego e apreensões, impõe-se uma união sagrada, sobrepostos os imperativos da consciência nacional às dissensões personalistas e discórdias estereis.

Para sermos um bloco indissolúvel, capaz de resistir a tudo, devemos confraternizar em sentimento e ação, criando no recesso dos nossos próprios lares a unidade de espírito e a comunhão de objetivos indispensáveis à realização dos ideais de engrandecimento comum.

O ano que se encerrou foi de áspera luta contra obstáculos de vária ordem, e os vencemos, a todos. O que se inicia será, certamente, rico em fatos auspiciosos e fecundo em empreendimentos úteis ao progresso do Brasil.

Para concluir as grandes tarefas em curso e realizar as premissas da nossa pujança econômica, permitindo o surto de novos elementos de riqueza e cultura, sei que posso contar com a vossa cooperação e vigilância patriótica.

Brasileiros: Façamos uma pausa nas expansões jubilosas e concentremos o pensamento no futuro, prometendo a nós mesmos que saberemos enfrentar todas as dificuldades com ânimo firme, felizes de restituir à Pátria, à custa de quaisquer sacrifícios, o que ela nos tem dado em dignidade humana e força espiritual.

### **O dia do trabalho.**

(Discurso em resposta à saudação do ministro do trabalho,  
interprete das classes trabalhadoras)

Trabalhadores do Brasil: Ouvi com particular agrado a eloqüente e expressiva saudação que o Ministro do Trabalho, em vosso nome e a vosso pedido, acaba de me dirigir. Melhor do que em palavras de agradecimento, testemunho-vos o meu apreço, compartilhando das vossas comemorações do “Dia do Trabalho”, assim reafirmando o sentido de cooperação e confiança mútua que temos mantido, inalteravelmente, na solução dos problemas sociais.

Desde 1930, conservamos a mesma linha de ação, e, sempre que surgiram obstáculos e dificuldades, os trabalhadores manifestaram ao Governo Nacional, de modo inequívoco, a sua confortadora e espontânea solidariedade, numa eficiente atitude de repulsa aos surtos de anarquia e aos golpes extremistas.

Essa já longa experiência diz bem do acerto dos rumos imprimidos à nossa política trabalhista e impõe, por conseguinte, a sua manutenção, para continuarmos assegurando ao Brasil ordem e paz, em hora de tamanhas apreensões para a humanidade.

Elaboramos e executamos, com a cooperação ativa das classes produtoras, a nossa adiantada legislação social, que, a um tempo, garante os direitos dos trabalhadores e o desenvolvimento econômico do país.

Para atingirmos tais resultados, não dividimos os brasileiros, não criamos castas, não cultivamos ódios, não abrimos lutas, não tentamos nivelamentos destruidores do valor individual, oriundos de desvairadas utopias. Fizemos, apenas, o que o bom senso indica: aproximar os homens e de todos exigir compreensão, colaboração, entendimento, respeito aos deveres sociais.

Podeis compreender facilmente o alcance destas iniciativas. A justiça especial encarregada de resolver, por processo rápido e eficiente, os dissídios comuns nas relações de trabalho, constituía uma das vossas antigas aspirações. Temo-la agora, completando a legislação trabalhista, como fruto da experiência de alguns anos. A outra providência visa oferecer, nas fábricas, alimentação sadia e barata aos operários, e, nas escolas anexas às empresas, facilitar-lhes o aperfeiçoamento técnico e a educação profissional dos filhos, sob as vistas dos próprios pais. Originou-se do meu contacto pessoal com os trabalhadores, ao verificar, nas visitas feitas a diversos estabelecimentos industriais, as suas necessidades mais imediatas. Anunciei-a na minha última entrevista à Imprensa e, mandando estudar o meio prático da sua execução, dou-lhe, hoje, forma legal.

### **O Brasil no seu regime político, entre as outras nações.**

(Entrevista ao Paris Soir, publicada, em Paris a 17 de julho de 1939 e  
no Rio, a 19 de mesmo mês.

Falando ao Paris Soir, o Presidente Getulio Vargas define a situação do Brasil como regime e como parte do concerto das nações civilizadas.

A necessidade de governos que realmente governem - Não se fez supressão, mas sim a perfeita regulamentação das garantias individuais - Sábia dosagem de um sistema de direitos e deveres recíprocos - Democracia e regimes totalitários - Economia, produção, Finanças, imigração - O Brasil e a França - O braço e o capital estrangeiros.

### **Tema Fundamental**

Tomando por tema fundamental o regime vigente no Brasil, o sr. Jean Fleury assim formula sua primeira pergunta ao Chefe do Estado brasileiro: S. Exa. assinala que o regime atual, embora baseado em autoridade sem controle parlamentar, deixa ao cidadão uma liberdade muito extensa.

E, como concebe o sr. Presidente, sob esse aspecto, o Estado Novo?

No regime atual, as relações entre o indivíduo e o Estado estão nitidamente definidas, num conjunto de direitos e deveres. Nem o indivíduo se opõe ao Estado, no velho conflito, que degenera, frequentemente, em agitações deinagógicas, da concepção liberal clássica, nem o Estado o reduz à posição de escravo, segundo algumas fórmulas extremadas dos tempos modernos. Toda a originalidade do Estado brasileiro reside na sábia dosagem de um sistema de direitos e deveres recíprocos. Nesse sistema, o Estado reflete a vontade da Nação organizada, como entidade viva, e o cidadão, tendo lugar marcado dentro da organização nacional, dispõe de espaço livre para o exercício de suas liberdades fundamentais.

No Brasil, havia uma crise permanente de dispersão de poderes, que, sendo ruínosa para a Nação, não beneficiava o próprio indivíduo. A 10 de novembro de 1937, não instituímos um poder despótico mas poder institucionalmente forte, como expressão da soberania nacional. Nesta hora de instabilidade generalizada, que atinge o homem, os seus interesses, as suas crenças e os seus princípios mais sólidos, o problema cruciante de cada povo é a cristalização de uma ordem efetiva, em torno de um núcleo orgânico. Podemos resumir o problema num mínimo de palavras: a necessidade de governos que, realmente, governem.

### **O Respeito aos Direitos Individuais**

A tolerância, o respeito, dos direitos individuais e das manifestações do espírito, atualmente praticados, são um princípio do regime ou um reflexo do caráter pessoal do Presidente?

O estadista brasileiro atende nestes termos:

A resposta acima esclarece, por antecipação, alguns pontos da nova pergunta. Na Constituição de 10 de Novembro, há um capítulo referente aos direitos e garantias individuais. O regime, portanto, não suprimiu, sim regulou, o respeito a esses direitos. Ele reconhece a iniciativa individual, propiciando-lhe clima de expansão que a torna mais viva do que antes. Coexistem o individualismo, como característica do poder de criação, signo da força da inteligência e do espírito, e a ação propulsiva e coordenadora do Estado. Não basta, sem dúvida, simples fixação, na lei suprema do país, de direitos e garantias individuais. Embora ela evidencie o espírito do regime, não assegura senão teóricamente a execução dos princípios que estabelece. Em verdade, porém, ela depende dos homens incumbidos de aplicar as instituições. Antes de 1930, vigorava, no Brasil, uma Constituição vasada nos moldes do liberalismo clássico. Apesar disso, foi necessária uma revolução, para assegurar ao povo brasileiro o gozo de alguns dos direitos imprescritíveis.

S. Exa. acrescenta:

Minha experiência do poder, que é a experiência mais dramática a que um homem se submete nos tempos presentes, fortaleceu-me as inclinações de tolerância de um temperamento avesso ao verbalismo e à prática da violência. Nisso, creio que sou um fiel intérprete da alma brasileira.

### **Adaptação À Terrível Lição Dos Fatos**

Volta-se o jornalista para o vasto taboleiro mundial, onde tão intensamente se defrontam velhas e novas doutrinas políticas:

Qual a posição espiritual e qual a tendência política do Governo a respeito das doutrinas totalitárias e das doutrinas democráticas?

Esta, a resposta do Presidente do Brasil, resposta admirável por sua precisão e clareza:

Em primeiro lugar, devo salientar o espírito do regime brasileiro. O que existe nele de essencial é uma revisão dos velhos conceitos da democracia meramente formal. Nenhum regime pode divorciar-se da realidade; e a noção da realidade é fundamentalmente dinâmica, não estática. A Grande

Guerra abriu um novo período histórico, o que quer dizer, desde logo, que outro ciclo se encerrou. Para que a democracia continuasse a viver, num clima político e psicológico tão diferente da fase que a violência das armas subverteu, ameaçando-nos ainda com a violência de novas idéias, urgia adaptá-lo ao sentido da terrível lição dos fatos. A imutabilidade, sendo a lenta destruição do Estado democrático, conduz-nos a este absurdo: a sua própria negação, pela passiva permissão das doutrinas contrárias à sua existência. Se a democracia não é incompatível com a ordem e tem capacidade para se defender das forças destruidoras que lhe invadem os quadros, o regime de 10 de novembro veio fortalecer-la, armando-a contra os inimigos de dentro e de fora. Se por democracia se deve entender a instabilidade crônica, com a desordem dos partidos e a luta das facções, salvamos, então, o Brasil e não essa ordem de cousas. A verdade, porém, é que as nossas instituições assentam nos antecedentes da história e do gênio do povo brasileiro. Por isso mesmo, a tendência espiritual do Governo afirma-se no reconhecimento de alguns valores eternos do homem, como índices da sua formação cristã. Diante de outras organizações estatais, a nossa posição é de estrita observação dos seus ensinamentos. Nada se perde nessa tremenda experiência, que converte o Mundo num laboratório de contradições ideológicas. A priori, poder-se-á dizer que o desejo de transformar certos sistemas, marcadamente específicos ou particularistas, em sistemas universais, para efeito de exportação, constitui uma fonte de perigosas perturbações no campo da política internacional. Quando saem dos seus limites geográficos, como imposição de padrões abstratos, já o caso muda de aspecto, porque ameaçam o princípio das soberanias nacionais. Estará, por ventura, tão pequena a Terra, que as democracias e as nações totalitárias não poderão co-existir dentro das fronteiras pacíficas de suas ideologias?

#### **Aproveitamento Sistemático de Recursos Naturais**

Encaminha-se a palestra para o trato dos problemas economicos. Indaga o representante do Paris Soir: Qual o programa de desenvolvimento economico do Brasil, e em que ordem o sr. Presidente classifica os problemas a resolver?

Esse tema, de tanta amplitude, encontra, na palavra do Chefe do Estado brasileiro, esta expressiva síntese:

A política econômica do Brasil, dadas as particularidades das suas terras e da sua natureza, vem sendo orientada, sistematicamente, para a mise en valeur dos seus incalculáveis recursos materiais. Todos os problemas relativos a essa orientação, se relacionam entre si com maior ou menor relevancia. A exploração das nossas riquezas seria inconcebível sem a expansão dos meios de transporte, pela aproximação dos centros produtores dos mercados de consumo. Tal política, está claro, pressupõe e impõe uma complexidade de diretrizes, sem quebra de sua linha central, Os países que fundam a sua estrutura economica na monocultura são os mais sensíveis às crises periódicas que, últimamente, têm abalado o Mundo. Desde 1930, o Governo brasileiro vem procurando estimular o desenvolvimento da policultura, encontrando no próprio clima e no próprio solo as indicações categóricas dessa orientação.

E dentro do mesmo tema, acrescenta:

País novo, o Brasil carece, não só do auxílio do capital, como do braço estrangeiro. O pensamento riacionalista, que caracteriza o Estatuto de 10 de novembro, não repudia a colaboração desses dois preciosos elementos de progresso nacional.

#### **Reconstrução Financeira**

O jornalista aborda a questão financeira:

Será possível ao Governo de V. Exa. conceder a liberdade do mercado monetário, sem pergo para as finanças do Estado?

Uma das tarefas mais ingentes o meu Governo, desde 1930 - responde o ar. Getulio Vargas -, tem sido a reconstrução financeira. Normalmente, as desordens da política interna são o tributo fatal da má gestão financeira. O orçamento para o exercício corrente foi organizado na prevjsão de saldo, e estamos executando-o com a severidade necessária para chegarmos ao fim sem alteração desse cálculo. Mais do que esse saldo, o que importa, porém, é o equilíbrio orçamentário, que nos esforçamos por assegurar, sem sacrifício das iniciativas vitais do Estado. Em matéria de liberdade do mercado monetário e, restringindo a expressão, do mercado cambial, toda política repousa em uma concepção realista.

Aos fatores de ordem interna acrescentam-se os de natureza internacional. As medidas de restrição dessa liberdade representam, inquestionavelmente, a proteção necessária das finanças do Estado, a braços com as dificuldades monetárias e econômicas, a que nenhuma nação, hoje, escapa. Até poucos dias, tivemos necessidade de praticar o chamado monopólio das operações de câmbio, pelo Governo, através do Banco do Brasil. Decreto recente veio mudar essa política, restituindo a liberdade possível ao mercado cambial e dando ao comércio maior elasticidade de intercâmbio. Em nenhum caso o Governo agiu obedecendo a qualquer doutrina mas em atenção a interesses reais.

### **Papel e Desenvolvimento da Aviação no Brasil**

Fere o jornalista a seguir, o tema das comunicações aéreas no Brasil, formulando, a propósito duas indagações: uma sobre o papel reservado à aviação na nova organização do país, a outra relativa à fábrica nacional de aeronáuticas.

Apontando a preponderância reservada os serviços aéreos no país, responde assim o Presidente Getúlio Vargas

Para se ter uma idéia gráfica da importância da aeronáutica civil no Brasil, basta considerar a extensão do nosso território. Sem o avião, que faz, praticamente, desaparecer a noção das distâncias, não teríamos dominado os grandes hiatos que separam entre si os diversos núcleos da vida brasileira, disseminados em superfície de mais de oito milhões de quilômetros quadrados. A nossa política de unificação interior encontra os seus obstáculos materiais nessas enormes distâncias, que só as asas suprimem.

Em 1930, tínhamos apenas de 31 campos de aviação; atualmente, esse número se eleva a cerca de 450, afora o projeto de construção de mais 182 sítios de pouso. Naquele ano, o serviço aéreo existente cobria o percurso de 1.707.977 quilômetros, nas diversas linhas de transporte de passageiros, malas postais, bagagens e cargas. Em 1938, esse percurso atingiu a 6.112.658 quilômetros. Esses números ilustram a expansão do tráfego aéreo e os estímulos que o Governo tem dispensado à aeronáutica civil. Em sua função especial, à aviação militar caberá, também, contribuição primacial no sistema defensivo do Brasil. Daí, a importância que se confere, legitimamente, à instalação, no país, de uma grande fábrica de aviões. O problema liga-se a outros, no gradativo aparelhamento da defesa nacional, núcleo da organização das indústrias básicas.

Rivalidades que nunca se legitimaram.

Existe - pergunta, depois, o representante do Paris Soir - algum antagonismo entre Estados ou regiões nacionais?

Com o mesmo seu belo espírito de síntese, assim atende à pergunta o estadista brasileiro:

Certas rivalidades, por acaso existentes, não se legitimavam, historicamente: eram, antes, fruto dos processos políticos viciosos do velho regime. A presidência da República, em passado ainda recente, constituía uma espécie de privilégio dos Estados maiores e mais fortes, transformando-se, por isso, em pomo de discórdia, de quatro em quatro anos. Os motivos de atrito desapareceram, com as correções que o novo regime aplicou ao federalismo brasileiro. Já não há, perante o Estado federal, que é a própria Nação, nem Estados grandes nem Estados pequenos. Acima de tudo, o que existe é o Brasil, extintos os particularismos que as ambições do poder, por muitos anos, alimentaram. A unidade nacional é o reflexo mais sensível, hoje, da Nação.

### **O Brasil no panorama internacional**

Deseja o jornalista inteirar-se da posição do Brasil, em face do panorama internacional; e formula, a respeito, estas perguntas:

Quais são as idéias diretrizes da política exterior do Brasil? Um “esplêndido isolamento” será possível nas circunstâncias atuais? A formação moral e intelectual do povo brasileiro e os seus interesses econômicos o tornam mais solidário, particularmente com algumas nações da América ou da Europa?

A resposta do presidente do Brasil é uma afirmação magnífica de pacifismo de honra e solidariedade internacional:

A política exterior do Brasil obedece a diretrizes invariáveis: o respeito à palavra empenhada nos tratados e a tradição de cordialidade internacional. Dela nunca nos afastamos; e, graças a esse espírito, que se cultivava no ITAMARATÍ como patrimônio espiritual e moral da casa, o Brasil tem podido ser, no nosso continente, uma das vozes mais altas em prol da harmonia das nações irmãs.

Porque participamos da comunhão dos povos americanos deveres e obrigações imediatas nos prendem uns aos outros. A ação da diplomacia brasileira desdobra-se, com particular intensidade, na América natural. O simples enunciado da nossa política exterior mostra a sua incompatibilidade com o princípio egoístico de “um esplêndido isolamento”. Os nossos interesses e ideais americanos não nos isolam das correntes de cultura, tampouco, de idéias da Europa, berço da civilização, que, para o Novo Mundo, tende a formar novos e fecundos valores.

Imigrantes; nacionalização

Chega-se ao problema imigratório.

De que maneira - pergunta o jornalista - conta o Governo brasileiro assegurar a assimilação completa dos imigrantes e evitar a formação de núcleos estrangeiros capazes de representar perigo para a unidade do Estado?

A política de nacionalização que estamos praticando - responde o Presidente Getúlio Vargas - abrange duas ordens de providências: umas, de alcance imediato, e outras, cujos resultados dependem do tempo. Entre as primeiras, figuram as que concernem a um critério de selecionamento na permissão para a entrada e radicação dos elementos alienígenas que se dirigem ao nosso país, aqui se fixam e começam, por assim dizer, vida nova, atraídos pelas facilidades de trabalho da terra. A terra, com a sua generosidade, exerce um lento, sutil e poderoso influxo sobre a alma daqueles que nela encontram o pão e, frequentemente, a fortuna. Entre as medidas de efeito mediato, a mais relevante refere-se à obra da nacionalização iniciada nas escolas, em algumas regiões onde o afluxo da colonização estrangeira poderia criar, rio curso do tempo, centros estranhos às pulsações da vida brasileira, pela persistência de costumes, hábitos, tradições e modos de ser peculiares a outras raças. A língua é um nobre instrumento de afirmação da soberania nacional. A sua difusão, nos grupos de maior densidade que acabo de mencionar, formará gerações de bons brasileiros, na infância e na adolescência, que, até agora, aprendiam pela cartilha dos seus maiores e não conheciam outra história senão a dos seus antepassados do lado oposto do oceano ou de outras latitudes. As forças armadas, que são instituições modelarmente nacionais e, portanto, forças nacionalizadas, estão empenhadas nessa bela obra de patriotismo e, também, de previdência.

A entrosagem dessas medidas, aplicadas hábilmente, não nos fará temer qualquer possibilidade de incrustação de perturbadoras minorias étnicas no organismo nacional.

Produção e exportação

Adapta o Brasil sua produção às variações das necessidades da exportação, ou, mais particularmente admite a necessidade de substituir a cultura intensiva do café pela de outros produtos também muito procurado

A esta pergunta, o Presidente Getúlio Vargas responde:

Creio que já fiz notar a orientação do meu Governo nesse particular. Sem desamparar o café, que é ainda a chave do nosso intercâmbio comercial e cujas possibilidades como fonte de riqueza, está longe do seu limite de saturação, o Governo não cessa de incrementar o desenvolvimento de outros ramos de produção agrícola. Depois do café, o produto que ocupa uma posição de relêvo nos quadros da nossa exportação é o algodão. Outros já influem promissora e no cômputo das nossas trocas internacionais. A crise ensinou-nos, na sua lição duríssima, o caminho da policultura. Os problemas que, neste setor, cada nação tem a enfrentar não se resolvem apenas segundo os dados e as exigências dos interesses nacionais, porque estão, também, em função dos sistemas econômicos vigorantes em outros países. A tendência para a formação de autonomias fechadas, ergue, por toda parte, barreiras dificilmente franqueáveis ao comércio internacional. A ninguém passa despercebido este paradoxo da psicologia econômica contemporânea: os povos que mais trancam as suas fronteiras à circulação das riquezas de vária procedência, são, precisamente, os que, com maior afincamento, querem vender o excesso da sua produção. Tudo isso complica a posição dos problemas econômicos, em cada país.

### **O Brasil, a Cultura e a França**

Admitindo que as estatísticas indicam uma diminuição do intercâmbio entre o Brasil e a França, - diminuição, talvez, devida ao desenvolvimento das colônias francesas, formula o representante do Paris Soir, ainda, esta pergunta:

Acha o Presidente do Brasil que esse afrouxamento nas relações materiais pode acarretar algum enfraquecimento nos laços intelectuais entre os dois países?



O exame das estatísticas - responde o sr. Getulio Vargas - revela, sempre, muita coisa interessante. No caso presente, as relações de estreita cordialidade, que nunca deixaram de existir entre o Brasil e a França, poderão remover algumas das causas: aquelas que forem redutíveis naturalmente, como determinantes do fato observado. Quando há boa vontade e compreensão recíprocas, há, também, compensações. Se as nações se guiassem por essas normas, o Mundo estaria, hoje, mais tranquilo e os homens desfrutariam, na Terra, maior paz e maior confiança.

Quanto à segunda parte da pergunta, não me parece que o fenômeno contribua para desapertar os vínculos do comércio da inteligência que une as duas nações. Nem só de pão vivem os povos, pode-se, igualmente, dizer. Seria absurdo admitir que os interesses materiais fizessem desaparecer o entusiasmo pelas nobres criações de espírito, que só vivem e só se renovam nos puros climas da Cultura, de que a França foi e continua sendo poderosa centro de irradiação.

### **As caixas econômicas federais.**

(Discurso pronunciado na inauguração do edifício da Caixa Econômica de São Paulo)

Senhores: As caixas econômicas federais tiveram um surto novo e benfazejo. Algumas são, hoje, sólidos esteios do nosso ainda imperfeito aparelhamento de crédito E, se importante é o seu papel na formação do capital nacional, não o é menos a influência educativa que exercem sobre as diversas camadas sociais, pelo fato de estimularem a poupança e metódica acumulação de reservas e contribuir diretamente para a constituição do patrimônio da família.

Por isso mesmo, acedí, com especial satisfação, ao convite para inaugurar êste grande e imponente edifício, que, além de enriquecer o perfil arquitetônico da cidade, demonstra, com as instalações modelares dos seus serviços, o seguro e auspicioso desenvolvimento atingido pela Caixa Econômica Federal de São Paulo, sob a direção devotada e inteligente do Dr. Samuel Ribeiro e seus companheiros de administração.

Com efeito, as suas operações de depósito e empréstimos aumentaram de 10%, no segundo semestre dêste ano, em confronto com idêntico período do ano anterior, e o respectivo montante, que se aproximava dos 600.000, ultrapassou 700.000 :000\$000.

Por outro lado, demonstrativa da confiança pública é a circunstância de haverem crescido de quase 100.000 :000000 os depósitos, com mais de 25.000 cadernetas novas. O cotejo com a época de reorganização mostra, ainda, que, de meados de 1933 a 1939, o saldo de depositantes, computado em pouco mais de 200.000:000\$000, elevou-se a quase meio milhão de contos.

O que verificamos aqui não é obra de improvisação nem de aparência; resulta de um esforço dirigido e consciencioso, que se exprime em cifras animadoras.

Urge, portanto, que o exemplo seja seguido e os institutos de economia popular, espalhados em todo o Brasil, venham a constituir, nos anos próximos, legítima

garantia da saúde do nosso organismo econômico, impulsionando, com a massa respeitável dos recursos populares, os empreendimentos reprodutivos e as iniciativas honestas do comércio e das indústrias.

Da probidade de propósitos, do cuidado na defesa do patrimônio das classes pobres, depende o êxito dessas gestões. Estou certo de que os dinheiros da pequena economia mobilizados pelas Caixas Econômicas serão aplicados, sempre, em benefício da coletividade e para seu maior engrandecimento.

Faço votos, pois, pelo crescente progresso dêste estabelecimento e maior perfeição dos seus serviços, de forma a continuar correspondendo à confiança dos que nele guardam os seus haveres e à intenção do Governo, que é de bem servir o povo, aproveitando-lhe as energias e dirigindo-as com o fim de oferecer a todos os brasileiros dias mais prósperos e mais felizes.

### **O sentido continental das comemorações da independência.**

(Discurso pronunciado na inauguração do edifício da Caixa Econômica de São Paulo, em 29 de agosto de 1939)

Senhores: As festas cívicas dos países americanos ampliam, cada vez mais, a sua significação, transpõem fronteiras, ecoam por outras terras e se tornam motivo de conagração e exaltação dos ideais de concórdia, de labor fecundo e recíproco apoio.

Este Sete de Setembro, evocador da magna data da nossa história, aquela em que declaramos livre o solo sagrado cujos limites traçamos em admiráveis e audaciosas arremetidas, permite ressaltar o sentido continental destas comemorações.

Assistimos, na radiosa manhã de hoje, o desfile das nossas forças armadas, coesas e afervoradas no culto da Pátria, e, a seu lado, marchando ombro a ombro, garbosos e luzidos contingentes da mocidade militar argentina, e as bandeiras que desfraldavam, iluminava-as o mesmo sol, bafejava-as o mesmo vento, como a indicar-lhes o caminho comum das conquistas do bem e da justiça.

Serenados os ruídos marciais das paradas, o espetáculo maravilhoso e simbólico se renova, agora, neste estádio, onde a juventude das escolas, cantando em côro, louva a generosa terra americana, exalta as glórias do seu passado e as esperanças do seu futuro.

Os chefes e oficiais das forças de terra e mar da Argentina que nos honram com a sua visita, irmanados aos nossos por idênticas expansões de júbilo e orgulho, recebem, refletido nesses quadros, o testemunho dos princípios de fraternidade que regem a vida das Américas e lhes prometem dias de crescente felicidade.

Enquanto, nesta parte do Mundo, vivemos assim, em ambiente de serenidade e amistoso contacto, além- Atlântico, a guerra convulsiona a vida de povos admiráveis pelas obras que realizaram em todos os campos do progresso, - povos que foram os nossos mestres e os nossos guias. Infelizmente, não lhes foi possível resolver os seus dissentimentos sem recorrer à violência, que nada constrói, porque, depois do morticínio, a confusão será maior e o clima favorável a novas violências.

Olhemos a imensa desgraça, lamentando-a; pesemos-lhe as nefastas consequências e aproveitemos as suas lições, para fortalecer os nossos propósitos de paz, realizando a unidade espiritual do Continente pela comunhão de doutrinas e de interesses.

De nossa parte, ao pressentirmos o temporal, procuramos alertar a consciência coletiva do Novo Mundo, marchando resolutamente no sentido de uma completa aproximação dos países americanos, e esperamos possam eles, em breve, reunir-se em torno de um programa comum, numa conjugação de esforços e atitudes, para se fazerem mais fortes e respeitados.

Somos povos em estágio semelhante de evolução, e, por isso, cumpre-nos educar, trabalhar, criar riquezas, civilização própria e cultura autônoma. Nada nos falta para levar a bom termo esses objetivos: temos terras férteis, produzindo tudo; homens inteligentes e fortes, capazes de as desbravar e guardar. A união dentro dos ideais de soberania e a fidelidade aos nossos valores morais e tradicionais serão garantia suficiente contra todos os assaltos da desordem.

Sobre tais bases, chegaremos a construir a felicidade dos nossos povos, servindo-os realmente, em vez de utilizá-los para satisfazer ambições, excitar rivalidades, animar disputas ou provocar dissídios.

No Brasil, esforçarmo-nos por solidificar o edifício das novas instituições, sem nos escravizarmos à rigidez de esquemas doutrinários, que violentam e deformam a natureza humana.

A orientação adotada pelo Nacional visa, acima de tudo, assegurar o bem-estar de coletividade, sobrepondo-se aos prejuízos de casta e aos interesses de grupo, e as nossas leis sociais, nascidas da compreensão cristã da solidariedade, se destinam a amparar os fracos e a integrar os homens de trabalho na vida da Nação, possibilitando-lhes maior conforto físico e aperfeiçoamento moral.

Dentro de pouco, poremos em vigor mais duas leis de capital importância na reestruturação da nossa sociedade: o Estatuto da Família e a Lei Orgânica da Juventude Brasileira. Com elas definirá o Estado os princípios fundamentais da organização da família, como base da vida social, assumindo a tarefa de velar pela sua formação, desenvolvimento, segurança e honra, e mobilizará a juventude,

enquadrando-a numa grande instituição de finalidade patriótica e educacional. As novas gerações saberão como marchar para o futuro; aprenderão o destemor na ação, a disciplina construtiva e a alegria do esforço nobre e desinteressado.

Brasileiros: Sejamos fiéis ao culto dos nossos maiores, e a êles consagremos, nesta magna data, os votos da nossa devoção cívica.

Sob este claro céu, limpo de nuvens turvas e de ameaças, continuemos a trabalhar com afínco, preocupados sómente em forjar o nosso progresso e em engrandecer o patrimônio moral e material da Pátria.

### **A ação patriótica dos brasileiros.**

(Discurso pronunciado na esplanada do castelo, por ocasião de comemorar-se a “hora da independência”)

Brasileiros: Nesta hora histórica, ao reverenciarmos a memória dos grandes vultos e dos heróis hipônimos da Pátria, que por ela lutaram com o cérebro e o braço, o verbo e a espada, o livro e o ardo, alargando-lhe as fronteiras e consolidando-lhe as instituições, em ambiente assim aquecido de entusiasmo, sinto convosco a vibração das altas e nobres emoções.

Falo aos meus concidadãos de todos os quadrantes pátrios, - à mocidade cheia de generosas aspirações, aos homens de experiência amadurecida, afeitos ao trabalho e à luta pela existência; falo a todos aqueles que compartilham do nosso destino e, nos campos, nas fábricas, nos laboratórios e gabinetes de tudo, concorrem para engrandecer a nossa civilização.

Esquecendo as preocupações cotidianas, as divergências de opinião e as apreensões do momento, concentremos o pensamento e a atenção numa homenagem de reconhecido respeito aos construtores da nacionalidade.

Evoquemos o Brasil de ontem, ao incorporar-se, ainda sobrecarregado dos compromissos coloniais, à sociedade das nações livres, as responsabilidades do seu imenso território e apenas um punhado de brasileiros para defendê-lo; meditemos o milagre de esforço e tenacidade, de abnegação e heroísmo que os antepassados realizaram para entregar-nos intacto e enobrecido, tão vasto patrimônio de riquezas materiais e morais; e, decorrido um século, contemplei o Brasil de hoje, e o que ele representa para nós e para a humanidade. As antigas povoações e aldeamentos transformaram-se em cidades magníficas, centros de trabalho e cultura; as florestas desbravadas cederam lugar às searas e pomares; encurtaram-lhe as distâncias - a terra sulcada de caminhos e o céu coberto de asas metálicas. Emprestando perspectiva a esse panorama grandioso, poderemos imaginar, com orgulho, o Brasil de amanhã - Pátria vasta e fecunda, abrigando gerações ricas e fortes.

Rápido golpe de vista na situação mundial, tristemente aflitiva para os espíritos desejosos de justiça e de paz, evidencia o nosso desafoço e a possibilidade de continuarmos a obra de civilização encetada.

Na sua vida independente, de intensa atividade política, a Nação adquiriu apreciável experiência do regime democrático. As crises surgidas resolveram-se por forma a subsistir o que era básico. Passamos da Monarquia representativa e parlamentar à República presidencialista, mantendo inalterável a estrutura institucional, alicerçada no direito de representação, que é o próprio esteio da democracia. Essa tradição continua viva e cada vez mais fortalecida.

As resistências do regime aferem-se pela sua plasticidade às reações da vida social. Não o ameaçam aqueles que produzem e respeitam as leis, como também não o defendem os pregoeiros demagógicos, que vivem a semear apreensões e perigos, advindos dos próprios temores e de falta de firmeza nas convicções. Os pretensos salvadores da democracia transmudam-se, por vezes, nos seus piores inimigos, principalmente quando se apresentam sob o disfarce de atitudes messiânicas ou se arrogam o direito exclusivo de interpretá-la, como se fossem os criadores de tão velho sistema político. Melhor a resguardam e praticam os que trabalham em silêncio e cumprem sem alardes os seus deveres cívicos, conferindo ao voto um valor de consciência, não o mercadejando em benefício das ambições próprias ou alheias. Nesta matéria, como em tantas outras, falam mais expressivamente os fatos do que as objurgatórias e reivindicações facciosas. Foi o Governo atual quem colocou acima das injunções partidárias a verdade eleitoral, instituindo o voto secreto e os tribunais incumbidos de

apurar os sufrágios, estendendo os direitos políticos à mulher e dando voz, nas assembleias, às representações profissionais.

Se, na esfera política, apontam-se progressos substanciais de(???), mais ainda se pode dizer quanto às melhorias de caráter social. Pelos benefícios proporcionados aos trabalhadores e garantias oferecidas ao trabalho, completou-se a remodelação das instituições que, sob este aspecto, ainda refletiam as deficiências do regime anterior, baseado no braço servil e no patriarcado econômico.

Pela última vez, com as responsabilidades de Chefe da Nação, vos dirijo a palavra nesta data magna, e quero, por isso, retirar das minhas expressões qualquer ressaibo de desilusão pelas fraquezas humanas ou de ressentimento pelas incompreensões sofridas.

Tida obra de governo é obra de conjunto, de sinergia de esforços, de colaboração no plano do bem público. Jamais sobrepus opiniões e preferências pessoais aos interesses de ordem geral. Sempre aproveitei os mais capazes onde pudessem ser eficientes, não me arreando de confrontos e concorrências. Possivelmente, outros, em circunstâncias assim ingratas e delicadas, poderiam ter emprestado maior brilho às realizações e empreendimentos governamentais. De mim, porém, afirmo haver tratado os negócios públicos com ânimo de acertar e de bem servir à Pátria, fazendo o máximo possível em face das numerosas dificuldades de ordem política, econômica e financeira, que fomos obrigados a enfrentar. Examinei todas as sugestões viáveis e dignas; apoiei, dei corpo e execução às iniciativas úteis, sempre que se não tornassem onerosas ao futuro do país.

Moldei uniformemente a minha conduta, tendo em vista que o Chefe do Executivo, para ser considerado Chefe da Nação, precisa manter-se equidistante dos compromissos de classes, regiões ou partidos, agindo impessoalmente, de tal sorte que os seus atos possam refletir os sentimentos e a média dos interesses nacionais.

Já adquirimos bastante experiência, para não acreditarmos no fetichismo das fórmulas, e reconhecemos que o bem público não deve encontrar obstáculos nas leis e convenções jurídicas. Se estas dificultam o progresso, entravam a administração, fazem periclitar a segurança social, cumpre modificá-las ou revogá-las. A flexibilidade para adaptar-se às circunstâncias do ambiente, e não a rigidez formalística, é a peculiaridade característica da democracia. Quando essas circunstâncias assumem caráter imperativo, o acertado será não antepor-lhes diques, sim conformar-se com os fatos, alterando os textos, substituindo-os e emprestando ao poder público novas formas de ação. Ninguém pode governar sem atender, primordialmente, às necessidades e interesses do povo, que carece de ordem e trabalho, asseguráveis, somente, pelo fortalecimento da autoridade.

O país atravessa um.a fase de franca recuperação:os índices da produção aumentaram; os empreendimentos tomaram vulto; o comércio interno e as exportações ampliaram-se; a iniciativa privada retomou a sua expansão, e o poder público passou a levar a todos os setores de atividade cuidados de organização e amparo. Situação assim auspiciosa não seria atingida se faltasse o esforço sistemático e persistente do Governo, que, para satisfazer exigências inadiáveis da vida nacional, apenas contou com os recursos da própria economia. No concernente à política externa, permanecemos fiéis às grandes linhas tradicionais. Por índole e educação, o Povo Brasileiro é essencialmente pacifista. Nada reclama, além do respeito à sua soberania. Não o inquiete(???). Donos de um vasto país, onde não faltam campos para semear e possibilidades de progredir, e cujas leis asseguram a todos os direito de viver próspera e dignamente, cultivai o entusiasmo viril e o amor ao trabalho; praticai as virtudes cívicas e os deveres de cooperação — fatores poderosos para elevação do homem e engrandecimento dos povos; ampliai os sentimentos de solidariedade além do círculo restrito dos vossos lares; continuai a trabalhar (???) Brasil unido e forte, prezando a ordem como supremo bem e amando a paz entre todos os homens e todas as pátrias!

(???)tam preocupações de hegemonias nem litígios de fronteiras. Os problemas prementes, que afligem outros povos - questões de raças ou carência de espaço, não existem para nós. Desejamos viver em paz com as demais nações, especialmente com as do Continente americano, a que nos ligam afinidades étnicas e idênticos objetivos de ordem econômica e social. Conduta assim uniforme, de colaboração e concórdia, não exclui, entretanto, o cuidado pela nossa defesa. Ser pacifista não é permanecer inerte.

Possuímos um território de 8.500.000 quilômetros quadrados e um litoral de mais de 3.000 milhas a resguardar; e, para tanto, precisamos estar preparados aparelhando, exclusivamente com fins defensivos, as forças armadas, que constituem, pela disciplina, valor e capacidade de devotamento, a mais sólida garantia da ordem e o mais forte núcleo de coesão nacional. Brasileiros: Nesta hora de

culto cívico, com os olhos voltados para o nosso glorioso Pavilhão, aproximemos espíritos e corações, num movimento espontâneo de fé e patriótica.

### **Os problemas nacionais no Estado Novo.**

(Entrevista a gazeta del Popolo - Itália).

Estatura mediana, vestimenta sóbria, gestos comedidos, fisionomia clara, exprimindo a bondade, a decisão, a segurança de quem descortina seu caminho até ao fim. Olhar agudíssimo e voz forte, sem meios tons. Nenhuma pose ditatorial. Grande simplicidade e espontaneidade de atitudes. Eis, em poucos traços, o Presidente Getulio Vargas.

Respondendo a uma pergunta sobre os últimos acontecimentos do Brasil, S. Exa. desenha, rápido, o quadro da situação brasileira anterior a 10 de novembro de 1937.

O meu Governo - diz - nasceu de um movimento revolucionário. A Assembléia Constituinte de 1934 deu-lhe fisionomia legal, para que eu pudesse continuar a obra de reconstrução econômica e financeira, iniciada em 1930. Nossos maiores esforços orientaram-se no sentido de criar atmosfera de confiança, propícia ao desenvolvimento das instituições democráticas. Ao mesmo tempo, procedíamos ao aperfeiçoamento da obra de justiça social, pondo em prática um programa capaz de satisfazer as legítimas aspirações das classes trabalhadoras, sobretudo, na parte relativa a garantias elementares de estabilidade e segurança econômicas, sem as quais o indivíduo não pode tornar-se útil à coletividade. Contrastando com as diretrizes do Governo, preocupado em dar novo impulso às atividades gerais e ao ritmo construtivo da vida do país, os quadros políticos permaneciam estacionários. Velhos e novos partidos nada exprimiam ideologicamente, permanecendo na sombra das ambições pessoais e predomínios locais. Para provar a desorganização de nossa vida política, tivemos o problema da sucessão transformado em campanha demagógica perante o completo desinteresse das forças vivas da Nação. A inércia dos quadros políticos tradicionais e a degenerescência dos partidos em clãs facciosos são fatores que, fatalmente, levam o problema político para o terreno da violência e da luta social. Tanto é verdade isto, que os preparativos eleitorais foram substituídos, em vários Estados, por preparativos militares. O caudilhismo regional, disfarçado em organizações partidárias, armava-se para impor à Nação suas decisões, ameaçando, ostensivamente, a unidade nacional. Por outro lado, a penetração e a atividade dos comunistas ameaçavam as instituições, exigindo o reforço do poder central. A consciência de nossas responsabilidades mostrou-nos o nosso dever.

Convictos de que a Nação não possuía meios eficazes de defesa contra os inimigos externos e internos, decidimos dotar o Brasil de uma estrutura legal, reformando a Constituição de 1934 e promulgando outra, mais compatível com os nossos problemas e com as exigências do momento histórico do Brasil. A 10 de novembro, instaurávamos um regime forte de justiça, de paz e de trabalho, que as forças armadas reclamavam e o povo aceitou com as maiores manifestações de regozijo. Esta e não outra é a definição verdadeira da nova realidade brasileira.

Respondendo a pergunta sobre se a nova situação pode ser considerada como lógico desenvolvimento da Revolução de 1930, o Presidente concluiu afirmativamente.

Acrescentou S. Exa. que os objetivos imediatos do Governo consistem em dar autoridade à Nação, fornecendo-lhe instrumentos de poder real e efetivo com que possa dominar as influências desagregadoras e construir livremente a sua história e o seu destino. A política financeira e econômica, constituindo a herança do passado, será adaptada aos novos problemas mundiais e nacionais. O serviço da dívida externa está numa situação que impõe a suspensão de pagamentos. Não se trata de suspensão definitiva, porém transitória, até se encontrarem os meios de enfrentar os compromissos sem empobrecer o organismo econômico, pois não é possível pagar dívidas antigas recorrendo ao ruinoso processo de contrair novas.

O Governo preocupar-se-á com o desenvolvimento dos transportes e das comunicações, conforme um vasto plano de ligação dos centros de produção e consumo com os centros de exportação. Procurará criar a grande indústria siderúrgica, explorando as riquezas minerais do país. Outro problema que reclama atenção imediata do Governo é o do café, que constitui a principal atividade econômica do Brasil. O Governo já adotou medidas tendentes a dar aos produtores e exportadores maior liberdade de ação, livrando-os de pesos absurdos. Outras providências estão sendo

estudadas, e nenhum esforço será poupado para reconquistar os mercados consumidores. Ao mesmo tempo, proceder-se-á à organização das forças econômicas nacionais, conforme as mais modernas concepções. A nova Constituição institui um Conselho de Economia, cuja atribuição principal é promover a organização corporativa.

Qual o lugar reservado ao trabalhador, no novo Estado brasileiro?

O Presidente responde com precisão e clareza:

O trabalho é o único instrumento capaz de conduzir-nos à grandeza a que aspiramos. Portanto, reservamos ao trabalhador lugar de honra; faremos tudo para estimulá-lo, protegê-lo, garanti-lo em seus direitos. Possuímos já legislação assegurando às classes trabalhadoras plenos direitos; porém queremos aperfeiçoá-la e completá-la ainda mais. Relativamente ao capital, nacional ou estrangeiro, concebemos a sua função como cooperadora no desenvolvimento da economia e da prosperidade do país. O capital não deve sobrepor-se, mas servir, aos interesses gerais da coletividade. Solicitaremos e facilitaremos a entrada de capitais que possam tornar-se úteis ao nosso progresso industrial e agrícola.

Como encara V. Exa. as relações entre o capital e o trabalho?

O Chefe do Governo Brasileiro responde que não existem motivos para considerá-los duas potências inimigas: são dois fatores da produção em pé de perfeita igualdade, completando-se para alcançarem o objetivo único do levantamento da economia nacional. O novo Estado desenvolverá ação no sentido de harmonizar esses dois elementos de progresso, assim como promoverá a íntima colaboração deles com as classes, eliminando os atritos prejudiciais. A finalidade principal é alcançar o equilíbrio dos interesses e das forças econômicas. Conflitos e controvérsias eventuais resolver-se-ão pela intervenção da magistratura do trabalho, com poderes suficientes para solucionar todos os problemas desse gênero.

O Presidente acrescenta que, enquanto se procede à disciplina das forças no setor econômico, desenvolver-se-á, no setor político, obra de liquidação das velhas situações, capaz de nivelar a consciência e o pensamento das massas. A luta contra o comunismo será intensificada até alcançar o máximo grau de eficiência. O comunismo — conluo — não conseguirá jamais o direito de cidadania no Brasil e não tornará o nosso país teatro das façanhas sinistras verificadas em alguns outros.

### **A atualidade brasileira e a solução de seus problemas.**

(Discurso pronunciado no Palácio do Catete, ao ser inaugurada a Conferência Nacional de economia e administração, a 10 de novembro de 1939)

Senhores: A reunião de hoje constitui uma inovação que considero das mais felizes iniciativas do meu Governo, entre outros motivos porque, congregando-nos em torno desta mesa redonda, mostra e simboliza a nossa posição em face das responsabilidades do poder público, colocados no mesmo plano, equidistantes e unidos no empenho de resolver problemas de capital importância para a vida do país. Não foi mera coincidência a data escolhida para a instalação dos trabalhos preparatórios da Conferência Nacional de Economia e Administração. Houve o propósito deliberado de assinalar o segundo aniversário do regime de 10 de novembro com um ato fundamental para a nova ordem de coisas, tanto pela sua significação político-administrativa, como pelas repercussões que, seguramente, terá em nossa evolução econômica.

Os delegados do Governo Nacional não se congregam, em 1939, sob o mesmo signo estritamente político das antigas convenções de governadores, antes de 1930, destinadas a homologar o simulacro da escolha de nomes para os postos da alta administração. Ao invés do ajustamento de fórmulas para satisfazer ambições de grupos e acomodações partidárias, o que vamos fazer é abordar e debater problemas que interessam a todas as zonas do país e à própria nacionalidade. Para levarmos a cabo semelhante tarefa, com probabilidades de êxito, torna-se indispensável pensar e agir com patriotismo, dedicação e largueza de vistas. Estou certo de que, em qualquer circunstância, sabereis colocar acima de tudo, mesmo do interesse imediato e restrito de um Estado ou região, o interesse do Brasil, que deve merecer de todos, nós absoluta preferência. A nossa reunião visa, precipuamente, coordenar atividades do poder público em todos os seus setores de ação. As preliminares foram solidamente estabelecidas através de um grande inquérito, e as conferências dos secretários de Fazenda e seus técnicos, em boa hora promovidos pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças,

demonstraram, de sobejo, a urgência de medidas que conduzem ao máximo aproveitamento dos recursos financeiros dos Estados e Municípios, em conexão com as iniciativas do Governo da União. Os fatos evidenciam que poderemos auferir proveitos muito maiores e multiplicar os resultados de nossos esforços se procurarmos realizar uma política administrativa de colaboração permanente e uniforme. As competições facciosas e particularistas relegaram para segundo plano, durante muito tempo, o encaminhamento de questões verdadeiramente substanciais para o progresso nacional. Vamos fazer, agora, a tentativa mais séria da administração, nesse sentido, ajustados ao propósito de evitar desperdícios de energia e articular todos os esforços construtivos. Os dados que temos em mão permitem apreender, nos seus variados aspectos, a realidade da vida nacional e deduzir as soluções aconselháveis e possíveis.

### **O Inquérito Municipal e seus Resultados**

A fonte de informações para a qual o Governo entendeu de apelar foi o Município, solicitando, em cada um, a colaboração de um pequeno grupo de pessoas que pudessem com certa segurança, descrever e relacionar os aspectos dominantes em cada localidade. Os resultados colhidos se apresentam com a responsabilidade de 13.189 colaboradores que, em todo o país, responderam com louvável presteza ao apelo do Governo Federal. O inquérito foi executado por intermédio da Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças, de acordo com instruções diretas da Presidência da República. O questionário organizado comportava quatorze capítulos, com perguntas e mais de 800 itens. As perguntas não ofereciam dificuldades, e isto ficou bem demonstrado pela rapidez com que as devoluções foram feitas. Seis meses depois de lançado o inquérito, 95% dos Municípios já haviam remetido suas informações. Tal como se fôsse um instantâneo fotográfico, o questionário com as suas indicações nos mostra o panorama brasileiro, na sua realidade insofismável, num momento determinado. Estes resultados não são propriamente estatísticos: são informativos. Constituem, entretanto, uma síntese completa das nossas possibilidades, assim como das nossas deficiências. Foram pesquisados os seguintes setores: produção, recursos naturais, explorados ou não, condições de trabalho, comércio, indústria, transportes e comunicações, saúde, educação, finanças e administração. A agricultura constituiu, logicamente, um dos pontos fundamentais do inquérito por meio do qual sabemos que é praticada em 97% dos Municípios, ou sejam 1.437. As investigações feitas revelam, em seguida, que só em 49% do total os seus resultados são relativamente apreciáveis. E isto se verifica, sobretudo, devido à escassez de assistência e orientação técnicas, havendo 776 Municípios que apontam sua inexistência. Por outro lado, 708 Municípios informam que as moléstias, pragas ou desastres tem prejudicado as lavouras, salientando a frequência da saúva, da lagarta rosada, do curuquerê. Fatores climáticos ocorrem, também, com prejuízo para a agricultura, como as geadas, que têm sido prejudiciais em 227 Municípios; as enchentes, em 259; e as secas, em 626. É oportuno registrar que as derrubadas e queimadas estão sendo feitas em 1.267 Municípios, enquanto o reflorestamento só se faz, e, ainda assim, segundo um critério arbitrário, em 115 Municípios. O exemplo de algumas lavouras depauperadas em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo deve ser lembrado, para que as derrubadas se tornem menos frequentes e menos intensas. Além das secas periódicas e da redução do volume das águas, começa a se desenhar um problema realmente grave e que cumpre evitar - a erosão. Quanto aos processos de trabalho e assistência técnica à lavoura, os resultados do inquérito revelam outros aspectos dignos de atenção. Entre estes, a mecanização das lavouras, verificada apenas em 337 Municípios, sendo que, mesmo incluídas as máquinas mais rudimentares, somente 837 Municípios têm sido beneficiados pelo seu uso. A tração mecânica ocorre em pouco mais de 300 Municípios, com predominância nos Estados da Paraíba, Alagoas, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Do Acre ao Maranhão, pela bacia amazônica, encontramos tração mecânica apenas em oito Municípios. A própria tração animal, que convém estimular, evitando por esse meio a importação ou o consumo de combustíveis caros, só se registra em 67% dos Municípios, ou seja em 992. A assistência técnica à agricultura necessita, portanto, ser desenvolvida. Encontramos agrônomos e técnicos rurais apenas em 344 Municípios: 38 de Minas Gerais, 38 de São Paulo, 37 da Paraíba, 30 do Rio Grande do Sul, e os demais disseminados em 16 Estados. A Paraíba é o Estado onde há maior percentagem de Municípios providos de agrônomos ou de técnicos rurais: 37 Municípios, em um total de 39, informam que possuem técnicos rurais ou agrônomos. Os campos de semente, embora muitos deles fomentados pela própria União, se distribuem, ao todo, através de 15% dos Municípios. Talvez resulte daí uma das causas da falta de homogeneidade da nossa produção

agrícola. Temos de incentivar a criação desses campos, que deverão funcionar como centros experimentais e de demonstração prática para os agricultores de cada zona ou região. Com eles e com o agrônomo regional, outra iniciativa, já lançada pelo Governo em 1936, poderá ser dada aos agricultores uma orientação adequada, valorizando-lhes o trabalho e as terras. Evitar-se-ia também a tentativa de novas atividades, nem sempre recomendáveis. Acreditando que a lavoura lucrativa numa zona, também o possa ser em outra, agricultores de 668 Municípios tentaram, nos últimos tempos, formar lavouras novas. Os resultados foram negativos em 225 Municípios, causando desânimo e prejuízos. Há uma intensa operosidade nos campos e é preciso ampará-la. Muitas lavouras estão sendo tentadas, em várias regiões, pela primeira vez. Entre estas sobressaem o algodão, em 283 localidades; a cevada, em 20; o lúpulo, em 3; a aveia, em 3; o amendoim e o girassol, em 15; o trigo em cerca de 200; a mamona, em 171. As mesmas lavouras são praticadas, há mais tempo, em 809 Municípios, o algodão; em 47, cevada; em 3, o lúpulo; em 47, a aveia; em 129, o amendoim, e, em 121, o trigo. A cultura do trigo vem sendo intensificada, notadamente, nos Estados do Sul. O Governo Federal empenha-se na execução do programa iniciado em 1936, criando estações experimentais e campos de seleção e multiplicação de sementes, e reforçando, por esse meio, o concurso daqueles que colaboram para o desenvolvimento da nossa economia. Para atendermos às condições impostas pela concorrência, necessitamos organizar a nossa produção, criando tipos determinados, selecionando espécies, padronizando, finalmente, os produtos de exportação. E essa padronização, no setor da agricultura, deve ser iniciada desde a escolha dos terrenos e das sementes. A criação, pelos Estados, de alguns centros de preparação elementar do homem para a vida do campo é uma providência que devemos considerar entre os assuntos a serem debatidos. Subdividindo os encargos e situando com precisão os problemas, poderemos obter resultados mais eficientes com a cultura do milho, que se faz em 1.215 Municípios; a do feijão, em 1.141; a da mandioca, em 975; a do arroz, em 927; a de batatas, em 455; a de tantas outras, tão generalizadas e exploradas sem os conselhos da técnica, pelo que oferecem, frequentemente, resultados mínimos e, às vezes, negativos. A própria lavoura de cana só nestes últimos tempos está recebendo os benefícios das Estações Experimentais de Campos, no Estado do Rio, da do Curado, em Pernambuco, estabelecimentos criados e reorganizados pelo Governo Federal. O café, cultivado em 637 Municípios, a nossa principal lavoura, constituía, até 1937, quando instalámos as Estações Experimentais de Botucatu e de Juiz de Fora, exemplo de empirismo agrícola. A lavoura mais lucrativa do Brasil, neste momento, é a do algodão, e isto devido à assistência técnica que lhe temos dispensado. A produção, entretanto, não está na dependência apenas dos elementos já referidos. O inquérito nos revela a situação dos serviços de transportes, de saúde e de crédito, em relação à agricultura. O produtor que não dispõe de meios de transporte para seus produtos não pode ter maior interesse em desenvolver suas atividades. Por outro lado, não é fácil imprimir um ritmo seguro aos trabalhos rurais onde o aspecto sanitário das populações exige intensa atuação da parte dos poderes públicos. Outro problema à espera de impulso decisivo é o que se refere ao crédito, sobretudo, para o pequeno produtor. Entre os 738 Municípios que têm obtido melhor rendimento nas aplicações agrícolas, nada menos de 689 estão a reclamar crédito ou facilidades de financiamento. Do Acre à Paraíba e, ainda, compreendendo Goiás e Mato Grosso, apenas 36 Municípios declaram contar com alguns recursos de crédito para suas atividades rurais. Os dois Estados que oferecem melhor índice, neste particular, são Minas Gerais, com 95 Municípios relativamente beneficiados pelo financiamento, e São Paulo, com 35. A seguir, temos o Rio Grande do Sul, com 21, Pernambuco, com 17 e Bahia, com 14. Ao todo, somente 248 Municípios, excluídas as cooperativas, responderam favoravelmente, mesmo assim, fazendo, às vezes, revelações de natureza muito grave quanto às taxas cobradas e que alcançam de 10 a 12%, em bom número, até 18, 20, 24%, havendo casos de 30% ao ano, e, até mesmo, de 5% ao mês. Quanto aos transportes, o problema é ainda mais complexo. Apesar de uma razoável quilometragem de rodovias, ferrovias e de linhas fluviais, 561 Municípios sentem falta de transportes. A simples existência da rodovia, ferrovia ou rio navegável nem sempre é o suficiente. O Governo Federal tem dispendido e continua dispendendo soma apreciável em construção de estradas de rodagem; elas, porém, estão servindo de preferência para fonte de renda de alguns Estados e Municípios que taxam o tráfego de veículos, dificultando o seu maior e melhor aproveitamento. O inquérito demonstra que a região amazônica conta, para os transportes comerciais, apenas, com a via fluvial; e, como o número de embarcações que transitam pelo grande rio é, relativamente, muito reduzido, há, realmente, falta de meios de transportes. Acresce que do limitado número de pequenos navios, alguns se dedicam aos transportes nos rios Araguaia e Tocantins. Do Acre ao Piauí, apenas 18



Municípios são cortados por estradas de ferro; do Ceará à Baía, onde temos um total de 467 Municípios, são atravessados por estrada de ferro 181; do Espírito Santo até ao Rio Grande do Sul, a média é regular, estando sempre acima de 50% o número de Municípios cortados por ferrovias; Goiás e Mato Grosso, neste setor, como em tantos outros, ficam em igualdade de condições com a primeira região citada; dos seus 80 Municípios, apenas em 13 passam estradas de ferro. Em resumo: há vias férreas em 47% dos Municípios brasileiros, o que não quer dizer que 47% dos nossos Municípios possam efetivamente contar com este meio de transporte. Na parte referente às rodovias, se incluirmos todos os tipos de estradas, desde as de primeira classe até às carroçáveis, a percentagem se eleva: encontramos essa via de transporte em 83% dos Municípios. Do Acre ao Piauí, 83 dos seus 192 Municípios dispõem de algumas estradas de rodagem; do Ceará à Baía, há 387 Municípios na mesma condição; do Espírito Santo até ao Rio Grande, sempre incluídos todos os tipos de estradas, a média é superior a 90%, e, em Goiás e Mato Grosso, superior a 60%. Em resumo, encontramos estradas de rodagem, compreendendo todas as categorias, em 1.231, ou seja em 83% dos Municípios. Ao longo do litoral, temos 166 Municípios. Nem todos eles dispõem de transportes marítimos. Entre os portos principais e os menores, que apenas servem para pequenas embarcações, têm escoamento de seus produtos por via marítima 150, mais os do Pará e Amazonas. As tropas, carros de bois, ou carroças, são os transportes preferidos, sobretudo, para as comunicações internas. Oferecem a grande vantagem de poupar os combustíveis importados ou adquiridos a altos preços, convindo, entretanto, ressaltar a parte que diz respeito à conservação das estradas de rodagem. A percentagem de Municípios em que encontramos tropas é de 65%, ou sejam 964 Municípios; a de carros de bois, 64%. As carroças utilizadas no Sul são menos frequentes da Baía para o Norte. pelo que a percentagem cai para 59%, ou sejam 876 Municípios.

Dentro do capítulo Transportes, temos, ainda, vários aspectos focalizados; tarifas, tráfego mútuo, articulação, em geral, dos meios de comunicação, revisão de bitolas, construção de armazéns, entrepostos, embarcadouros, poslos e outros. Há outro fator que importa na determinação do índice de eficiência das atividades rurais: a saúde. A região compreendida entre o Amazonas e o Piauí, onde há escassez de braços para as lavouras e indústrias extrativas, é ainda sacrificada pelas más condições sanitárias. A malária e a opilação atingem índices muito elevados, sempre superiores a 80% do número de Municípios. Do Ceará até Pernambuco, cai o índice da malária, mas cresce o da epilação. Para a primeira, a média é de 30 a 5070 dos Municípios; para a segunda, é de 70%. A zona seca influe decisivamente contra a malária. De Alagoas até ao Rio Grande do Sul, a opilação ocorre sempre numa proporção superior a 60% do número dos Municípios, menos no Paraná, que é de 53% e a malária, ao contrário, oscila desde 4 até 60 e, menos, 80% em Mato Grosso.

A malária interrompe, com frequência, as atividades do trabalhador, mas a opilação definha-o. O combate intenso e sistemático a esses males continua. Nestes últimos cinco anos, o Governo Federal tem destinado elevados recursos. Dois outros estão merecendo, também constante atenção e não dispensam, igualmente, a ação conjunta dos vários órgãos da administração: a tuberculose e a lepra. A rede de leprosários e de sanatórios que a União vem construindo e subvencionando em todos os Estados é, apenas, o início de uma grande campanha. O inquérito é, nesta parte, minucioso; e os aspectos sanitários não podem deixar de figurar entre os problemas a debater e examinar. A produção pastoril, uma das nossas principais riquezas, até aqui revelada, somente, pelas estatísticas, oferece-nos, no inquérito em aprêço, indicações de maior interesse. Foram fixadas as raças nacionais, estrangeiras, e mixtas, para corte e leite, dominantes em 1.269 Municípios, dos quais apenas 105 se julgam orientados tecnicamente. Em 611 Municípios, os postos não são tratados; o couro é prejudicado pelos bernes, carrapatos, cêrcas de arame farpado e marcas a ferro. Dos 1.269 Municípios investigados, em 1.225, é usual a cêrca de arame farpado; e a marcação a ferro ainda se faz em todo o país, sendo oportuno lembrar a necessidade de uma ação coordenada no sentido de instruir os criadores sobre os prejuízos que decorrem desta prática. Os banheiros carrapaticidas e os silos são raros, apesar dos prêmios em dinheiro concedidos pelo Governo Federal. Apenas 101 Municípios informam a existência de silos, e 375 a de banheiros carrapaticidas, em suas fazendas. A assistência técnica à criação, comparada com a que se dispensa à lavoura, é muito restrita.

O ensino primário rural é outro problema de grandes proporções a ser resolvido com a colaboração do Município, do Estado e da União. Estão em funcionamento 36.652 escolas primárias; apesar desta cifra, são reclamadas, para o meio rural, nada menos de 36.887. Seria o caso de criar, com a devida presteza, uma rede de escolas normais rurais como centro de preparação de algumas centenas

de professoras especializadas, que, por seu turno, constituiriam o corpo docente de outras escolas. O cooperativismo ainda não se desenvolveu como é necessário. O inquérito revela a organização e funcionamento de cooperativas, somente, em 189 Municípios. Entretanto, é através de organização cooperativista que temos de levar a assistência financeira aos produtores agrícolas. No setor dos minerais, apuramos a ocorrência de ouro em 206 Municípios; ferro, em 194; manganês, em 109; cristal de rocha, em 188; malacacheta, em 144; pedras preciosas, em 142; pedras coradas, em 57; carvão, em 37; amianto, em 31; chumbo, em 20; caulim, em 84; bauxita, em 14; breu, em 6; pinta, em 11; rutilo, em 19; prata, em 57; níquel, em 16; cromo, em 3; e dezenas de outros minerais foram, ainda, localizados e serão identificados em seguida. As turfas e chistos betuminosos, já em exploração, ocorrem em alguns Estados. O comércio de todos os produtos minerais está sendo feito com bons resultados, havendo mercados para produtos de alto preço, como níquel, manganês, rutilo, minério de chumbo, cristal de rocha, bauxita, malacacheta e outros. Desenvolve-se progressivamente a indústria do carvão; e, recentemente, foram determinadas várias providências em benefício das jazidas de Santa Catarina. A indústria do mármore começa a figurar em lugar de relêvo. O minério de cobre, além de nos libertar da importação de fios de metal de que tanto necessitamos, sobretudo, para a indústria da eletricidade e para as fundições, é possível que se torne mercadoria de exportação. Alguns destes minerais, bem como outras matérias primas de que somos grandes possuidores, devem, em regra, ser beneficiados na região em que ocorrem, passando por tratamento ou preparação que os torne capazes de suportar as despesas de transporte até aos centros industriais ou portos de embarque. É o caso do níquel, dos mármore, do carvão, etc.. Outra riqueza considerável à nossa disposição é o potencial hidráulico do país. Temos quedas d'água de capacidade variada, em cerca de 800 Municípios, e que são, relativamente, aproveitadas, apenas, em 439. Além da parte aproveitada, informam que dispõem de pequenas, ou grandes, quedas e cachoeiras ainda não aproveitadas e capazes de mover usinas elétricas 862 Municípios; de mover turbinas, 874, e moinhos, 924. Para um país que importa combustíveis, este potencial hidráulico tem a mais alta significação, sobretudo, pela sua distribuição através de cerca de 900 Municípios, o que permitirá proporcionar a quasi todo o país os benefícios da energia elétrica. No setor da produção vegetal, temos, igualmente, algumas revelações importantes, sobretudo, porque, algumas vezes, representam a redução ou suspensão de certas importações e, em outras, indicam novos produtos de exportação. Os óleos vegetais, disputados pelos maiores mercados do Mundo, embora já concorrendo para melhorar a balança comercial, devem ser explorados racionalmente. O seu desenvolvimento virá dar uma nova e revigorante força econômica aos Estados do Norte, onde as sementes oleaginosas são nativas. Basta considerar que o consumo dos óleos vegetais no Mundo orça, hoje, em cerca de 20.000.000 de toneladas, com um valor aproximado de 200.000.000 de libras esterlinas. As novas exportações ainda são, relativamente, insignificantes, convindo, portanto, que seja fomentada esta nova indústria, incrementando-se a cultura racional das sementes, padronizada a sua produção, a fim de nos aparelharmos para concorrer com vantagem, no mercado internacional. Até 1938, exportávamos sementes de oiticica, em lugar do óleo. A proibição de embarques de sementes criou a indústria do óleo no Piauí e Ceará, onde a produção de 1938, no segundo destes Estados, foi de 3.549 toneladas, no valor de 12.200:000\$000, superada em agosto deste ano, pois atingiu a 7.000 toneladas, no valor de 32.000:000\$000. Com a suspensão de algumas atividades na China, devido à guerra do Oriente, crescem as possibilidades do óleo de oiticica, substituto do óleo de tung. É urgente realizar-se um censo das possibilidades reais desta indústria extrativa, calculando-se e fixando as áreas em que devemos concentrar todos os esforços.

A mamona é outro produto de exportação. Como já vimos, nada menos de 171 Municípios se interessaram pela sua produção nos últimos anos. A mamona é explorada, atualmente, em 522 Municípios. Nossa exportação foi de 120.000 toneladas em 1937, quando passávamos a ser os grandes fornecedores deste produto ao Mundo. Temos, entretanto, de valorizá-la, fazendo aqui mesmo a sua transformação em óleo e o aproveitamento dos sub-produtos.

O mesmo se verifica com as sementes de algodão, lavoura generalizada, das quais se retiram vários subprodutos, além do óleo. As possibilidades da cariaúba crescem cada dia. O óleo de dendê, cuja produção tem se desenvolvido, é outro produto para o qual temos mercados ilimitados. O babassú, outro produto de larga colocação no mercado internacional e cujos sub-produtos são, igualmente, de alto valor, precisa sair do aproveitamento precário para o da exploração racional e intensa. As fibras vegetais, pouco aproveitadas até agora, merecem, atualmente, as atenções do Governo Federal, que deseja estimular sua produção, com dois objetivos: que são elas nativas - da

Baía ao Ceará e, também, na região amazônica, as que lhe são peculiares, como a uacima e a juta. As plantas medicinais da Amazônia, entre as quais, o timbó, produto de franca exportação, devem passar, agora, para o primeiro plano das atividades daquela região. A exploração e industrialização das madeiras para comércio interno e de exportação podem tornar-se mais lucrativos se fixarmos, para outras regiões, certas espécies, reservando, para o futuro, as florestas que, se exploradas agora, importarão mais em prejuízo do que em lucro próprio. Temos madeiras, como o cedro, em 912 Municípios, em todos os Estados; a peroba, em 630; o pinho, em cerca de 100; a aroeira, em 410; o jacarandá, em 317; o jequitibá, em 144; o ipê, em 679; a imbuia, em 51, e o carvalho, em 14, para citar, apenas, algumas. As essências vegetais, como a andiroba e a sucupira, sobretudo na Amazônia e no vale do Rio Doce, são preciosas. O ouricuri, na região do São Francisco e do Nordeste, é outra grande riqueza que se desenvolve. No Sul, temos o quebracho, ainda não aproveitado convenientemente. Conforme acabamos de ver, os problemas que reclamam orientação segura e coordenada são numerosos. Em face das necessidades e das possibilidades, vistas em conjunto, não só em relação à economia interna, como internacional, cumpre estabelecer uma norma de ação definida, articulando esforços e coordenando todas as disponibilidades no sentido de dar ao progresso do país impulso constante e decisivo.

Conclusões a que devemos chegar Com o material abundante e seguro que está à vossa disposição, no Conselho Técnico de Economia e Finanças, será possível ordenar um plano completo e imediato de ação. As verificações feitas pelos órgãos do Governo central indicam que a agenda dos trabalhos da Conferência Nacional de Economia e Administração, a reunir-se na segunda quinzena de março próximo, deverá constar de duas ordens principais de questões: as que dizem respeito, uniformemente, a toda a Nação, e as peculiares às cinco zonas econômicas que constituem a divisão clássica do país. Entre as primeiras, as mais urgentes dizem respeito à produção, ao crédito e ao transporte.

Cumpra, precipuamente: cuidar da produção, delimitando as zonas de culturas vegetais e animais em função da ecologia; promover a cultura das fibras nativas, nas suas zonas de origem, e estudar processos para a industrialização delas; fixar os padrões de produtos ex-portáveis; fornecer meios de pesquisar as riquezas minerais, promovendo um balanço seguro das nossas necessidades, importações e possibilidades internas; selecionar os rebanhos e determinar as zonas mais adequadas às diversas espécies de bovinos, cavalares, suínos, ovinos e caprinos, industrializando os sub-produtos de origem animal; desenvolver a pequena produção animal, sobretudo, a avicultura e a apicultura. Em relação ao crédito, é preciso, por todos os meios possíveis, inculcar ao povo o hábito da economia e induzir os produtores a se organizarem em cooperativas. Nos transportes, o objetivo primordial deve ser o estabelecimento da homogeneidade do mercado interno com a sistematização das comunicações, aproveitando a rede fluvial e articulando-a aos principais troncos de linhas férreas e rodovias. Para tanto, é preciso mobilizar todo o potencial da União, das unidades federadas e dos próprios Municípios, e evitar o erro, até agora cometido, que consiste em dotar suficientemente uma ou outra zona, sem cuidar de dar-lhe articulação conveniente. Resulta daí, geralmente, a limitação do intercâmbio às saídas marítimas, que obrigam a despesas muito grandes, nem sempre compensadas, com o aparelhamento de portos de reduzido movimento. A uniformização da política demográfica é outro ponto que necessitamos debater. Aos Estados cumpre inventariar suas terras devolutas, facilitando a formação de colônias, quer pela afluência de elementos nacionais, quer pela imigração. A exemplo de outros países, devemos atrair o afluxo de imigrantes, colocando o solo ao alcance de todos que desejem trabalhá-lo. Ainda outros temas, que dizem respeito ao material humano, precisam de ser debatidos de forma definitiva. A adaptação do trabalhador do campo depende, em grande parte, do ensino rural. Escolas rurais, de sentido eminentemente prático, e escolas técnicas, funcionando junto às fábricas e empresas existentes, são outras tantas iniciativas inadiáveis. Na ordem administrativa, impõe-se reajustar a organização dos Municípios à letra e ao espírito do art. 29 da Constituição; estabelecer conjugação efetiva entre órgãos administrativos das três esferas do poder público, isto é, União, Estados e Municípios; com o propósito de reduzir o custo das administrações, evitar duplicidade de órgãos com finalidade idêntica; estabelecer preferência absoluta para o emprego das rendas públicas em aplicações reprodutivas, em vez de obras suntuárias; ajustar as administrações locais, estritamente, às suas tarefas, evitando que pequenas coletividades assumam encargos acima das suas possibilidades econômicas. As teses regionais devem congregiar os representantes de cada zona econômica, para que, balanceada a situação geral de cada uma, no seu potencial e possibilidades

imediatas, possam destacar-se as contribuições da União e das unidades interessadas, dentro de objetivos precisos, no que diz respeito à produção, sua distribuição e melhoria técnica.

### **Panorama da Vida Nacional**

O panorama da vida nacional no decorrer de 1939 apresenta-se satisfatório sob todos os aspectos. As atividades econômicas mantêm-se em ritmo de franco progresso. As cifras do intercâmbio externo, ao contrário do que ocorrera na primeira parte de 1938, são animadoras, ultrapassando o movimento geral do nosso comércio exterior, nos primeiros sete meses do ano corrente, de 6.000.000:000\$000, ou sejam cêrca de 41.000.000 de esterlinos. O saldo da balança comercial foi favorável em 3.000.000 de libras, ou sejam cêrca de 360.000:000\$000. As iniciativas multiplicam-se. O problema do trabalho é, antes, a falta de braços e de trabalhadores qualificados do que a desocupação, enquanto novas fontes de riqueza começam a ser exploradas de modo sistemático e remunerativo. No que se refere ao aspecto financeiro, não temos motivos para apreensões. A arrecadação, nos seis primeiros meses, processou-se normalmente, embora nalgumas rubricas ficasse aquém da previsão. A despesa, porém, manteve-se equilibrada, com os cortes que se fizeram necessários e que resultaram no encerramento do semestre com diferença favorável para a receita realizada. Em 1938, a arrecadação geral acusou sensível melhora sôbre a do ano anterior, expressa pela vultosa cifra de 417.292:077\$500. O nosso meio circulante, conquanto aumentado pelas contingências imperiosas que acarretaram idêntico resultado no Mundo inteiro, não o foi tanto como em países economicamente mais estáveis que o nosso. Tomando-se o índice 100 para 1929, verifica-se, em 1938, a seguinte situação: França, 160; Bélgica, 159; Alemanha, 157; Estados Unidos, 150; Brasil, 142. A inegável estabilidade econômica, com ausência de crises e o surto de iniciativas novas, é um índice seguro do ambiente de ordem e confiança que reina no país. O Govêrno, por todos os meios a seu alcance, procura fomentar os empreendimentos proveitosos e impulsionar a riqueza nacional. Desenvolvendo o crédito, conservando a moeda em situação favorável às exportações, não descuro, entretanto, os demais problemas de alcance geral.

O amparo às classes trabalhadoras, a renovação do material das fôrças de terra, mar e ar, o combate sistemático às endemias, a ampliação dos serviços de educação e ensino, o plano quinquenal de obras públicas - tudo isso está sendo atendido, apenas, com os nossos próprios recursos. Depois de longo período, em que evitámos recorrer ao crédito externo, resolvemos, dada a urgência de reaparelhar os transportes marítimos e reequipar as ferrovias, utilizar as facilidades abertas pelo convênio comercial concluído com os Estados Unidos e adquirir navios e material rodante. As operações realizadas até agora montam a cêrca de 10.000.000 de dólares, mas não constituem, como os antigos empréstimos, um gravame para as finanças públicas. Realizámos negócio em bases de crédito comercial a curto prazo, com o instituto do próprio Govêrno americano, o Banco de Importação e Exportação, e os títulos são simples efeitos bancários, resgatáveis na conformidade dos saldos de divisas da nossa exportação. E' bem de ver que, continuando o país credor a ser o melhor cliente da nossa principal mercadoria de exportação, o café, com embarques cada vez maiores — o mês de outubro último constituiu verdadeiro record - é, dada a natureza reprodutiva do emprêgo dêsse crédito, só temos que felicitar-nos pelo seu aproveitamento. Ampliando êsse breve resumo, passamos a examinar os dados mais recentes dos diversos serviços e atividades do Estado.

### **Justiça e Ordem Constitucional**

Grande foi o trabalho de remodelação e adaptação das instituições e leis antigas que tiveram de ser revistas para ficar de acôrdo com os princípios da Constituição. Logo nos primeiros meses do regime, tomaram-se duas medidas, de ordem pública uma e administrativa a outra, consubstanciadas nos decretos-leis ns. 24 37. O primeiro extinguiu as acumulações remuneradas, que constituíam velho mal administrativo, profundamente arraigado, e o segundo, os partidos políticos, que ameaçavam pôr em risco a ordem e a segurança nacionais. Simultaneamente a essas providências, tomaram-se outras de aspecto francamente construtivo. Foi extinta a Justiça Federal; foram reorganizados o Ministério Público, a Justiça do Distrito Federal, e, afinal, decretado o novo Código do Processo Civil, a vigorar no princípio de 1940, concluindo-se, assim, a unificação do direito judiciário brasileiro. Também a velha instituição do juri popular foi reorganizada, dando-se-lhe maior prestígio. A legislação econômica teve acentuada importância, contando-se entre os atos mais salientes os decretos-leis ns. 960, respeitante a executivos fiscais, 869, que define os crimes contra a economia popular, e 1.113,

limitando os juros dos empréstimos sobre penhores. Na esfera administrativa, a providência mais importante foi, sem dúvida, a lei orgânica dos Estados. Estabelecido o regime de intervenção da União, evitou-se o enfraquecimento dos vínculos que ligam o poder central às unidades federadas, promovendo-se, dêste modo, a eliminação dos resquícios do regionalismo, ou caudilhismo, porventura sobreviventes à grande remodelação política por que passava a Nação. Os resultados têm sido grandemente satisfatórios. A revisão de leis fiscais, a padronização dos serviços públicos, a questão das concessões de terras públicas, são outros tantos tópicos em que se tem exercido ação apreciável.

Em matéria de códigos, dado o fato de serem positivamente antiquados os existentes (o Comercial é quasi centenário; o Penal conta mais de 50 anos, e o Civil, em desacôrdo, pela sua feição individualista, com a nova doutrina que rege as relações dos principais institutos com o Estado), procede-se ao estudo final das reformas que devem ser postas em vigor. Ainda é justo salientar o relêvo assumido, na legislação geral, pelos decretos que criaram a defesa permanente do Estado e instituíram um tribunal especial para a sua aplicação. Foi, igualmente, ativo e profícuo o trabalho relativo às leis de estrangeiros. A legislação antiga já não satisfazia às necessidades novas; pelo contrário: com as suas facilidades, permitia fraudes numerosas e reduzia a possibilidade de ação do Estado. Ademais, a conduta de alguns núcleos de estrangeiros mudara completamente, por forma a se fazer inadiável uma regulamentação mais adaptada à situação atual. A revisão das leis de estrangeiros orientou-se pelos seguintes princípios: a) garantir o cumprimento dos dispositivos constitucionais, no interêsse da soberania e da segurança nacionais, limitando o exercício dos direitos políticos dos estrangeiros ou brasileiros naturalizados; b) promover a assimilação mais rápida dos estrangeiros e facilitar os meios de nacionalizar os seus descendentes; c) impedir a formação de núcleos inassimiláveis e compactos de estrangeiros; d) evitar a entrada e permanência de elementos turbulentos ou perigosos à ordem pública ou à segurança do Estado; e) policiar as atividades dos elementos alienígenas, impedindo que se tornem nocivos aos interêsses do Estado. Os decretos-leis ns. 383, 389, 394, 406, 479, 554 e 639 consubstanciam as disposições necessárias ao bom cumprimento dos dispositivos indicados. Complemento indispensável dêsses atos foi o decreto - lei n. 1.164, relativo à faixa da fronteira, que, além de assegurar a preponderância de brasileiros nessa zona, deu cumprimento ao preceito constitucional que a estabeleceu, regulando a concessão de terras, vias de comunicação e estabelecimento de indústrias. Outras medidas de significativa importância devem ser postas em vigor proximamente; entre elas, o Estatuto da Família e a Organização da Juventude Brasileira, ambas previstas no Estatuto fundamental do regime. Ainda merecem especial destaque a Comissão Revisora de Leis e Decretos e a Comissão de Estudos dos Negócios dos Estados. Sempre que chamados a opinar sobre matéria das suas atribuições, êsses dois órgãos, anexos ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, fizeram-no com presteza e segurança, auxiliando a solução de numerosas questões.

### **Padronização Orçamentária Ee Sistema Tributário**

A recente reunião das delegações estaduais, para cumprimento do art. 69 da Constituição, trouxe resultados altamente apreciáveis. Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal fizeram-se representar por 75 técnicos, que assentaram as medidas necessárias à padonização dos orçamentos e estabelecimento de normas uniformes de contabilidade, bem como o estudo dos tributos. A disparidade tributária existente era grande, e a nomenclatura, variada e difícil. Basta assinalar a existência de 2.185 rubricas de receita, sendo 1.396 dos Municípios e 789 dos Estados, das quais 778 inteiramente diferentes nos primeiros e 585 nos últimos. Com evidente vantagem para o erário e para a contabilidade essas 2.185 rubricas foram reduzidas a 65. Diante de resultado tão promissor, podemos cogitar de, em futuro próximo, ultimar tarefa maior e mais complexa, de seguros benefícios para as atividades nacionais. Uma revisão e sistematização dos tributos, impostos e taxas cobrados pela União, Estados e Municípios, resultará, por certo, em aumento de rendas. Não é para negar, antes, se faz necessário afirmar publicamente, que a incidência dos impostos nem sempre corresponde à justiça tributária e, nalguns casos, chega, mesmo, a prejudicar atividades produtivas, em vez de incrementá-las. E' tempo de reconhecermos e praticarmos o princípio segundo o qual todo imposto que dificulta a livre circulação interna das mercadorias resulta anti-econômico e deve ser abolido. Nas circunstâncias particulares que atravessamos, o fortalecimento do mercado interno deve constituir objetivo constante do Govêrno, e só o poderemos atingir reformando o sistema tributário, por um lado, e melhorando a rede de transportes, por outro. Reforma de tamanho alcance deverá, enfim, compendiar-se num código

tributário, capaz de resolver a maior parte das dificuldades existentes na matéria, dando-lhe orientação segura e uniforme. Relações exteriores Apesar das rápidas e violentas mudanças ocorridas no cenário da política mundial, em que se opera uma revisão cruenta dos princípios estabelecidos, conseguimos realizar obra útil de consolidação dos preceitos que sempre regeram a nossa conduta entre os povos civilizados. Sem abandonar a tradição do direito das gentes, pelo contrário, reformando as suas regras, participamos de numerosas reuniões internacionais, praticamos as normas fundamentais da convivência entre povos civilizados e cultivamos as relações pacíficas e proveitosas de todos os Estados com os quais mantemos intercâmbio. Particularmente, neste hemisfério, a nossa atuação foi reafirmada e não poupámos esforços e boa vontade para conciliar as divergências de pontos de vista e estreitar os velhos laços de cordialidade mantidos com os povos americanos.

Nas duas grandes convenções realizadas nos últimos doze meses, a primeira na capital do Perú e a segunda no Panamá, defendemos os princípios de solidariedade continental, de longa data advogados pelo Brasil. E, pela fórmula unânime da declaração de neutralidade no conflito europeu, tivemos a satisfação de verificar que a unidade dos povos americanos em torno de princípios idênticos de respeito às normas do direito internacional era completa. Outros fatos de acentuado relêvo para as relações do país foram as visitas do nosso Chanceler, Dr. Oswaldo Aranha, e do Chefe do Estado Maior do Exército, General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, aos Estados Unidos da América do Norte: o primeiro, a convite do Presidente Franklin Roosevelt, e o segundo, como hóspede de honra do Exército daquele grande país. No campo econômico, demonstraram alto proveito as medidas tomadas. Foram assinados acôrdos com os Estados Unidos, a Argentina, Perú, Colômbia, Chile, Paraguai, Venezuela, Uruguai, Guatemala e Equador. Concluíram-se, ainda, convênios comerciais com a Turquia, Iraque, União Sul Africana e Austrália.

Interessando diretamente à política de nossa expansão comercial, comparecemos à Conferência Algodoeira de Washington, na qual se fizeram representar todos os grandes países cultivadores, e conseguimos que a Comissão Executiva da Conferência Internacional de Açúcar suspendesse a obrigação de contingente que havíamos assumido, resultando disso podermos aumentar de 1.000.000 de sacos a nossa exportação. As demais atividades do Departamento de Estado das Relações Exteriores foram exercidas normalmente, sendo de salientar as providências tomadas para o amparo e repatriamento dos nacionais que se encontravam nas zonas de beligerantes, na Europa. Numerosos foram, também, os hóspedes ilustres que acolhemos, dentre os quais é justo salientar o General José F. Estigarribia, Presidente do Paraguai, a Missão Militar Uruguiaia, chefiada pelo General Julio A. Rolieti, e a representação argentina às festas da Independência, composta de duas delegações, a da Marinha e a do Exército, sob a direção do Contra-Almirante José Guisasola e General Guilherme Mohr.

Para as festas comemorativas do ciriquentenário da Proclamação da República, estão sendo esperadas numerosas e seletas representações de países amigos, e, para acolhê-las, tomam-se as providências necessárias.

### **Imigração e Colonização**

Diante das múltiplas dificuldades que a política de contingentes de imigração oferecia na prática, resolveu o Govêrno criar o Conselho de Imigração e Colonização, o que fez em 4 de maio de 1938, pelo decreto-lei n. 406, logo regulamentado. O novo órgão da administração entrou, desde logo, a funcionar, começando por adaptar a legislação às necessidades do país e às circunstâncias externas, extraordinariamente mutáveis nos últimos tempos.

Exercendo atribuições de contrôle, iniciativa e coordenação, para melhor executá-las, pôs-se em contato com os govêrnos estaduais, estudou as necessidades das regiões, a forma de distribuição dos imigrantes e os meios aptos para promover a sua assimilação.

Em permanente e estreita cooperação com o Ministério das Relações Exteriores, procurou facilitar a vinda de largos contingentes dos países de super-população, convenientes, pelos traços étnicos, à formação nacional. Por outro lado, estudou a necessidade de promover a colonização mixta, de maneira a evitarmos a formação dos chamados quistos raciais. Sobrevinda a guerra na Europa, perdemos oportunidade de receber imigrantes da quasi totalidade dos países dêsse Continente, mas procurámos, mesmo antes do rompimento das hostilidades, obviar essa perda, facilitando a entrada de alguns contingentes de Portugal. Para isso, suspenderam-se todas as restrições numéricas quanto aos

imigrantes lusos, manteve-se a isenção do pagamento de “visto” consular e iniciaram-se negociações com o Governo Português para a vinda em massa de trabalhadores agrícolas. Dado o fato de ser grande, nos últimos tempos, o afluxo de estrangeiros sem condições para promover o nosso progresso, tomaram-se medidas para o respectivo registo geral e verificação dos meios de permanência. Esses serviços têm funcionado com real proveito, afastando elementos nocivos à coletividade e promovendo o respeito às leis brasileiras. Os estudos e as verificações a que chegou o Conselho de Imigração e Colonização tornaram possível encaminhar, de modo satisfatório, a imigração interior. As secas, que, ultimamente, assolaram regiões de alguns Estados, deslocaram populações que estão sendo localizadas, de forma racional, no Estado de São Paulo, onde existe, desde muito, carência de braços na lavoura. Não faltou a esses patrícios o amparo da União em tão difícil emergência. Foi aberto um crédito extraordinário de 200:000\$000 para prover às suas necessidades, sendo-lhes proporcionados os meios de subsistência, serviços médicos e transporte. É, aliás, no sentido de promover a colonização interior que o Governo dirige, atualmente, as suas vistas, com o intuito de fixar em zonas mais produtivas e menos propícias a flagelos os excedentes de população de certas regiões do país. Educação e ensino. Numa ordem nova, é imprescindível procurar infundir nos espíritos a disciplina necessária a compreendê-la, praticá-la e aperfeiçoá-la. Ao Estado Novo cabia enfrentar, quanto antes, os problemas da educação e do ensino e orientá-los pelos seus postulados, de forma a dar às gerações novas o preparo indispensável para participarem ativamente na grande obra de reconstrução nacional iniciada. Reorganizado, em maio de 1938, o ensino superior, buscou-se torná-lo mais severo, impedindo a derrama de títulos que não correspondam a conhecimentos sólidos e a vocações definidas, afirmadas na vitória sobre programas exatos e completos. Para o funcionamento de escolas superiores, estabeleceram-se exigências assecuratórias de bons métodos, quer do ponto de vista do aparelhamento material, quer do intelectual. À Universidade do Brasil foram acrescentados dois importantes estabelecimentos: a Faculdade Nacional de Filosofia e a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Com o primeiro tem-se em vista elevar o nível cultural e formar docentes aptos a desenvolver os conhecimentos de filosofia, das ciências, das letras, e com o segundo, preparar mestres de cultura física, que, disseminados pelo país, possam desenvolver o gosto pelos cuidados do corpo e da saúde, com o fim de melhorar a resistência da raça. É fundamental, entre nós, o problema da assistência sanitária e profilática. A demora em atacá-lo explica, talvez, a dificuldade de se canalizarem correntes imigratórias para ricas regiões do nosso país, onde as condições de salubridade muito deixam a desejar. Para conseguir enfrentar assunto tão grave, precisamos de especialistas e de escolas modernas e atualizadas, em dia com os progressos da Ciência. Respondendo a essa necessidade, resolveu o Governo remodelar as Faculdades de Medicina da Baía e de Pôrto Alegre, dotando a primeira com um hospital de 400 leitos e uma escola de enfermagem, e a segunda com um nosocômio para 450 homens. As obras da Baía estão em andamento e as de Pôrto Alegre serão iniciadas no princípio do ano vindouro. Nesses empreendimentos empregará o Governo importância superior a 20.000:000\$000. O ensino secundário, disciplinado segundo legislação de 1931, é ministrado, atualmente, por cerca de 600 colégios distribuídos pelo país, tendo como padrão o Colégio Pedro II. Ressente-se, porém, de falhas que, já estudadas, serão suprimidas na lei em elaboração, visando torná-lo, qualitativamente, melhor. Dentro da organização que criamos, o ensino profissional tem lugar de especial destaque, cabendo-lhe preparar o operariado das diversas indústrias. Está em elaboração um corpo de legislação regulando, em todos os seus aspectos, esse setor educacional, e, enquanto isto, constroem-se liceus profissionais de grandes proporções no Distrito Federal, Amazonas, Maranhão, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Goiaz. Os quatro primeiros liceus estão quasi concluídos; os dois últimos, em estado de adiantada construção. As obras desses seis estabelecimentos ficarão em cerca de 22.000:000\$000. A União não havia, até agora, atuado no terreno do ensino primário, que ficara, exclusivamente, a cargo dos governos locais, quer no que respeita à legislação, quer quanto às responsabilidades do custeio e da administração escolar. Resolvemos dar novo rumo a esse ramo do serviço público. Fazia-se necessário, por um lado, imprimir unidade espiritual ao ensino primário de todo o país, promovendo a nacionalização de todas as escolas, e, por outro, conjugar os esforços dos governos locais e do federal para uma solução mais rápida do problema. Para estudar e propor as bases da política a seguir em matéria de ensino primário, criou-se, em 1938, a Comissão Nacional do Ensino Primário, cujos trabalhos tiveram logo início, com valiosos resultados. Já foi elaborado um longo projeto, dando organização ao ensino de todo o país, - projeto que ora é matéria de estudo, para o fim de ser convertido em lei. Cabe notar, também, que o Governo entrou, de maneira

decisiva, a colaborar com os Estados financeiramente, para a fundação e manutenção de escolas elementares. A ação federal deu preferência, no ajuste dessa colaboração, aos Estados onde se faz mister um grande esforço nacionalizador. Assim, estão sendo distribuídos, no corrente ano, auxílios aos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Espírito Santo, no valor de 6.500:000\$000.

Com base em estudos e pesquisas seguras, começamos a utilizar o cinema e o rádio como processos de educação. Relativamente ao cinema, foi criado o Instituto Nacional de Cinema Educativo, cuja organização vai sendo, de ano para ano, aprimorada. Quanto ao rádio, está organizado o Serviço de Rádio-difusão Educativa, que deverá transformar-se em centro de irradiação de programas educativos para os estabelecimentos de ensino e centros de educação popular. Fazia-se inadiável a criação de um centro de estudos e pesquisas destinado a recolher a mais completa documentação sobre a história e as realizações atuais da educação em nosso país e no estrangeiro e a promover investigações sobre todos os assuntos que a educação pode comportar, não só para o fim de elucidar o público e as administrações locais, mas, ainda e sobretudo, para cooperar com o Governo na elaboração das leis, regulamentos e instruções e na organização dos planos administrativos referentes à matéria. Esse órgão já foi constituído com a denominação de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que passou, desde logo, a funcionar. Os resultados de seus trabalhos mostram-se apreciáveis e tornar-se-ão, em breve, conhecidos através da publicação que deverá divulgá-los. Higiene pública e assistência médico-sanitária. O Estado Novo quer destruir o conceito pejorativo, invocado, frequentemente, para nos diminuir, segundo o qual o Brasil é um vasto hospital. Para conseguí-lo, não medirá esforços, conforme o tem demonstrado com as medidas postas em prática, visando todas elevar o índice sanitário das populações e completar o aparelhamento de combate aos males endêmicos, do Norte ao Sul do país. Reconhecida a necessidade de uma ação padronizada e contínua, procura-se obter a uniformização técnica e a coordenação administrativa de todas as repartições sanitárias estaduais. Conseguiu-se, até agora, padronizar os serviços de 12 Estados - Sergipe, Pará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Amazonas, Maranhão, Piauí, São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás - e estender a orientação federal aos demais, a fim de tornar possível o aproveitamento máximo dos recursos disponíveis e preparar a rede nacional de higiene pública e assistência médico-sanitária. Entre os flagelos apontados como de mais inquietante progressão ressaltava a lepra. Iniciada no Distrito Federal a campanha contra a terrível moléstia, pouco a pouco estendeu-se aos Estados, e, neste momento, estão em construção novos leprosários e em ampliação os existentes nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Paraná, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Dos que se acham em construção, cinco ficarão concluídos no decorrer deste ano, e os restantes, em 1940. No corrente ano, o Governo Federal dispenderá com leprosários a quantia de 10.500:000\$000. No triênio de 1936 a 1938, aplicou com o mesmo fim a considerável importância de 25.000:000\$000. A par desse grande serviço de isolamento de doentes, instalaram-se preventórios para filhos sãos de leprosos e foi subvencionada a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros com a importância de 1.400:000\$000.

De 1938 para cá, ativámos consideravelmente o combate à tuberculose, iniciando, nesse ano, a construção de sanatórios e preventórios no Distrito Federal, Pará, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Estado do Rio, com uma despesa de 8.600:000\$000. No correr de 1939, seis outros foram atacados - no Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e São Paulo - exigindo um dispêndio de 7.000:000\$000. A malária, endemia que, infelizmente, se estende por todo o país, vinha aumentando o seu poder letal, em virtude do aparecimento, nas regiões nordestinas, de um novo mosquito, peculiar às regiões africanas, - o "anophelis gambiae". A profilaxia da malária, serviço já antigo no Brasil, teve, em 1938, enorme desenvolvimento, abrangendo os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, com uma despesa total de 1.200:000\$000 e mais 3.800:000\$000, para a luta contra o impaludismo na Baixada Fluminense. Além disso, foi criado um novo departamento, sob a denominação de Serviço de Malária do Nordeste, destinado, especialmente, a enfrentar o "gambiae", confiando-se a sua direção à benemérita Fundação Rockefeller. Destinou-lhe o Governo, em 1938, 1.000:000\$000 e, em 1939, 10.000:000\$000. A peste, que tanto terror infunde às populações dos Estados nordestinos, periodicamente os ameaça, procurando ambiente favorável a uma



mais larga e mortífera incursão. Deliberou o Governo atacá-la vigorosamente, para a extirpar de vez, e não diminuirá o seu esforço enquanto não atingir o fim desejado. Em 1938, êsse serviço absorveu 1.410:000\$000 e, em 1939 .... 1.200:000\$000 ou sejam, no biênio, 2.610:000\$000.

A febre amarela, periodicamente, ameaça voltar a flagelar a Capital Federal e outros pontos do país, agravada, agora, de uma modalidade nova, a chamada febre amarela silvestre. Tudo se tem feito, felizmente, com cabais resultados, para impedir a volta da terrível doença, empregando-se os meios clássicos e modernas descobertas, como a vacinação preventiva. A êsses serviços destinou o Governo, nos dois exercícios de 1938-1939, a considerável quantia de 34.000:000\$000. Embora não se inclua entre as moléstias que figuram com grandes índices nas estatísticas de mortalidade, o câncer precisa ser observado, e estamos fazendo-o. Para isso, construiu-se e foi instalado nesta Capital um centro de cancerologia, como início de obra maior projetada. O problema da hospitalização de doentes mentais é um dos que maiores deficiências oferecem em nosso país. Resolveu o Governo empreender a realização de obras importantes para a sua solução, a começar pelo Distrito Federal. Foram, assim, planejados dois grandes centros hospitalares: um, destinado a doentes crônicos — a Colônia Juliano Moreira, o outro, a doentes agudos, a crianças doentes, a doentes sujeitos à autoridade judiciária, etc., - e que ficará instalado nos terrenos atualmente ocupados pela Colônia Gustavo Riedel. Para a constituição do primeiro centro, já foram construídas a secção Franco da Rocha, com 650 leitos, inaugurada em 1936, e a secção Ulysses Vianna, com 650 leitos, inaugurada em 1938. Aham-se na fase final da construção, prestes a inaugurarem-se, mas uma secção, com capacidade para 640 leitos, e um bloco médico-cirúrgico, com capacidade para 200. Com tais elementos, ficará completa a Colônia Juliano Moreira.

Para a formação de outro centro hospitalar, já foram iniciadas, no ano passado, as obras de construção do hospital de neuro-psiquiatria infantil, e estão em execução as obras de um grande hospital psiquiátrico, devendo, no ano próximo, ter comêço as obras de um hospital judiciário e de outros serviços destinados a completar o segundo centro hospitalar de doentes mentais do Distrito Federal. Executado êsse vasto plano, será fechado o Hospital Nacional - o velho Hospício, na Avenida Pasteur, para aproveitamento da grande área que ocupa em obras de embelezamento urbanístico. Resolvido o problema na Capital da República, levará o poder público o seu auxílio às realizações estaduais com o mesmo objetivo de prestar assistência aos doentes mentais. Já se procedeu a extenso inquérito, em todos os Estados, possibilitando a instituição de medidas que tornem uniforme essa assistência, e organizaram-se planos técnicos de construção e funcionamento de hospitais para insanos nos Estados de Sergipe, Santa Catarina, Mato Grosso e Espírito Santo, sendo que Sergipe e Santa Catarina estão construindo hospitais-colônias, segundo o padrão federal. Temos imprimido cada vez maior desenvolvimento aos serviços de educação sanitária, e com êsse fim editamos numerosas publicações destinadas à divulgação popular. O problema de proteção à maternidade e à infância vem, desde muito, preocupando o Governo. Para constituir um centro de estudos e pesquisas sôbre a matéria, foi resolvida a criação, na Capital da República, de um instituto especializado, de onde irradiarão as diretrizes de ordem técnica. Mas, além dêsse empreendimento, resolveu-se iniciar, no corrente ano, uma ação construtiva e generalizada, distribuindo-se, recentemente, a importância de 3.200:000\$000 à edificação e instalação de maternidades e de centros de puericultura em quasi todas as unidades federativas. Os serviços de águas e esgotos da cidade do Rio de Janeiro pertencem ao número dos que ainda não puderam ser transferidos à Prefeitura do Distrito Federal, e que, por serem relacionados com os serviços prôpriamente de saúde, estão incluídos nas atividades do Ministério da Educação. O abastecimento de água do Distrito Federal tem sido objeto de permanente atenção. Verificando-se, desde muito, deficiência nesse abastecimento, foram estudadas, com segurança, várias soluções que o problema podia comportar e, finalmente, assentado que seria feita a adução do Ribeirão das Lages, manancial distante, mas que oferece as maiores vantagens, quer quanto à quantidade, quer quanto à qualidade da água. Tiveram início as obras em fins de 1936. A primeira etapa está quasi concluída, e, em dezembro próximo, entrará a adutora em funcionamento. Iniciar-se-ão, desde logo, as obras da segunda etapa, destinadas a assegurar o completo abastecimento pelo espaço de 25 anos. Quanto ao problema dos esgotos, grande parte da cidade tem o serviço executado pela The Rio de Janeiro City Improvements Company, nos têrmos de um contrato que se extinguirá em 1947. Fora da zona contratual, estão, porém, vários bairros da cidade. Era uma anomalia a corrigir, e empreendeu-se, diretamente, a construção da rêde necessária. Já foram realizadas obras consideráveis nos bairros da

Urca, Ipanema, Leblon, Lagoa Rodrigo de Freitas, Olaria, Penha e ultimos 110.000 metros de canalizações.

### **Serviço social**

Neste setor, vem o Governo Nacional realizando obra de excepcional alcance, diretamente e por intermédio do Conselho Social, incumbido de examinar, fiscalizar e auxiliar as iniciativas particulares que se proponham secundar os poderes públicos. Essa organização se desdobra por todo o território nacional, concedendo-se subvenções anuais às instituições que provem merecê-la pelos seus propósitos e atos de verdadeira e útil assistência social. No ano passado, foram subvencionadas 1.128 instituições, às quais se distribuiu a elevada quantia de 15.497 :000\$000. No corrente ano, tiveram andamento processos em número ainda mais avultado, e os auxílios que estão sendo distribuídos atingirão cifra não inferior à de 1938. Através dos numerosos centros de assistência, disseminados por todo o país, que abrangem as atividades mais diversas - hospitalização e tratamento de doentes, amparo à maternidade, proteção às crianças e aos adolescentes, asilamento dos velhos desamparados e dos mendigos, etc., vai o poder público empreendendo, com economia de recursos e mediante o estímulo dos sentimentos de caridade e de solidariedade humana, obra de especial relevância e de inegáveis benefícios. Legislação trabalhista e previdência social O programa de realizações levado a efeito, em matéria de trabalho e previdência, deve constituir, para nós, motivo de justo orgulho, pelos resultados já obtidos na sua execução. Nesse programa, não se limitou o Estado Novo a desenvolver a política de proteção social, em boa hora iniciada em 1930. Ampliando as diretrizes anteriores, promove, deliberadamente, a valorização do trabalhador nacional, preocupando-se, não somente com as questões jurídicas inerentes ao contrato de trabalho, mas, sobretudo, com os aspectos sociais e políticos do problema. Além de reconhecer direitos básicos que, naquele contrato, assistem ao trabalhador, a legislação atual visa dar-lhes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, elevando-lhe o nível cultural, assegurando-lhe habitação condigna, cuidando da melhoria de sua alimentação, garantindo-lhe um salário vital e facultando-lhe participação efetiva nos negócios públicos através de organizações sindicais. Quem quiser avaliar o alcance social da nossa política trabalhista basta volver os olhos às condições do trabalhador brasileiro de um decênio atrás, cotejá-las com as de hoje e verificar as transformações ocorridas. Em curto lapso de tempo, passámos de uma democracia aparente, de falso liberalismo técnico, para uma democracia real, isto é, para um regime que assegura a todos os verdadeiros pressupostos de vida política - justiça e representação — e as condições inerentes à vida social salário, habitação, alimentação e educação. A Justiça do Trabalho, criada a 1.º de maio do ano corrente, virá proporcionar a quantos trabalham a garantia efetiva dos direitos reconhecidos nas várias leis de proteção. Para a sua instalação, já foi autorizado o crédito preciso. Dentro em pouco, poremos em funcionamento esse órgão paritário, distribuidor da justiça social, dotado de meios próprios de execução e que representa criação puramente brasileira, pois a sua estrutura afasta-se dos moldes correntes, adaptados à judicatura comum ou constituídos como simples conselhos de arbitragem.

Do mesmo modo que a distribuição da justiça se tornará acessível, pronta e real nos dissídios de trabalho, a representação dos trabalhadores e a sua participação nos negócios do Estado far-se-á de forma efetiva, com a nova lei de sindicalização, publicada em julho último. Essa lei é basilar, servindo de alicerce e fundamento à representação profissional adotada pela Constituição de 10 de novembro de 1937. De acôrdo com os seus preceitos, a todo o profissional é lícito filiar-se ao sindicato representativo de sua profissão, assegurando-lhe essa simples filiação a possibilidade de participar dos órgãos representativos do Estado e dos conselhos dirigentes das instituições de previdência social. Essa forma de participação no aparelho administrativo é considerada, hoje, como a mais legítima expressão dos regimes democráticos. Fora da representação profissional, não há lugar para a vontade do povo, que já sabe bem o que valem as competições manipuladas pelas velhas máquinas eleitorais. Os agrupamentos profissionais disciplinados pelo Estado e seus órgãos de colaboração, dispostos na pirâmide dos sindicatos, federações e confederações, virão realizar a verdadeira política de colaboração das classes produtoras, que, alheias aos ódios e partidarismos, criam, com o seu capital, sua técnica e seu trabalho, a riqueza nacional. E, se, no campo político, o Estado Novo proporciona ao trabalhador o uso efetivo das prerrogativas do cidadão, no terreno social, sua atividade se faz sentir de modo marcante em tudo quanto possa contribuir para melhorar-lhe as condições econômicas. A inauguração do Museu Social do Ministério do Trabalho, ocorrida há pouco, e os quadros nêle

exibidos patentêm o cuidado com que foi estudada a questão do salário mínimo, cuja adoção constitui um dos mais vivos empenhos do Governo, que se esforça, entretanto, para que essa conquista se faça de modo a favorecer, em suas condições de vida, o trabalhador, sem trazer perturbações à economia geral. Ao mesmo tempo que cuida de proporcionar ao homem de trabalho a garantia de um estipêndio vital, preocupa-se a administração pública com outro aspecto do problema: o da sua alimentação racional. Estão sendo construídos refeitórios populares, nos quais o operário encontrará comida abundante, saudável e barata. O Serviço de Alimentação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários foi incumbido da iniciativa, a título de exemplo prático e como propaganda para a execução do decreto de 1.º de maio do corrente ano, que determinou a instalação de salas de refeição nos estabelecimentos de mais de 500 trabalhadores. Também o problema da habitação popular merece a atenção devida, sendo de mencionar os resultados obtidos com as vilas e bairros residenciais já inaugurados em vários pontos do país e pertencentes a associados de instituições de previdência social. Enfim, no que concerne às atividades que se poderia qualificar como de assistência, cabe salientar as medidas tomadas em prol da instrução profissional. A obrigatoriedade dos cursos profissionais e de aperfeiçoamento em estabelecimentos de mais de 500 empregados virá proporcionar, em futuro próximo, as vantagens do ensino especializado e do preparo técnico ao nosso trabalhador, tão capaz de aprender os mais difíceis mistérios e ao qual, até há pouco, raras oportunidades se ofereciam de elevar-se à categoria de artífice habilitado. No que diz respeito à previdência social, podem ser assinalados como marcos principais o funcionamento, desde 1º de janeiro de 1938, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários; a organização, em moldes mais amplos, sob a denominação de Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Transportes e Cargas, abrangendo numerosas classes anteriormente sem a proteção dos seguros sociais, da antiga Caixa dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens de Café; a reforma do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva; a reorganização projetada dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e dos Bancários, e o plano em estudos de um organismo que garanta os benefícios da previdência social a profissionais intelectuais. Em todas essas novas organizações e adaptações, foi ampliado o campo de proteção dos trabalhadores com a adoção do auxílio-doença, visando amparar os que se acham impedidos de trabalhar temporariamente.

Pelos dados de 1938, os seguros sociais no Brasil protegem 1.787.290 segurados e, aproximadamente, 5.361.870 beneficiários, assim considerados os economicamente dependentes daqueles. O patrimônio dos institutos e caixas de aposentadoria e pensões, ao encerrar-se o exercício de 1938, atinge a 1.338.646:079\$700, o que dá bem a idéia da pujança da vitalidade da previdência social brasileira. No campo da legislação trabalhista, foram expedidos vários atos complementares do regime de proteção iniciado em 1930. Aos empregados em escritórios estendeu-se a lei de duração do trabalho dos empregados no comércio; garantiu-se ao trabalhador a percepção do 2/3 dos vencimentos quando chamado a incorporar-se às forças armadas, na prestação do serviço militar; criou-se o registo dos jornalistas, estabelecendo-se as condições de trabalho assecuratórias das suas atividades profissionais; acha-se em sua fase final de estudos o projeto de lei dispensando aos professores idênticas medida de amparo.

São êsses, em linhas gerais, os principais aspectos das atividades do Governo Nacional em matéria de trabalho e previdência social. Numerosas outras medidas, de caráter ordenatório, foram adotadas. Basta, porém, a resenha feita, para evidenciar como da ordem nova nasce, realmente, um país de estrutura nova, onde os benefícios do Estado se espalham e distribuem por todos, procurando-se a harmonia social pela única forma capaz de a realizar: o bem-estar e a felicidade de cada um. Saneamento da Baixada Fluminense.

### **O Saneamento da Baixada Fluminense Representa no Gênero, uma Obra Monumental**

Assemelha-se a o que foi feito na Itália, no Agro Pontino, com o dessecamento da área de 550 quilômetros logo entregues à cultura agrícola com evidentes e reconhecidas vantagens. A nossa área é bem maior e tornará possível o aproveitamento econômico de 17.000 quilômetros de terras atualmente insalubres e quasi abandonadas. A Baixada Fluminense, extensão, outrora, próspera, quando o braço escravo deixou de a fecundar e sanear com o seu trabalho, voltara à improdutividade, constituindo foco de impudismo, ameaça constante à saúde e à vida das populações que a habitam. Estudada a sua recuperação econômica, pelos mais modernos métodos de engenharia sanitária, foram os serviços atacados com ânimo e sem interrupções, e os seus resultados se patenteiam os simples

exame visual. Quem demanda, hoje, as regiões serranas de veraneio, atingidas através da estrada Rio-Petrópolis, atravessa longo trecho da Baixada povoado, cultivado e saneado. Ao todo, já foram entregues ao labor agrário 2.982 quilômetros de terras, distribuídas pelas bacias dos rios Guandú-Assú, Saco, Ingaíba, Merití, Iguassú, Estrêla, Suruí, São João e Macaé, e das lagoas Maricá, Jacarepaguá e Feios. Os serviços de defesa contra as inundações e de drenagem dos rios, orçados em 40.000 :000000, como o que voltará à utilidade uma área de 8.000 quilômetros de terras, prosseguem conjuntamente com as demais obras do plano em execução. Concorrentemente às obras de engenharia hidráulica, os técnicos dos departamentos administrativos vão ultimando os serviços de saneamento, mantendo perfeita rede de profilaxia da malária, enquanto se processa a fixação de novos colonos, escolhidos entre agricultores adiantados, capazes de prosperar na pequena lavoura e formar, ali, um núcleo modelar de povoamento. A colonização inicial processa-se sob os melhores auspícios. Aos antigos operários industriais e aos reservistas se concedem também facilidades especiais. É um meio prático de atrair homens aptos ao cultivo da terra, aumentando, ao mesmo tempo, o número dos pequenos proprietários. Ao adotar essa orientação, verificou, porém, o Govêrno que nem só a malária e o pântano dificultavam o acesso às atividades agrícolas da Baixada. Havia outro mal. Os chamados “grileiros” e os ocupantes indébitos de longos tratos de terra não se interessavam em cultivá-los, aguardando, apenas, a valorização para vendê-los com elevados lucros. Foi preciso decretar medidas legais e fazer a verificação rápida dos títulos de propriedade, afastando, de vez, os exploradores e poseiros ilegítimos. Açudagem e irrigação do Nordeste A vida dessa grande e populosa região do país, compreendendo o interior de sete Estados, do Piauí à Baía, oscilou, sempre, entre extremos de fertilidade e prolongadas estiagens. Apesar da capacidade de trabalho dos nordestinos e do seu apego à gleba natal, eram eles obrigados, frequentemente, a êxodos terríveis, sob a pressão do flagelo das secas. Impunha-se obviar de vez êsses males, fixando as populações em condições permanentes de produção econômica. Dessa estabilização resultaria, como vem resultando, a par do desenvolvimento agro-pecuário, o crescimento de indústrias peculiares e prósperas, como, por exemplo, a extração, em larga escala, do óleo de oiticica e da cera de carnaúba, graças ao cultivo racional e intensivo dessas espécies vegetais por meio de irrigação; e, finalmente, a piscicultura nos açudes construídos com capacidade para oferecer alimentação barata às populações ribeirintas. Nos dois últimos anos, as despesas totais dêsses trabalhos alcançarão a soma de 50.000:000\$000 e dividem-se nos vários setores que passamos a indicar. A açudagem é feita pela União, isoladamente ou sem cooperação com os particulares. No primeiro caso, prosseguiram com despesa maior de 10.000:000\$000, os trabalhos das grandes unidades que são Curema, na Paraíba, Poço da Cruz, em Pernambuco, Cururipe, em Alagoas, Valente, na Baía, e Caldeirão, no Piauí. Além dêsses, trabalha-se em 38 unidades da segunda categoria, sendo 10 novos e 28 em continuação. Os canais de irrigação vêm sendo ultimados, e suas obras atingem o custo total de 3.500:000\$000. A capacidade dos açudes construídos até 1930 era de 650.954.800 metros cúbicos; de 1931 a 1938, foi aumentada de 1.400.936.200. Somados ao total de 2.091.891.000 metros cúbicos, dêsses períodos, mais 1.281.625.000 de 1939, temos a capacidade da açudagem do Nordeste elevada, atualmente, a 3.373.516.000 metros cúbicos. O plano de viação rodoviária foi fixado depois de 1930, fazendo-se dêsse ano em diante a sua execução sistemática. Por êsse plano se conseguirá estabelecer comunicação rápida e fácil entre Estados e se articulará a rede rodoviária do Sul por meio da Rio Baía. No período de 1930-1938, foram construídos mais de 3.700 quilômetros da rede geral prevista, que excede de 7.000 quilômetros. As obras de arte, todas em concreto armado, somam 846 pontes e pontilhões, com a extensão de 7.498 metros e 3.147 boeiros. As estradas de rodagem construídas na região são de evidente utilidade e importância, principalmente, o prosseguimento do tronco da Transnordestina, e as de Fortaleza-Terezina, ramal de Mossoró, no Rio Grande do Norte, Ipirá-Itaberaba, na Baía. Somente no ramal de Mossoró e nas centrais de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, dispendem-se mais de 11.000:000\$000.

Expansão da nossa riqueza agrícola A política econômica do Estado Novo baseia-se em um programa de realizações sucessivas, que tendem a melhor organização da produção, ao mais rápido desenvolvimento das potencialidades agrícolas do país e maior exploração das suas riquezas latentes. Graças à ação metódica que vamos desenvolvendo para o fomento, a melhoria e a variedade da produção, a nossa agricultura desdobra-se em uma multiplicidade de artigos do mais alto valor comercial. A nossa economia passa a girar, na esfera internacional, não mais sobre dois ou três produtos-eixos, mas sobre uma exportação que, dia a dia, se enriquece com a incorporação de novos artigos de alimentação e de novas matérias primas. As condições atuais do Mundo estimulam-nos

ainda mais a acelerar a exploração de tudo quanto seja capaz de concorrer para fortalecer o comércio interno e externo. Ao registarmos as providências em execução para o incremento da nossa produção agrícola, começaremos pelo ensino agrário. A nova Escola Nacional de Agronomia, que se está construindo em Santa Cruz, deverá constituir o principal centro de nossa cultura agropecuária, de onde sairão os técnicos e cientistas que, estudando e pesquisando, encaminharão a solução os problemas fundamentais da agricultura brasileira. A Escola compreende uma Estação Experimental Agro-Pecuária, na qual estão sendo aplicados, neste exercício, 5.250:000\$000; um Instituto de Sericultura e outro de Avicultura, cujas obras estão orçadas, respectivamente, em 1.000:000\$000 e 654:947000, e um Aprendizado Agrícola, em que se dispenderão, no corrente ano, 500:000\$000. Em vista dos resultados obtidos pelos aprendizados agrícolas no preparo de condutores para os trabalhos de campo cujo número é ainda insignificante em relação à vasta área cultivável do nosso país, resolveu o Governo criar, no Estado de Mato Grosso, outro estabelecimento dessa natureza, para cuja construção foi destinada a quantia de 500 :000\$000. Autorizou-se, ao mesmo tempo, a realização de benfeitorias em vários aprendizados em outros pontos do país: o “Visconde da Graça”, no Rio Grande do Sul; o “Vidal de Negreiros”, na Paraíba; o “Benjamin Constant”, em Sergipe, e o “Sergio de Carvalho”, na Baía, somando todos êsses melhoramentos 348:117\$000. Finalmente, procurando-se dar maior eficiência à Escola Agrícola de Barbacena, no Estado de Minas Gerais, reservou-se a quantia de 174:301\$000 à realização de obras julgadas indispensáveis. Com a criação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas agrônômicas, órgão destinado a orientar e controlar todos os trabalhos nessas especialidades, foi resolvida a construção, em Santa Cruz, do Instituto de Ecologia Agrícola e do Instituto de Experimentação, aplicando-se verba de 500:000\$000 à construção dêste último e de 140:968\$000 à conclusão daquele, em que foi dispendida, em 1938, a quantia de 500 :000\$000. No desenvolvimento dêsse programa de ensino, foi criado, ainda, o Instituto Agrônômico do Norte, com sede em Belem, no Estado do Pará, com o fim de estudar os meios de restaurar a prosperidade da agricultura daquelas regiões. Nessa obra está sendo aplicada a quantia de 2 .401:400\$000. Em melhoramentos no Instituto de Química, órgão do referido Centro Nacional e já instalado no Jardim Botânico, nesta Capital, aplicou-se a importância de 359:050\$000.

O nosso país vinha se ressentindo, desde muito, da falta de um instituto especializado no estudo das pragas que flagelam as lavouras. Muitas dessas já são perfeitamente conhecidas e a sua profilaxia bem estabelecida, mas, de quando em quando, outras surgem, com grave risco para as plantações. Impunha-se, portanto, a criação de um órgão encarregado de investigar êsses malefícios e de descobrir os meios de combatê-los, orientando os agricultores. Foi resolvida a construção, em São Bento, da Estação de Investigações Fito-Sanitárias, dotado de um parque com uma área de 150 hectares, destinado, também, ao estudo dos fungicidas e inseticidas e dos aparelhos usados no emprêgo dêstes, para indicar os que oferecem maior eficiência e melhor rendimento econômico. Foi autorizada a aplicação, no corrente exercício, de uma verba de 2.600:000\$000, para a instalação dêsse estabelecimento. Como complemento imediato a todos êsses empreendimentos, destinados a exercer influência decisiva sôbre a nossa agricultura, resolveu-se, ainda, proceder ao estudo e exploração das jazidas de apatita existentes em Ipanema, no Estado de São Paulo, montando-se uma usina para o tratamento e preparação do super-fosfato, no sentido de facilitar aos lavradores o suprimento de fertilizantes para as suas terras e promover, assim, o maior rendimento das culturas. A execução dessas obras e a construção de uma estrada de ferro, na extensão de seis quilômetros, destinada ao transporte do minério das jazidas à usina, que fica próxima à estação de Ipanema, da E. F. Sorocabana, será custeada, neste exercício, por verba que se eleva a 2.600:000\$000.

Prosseguindo na campanha para a adoção, entre nós, da cultura mecanizada, resolveu o Govêrno instalar, em Santa Cruz, a Estação de Ensaios de Máquinas, com o fim de proceder a experiências seguras sôbre o rendimento das referidas máquinas, selecionando as que realmente possam ter aplicação satisfatória e excluindo as que, por suas deficiências, dificultam e encarecem os trabalhos rurais. Esse estabelecimento será, também, de grande utilidade aos alunos da Escola Nacional de Agronomia e do Aprendizado Agrícola, situados em Santa Cruz, para os estudos teórico-práticos de mecânica aplicada e para a aprendizagem do manejo da maquinaria, que mais tarde terão de ministrar-se aos homens do campo. Para a construção dessa Estação, foi destinada, neste exercício, a quantia de 734:925\$000. Êsse vasto programa de ensino agrícola - o maior até agora iniciado no país - lança as bases novas da nossa agricultura. À medida que êle se for realizando, iremos colhendo frutos compensadores. As cifras da nossa produção atual, em confronto com as de anos anteriores, são

bastante animadoras. O valor da nossa produção agrícola, em 1938, atingiu cêrca de 10.000.000:000\$000. Passando-se em revista a situação dos principais produtos que concorrem para a nossa riqueza agrícola, poder-se-á ter uma idéia satisfatória do desenvolvimento da nossa economia. O aumento da produção algodoeira no país tem sido surpreendente. A produção, em 1929, apenas atingia 94.000 toneladas e, em 1938, elevou-se a 450.000, que se distribuem na razão de 300.000 para o Sul e 150.000 para o Norte. No quadro geral das nossas exportações, o algodão figura em segundo lugar. A exportação de algodão e seus sub-produtos, em 1938, montou a 268.719 toneladas de pluma, 26.273 de lintens, 61.610 de sementes, 31.274 de óleo, 221.730 de torta e 18.217 de farelo, no valor total a 1.106.869 :000\$000, correspondente a 7.708.000 libras ouro. O Govêrno tem prestado toda a sua assistência a cultura do algodão, interessando-se, principalmente, pela intensificação da cultura, a melhoria de qualidade dos tipos de maior procura comercial. No atual exercício, foram reservados 150:000\$000 para obras na Estação Experimental “Valbert Pereira”, no Estado do Rio Grande do Norte, a qual vem se dedicando ao estudo do melhoramento do algodão “verdão” ou “riqueza”, de preciosa fibra, pela qual tem manifestado a indústria especial preferência; 222:651\$200, para construções na Estação Experimental de Plantas Téxteis, em Quissamã, no Estado de Sergipe; 200:000\$000, para a instalação de câmaras de expurgo, nas Inspetorias de Plantas Téxteis, em Sergipe e Paraíba; 375:977\$500, para a instalação de uma usina de beneficiamento do algodão na Estação Experimental de Plantas Téxteis, em Vila Bela, no Estado de Pernambuco, e 70 :000\$000 para construções no Campo de Sementes de Patos, na Paraíba. Conhecendo as grandes possibilidades que oferecem os téxteis liberianos, o Govêrno determinou a intensificação de sua cultura e o estudo de seu aproveitamento na fabricação de fios para confecção de aniagens e tecidos diversos. Somente no fabrico de sacos, os nossos téxteis, cuja excelência de fibra está sobejamente demonstrada, poderão proporcionar ao país uma economia de cêrca de 80.000:000\$000, porquanto, só de juta, importámos 30.205 toneladas, em 1938, no valor de 66.093:000\$000, ou sejam 457.000 libras ouro. Para intensificação dessa cultura em campos de cooperação e demonstração disseminados pelos Estados, bem assim, para a aquisição de máquinas descortinadoras, de tipos aprovados pelo Ministério da Agricultura, foi destinada a importância de 1.000:000\$000. Foi autorizada, ainda, a aplicação de 72 :192\$000 na instalação de uma usina de beneficiamento de “guaxima”, na Estação Geral de Experimentação, em Sete Lagoas, no Estado de Minas Gerais.

Como materia da mais alta relevância para a econornia nacional, vem o Govêrno se empenhando vivamente em colher os melhores resultados da campanha que empreendeu em favor do trigo nacional. No quadro das importações brasileiras, o trigo figura, em 1938, com 1.037.160 toneladas, além de 42.982 toneladas de farinha, que custaram ao país 570.125:000\$000, equivalentes a 3.943.000 libras ouro. Considerando que o solo brasileiro apresenta condições favoráveis à cultura dêsse precioso cereal, que, aliás, já cultivamos com apreciáveis resultados, cumpre-nos conjugar todos os esforços possíveis para libertar a nossa balança econômica de tão pesada carga. Ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas caberá ação acentuada na solução dêste problema. O Govêrno expediu, em 9 de agosto de 1937, a lei nº 470, que determina a criação de cinco estações experimentais de trigo nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiaz, bem como a instalação de 40 postos de multiplicação de sementes em diversos pontos do território nacional; autorizou, agora, por conta da quota de 30.000:000\$000, de que trata o decreto-lei nº 1.059, de 19 de janeiro dêste ano, a aplicação de 4.892:379\$300 na construção das estações experimentais em apreço, com exceção da do último dos referidos Estados, bem assim, nas de um posto de multiplicação de sementes, em Patos, no Estado de Minas Gerais. À quantia mencionada adiciona-se a de 677:210\$000, que, em 1938, foi aplicada nas obras dos citados estabelecimentos no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, perfazendo o total de 5.458:389\$300, já dispendido nesse empreendimento.

A renovação da indústria açucareira em bases modernas, com o aperfeiçoamento da técnica agrícola e industrial, apresenta resultados muito promissores. A área total ultimada com cana de açúcar, no país, é avaliada em 400.000 hectares. A produção total do açúcar, na safra de 1937/38, foi de 16.742.712 sacas de 60 quilos, ou seja um milhão de toneladas. A substituição das velhas variedades de cana de açúcar, degeneradas e dizimadas, por variedades novas, mais resistentes às enfermidades, e a melhoria dos sistemas de cultura vão revelando resultados apreciáveis no rendimento do hectare. A média do rendimento, em 1927, apenas alcançava 25 toneladas por hectare, quando, hoje, já se chega a obter, no Estado do Rio de Janeiro, a de 60 toneladas, e, nos demais

Estados, ela oscila entre 35 e 40 toneladas. A rizicultura nacional vem, desde anos, melhorando as suas instalações e aperfeiçoando os seus métodos de cultivo. A produção, no quinquênio de 1933-37, manteve-se na média anual de 20.000.000 de sacos de 60 quilos. Não só por se tratar de gênero alimentício de uso generalizado em grande escala, entre nós, como, também, por contribuir, apreciavelmente, para o aumento das nossas exportações, a cultura do arroz tem importância considerável para o país. O cultivo do milho, no Brasil, tem sido orientado no sentido da produção para o consumo interno, especialmente, para a alimentação de animais; tanto assim, que, sobre um total de 6.000.000 de toneladas, que é a quanto montam as nossas colheitas, só exportámos 4.020 toneladas em 1936 e 15.011 em 1937. Verificou-se, porém, em 1938, um movimento ascendente, que elevou as exportações a 125 .490 toneladas. O saldo exportável, em 1939, prometia ser ainda bem superior a essa cifra, o que determinou o exame da questão pelo Conselho Federal de Comércio Exterior, do que resultou a designação de um delegado especial para examinar o assunto em São Paulo, que produz, aproximadamente, um quarto do total colhido no Brasil. Infelizmente, a guerra na Europa aniquilou, em grande parte, as possibilidades dessa nossa exportação. Estabeleceu-se, no entanto, um plano, que está sendo executado pelos dois serviços federais e estaduais, para que, nas próximas safras, se venha a colher um tipo mais apropriado à exportação e à conquista de mercados. Quanto ao cacau, as cifras da nossa exportação mostram que as compras do produto brasileiro efetuadas pelos países americanos se elevaram, em 1938, a 75,12% do total das nossas remessas para o estrangeiro. Em 1938, o Brasil produziu 124.553 toneladas, em um total da produção mundial, avaliado em 546 .293. O aumento da nossa produção, sobre as cifras de 1914, denotam o aumento de 205%, ao passo que o crescimento da produção de outros países apenas atingiu a 131%. As nossas exportações, que, em 1937, tinham sido de 1.747.737 sacos, atingiram, em 1938, a 2.075.884. Atendendo à necessidade de regular a distribuição da produção frutícola e hortícola, quer para o mercado interno, quer para a exportação, resolveu o Govêrno criar no Distrito Federal o Entrepasto de Frutas e Hortaliças, a cuja construção está destinada, neste exercício, a paicela de 1.000:000\$000. Com o funcionamento do Entrepasto muito lucrará o consumidor local, que poderá obter por preço razoavel e em boas condições de conservação as hortaliças e frutas indispensáveis a uma alimentação sadia. A exportação de laranjas, que atingiu, no país, em 1938, à significativa cifra de 5.487.043 caixas, no valor de 112.472:000\$000, ou sejam 794.000 libras ouro, também encontrará nele ótimo fator para o seu êxito, por isso que serão assim evitadas as colheitas e o beneficia apressados, para embarques imediatos, por falta local apropriado onde os produtos possam aguardar, iwmo por longo tempo e sem qualquer risco, o transporte ao seu destino. Acontece outro tanto com a banana, cuja exportação, no mesmo ano, elevou-se a 11.091.740 cachos, no valor de 26.557:000\$000, correspondente a 187.000 libras ouro. O Entrepasto, entretanto, influirá para o aumento da produção da Baixada Fluminense, que se há de tornar tão abundante quanto barata, pela garantia que oferece ao lavrador de colocá-la no mercado sem a dispersão dos lucros através de intermediários. O entreposto de Aves e Ovos do Distrito Federal, em cujas obras e instalações, já em via de conclusão, foi dispendida, no corrente ano, a soma de 457:696\$100, terá a importante finalidade de receber e conservar êsses produtos destinados, não só ao abastecimento da cidade, como à exportação. Graças a êle, o produtor poderá obter preço compensador para a sua mercadoria, ao mesmo tempo proporcionando ao consumidor o barateamento dessa produção. Dado o perfeito estado em que serão conservados os ovos nos frigoríficos, a sua exportação, que, em 1938, atingiu a 236 .324 quilos, valendo 793:286\$000, ou sejam 5.605 libras ouro, terá, naturalmente, surto apreciável, como resultante, também, do saneamento e colonização da Baixada Fluminense, que apresenta condições propicias à criação de aves. Tem o Govêrno em vista fazer da Baixada Fluminense, até há pouco, quasi em abandono, devido às suas condições sanitárias indesejáveis, verdadeiro celeiro do Distrito Federal, para o suprimento de frutas, verduras, legumes, leite, aves, ovos, etc., que, normalmente, vem dos Estados vizinhos, a preços encarecidos pelos transportes e distâncias longas. Uma série de melhoramentos nos núcleos coloniais de Santa Cruz e São Bento favorecerá a instalação de população numerosa, que facilmente encontrará os meios de sua subsistência na cultura de produtos de imediata e compensadora colocação nos mercados desta Capital. Por certo, essas medidas, assim como a construção da Escola Nacional de Agronomia e estabelecimentos outros do Ministério da Agricultura na Baixada Fluminense, servirão de grande incentivo à iniciativa particular, que, na expectativa de lucros certos, aí empregará sua atividade na manutenção de pequenas lavouras.

Além dos serviços de irrigação e abastecimento d'água, que consumiram a verba de 143:624\$000, estão sendo construídas, no Núcleo Colonial de Santa Cruz, 50 casas para colonos, na importância de 586:000\$000.

No Núcleo Colonial de São Bento, por sua vez, acha-se em andamento a construção de um alojamento para 40 trabalhadores solteiros, 40 casas para trabalhadores casados e 5 para funcionários, tudo por 714:000\$000. Ainda na mão de obra para a construção de mais 50 casas destinadas a colonos nesse último Núcleo, cujo material fora adquirido em 1931, foi gasta a quantia de 145:000\$000. Dentre as fontes econômicas do nosso país, destacase a pesca como uma das mais promissoras, pela abundância e excelência da qualidade de peixes existentes no litoral e nos extensos e numerosos rios brasileiros. Essa tem sido, entretanto, uma riqueza ainda quasi inexplorada, muito embora, de quando em vez, surjam iniciati vas isoladas visando aproveitá-la devidamente. A construção, no Distrito Federal, do Entrepasto Federal de Pesca, assim como de estabelecimentos idênticos em Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, em Canariéa, no Estado de São Paulo, e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, contribuirá para o incremento da pesca, destinada ao abastecimento da população a preços razoáveis e, possivelmente, a alguma exportação. A iniciativa do Govêrno, nesse particular, compreende, ainda, a criação de duas estações experimentais de piscicultura, sendo uma em Pirassununga, no Estado de São Paulo, e outra no Rio Grande do Sul, nas quais se procederá ao estudo biológico dos peixes d'água doce, bem como, em São Luiz do Maranhão, às instalações de uma fábrica para o aproveitamento industrial do "cação", que é um verdadeiro sucedâneo do bacalhau, tanto na produção de carne como de óleo. Com a industrialização generalizada do "cação", o país poderá, em futuro não muito remoto, libertar-se da enorme importação de bacalhau, que, em 1938, atingiu a elevada cifra de 15.347 toneladas, no valor de 40.211:000\$000, equivalentes a 278.000 libras ouro. Para a realização de todas essas obras, o Govêrno destinou, neste ano, a importante soma de 8.031:354\$000. Com a promulgação do Código Florestal, o Govêrno tomou medidas rigorosas de defesa das nossas essências florestais, sistematizando a sua exploração e resguardando-as da destruição. A exemplo de outros países, foram criados parques nacionais em Iguassú e Itatiaia, com museus que recolherão todos os elementos da flora e da fauna dessas regiões. Esses parques constituirão mais uma atração para o nosso turismo e serão, ao mesmo tempo, de grande utilidade aos estudiosos da natureza brasileira. O Govêrno reservou a êsses empreendimentos, no corrente exercício, a verba de 5.200:000\$000. Em ampliações no Horto Florestal de Imbura, em Sergipe, aplicou-se, também, a quantia de 169:516\$000.

Por todos os meios possíveis, temos procurado amparar o desenvolvimento da pecuária, favorecendo o crescimento e a melhoria dos rebanhos, de acôrdo com os ensinamentos mais modernos da zootécnica, e cuidado, ao mesmo tempo, de facilitar a sua exploração comercial, para o suprimento do mercado interno e o incremento da exportação. A expansão das nossas indústrias de carne faz-se sentir, sensivelmente, nas exportações. Em 1938, as de carne frigorificadas elevaram-se a 45.165 toneladas; as de carnes em conserva, a 24.380, e as de xarque, a 870 toneladas. As outras exportações de produtos animais mais importantes foram as seguintes: 1.515 toneladas de banha, 3.776 de sebo e graxa, 9.763 de produtos não especificados, de matadouro e caça, e 55.672 de couro e peles. Essas exportações representam, em seu conjunto, valor global que ascende a 405.165 :000\$000, equivalentes a 2.857.000 libras ouro. As fazendas experimentais de criação em Uberaba, no Estado de Minas Gerais, em Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, e em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, estão sendo devidamente aparelhadas para proceder a estudos referentes às raças que mais se adaptem às respectivas regiões, visando, principalmente, o melhoramento do tipo indicado para exportação. Para obras nos três estabelecimentos citados foi destinado, êste ano, o montante de 1.087:870\$500. A Estação Experimental de Deodoro, que é, diretamente, subordinada ao Instituto de Biologia Animal e à qual incumbem, não só os estudos de medicina veterinária experimental, como, também, experiências sobre o desenvolvimento da criação, aclimação e adaptação econômica de aves, abelhas e outros pequenos animais, teve autorização, igualmente, para dispensar 207:610\$400 em obras necessárias à sua completa instalação. Para o aparelhamento da Inspetoria Regional de Defesa do Animal, em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, foi autorizado o dispêndio de: 332:940\$400. Na organização da VIII Exposição de Animais e Produtos Derivados, que tanto êxito obteve, pela demonstração do quanto temos conseguido no tocante à pecuária, foi aplicada a quantia de 790:145\$000, tendo, ainda, o Govêrno auxiliado com 100:000\$000 a Exposição Permanente de Animais e Produtos realizada no Estado do Rio de Janeiro. Os serviços de meteorologia, cujas



observações e conclusões são indispensáveis para orientar os trabalhos agrícolas, bem como a navegação aérea e marítima, foram ampliados convenientemente com a criação, em Santa Cruz, de um instituto para esse fim, em cuja construção está sendo aplicada a quantia de 386:052\$000. Foi, ainda, autorizada a execução de uma série de adaptações na sede do Serviço de Meteorologia, nesta Capital, no valor de 82:000\$000.

### **Crédito agrícola**

Falando, recentemente, ao povo mineiro, focalizei êste assunto, cuja importância não precisa ser salientada. Disse, então, que o Govêrno procura fixar os meios mais práticos de canalizar dinheiro para as atividades agrárias, tão estreitamente ligadas ao nosso crescimento econômico. Instituída a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, desenvolvem-se os seus negócios de forma promissora, pois já sobem à cifra de 172.000:000\$000 as utilizações sobre os empréstimos concedidos, no valor de 213.200:000\$000.

Para elevar essas cifras, estuda-se o meio de melhor utilizar as reservas dos institutos de seguro social e de economia popular, a fim de ser possível melhorar os prazos e os juros. Julgo oportuno acentuar que, nas condições especiais da nossa economia, os benefícios do crédito agrícola só poderão generalizar-se através de uma vasta rede de cooperativas de produção, já iniciada, com evidentes vantagens, sob a orientação dos poderes públicos. Assim, apelo para os agricultores, concitando-os a se agremiarem em organizações dessa natureza, porque, além de assegurarem ao capital aplicado as garantias indispensáveis, facilitarão a obra de assistência governamental. Convém lembrar, de passagem, o total desinterêsse dos institutos particulares pelo crédito rural. Limitam-se êles aos negócios comerciais, e raramente respondem às solicitações dos cultivadores do solo. É, essa, mais uma razão para que se atenda ao apelo. Apesar do excepcional auxílio financeiro representado pelo Reajustamento Econômico, sobretudo oneroso ao erário público, nem toda a lavoura conseguiu restabelecer-se, e ainda necessita de outras medidas protetoras. Daí, as recentes moratórias sucessivamente prorrogadas, que apenas protelam os efeitos da crise e não a eliminam. Na verdade, sem organização de crédito imobiliário, a prazos dilatados e juros módicos, não será possível atingir situação de equilíbrio e desafogo, sob êsse aspecto. Muito nos resta empreender, tanto para suprir as deficiências do aparelhamento existente, como para ampliar as modalidades de amparo à produção, tomando por base o valor da terra.

### **Transportes e Comunicações**

Problema fundamental para a nossa expansão interna e externa, o dos transportes e comunicações constitue preocupação diária do Govêrno. Se não lhe imprimirmos o ritmo das realizações rápidas, o nosso progresso sofrerá, a cada passo, interrupções desalentadoras, que importam em perda de energia, desânimo e timidez nas iniciativas. A ação do Estado Novo, nesse setor, foi das mais frutuosas, demonstrando compreender as necessidades nacionais com absoluta objetividade. Aparelhando a nossa principal ferrovia - a E. F. Central do Brasil - para atender ao volume crescente da produção dos Estados a que serve, dotou-a o Govêrno, nos últimos anos, de 331 vagões e 18 locomotivas, além de 1.200 kms. de trilhos.

As suas linhas se estenderam por mais 94 kms., desde Santa Bárbara até Presidente Vargas, estabelecendo, juntamente com a Vitória-Minas, um novo escoadouro para as riquezas de Minas Gerais, através do porto de Vitória, ao mesmo tempo que uma grande zona mineira, representada pelos Municípios de Aimorés, Teófilo Otoni e Arassuaí, pode, agora, comunicar-se facilmente com a Capital do grande Estado. Quasi terminada se acha a duplicação do ramal de Santa Cruz, numa extensão de 24 kms., e adeantadas vão as obras no ramal do Cais do Porto, cujo objetivo é estabelecer comunicação entre Deodoro e o parque carvoeiro situado no referido cais. A conclusão dêste ramal determinará considerável rapidez nos transportes de carvão, de minérios e de produtos siderúrgicos, destinados à exportação.

Em vários trechos foram melhoradas as condições de linha e das obras d'arte, tendo-se construído 28 pontes e cerca de 400 edificios. Os serviços de eletrificação, que já ultrapassaram os subúrbios da Capital Federal e continuam para atingirem os cabos a cidade de Barra do Piraí, podem ser avaliados do ponto de vista prático, abandonando-se o terreno das probabilidades, para penetrar no das cifras completas. Só no trecho executado apura-se uma economia anual de 30.000 toneladas de óleo combustível e 27.500 de carvão. Por outro lado, o aumento da renda de 10.000:000\$000 dá-nos

um saldo de 21.500:000\$000, para a tração elétrica, o que permite estimar em cinco anos o prazo para a amortização de todo o capital empregado nas obras de eletrificação, num total de 104.337:655\$000, para a primeira parte. Cumpre, agora, e com maior razão, à vista dos resultados obtidos, continuar o empreendimento. As condições econômicas da Europa, agravadas com o estado de beligerância entre várias nações, o aumento do preço de combustível importado e a dificuldade de sua aquisição são elementos que impõem a conveniência e oportunidade de prolongar-se o tráfego elétrico. O assunto, já estudado largamente em sua parte financeira, conduziu a um ajuste prestes a ser firmado. Das verbas do “plano quinquenal”, parte vultosa destina-se às obras públicas, e, no corrente ano, várias foram atacadas em todo o país, visando aumentar, ou reaparelhar, o nosso sistema ferroviário. Dentro deste programa, executam-se serviços importantes, por intermédio da Inspetoria Federal de Estradas, na E. F. Central do Piauí, na E. F. Central do Rio Grande do Norte, na E. F. Central de Pernambuco, na E. F. Petrolina a Teresina, na E. F. São Luiz-Teresina e na E.F. de Goiás, no valor global de 12.600 :000\$000. Entre as estradas que possuem administração própria, fazem obras por conta do aludido crédito a E. F. de Maricá (1.000:000\$000), a E. F. Baía a Minas (4.500:000\$000), a Comissão Mixta Ferroviária Brasileira Boliviana (Ferrovia Corumbá a Santa Cruz de la Sierra) (30.000:000\$000), a E. F. Central do Brasil (3.450:000\$000), a E. F. Noroeste do Brasil (11.000:000\$000), a Rede de Viação Cearense (2.600:000\$000), a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (4.000 :000\$000), e a Madeira Mamoré (1.600:000\$000).

O Departamento de Aeronáutica Civil dispõe de 7.000:000\$000, de acôrdo com o plano de obras públicas. No corrente ano, está aplicando-os no aeropôrto desta Capital, transformando-o, assim, num dos mais completos e belos do Mundo, e em serviços diversos, necessários ao desenvolvimento da circulação aéro-comercial em quasi todos os Estados. Inaugurei, últimamente, importantes trechos das principais estradas que estão sendo rasgadas, em obediência ao plano geral de rodovias. Destinam-se elas a dar ao país extraordinário impulso, ligando zonas ricas do interior e o centro ao litoral, para facilitar o escoamento dos nossos produtos, aumentando o intercâmbio nacional e melhorando as condições de vida das populações. É bem apreciável o trabalho que neste terreno realizamos. Entre os principais, merecem destaque: melhoramento e conservação da Estrada Rio-Petrópolis; construção da estrada de Itaipava a Terezópolis, com 32 kms., dos quais 17,5 de construção completamente nova; reparação geral da Estrada União Indústria e construção da rodovia para as estações hidro-minerais do Sul de Minas, entre Engenheiro Passos e Caxambú, compreendendo o ramal para São Lourenço.

Com referência às grandes vias tronco - Rio-Baía e Rio-Pôrto Alegre - da primeira, também se inaugurou, há dias, importante trecho, com cerca de 170 kms., inteiramente novos, e, em quanto à segunda, está em obras de ligação entre São Leopoldo e Socorro, numa extensão total de 230 kms., atravessando a rica zona do nordeste do Rio Grande do Sul, até agora desprovida de meios de comunicação.

No tocante aos transportes marítimos, a começar do aparelhamento dos portos até à aquisição de novas unidades para a Marinha Mercante, a atividade administrativa tem sido ininterrupta. Em quasi todos os Estados, a ação da Inspetoria de Portos e Navegação se faz sentir de forma prática, realizando obras novas de reaparelhamento, visando todas permitir maiores garantias à navegação e mais eficiência e presteza aos serviços portuários. Os Correios e Telégrafos, sob nova orientação, melhoraram bastante os seus serviços, provocando êste fato sensível aumento de receita, como se pode verificar pela arrecadação de 148.600 :000\$000, no corrente ano, contra 77.000:000\$000, em 1930. Ferro e combustíveis Ferro, carvão e petróleo - já o disse, noutra oportunidade - são os esteios da emancipação econômica de qualquer país. Possuindo-os e explorando-os, poderemos povoar e cultivar o enorme território que nos legaram os antepassados.

O problema enunciado nestas afirmações é fundamental para nós. Tínhamos de considerá-lo, portanto, com máxima atenção e dispostos a dar-lhe solução, no mais curto prazo possível. Desde alguns anos, sem descontinuidade ou esmorecimento, vem o Govêrno estudando a forma de instalar, No país, a grande siderurgia. O que se fizera ou tentara fazer, ante a intransigência de certos pontos de vista salizados, por entendidos, em discussões de imprensa, exigia ponderação e segurança no exame do assunto. Ao radicalismo de algumas soluções preconizadas era preciso opor a verificação minuciosa de todos os dados, favoráveis ou desfavoráveis. Assim procedemos, e, no momento, cabe reafirmar de público a determinação de resolver o problema, acrescentando que muitas dificuldades já foram removidas e, dentro em pouco, poderemos encetar, simultâneamente, a exportação de minério de ferro e a fabricação de aço, em quantidade e qualidade que bastem às nossas necessidades atuais,

inclusive, aos reclamos do aparelhamento militar defensivo, à instalação de estabelecimentos metalúrgicos especializados e ao abastecimento de material necessário ao transporte.

A luta pelo combustível não tem sido menor nem menos árdua, atacando-se o problema, ao mesmo tempo, por vários setores. Assim é que, no caso do combustível líquido, enquanto prossegue com animação e créditos vultosos a pesquisa nos terrenos petrolíferos da Baía, do Acre e de São Paulo, continuamos a política de produzir combustível de origem vegetal, que tão bons resultados vem apresentando.

O álcool-anidro elevou a sua produção, no ano último, a 31.000.000 de litros contra 100.000, em 1933, correspondendo, aproximadamente, a 7% do consumo total de gasolina no país. Apesar de contar, apenas, cinco anos de prática, essa iniciativa governamental demonstra complexo êxito. A industrialização do petróleo não tardará, entretanto, em ser uma realidade no Brasil. As sondagens de Lobato demonstraram a existência de lençóis petrolíferos de excelente qualidade, conforme as análises feitas, e as modernas sondas compradas recentemente vão intensificar as perfurações iniciadas. Por outro lado, prossegue o departamento competente nos estudos e construção da ferrovia que nos ligará aos campos petrolíferos da Bolívia. Os créditos autorizados para esse fim atingem a 35.000:000\$000. Tudo leva a crer que, dentro das cláusulas do contrato feito com o país vizinho, a obra esteja concluída no prazo ajustado e consigamos, assim, obter suprimento de combustível líquido, em qualquer emergência, independentemente disso da segurança e praticabilidade dos caminhos marítimos. O carvão nacional experimenta, este ano, um período de especial aumento da produção, em consequência das dificuldades do abastecimento de carvão europeu, que constituía a maior percentagem do nosso consumo, e, possivelmente, atingirá um milhão e meio de toneladas. O Governo tomou as necessárias medidas para melhorar-lhe a qualidade e facilitar o consumo, de modo a evitar que o prolongamento possível da guerra européia agrave e encareça a situação dos nossos transportes. Plano especial de obras públicas Os projetos e planos isolados, na administração, não oferecem as vantagens encontradas, normalmente, nas realizações de conjunto, estudadas com orientação uniforme e definida. Foi com esse objetivo de coordenação e aceleração dos trabalhos públicos que o Governo resolveu executar, à parte do orçamento e da despesa ordinária, um plano de obras e empreendimentos de caráter extraordinário, cujos meios foram discriminados no decreto nº 1.058, de 15 de janeiro deste ano, estabelecendo o crédito especial de 3.000.000:000\$000, a ser utilizado no período de cinco anos. Dos 600.000 :000\$000 destacados para o corrente exercício, aplicam-se, atualmente, 480.113:000\$000, assim distribuídos: Conselho Nacional do Petróleo, 15.000:000\$000; Ministério da Guerra, 50.000:000\$000; Ministério da Marinha, 30.000:000\$000; Ministério da Viação, 105.000:000\$000; Ministério da Agricultura, 14.590:163\$800; Ministério da Educação, 4.800:000\$000; siderurgia nacional, 80:000\$000; Ministério da Justiça, e Ministério da Fazenda, 247.843:239\$200. É oportuno esclarecer que a verba destinada à siderurgia em 1939 é, apenas, para estudos; a partir de 1940, essa consignação se elevará a 50.000:000\$000 por exercício, ou sejam 200.000:000\$000 ao termo do plano. As indicações sobre as iniciativas e trabalhos em andamento constam de outros tópicos da presente exposição.

### **Defesa nacional**

Na época de surpresas que atravessamos, os cuidados da preparação defensiva ficam sempre aquém das exigências reais, por maior que seja o esforço de prever e executar. Os povos mais pacíficos armam-se para a luta eventual ou, pelo menos, tomam precauções de natureza militar.

Não é diverso o nosso caso. O Brasil, por índole e educação, votado às artes da paz, tendo resolvido, mediante processos conciliatórios, as situações internacionais em que os seus interesses estiveram em jogo, sente, entretanto, necessidade de preparar-se para qualquer eventualidade. Obedecendo a esse imperativo, vem o Governo trabalhando e fazendo, em múltiplos sentidos, quanto lhe é possível com os meios financeiros de que dispõe. É verdade também que ainda não houve necessidade de sobrecarregar com tributos a Nação e impor-lhe sacrifícios excepcionais. Muitos outros Estados destinam percentagens mais vultosas das suas rendas à preparação militar e fazem despesas, proporcionalmente, bem maiores. Não nos temos descuidado, apesar da exiguidade dos recursos, de tomar todas as providências, pelos vários ângulos em que se apresenta, no que diz respeito ao problema da nossa preparação militar. Como medida básica, alargamos os quadros da conscrição, pela nova lei do sorteio, de forma a conseguir, em cada período de chamada, número suficiente de reservistas. Para realizar plenamente essa parte da tarefa, foi indispensável ampliar o quadro de

oficiais e aumentar as possibilidades da sua formação com a nova Escola Militar e, simultaneamente, criar um quadro de técnicos especialistas, reorganizar o magistério, reajustando, assim, a situação do pessoal às exigências atuais. Não se reduzem, entretanto, a esse setor os trabalhos realizados. O material tem recebido cuidados semelhantes, fazendo-se aquisições no estrangeiro, bem como aumentando a produção e aperfeiçoando a maquinaria dos estabelecimentos industriais do Estado, enquanto se preparam técnicos de mecânica, armamento, química industrial e balística. Em Itajubá, onde se fabricam armas portáteis de guerra, observa-se, com satisfação, a excelência dos produtos e a habilidade dos engenheiros e operários, bem como o emprego cem por cento de material nacional. Não tardará muito, teremos completado as suas instalações para a fabricação, em série, de armas automáticas. A fábrica de Piquete recebeu melhoramentos consideráveis e está sendo aparelhada para produzir pólvora de base dupla, em quantidade bastante para o nosso consumo. Os sub-produtos e matérias primas dos vários fabricos desse estabelecimento são, em grande maioria, de procedência brasileira. Essas atividades muito vão contribuindo para anular a nossa dependência dos fornecedores estrangeiros e impulsionar, igualmente, as indústrias extrativas minerais em vários pontos do país. O trabalho de reaparelhamento material abrange também as instalações. A Engenharia do Exército executa obras de alcance em fortalezas, quartéis, hospitais e depósitos. Dentre as mais importantes, contam-se as do Hospital Central, Quartel General da Infantaria Divisionária da 1ª Região; novos grupos de residências na Vila Militar do Rio de Janeiro e em Uruguaiana; os quartéis do 16.º Batalhão de Caçadores em Cuiabá; do 19.º na Baía; do 28.º em Aracajú; do 24.º no Maranhão; do 32.º em Blumenau; da Companhia de Fronteiras em Pôrto Murtinho; dos hospitais militares de Alegrete e Santo Ângelo; os novos edifícios das Escolas do Estado Maior e Técnica do Exército, o novo Laboratório Químico Farmacêutico e numerosos depósitos de materiais sanitário, veterinário e de engenharia. As instalações em construção do Quartel General do Exército e da nova Escola Militar de Rezende avultam pela sua grandiosidade. As estradas de ferro e de rodagem, construídas pelos batalhões ferroviários, já apresentam cômputo apreciável. Basta referir o ramal ferroviário de Santiago a São Luiz, no Rio Grande do Sul, as rodovias de Curitiba a Joinville e de Passo do Socorro a Lages, de Vacaria a Passos do Socorro, de Lagoa Vermelha a Passo Fundo, de Campo Grande a Boliche Sêco, em Mato Grosso, e de Piquete a Itajubá, em Minas, bem como a de Aquidauana a Bela Vista. O correio aéreo militar, abrangendo novas rotas e levando facilidades de comunicação ao hinterland brasileiro, é outro grande serviço das forças armadas. Na Marinha de Guerra, não foram menos apreciáveis os esforços feitos, tanto em relação ao material flutuante, quanto às bases. Construimos em nossos estaleiros seis navios mineiros; ultimam-se as obras de três contra-torpedeiros, e, ainda, reparam-se os submersíveis. A construção de hidroaviões, as remodelações na bases de aviação Florianópolis, Santos e Rio de Janeiro são iniciativas comprovantes de renovação em pleno surto. Infelizmente, a guerra européia interrompeu a construção dos seis contra-torpedeiros encomendados à Inglaterra, mas já se tomaram todas as providências para construí-los em nossos estaleiros. O Estado Novo.

A comemoração do segundo aniversário do novo regime encontra o país em perfeita ordem e entregue o labor fecundo. Só isso representa, para nós, motivo de justo e natural regosijo. As tarefas que nos propuzemos vêm sendo realizadas sem esmorecimento, e, em curto espaço de tempo, os seus benefícios se estendem por todo o Brasil, desde os grandes centros do litoral às mais afastadas regiões do interior.

Muito há, ainda, por fazer. Ninguém melhor do que nós, durante vários anos devotados ao trato das coisas públicas, tomando o pulso às necessidades, recebendo sugestões de todos os brasileiros patriotas, escolhendo, cuidadosamente, a oportunidade para tomar medidas que ajustem às circunstâncias, pode avaliar as deficiências da nossa organização. O Governo trata, por isso, em primeiro lugar, da reforma geral dos quadros da vida brasileira, do fortalecimento econômico da Nação, para ir, gradativamente, na medida das realizações prévias, completando a organização institucional e instalando os órgãos auxiliares consignados na Constituição. É esse o processo mais aconselhável à recuperação e restauração do organismo nacional, dentro da forma de democracia renovada em que se harmonizam de todo os interesses do povo e os deveres dos governantes. A esfera de ação do Estado ampliou-se consideravelmente e persistimos no firme propósito de extinguir tudo quanto seja ou possa parecer privilégio de indivíduo, grupos ou zonas, ampliando equitativamente as rendas públicas. Estamos certos de que essa maneira de agir satisfaz plenamente a opinião pública, com a qual entrámos em contacto, o maior número de vezes possível, estudando-lhe as reações e

esclarecendo-a sobre a marcha dos assuntos governamentais. E assim devem proceder todos os agentes da administração. Por vezes, já o temos verificado, para a compreensão exata de um problema e sua solução adequada, vale mais o exame direto do que vastos informes. Quando interrompemos o trabalho quotidiano para visitar qualquer região do país, não nos conduz outro intento senão o de observar in loco as realizações administrativas e sentir os reclamos das suas populações.

A experiência, nesse sentido, é edificante. Não basta projetar empreendimentos. Torna-se necessário executá-los com sentido prático e adaptá-los a situações criadas pela realidade dos fatos. E' preciso, portanto, que, em todas as esferas de ação, se exerça, ininterrupta, a fiscalização por parte dos responsáveis.

Tudo isso - essa atenção vigilante, essa minuciosa observação do trabalho projetado, a visão direta, o exame dos pontos de vista, mesmo divergentes -, tudo isso, quero dizer, está no espírito e nos métodos do novo regime. Não exagero ao salientar a importância excepcional do período que atravessamos. Foram abatidas, até aqui, algumas das mais altas barreiras que impediam o nosso progresso: a política facciosa, em que as dedicações eleitorais eram pagas com favores onerosos; o provincialismo, que criava e multiplicava obstáculos ao livre curso dos valores econômicos; os particularismos, que estabeleciam preferências para a outorga de benefícios; a pretensão de hegemonias, que prejudicavam o bom entendimento de todos os brasileiros. Afastados êsses males, ampliada, por consequência, a comunidade nacional, sem fronteiras e sem prevenções, é o momento de construir uma nacionalidade forte e integrada nos ideais superiores que sempre guiaram os nossos maiores. E' essa a obra do Estado Novo, ainda em início, contando, apenas, dois anos de existência. Persistindo nos rumos fixados, poderemos resolver, sem precipitações perigosas, as equações básicas do nosso crescimento. O lançamento da estrutura institucional de um povo não se improvisa. Não nos impressionemos com os vaticínios pessimistas, com a atoarda dos descontentes e dos prejudicados nos seus mesquinhos interesses, com o vozear dos que não querem compreender os fatos, com o negativismo moralmente desencorajados e incapazes de se devotarem ao serviço de uma grande e nobre causa. O apoio dos homens de trabalho, que produzem e enriquecem a Nação, a lealdade das forças armadas, cheias de Patriotismo e de dedicação pelo bem público, são garantias suficientes para o futuro. O Brasil e o momento internacional Sumariámos, o mais rapidamente possível, os principais aspectos da vida interna do Brasil, nas atividades relacionadas com o Estado e sob a tutela do poder público. Capacidade financeira para não descontinuar ou interromper iniciativas de alcance geral; estabilidade econômica permitindo inversões novas nas indústrias antigas e estabelecimento de outras ainda não exploradas; expansão das culturas agrárias e seu aperfeiçoamento técnico, para colocá-las em condições de competir com os concorrentes no mercado mundial; melhoria e ampliação de aparelhamento de educação, saúde, defesa militar de terra e mar; estudos e pesquisas do sub-solo, para aumentar a industrialização e o comércio dos produtos minerais; ordem na vida política; confiança nos negócios; legislação apropriada às necessidades; defesa dos nossos interesses; propaganda, no exterior, para que sejamos mais conhecidos e melhor apreciados, tal é o acêrvo de trabalho nestes dois anos de regime novo. A essa posição, satisfatória fronteiras a dentro, corresponde a que desfrutamos no exterior. Sem compromissos ideológicos, livres de agir no sentido dos nossos interesses morais e materiais, mantemos a linha tradicional de pacifismo e respeito a todas as soberanias legítimas, evitando, cuidadosamente, interferir nos assuntos alheios e guardamos energia de ação necessária para protestar e fazer valer os nossos direitos, quando e onde forem ameaçados.

Ainda agora, quando os povos europeus entraram em conflito, tivemos ocasião de traçar, com nitidez e firmeza, a linha demarcadora da nossa conduta neutral e deixar bem claro que saberemos denodadamente resguardar o nosso território, como a nossa posição de imparcialidade. Isso não nos impede de reforçar a doutrina de solidariedade que vimos sustentando em todos os conclaves de povos do Continente e o empenho sempre manifestado por uma cooperação mais estreita e uma colaboração completa das nações americanas, todas, por igual, ajustadas na defesa dos mesmos princípios de convivência amistosa, mútuo apôio e crescente cordialidade. E' bem de ver e compreender quanto lamentamos os perigos que atravessam os povos amigos e nações civilizadas, postos em risco de comprometer o seu patrimônio cultural numa guerra de extermínio, em que o menos que se perde são as riquezas materiais acumuladas, pois maiores são, nesses conflitos, os prejuízos morais, as ameaças à tranquilidade do futuro, às conquistas do progresso e ao bem-estar da Humanidade.

Conservando-nos em paz, trabalhando para completar e aperfeiçoar a organização do Estado, melhorar as instituições e aumentar o rendimento dos nossos esforços, teremos realizado obra

altamente humana, digna dos nossos antepassados e das gerações vindouras, num exemplo perfeito de solidariedade cristã e amor à Pátria.

### **A divisão do país em zonas geo-econômicas.**

(Discurso pronunciado no encerramento da Conferência Nacional de Economia e Administração, a 18 de novembro de 1939)

Senhores Interventores: Antes de encerrar esta sessão preparatória dos nossos trabalhos, quero congratular-me convosco pela soma de intensos e esclarecidos esforços nesta oportunidade empenhados no trato e no interesse de todos os problemas do país. As sucessivas sessões que aqui se realizaram, sob a direção dos Srs. Ministros de Estado, com a colaboração de todos os Srs. Interventores, foram realmente importantíssimas, pelo muito que se examinou das questões capitais para o bem-estar e progresso de nossa Pátria. Os Interventores nos Estados, alargando, assim, as vistas para além das lindes de seus territórios, tiveram a visão do Brasil complexo, total, a visão das zonas em que se divide e nas quais a similitude da vida econômica se peculiariza de tal modo, que foram por nós consideradas zonas geo-econômicas.

Podemos, pois, distribuir em três espécies os problemas a serem examinados: estritamente regionais, cuja solução cabe aos Srs. Governadores de Estado e Interventores; referentes às zonas geo-econômicas, abrangendo grupos de Estados, em cuja solução devem os seus governos colaborar com o Governo Federal, e, finalmente, problemas nacionais, que interessam a todo o país e devem ser resolvidos pelo Poder Central. Apelando para uma enumeração puramente exemplificativa, temos, na região amazônica, os problemas da navegação fluvial e da borracha; na zona Norte, o das fibras vegetais e dos óleos; no Nordeste, o da açudagem e da irrigação, o estudo e o levantamento do vale do São Francisco e o aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso; no centro, o problema da exploração dos minérios, o café, o saneamento e colonização da Baixada Fluminense, transformando-a em celeiro para barateamento da vida da Capital Federal, e o do porto de Santos, que, conquanto interesse diretamente a São Paulo, assume importância para os outros Estados que por êle escoam os seus produtos. A aparelhagem do porto de Santos, diga-se de passagem, já não atende completamente às necessidades do tráfego comercial. Na zona Sul, poderemos resolver o problema do papel com o aproveitamento da pasta de madeira na fabricação de celulose, e cumpre cuidar dos da erva-mate e da carne. De outra parte, surge como problema fundamental o da imigração e colonização. Devo acentuar aos Srs. Interventores ser êste um dos assuntos para o qual mais necessária se torna a colaboração dos Estados, porque a União, geralmente, não possui terras. As terras devolutas pertencem aos Estados, e a êstes cabe fornecê-las, para serem loteadas, divididas, povoadas e trabalhadas pelos agricultores. À União compete orientar a imigração, facilitá-la, dar-lhe transporte, conduzindo-a até à zona onde convém ser localizada. Entre os problemas nacionais, devemos colocar em primeira linha o agrícola - que tem sempre merecido os cuidados do Governo Federal - sob todos os seus aspectos, quer nos referentes ao aperfeiçoamento da produção, quer nos pertinentes ao crédito para as atividades do campo. Cogita o Governo da criação do Banco Central, que será o grande estabelecimento controlador da nossa economia, encarregado da emissão e do controle do valor da moeda, para êle passando as carteiras de emissão e desconto do Banco do Brasil, voltando êste a funcionar como banco comercial, o que muito servirá ao desenvolvimento de sua atividade, com o fornecimento de crédito às necessidades econômicas do país, a fim de atendê-las com maior amplitude e organização mais apropriada. Entre os outros problemas da órbita federal, devemos considerar ainda da maior importância e de premente necessidade a grande siderurgia nacional, cujo plano está organizado, tratando-se, agora, da parte financeira; o aparelhamento militar do Brasil e o problema dos transportes aéreos, ferroviários, rodoviários e marítimos - todos de extraordinária preponderância no que se refere à circulação de nossas riquezas.

Não devemos, porém, encarar, simplesmente, os problemas de natureza econômica. Há os de alcance moral, os da saúde do povo, da educação e da cultura e de ordem social, que dizem respeito à assistência às classes pobres e necessitadas. Distribuídas as tarefas propostas pelo Governo Central, com apóio nos dados do inquérito realizado pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, colocámos à disposição dos Interventores o material informativo de que necessitem para o preparo das

memórias estaduais e regionais. A Secretaria da Presidência manterá uma secção permanente de informes, com os auxiliares necessários, de modo a proporcionar facilidade de dados sobre cada Estado aos Srs. Interventores ou a seus técnicos e delegados. Até 15 de fevereiro, isto é, dentro de 90 dias, devem ser entregues à Secretaria da Presidência as soluções propostas pelos Interventores, determinando com clareza o modo de cooperação de cada govêrno e dos governos de cada região geoeconômica com o Govêrno Central.

Nesse intervalo, deverão os Interventores de cada uma das cinco regiões promover reuniões em que sejam assentadas, por consenso unânime ou princípio de interêsse da maioria, as teses regionais e indicada a fórmula do seu encaminhamento, com a participação de todos os Estados dessa Região e da União.

O Govêrno Central julga oportuno lembrar que, além dos assuntos discutidos com os Srs. Ministros de Estado, os Interventores e Governadores tenham especial aprêço pelas matérias seguintes: 1. Estatuto do funcionalismo estadual e municipal, com o fim de reduzir, padronizar e aproveitar ao máximo do rendimento o pessoal e o material do serviço público. 2. Auxiliar direta e indiretamente os trabalhos do Censo Nacional, a cargo do Instituto Nacional de Geografia e Estatística. 3. Dar a maior colaboração possível ao Conselho de Águas e Energia, para que possa desempenhar as suas tarefas, de máxima importância para o país. 4. Empréstar todo o apóio à Escola Nacional de Educação Física e Desportos, recentemente criada na Universidade do Brasil, inscrevendo candidatos em seus cursos, de modo a formar cada Estado e o Território do Acre sua própria equipe de instrutores, capaz de dirigir a cultura física da juventude no sentido de lhe melhorar a saúde e aumentar a resistência. São estas, Srs. Interventores, as últimas recomendações que julguei oportuno fazer-vos nesta oportunidade. O mais está no tirocínio que já tendes da administração; está no vosso patriotismo, na visão panorâmica do país, pelo qual todos devemos trabalhar. O passado foi a luta; o presente é trabalho; o futuro será a riqueza, prosperidade, o poder.

Alguns comparam o nosso país a uma ilha ou a um arquipélago. Há regiões ricas, intensamente povoadas e industrializadas, e há regiões pobres, onde falta densidade demográfica e onde a escassez de população e de transirtes ainda não proporciona os meios necessários à formação de suas riquezas. Não que essas zonas sejam áridas: é que a civilização ainda não chegou até lá, com a intensidade dos seus meios de produção. De modo que o sentido legítimo do nosso imperialismo é crescer dentro de nós mesmos e levar as nossas fronteiras econômicas até ao limite das fronteiras políticas, fazendo com que todo o Brasil prospere harmônicamente. Para isto, é preciso trabalhar - trabalhar com abnegação, trabalhar com desinterêsse, trabalhar como trabalham as abelhas, que fabricam o mel, não para si, mas para a colmeia. E' o que o Brasil espera de nós, porque só assim seremos dignos da terra onde nascemos e cumpriremos o nosso dever para com a Pátria.

### **O bem-estar e a saúde das mães e das crianças.**

(Discurso pronunciado no Palácio Guanabara em comemoração do Natal,  
a 24 de dezembro de 1939)

Senhores: Comemoramos a grande data da Cristandade - o Nascimento de Jesús - e, à simples evocação da imagem do Deus-Menino, nimbada de doçura apostólica, sentimos reacender-se a fé nas almas e os corações confraternizarem sob o influxo transfigurador das suas divinas virtudes, dos seus imortais exemplos de justiça e altruísmo, de amor pelos fracos, de piedade pelos sofredores. Nenhum momento me parece, por isso, mais próprio para falar aos vossos arraigados sentimentos de solidariedade cristã e convocar-vos a colaborar ativamente na obra já iniciada em favor do bem-estar e da saúde das mães e das crianças. Pelo nosso vasto território, desde os centros urbanos aos pequenos núcleos de população, ainda não se conseguiu instalar uma rede eficiente de serviços de maternidade e amparo à infância, de útil e patriótica finalidade. Todos sabem quanto é, entre nós, precário o tratamento das gestantes e elevado o coeficiente de mortalidade de recém-nascidos, sobretudo, nas classes menos protegidas da fortuna. Problema de tamanha relevância, diretamente ligado ao progresso e ao futuro da nacionalidade, não poderia ser relegado a segundo plano. Cumpra encará-lo de ânimo decidido, e, assim, procedemos, pondo em ação o máximo possível dos recursos administrativos. Mas, por mais que se faça, se não imprimirmos às nossas iniciativas o caráter de verdadeira campanha de

cooperação nacional, veremos a desejada solução e os seus enormes benefícios retardados por longo tempo. É preciso que em cada lar, médio ou abastado, se articulem as vontades generosas e se mobilize o espírito filantrópico do nosso povo, a fim de que o ato mais sagrado da vida de família deixe de ser causa de apreensões para os pais e se transforme em bênção e sadio conforto moral. O meu Governo tem-se empenhado em garantir aos trabalhadores, aos que não dispõem de recursos acumulados e vivem do labor quotidiano, as condições de estabilidade econômica necessárias à manutenção da prole. A legislação em vigor e as instituições de previdência coletiva, em promissor desenvolvimento, se completam nos resultados e mostram o acerto da nossa política de valorização do homem de trabalho. Impunha-se, contudo, alargar a atuação do poder público, e diversas providências se adotaram nesse sentido. Já foi autorizado o plano de construção e instalação de cerca de cinquenta maternidades e lactários, distribuídos por todos os Estados; a lei de proteção às famílias numerosas será decretada em breve; o fundo especial do auxílio familiar, por meio de uma taxa cobrada aos solteiros e casais sem filhos, constituirá, sem dúvida, uma experiência proveitosa e digna de apóio. Espero e recomendo, portanto, que o cuidado da União seja secundado pelos Estados e Municípios, que também devem destinar verbas permanentes aos serviços de puericultura, completando, assim, a estrutura governamental capaz de preparar brasileiros robustos e animosos na exploração da nossa riqueza potencial. Mas, a obra realizada não é suficiente. Onde termina a possibilidade imediata de meios fornecidos pelo Tesouro Público, cumpre apelar para a iniciativa dos particulares, principalmente, dos que têm sob suas ordens grupos de trabalhadores assalariados. É preciso que as crianças dêsses colaboradores anônimos da prosperidade individual sejam devidamente amparadas e, enquanto as mães ganham o pão nas fábricas e oficinas, filhos pequeninos estejam nas creches, recebendo, com os cuidados higiênicos necessários, alimentação sadia e adequada, e os mais crescidos estudem nos jardins de infância e escolas próprias da idade. Acredito que este desejo de melhorar a raça, de dar ao país gente forte e sadia, encontre ampla compreensão em todos os setores das atividades nacionais. E é por isso que concito os homens de sentimentos nobres, as mulheres - sempre inclinadas aos gestos de bondade e heroísmo -, os médicos concientes de sua missão e, especialmente, as pessoas de fortuna, ao dever de aplicar em obras de filantropia e assistência social parte do que lhes sobeja, se não desejam ser apontados como egoístas endurecidos e simples amealhadores de pecúnia. Alimento a esperança, tenho, mesmo, a certeza de que, dentro em pouco, de todos os recantos do nosso território se levantarão vozes de apóio e se organizarão esforços, formando um movimento de edificante solidariedade, capaz de assegurar completo êxito à campanha destinada a amparar a maternidade e a oferecer à Pátria gerações vigorosas. Brasileiros: Sei como o vosso coração transborda do desejo de servir ao Brasil, e tenho a segurança de que esta sugestão, como a boa semente em terra fértil, germinará opulenta, florindo e frutificando em obras de benemerência, dignas do vosso patriotismo e da noção elevada que tendes da solidariedade humana. Acudindo a este apêlo em favor da maternidade e da infância, feito, deliberadamente, no dia de Natal, tereis, por certo, prestado homenagem bem grata Àquele que veio ao Mundo como símbolo da bondade, amparo dos fracos e das crianças, e contribuireis de maneira decisiva para o fortalecimento da juventude, garantia futura do engrandecimento da nacionalidade brasileira.

### **O ensino técnico-profissional.**

(Discurso pronunciado em São Paulo ao paraninfar a turma dos diplomados de 1939 no instituto profissional masculino, a 5 de janeiro de 1940)

Senhores: A experiência de governar e o contacto permanente com as diversas atividades da vida nacional mostram-me a imperiosa necessidade de colocar a preparação técnica dos produtores entre os problemas de maior importância para a expansão econômica do país. Não tenho, como é de moda, desdém pela cultura ou menosprêzo pela ilustração. Acredito que o homem conquista, progressivamente, a Natureza pelo trabalho e pela ciência, e, graças a esse processo de apropriação, consegue melhorar o corpo e o espírito, elevando a condição humana e tornando a existência mais digna. No período de evolução em que nos encontramos, a cultura intelectual sem objetivo claro e definido deve ser considerada, entretanto, luxo acessível a poucos indivíduos e de escasso proveito para a coletividade. As observações e os acontecimentos quotidianos demonstram que, para



desenvolvermos as nossas virtualidades econômicas, possuímos de fato as riquezas da nossa terra e usufruí-las em lugar de guardá-las como avarentos e incapazes, precisamos formar uma geração de técnicos aptos a resolver os problemas do nosso crescimento e a formular a equação do nosso progresso material, que é, na realidade, a base de todo aperfeiçoamento mental e moral. Decorrido mais de meio século de trabalho livre, ainda não nos distanciámos muito dos objetivos educacionais que conformaram outra época e outra sociedade.

Expresso, certamente, uma aspiração geral dizendo que, na agricultura como nas indústrias, diante da evolução incessante dos processos de produção e aproveitamento dos recursos materiais, a Nação deseja e quer homens habilitados, com o preparo profissional necessário, para tirar do trabalho o maior rendimento possível. E, para que os tenha, indispensável que se multipliquem, que se instalem, progridam, forneçam novos mestres e se encham de alunos as escolas como esta. Não necessito fazer elogio especial ao vosso labor, nem dizer grandes palavras, para exprimir a admiração que merece o vosso esforço. A minha presença, hoje, no Instituto Profissional Masculino de São Paulo, paraninfando a turma de 1939, depois de ter acompanhado o trabalho dos seus mestres e alunos em diversas exposições, evidencia a constante atenção dispensada pelo meu Governo à educação técnica das gerações novas. Sob todos os aspectos, a organização deste estabelecimento é digna de aprêço e representa uma fecunda iniciativa do Governo do Estado, continuada pelo Sr. Interventor Adhemar de Barros, que, louvavelmente, tem procurado atender às suas necessidades, com a mesma decisão e patriótico empenho que costuma pôr na realização dos empreendimentos ligados ao progresso paulista e à ação renovadora do Estado Novo. O Governo Nacional, reconhecendo isso, bem como o mérito do vosso esforço, não deixará de concorrer para a melhoria das Vossas instalações e o maior aperfeiçoamento do ensino profissional no Estado. O cultivo das artes mecânicas não merecera, até há pouco, o cuidado que reclama da administração pública. A instalação das escolas de artífices, iniciativa feliz do Governio Nilo Peçanha, só na atualidade, com a disseminação dos liceus industriais em construção em diversos Estados, recebeu tratamento adequado. Bem longe estamos, porém, da meta que é preciso alcançar. As deficiências são grandes, sobretudo, no que diz respeito à extensão da rede de escolas técnico- profissionais. Numerosos jovens deixam de receber preparo satisfatório por falta de escolas, enquanto outros prosseguem estudos em desacôrdo com as suas tendências e meios, ou se debatem no autodidatismo, sem encontrar caminho acertado para as suas atividades. Para corrigir essas falhas, o Governo determinou o estabelecimento, em 1.º de maio deste ano, das escolas de fábrica e vai criar, brevemente, institutos de orientação profissional e cursos superiores de trabalho, destinados a formar técnicos e professores para os institutos médios. Os liceus modernos, quasi concluídos no Distrito Federal, nos Estados do Amazonas, Maranhão e Espírito Santo, e de construção adiantada no Rio Grande do Sul e Goiaz, fornecerão, por outro lado, os elementos indispensáveis ao preparo profissional dos brasileiros, não mais em reduzida escala e pequenos núcleos, mas em proporções nacionais. Entre êsses núcleos, sobressaem alguns que honram a inteligência brasileira. A Escola Técnica do Exército, dotada de completo e moderno aparelhamento, exemplifica o que afirmamos. Alí, um brilhante corpo de oficiais vem recebendo, desde 1930, preparação especializada em altos estudos de mecânica e eletricidade, de forma a fazer face às necessidades industriais da nossa defesa e do desenvolvimento das nossas comunicações. Não bastam, entretanto, às exigências do progresso do país, os técnicos militares. Urge organizar, também, entre os civís, quadros mais amplos, constituindo reservas para qualquer emergência e em condições de emprestar à expansão das nossas energias sentido geral e construtivo.

Os frutos da ação governamental nesse setor não tardarão em aparecer, desfazendo a afirmativa generalizada e falsa, aceita pelos observadores superficiais, segundo a qual os brasileiros só aspiram ser doutores e empregados públicos. A estreiteza dos nossos currículos de ensino, circunscritos, quasi exclusivamente, ao quadro das profissões liberais: a falta de estabelecimentos especializados, em condições de aproveitar os pendores naturais da adolescência; a indecisão dos chefes de família que não encontravam facilidades para a educação da prole; a produtividade baixa do operário não qualificado: esses e outros pequenos obstáculos truncavam vocações e derrotavam existências.

O homem brasileiro, dotado de inteligência viva e pronta, é capaz de aprender todos os ofícios, de praticar as técnicas mais difíceis e complexas, de adaptar-se, facilmente, ao manêjo de novas máquinas e à aprendizagem rápida de quaisquer processos industriais. É um excelente operário, um bom contra-mestre, um engenheiro eficiente. Os estabelecimentos militares e civís que tenho visitado,

onde são exigidas as aptidões mais variadas, demonstram essas qualidades de apreensão fácil e execução precisa, o gosto pela profissão, o interesse ativo pela melhoria da própria capacidade. Mestres e discípulos: A minha presença nesta casa de trabalho é uma homenagem a todos vós. Dou-lhe esta significação porque sei que, entre as vossas máquinas e os vossos teares, sois obreiros modestos, concientes e tenazes do progresso e do engrandecimento da Pátria.

### **Santa Catarina, seu progresso e seus novos problemas.**

(Discurso oferecido no edifício da Assembléia Legislativa, em Florianópolis, por ocasião do banquete oferecido pelo interventor do Estado)

Senhores: Tenho como diretriz, no desenvolvimento da ação governamental, examinar diretamente cada setor do trabalho nacional, de modo a avaliar com segurança os seus resultados e conhecer de perto os reclamos da coletividade. Isso explica as excursões que, habitualmente, faço às várias zonas do país, sem nenhuma preferência de ordem pessoal. E tanto mais úteis e agradáveis se tornam essas excursões, quando me oferecem oportunidade para louvar a ação patriótica e eficiente dos delegados do Poder Central e o êxito dos seus esforços em benefício das populações e da prosperidade geral.

Vim a Santa Catarina inaugurar melhoramentos que valem como prova da operosidade do seu Governo. O que apreciei, após-me dizê-lo, excedeu a expectativa e revela uma clara compreensão dos problemas nacionais em vosso meio. A educação popular e a assistência social reclamam de todo administrador consciencioso e sinceramente devotado ao bem público atenção especial e persistente. A êsse respeito, é digna de encômios a obra aqui realizada, denotando, ainda, o louvável empenho de bem aplicar os dinheiros públicos. Não é demais acentuar, neste momento, que o Brasil atravessa uma etapa decisiva da sua história. No campo econômico como na vida social, atingimos a fase crítica, em que se pronunciarão, definitivamente, as qualidades dominantes da nossa formação. Incumbe aos homens que governam, aos transitórios mandatários da vontade nacional, velar e lutar, constantemente, pela conservação das características fundamentais da nossa civilização. Educando, provendo as necessidades culturais do povo, inculcando-lhe no ânimo a idéia de solidariedade indestrutível em torno dos princípios que lhe norteiam a vida mental e moral, teremos feito o melhor possível pelo progresso da nacionalidade, porque, assim, fortaleceremos a sua estrutura e a sua unidade de sentimento e de ação. Todas as iniciativas visando melhorar o homem servem para reforçar o nosso potencial defensivo e crescer a nossa produtividade. Muito já haveis feito com êsse objetivo, e muito resta realizar para que a vossa capacidade empreendedora atinja o seu máximo desenvolvimento, aproveitando a fertilidade do solo e as riquezas desta terra privilegiada. As florescentes cidades da zona de colonização por mim visitadas demonstram apreciável progresso, acentuando-se o setor industrial, que conta emprêsas prósperas e unidades fabris dotadas de completo e moderno aparelhamento. O equilíbrio da vossa economia permite maior expansão nas atividades agrárias, industriais e extrativas. O Governo Nacional, estimando essa contribuição no seu justo valor, não deixará de fazer quanto estiver ao seu alcance, para incrementar tão promissor surto de progresso. Agora mesmo, quando é preocupação permanente do poder público dar impulso definitivo às indústrias básicas, a começar pela grande siderurgia, papel de acentuado relevo está reservado ao vosso Estado, como fornecedor da hulha necessária ao preparo do “cock” metalúrgico. Medidas de alcance prático vêm sendo tomadas, para facilitar o escoamento do carvão de vossas jazidas, com a construção do pôrto de Laguna, melhoramentos em Imbituba e reaparelhamento da Estrada de Ferro Tereza Cristina. A essas iniciativas poderão ligar-se outras, com o escôpo de aproveitar as virtualidades econômicas do vosso território, tão fértil e apropriado ao desenvolvimento do homem e ao seu progresso social. Senhores: Na terra catarinense, em contacto com a sua hospitaleira e culta sociedade, observando de perto a operosidade dos seus filhos, a impressão que recebo é das mais gratas ao coração e ao sentimento patriótico.

Ergo a minha taça pela vossa felicidade pessoal e pela maior prosperidade do vosso Estado, que tem a governá-lo um homem de segura visão administrativa, realizador e cômico dos seus deveres em face do novo regime, instaurado para mobilizar todas as energias moças e criadoras com o supremo objetivo de fazer mais unida e mais forte a Pátria Brasileira.

### **Realizações do Estado Novo**

(Entrevista coletiva à imprensa no palácio do governo em Porto Alegre, a 12 de março de 1940).

Devo dizer aos senhores, em primeiro lugar, que estou muito satisfeito com a recepção que tive em Pôrto Alegre

Foi na verdade, muito carinhosa e entusiástica. Para tanto, deve ter contribuído a situação de bem-estar e desafôgo do Estado, por isso que todos trabalham e vêem o resultado de seu esforço compensado, em um período de ordem, de prosperidade e de paz. Pouco antes de partir do Rio, assinei vários decretos contendo medidas de importância, algumas das quais já devem ter chegado ao conhecimento da imprensa daqui.. E' o desdobramento natural do programa que o Govêrno vem desenvolvendo. Afastados os elementos de perturbação da vida do país, passou a fase das críticas, das queixas, dos ressentimentos. A época é de construção e de trabalho. O Govêrno está cada vez mais empenhado na realização dêste programa.

No que respeita, por exemplo, à instrução e à saúde pública, já se está desenvolvendo o grande plano. Foi, recentemente, criado o Departamento Nacional da Criança, cujo programa se estenderá por todo o país e terá, na cooperação da União com os Estados, o objetivo do amparo à infância, a começar pela maternidade, a fim de que, principalmente as classes menos favorecidas, se encontrem em condições de melhorar a saúde dos seus filhos pequenos, assistindo-os dentro de preceitos higiênicos perfeitamente apreciáveis.

Acha-se também em estudo o projeto de remodelação do ensino primário, no qual intervirá, diretamente, o Governo Federal, auxiliando os Estados com recursos materiais e imprimindo ao ensino caráter técnico de natureza e objetivos nacionais. Promulgou-se, ainda, um decreto criando a Juventude Brasileira. Já é um grau mais alto de auxílio educativo, orientando a juventude na quadra em que precisa receber instrução cívica e moral e, também, para- militar, de modo a preparar a mocidade, dentro do regime da disciplina e da ordem, para as altas funções que está chamada a desempenhar, na substituição das gerações atuais. Foi assinado, mais, um decreto criando a Comissão de Siderurgia e nomeando as pessoas que devem constituí-la. Tem ela por objetivo a organização de uma companhia nacional para a fundação da grande siderurgia. Já temos, entre a contribuição particular e a do Estado, o numerário suficiente para levar a efeito tal empreendimento. A Comissão estudará a constituição da companhia, examinará os planos técnicos da siderurgia e escolherá o terreno onde se estabelecerá a grande usina. Em seguida, far-se-á a encomenda das máquinas para a montagem da indústria. Paralelamente ao problema da siderurgia, será estabelecido o plano de aproveitamento do carvão nacional próprio à produção do cock metalúrgico. O aspecto referente ao aproveitamento do carvão será objeto dedecreto, logo após o meu regresso ao Rio de Janeiro. De acôrdo com os estudos já feitos, o carvão nacional, em condições de produzir o cock metalúrgico, acha-se em Santa Catarina. Entre as medidas preliminares, já adotadas, foi concedida uma verba para a construção do pôrto de Laguna, sendo, ainda, encampada a Estrada de Ferro Tereza Cristina, a qual será equipada para o transporte normal carvão. O plano de aproveitamento do carvão nacional compreende o cock metalúrgico, destinado à siderurgia, e o melhoramento das condições de transporte e de preparo de todo o carvão nacional, incluído o do Rio Grande do Sul, a fim de que possamos, dentro de curto prazo, reduzir o emprêgo do carvão estrangeiro até ao ponto de não mais precisarmos dele. Com a exploração do petróleo, a criação da siderurgia e o aproveitamento do carvão nacional, o Brasil irá girar em tórno de um novo eixo econômico, com tal solidez e em tais proporções, que se alterará, até, o teor da nossa vida. Foram, também, adotadas, recentemente, outras medidas, das quais os senhores devem ter conhecimento. Assim, a encampação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e do material pertencente a várias companhias que se formaram adquirindo bens com o dinheiro recebido do Estado, a título de garantia de juros, da São Paulo-Rio Grande. Tem o Estado a reivindicar grande patrimônio, devendo, apenas, pagar a quantia que cabe aos debenturistas, fixada em decreto. As condições de prosperidade econômica do Brasil, o aumento da sua exportação, a melhoria do saldo da nossa balança comercial, permitirão reatarmos o pagamento da dívida externa, de acôrdo com os credores e em condições ainda mais vantajosas que as anteriores. Adotou-se o mesmo plano do esquema Oswaldo Aranha, reduzindo-se, porém, as prestações a pouco mais de metade do que se pagava anteriormente. Destina-se uma parte ao pagamento de juros e outra à amortização da dívida, o

que antes não ocorria. Não só a dívida será amortizada, como o Brasil terá o direito de adquirir em bolsa os títulos dos empréstimos, ficando, para isso, consignada, anualmente, determinada importância. Dentro de alguns anos, a dívida externa do Brasil estará muito reduzida, caminhando para a sua extinção. Promulgou-se, igualmente, novo regulamento de seguros, dando-se começo à execução da lei de nacionalização das companhias desse gênero. Se não foi ainda fixado o prazo para a nacionalização das companhias estrangeiras existentes no país, deve ser dito que o Governo não pretende agir com atropêlo. Não será, entretanto, permitida, daqui por diante, a fundação de novas companhias estrangeiras. Haverá restrições, de modo a evitar-se, entre as companhias existentes, o aumento ou o desdobramento de capitais, pois que iria desvirtuar os fins da lei. Respondendo à pergunta de um jornalista, declarou o Sr. Getúlio Vargas que não se cogita de qualquer remodelação da estrutura ministerial. “O Governo, disse S. Exa., procura intensificar o desenvolvimento do país em todos os seus setores, mas aumentando o menos possível o número de funcionários e não criando novas repartições. Neste ponto, o intuito do Governo é reduzir os quadros e pagar melhor”. Atendendo a outra pergunta, disse o Presidente que a situação do Brasil, na política internacional, é muito boa; diria: o país goza, mesmo, atualmente, de grande prestígio. Quanto aos países americanos, a política brasileira inspira, hoje, grande confiança, porque demonstra o verdadeiro desinteresse e a sinceridade da nossa colaboração. Existe, acrescentou S. Exa., em virtude da Conferência de Lima, uma política continental americana. A atitude do Brasil perante a guerra européia é a atitude conjunta dos países americanos. O Brasil não agirá individualmente, mas sim de acordo com todos os países do Continente.

Sucedem-se as perguntas e a todas vai o Sr. Getúlio Vargas respondendo amavelmente. Referindo-se às manifestações que recebeu na Capital do Estado, disse S. Exa.,- Acredito haja sido esta a maior recepção que tenha recebido em Porto Alegre. Não sei se será a impressão de momento, mas o fato é que assim me parece. Superou, até, a primeira. No longo trajeto, pôde-se ver toda a população operária, escolas, clubes desportivos, enfim, a população urbana. Sobre a permanência em São Borja: - Não sei quanto tempo me demorarei em São Borja. Creio que não passará de uma semana, se chegar a uma semana. - V. Exa. voltará, no regresso, a Porto Alegre? - Pretendo, respondeu o Presidente. Disse, ainda, S. Exa., em resposta a novas perguntas dos jornalistas: - Realmente, estou convidado a visitar Portugal e o Paraguai. Entretanto, não há, sobre isso, plano estabelecido. Será, mesmo, muito difícil que possa afastar-me do país, numa viagem longa como ir a Portugal, em um momento destes. Todavia, o Brasil terá uma representação à altura das comemorações que se pretende realizar em Portugal, atendendo assim à gentileza do convite. - A Conferência Geo-econômica se iniciará depois das reuniões preliminares dos Interventores, ora em curso. Terminados esses trabalhos e enviados os relatórios ao Governo Federal, será marcada a data da Conferência, onde todos os assuntos se estudarão. - Tenho recebido, de fato, muitos convites para visitar cidades e Municípios do Estado. Mas não me será fácil atender a essa gentileza, porque seria necessário prolongar a minha ausência da Capital do país, o que não posso fazer. Se houver tempo, das manobras, farei uma excursão, de avião, a Rosário e São Gabriel, que não ficam distantes. Nada há, porém, resolvido. Só de pois de estar no interior é que poderei dizer se atenderei aos convites.

### **A política trabalhista do governo e seus benefícios.**

(Discurso pronunciado no estádio do Vasco da Gama, Rio de Janeiro, por ocasião das comemorações do dia do trabalho, no dia 1º de maio de 1940)

Trabalhadores do Brasil: Aqui estou, como de outras vezes, para compartilhar as vossas comemorações e testemunhar o aprêço em que tenho o homem de trabalho como colaborador direto da obra de reconstrução política e econômica da Pátria. Não distingo, na valorização do esforço construtivo, o operário fabril do técnico de direção, do engenheiro especializado, do médico, do advogado, do industrial ou do agricultor. O salário, ou outra forma de remuneração não constitui mais do que um meio próprio a um fim, e esse fim é, objetivamente, a criação da riqueza nacional e o surto de maiores possibilidades à nossa civilização. A despeito da vastidão territorial, da abundância de recursos naturais e da variedade de elementos de vida, o futuro do país repousa, inteiramente, em nossa capacidade de realização. Todo trabalhador, qualquer que seja a sua profissão é, a este respeito,

um patriota que conjuga o seu esforço individual à ação coletiva, em prol da independência econômica da nacionalidade. O nosso progresso não pode ser obra exclusiva do Governo, sim de toda a Nação, de todas as classes, de todos os homens e mulheres, que se enobrecem pelo trabalho, valorizando a terra em que nasceram. Constitue preocupação constante do regime que adotámos difundir entre os elementos laboriosos a noção da responsabilidade que lhes cabe no desenvolvimento do país, pois o trabalho bem feito é uma alta forma de patriotismo, como a ociosidade uma atitude nociva e reprovável. Nas minhas recentes excursões aos Estados do Centro e do Sul, em contato com as mais diversas camadas da população, recebi caloroso acolhimento e manifestações que testemunham, de modo inequívoco, a confiança que os brasileiros, desde os simples operários expoentes das atividades produtoras, depositam na ação governamental. Falando em momento como êste, diante de uma multidão que vibra de exaltação patriótica, não posso deixar de pensar como os nossos governantes permaneceram, durante tanto tempo, indiferentes à cooperação construtiva das classes trabalhadoras. Relegados a existência vegetativa, privados de direitos e afastados dos benefícios da civilização, da cultura e do conforto, os trabalhadores brasileiros nunca obtiveram, sob os governos eleitorais, a menor proteção, o mais elementar amparo. Para arrancar-lhes os votos, os políticos profissionais tinham de mantê-los desorganizados e sujeitos à vassalagem dos cabos eleitorais.

A obra de reparação e justiça realizada pelo Estado Novo distancia-nos, imensamente, desse passado condenável, que comprometia os nossos sentimentos cristão: se tornara obstáculo insuperável à solidariedade nacional. Naquela época, ao aproximar-se o Primeiro de Maio, o ambiente era bem diverso. Generalizavam-se as apreensões e abria-se um período de buscas policiais nos núcleos associativos, pondo-se em custódia os suspeitos, dando a todos uma sensação de insegurança e exibindo um luxo de força nas ruas e locais de reunião, que, não raro, redundavam em choques e conflitos sangrentos. Atualmente, a data comemorativa dos homens de trabalho é festiva e de confraternização. Os benefícios da política trabalhista, empreendida nestes últimos anos, alcançam profundamente todos os grupos sociais, promovendo o melhoramento das condições de vida nas várias regiões do país e elevando o nível de saúde e de bem-estar geral. A ação tutelar e previdente do Estado patenteia-se, de modo constante, na solicitude com que cria os serviços de proteção ao lar operário, de assistência à infância, de alimentação saudável e barata, de postos de saúde, de crèches e maternidades, instituindo o ensino profissional junto às fábricas e, ultimamente, voltando as suas vistas para a construção de vilas operárias e casas populares. Na continuação desse programa renovador, que encontrou no atual Ministro do Trabalho um eficiente e devotado orientador, assinámos, hoje, um ato de incalculável alcance social e econômico: a lei que fixa o salário mínimo para todo o país. Trata-se de antiga aspiração popular, promessa do movimento revolucionário de 1930, agora transformada em realidade, depois de longos e acurados estudos. Procurámos, por êsse meio, assegurar ao trabalhador remuneração equitativa, capaz de proporcionar-lhe o indispensável para o sustento próprio e da família. O estabelecimento de um padrão mínimo de vida para a grande maioria da população, aumentando, no decorrer do tempo, os índices de saúde e produtividade, auxiliará a solução de importantes problemas que retardam a marcha do nosso progresso. À primeira vista, poderão pensar os menos avisados que a medida é prematura e unilateral, visto beneficiar, apenas, os trabalhadores assalariados. Tal, porém, não ocorre no plano do Governo. A elevação do nível de vida eleva, igualmente, a capacidade aquisitiva das populações e incrementa, por conseguinte, as indústrias, a agricultura e o comércio, que verão crescer o consumo geral e o volume da produção.

As bases da nossa legislação social já estão solidamente lançadas nas leis que regulam a duração do trabalho, a higiene industrial, a ocupação das mulheres e menores, as aposentadorias e indenizações de acidentes, as associações profissionais, os convênios coletivos e a arbitragem. Ultimamente, agora, a organização da Justiça do Trabalho, cuja regulamentação está na fase final de estudos e deverá ser posta em vigor dentro de pouco. É uma legislação que tende a ampliar-se e a cobrir com a sua proteção os diversos ramos da economia nacional, da fábrica aos campos, das oficinas aos estabelecimentos comerciais, empresas de transportes e todos os empregos e ocupações. As sugestões da experiência e as imposições da necessidade irão, naturalmente, indicando modificações e ampliações cuidadosas. Chegaremos, assim, a consolidar êsse corpo de leis num Código do Trabalho adequado às condições do nosso progresso. Não é demais observar, a propósito das nossas conquistas de ordem social, que povos de civilização mais velha, apontados como modelos a copiar, ainda não conseguiram resolver satisfatoriamente as relações de trabalho, que continuam sendo, para eles, causa de perturbações e antagonismos, em vez de forças de cooperação para o bem comum. Embora

deixados ao abandono, os nossos trabalhadores souberam resistir as influências malsãs dos semeadores de ódios, a serviço de velhas e novas ambições de poderio político, consagrados a envenenar o sentimento brasileiro de fraternidade com o exotismo das lutas de classes. O ambiente nacional tem reagido sadiamente contra êsses agentes de perturbação e desordem. A propaganda insidiosa e dissolvente, apenas, impressionou os pobres de espírito e serviu para agitar os mal intencionados.

Quem quer que observe a história e a dura lição sofrida por outros povos verá que os extremismos, mesmo quando logram uma vitória efêmera, caem logo vítimas dos próprios erros e das paixões que desencadearam, sacrificando muitas aspirações justas e legítimas, que poderiam ser alcançadas pacificamente. A sociedade brasileira, felizmente, repele, por índole, as soluções extremistas. Corrigidos os abusos e imprevidências do passado, poderemos encarar o futuro com serenidade, certos de que as utopias ideológicas, na prática, verdadeiras calamidades sociais, não conseguirão afastar-nos das normas de equilíbrio e bom senso em que se processa a evolução da nacionalidade. Só o trabalho fecundo, dentro da ordem legal que assegura a todos - patrões e operários, chefes de indústrias e proletários, lavradores, artezãos, intelectuais - um regime de justiça e de paz, poderá fazer a felicidade da Pátria Brasileira.

### **E COMO TUDO TERMINA**

#### **Análise dos eixos: Saúde, Educação, Trabalho, Assistência Social**

(Lida na esplanada do Castelo, em 02 de janeiro de 1930 – A Plataforma da Aliança Liberal)

Dentre os subtítulos: anistia, as leis compressoras, legislação eleitoral, Justiça Federal, ensino secundário – liberdade didática e administrativa, autonomia do Distrito Federal, Questão Social, imigração, exercito e armada, funcionalismo público, a carestia da vida e o regime fiscal, o plano financeiro, desenvolvimento econômico, convênios e tratados de comercio, instrução educação e saneamento, as obras contra as secas, colonização da Amazônia, vias de comunicação, a pecuária, reforma do Banco do Brasil, defesa da produção e o café, destaca-se a questão social, que segundo Vargas deve ser encarada pelos poderes públicos.

Durante o discurso Vargas expôs que o pouco que possuímos, em matéria de legislação social, não é aplicado, ou só é em parte mínima, esporadicamente apesar dos compromissos assumidos. Compara que se ocorre protecionismo aos industriais em proveito da fortuna privada, também se deve acudir o proletariado com medidas que lhes assegurem relativo conforto e estabilidade e os amparem nas doenças e na velhice. Ainda lembra “... das mulheres e dos menores, nas fabricas e estabelecimentos comerciais “... que trabalham subordinados a condições especiais “... que entre nós, até agora, infelizmente, se desconhecem”. Nesse sentido sinaliza a importância de uma coordenação de esforços entre o governo central e os Estados, para o estudo do código de trabalho. Lembra que: “tanto o proletariado urbano como rural necessitam de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressaltadas as respectivas peculiaridades”. Sendo tais medidas compreendidas entre a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação, proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice, o credito, o salário e “... até o recreio, como os desportos e cultura artística...”. Declara que é tempo de construir “... escolas agrárias e técnico-industriais, da higienização das fábricas e usinas, saneamento dos campos, construção de vilas operarias, aplicação da lei de férias, lei do salário mínimo, cooperativas de consumo e etc.”

E no que se refere ao proletariado das cidades, uma classe numerosa existe, cuja situação é considerada fácil de melhorar. Reportasse aos que trabalham nas empresas telefônicas e nas iluminações de viação urbanas, pois acredita que estendendo os benefícios que gozam os portuários, ou seja, as caixas de aposentadorias e pensões dos ferroviários essa parcela da população trabalhadora terá sua situação melhorada.

Nessa esteira deverá abranger os marítimos e os empregados do comércio, pois considera que os poderes públicos não podem continuar indiferentes aos apelos dessas classes e de outras com iguais necessidades, “... tanto mais quanto a sua melhoria nenhum ônus acarretara aos cofres do país”. Aponta a necessidade de atender “... milhares de brasileiros que vivem nos sertões, sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contato com os agentes do poder público, apenas, através dos impostos extorsivos que pagam”. Pensa-se em

“... agrupa-los na propriedade da terra, fornecendo-lhes o instrumento de trabalho, o transporte fácil para a venda da produção excedente as necessidades do seu sustento, despertar-lhes, em suma, o interesse, inculcando-lhes hábitos de atividades e de economia. Tal é a valorização básica, essa sim, que nos cumpre iniciar quanto antes – a valorização do capital humano, por isso que a medida da utilização social do homem é dada pela sua capacidade de produção”. (VARGAS, 1930, p. 28).

### **Nova organização administrativa do país.**

(Discurso de posse na chefia do Governo Provisório, perante a junta governativa)

Vargas expõe o momento como revolucionário de “... todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade ou de sexo, comungam em um idêntico pensamento fraterno e dominador: - a construção de uma pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos. Após o momento de vitórias, foi preciso refletir maduramente sobre a obra de reconstrução. E para que não se fraude a expectativa do povo brasileiro, o trabalho de reconstrução não admite medidas contemporizadoras. Implicaria no reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos. É preciso através de atos cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia.” (VARGAS, 1930, p.71).

Dentre as idéias centrais do programa de reconstrução nacional destaca-se dezessete tópicos dos quais três ressaltam a questão social: a difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso um sistema de estímulo e colaboração direta dos Estados. Para ambas a finalidade, justificar-se-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesa. O outro tópico consiste na instituição de um conselho consultivo, composto por individualidades eminentes, sinceramente integradas na corrente das idéias novas e por último a Instituição do Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural. Vargas termina seu discurso alertando para o vasto campo de ação e agradecendo a junta governativa os serviços prestados à Nação, mas que de agora em diante ele (Vargas) assume, provisoriamente o Governo da República.

### **A Revolução, suas origens e o seu programa.**

(Discurso pronunciado no Banquete oferecido pelas classes armadas)

Inicia seu discurso agradecendo as manifestações de apreço das forças armadas da República, através das palavras do General, que simboliza a expressão do pensamento cívico dos seus camaradas. A prova de solidariedade testemunhada repercutira pelo país inspirando confiança e tranqüilidade, por tornar evidente que um pensamento une idêntico ideal social e harmoniza a atuação. Percebe-se nessa confraternização: “... a vossa atitude serena, mas enérgica, calma, porém decidida, o apoio integral prestado ao Governo Provisório, instituído pela Revolução, para realizar a obra de reorganização moral, política e econômica da República.” (VARGAS, 1930, p.80).

A situação de incertezas infundidas aos brasileiros, iniciando-lhes o patriotismo congregando-os a revolta salvadora que se alastrou, cresceu e tomou vulto e, organizou-se em força irresistível, se dependeu em avalanche destruindo tudo quanto se opunha a seu destino. O programa da Revolução reflete o caminho “... para o ressurgimento do Brasil: instituiu o aumento da produção nacional, sagrada por impostos que a estiolam: estabelece a organização do trabalho deixada ao desamparo pela inércia ou pela ignorância dos governantes; exige a moralidade administrativa, conculcada pelo sibaritismo dos políticos gozadores; impõe a invulnerabilidade da justiça, maculada pela feita do favoritismo ... assegura a transformação do capital humano como máquina, afeiteando-o para produzir mais e melhor, restitui ao elemento homem a saúde do corpo e a consciência da sua valia, pelo saneamento e pela educação e restabelece, o pelo gozo das liberdades públicas e privadas, sob a égide da lei e a garantia da justiça. Em rápida síntese foram elencados as diretrizes da obra do Governo Provisório para reintegrar o país na posse de si mesmo”.

**A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos.**  
(Discurso pronunciado no palácio do catete, instalando a comissão Legislativa)

Afirma que o Brasil possui uma consciência política própria, e para aperfeiçoá-la cumpre asculiar e entender o passado, procurando prever as complexidades do futuro, sem consentir que prevaleçam as paixões, ainda efervescentes, da hora atual.

A enunciação das funções do Estado descobre novo e dilatado campo de experiências jurídicas. Se as leis expressam direitos e o direito moderno sob o impulso de fenômenos sociais irresistíveis tem sofrido modificações radicais, devido às contingências oriundas do entretchoque econômico dos povos, justo é que a vossa função legisladora se enquadre nos imperativos da época, provocando dar ao Estado a força e o poder capazes de dominar os imprevistos do novo período de transformação humana que se inicia.

No que diz respeito à organização econômica Vargas deixa claro que as falhas no sistema econômico são ocasionadas porque a atividade produtora é permitida sem elementos reguladores. E pondera citando um pensador: “Abandonar a economia universal ao livre jogo das forças produtoras equivale a caminhar de olhos abertos para uma convulsão futura, pela agravação de seu desequilíbrio evidente”. Nesse sentido entende que deve se apoiar no imperialismo econômico, que de longa data, demonstrou as falhas da sua organização, pois nem fornece amparo irrestrito ao proletariado, o que acarretaria outra tirania, talvez para Vargas, mais funesta à marcha da civilização.

No sistema capitalista, observa-se o preceito perigoso de ser o poder aquisitivo sempre inferior à capacidade das indústrias, quando a produção devia limitar-se à capacidade aquisitiva das massas. Essa diferença, causa do desequilíbrio existente, tende a aumentar, porque, enquanto o capital estimula a produção, para ampliar-se levando a indústria ao máximo de produtividade, o consumidor, defensivamente ou por hábito natural de poupança, procura restringir o consumo ao indispensável às suas necessidades. (VARGAS, 1931, p. 117)

Evidenciando o descompasso da vida econômica e a não organização de seu mecanismo previamente, uma vez que permite aos detentores das forças produtivas movimentarem ao sabor de seus interesses.

Com essas considerações defini-se a fisionomia social da época. E o que parece urgente é a necessidade de uma revisão no quadro dos valores sociais, a fim de modificar a estrutura e para que se torne possível o equilíbrio econômico, cuja continuidade constitui perigo eminente para a civilização. Para levar a efeito essa revisão é necessário congregarmos todas as classes, em uma colaboração efetiva e inteligente. Ao direito cumpre dar expressão e forma a essa aliança capaz de evitar a derrocada final. Esse propósito será atingido quando se reunir em uma mesma assembléia plutocratas e proletariado, patrões e sindicalistas, todos os representantes das classes, integrados no organismo político do Estado.

Vargas considera que na época os fins sociais são predominantemente econômicos, em que se organiza de maneira científica a produção e o modelo industrial é elevado a limites extremos, assinala-se a função do Estado como elemento coordenador desses múltiplos esforços, devendo sofrer modificações decisivas.

A legislação atual necessita ser modificada, os problemas devem ser analisados e novos horizontes vislumbrados, sem, contudo esquecer que a palavra final caberá aos futuros constituintes, delegados do povo brasileiro. No qual não esqueceram o objetivo dominante, os fatores econômicos.

A preocupação desses assuntos torna-se por tal forma empolgante, que os partidos políticos, cujos programas sejam estranhos aos fatores de ordem econômica, não conseguirão interessar a opinião pública, ficando condenados a esterilidade das mesquinhas rixas locais. A época é de assembléias especializadas, dos conselhos técnicos integrados à administração. O Estado, puramente político, no sentido antigo do termo, podemos considerá-lo, atualmente, entidade amorfa, que, aos poucos, vai perdendo o valor e a significação. (VARGAS, 1931, p. 120).

Após expor diversos fatos e sugestões para a comissão legislativa, Vargas pontua não pretender impor suas idéias, mas submetê-las ao criterioso exame e discussão, se evidencia que os princípios jurídicos colidem com as realidades ambientes. Pois crê no cancelamento de antigos códigos e a elaboração de novos.



A velha fórmula política, patrocinadora dos direitos do homem, parece estar decadente. Em vez do individualismo, sinônimo de excesso de liberdade, e do comunismo, nova modalidade de escravidão, deve prevalecer a coordenação perfeita de todas as iniciativas, circunscritas à órbita do Estado, e o reconhecimento das organizações de classe, como colaboradores da administração pública. (VARGAS, 1931, p. 120).

### **Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no teatro municipal, a 03 de outubro de 1931.**

Vargas inicia seu discurso colocando o “... tenaz esforço...” para normalizar a vida do país, que “... veio a nossa mão...” com graves problemas financeiros, sendo o povo compreensivo o bastante para a impossibilidade de transformação imediata, pois o paradigma de ordem e prosperidade encontrava-se em situação confusa e ruínosa. Porém, apesar das frustrações, diz, que o “... povo assiste com confiança e espírito de sacrifício...”.

Quando se refere à campanha liberal e a Revolução, enfatiza que “... o movimento de outubro deve ser considerado mais como força de ação social do que simples pronunciamento de caráter partidário”. O ambiente político e administrativo explica a transformação da instituição pública em um regime sadio de justiça e moralidade administrativa. Antes na instituição pública predominavam o favoritismo, os acordos, os arranjos entre associados, que a máquina eleitoral sancionava em nome do povo, sendo pregado diferentemente neste novo tempo.

Sobre os Ministérios destaca-se o da Educação e o do Trabalho. O primeiro Ministério diz respeito ao desenvolvimento da instrução e da assistência sanitária. Ao que se refere à educação: destacou-se: o sistema universitário, criação do conselho Nacional de Educação e a organização do ensino comercial. Nos serviços de saúde pública foi adotado um lema “... economizar o mais possível a fim de atender aos reclamos da situação financeira do país e, ao mesmo tempo, procurar manter a eficiência dos serviços sanitários”. Mesmo observando a intensidade da problemática ressalta que é preciso passar “... o período de reajustamento financeiro a exigir severas economias...” para que este serviço receba a devida atenção. Porém foi dada ênfase à luta pela higiene infantil, ao combate a tuberculose, contra as doenças venéreas, contra a lepra, contra as doenças contagiosas comuns, finalmente, à inspeção de gêneros alimentícios e à fiscalização do exercício da medicina e farmácia.

E o segundo Vargas colocou que o regime anterior considerava a questão do operariado uma questão de polícia. Lembra as conquistas internacionais referentes à legislação social.

Garantias mínimas, quase universalmente outorgadas às classes trabalhadoras, aqui ainda consistiam em vagas aspirações, algumas displicentemente consubstanciadas em leis sem aplicações, outras em maior número, de que o poder público, absolutamente, não cogitava.

Vargas ainda em período de campanha afirmava que no Brasil a questão social deveria ser encarada pelos poderes públicos. Ressaltava que o protecionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada, deve-se “... acudir o proletariado, com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças, como na velhice”. As atividades de mulheres e crianças nas fabricas e estabelecimentos comerciais também devem estar subordinadas a condições especiais. E o proletariado urbano quanto o rural “... necessitam de dispositivos tutelares aplicáveis a ambos...”. Devendo compreender a instrução, educação, higienização, alimentação, habitação, a proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice, o crédito, o salário e até o recreio, como o desporto e a cultura artística.

Além das funções administrativas, que compreendem a questão de trabalho, indústria, comércio, previdência social, o novo ministério iniciou seus trabalhos de legislação social e industrial. Na qual destacou-se: a lei e o regulamento de proteção ao trabalho nacional – a chamada lei dos dois terços, a reforma da lei de aposentadorias e pensões, a ampliação do âmbito dessa lei fazendo beneficiários dela os trabalhadores e empregados marítimos, tranviários, telegráficos, telefonistas, radiotelegrafistas e todos os funcionários públicos, lei referente à organização das classes (lei de sindicalização) e os projetos de lei já publicados sobre: oito horas de trabalho diários ou quarenta e oito horas semanais, nas indústrias e comércio, organização de um critério para estabelecimento dos salários mínimos, convenção ou contratos coletivos de trabalho e instituição de comissões

permanentes e mixtas de empregadores e empregados, para a solução dos conflitos de trabalho (Comissões de conciliação e arbitramento).

### **As classes trabalhadoras e o governo da Revolução.**

(Discurso pronunciado em 29 de outubro de 1932)

Inicia seu discurso dizendo que a atuação do governo provisório, através de seus diversos departamentos, visa atender o interesse coletivo. E para que aconteça de fato fez-se necessário um pensamento único e central no qual nenhuma resistência irá conter.

A organização sindical, a lei de férias, a limitação das horas de trabalho, o salário mínimo, as comissões de conciliação, as caixas de pensões, o seguro social, as leis de proteção às mulheres e aos menores realizam velhas aspirações proletárias de solução inevitável. (VARGAS, 1933, p. 97).

O individualismo excessivo, que caracterizou o século passado, precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Vargas disse que o melhor meio de garantir, o capital, é transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores distribuídos dos sentimentos de pátria e de família.

Pontua ainda que os que possuem riquezas desfrutam de regalias que aos pobres parecem um privilégio, mas que a lei transforma em prerrogativa jurídicas e reconhecer que essas prerrogativas correspondem deveres, convencendo-se de que todos quantos cooperam com o seu trabalho para semelhante resultado possuem, também, respeitáveis direitos ao bem-estar, aos cuidados da saúde e às garantias de previsão social contra os acidentes do labutar afanoso. Entramos definitivamente, num período de ordem, de segurança e de firmeza de ação. Aproveitamo-lo para concluir a obra de recintração social e política, que consagre, nos nossos anais, o pensamento de renovação triunfante em 1930.

### **A instrução profissional e a educação, moral, cívica e agrícola.**

(Discurso pronunciado na Bahia, em 18 de agosto de 1933)

No primeiro momento de seu discurso, Vargas poetiza sua visão da capital da Bahia no processo de formação da nação brasileira. Em seguida recapitula brevemente a questão da escravidão no Brasil que após a abolição, o novo regime, não organizou a questão do trabalho, a qual repousa a economia da época. Aponta, ainda, o êxodo dos habitantes do interior, atraídos pelas ilusórias facilidades de trabalho. Revela que o proletariado das cidades aumentou desproporcionalmente, originando o pauperismo e todos os males decorrentes do excesso de atividades sem ocupações fixas (VARGAS, 1933, v. II, p.115). Na frase exposta pelo Presidente Getúlio Vargas mostra claramente a importância que este dava a questão da regulamentação do trabalho, e que sem esta, os trabalhadores pobres não tinham garantias de benefícios.

Entre os mais favorecidos as cidades também seduzia-os, como por exemplo as aparentes vantagens do emprego público, ou a vida pomposa dos grandes centros sociais. Mas Vargas quer incentivar a volta ao bom caminho, ou seja, o retorno aos campos, mesmo ainda não sabendo como provocar esse retorno expõe que feito isso resolverá um dos maiores problemas do Brasil no período. Educação e povoamento da região do campo é o segredo da prosperidade, porém o povoamento corresponde a condições para a qualidade de vida e para a realização do trabalho no campo. Pois para Vargas é:

verdadeiramente contrastador observar o espetáculo doloroso de vastos conglomerados humanos entorpecidos pela malária, corroídos pela sífilis ou a lepra remissos a qualquer atividade produtiva e condenados a inevitável decadência, por mingua de socorros dos poderes públicos (VARGAS, 1933, v.II, p.117).

E para que os problemas sejam solucionados é necessário investir na Educação, mas no significado amplo e social da palavra, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica

profissional. Explica que o governo vem realizando iniciativas parciais em alguns Estados e no domínio ideológico de campanhas pro - alfabetização, de resultados falhos, pois o conhecimento de alfabeto não destrói a ignorância nem conforta o caráter.

A instrução que se objetiva desenvolver é a profissional e técnica, pois a época em que se caracteriza pelo predomínio da máquina necessário se faz para a organização do trabalho. Assim sendo, o cidadão que acessou a instrução, a educação e adquiriu a consciência dos seus direitos e deveres, desenvolveu o conhecimento pela higiene e pelo trabalho pode ser premiado com a alegria de viver, proveniente do conforto conquistado pelas próprias mãos. A questão do merecimento. História do Imperador do Japão – Mutuzahito que baixou uma lei que determinava que a instrução deveria ser difundida e que não seria admitido que restasse uma só aldeia, uma só família ignorante e que os pais e irmãos mais velhos não tivessem por compreendido que lhes caberia o dever de ensinar aos seus filhos e irmãos mais novos. Com isso o milagre da instrução em pouco mais de quarenta anos foi realizado e o Japão entrou no rol das grandes potências mundiais.

Coloca ao povo que é dever do Governo Provisório interessar.

### **Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933.**

Ao comparecer a solenidade de instalação da Assembléia Nacional Constituinte na presença dos representantes do povo brasileiro, Vargas aproveitou a oportunidade para prestar conta a Nação de seus atos como chefe do Governo Provisório instituído pela Revolução de outubro de 1930.

Vargas realiza uma análise do passado político brasileiro e diz que há ensinamentos preciosos que não devemos desprezar. No decorrer da mensagem o presidente fala sobre a lição do passado, a Revolução de 1930, a reorganização política, a reforma eleitoral, o estado moderno, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO, representação de classes, ordem pública, ECONOMIA E FINANÇAS, a herança recebida, os objetivos da revolução, a ação do governo provisório, o exercício de 1932, o exercício de 1933, os atrasos comerciais, o descoberto do Banco de Brasil, outras operações e providencias, compromissos externos, o problema do café, a situação atual, administração e finanças dos Estados, RELAÇÕES EXTERIORES, reforma dos serviços, intercâmbio comercial, política continental, a presença do presidente da Nação Argentina no Brasil, demarcação de fronteiras, visitas de altas personalidades, FORÇAS ARMADAS, exército, marinha, VIAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, estradas de ferro, construções ferroviárias, central do Brasil, estradas de rodagem, portos e tráfego marítimo, navegação fluvial, marinha mercante, navegação aérea, correios e telégrafos, obras contra as secas, agricultura e produção nacional, os serviços do ministério da agricultura, a reforma iniciada e sua finalidade, a atividade do ministério em 1931-1932, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, ensino primário, ensino secundário, saúde pública, atividade da nova secretaria, TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO, organização do trabalho e assistência social, nacionalização do trabalho, sindicalização, relações entre empregados e empregadores, iniciativas complementares, povoamento e localização dos trabalhadores, instituições de previdência, atividade industrial e comercial.

No que tange ao tema proposto apontaremos os itens que Vargas fala de Educação e Saúde Pública e Trabalho, Indústria e Comércio.

O autor aborda que “... depois de meio século de vida política independente...”, o país, “... estava ainda com dois problemas capitais da sua organização para resolver: a educação e o trabalho”.

Quanto à educação Vargas pontua “... as nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo”. Revela que no Brasil “... nada foi feito de orgânico, algumas iniciativas parciais existem em alguns estados, porém sem sistematização adequadas...” Ressalta que há diferença entre ensinar a ler e educar, pois a leitura é ponto inicial para a instrução e somente se complementa quando se refere à inteligência e à atividade.

O raciocínio, força máxima da inteligência, deve ser aperfeiçoado, principalmente por sabermos que o trabalho manual também o exige pronto e arguto. ... A instrução que precisamos desenvolver, até ao limite externo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem ela, sobretudo, na época caracterizada pelo predomínio da máquina, é impossível trabalho organizado.

(Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933, VARGAS, 1933, p. 124).

Instrumentalizando o povo, com alimentação e trabalho compensador, acredita Vargas, que se cria condições para o desenvolvimento da capacidade de pensar dos brasileiros tornando-os homens melhores. E para que isso se efetive deve-se tomar uma única providência: "... todos os brasileiros devem receber educação..." Sendo dever do Governo Provisório interessar toda a nação, obrigando-a a cooperar, nas múltiplas esferas em que o poder se manifesta para a solução dessa problemática. A educação é considerada, no texto, como caso de salvação pública, e para que aconteça em todo o país é necessário que haja cooperação, congregando os esforços da União, dos Estados e dos municípios. Um passo para a solução dessa questão é a percentagem fixa dos orçamentos das três esferas de poder para prover as despesas referentes à instrução.

Para o ensino primário, os Estados devem empregar 10% das respectivas rendas e quanto aos municípios 15 % das receitas para a aplicação nos serviços de segurança, saúde e instrução pública, quando por eles exclusivamente atendidos. Vargas apresenta um quadro das escolas de ensino primário no país e revela que não é possível ensinar sem escolas e o número das existentes está muito aquém das necessidades.

O problema da educação do povo continua a ser, ainda e sempre, o nosso magno problema. No momento em que se vai reorganizar a vida política do país, torna-se de evidente oportunidade lembrar e trazer-lo a consideração da Assembléia Nacional Constituinte, que, certamente, procurará dar-lhe solução completa e definitiva. Não temos o direito de postergar indefinitivamente essa solução. A dolorosa verdade aí está, desdobrada perante a Nação, desafiando com toda a trama da sua complexidade angustiante, a nossa maior soma de boa vontade e energia. (Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933 (VARGAS, 1933, p.130)).

O ensino secundário comporta-se em situação semelhante ao anterior, pois a função educativa, que lhe é essencial e consiste em preparar a inteligência e o espírito crítico para o estudo e solução dos problemas impostos pela vida, foi sempre relegada a segundo plano. Tendo em vista corrigir essa deficiência, elaborou-se uma reforma para integrar o ensino secundário na sua verdadeira finalidade. Foi tão radical essa remodelação que atingiu também o ensino superior, estabelecendo as bases do regime universitário.

### **Saúde Pública**

Educação e saúde pública só admitem solução comum, segundo Vargas. O homem valoriza-se, é certo, pela cultura da inteligência, mas não poderá atuar no sentido de eficiência social, por efeito de causas congênicas ou adquiridas, se estiver fisicamente incapaz ou encontrar meio hostil impróprio à vida saudável, e sem condições de adaptação produtiva. (Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933 (VARGAS, 1933, p.132)).

Os poderes públicos devem atender o problema da higiene no seu duplo aspecto de saneamento e assistência. "O progresso de qualquer país exige-lhe solução pelo menos, parcial, traduzida em medidas capazes de assegurar a defesa sanitária das populações". (Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933 (VARGAS, 1933, p.132)). Devido às dificuldades financeiras encontradas na manutenção de serviços de saúde, nos Estados, cogitou-se estabelecer um fundo permanente para custear essas despesas necessárias, criando-se para isso a taxa de educação e saúde, da qual dois terços serão aproveitados para aperfeiçoar e desenvolver os serviços de saneamento rural do país, obra considerada de alcance social e econômico.

A complexidade dos problemas morais e materiais inerentes à vida moderna alargou o poder de ação do Estado, obrigando-o a intervir mais diretamente, como órgão de coordenação e direção, nos diversos setores da atividade econômica e social.

A base da nossa economia ainda é a exploração agrícola, e a industrialização apenas absorve pequena parcela da nossa atividade produtora. Em consequência, a densidade de massa proletária industrial não acusa índice elevado, restringindo-se a núcleos urbanos que dispõem de margem suficiente para empregar a atividade com fácil e compensadora remuneração. (Mensagem lida perante

a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933 (VARGAS, 1933, p.136)).

### **Organização do Trabalho e Assistência Social**

O trabalho livre instituiu-se completamente desorganizado, pois a escravidão viera até às portas da República, deixando intacto esse problema para a economia da década de 1930.

A Constituição de 1891 garantia o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual ou industrial. Era um dispositivo que consagrava o princípio da liberdade de trabalho. Em 1926 reformase o texto constitucional para autorizar o congresso a legislar sobre tão importante matéria. Porém, cristaliza-se a mentalidade política que julgava o problema operário, no Brasil, como caso de polícia. Era natural que em ambiente tão pobre de visão social, não encontrassem eco as reivindicações trabalhistas, mesmo as mais elementares. Tudo que se legislava, com referencia a matéria, consistia em dispositivos sobre acidentes de trabalho, caixas de aposentadoria e pensões, concessão de férias aos empregados no comércio e proteção aos menores.

A proteção a menores foi olhada com mais interesse. Já em 1891 aparece a primeira medida, e em 1918 instituiu-se os patronatos agrícolas, destinados a recolher, educar e ensinar, no aprendizado dos trabalhos rurais, os pequenos abandonados ou delinqüentes. Não se tratava de medidas propriamente à infância. (Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933, (VARGAS, 1933, p. 138)).

O objetivo era afastar do contato pervertedor das vias públicas e dos centros os menores desprotegidos da fortuna e sem lar estável onde a vigilância paterna lhe fosse amparo e escola. Organizou-se o Código de menores, que ampliou e consolidou dispositivos amparadores dos menores entregue a guarda do Estado.

A aplicação do Código de Menores prevê, entretanto, a existência de institutos de recolhimento e educação, aparelhos em condição de satisfazer os fins a que se destinam. É sabido que eles escasseiam por todo o país, quase exclusivamente atendidos pela iniciativa particular, conduzida por sentimentos caridosos. (Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933, (VARGAS, 1933, p. 138)).

Pode-se afirmar com isso que onde se organizavam estabelecimentos apropriados, o Código de Menores somente se cumpria muito elasticamente e apenas na parte jurídica, falhando a vigilância e a educação.

No que se refere à previdência, economia e assistência aos trabalhadores e as classes pobres, o que se realizou antes de 1930 não representa nada de orgânico e prático, segundo Vargas. Em 1923 aparece a lei que criou as caixas de aposentadorias e pensões para os trabalhadores ferroviários e portuários, mais tarde, com o governo revolucionário se estende esse benefício a classes dos marítimos.

No que tange a organização do trabalho, Vargas coloca que tudo estava por se fazer, a Revolução teve que começar pela criação do órgão governamental, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Que assumiria a função de observar e executar as normas estabelecidas para a regulamentação das condições de trabalho, subordinadas as necessidades e costumes da tradição industrial e oportunidade econômica do país.

Essas normas podem ser discriminadas: regulamentação das horas de trabalho; garantia de um salário conveniente; proteção aos trabalhadores contra moléstias ou acidentes do trabalho; proteção a infância, aos adolescentes e as mulheres; pensões a velhice e a invalidez; defesa dos trabalhadores no estrangeiro; liberdade sindical; organização do ensino profissional e técnico, além de outras medidas úteis. (Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933, (VARGAS, 1933, p. 140)).

### **O Brasil em 1930 e as realizações do Governo Provisório.**

(Manifesto a Nação, em junho de 1934)

Neste manifesto a nação, Vargas mostra as realizações do Governo apontando: o programa da aliança liberal, a obra do governo provisório, Quadro sinótico da legislação orgânica de 1930 a 1934 –

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, MINISTÉRIO DA FAZENDA, MINISTÉRIO DA AVIAÇÃO E DAS OBRAS PÚBLICAS, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MINISTÉRIO DA GUERRA, MINISTÉRIO DA MARINHA, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, os empreendimentos do Governo Provisório e a eleição presidencial pela Assembléia Constituinte.

O quadro sinótico revela itens das ações dos Ministérios, no qual destacamos o Ministério da Educação e Saúde Pública e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

No que diz respeito ao Ministério da Educação e Saúde Pública Vargas elenca: créditos especiais para o combate sistemático da febre amarela e qualquer outro surto epidêmico, no Distrito Federal e nos Estados; dias de festa nacional; regulamentou a legislação sobre as falsificações e fraudes de gêneros alimentícios; regulou a fiscalização do café por parte do Departamento Nacional de Saúde Pública; dispôs sobre a profissão farmacêutica e seu exercício no Brasil; regulamentou o museu Nacional; criou o Conselho Nacional de Educação; dispôs sobre o ensino superior no Brasil; dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; reorganizou o ensino secundário; dispôs sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal; instituiu o exame, por parte do Departamento Nacional de Assistência Pública de projetos para a construção ou obras de hospitais e casas de saúde; aprovou o regulamento do Departamento Nacional de Medicina Experimental; regulou a enfermagem no Brasil e as condições para a equiparação das escolas de enfermagem; organizou o ensino comercial; regulamentou a profissão de contador; dispôs sobre a equiparação de institutos de ensino superior mantidos pelos governos dos Estados e sobre a inspeção de institutos livres, para os efeitos de reconhecimento oficial dos diplomas Po e eles expedidos; instituiu o Serviço Nacional de Intercâmbios Bibliográficos e regulou a sua execução; regulamentou o curso de Biblioteconomia, na Biblioteca Nacional; aprovou e retificou o Convenio entre a União e as unidades políticas da Federação, para o desenvolvimento e padronização das estatísticas educacionais; reorganizou a Escola Nacional de Belas Artes; regulamentou a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Escola de Minas; fiscalizou o emprego e o comércio das substâncias tóxicas entorpecentes, regulando a sua entrada no país, de acordo com a solicitação do Comitê Central Permanente do Ópio da Liga das Nações; regulamentou e fiscalizou o exercício da Medicina, da Odontologia, da Medicina Veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil; criou o museu Histórico Nacional, o curso de museus; converteu o laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas, no Engenho de Dentro, em Instituto de Psicologia; nacionalizou o serviço de censura dos filmes cinematográficos e criou a taxa cinematográfica para educação popular; organizou o colégio universitário; instituiu a taxa de educação e saúde; regulamentou o serviço de profilaxia da Febre Amarela; transformou em Diretoria Geral de Educação o Departamento Nacional do Ensino; regulou o funcionamento das universidades brasileiras; erigiu a cidade de Ouro Preto em monumento nacional; tornou obrigatório o uso da ortografia resultante do acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa; permitiu aos folhos de brasileiros em serviço do Governo da República no estrangeiro a prestação de exames nos estabelecimentos de ensino secundário ou superior, independentemente das exigências de frequência média condicional; dispôs sobre a reorganização, sem aumento de despesa, da secretaria de estado da Educação e Saúde Pública e das repartições dela dependentes; criou a universidade técnica.

Já ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Vargas inicia elencando a importância da primeira organização desse ministério. Em seguida pontua: instituiu uma comissão para estudar a limitação das importações de trigo; modificou a organização do Instituto de Previdência e Funcionários Públicos da União; dispôs sobre a organização da estatística industrial e regulou a importação de maquinismos e aparelhos para as indústrias em super produção; estabeleceu a marcação obrigatória dos tecidos de fabricação brasileira; estabeleceu a nacionalização do trabalho na marinha mercante; adotou medidas para a defesa da indústria e do comércio do açúcar; deu novo regulamento a Bolsa de mercadorias do Distrito Federal; criou, no Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União, um seguro de vida temporário, para garantia de aquisição de imóveis e liberou desse ônus o pecúlio instituído; regulou o horário para o trabalho no comércio; regulou as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais; regulou a profissão do Leiloeiro, no território da República; regulou os serviços de mineração; criou as inspetorias Regionais do ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; dispôs sobre as fazendas da União e outras terras públicas transferidas para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; criou o Instituto de Aposentadorias e Pensões

dos Marítimos; regulou a duração e condições do trabalho dos profissionais empregados em barbearias e estabelecimentos congêneres; regulamentou o Departamento Nacional da propriedade Industrial; regulou a duração do trabalho dos empregados de farmácia; regulou a concessão de férias aos empregados em estabelecimentos comerciais bancários e em instituições de assistência privada; regulou a duração e condições do trabalho na indústria de panificações; regulou a duração do trabalho dos empregados em casas de diversões e estabelecimentos conexos; instituiu Delegacias de trabalho Marítimo, para a inspeção, disciplina e policiamento do trabalho nos portos; regulou o exercício da profissão agrônômica; regulou a duração do trabalho dos empregados em casas de penhores e congêneres; regulou a duração do trabalho dos empregados em bancos e casas bancárias; criou o serviço de identificação profissional; regulou o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor; estabeleceu, sob novos moldes, as obrigações resultantes dos acidentes do trabalho; regulou a duração do trabalho dos empregados no serviço de telegrafia submarina e subfluvial, radiotelegrafia e radiotelegrafia; estabeleceu novas classificações para o serviço das invenções industriais e para o das marcas de indústria e comércio; regulou a duração do trabalho dos empregados em transportes terrestres; regulou a concessão de férias aos empregados na indústria e sindicalizados; regulou a entrada de estrangeiros no território nacional; criou o instituto de aposentadorias e pensões dos comerciários; criou a caixa de aposentadorias e pensões dos trabalhadores em trapiches e armazéns de café; criou a caixa de aposentadorias e pensões dos operários estivadores; aprovou o regulamento da entrada de estrangeiros no território nacional; extinguiu, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Departamento Nacional de Estatística e criou, no mesmo ministério, o Departamento de Estatística e Publicidade; transferiu para os ministérios da Fazenda e da Justiça e Negócios Interiores, serviços atualmente a cargo do Trabalho, Indústria e Comércio; atribuiu ao da Agricultura o serviço de estatística territorial; dispôs sobre os sindicatos profissionais.

### **O estado novo e o momento brasileiro.**

(ntrevista à imprensa no primeiro aniversário da nova constituição)

Essa entrevista tem o objetivo de comemoração do primeiro aniversário do regime instituído em 10 de novembro de 1937. Primeiramente Vargas agradece ao povo e as classes armadas que, segundo ele, impulsionaram e apoiaram o movimento que objetivava a eliminação das forças desagregadoras, o afastamento de todos os indivíduos que trabalhavam por conta de alheios interesses para enfraquecer a pátria. Pontua que o “...momento não é para dissensões estéreis, sim para conjugação de esforços.” E que o dever para com a pátria é maior do que qualquer outro vivido pela nossa política. Ressalta que nenhum sacrifício é bastante para a defesa de nossa bandeira, do nosso idioma e das nossas tradições.

Vargas comenta sobre a organização econômica, sobre a política de cambio e compromissos externos, sobre a nova política do café, sobre moeda e aparelhamento bancário, nacionalização e especialização do crédito, campanhas de seguro, aquisição de ouro, moratória da lavoura, capital e braço estrangeiro, colonização interior, indústrias nacionais e importações, exploração de minérios, o carvão e outros combustíveis, legislação sobre minas e águas, organização administrativa, o nordeste e as secas, baixada fluminense, medidas da assistência social, o lar do trabalhador, alimentação popular, barateamento da vida, amparo a economia popular, serviço de estiva, codificação do direito nacional, educação nacional, cultura cívica e preparação militar, o problema da assistência à infância, plano das atividades governamentais e sobre a política externa.

No que diz respeito ao tema medidas de assistência social, Vargas coloca que amparou todas as classes de trabalhadores, faltando apenas a dos agrários, cuja solução se estuda com interesse. Deulhes, através de organizações próprias, aposentadoria por invalidez e velhice, e pensão a família, em caso de morte. Objetivando ampliar os serviços de assistência social já iniciado em muitos institutos existentes, lembra que esses serviços serão custeados pelos interessados, com o mínimo de remuneração. Porém aponta que os industriais oferecem assistência apropriada aos seus operários promovendo meios para alimentá-los, ensinando-lhes princípios de higiene e combatendo a desnutrição, o que redundaria em benefício da produtividade geral.

Outro item apontado neste discurso são as casas dos trabalhadores construídas pelas Caixas e Institutos em vários Estados, Vargas expõe que os preços “...ainda são elevados...”, porém instruiu o Ministério do Trabalho que estudassem projetos de grandes núcleos de habitação modestas e confortáveis. Ainda coloca que se cogita a construção de casas nos terrenos das fábricas, mediante condições vantajosas para os industriais, com a condição de alugarem somente aos operários.

Sobre a alimentação popular Vargas assinala a subnutrição que além de baixar o rendimento do trabalho é a causa de uma série de doenças. Esse assunto será, segundo Vargas, abordado de diversas formas, porém uma delas consistirá na “...construção de restaurantes populares, higiênicos e confortáveis...”, aonde a refeição será fornecida a preço de custo.

O problema da assistência à infância foi um item destacado em seu discurso, visto a necessidade de proteger a infância, a maternidade e de eugenizar a população. Revela que no período estudava-se a possibilidade de se organizar um departamento da Criança, o qual coordenaria todas as ações nesse setor.

### **Amparo às classes trabalhadoras.**

(Discurso pronunciado na inauguração do edifício do ministério do trabalho industria e comércio)

Com a construção do edifício do Ministério do Trabalho Industria e Comércio, Vargas realiza um discurso recheado de agradecimentos, envolvendo as manifestações de solidariedade, a ele dedicada, a significação de um incentivo para prosseguir no ideal de fortalecimento da pátria, reconhecendo os princípios de justiça social e dos direitos da coletividade. Neste sentido pontua o programa de amparo as classes trabalhadoras, que gradativamente proporciona-lhes concórdia e bem-estar, dentro dos postulados da justiça.

Além das vantagens já consolidadas e das garantias oferecidas pelo seguro social instituímos o salário mínimo, visando assegurar ao trabalhador dos campos e das cidades, com a justa retribuição do seu esforço, a satisfação das necessidades humanas e o desenvolvimento moral e cultural (VARGAS, 1938, p. 119).

Para finalizar sua fala, Vargas enfatiza para os “...trabalhadores do Brasil...” que o governo:

... mantém-se resoluto no cumprimento da sua missão renovadora e patriótica. Para leva-la adiante, apóia-se na lealdade e devotamento das forças armadas, dispõe da cooperação dos núcleos criadores de riqueza, conta, enfim, convosco, homens de trabalho, porque tem a certeza de que todos vós desejais ardentemente o maior engrandecimento da pátria brasileira (VARGAS, 1938, p. 120).

### **Saudação ao povo brasileiro.**

(Discurso pronunciado no palácio Guanabara através da rede emissora nacional)

Vargas discursa ao povo, na primeira hora do ano de 1939, mostrando que as atividades governamentais “atacam” os problemas básicos da vida brasileira, sem distinguir as regiões do país ou preferências políticas. Cita dentre as ações as medidas destinadas a elevar o nível de vida das populações, o amparo financeiro as classes produtoras, a assistência econômica ao trabalhador, através das instituições de Previdência Social, “o salário justo”, a habitação própria e a garantia dos direitos, a ampliação dos centros de formação técnica e de cultura física e intelectual, o cuidado pela higiene pública e o saneamento rural, possibilitando a utilização remunerativa de grandes faixas da gleba, o repúdio as ideologias extremistas e aos seus adeptos convictos, o combate a todos os agentes de dissolução ou enfraquecimento das energias nacionais.

Congratula os colaboradores e auxiliares diretos da ação governamental e revela sua honra em assegurar tranqüilidade e benefícios a quem trabalha.

Longe vai, felizmente, o tempo em que os governantes formavam classe aparte, distanciada e alheia aos sentimentos, às necessidades e aspirações do homem comum. O regime em que vivemos é o da mais franca colaboração de todos para os supremos objetivos da nacionalidade. A riqueza de cada



um, a saúde, a cultura, a alegria, não são, apenas, bens pessoais; representam reservas de vitalidade social, que devem ser aproveitadas para fortalecer a ação do Estado (VARGAS, 1938, p. 184).

Pontua que “somos um país de grandes recursos, de população escassa, e temos um patrimônio enorme a defender, numa fase conturbada da história mundial...” e por este motivo a população deve-se unir e formar:

...um bloco indissolúvel, capaz de resistir a tudo, devemos confraternizar em sentimento e ação criando no recesso dos nossos próprios lares a unidade de espírito e a comunhão de objetivos indispensáveis à realização dos ideais de engrandecimento comum. O ano que se encerrou foi de áspera luta contra obstáculos de varias ordens, e o vencemos todos. O que se inicia será, certamente, rico em fatos auspicioso e fecundo em empreendimentos útil ao progresso do Brasil (VARGAS, 1938, p. 184).

E para concluir enfatiza que para o país continuar crescendo é preciso a cooperação e a vigilância patriótica.

### **O dia do Trabalho.**

(Discurso em resposta à saudação do ministro do trabalho, interprete das classes trabalhadoras no dia primeiro de maio de 1939)

Inicia seu discurso colocando que desde 1930 mantém a mesma linha de ação e sempre que as dificuldades surgiam os “Trabalhadores do Brasil...” manifestavam ao Governo Nacional “...a sua confortadora e espontânea solidariedade, numa eficiente atitude de repulsa aos surtos de anarquia e aos golpes extremistas.”

Essa já longa experiência diz bem do acerto dos rumos imprimidos a nossa política trabalhista e impõe, por conseguinte, a sua manutenção para continuarmos assegurando ao Brasil ordem e paz, em hora de tamanhas apreensões para a humanidade.

Elaboramos e executamos, com cooperação ativa das classes produtoras, a nossa adiantada legislação social, que, a um tempo, garante os direitos dos trabalhadores e o desenvolvimento econômico do país (VARGAS, 1938, p. 205).

Enfatiza que para atingir esses resultados, não foi preciso dividir os brasileiros em castas, não foi necessário cultivar ódios, foi somente necessário utilizar bom senso e “aproximar os homens e de todos exigir compreensão, colaboração, entendimento e respeito aos direitos sociais”.

A orientação seguida isenta de preocupações sectárias, serena e persistente, permitiu-nos auscultar os próprios sentimentos e necessidades, para instituir a ordem brasileira, corporificada na Constituição de 10 de Novembro, cujos objetivos primaciais são: a defesa da nacionalidade, o estímulo e o amparo a todas as energias criadoras da nossa economia, a satisfação e assistência às legítimas aspirações do povo (VARGAS, 1938, p. 206).

Pontua que até este momento não aconteceram esmorecimentos na execução das tarefas a que o governo se propôs.

Significativamente reservou-se para o dia de hoje a assinatura das leis criando a justiça do trabalho, os refeitórios populares e as escolas de ofícios nos estabelecimentos industriais (VARGAS, 1938, p. 206).

Lembra a população que a justiça especial encarregada de resolver, por processo rápido e eficiente, os dissídios comuns nas relações de trabalho, constituía uma de suas antigas aspirações. E a partir de então a legislação trabalhista deve ser aperfeiçoada, pois já é fruto de algumas experiências.

Trabalhadores: como vedes, no regime vigente, participais diretamente das atividades organizadoras do Estado, em contraste flagrante com a situação anterior a 1930, quando os vossos interesses e reclamos não eram, sequer, ouvidos e morriam abafados nos recintos estreitos das delegacias de policia. Hoje, tendes, no maior e mais belo edifício público do país, a vossa própria casa, e nela penetrais sem constrangimento.

Finaliza pedindo a população que compare o passado e “regosijai-vos de desempenhar, conscientes das vossas responsabilidades, o relevante papel da força construtora da nacionalidade, dentro do espírito de ordem, que é a garantia do vosso futuro e do engrandecimento do Brasil”.

### **O Brasil, no seu regime político, entre as outras nações.**

(Entrevista ao Paris Soir, publicada em 17 de julho em Paris e no Brasil em 19 de julho de 1939)

Nesta entrevista o Presidente Getulio Vargas define a situação do Brasil como regime e como integrante do concerto das nações civilizadas.

A primeira pergunta elaborada por Jean Fleury foi sobre o regime vigente que embora baseado em autoridade sem controle parlamentar, deixa o cidadão uma liberdade muito extensa, como o Presidente concebe o Estado Novo, sob esse aspecto?

O Presidente responde que no regime vigente as relações entre o indivíduo e o Estado estão nitidamente definidas, num conjunto de direitos e deveres. Nem o indivíduo se opõe ao Estado, no velho conflito, que degenera, freqüentemente, em agitações demagógicas, da concepção liberal clássica, nem o Estado o reduz a posição de escravo, segundo algumas fórmulas extremadas dos tempos modernos. Toda a originalidade do Estado brasileiro reside na sábia dosagem de um sistema de direitos e deveres recíprocos. Nesse sistema, o Estado reflete a vontade da Nação organizada, como entidade viva, e o cidadão, tendo lugar na organização nacional, dispõe de espaço para o exercício de suas liberdades fundamentais.

No Brasil, havia uma crise permanente de dispersão de poderes, que sendo ruínosa para a nação, não beneficiava o próprio indivíduo. A 10 de novembro de 1937, não foi instituído um poder despótico, nas palavras do Presidente, mas um poder institucionalmente forte, como expressão da soberania nacional.

Nesta hora de instabilidade generalizada, que atinge o homem, os seus interesses, as suas crenças e os seus princípios mais sólidos é a cristalização de uma ordem efetiva, em torno de um núcleo orgânico. Podemos resumir o problema num mínimo de três palavras: a necessidade de governos que, realmente, governem (VARGAS, 1938, p. 258).

A segunda pergunta se refere aos direitos individuais e das manifestações do espírito, praticados na época, se era um princípio do regime ou um reflexo do caráter do presidente?

O Presidente responde que na Constituição de 10 de Novembro há um capítulo referente aos direitos e garantias individuais. Enfatiza que o regime regulou o respeito a esses direitos, reconhecendo a iniciativa individual. Coexistem o individualismo, como característica do poder de criação, signo da força da inteligência e do espírito, e a ação propulsiva e coordenadora do Estado. Não bastaria a fixação na lei suprema do país, de direitos e garantias individuais, mesmo evidenciando o espírito do regime, não assegura a execução dos princípios que estabelece. “Antes de 1930 vigorava, no Brasil, uma Constituição vasada nos moldes do liberalismo clássico. Apesar disso foi necessário uma revolução, para assegurar ao povo brasileiro o gozo de alguns dos seus direitos imprescritíveis”.

As outras questões realizadas pelo jornalista dizem respeito: a Reconstrução financeira, ao Papel e o desenvolvimento da aviação no Brasil, as rivalidades que nunca se legitimaram nos Estados ou Regiões nacionais, sobre o Brasil no panorama internacional, a questão dos imigrantes, a produção e a exportação e o Brasil, sua cultura e a França.

### **O sentido continental das comemorações da Independência.**

(Discurso pronunciado na esplanada do Castelo, por ocasião de comemorar-se a “Hora da Independência” a 07 de setembro de 1939)

Discurso pronunciado após os desfiles das forças armadas em comemoração do dia da Independência, no qual o Presidente exalta os ideais de concórdia e de trabalho produtivo e recíproco apoio.

Fala sobre os povos em estágio de evolução, e se inclui dizendo que é necessário educar, trabalhar, criar riquezas, civilização própria e cultura autônoma, lembrando que não nos faltam terras férteis e homens inteligentes. Pois é sobre tais bases que se poderá construir a felicidade dos povos, servindo-os, em vez de utilizá-los para satisfazer ambições, exercitar a rivalidade, animar disputas ou provocar dissídios.

No Brasil houve o esforço de se solidificar as novas instituições, que visavam assegurar o bem-estar da coletividade, e as leis sociais nascidas da compreensão cristã da solidariedade, se destinavam a amparar os fracos e a integrar os homens de trabalho na vida da Nação possibilitando maior conforto físico e moral.

Dentro de pouco, poremos em vigor mais duas leis de capital importância na reestruturação da nossa sociedade: o Estatuto da Família e a Lei Orgânica da Juventude Brasileira. Com elas definira o Estado os princípios fundamentais da organização da família, como base da vida social, assumindo a tarefa de velar pela sua formação, desenvolvimento, segurança e honra, e mobilizará a juventude, enquadrando-a numa grande instituição de finalidade patriótica e educacional. As novas gerações saberão como marchar para o futuro; aprenderão o destemor na ação, a disciplina construtiva e a alegria do esforço nobre e desinteressado.

Brasileiros: Sejam os fiéis ao culto dos nossos maiores, e a eles consagramos, nesta magna data, os votos da nossa devoção cívica (VARGAS, 1938, p.299).